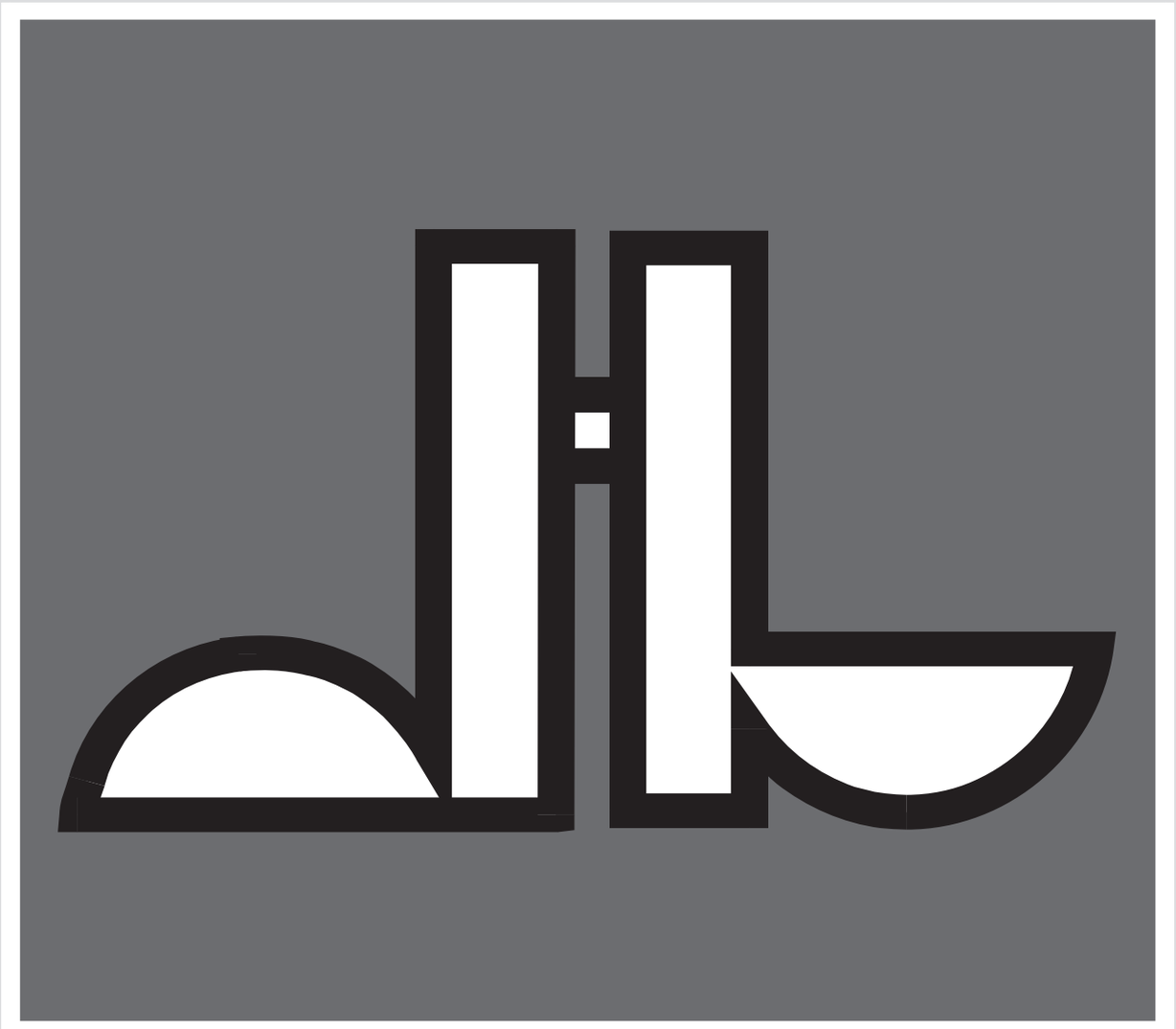
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO LXIII - Nº 004 - QUINTA-FEIRA, 13 DE MARÇO DE 2008 - BRASÍLIA-DF

MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Presidente
Senador **GARIBALDI ALVES FILHO** – PMDB – RN

1º Vice-Presidente

Deputado **NARCIO RODRIGUES** – PSDB – MG

2º Vice-Presidente
Senador **ALVARO DIAS** – PSDB – PR

1º Secretário
Deputado **OSMAR SERRAGLIO** – PMDB – PR

2º Secretário
Senador **GERSON CAMATA** – PMDB – ES

3º Secretário
Deputado **WALDEMIR MOKA** – PMDB – MS

4º Secretário
Senador **MAGNO MALTA** – PR – ES

CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 2008-CN

Altera a redação do § 2º do art. 4º da Resolução nº 1, de 1970-CN (Regimento Comum), para ampliar o número de vice-líderes do governo no Congresso Nacional.

O Congresso Nacional resolve:

Art. 1º O § 2º do art. 4º do Regimento Comum passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º.....

.....

§ 2º O líder do governo poderá indicar até 5 (cinco) vice-líderes, dentre os integrantes das representações partidárias que apóiem o governo.

....."(NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, 28 de fevereiro de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho,** Presidente do Senado Federal.

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 2, DE 2008

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 402, de 23 de novembro de 2007**, que "Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R$ 1.646.339.765,00, para os fins que especifica", terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 8 de março de 2008, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 27 de fevereiro de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho,** Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 3, DE 2008

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 403, de 26 de novembro de 2007, que "Dispõe sobre o exercício da atividade de franquia postal e dá outras providências", terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 9 de março de 2008, tendo em vista que sua votação não foi encenada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 28 de fevereiro de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho,** Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 4, DE 2008

ATO DECLARATÓRIO

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a Medida Provisória nº 395, de 27 de setembro de 2007, que "Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R$3.256.764.118,00, para os fins que especifica", teve seu prazo de vigência encenado no dia 8 de março do corrente ano.

Congresso Nacional, 10 de março de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho,** Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

ELABORADO PELA SECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 4ª SESSÃO CONJUNTA, EM 12 DE MARÇO DE 2008

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Leitura de pareceres

Nº 1, de 2008-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre a Mensagem nº 64, de 2007-CN (nº 342/2007, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 6º do art. 2º da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006, o relatório parcial do cumprimento da meta de superávit primário do conjunto dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e do Programa de Dispêndios Globais das empresas estatais federais não-financeiras, referente ao primeiro quadrimestre de 2007..... 122

Nº 2, de 2008-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre a Mensagem nº 136, de 2007-CN (nº 718/2007, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 6º do art. 2º da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006, o relatório e avaliação do cumprimento da meta de superávit primário do conjunto dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e do Programa de Dispêndios Globais das empresas estatais federais não-financeiras, referente ao segundo quadrimestre de 2007..... 125

Nº 3, de 2008-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, apresentando o substitutivo ao Projeto de Lei nº 030/2007-CN, Mensagem nº 115/2007-CN nº 649/2007, na origem, que estima a Receita e Fixa a Despesa para o exercício financeiro de 2008. **(Publicado no suplemento "A" à presente edição)** 127

1.2.2 – Discursos do Expediente (Breves Comunicações)

DEPUTADO *GILMAR MACHADO* – Considerações sobre o Orçamento de 2008. 131

DEPUTADO *RICARDO BARROS* – Considerações sobre o do Orçamento de 2008. 132

DEPUTADO *GIOVANI QUEIROZ* – Defesa do orçamento impositivo. Os elevados gastos com juros por parte do governo..... 133

DEPUTADO *RAFAEL GUERRA* – As dificuldades encontradas no orçamento setorial da Saúde. 134

DEPUTADO *BARBOSA NETO* – Defesa do aumento do orçamento para a seguridade social.. 135

DEPUTADO *SILAS CÂMARA* – Apelo para que o governo descentralize as ações para contratação de obras relativas ao PAC, principalmente nos municípios do Amazonas..... 136

DEPUTADO *CLÁUDIO CAJADO* – Considerações sobre o Orçamento de 2008. 136

SENADORA *ROSEANA SARNEY* – O acordo firmado entre o governo e a oposição para votação do Orçamento de 2008..... 138

SENADOR *JOSÉ AGRIPINO*, como Líder – Considerações sobre o acordo firmado com o governo para votação do Orçamento de 2008 e os fatos ocorridos ontem na sessão do Senado Federal..... 138

SENADOR *ARTHUR VIRGÍLIO*, como Líder – Considerações sobre os fatos ocorridos ontem na sessão do Senado Federal e o acordo firmado com o governo para votação do Orçamento de 2008. .. 140

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) – Considerações a respeito do pronunciamento do Senador Arthur Virgílio..... 141

SENADOR *ARTHUR VIRGÍLIO* – Esclarecimentos com relação ao pronunciamento do Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho. 142

DEPUTADA *LUCIANA GENRO* – Registro do voto contrário do PSOL ao Orçamento de 2008.... 143

DEPUTADO *MAURÍCIO RANDS* – Considerações a respeito do acordo firmado entre governo e a oposição para votação do Orçamento de 2008.. 144

DEPUTADO *ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO* – Defesa de que o governo não edite novas medidas provisórias até a mudança na sua regulamentação. 145

DEPUTADO *FERNANDO CORUJA* – Defesa da rejeição de medidas provisórias contrárias à Constituição..... 146

DEPUTADO *ZENALDO COUTINHO* – Manifestação contrária ao excessivo número de medidas provisórias. 146

DEPUTADO *JOSÉ ANÍBAL* – Manifestação contrária ao excessivo número de medidas provisórias..... 147

SENADOR *SÉRGIO GUERRA*, como Líder – Considerações sobre o processo orçamentário. 148

1.3 – ORDEM DO DIA

Item único

Projeto de Lei nº 30, de 2007-CN (Mensagem n 649/2007, de 30/08/2007, na origem), *que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2008.* São lidos os Requerimentos nºs 4 e 5, de 2008-CN, de autoria dos Deputados Duarte Nogueira, Líder do PSDB, e Antonio Carlos Magalhães Neto, Líder do DEM, solicitando a retirada de pauta da matéria, havendo o Sr. Presidente, Garibaldi Alves Filho, negado seguimento aos requerimentos. **Aprovado o Substitutivo com errata e adendos**, tendo usado da palavra para discutir os Srs. José Pimentel (Relator), Eduardo Sciarra, Gilmar Machado, Vanderlei Macris, Giovanni Queiroz e Duarte Nogueira. (Votação Nominal na Câmara dos Deputados e no Senado Federal)..... 150

Redação final do Projeto de Lei nº 30, de 2007 – CN (Parecer nº 4, de 2008 –CN) (**Publicada no suplemento "B" à presente edição**). Aprovada. À sanção. 598

1.3.1 – Apreciação de matérias

Erratas à Redação Final do Projeto de Lei nº 31, de 2007-CN, encaminhadas pelo Relator, Deputado Vignatti, ao Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, através dos Ofícios nºs 1 e 2/2008, respectivamente, dos dias 14 e 21 de fevereiro do corrente, para atendimento do disposto no art. 152 da Resolução nº 1, de 2006-CN. Aprovada. 600

1.4 – ENCERRAMENTO

2 – ATAS DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

(Publicadas no suplemento "C" à presente edição)

CONGRESSO NACIONAL

3 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

4 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

5 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

6 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 4ª Sessão Conjunta, em 12 de março de 2008

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Garibaldi Alves Filho, Nárcio Rodrigues e Osmar Serraglio.

ÀS 15 HORAS E 37 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

SESSÃO DO CONGRESSO NACIONAL ÀS 15:00 HORAS

Período : 12/3/2008 07:33:55 até 12/3/2008 21:05:01

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	X	
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	X	
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X	
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	
Bloco-PT	MS	DELCÍDIO AMARAL	X	
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	X	
DEM	MG	ELISEU RESENDE	X	
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	X	
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X	
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	X	
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X	
PTB	DF	GIM ARGELLO	X	
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	X	
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X	
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	X	
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	X	
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	X	
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	
DEM	TO	KÁTIA ABREU	X	
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	
DEM	MA	LOBÃO FILHO	X	
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	
DEM	PE	MARCO MACIEL	X	
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X	
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X	
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X	
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	X	
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X	
PDT	CE	PATRÍCIA SABOYA	X	
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	X	
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	X	
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X	
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	
PTB	SP	ROMEU TUMA	X	
PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	X	
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	X	
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X	

Compareceram: 72 Senadores

E AS SRAS. E OS SRS. DEPUTADOS:

	Partido	Bloco
RORAIMA		
001 - Angela Portela	PT	
002 - Edio Lopes	PMDB	PmdbPscPtc
003 - Francisco Rodrigues	DEM	
004 - Luciano Castro	PR	
006 - Marcio Junqueira	DEM	
005 - Maria Helena	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
007 - Neudo Campos	PP	
008 - Urzeni Rocha	PSDB	
Presentes Roraima: 8		
AMAPÁ		
009 - Dalva Figueiredo	PT	
010 - Davi Alcolumbre	DEM	
011 - Evandro Milhomen	PCdoB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
012 - Fátima Pelaes	PMDB	PmdbPscPtc
016 - Janete Capiberibe	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
014 - Jurandil Juarez	PMDB	PmdbPscPtc
015 - Lucenira Pimentel	PR	
017 - Sebastião Bala Rocha	PDT	PsbPdtPCdoBPmnPrb
Presentes Amapá: 8		
PARÁ		
020 - Asdrubal Bentes	PMDB	PmdbPscPtc
018 - Bel Mesquita	PMDB	PmdbPscPtc
019 - Beto Faro	PT	
021 - Elcione Barbalho	PMDB	PmdbPscPtc
026 - Gerson Peres	PP	
027 - Giovanni Queiroz	PDT	PsbPdtPCdoBPmnPrb
028 - Lira Maia	DEM	
029 - Lúcio Vale	PR	
031 - Nilson Pinto	PSDB	
030 - Paulo Rocha	PT	
035 - Vic Pires Franco	DEM	
032 - Wandenkolk Gonçalves	PSDB	
023 - Wladimir Costa	PMDB	PmdbPscPtc
025 - Zé Geraldo	PT	
034 - Zenaldo Coutinho	PSDB	
033 - Zequinha Marinho	PMDB	PmdbPscPtc
Presentes Pará: 16		

	Partido	Bloco
AMAZONAS		
038 - Átila Lins	PMDB	PmdbPscPtc
037 - Carlos Souza	PP	
041 - Francisco Praciano	PT	
036 - Marcelo Serafim	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
039 - Silas Câmara	PSC	PmdbPscPtc
040 - Vanessa Grazziotin	PCdoB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
Presentes Amazonas: 6		

RONDONIA		
047 - Anselmo de Jesus	PT	
048 - Eduardo Valverde	PT	
044 - Ernandes Amorim	PTB	
050 - Marinha Raupp	PMDB	PmdbPscPtc
046 - Mauro Nazif	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
049 - Moreira Mendes	PPS	
051 - Natan Donadon	PMDB	PmdbPscPtc
Presentes Rondonia: 7		
ACRE		
053 - Fernando Melo	PT	
055 - Gladson Cameli	PP	
058 - Ilderlei Cordeiro	PPS	
057 - Nilson Mourão	PT	
056 - Perpétua Almeida	PCdoB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
Presentes Acre: 5		
TOCANTINS		
060 - Eduardo Gomes	PSDB	
061 - João Oliveira	DEM	
062 - Laurez Moreira	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
063 - Lázaro Botelho	PP	
064 - Moises Avelino	PMDB	PmdbPscPtc
066 - NIlmar Ruiz	DEM	
065 - Osvaldo Reis	PMDB	PmdbPscPtc
067 - Vicentinho Alves	PR	
Presentes Tocantins: 8		
MARANHÃO		
068 - Carlos Brandão	PSDB	
070 - Cleber Verde	PRB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
071 - Davi Alves Silva Júnior	PDT	PsbPdtPCdoBPmnPrb
076 - Flávio Dino	PCdoB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
075 - Gastão Vieira	PMDB	PmdbPscPtc
077 - Julião Amin	PDT	PsbPdtPCdoBPmnPrb
080 - Pedro Fernandes	PTB	
079 - Pinto Itamaraty	PSDB	
081 - Professor Setimo	PMDB	PmdbPscPtc
074 - Ribamar Alves	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
083 - Roberto Rocha	PSDB	
085 - Sarney Filho	PV	
086 - Sebastião Madeira	PSDB	
084 - Waldir Maranhão	PP	
	Partido	Bloco
Presentes Maranhão: 14		
CEARÁ		
087 - Aníbal Gomes	PMDB	PmdbPscPtc
092 - Ariosto Holanda	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
090 - Arnon Bezerra	PTB	
088 - Chico Lopes	PCdoB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
091 - Eudes Xavier	PT	
093 - Eugênio Rabelo	PP	
095 - Eunício Oliveira	PMDB	PmdbPscPtc
094 - Flávio Bezerra	PMDB	PmdbPscPtc

100 - Gorete Pereira	PR	
101 - José Airton Cirilo	PT	
103 - José Guimarães	PT	
096 - José Linhares	PP	
097 - José Pimentel	PT	
098 - Leo Alcântara	PR	
104 - Manoel Salviano	PSDB	
099 - Marcelo Teixeira	PR	
105 - Mauro Benevides	PMDB	PmdbPscPtc
102 - Raimundo Gomes de Matos	PSDB	
107 - Vicente Arruda	PR	
108 - Zé Gerardo	PMDB	PmdbPscPtc
Presentes Ceará: 20		
PIAUÍ		
109 - Átila Lira	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
540 - B. Sá	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
112 - Ciro Nogueira	PP	
114 - Júlio Cesar	DEM	
110 - Marcelo Castro	PMDB	PmdbPscPtc
117 - Mussa Demes	DEM	
115 - Nazareno Fonteles	PT	
116 - Osmar Júnior	PCdoB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
118 - Paes Landim	PTB	
Presentes Piauí: 9		
RIO GRANDE DO NORTE		
542 - Betinho Rosado	DEM	
119 - Fábio Faria	PMN	PsbPdtPCdoBPmnPrb
121 - Fátima Bezerra	PT	
120 - Felipe Maia	DEM	
123 - Henrique Eduardo Alves	PMDB	PmdbPscPtc
124 - João Maia	PR	
126 - Rogério Marinho	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
125 - Sandra Rosado	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
Presentes Rio Grande do Norte: 8		
PARAÍBA		
129 - Armando Abílio	PTB	
127 - Damião Feliciano	PDT	PsbPdtPCdoBPmnPrb
128 - Efraim Filho	DEM	
133 - Luiz Couto	PT	
	Partido	Bloco
PARAÍBA		
130 - Manoel Junior	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
131 - Marcondes Gadelha	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
134 - Vital do Rêgo Filho	PMDB	PmdbPscPtc
546 - Walter Brito Neto	PRB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
136 - Wellington Roberto	PR	
139 - Wilson Braga	PMDB	PmdbPscPtc
137 - Wilson Santiago	PMDB	PmdbPscPtc
Presentes Paraíba: 11		

PERNAMBUCO		
140 - Ana Arraes	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
142 - André de Paula	DEM	
144 - Armando Monteiro	PTB	
146 - Bruno Araújo	PSDB	
151 - Bruno Rodrigues	PSDB	
152 - Carlos Eduardo Cadoca	PSC	PmdbPscPtc
153 - Carlos Wilson	PT	
154 - Edgar Moury	PMDB	PmdbPscPtc
156 - Eduardo da Fonte	PP	
158 - Fernando Coelho Filho	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
141 - Fernando Ferro	PT	
143 - Gonzaga Patriota	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
145 - Inocêncio Oliveira	PR	
147 - José Chaves	PTB	
149 - José Mendonça Bezerra	DEM	
160 - Marcos Antonio	PRB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
138 - Maurício Rands	PT	
148 - Paulo Rubem Santiago	PDT	PsbPdtPCdoBPmnPrb
161 - Pedro Eugênio	PT	
163 - Raul Henry	PMDB	PmdbPscPtc
157 - Renildo Calheiros	PCdoB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
159 - Roberto Magalhães	DEM	
528 - Silvio Costa	PMN	PsbPdtPCdoBPmnPrb
164 - Wolney Queiroz	PDT	PsbPdtPCdoBPmnPrb
Presentes Pernambuco: 24		
ALAGOAS		
531 - Augusto Farias	PTB	
162 - Benedito de Lira	PP	
165 - Carlos Alberto Canuto	PMDB	PmdbPscPtc
167 - Cristiano Matheus	PMDB	PmdbPscPtc
169 - Francisco Tenorio	PMN	PsbPdtPCdoBPmnPrb
166 - Givaldo Carimbão	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
172 - Joaquim Beltrão	PMDB	PmdbPscPtc
168 - Maurício Quintella Lessa	PR	
171 - Olavo Calheiros	PMDB	PmdbPscPtc
Presentes Alagoas: 9		
SERGIPE		
173 - Albano Franco	PSDB	
175 - Eduardo Amorim	PSC	PmdbPscPtc
	Partido	Bloco
SERGIPE		
174 - Jackson Barreto	PMDB	PmdbPscPtc
176 - Jerônimo Reis	DEM	
178 - José Carlos Machado	DEM	
179 - Mendonça Prado	DEM	
183 - Valadares Filho	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
Presentes Sergipe: 7		

BAHIA		
180 - Alice Portugal	PCdoB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
181 - Antonio Carlos Magalhães Neto	DEM	
186 - Claudio Cajado	DEM	
184 - Colbert Martins	PMDB	PmdbPscPtc
188 - Daniel Almeida	PCdoB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
534 - Edigar Mão Branca	PV	
189 - Edson Duarte	PV	
190 - Fábio Souto	DEM	
191 - Félix Mendonça	DEM	
194 - Fernando de Fabinho	DEM	
195 - Guilherme Menezes	PT	
198 - João Almeida	PSDB	
187 - João Carlos Bacelar	PR	
199 - João Leão	PP	
201 - Jorge Khoury	DEM	
202 - José Carlos Aleluia	DEM	
197 - José Carlos Araújo	PR	
203 - José Rocha	PR	
522 - Joseph Bandeira	PT	
192 - Jusmari Oliveira	PR	
206 - Jutahy Junior	PSDB	
196 - Lídice da Mata	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
182 - Luiz Bassuma	PT	
205 - Luiz Carreira	DEM	
207 - Marcelo Guimarães Filho	PMDB	PmdbPscPtc
200 - Marcos Medrado	PDT	PsbPdtPCdoBPmnPrb
208 - Maurício Trindade	PR	
209 - Nelson Pellegrino	PT	
214 - Paulo Magalhães	DEM	
211 - Roberto Britto	PP	
212 - Sérgio Barradas Carneiro	PT	
213 - Sérgio Brito	PDT	PsbPdtPCdoBPmnPrb
215 - Severiano Alves	PDT	PsbPdtPCdoBPmnPrb
216 - Tonha Magalhães	PR	
523 - Uldurico Pinto	PMN	PsbPdtPCdoBPmnPrb
219 - Veloso	PMDB	PmdbPscPtc
218 - Walter Pinheiro	PT	
217 - Zezéu Ribeiro	PT	
Presentes Bahia: 38		
MINAS GERAIS		
220 - Ademir Camilo	PDT	PsbPdtPCdoBPmnPrb
	Partido	Bloco
MINAS GERAIS		
224 - Aelton Freitas	PR	
225 - Alexandre Silveira	PPS	
227 - Antônio Andrade	PMDB	PmdbPscPtc
229 - Antônio Roberto	PV	
223 - Aracely de Paula	PR	
232 - Bilac Pinto	PR	
221 - Bonifácio de Andrada	PSDB	
226 - Carlos Melles	DEM	

222 - Carlos Willian	PTC	PmdbPscPtc
235 - Ciro Pedrosa	PV	
230 - Eduardo Barbosa	PSDB	
237 - Elismar Prado	PT	
238 - Fábio Ramalho	PV	
233 - Fernando Diniz	PMDB	PmdbPscPtc
241 - George Hilton	PP	
236 - Geraldo Thadeu	PPS	
234 - Gilmar Machado	PT	
242 - Humberto Souto	PPS	
240 - Jaime Martins	PR	
518 - Jairo Ataide	DEM	
246 - Jô Moraes	PCdoB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
251 - João Bittar	DEM	
239 - João Magalhães	PMDB	PmdbPscPtc
271 - José Fernando Aparecido de Oliveira	PV	
249 - José Santana de Vasconcellos	PR	
250 - Júlio Delgado	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
254 - Juvenil	PRTB	
245 - Lael Varella	DEM	
253 - Leonardo Monteiro	PT	
255 - Leonardo Quintão	PMDB	PmdbPscPtc
243 - Lincoln Portela	PR	
256 - Luiz Fernando Faria	PP	
247 - Márcio Reinaldo Moreira	PP	
257 - Marcos Montes	DEM	
244 - Maria do Carmo Lara	PT	
260 - Mário de Oliveira	PSC	PmdbPscPtc
252 - Mauro Lopes	PMDB	PmdbPscPtc
261 - Miguel Corrêa Jr.	PT	
262 - Miguel Martini	PHS	
248 - Narcio Rodrigues	PSDB	
269 - Odair Cunha	PT	
263 - Paulo Abi-Ackel	PSDB	
266 - Paulo Piau	PMDB	PmdbPscPtc
258 - Rafael Guerra	PSDB	
272 - Reginaldo Lopes	PT	
268 - Rodrigo de Castro	PSDB	
265 - Saraiva Felipe	PMDB	PmdbPscPtc
264 - Virgílio Guimarães	PT	
270 - Vitor Penido	DEM	
	Partido	Bloco

Presentes Minas Gerais: 50

ESPÍRITO SANTO

273 - Iriny Lopes	PT	
276 - Jurandy Loureiro	PSC	PmdbPscPtc
278 - Luiz Paulo Vellozo Lucas	PSDB	
275 - Manato	PDT	PsbPdtPCdoBPmnPrb
279 - Rita Camata	PMDB	PmdbPscPtc
282 - Rose de Freitas	PMDB	PmdbPscPtc

Presentes Espírito Santo: 6

RIO DE JANEIRO		
285 - Alexandre Santos	PMDB	PmdbPscPtc
283 - Andreia Zito	PSDB	
548 - Antonio Carlos Biscaia	PT	
286 - Arnaldo Vianna	PDT	PsbPdtPCdoBPmnPrb
529 - Ayrton Xerez	DEM	
291 - Bernardo Ariston	PMDB	PmdbPscPtc
287 - Brizola Neto	PDT	PsbPdtPCdoBPmnPrb
290 - Carlos Santana	PT	
295 - Chico Alencar	PSOL	
289 - Chico DAngelo	PT	
292 - Cida Diogo	PT	
297 - Deley	PSC	PmdbPscPtc
293 - Dr. Adilson Soares	PR	
294 - Edmilson Valentim	PCdoB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
298 - Edson Ezequiel	PMDB	PmdbPscPtc
300 - Eduardo Cunha	PMDB	PmdbPscPtc
525 - Eduardo Lopes	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
301 - Felipe Bornier	PHS	
296 - Fernando Gabeira	PV	
304 - Fernando Lopes	PMDB	PmdbPscPtc
303 - Filipe Pereira	PSC	PmdbPscPtc
306 - Hugo Leal	PSC	PmdbPscPtc
307 - Indio da Costa	DEM	
302 - Jair Bolsonaro	PP	
310 - Jorge Bittar	PT	
308 - Leandro Sampaio	PPS	
309 - Léo Vivas	PRB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
312 - Leonardo Picciani	PMDB	PmdbPscPtc
313 - Luiz Sérgio	PT	
311 - Marcelo Itagiba	PMDB	PmdbPscPtc
314 - Marina Maggessi	PPS	
317 - Miro Teixeira	PDT	PsbPdtPCdoBPmnPrb
315 - Neilton Mulim	PR	
318 - Nelson Bornier	PMDB	PmdbPscPtc
316 - Otavio Leite	PSDB	
319 - Pastor Manoel Ferreira	PTB	
322 - Rodrigo Maia	DEM	
320 - Rogerio Lisboa	DEM	
326 - Sandro Matos	PR	
321 - Silvio Lopes	PSDB	

	Partido	Bloco
RIO DE JANEIRO		
323 - Solange Almeida	PMDB	PmdbPscPtc
324 - Solange Amaral	DEM	
328 - Vinicius Carvalho	PTdoB	

Presentes Rio de Janeiro: 43

SÃO PAULO		
331 - Aldo Rebelo	PCdoB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
330 - Aline Corrêa	PP	
333 - Antonio Bulhões	PMDB	PmdbPscPtc

332 - Antonio Carlos Mendes Thame	PSDB	
334 - Antonio Carlos Pannunzio	PSDB	
335 - Antonio Palocci	PT	
336 - Arlindo Chinaglia	PT	
337 - Arnaldo Faria de Sá	PTB	
339 - Arnaldo Jardim	PPS	
343 - Arnaldo Madeira	PSDB	
340 - Beto Mansur	PP	
389 - Cândido Vaccarezza	PT	
398 - Carlos Zarattini	PT	
344 - Celso Russomanno	PP	
521 - Cláudio Magrão	PPS	
341 - Clodovil Hernandes	PR	
342 - Devanir Ribeiro	PT	
345 - Dr. Nechar	PV	
349 - Dr. Pinotti	DEM	
347 - Dr. Talmir	PV	
348 - Dr. Ubiali	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
350 - Duarte Nogueira	PSDB	
351 - Edson Aparecido	PSDB	
352 - Emanuel Fernandes	PSDB	
354 - Fernando Chucre	PSDB	
355 - Francisco Rossi	PMDB	PmdbPscPtc
356 - Frank Aguiar	PTB	
359 - Ivan Valente	PSOL	
358 - Janete Rocha Pietá	PT	
360 - Jilmar Tatto	PT	
362 - João Dado	PDT	PsbPdtPCdoBPmnPrb
363 - Jorge Tadeu Mudalen	DEM	
517 - Jorginho Maluly	DEM	
364 - José Aníbal	PSDB	
366 - José Eduardo Cardozo	PT	
365 - José Genoíno	PT	
367 - José Mentor	PT	
378 - José Paulo Tóffano	PV	
369 - Julio Semeghini	PSDB	
370 - Lobbe Neto	PSDB	
539 - Luciana Costa	PR	
371 - Luiza Erundina	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
377 - Marcelo Ortiz	PV	
368 - Márcio França	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb

	Partido	Bloco
SÃO PAULO		
380 - Michel Temer	PMDB	PmdbPscPtc
374 - Milton Monti	PR	
381 - Nelson Marquezelli	PTB	
373 - Paulo Maluf	PP	
372 - Paulo Pereira da Silva	PDT	PsbPdtPCdoBPmnPrb
375 - Paulo Renato Souza	PSDB	
376 - Paulo Teixeira	PT	
379 - Regis de Oliveira	PSC	PmdbPscPtc
382 - Reinaldo Nogueira	PDT	PsbPdtPCdoBPmnPrb

383 - Renato Amary	PSDB	
390 - Ricardo Berzoini	PT	
385 - Ricardo Izar	PTB	
384 - Ricardo Tripoli	PSDB	
386 - Roberto Santiago	PV	
387 - Silvinho Peccioli	DEM	
388 - Silvio Torres	PSDB	
392 - Vadão Gomes	PP	
393 - Valdemar Costa Neto	PR	
391 - Vanderlei Macris	PSDB	
396 - Vicentinho	PT	
394 - Walter Ihoshi	DEM	
Presentes São Paulo: 65		
MATO GROSSO		
399 - Carlos Abicalil	PT	
400 - Carlos Bezerra	PMDB	PmdbPscPtc
401 - Eliene Lima	PP	
402 - Homero Pereira	PR	
403 - Pedro Henry	PP	
405 - Thelma de Oliveira	PSDB	
406 - Wellington Fagundes	PR	
Presentes Mato Grosso: 7		
DISTRITO FEDERAL		
407 - Augusto Carvalho	PPS	
409 - Jofran Frejat	PR	
410 - Laerte Bessa	PMDB	PmdbPscPtc
411 - Magela	PT	
533 - Osório Adriano	DEM	
412 - Rodovalho	DEM	
416 - Rodrigo Rollemberg	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
413 - Tadeu Filippelli	PMDB	PmdbPscPtc
Presentes Distrito Federal: 8		
GOIÁS		
415 - Carlos Alberto Leréia	PSDB	
537 - Chico Abreu	PR	
417 - Íris de Araújo	PMDB	PmdbPscPtc
418 - João Campos	PSDB	
419 - Jovair Arantes	PTB	
420 - Leandro Vilela	PMDB	PmdbPscPtc
	Partido	Bloco
GOIÁS		
421 - Leonardo Vilela	PSDB	
422 - Luiz Bittencourt	PMDB	PmdbPscPtc
423 - Marcelo Melo	PMDB	PmdbPscPtc
428 - Pedro Chaves	PMDB	PmdbPscPtc
430 - Pedro Wilson	PT	
424 - Professora Raquel Teixeira	PSDB	
429 - Ronaldo Caiado	DEM	
425 - Rubens Otoni	PT	
426 - Sandes Júnior	PP	
431 - Sandro Mabel	PR	
414 - Tatico	PTB	
Presentes Goiás: 17		

MATO GROSSO DO SUL

432 - Antônio Carlos Biffi	PT	
434 - Antonio Cruz	PP	
433 - Dagoberto	PDT	PsbPdtPCdoBPmnPrb
435 - Geraldo Resende	PMDB	PmdbPscPtc
437 - Nelson Trad	PMDB	PmdbPscPtc
438 - Vander Loubet	PT	
439 - Waldemir Moka	PMDB	PmdbPscPtc
436 - Waldir Neves	PSDB	

Presentes Mato Grosso do Sul: 8

PARANÁ

440 - Abelardo Lupion	DEM	
441 - Affonso Camargo	PSDB	
524 - Airton Roveda	PR	
445 - Alex Canziani	PTB	
451 - Alfredo Kaefer	PSDB	
452 - Andre Vargas	PT	
453 - Angelo Vanhoni	PT	
443 - Assis do Couto	PT	
455 - Barbosa Neto	PDT	PsbPdtPCdoBPmnPrb
447 - Cezar Silvestri	PPS	
446 - Chico da Princesa	PR	
444 - Dilceu Sperafico	PP	
449 - Dr. Rosinha	PT	
461 - Eduardo Sciarra	DEM	
466 - Giacobo	PR	
450 - Gustavo Fruet	PSDB	
448 - Hermes Parcianello	PMDB	PmdbPscPtc
547 - Luciano Pizzatto	DEM	
454 - Luiz Carlos Hauly	PSDB	
460 - Luiz Carlos Setim	DEM	
538 - Marcelo Almeida	PMDB	PmdbPscPtc
456 - Max Rosenmann	PMDB	PmdbPscPtc
462 - Moacir Micheletto	PMDB	PmdbPscPtc
458 - Nelson Meurer	PP	
459 - Odílio Balbinotti	PMDB	PmdbPscPtc

	Partido	Bloco

PARANÁ

463 - Osmar Serraglio	PMDB	PmdbPscPtc
464 - Ratinho Junior	PSC	PmdbPscPtc
465 - Ricardo Barros	PP	
468 - Rodrigo Rocha Loures	PMDB	PmdbPscPtc
469 - Takayama	PSC	PmdbPscPtc

Presentes Paraná: 30

SANTA CATARINA		
471 - Angela Amin	PP	
476 - Carlito Merss	PT	
472 - Celso Maldaner	PMDB	PmdbPscPtc
475 - Décio Lima	PT	
477 - Djalma Berger	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
470 - Edinho Bez	PMDB	PmdbPscPtc
478 - Fernando Coruja	PPS	
479 - Gervásio Silva	PSDB	
473 - João Matos	PMDB	PmdbPscPtc
474 - João Pizzolatti	PP	
541 - José Carlos Vieira	DEM	
481 - Nelson Goetten	PR	
482 - Paulo Bornhausen	DEM	
483 - Valdir Colatto	PMDB	PmdbPscPtc
484 - Vignatti	PT	
485 - Zonta	PP	
Presentes Santa Catarina: 16		
RIO GRANDE DO SUL		
486 - Adão Pretto	PT	
487 - Afonso Hamm	PP	
490 - Beto Albuquerque	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
527 - Cezar Schirmer	PMDB	PmdbPscPtc
520 - Claudio Diaz	PSDB	
491 - Darcísio Perondi	PMDB	PmdbPscPtc
495 - Eliseu Padilha	PMDB	PmdbPscPtc
489 - Germano Bonow	DEM	
498 - Henrique Fontana	PT	
492 - Ibsen Pinheiro	PMDB	PmdbPscPtc
501 - José Otávio Germano	PP	
506 - Luciana Genro	PSOL	
500 - Luis Carlos Heinze	PP	
488 - Luiz Carlos Busato	PTB	
494 - Manuela DÁvila	PCdoB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
496 - Marco Maia	PT	
508 - Maria do Rosário	PT	
504 - Mendes Ribeiro Filho	PMDB	PmdbPscPtc
507 - Nelson Proença	PPS	
510 - Onyx Lorenzoni	DEM	
513 - Paulo Pimenta	PT	
502 - Paulo Roberto	PTB	
503 - Pepe Vargas	PT	
	Partido	Bloco
RIO GRANDE DO SUL		
505 - Pompeo de Mattos	PDT	PsbPdtPCdoBPmnPrb
509 - Professor Ruy Pauletti	PSDB	
511 - Renato Molling	PP	
512 - Sérgio Moraes	PTB	
515 - Tarcísio Zimmermann	PT	
514 - Vieira da Cunha	PDT	PsbPdtPCdoBPmnPrb
516 - Vilson Covatti	PP	
Presentes Rio Grande do Sul: 30		

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – As listas de presença acusam o comparecimento de 73 Srªs e Srs. Senadores e 478 Srªs e Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sobre a mesa pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 1, DE 2008–CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, sobre a Mensagem nº 64/2007-CN, que "Encaminham ao Congresso Nacional, nos termos do § 6º do art. 2º da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário do conjunto dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e do Programa de Dispêndios Globais das empresas estatais federais não-financeiras, referente ao primeiro quadrimestre de 2007".

Autor: **Poder Executivo**
Relator: Senador **Antônio Carlos Valadares**

I – Relatório

Nos termos do § 6º do art. 2º da Lei 11.439, de 29 de dezembro de 2006, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2007 – LDO 2007, o Poder Executivo enviou ao Congresso Nacional, por meio da Mensagem nº 64/2007-CN, relatório de cumprimento da meta de superávit primário dos orçamentos fiscal e da seguridade social e do Programa de Dispêndios Globais (PDG) das empresas estatais federais, referente ao primeiro quadrimestre de 2007. Por meio do Ofício nº 119/2007/CMO do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, fui designado para relatar a matéria.

Posteriormente, o Poder Executivo encaminhou a Mensagem nº 89/2007-CN, de 28 de junho de 2007, substituindo a Mensagem nº 64/2007-CN, em virtude da necessidade de se complementar informações do relatório anterior, referentes ao resultado primário apurado pelo Banco Central que, em razão da paralisação parcial dos servidores daquela autarquia, não foram disponibilizadas em tempo hábil, de forma a cumprir o prazo estabelecido no § 6º do art. 2º da LDO 2007.

A meta de superávit primário para o setor público consolidado, a ser alcançada em 2007, foi fixada na LDO em 4,25% do PIB. Desse valor, 3,15% correspondem ao esforço do Governo Federal, sendo 2,45% referentes aos orçamentos fiscal e da seguridade social (Governo Central) e 0,70% às empresas estatais federais, podendo, ainda, haver compensação entre esses orçamentos.

Em maio, a LDO foi alterada para apresentar as metas fiscais para 2007 em valores nominais. Essa alteração ocorreu em virtude de ajustes metodológicos efetuados, em março, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE na apuração do Produto Interno Bruto – PIB. Como o novo PIB é maior que o anteriormente previsto, se permanecesse a meta fiscal como porcentagem do PIB, o superávit primário em valores nominais teria que aumentar. Vale ressaltar, no entanto, que essa alteração, que só tem validade para este ano, não influi no cenário fiscal inicialmente previsto e não deverá, portanto, implicar mudanças no volume de gastos previstos na programação orçamentária para 2007.

A meta de superávit primário para o setor público consolidado, fixada em 95,9 bilhões, correspondia a 4,25% do PIB, apurado na antiga metodologia. Sob a nova metodologia, corresponde a 3,80% do PIB. Ao Governo Federal caberá alcançar superávit primário de pelo menos 71,1 bilhões, sendo 53,0 bilhões relativos ao Governo Central e 18,1 bilhões, às empresas estatais federais.

Com o anúncio do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, em janeiro deste ano, espera-se, em tese, que a política fiscal do Governo torne-se mais expansionista. Até abril, a principal providência desse programa foi a redução da meta de superávit fiscal, na medida em que se ampliou o valor das despesas com o Projeto Piloto de Investimentos – PPI, que são dedutíveis dessa meta. O valor do PPI passou de 4,6 bilhões para 11,3 bilhões. Destaque-se que os efeitos daí decorrentes somente poderão ser verificados se novos investimentos forem realizados de fato. Vale observar que o Congresso Nacional ainda não recebeu do Poder Executivo projeto de lei que altera os valores das dotações orçamentárias referentes ao acréscimo de investimentos do PAC.

II – Análise

II.1 Resultado Primário

Encerrado o primeiro quadrimestre, o setor público consolidado, que inclui os governos regionais, registrou superávit primário de 50,7 bilhões, ou 6,51% do PIB. Esse resultado, conjugado com queda no valor de pagamento de juros até abril desse ano, proporcionou déficit nominal de 0,4 bilhão, ou 0,05% do PIB. No mesmo período do ano passado, o déficit acumulado era de 16,6 bilhões ou 2,31% do PIB. Esse resultado é o melhor alcançado desde 1991. No entanto, não se pode concluir que o ajuste fiscal realizado até agora

será suficiente para produzir déficit nominal próximo de zero em todo o exercício.

No âmbito dos Orçamentos Fiscais, da Seguridade e das Empresas Estatais, o resultado primário alcançado até abril, foi de 4,74% do PIB, acima da projeção inicial de 3,87% do PIB, cumprindo-se, dessa forma, a meta fiscal estabelecida para o período. Esse resultado foi possível em virtude da conjugação de arrecadação da receita acima do esperado e despesas não realizadas, em relação às metas fixadas para o quadrimestre.

II.2 Receitas Primárias

A carga tributária federal, de janeiro a abril, atingiu 25,45% do PIB. Esse total supera a previsão anual de carga tributária de 23,82% do PIB, considerando-se o valor do PIB de 2.520,1 bilhões, já ajustado pela nova metodologia empregada pelo IBGE.

Passados quatro meses de execução do orçamento de 2007, a arrecadação realizada das Receitas Administradas pela SRF, foco maior da revisão da estimativa de receita realizada pelo Congresso Nacional no projeto de lei orçamentária, apresenta-se entre os valores da previsão da receita da LOA 2007 e os da reestimativa de receita contida na reprogramação do Decreto nº 6.046/07, que trata do contingenciamento. A estimativa de receita derivada dessa reprogramação mostra conservadorismo em relação aos valores realizados, com diferença a menor de cerca de 3,0 bilhões, enquanto que a previsão orçamentária mostra um excesso de 2,6 bilhões em relação aos mesmos valores.

No primeiro quadrimestre, as receitas administradas ficaram 3,0 bilhões acima da previsão devido às variações positivas no Imposto de Renda, Cofins e CSLL. O aumento do IR – Pessoa Jurídica e na CSLL, de 1,1 bilhão e 0,6 bilhão, respectivamente, decorrem do maior faturamento das empresas, especialmente nos setores de telecomunicações e veículos automotores, de maior volume de depósitos administrativos e judiciais e pela retomada do recolhimento regular por parte das empresas do setor financeiro. Já o excedente do IRRF – Rendimentos do Trabalho, de 0,5 bilhão, decorre do crescimento da massa salarial acima do esperado.

No caso das receitas não-administradas, que ficaram, até abril, 1,5 bilhão abaixo das expectativas, a diferença deverá ser compensada nos próximos meses uma vez que decorreu, principalmente, da postergação do pagamento de dividendos do BNDES, no total de 1,0 bilhão, inicialmente previsto para abril.

Verifica-se, portanto, que, até abril, não se justifica, pelo lado da receita, a dimensão do contingenciamento de 16,4 bilhões das dotações orçamentárias, pois a frustração na arrecadação das Receitas Administradas pela SRF mostrou-se muito tímida (apenas 2,6 bilhões). Vale lembrar que o Executivo prevê frustração anual dessas receitas de 17,8 bilhões. Esse total inclui a concessão de incentivos (desonerações) no âmbito do Programa de Aceleração de Crescimento – PAC, no montante de 6,6 bilhões, não contemplados na previsão de receitas da lei orçamentária.

II.3 Despesas Primárias

De janeiro a abril, o total da despesa primária, excluídas as despesas com transferências, foi de 131,7 bilhões, ou 16,89% do PIB. Esse valor é 4,9 bilhões inferior ao previsto para o período, devido, principalmente, a despesas obrigatórias não realizadas.

Cabe destacar que o Poder Executivo considera todas as despesas autorizadas por meio de créditos extraordinários como despesas obrigatórias, mesmo que a classificação indicativa na lei orçamentária seja de despesas discricionárias. Isso pode explicar, em parte, a baixa execução de despesas obrigatórias até abril em relação ao esperado, uma vez que foram abertos cerca de 3,5 bilhões em créditos extraordinários referentes a despesas discricionárias e que ainda não foram executados em sua totalidade.

As despesas primárias discricionárias constantes da lei orçamentária para 2007 estão reduzidas (contingenciadas) em 16,4 bilhões, o que representa 15% do total dessas despesas, percentual também utilizado, inicialmente, na lei orçamentária para 2006. Note-se que, quando não são consideradas, para fim de limitação, as despesas discricionárias autorizadas por meio de créditos extraordinários, os órgãos beneficiados por essas medidas "ganham" um "extrateto", em detrimento dos demais. Isso seria adequado em relação às despesas urgentes e imprevisíveis, no entanto, o instrumento do crédito extraordinário há muito deixou de albergar apenas essas despesas, uma vez que tem suplementado ações existentes no orçamento cuja execução poderia ser realizada com os recursos já autorizados.

O volume de restos a pagar inscritos no final de 2006, que deverão ser pagos em 2007, poderão prejudicar a execução do orçamento para 2007. Esses valores estão incluídos nos limites de pagamento dos órgãos e irão concorrer com o orçamento vigente. Em 2006, foram pagos 12,9 bilhões de restos a pagar relativos a despesas discricionárias do Poder Executivo. Para 2007, está previsto o pagamento de 18,0 bilhões do total de 21,6 bilhões inscritos. Verifica-se, com isso, que pelo menos 20% dos valores liberados para empenho, relativos a despesas discricionárias constantes do orçamento para 2007, não terão recursos suficientes para serem pagos no exercício.

A principal mudança no rumo da política fiscal do País em 2007 foi o anúncio, em janeiro, do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, com o objetivo de promover o crescimento da economia brasileira por meio do aumento de investimentos públicos em infra-estrutura capaz de alavancar novos investimentos privados. O programa anunciado prevê o total de investimentos, do orçamento fiscal e da seguridade social, de 67,8 bilhões em quatro anos. Em 2007, seriam investidos cerca de 15,8 bilhões.

Encerrado o primeiro quadrimestre, o PAC pouco evoluiu em termos de autorizações orçamentárias e de valor executado. Isso, porque não foram incluídas novas programações no orçamento, sendo os investimentos previstos para o período praticamente os mesmos que já estavam programados na lei orçamentária, aprovada no Congresso Nacional. Do lado da execução, problemas inerentes ao início de novas obras, como contratos, licitações, licenças, entre outros, podem justificar o atraso no cronograma inicialmente previsto.

A medida mais importante até o momento foi a ampliação do montante destinado ao Projeto Piloto de Investimentos Públicos – PPI, que passou de 4,6 bilhões para 11,3 bilhões. Os investimentos realizados no âmbito desse projeto não são considerados na apuração do resultado primário, o que produz efeito redutor da meta de superávit primário prevista para 2007. Existe grande expectativa sobre quais projetos farão parte do PPI, uma vez que representarão "afrouxamento" do ajuste fiscal realizado até agora. No entanto, considera-se um avanço que esses investimentos estejam com recursos garantidos, livres de contingenciamento, o que demonstra o compromisso do governo com a realização das obras.

Até abril, foram pagos 3,5 bilhões em despesas de investimentos, com crescimento de 33% em relação ao mesmo período do ano passado. Desse total, 1,4 bilhão refere-se ao pagamento de investimentos relativos ao PPI e o restante de restos a pagar de exercícios anteriores. Em relação ao previsto no orçamento para 2007, apenas 0,2 bilhão foi pago, do total autorizado de 26,0 bilhões em despesas discricionárias.

II.4 Previdência Social

O déficit da previdência social alcançou 1,80% do PIB, ou 14 bilhões, a despeito de o aumento da arrecadação líquida em decorrência do crescimento do emprego formal e das melhorias de gerenciamento da receita. Esse resultado reflete a continuidade do crescimento dessas despesas em conformidade com o projetado, decorrentes, principalmente, do aumento concedido ao salário-mínimo nos últimos anos e da concessão de novos benefícios.

III – Voto

Diante do exposto, voto no sentido de que esta Comissão tome conhecimento das Mensagens nº 64/2007-CN e nº 89/2007-CN e dos demais documentos que compõem este processo, e determine o seu arquivamento.

Sala da Comissão, de de 2007. – Senador **José Maranhão,** Presidente. – Senador **Antonio Carlos Valadares,** Relator.

IV – Conclusão

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, na Primeira Reunião Extraordinária da Segunda Sessão Legislativa Ordinária do Congresso Nacional, realizada em 12 de fevereiro de 2008, Aprovou, por unanimidade, o Relatório do Senador Antonio Carlos Valadares, pelo Arquivamento da Mensagem nº 64/2007-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 6º do art. 2º da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006, o relatório parcial do cumprimento da meta de resultado primário do conjunto dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e do Programa de Dispêndios Globais das empresas estatais federais não-financeiras, referente ao primeiro quadrimestre de 2007".

Compareceram os Senhores Senadores José Maranhão, Presidente, Efraim Morais, Segundo Vice-Presidente, Antonio Carlos Valadares, Augusto Botelho, Cicero Lucena, Flexa Ribeiro, Francisco Dornelles, Jayme Campos, João Ribeiro, Leomar Quintanilha, Lúcia Vânia, Romeu Tuma, Sérgio Zambiasi e Sibá Machado e os Deputados Roberto Rocha, Primeiro Vice-Presidente, Alex Canziani, Carlos Alberto Leréia, Claudio Cajado, Daniel Almeida, Darcisio Perondi, Duarte Nogueira, Edinho Bez, Eduardo Gomes, Eduardo Sciarra, Eduardo Valverde, Eunício Oliveira, Fábio Ramalho, Geraldo Resende, Giacobo, Giovanni Queiroz, Gorete Pereira, Humberto Souto, João Carlos Bacelar, João Leão, João Magaihães, José Pimentel, Luiz Carreira, Manoel Junior, Marcelo Castro, Márcio Reinaldo Moreira, Marcos Medrado, Miguel Corrêa Jr., Mussa Demes, Nelson Meurer, Paulo Pimenta, Paulo Rubem Santiago, Pedro Chaves, Pedro Fernandes, Pedro Novais, Rafael Guerra, Regis de Oliveira, Ricardo Barros, Rose de Freitas, Vanderlei Macris, Vignatti, Wellington Roberto, Zé Geraldo e Zé Gerardo.

Sala de Reuniões, 12 de fevereiro de 2008. – Senador **José Maranhão,** Presidente. – Senador **Antonio Carlos Valadares,** Relator.

PARECER Nº 2, DE 2008 – CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, sobre a Mensagem nº 136/2007 – CN que "encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 6º do art. 2º da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006, o relatório e avaliação do cumprimento da meta de superávit primário do conjunto dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e do Programa de Dispêndios Globais das empresas estatais federais não-financeiras, referente ao segundo quadrimestre de 2007".

Autor: **Poder Executivo**
Relator: Senador **Antônio Carlos Valadares**

I – Relatório

Nos termos do § 6º do art. 2º da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006, Lei de Diretrizes Orçamentárías para 2007 – LDO 2007, o Poder Executivo enviou ao Congresso Nacional, por meio da Mensagem nº 136/2007 – CN, relatório de cumprimento da meta de superávit primário dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e do Programa de Dispêndios Globais (PDG) das empresas estatais federais, referente ao segundo quadrimestre de 2007. Por meio do Ofício nº 538/2007/CMO do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, fui designado para relatar a matéria.

A meta de superávit primário para o setor público consolidado, a ser alcançada em 2007, foi inicialmente fixada na LDO em 4,25% do PIB. Desse valor, 3,15% correspondem ao esforço do Governo Federal, sendo 2,45% referentes aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (Governo Central) e 0,70% às empresas estatais federais, podendo, ainda, haver compensação entre esses orçamentos.

Em maio, a LDO foi alterada para apresentar as metas fiscais para 2007 em valores nominais. Essa alteração ocorreu em virtude de ajustes metodológicos efetuados, em março, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE na apuração do Produto Interno Bruto – PIB. Como o novo PIB é maior que o anteriormente previsto, se permanecesse a meta fiscal como porcentagem do PIB, o superávit primário em valores nominais teria que aumentar. Vale ressaltar, no entanto, que essa alteração, que só tem validade para este ano, não influi no cenário fiscal inicialmente previsto e não deverá, portanto, implicar mudanças no volume de gastos previstos na programação orçamentária para 2007.

A meta de superávit primário para o setor público consolidado, fixada em R$95,9 bilhões, correspondia a 4,25% do PIB, apurado na antiga metodologia. Sob a nova metodologia, corresponde a 3,80% do PIB. Ao Governo Federal caberá alcançar superávit primário de pelo menos R$71,1 bilhões, sendo R$53,0 bilhões relativos ao Governo Central e R$18,1 bilhões, às empresas estatais federais.

Ampliou-se, ainda, o valor das despesas com o Projeto Piloto de Investimentos – PPI, que são dedutíveis da meta de superávit fixada pela LDO. O valor do PPI passou de R$4,6 bilhões para R$11,3 bilhões.

II – Análise

II.1 – Resultado Primário

Encerrado o segundo quadrimestre, o setor público consolidado, que inclui os governos regionais, registrou superávit primário de R$87,7 bilhões, ou 5,31% do PIB, comparativamente a R$76,0 bilhões, ou 5,05% do PIB, no mesmo período do ano passado. Esse resultado, conjugado com queda no valor de pagamento de juros até agosto desse ano, proporcionou déficit nominal acumulado, no ano, de R$16,2 bilhões, ou 0,98% do PIB. No mesmo período do ano passado, o déficit acumulado era de R$34,7 bilhões ou 2,31% do PIB.

No âmbito dos Orçamentos Fiscal, da Seguridade e das Empresas Estatais, o resultado primário alcançado, até agosto, foi de 3,76% do PIB, acima da projeção inicial de 3,28% do PIB, cumprindo-se, dessa forma, a meta fiscal estabelecida para o período.

O Governo Federal apresentou superávit primário de R$52,5 bilhões, até agosto, R$8,8 bilhões superior à meta de resultado primário para o período. Esse resultado foi possível em virtude da conjugação de arrecadação da receita acima do esperado e despesas não realizadas, em relação às metas fixadas para o quadrimestre.

As empresas estatais federais apresentaram resultado primário de R$9,5 bilhões. Embora esse valor seja inferior ao fixado para o período, a STN informa a necessidade de ajuste metodológico, incluindo como resultado das Estatais o valor de R$1,7 bilhão referente ao resultado de Itaipu Binacional. Com isso, o superávit primário das empresas estatais federais seria de R$11,2 bilhões, resultado R$0,7 bilhão superior à meta fixada para o 2º quadrimestre. Contribuíram para esse resultado as empresas do Grupo Petrobras e do Grupo Eletrobrás. As do primeiro em função de reformulação no cronograma de investimentos e as do segundo em decorrência da aquisição de energia elétrica para revenda em volume abaixo do esperado.

II.2 – Receitas Primárias

A carga tributária federal, de janeiro a agosto, atingiu 23,92% do PIB. Esse percentual praticamente iguala-se à previsão anual de carga tributária de 23,82% do PIB, considerando-se o valor do PIB de R$2.520,1 bilhões, já ajustado pela nova metodologia empregada pelo IBGE.

No segundo quadrimestre, as receitas administradas ficaram R$8,6 bilhões acima da previsão inicial, devido às variações positivas no Imposto de Renda, Cofins e CSLL, seguindo a mesma tendência observada no primeiro quadrimestre deste ano. O aumento do IR – Pessoa Jurídica e na CSLL, de R$2,5 bilhões e R$1,9 bilhão, respectivamente, decorreram do maior faturamento das empresas, especialmente nos setores de telecomunicações, veículos automotores, serviços financeiros, seguros, previdência complementar e planos de saúde. Já o excedente do IR – Pessoa Física, de R$2,1 bilhões, decorre do crescimento da arrecadação relativa ao item ganho de capital na alienação de bens, em razão de maior controle sobre as Declarações de Operações Imobiliárias (DOI) e sobre as Declarações de Informações de Atividades Imobiliárias (DIMOB).

No caso das receitas não-administradas, que ficaram, até agosto, R$2,2 bilhões abaixo das expectativas, a diferença deve-se ainda, como no relatório anterior, ao comportamento das receitas de dividendos, da cota-parte de compensações financeiras e de demais receitas.

Verifica-se, portanto, que até agosto, a arrecadação das receitas da União tem seguido o inicialmente previsto na LOA e que o Governo Federal tem se mostrado extremamente conservador, no início de cada exercício, ao editar decretos de contingenciamento, prevendo queda expressiva da receita prevista na lei orçamentária. Vale lembrar que a previsão inicial, realizada em março, previa frustração anual da receita de R$20,6 bilhões. Atualmente, espera-se que o total arrecadado fique bem próximo ou até supere o previsto na lei orçamentária.

II.3 – Despesas Primárias

De janeiro a agosto, o total da despesa primária, excluídas as despesas com transferências, foi de R$278,6 bilhões, ou 16,9% do PIB. Esse valor é R$1,6 bilhões inferior ao previsto para o período, devido, principalmente, a despesas discricionárias não realizadas.

As despesas com pessoal superaram em R$1,9 bilhão o projetado para o período. Espera-se que esses valores sejam compensados no próximo quadrimestre, uma vez que a projeção anual das despesas com pessoal supera a lei em apenas R$0,6 bilhão.

Também cresceram, em relação ao inicialmente esperado, as despesas com abono e seguro-desemprego. Segundo informações do relatório do segundo quadrimestre, esse aumento reflete a adoção de diversas medidas com vistas a facilitar o acesso a esses benefícios — em especial, o aprimoramento do pagamento por meio do crédito em conta corrente e folha de pagamento.

As despesas discricionárias do Poder Executivo totalizaram R$54,1 bilhões, até agosto. Esse valor é R$2,2 bilhões inferior ao previsto para o período. A não execução de despesas discricionárias pode ser explicada pelo conservadorismo do Governo, que limita exageradamente os limites financeiros dos órgãos, o que dificulta o planejamento e execução das ações orçamentárias.

Os investimentos somaram R$9,1 bilhões, com crescimento de 25% em relação ao mesmo período do ano passado. Desse total, R$1,6 bilhão refere-se ao pagamento de investimentos relativos ao PPI e R$5,6 bilhões a restos a pagar de exercícios anteriores.

Em relação ao previsto no orçamento para 2007, apenas R$1,8 bilhão foi pago, do total autorizado de R$25,3 bilhões para investimentos.

II.4 – Previdência Social

O déficit da previdência social alcançou 1,61% do PIB, ou R$26,6 bilhões. Esse resultado, inferior em R$2,0 bilhões ao esperado para o período, deve-se ao aumento da arrecadação líquida, em decorrência do crescimento do emprego formal e das melhorias de gerenciamento da receita, e à redução de R$0,6 bilhão no pagamento de benefícios em comparação ao projetado inicialmente.

III – Voto

Diante do exposto, voto no sentido de que esta Comissão tome conhecimento da Mensagem nº 136/2007 – CN e dos demais documentos que compõem este processo, e determine o seu arquivamento.

Sala da Comissão, 2007. – Senador **José Maranhão,** Presidente – Senador **Antônio Carlos Valadares,** Relator.

IV – Conclusão

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, na Primeira Reunião Extraordinária da Segunda Sessão Legislativa Ordinária do Congresso Nacional, realizada em 12 de fevereiro de 2008, aprovou, por unanimidade, o relatório do Senador Antônio Carlos Valadares, pelo arquivamento da Mensagem nº 136/2007 – CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 6º do art. 2º da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006, o relatório e avaliação do

cumprimento da meta de superávit primário do conjunto dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e do Programa de Dispêndios Globais das empresas estatais federais não-financeiras, referente ao segundo quadrimestre de 2007".

Compareceram os Senhores Senadores José Maranhão, Presidente, Efraim Morais, Segundo Vice-Presidente, Antônio Carlos Valadares, Augusto Botelho, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Francisco Dornelles, Jayme Campos, João Ribeiro, Leomar Ouintanilha, Lúcia Vânia, Romeu Tuma, Sérgio Zambiasi e Sibá Machado e os Deputados Roberto Rocha, Primeiro Vice-Presidente, Alex Canziani, Carlos Alberto Leréia, Claudio Cajado, Daniel Almeida, Darcísio Perondi, Duarte Nogueira, Edinho Bez, Eduardo Gomes, Eduardo Sciarra, Eduardo Valverde, Eunício Oliveira, Fábio Ramalho, Geraldo Resende, Giacobo, Giovanni Queiroz, Gorete Pereira, Humberto Souto, João Carlos Bacelar, João Leão, João Magalhães, José Pimentel, Luiz Carreira, Manoel Junior, Marcelo Castro, Márcio Reinaldo Moreira, Marcos Medrado, Miguel Corrêa Jr., Mussa Demes, Nelson Meurer, Paulo Pimenta, Paulo Rubem Santiago, Pedro Chaves, Pedro Fernandes, Pedro Novais, Rafael Guerra, Regis de Oliveira, Ricardo Barros, Rose de Freitas, Vanderlei Macris, Vignatti, Wellington Roberto, Zé Geraldo e Zé Gerardo.

Sala de Reunião, 12 de fevereiro de 2008. – Senador **José Maranhão**, Presidente – Senador **Antônio Carlos Valadares**, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Os pareceres lidos vão à publicação e as matérias serão encaminhadas ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sobre a mesa Parecer nº 3, de 2008, da Comissão Mista de Orçamento, que apresenta o substitutivo ao Projeto de Lei nº 30, de 2007 – CN (Mensagem nº 115/2007-CN / nº 649/2007, na origem), que "Estima a Receita e fixa despesas para o exercício financeiro de 2008", que passo a ler.

É lido o seguinte:

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 2008

(PROJETO DE LEI Nº 30/2007-CN)

(*) RELATÓRIO FINAL APRESENTADO VOLUME I

Presidente: Senador José Maranhão (PMDB/PB)
Relator-Geral: Deputado José Pimentel (PT/CE)

01/03/2008

ORÇAMENTO PARA 2008

RELATÓRIO FINAL

Sobre o Projeto de Lei nº 030/2007-CN, Mensagem nº 115/2007-CN Nº 649/2007, na origem, que "Estima a Receita e fixa a Despesa para o exercíc financeiro de 2008"

PRESIDENTE: Senador José Maranhão (PMDB/PB)

RELATOR-GERAL: Deputado José Pimentel (PT/CE)

RELATOR DA RECEITA: Senador FRANCISCO DORNELES (PP/RJ)

RELATORES SETORIAIS:

- Área Temática I - Infra-estrutura: Senador **Leomar Quintanilha (PMDB/TO)**
- Área Temática II - Saúde: Deputado **Rafael Guerra (PSDB/MG)**
- Área Temática III - Integração Nacional e Meio Ambiente: Deputado **Eunício Oliveira (PMDB/CE)**
- Área Temática IV - Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte: Deputado **Manoel Júnior (PSB/PB)**
- Área Temática V - Planejamento e Desenvolvimento Urbano: Senador **Jayme Campos (DEM/MT)**
- Área Temática VI – Fazenda, Desenvolvimento e Turismo: Senadora **Lúcia Vânia (PSDB/GO)**
- Área Temática VII – Justiça e Defesa: Senador **Sérgio Zambiazi (PTB/RS)**
- Área Temática VIII – Poderes do Estado e Representação: Deputado **Carlos Eduardo Cadoca (PMDB/PE)**
- Área Temática IX: Agricultura e Desenvolvimento Agrário: Deputado **Carlos Melles (DEM/MG)**
- Área Temática X: Trabalho, Previdência e Assistência Social: Deputado **Giacobo Zambiazi (PR/PR)**

PARECER Nº 3, DE 2008 - CN

SUMÁRIO

VOLUME I

RELATÓRIO E VOTO

ANEXOS:

SUBSTITUTIVO AO TEXTO DA LEI

ANEXO V – AUTORIZAÇÃO PARA DESPESAS COM PESSOAL

ANEXO VI – OBRAS E SERVIÇOS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES

VOLUME II

PARECERES ÀS EMENDAS

EMENDAS AO TEXTO E DE CANCELAMENTO

EMENDAS AO TEXTO E DE CANCELAMENTO APROVADAS OU APROVADAS PARCIALMENTE

EMENDAS AO TEXTO E DE CANCELAMENTO REJEITADAS

EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR

EMENDAS DE CANCELAMENTO APROVADAS E APROVADAS PARCIALMENTE

EMENDAS DE CANCELAMENTO REJEITADAS

EMENDAS DE CANCELAMENTO POR AUTOR

EMENDAS À DESPESA

EMENDAS COLETIVAS APROVADAS OU APROVADAS PARCIALMENTE – POR AUTOR

EMENDAS DE RELATOR APROVADAS OU APROVADAS PARCIALMENTE – POR AUTOR

EMENDAS COLETIVAS E DE RELATOR APROVADAS OU APROVADAS PARCIALMENTE - POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO/LOCALIZAÇÃO

EMENDAS INDIVIDUAIS APROVADAS OU APROVADAS PARCIALMENTE – POR AUTOR

EMENDAS À DESPESA INADMITIDAS, REJEITADAS, RETIRADAS E PREJUDICADAS – POR AUTOR

VOLUME III

ESPELHO DAS EMENDAS DO RELATOR-GERAL

DEMONSTRATIVO DAS EMENDAS DE RELATOR-GERAL, POR MODALIDADE

VOLUME IV

QUADROS DEMONSTRATIVOS DAS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS NO SUBSTITUTIVO

DEMONSTRATIVOS CONSOLIDADOS

DESPESAS POR FONTE DE RECURSOS

DESPESAS POR FUNÇÃO

DESPESAS POR SUB-FUNÇÃO

DESPESAS POR PROGRAMA

DESPESAS POR GRUPO NATUREZA DE DESPESA (GND)

DESPESAS POR ÓRGÃO

DESPESAS POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

DESPESAS POR ÓRGÃO/GND

DESPESAS COM PESSOAL – POR ÓRGÃO

DESPESAS POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO(UF)

DESPESAS COM INVESTIMENTOS – POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO

DESPESAS POR PROJETO/ATIVIDADE/OPERAÇÃO ESPECIAL – POR ÓRGÃO

DEMONSTRATIVOS ANALÍTICOS DAS ALTERAÇÕES EFETUADAS PELO SUBSTITUTIVO NA PROGRAMAÇÃO DE TRABALHO

DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DAS ALTERAÇÕES EFETUADAS PELO SUBSTITUTIVO NA PROGRAMAÇÃO DE TRABALHO – ORÇAMENTO FISCAL E SEGURIDADE

DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DAS ALTERAÇÕES EFETUADAS PELO SUBSTITUTIVO NA PROGRAMAÇÃO DE TRABALHO – ORÇAMENTO DAS ESTATAIS

SOLICITAÇÕES DE ALTERAÇÕES DE EMENDAS (ajustes e correções)

VOLUME V

RELATÓRIO DOS COMITÊS PERMANENTES

(*) Publicado no Suplemento "A" ao DCN N° 04, DE 2008

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – O parecer lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Há oradores inscritos.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM – BA) – Sr. Presidente. Peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Com a palavra, para uma questão de ordem, o Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM – BA. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não há número. Precisaríamos de 26 Deputados e 5 Senadores, e não há um só Senador nesta Casa; se chegou pode ter sido um ou dois. Não podemos fazer reunião do Congresso Nacional sem a presença do Senado. Vamos aguardar que cheguem Senadores.

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG) – Pela ordem, Sr. Presidente, para contestar.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – A Mesa aguarda e indaga de V. Exª se podemos ouvir os oradores enquanto aguardamos que se complete o quórum.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM – BA) – Poderemos ouvir oradores, mas não podemos entrar na Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Pois não. Agradeço a V. Exª.

Há oradores inscritos para o período de breves comunicações.

Concedo a palavra ao eminente Deputado Gilmar Machado. V. Exª dispõe de cinco minutos.

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado. Sr. Presidente, Srªs e Srs. Congressistas, nós felizmente estamos aqui nesta tarde para complementar o trabalho fundamental deste Parlamento, que é exatamente a votação da peça orçamentária para o ano de 2008.

Estamos aqui, enquanto Vice-Líder do Governo, aguardando os últimos entendimentos com os Partidos da Oposição, especialmente o DEM e o PSDB, por todos os questionamentos feitos à Base do Governo. Entendendo a necessidade de votarmos rapidamente a peça orçamentária, a importância de termos uma peça orçamentária para o País, fizemos concessões – alguns inclusive entendiam que não deveríamos fazer tantas concessões. Mas não se trata de concessão e, sim, de construção da melhor peça orçamentária para o País. Aceitamos, se houver entendimento, se tivermos um acordo, fazer a retirada integral do Anexo de Metas, se for para o acordo da votação, hoje, da peça orçamentária, e não para fazer cortes na Lei Kandir. E, ao mesmo tempo, fazendo com que tenhamos a recuperação dos recursos na área de agricultura, a devolução de parte dos recursos dos tribunais.

Esse foi o entendimento que buscamos construir. E há o entendimento por parte do Governo de que faremos esse acordo, esse entendimento se, de fato, a Oposição fechar o acordo para votação neste momento. Caso contrário, votaremos o que saiu da Comissão Mista de Orçamento, e aí haverá algumas dificuldades que não queremos exatamente que ocorram aqui.

Nesta tarde, eu gostaria de dizer que nós fizemos o que foi possível. Fizemos todas as concessões possíveis e, ao mesmo tempo, buscamos preservar a espinha dorsal do Orçamento, que garante, de fato, que o País continue num processo de crescimento, fazendo com que o País tenha os seus investimentos preservados, principalmente nas áreas de educação, saúde e segurança e, dessa forma, continuar com os nossos projetos de inclusão social e, acima de tudo, fazer com que o País tenha possibilidade de continuar enfrentando crises como essa a que estamos assistindo agora, não só na economia americana mas na de outros países.

Portanto, fazemos aqui um apelo para que possamos, de fato, fechar em definitivo esse acordo, para que o Deputado Pimentel, na hora da abertura da Ordem do Dia, às 16 horas, possa, então, votar rapidamente. E, certamente, o País terá sua peça orçamentária, assegurando as transferências, rapidamente, aos Estados e aos Municípios, que têm vivido momentos de angústia, pela ausência da peça orçamentária.

Então, agradeço aos Líderes do PSDB, ao Presidente do PSDB, Senador Sérgio Guerra; ao Senador José Agripino, ao Deputado ACM Neto e ao Deputado Rodrigo Maia, que participaram ativamente desse processo; ao Deputado Macris, do PSDB, que trabalhou para que pudéssemos chegar a esse entendimento.

Então, estamos apenas aguardando esse processo.

Agradeço, e muito, à Base do Governo; aos Parlamentares dos diversos partidos, que nos ajudaram muito. Deputado João Leão, Deputada Rose de Freitas; Deputados Pedro Novais, Wellington Roberto e outros, que nos ajudaram – e muito – a construir essa possibilidade de entendimento nesta tarde.

Encerro, Sr. Presidente, Senador Garibaldi, agradecendo a V. Exª pela paciência e tranqüilidade que teve para nos conduzir, juntamente com o Senador José Maranhão, Presidente da Comissão, e o nosso Relator.

Cumprimento o Deputado José Pimentel pelo grande esforço que teve para construir todo esse processo.

E, finalmente, à minha Líder, Senadora Roseana Sarney, que nos deu todas as condições para buscar esse entendimento e chegarmos nesta tarde com condição de votar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Gilmar Machado, o Sr. Osmar Serraglio, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Deputado João Leão.

O SR. JOÃO LEÃO (PP – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Congressistas, solicitamos a todos os Srs. Parlamentares – Senadores, Senadoras, Deputados e Deputadas – que se dirijam ao plenário, pois precisamos votar a peça orçamentária, no grande acordo que foi feito. Precisamos votar. E, para isso, solicitamos a unanimidade dos Parlamentares no plenário.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Exª.

Dentro das inscrições para o período de breves comunicações, concedo a palavra ao Deputado Sebastião Bala Rocha. (Pausa.)

Na ausência do Deputado Sebastião Bala Rocha, concedo a palavra ao Deputado Nelson Trad. (Pausa.)

Na ausência do Deputado Nelson Trad, concedo a palavra ao Deputado Geraldo Resende. (Pausa.)

Na ausência do Deputado Geraldo Resende, concedo a palavra ao Deputado Eduardo Sciarra. (Pausa.)

Na ausência do Deputado Eduardo Sciarra, concedo a palavra ao Deputado Ricardo Barros.

Tem V. Exª a palavra.

O SR. RICARDO BARROS (PP – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Congressistas, eu gostaria primeiro de saudar este momento, este acordo feito para votação do Orçamento do Brasil neste ano de 2008.

Nós tivemos um ano de inovações com a Resolução nº 1. Primeiro, estabeleceu-se o Relator da Receita, papel que o Senador Francisco Dornelles, com a competência que lhe é peculiar, desempenhou de forma muito produtiva.

Ao longo de um período extremamente consistente, inclusive quando foi necessário o corte de R$40 bilhões no Orçamento, encontrou-se, por intermédio do relatório da Receita, a solução para que os cortes fossem menos acentuados nesta área do Orçamento, em especial nos investimentos.

O Presidente Garibaldi Alves Filho e o Presidente da Comissão, José Maranhão, têm zelado pela Resolução nº 1. Nós temos no Relator José Pimentel uma pessoa extremamente serena, cuidadosa, atenciosa, que construiu nesse período um entendimento bastante bom. Primeiro, teve de fazer um Orçamento, que ficou pronto e estava pronto para ser votado dia 28 de dezembro, que caiu junto com a CPMF. Aí, construímos nova peça orçamentária, com os cortes necessários, e esta nova peça refletiu o sacrifício de alguns setores, o que era natural. Foram cortados R$13 bilhões do Orçamento da União. As bancadas tiveram atendimento menor em suas emendas do que esperavam ter, mas as comissões também. No entanto, isso não impede que a peça orçamentária ainda assim reflita, de forma bastante clara, a vontade das bancadas, a vontade dos Parlamentares que estão nas comissões.

Dessa resolução, todos participam. Todos os Deputados e todos os Senadores participam do Orçamento, porque 55% dos recursos são destinados às bancadas e também aos relatores setoriais: 55% para os relatores setoriais; 25% para as bancadas e 20% para o Relator-Geral. Então, cada bancada estadual recebeu recursos que ela destinou dentro das emendas.

Portanto, todos os Parlamentares, em suas bancadas, foram convocados para opinar.

As Comissões, da mesma forma, receberam as emendas de remanejamento, como receberam também as emendas de remanejamento as bancadas estaduais. Isso obrigou todos a analisarem o conjunto da peça orçamentária e não só os acréscimos, porque os acréscimos representam apenas 3% do Orçamento da União. Aliás, as alterações representam 3%. Os acréscimos representam 1,5% do Orçamento da União; os cortes representam mais 1,5%.

Então, nós fazemos um exercício enorme na peça orçamentária – o Deputado João Leão é o Relator da LDO; o Deputado Cláudio Vignatti, Relator do PPA –, para mexer em 3% dos valores do Orçamento. Assim, não há que se dizer que o trabalho da Comissão tenha qualquer impacto maior, mas tem um impacto fundamental, na medida em que prioriza as ações mais importantes de cada Estado, as ações mais relevantes que as Comissões entendam devam ser reforçadas no Orçamento, para a sua área de atuação.

Portanto, quero elogiar aqui todos os relatores: os relatores setoriais, o relator-geral, o relator do PPA e o da LDO; o Presidente José Maranhão, que levou o pulso firme a condução da Comissão.

Quero dizer que não vamos alterar a Resolução nº 1, que teremos um rodízio completo dos membros da Comissão, que daremos oportunidade a outros colegas de conhecerem o Orçamento com mais profundidade. Vamos manter também o rodízio das relatorias setoriais, para que outros partidos possam tomar conhecimento de áreas do Orçamento com mais profundidade. Vamos trabalhar, Sr. Presidente, para que essa resolução seja aprimorada.

Mas acabamos com a rachadinha, construímos a necessidade de as emendas de bancadas serem estruturantes e de terem continuidade, porque, quando uma bancada escolhe uma obra e ela é iniciada, a emenda referente a ela deve ser repetida até que a obra seja concluída.

Portanto, temos um Orçamento mais responsável, temos comitês de acompanhamentos permanentes, tais como o Comitê de Avaliação da Receita, Comitê de Acompanhamento da Execução Orçamentária, Comitê de Admissibilidade de Emendas e o Comitê de...

(Interrupção do som.)

O SR. RICARDO BARROS (PP – PR) – Obrigado, Sr. Presidente.

Para concluir, o comitê que avalia as informações do Tribunal de Contas da União. Todos são comitês permanentes. Os relatores setoriais devem ser nomeados na última terça-feira de março: os relatores setoriais, o relator-geral, o relator da receita, PPA e LDO.

Portanto, a Comissão de Orçamento, que antes funcionava apenas dois meses, três meses no fim do ano, agora, funciona o tempo todo, permitindo, assim, aos Srs. Relatores influir na construção da peça orçamentária no Executivo, porque já é relator setorial e, como tal, tem a oportunidade de influir na construção da peça orçamentária do seu setor executivo.

Parabenizo a todos! Comemoramos essa nova ordem estabelecida a partir da Resolução nº 1.

Quero me congratular pelo resultado final dessa peça orçamentária, que é uma peça boa para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ (PDT – PA. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quando se fala em Orçamento da União, esta Casa já acostumou a considerá-lo como uma peça de ficção, porque, na verdade, a execução orçamentária sempre fica muito aquém daquilo que autorizamos o Governo a executar.

Vários projetos tramitam na Casa com o objetivo de tornar essa peça impositiva, o que, aí sim, nos daria condição de pensar nas ações que o Estado deve executar para atendimento aos diversos Estados brasileiros ou às diversas unidades territoriais deste País.

Sr. Presidente, algo que poucos prestam atenção é que, na verdade, estamos vivendo um momento estranho. Tenho aqui a denunciar, e o farei durante o curso desta sessão, várias obras superdimensionadas em termos de valores de sua construção, bem como outras subdimensionadas em seus valores.

Mas, às vezes, a gente se fixa nessa questão de R$300 milhões, R$500 milhões, e nos esquecemos de fazer uma análise do quanto pagamos pelo que é arrecadado em termos fiscais, em termos de contribuição, do quanto pagamos de juros.

Para se ter noção, no ano passado, estavam previstos R$175 bilhões para pagamento de juros. Neste ano, são R$152 bilhões. Isso representa exatamente 18% de toda a receita fiscal e de contribuições a serem arrecadadas neste País. São 18%, enquanto que, para investimentos, nós temos apenas 4%. Mas 18% vão para o setor financeiro, para os especuladores e para os agiotas que este Governo sustenta, inclusive, com o prejuízo do Banco Central. O Governo, ao permitir a entrada fácil dos bilionários especuladores internacionais, paga a eles juros da ordem de 11,25%, como agora está estipulado na taxa Selic; reaplica 1,5%, paga a diferença, que é, ao final, paga pelo povo brasileiro. A essa conta é que nós Deputados temos que nos ater.

O Presidente Lula tem insistido, de forma indireta, para não ser mais agressivo, que o Presidente do Banco Central deva se ater a uma taxa menor para rolagem da nossa dívida. No entanto, lamentavelmente, o Sr. Henrique Meirelles, banqueiro que é, não vai levar prejuízo a esses tantos banqueiros nacionais e internacionais, que, especulado, enriquecem à custa do povo brasileiro.

No ano passado, Deputado B. Sá, o Banco Central teve um prejuízo de R$46 bilhões, dinheiro que se sangrou dos cofres públicos e que poderia estar atendendo às necessidades do povo brasileiro; poderia estar fortalecendo as universidades federais que estão falidas; poderia estar atendendo ao sistema viário, à habitação, ao saneamento básico, ao tratamento de água, enfim, permitindo-nos ter segurança, Sr. Presidente, que, lamentavelmente, não encontramos neste País.

Daí eu estar a refletir: será que vale a pena vir até aqui discutir o preço do metro quadrado da construção do Tribunal Regional Federal? Será que vale a pena discutir os R$500 milhões destinados à obra do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, que está sendo construído a R$3.000,00 o metro quadrado em vez de R$1.200,00? Quando consentimos essa sangria praticada com a política monetária do Sr. Henrique Meirel-

les à frente do Banco Central, permitindo que o Brasil pague os juros mais caros do mundo, se houvesse um equilíbrio efetivo das contas públicas brasileiras...

(Interrupção do som.)

O SR. GIOVANNI QUEIROZ (PDT – PA) – Para concluir.

Se tivesse o Brasil a credibilidade que o Banco Central diz ter, com o equilíbrio das contas públicas, a inflação contida, não teria o Brasil que pagar os juros mais caros do mundo. Se é verdade o que afirma o Sr. Presidente do Banco Central, ele terá que responder por que ainda tem que pagar os juros mais caros praticados no mundo na rolagem da dívida interna.

Daí a conseqüência é R$46 bilhões no ano passado de prejuízo, sangrado dos cofres públicos, para pagamento daquilo que é a rolagem de uma dívida que o Brasil não precisaria ter.

Sr. Presidente, quanto às denúncias que farei, voltarei a esta tribuna.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Deputado Rafael Guerra.

O SR. RAFAEL GUERRA (PSDB – MG. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Srªs e Srs. Deputados, venho aqui, concluindo minha tarefa, como relator setorial da saúde que fui, apresentar e resumir para todos os Parlamentares, não só os da Comissão de Orçamento, as dificuldades que tivemos no orçamento setorial da saúde.

Procuramos realizar um trabalho com distribuição equânime dos recursos entre os Estados, observando o critério populacional, observando o Índice de Desenvolvimento Humano e, dentro do possível, fazendo a manutenção dos programas propostos pelo Executivo.

Mas é preciso que a Nação saiba, e os Parlamentares também, que há uma previsão de déficit no orçamento da saúde, para o ano de 2008, de R$5 bilhões, mais do que esse valor que, na verdade, poderá ser resolvido se o Executivo quiser.

Vejam V. Exªs que estamos agora para votar o Orçamento, e o Governo diz que a culpa é da Oposição ou do Congresso Nacional, que não aprova o Orçamento da União. Na verdade, o Governo está preferindo dirigir o País, governar por meio de medidas provisórias com créditos extraordinários. Este ano, já foram quase R$23 bilhões. No ano passado, medidas provisórias de crédito extraordinário totalizaram mais de R$49,7 bilhões, mais do que todo o orçamento da saúde. É a demonstração clara de que a CPMF era um excedente, era um excesso de arrecadação que permitiu ao Governo fazer medidas provisórias com créditos extraordinários, decidindo, de forma discricionária, em que aplicar. Às vezes, vem para cá uma medida provisória, cujo recurso o Governo já gastou; mas não há um mecanismo que preveja sua devolução. Não queremos, portanto, obstruir.

Fizemos um destaque na Comissão de Orçamento, informamos ao Relator-Geral, mas infelizmente esse destaque não foi acatado. O que acontece é que, no ano passado, o IBGE mudou a fórmula de cálculo da variação do PIB e, de acordo com a nova fórmula, o Executivo tem uma dívida com a saúde de R$2,636 bilhões, sendo a maior parte nos quatro últimos anos, 2004, 2005, 2006 e 2007. Dois bilhões, seiscentos e trinta e seis milhões! Existe fonte, existe recurso para repor esse dinheiro. Não houve a vontade política do Governo. Nós não vamos obstruir a votação do Orçamento, não vamos impedir a votação dele, mas quero dizer aos senhores, na qualidade de Presidente da Frente Parlamentar da Saúde, que reassumo a partir de hoje e vamos ao Tribunal de Contas da União, vamos ao Ministério Público, ao Procurador-Geral da República, levar os nossos cálculos. Confirmados esses cálculos pelo Judiciário, o Governo terá que cumprir a Constituição. Não há o que discutir porque não estamos pedindo nada além do piso constitucional. Estamos cobrando o mínimo constitucional.

De modo que sugerimos ao relator a aplicação desses recursos para os procedimentos de média e alta complexidade e para ampliação dos serviços de urgência e emergência em todos os Municípios com mais de 100 mil habitantes no Brasil. É uma aplicação em benefício do País, em benefício do SUS, em benefício do cidadão. Sei que esse recurso não será reposto aqui no Orçamento, mas certamente será reposto pelo Judiciário.

Na oportunidade, Sr. Presidente, quero agradecer ao Deputado Darcísio Perondi, que me substituiu na direção da Frente Parlamentar da Saúde enquanto eu era relator setorial da saúde no Orçamento. Agradeço-lhe pela sua dedicação, pelo seu empenho, pela sua luta em favor da saúde.

Reassumo agora. Vamos trabalhar elaborando de imediato nossa pauta para o primeiro semestre deste ano. Teremos, sem dúvida, no Senado, a necessidade da aprovação da regulamentação da Emenda Constitucional nº 29 e, na Câmara, vários outros projetos que são importantes para a saúde.

Preocupa-nos muito, nesse momento, a reforma tributária, que retira o PIS, Cofins e a Contribuição Social sobre o Lucro e coloca tudo no IVA. Essas são fontes de financiamento da seguridade social, portanto, a alteração da reforma tributária não pode prejudicar

a seguridade social e a saúde. Temos que garantir as fontes para a saúde e para a seguridade, a Previdência e a assistência social na reforma tributária.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB – CE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Deputado Mauro Benevides pela ordem.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero comunicar a V. Exª e à Casa que o Supremo Tribunal Federal acaba de eleger para seu Presidente o Ministro Gilmar Mendes, que substituirá a Ministra Ellen Gracie, que ali cumpriu excelente desempenho à frente da Corte Judiciária maior do País. Portanto, era a comunicação que eu desejava fazer com o realce de que o novo Presidente tem aquela qualificação inquestionável para exercer a chefia do Poder Judiciário do País.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Associo-me à manifestação do Congressista Mauro Benevides; congratulo-me com o Ministro Gilmar Mendes, ao mesmo tempo em que registro, como V. Exª acaba de fazer, o excelente desempenho da Ministra Ellen Gracie. Agradeço a V. Exª.

Com a palavra o Deputado Barbosa Neto.

O SR. BARBOSA NETO (PDT – PR. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Garibaldi Alves, Srªs e Srs. Congressistas, este é um momento importante que construímos. Tenho certeza de que iremos agora fazer a grande votação que estamos esperando. Mas eu gostaria de pensar também que poderíamos ter um orçamento maior para a seguridade social; pensarmos principalmente em contemplar os milhões de aposentados e pensionistas que estão perdendo, mês a mês, o poder aquisitivo dos seus proventos.

Lamentavelmente, nos últimos 13 anos, os aposentados tiveram uma perda em relação ao salário mínimo de cerca de 60%. Aqueles que se dedicaram, que deram os melhores anos de suas vidas estão hoje relegados e esquecidos. Nós vamos entrar agora na discussão da nossa reforma tributária, então seria o momento oportuno para debatermos acerca desse ponto. Muitos podem pensar que o assunto nesse momento é fora de foco, mas nós temos sim que nos lembrar daqueles que, infelizmente, estão passando por dificuldades e não conseguem ter corrigidos os seus vencimentos para comprar remédios, comida, enfim sobreviverem. Tanta injustiça contra os nossos irmãos de cabelos brancos, de pele enrugada que deram o melhor de si, de sol a sol, e construíram o melhor para este País, Sr. Presidente.

Há pouco, estivemos o Deputado Paulo Pereira, eu e representantes dos Sindicatos Nacionais dos Aposentados com o Presidente Arlindo Chinaglia, pedindo a ele que coloque em votação algumas propostas de emenda constitucional que possam sinalizar pelo menos um aumento escalonado para que, em 10, 12, 15 anos, nós possamos ter a correção e evitar o sofrimento de tantos brasileiros.

Ontem recebi *e-mail* de uma senhora chamada Esther Barbosa, que é de Maringá, noroeste do Paraná, e que apesar do sobrenome não é minha parente; ela diz estar cansada, decepcionada, com muita tristeza no coração e às vezes com um pouco de revolta, mas ainda com um fio de esperança.

Diz ela:

"Trabalhei quase uma vida inteira até me aposentar por tempo de serviço, aposentadoria integral, os primeiros recebimentos eram o mesmo valor que eu recebia quando estava em atividade, após alguns meses foi caindo o valor recebido. Hoje recebo um salário mínimo e alguns trocados. Ao invés de alegria ao chegar o dia de receber minha aposentadoria, é tristeza, pois é tão pouco que não dá para nada".

Ela ainda diz que não peço por ela, mas para milhões e milhões de brasileiros que se encontram nessa mesma situação.

Sr. Presidente, é para essas pessoas que nós precisamos realmente voltar os nossos olhos nesse momento.

É importante a distribuição de renda do salário mínimo com aumento real, agora de R$35,00, mas nós precisamos pensar também nos inativos, naqueles que contribuíram e que hoje são considerados responsáveis pelo rombo da Previdência. Enquanto nós mantivermos o superávit primário, enquanto nós permitirmos a remessa de lucro para empresas estrangeiras e esquecermos dos nossos aposentados, dos nossos pensionistas, nós não construiremos dignidade e cidadania para os nossos irmãos.

Eu estou com 42 anos, mas nós não podemos pensar naqueles que ainda estão na ativa porque hoje aqueles que têm mais de 40 anos também não conseguem mais emprego e não conseguem se aposentar. Outra injustiça é que aquele cidadão que se aposenta e sobrevive hoje graças aos empréstimos consignados e que ainda tem de voltar ao mercado de trabalho, ele vai ter que recolher novamente para o INSS, o que é uma injustiça muito grande, senão ele não será beneficiado.

Trata-se, Sr. Presidente, de um grito de revolta, de uma forma também de colocar publicamente na presença de Deputados e Senadores esse nosso sentimento, para que possamos corrigir na reforma

tributária ou mesmo no orçamento da seguridade social essas questões que são importantíssimas para a Nação brasileira e, principalmente, para os homens e mulheres que trabalharam a vida toda e hoje estão esquecidos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Deputado Eliseu Padilha. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Silas Câmara.

O SR. SILAS CÂMARA (PSC – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero aproveitar esta oportunidade para saudar as Srªs e os Srs. Senadores, as Srªs e os Srs. Deputados e registrar, Sr. Presidente, que, finalmente, vamos votar essa importante peça orçamentária para a Nação brasileira.

Recebi hoje, Sr. Presidente, um relatório da Ministra Dilma Rousseff apontando as obras do PAC no meu Estado, Amazonas, que, na sua maioria, dependem ainda da burocracia para que sejam iniciadas. Obviamente a informação de que o PAC no meu Estado está bem avançado é verdadeira até pelo próprio relatório do Governo Federal.

E aqui, Sr. Presidente, fica justamente esse apelo de que o Governo Federal tente desburocratizar e descentralizar as ações que viabilizam a contratação desses recursos, principalmente nos Municípios do Estado do Amazonas, Sr. Presidente, que na sua maioria são muito pobres e na maioria, também, Municípios de fronteira.

Portanto, é preciso ter o entendimento do Governo Federal e da burocracia para haver uma flexibilização para que esses contratos possam ser efetivados.

Portanto, Sr. Presidente, neste momento em que se discute a aprovação do Orçamento, fica um apelo, no sentido de que o Governo Federal não trate Estados e Municípios diferentes como iguais. Cada um tem a sua peculiaridade, a sua situação geográfica e até a administrativa diferenciada.

Portanto, fica um apelo para que no caso do PAC, que é tido como a mais importante iniciativa de inclusão no País, seja também entendida como importante atitude de inclusão a forma como é tratado cada um dos entes federados.

Aproveito ainda, Sr. Presidente, para parabenizar V. Exª, pois não tive essa oportunidade por ser esta a primeira sessão do Congresso, pelo discurso que proferiu no início desta sessão legislativa, deixando bem clara a importância da não intervenção de outros Poderes no Poder Legislativo. Tenho certeza absoluta de que este será um ano produtivo para esta Casa, porque vamos trabalhar e aprovar projetos de lei de iniciativa do Congresso Nacional, do Senado e também da Câmara.

Assim, tenho certeza absoluta de que este será o ano em que a população brasileira poderá resgatar – e nós também, Deputados e Senadores – esse relacionamento de credibilidade, para que esta Casa possa voltar a ter a simpatia e o respeito da população.

Essas são as minhas palavras. Peço a V. Exª que autorize a divulgação delas nos órgãos de imprensa desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – PB.) – Agradeço a V. Exª e concedo a palavra ao Deputado Cláudio Cajado.

O SR. CLÁUDIO CAJADO (DEM – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, Srªs e Srs. Senadores, a partir deste instante em que iniciamos a discussão da Lei de Meios, da peça orçamentária, indispensável para a implementação das políticas públicas neste País, precisamos fazer algumas observações.

A primeira delas é que o monstro que eventualmente fora criado pelo Congresso Nacional, em especial, pelo Senado da República ao rejeitar a CPMF, na verdade, se mostrou apenas um fantasma, que só assustava o Governo, porque, na verdade, hoje temos a convicção – podemos afirmar isso – de que a perda dos recursos da CPMF para o Governo Federal não vai impactar em absolutamente nada as políticas públicas que o Governo Federal, na figura do Presidente Lula e de seu Governo, deseja implantar no País. Isso ocorre porque, Sr. Presidente, somente no mês de janeiro, houve um incremento na receita de mais de 20%. Estrondosos R$10 bilhões foram arrecadados a mais do que em janeiro de 2007. Isso demonstra que só com essa arrecadação, levando-se em consideração os cortes efetuados no Orçamento e a perspectiva do crescimento do País – se demonstrada, de acordo com o que fora no ano de 2007, muito além das expectativas dos economistas nacionais e internacionais –, nós teremos muito mais recursos do que os obtidos com a cobrança da CPMF.

Isso é importante pontuar para que não se coloque a pecha de que, eventualmente, uma ou outra ação do Governo não poderia ser desenvolvida por conta da falta dos recursos da CPMF. Isso não irá prosperar.

De outra forma, eu gostaria de pontuar que os cortes efetivados no orçamento pelo brilhante Deputado José Pimentel, relator dessa peça orçamentária, poderiam ter sido maiores no que se refere ao custeio. S. Exª deu um corte muito acentuado no custeio da máquina pública e, pior, cortou inclusive a remuneração dos servidores públicos federais. Está previsto um recurso muito pequeno em relação ao zero que

foi dado no primeiro instante. Nós brigamos na Comissão de Orçamento, e o relator acrescentou alguns bilhões para reajuste dos servidores públicos, mas nós achávamos, como achamos, que os cortes no custeio deveriam passar, não pelo servidor de carreira, mas principalmente pelos cargos de confiança.

Nós poderíamos atingir um valor muito maior em relação aos investimentos sobrando no custeio se houvesse, como sugerimos ao relator, o corte de pessoal na parte dos cargos de confiança e dos cargos comissionados, que são aos milhares no Governo Lula.

Por outro lado, achamos também, e não fomos ouvidos, que as obras com indícios de graves irregularidades poderiam ter os seus recursos zerados. Nós não podemos aprovar, como estamos fazendo, uma peça orçamentária em que existe direcionamento de recursos para obras em que o Tribunal de Contas da União está indicando graves irregularidades. Poderíamos zerar esses recursos e depois se a obra for aceita pelo Tribunal, após corrigir seus erros originários, ou de edital ou de contrato ou de medição de obra, esses recursos poderiam, por meio de um projeto de lei enviado ao Congresso Nacional, ser suplementados. Daí nós tiraríamos no mínimo R$680 milhões para atender, com esses recursos, a demanda justa da agricultura, a demanda justa do rodoanel de São Paulo. As televisões estão, todo dia, mostrando os inúmeros engarrafamentos e os transtornos para aquela cidade. Agora, cortar para atender a bancada da agricultura e o justo pleito do rodoanel de São Paulo dos recursos previstos pela Lei Kandir para os Estados exportadores, isso não aceitamos. Os Estados exportadores – e falo aqui em nome da Bahia – não podem perder recursos por beneficiar o País, por beneficiar todos nós, a partir do momento em que favorece e participa das exportações. Penalizar os Estados exportadores é penalizar o desenvolvimento e o crescimento do País, o aumento de divisas para o nosso País. Isso é um erro grave da política, e estamos assistindo que há um corte de 10% da Lei Kandir. Isso não vamos aceitar.

Portanto, indicamos aqui as fontes pelas quais o Governo Federal pode ter, sim, atendidas as suas reivindicações, ou pela Base ou pela parcela de oposição, mas não tapando buracos e se fazendo outro para tapar o anterior.

Por isso, Sr. Presidente, quero aqui, ao finalizar, dizer também que nós não aceitamos mais poder o Governo Federal utilizar-se do Orçamento de forma unilateral. Isso porque estamos aqui a cabo de meses, discutindo o PPA (Plano Plurianual), discutindo a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e, agora, o Orçamento Geral da União, para, num único ato de assinatura de uma medida provisória, essa lei ser completamente rasgada. Se o Governo Federal continuar adotando a postura das edições das medidas provisórias para créditos extraordinários, nós estamos aqui simplesmente fazendo um papel que não deveria ser o nosso: o de conversar, de discutir, cada representante do povo brasileiro, por meio da Câmara dos Deputados, cada representante dos Estados Federados, por meio dos Senadores da República, para que essa lei, que identifica e combate as desigualdades regionais, pela disputa justa, lícita, de cada Parlamentar, para o seu Estado ser...

(Interrupção do som.)

O SR. CLÁUDIO CAJADO (DEM – BA) – Vou concluir, Sr. Presidente.

Ser, por parte do Governo Federal, simplesmente desconsiderado, porque, a partir do momento em que o Governo edita uma medida provisória de crédito extraordinário, deixa de considerar toda essa discussão e todas essas votações que fazemos aqui, não apenas neste momento, mas nos momentos anteriores, seja nas Comissões, seja no plenário do Congresso Nacional.

Edição de medida provisória para abertura de crédito extraordinário é uma excrescência, é avocar a prerrogativa constitucional do Congresso Nacional. Só nós temos a prerrogativa de discutir e votar a peça orçamentária, e o Governo Executivo, de forma unilateral e arbitrária, avoca para si essa competência e edita medidas provisórias, desconsiderando o que estamos votando para benefício do País, dos Estados e dos Municípios brasileiros.

Por isso, ao concluir, faço um pedido a esta brilhante e belíssima Líder do Governo no Congresso Nacional: peça ao Presidente Lula que dê um basta no abuso das medidas provisórias.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do Democratas no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quero comunicar à Casa, antes de passar a palavra a V. Exª, que, transcorrida a primeira meia hora da sessão, segundo o Regimento Comum, vamos iniciar a votação. Os oradores inscritos poderão falar durante o período da votação ou até mesmo depois da votação. Mas queremos iniciar a votação.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Exª está inscrito, Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, como Líder, eu penso que tenho prioridade sobre as demais inscrições.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não, V. Exª está inscrito como Líder.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino, como Líder; em seguida, ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Gilmar Machado – consulto o Senador José Agripino – pergunta se nós, José Agripino e eu, não concordaríamos com a Senadora Roseana Sarney ler os termos do acordo que, graças a Deus, deu para se fazer aqui, um acordo civilizado que eu quero louvar, sem deixar de analisar os episódios que temos vivido nesta Casa. Mas, então, a Senadora, a depender de mim, falaria primeiro, o Senador José Agripino em seguida, e eu falaria depois.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Exª, Senador Arthur Virgílio, e ao Senador José Agripino.

Concedo a palavra à Senadora Roseana Sarney.

A SRA. ROSEANA SARNEY (PMDB – MA. Para uma breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Srªs e Srs. Deputados, agradeço a cada um de vocês a generosidade e o empenho para que, cumprindo a tramitação e os prazos legais, encontrássemos os pontos de convergência capazes de viabilizar esta votação de hoje e a aprovação do Orçamento de 2008, fundamental para a gestão do País.

Política também é a arte de buscar encontrar, entre as nossas divergências, as convergências em favor dos avanços e dos projetos que possam melhorar e aperfeiçoar o cotidiano da população que representamos.

São eles o objeto principal de nosso trabalho como legisladores.

A cada votação – seja do Congresso, seja em cada uma das Casas que integramos – cumprimos nosso dever, defendendo programas, projetos e posturas dos partidos que representamos. Fazemos isso aqui e agora, quando, sem abrir mão de nossas posturas partidárias, encontramos os denominadores comuns para aprovarmos a Lei Orçamentária, preservando principalmente as estimativas de crescimento econômico, desenvolvimento social e os investimentos para as políticas públicas mais relevantes.

Com empenho, seriedade e, repito, também muita generosidade, chegamos a esta votação, suprimindo o que causava espécie, contemplando necessidades e urgências de cada setor do Estado brasileiro. Todos trabalhamos buscando o possível para a melhor gestão da Administração Federal, dos Estados e dos Municípios brasileiros. Assim, tenho certeza de que hoje, mais uma vez, votaremos a favor do Brasil.

E mais uma vez reitero, como Líder do Governo no Congresso, o acordo que construímos com a nossa Base e a Oposição.

Esse acordo contemplou, primeiramente, a retirada integral do Anexo de Metas. Devolvemos, de acordo com o art. 57 da Resolução nº 1, os recursos referentes a esse Anexo. Distribuímos esses recursos entre os Estados brasileiros, nas Emendas de Bancada dos nossos Parlamentares. Também devolvemos integralmente os recursos do Rodoanel. Devolvemos também R$65 milhões para o STF, CNJ e TSE. Houve acordo com a Bancada da Agricultura e cumprimos também com a Bancada da Saúde. E, finalmente, mantivemos a Lei Kandir.

Como Líder do Governo no Congresso, agradeço. Parabenizo cada um dos Parlamentares aqui presentes e, em especial, os colegas da Comissão de Orçamento pelo brilhante trabalho de elaboração da peça orçamentária para o exercício de 2008; os colegas parceiros de liderança por seu trabalho junto às bancadas partidárias; os Líderes da Minoria pelo esforço de superar divergências e encontrar o denominador comum que possibilitasse esta votação.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, assim, confio que será com o sentimento de grandeza e generosidade, tendo o País acima de nossas diferenças político-partidárias, que vamos discutir, votar e aprovar o Orçamento para 2008.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino, Líder do Democratas.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Srªs e Srs. Deputados, o meu partido faz acordo e o cumpre. O meu partido respeita princípios democráticos.

Venho aqui dizer que o Democratas vai cumprir o acordo que fizemos com o Governo para votar, por entendimento, o Orçamento de 2008.

Evidentemente que a garantia dos votos – não vamos obstruir a sessão –, para que metade mais um dos Senadores e metade mais um dos Deputados, que vão referendar inicialmente o Orçamento, é responsabilidade do Governo.

Na hora em que faço esta declaração, até porque se criou uma expectativa diante do lamentável incidente ocorrido no Senado, na madrugada de ontem, de que a Oposição romperia o acordo, venho aqui para ouvir o Senador Arthur Virgílio reafirmar que o acordo, que

produziu, antes de tudo, moralização do Orçamento, produziu eliminação de injustiças e privilégios do Anexo de Metas, produziu recursos para a agricultura, recursos justos, produziu recursos para os Tribunais Superiores e repôs os recursos para o rodoanel. Tudo isso foi produto de negociação de dias entre Governo e Oposição. Então nós não poderíamos – mesmo com o ultraje de que o Senado foi vítima ontem – quebrar o acordo, mesmo sob as justificativas que temos e que trazemos para conhecimento do Congresso.

Srªs e Srs. Deputados, V. Exªs não estiveram no Senado ontem para assistir, o que eu não desejo me lembrar por muito tempo, o ocorrido no dia de ontem, na noite de ontem, na madrugada de ontem. Este é o meu terceiro mandato de Senador, e eu não assisti, em momento algum, em ano algum, em mês algum, em semana alguma, momento de tanta tensão e de tanto constrangimento. A Casa que se propõe ser a Casa revisora, a Casa da Federação, a Casa em que têm assento muitos ex-Governadores, ex-Ministros e até ex-Presidentes da República; a Casa que foi obrigada, numa noite só, a apreciar três medidas provisórias... E aí começa, Deputado Lael Varella, logo daí, o primeiro grande erro: o acúmulo de medidas provisórias que as duas Casas do Congresso têm assistido, é uma em cima da outra.

Logo na apreciação da primeira medida provisória, depois de uma longuíssima discussão, tivemos a ocorrência de um problema que nos constrangeu: o Líder do Governo, Senador Romero Jucá, irreconhecível na sua postura, ontem, talvez calçando salto alto nº 40, por influência, talvez, do chefe do Palácio do Planalto – suponho eu –, de forma não habitual e truculenta, apresentou, a certa altura da madrugada, um requerimento para encerramento da discussão. Nunca havíamos visto isto lá, claro que é regimental, mas a prática no Senado não é aplicar mordaça na boca de Senador algum. E, a partir daí, estabeleceu-se profunda inquietação no Plenário, e votou-se, meio na marra, aquilo que o Governo queria e que o Governo ganhou, mas que nos constrangeu a todos. Fato que, pela nossa concordância, não se repetirá. Não há qualquer hipótese de meu partido concordar. Vai votar, sim, o acordo feito, o Orçamento é para o País; agora, política é para o Brasil também. Aqui, trago ao conhecimento da Câmara dos Deputados a ocorrência da "lei da mordaça" que, ontem, por uma atitude irreconhecível do Líder do Governo, Senador Romero Jucá, aconteceu e que eu quero deixar muito claro ao Presidente do Senado e do Congresso, que não há qualquer hipótese de o meu partido – e aqui falará o PSDB – aceitar, sem que venhamos a obstruir a pauta por completo, a aplicação de requerimentos renovados de encerramento de discussão, sem que matérias importantes sejam levadas à exaustão pela discussão individual de quem queira falar.

O segundo ponto.

Presidente Garibaldi, V. Exª chamou os Líderes de todos os Partidos da Câmara e do Senado, e, na companhia do Presidente Arlindo Chinaglia, apresentou uma proposta, consoante com o seu discurso de candidato, do seu discurso de abertura de sessão legislativa, de pactuação de procedimentos novos, democráticos, para andamento das medidas provisórias. Quero dizer a V. Exª que este vai ser o cavalo-de-batalha do meu partido: a repactuação dos procedimentos de medidas provisórias que estão enxovalhando a imagem do Congresso, dando ao Presidente da República o argumento para dizer que aqui não se trabalha. Não se trabalha porque ele, do Poder Executivo, entope a pauta com medidas provisórias, e cabe-nos, em legítima defesa, instituir – e isso é responsabilidade da Câmara e do Senado, com altivez. Aqui quero invocar o compromisso de V. Exª e o compromisso de Arlindo Chinaglia, Presidente desta Casa, de, num espaço de tempo de trinta dias, ultimarmos um texto consensual para que as medidas provisórias entrem pela Câmara e Senado ou por uma Casa só, tramitem e recebam o aval das Comissões de Constituição e Justiça para que possam tramitar como medida provisória em estado de plena eficácia. Isto será, Presidente Garibaldi, cavalo-de-batalha do meu partido. E, daqui para a frente, de agora para frente, nas discussões que vamos levar a efeito para apreciação de toda e qualquer matéria no plenário do Senado.

Outra coisa – aqui vai falar o Deputado ACM Neto, que colocará a nossa posição com relação à necessidade urgente de limitação do número de medidas provisórias emitidas pelo Executivo para tramitação na Câmara e no Senado.

Não é possível que se repitam episódios como os de ontem, decorrentes do acúmulo de medidas provisórias, que estão entupindo a pauta da Câmara e a do Senado. Cabe-nos, em atitude de legítima defesa e de altivez, impor procedimentos, impor, em nome do bom funcionamento da Câmara e do Senado. Quem esperava obstrução por parte do meu partido, vai esperar e vai receber pelo contrário: com o cumprimento do acordo, com o cumprimento da palavra. Mas queremos, sim, o respeito às prerrogativas e às instituições. E quero deixar muito claro a esta Casa que, com relação às medidas provisórias, o procedimento do meu partido será esse; procedimento do qual não arredaremos pé. E que, desde já, fique o Governo ciente que não há nenhuma hipótese de aceitarmos, sem que passemos

a obstruir, "lei de mordaça" que impeça discussão, por completo, de qualquer matéria.

Essa é a nossa posição com o referendo de que vamos honrar o acordo feito.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador José Agripino.

Concedo a palavra ao Líder do PSDB no Senado, Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Srªs e Srs Deputados, o Senador José Agripino historiou muito bem a página vergonhosa que foi escrita pela tentativa do Governo, que vamos mostrar infrutífera, ao fim e ao cabo, de amordaçar o Senado Federal.

Deu-se a votação da tal TV Pública, estatal, ou o que seja, sem a presença da Oposição, que se retirou em protesto pelas manobras de achincalhe praticadas sob a liderança do Líder do Governo naquela Casa. E deu-se a votação de maneira vergonhosa, escandalosa, como se fôssemos o Congresso paraguaio de Alfredo Stroessner, como se fôssemos o Congresso do Haiti de Baby Doc, sem a presença das oposições.

Estávamos nós escaldados, Sr. Presidente, com o episódio da aprovação da DRU no Senado. Àquela altura, o Governo, vestindo uma capa de humildade que não lhe pertence – hoje eu reconheço –, se comprometeu a não editar pacotes fiscais antes do fim do recesso parlamentar, e não editaria, aliás, nunca, conversaria conosco sobre as medidas de corte de despesa – e essa era a nossa preferência – e medidas outras a tomar, caso não houvesse excesso de arrecadação.

Palavra empenhada, palavra descumprida. Não temos nós mais que acreditar em palavra empenhada por este Governo. Agora, nós, hoje, que no fulgor da luta quase fizemos igual, meditamos, em uma reunião com o DEM, com o PSDB, meditamos e percebemos que houve um grande esforço do Deputado Gilmar Machado e da Senadora Roseana Sarney para honrar os compromissos conosco. E o primeiro foi a saída do Anexo de Metas, que é discriminatório, para dizer o mínimo, que é injusto e que seria, pelo menos, uma peça reprovável, se fosse constar do bojo do Orçamento da União, mais as pendências em relação à Lei Kandir. Isso tudo está honrado no texto proposto pelo Governo neste momento.

Nós faríamos exatamente o papel que fez o Governo e que fez o seu Líder se desta vez roêssemos a corda de um acordo que havíamos celebrado no Gabinete do Presidente desta Casa.

Ontem, Sr. Presidente – peço a V. Exª atenção, Sr. Presidente Garibaldi Alves –, tomamos algumas decisões – e aqui estou falando exclusivamente pelo PSDB. Nós temos uma clara definição por obstruir toda e qualquer medida provisória daqui para frente. Se o Governo tem uma patrol, que patrole então a minoria no Senado. Daqui para frente, não passa mais nenhuma medida provisória sem encontrar uma encarniçada trincheira, uma encarniçada barricada armada por nós. Daqui para frente, começamos hoje, quaisquer matérias que nos pareçam lesivas ao interesse do País serão obstaculizadas desde as comissões técnicas, e se amanhã entendermos que o embaixador tal não é a figura mais justa para representar o Brasil, digamos, junto ao Governo da Venezuela, vamos pedir vista do processo e fazer o impossível para que seu nome seja reprovado. Nós vamos, enfim, agir em todas as frentes, vamos agir em todas as frentes.

Digo a V. Exª com muita franqueza: tive, ontem, uma brutal decepção. Eu não podia imaginar jamais que V. Exª fosse prosseguir com aquela sessão. Não poderia jamais imaginar. Eu imaginava V. Exª... E eu citei o exemplo de Nilo Coelho. Nilo Coelho estava nessa cadeira quando ele disse: "Eu sou Presidente do Congresso Nacional e não Presidente do Congresso do PDS".

E aqui eu fui às lágrimas, junto com José Genoíno e não sei quantos mais da minha geração e da dele estariam presentes hoje para dizer que testemunharam esse fato. Eu pensei que V. Exª faria o belo discurso que proferiu e depois encerraria aquela sessão. Aprovar de qualquer maneira? Temos todas as razões para não permitir isso. Uma medida provisória escabrosa, que o Governo diz que é urgente e que é relevante e, para facilitar a tramitação da CPMF na Câmara dos Deputados, retira de circulação para, depois, fazê-la voltar. Isso é simplesmente um desrespeito, um achincalhe à dignidade do Congresso, e quem quiser se colocar de joelhos que se coloque, mas não será essa a destinação do meu partido e não será essa a destinação deste Líder, enquanto tiver voz em si, em favor das franquias democráticas deste País.

Sr. Presidente, digo a V. Exª que, neste quadro que está posto, o PSDB não participará mais de nenhuma reunião convocada por V. Exª no seu gabinete para decidir o que quer que seja. Diálogo interrompido? Não. Teremos o diálogo do voto, teremos o diálogo do voto no plenário. Não mostraram ontem que são capazes de reunir maioria para impor a vontade que queiram? Então, reúnam a maioria para impor a vontade que queiram toda vez, e não apenas uma, do mesmo modo. E digo isto com dor, até pela relação antiga, pessoal que tenho.

Nós não queremos mais a interlocução com o Líder do Governo no Congresso, Senador Romero

Jucá. Esta é a definição do PSDB. Esta é a decisão que tomamos. Decisão que eu expresso, que é minha. Agora, que é unânime da minha Bancada. Nós não permitiremos mais...

(Interrupção do som.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Nós não permitiremos mais o tráfego e o tráfico de medidas provisórias na Casa, impunemente. É uma decisão que tomamos.

Agora, hoje, seria profundamente injusto não reconhecermos que foi feito um esforço e que abriram mão do tal Anexo. Isso, a meu ver, regulariza e pelo menos normaliza – disse o Senador José Agripino, e com ele concordo, sem dúvida alguma, até porque evita discriminação a favor de quem quer que seja –, moraliza o Orçamento.

Mas, resolvida a Lei Kandir e as pendências todas, a proposta que endossamos para redistribuição dos recursos foi precisamente uma proposta que veio do centro do Governo. Não queríamos o Anexo, e aceitamos a proposta feita pelo ilustre Líder do Partido dos Trabalhadores, o Deputado Maurício Rands. Dissemos a ele: "Deputado Maurício Rands, essa proposta sua é aceita por nós; essa proposta é a que nós queremos, para que se faça justiça ou que se faça...

(Interrupção do som.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – ...uma injustiça menor em relação à peça orçamentária.

Mas eu não poderia deixar de dizer a V. Exª, Sr. Presidente, desde ontem, que temos hoje um impasse muito claro. Não vejo, pelos métodos praticados ontem, que isso vá impedir votação alguma. Afinal de contas, os acordos foram cumpridos, os cargos estão sendo distribuídos. Não vejo como isso vai enfraquecer a rigidez ideológica da base que está vendo a Eletrobrás ser retaliada por partidos ou por pessoas. Mas, repito, não teremos, no quadro que está perdurando, interlocução com V. Exª nem teremos interlocução com o Líder do Governo, Romero Jucá, porque entendemos que o que aconteceu ontem, se nós aceitarmos aquilo, deixarmos que aquilo se jurisprudencie, a cassação – disse o Senador José Agripino muito bem –, a "lei da mordaça" quebrando uma praxe que é se dar a palavra livremente a todos os Senadores... Não é assim nesta Casa, e eu sei as regras da Câmara dos Deputados. Eu jamais reclamaria aqui...

(Interrupção do som.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – ...porque tranqüilamente o requerimento no Congresso não é assim, mas é diferente o procedimento e é diferente a prática e é diferente a praxe no Senado Federal.

Mas ontem houve uma tentativa de garroteamento da opinião e da palavra dos Srs. Senadores.

Sendo assim, Sr. Presidente, o diálogo continua. Tenho por V. Exª uma imorredoura amizade pessoal, mas o diálogo institucional, aquele de combinar coisas, não temos o que combinar. Vamos discutir no plenário, e toda vez que reunirem o número que reuniram ontem, nos derrotarão.

Era o que desejava dizer, mas vamos cumprir o acordo. Cumprir o acordo porque não podemos repetir o que fizeram conosco: não cumpriram o acordo em relação à DRU. Nós vamos cumprir o acordo estritamente. Agora, com votação nominal. Bem claramente. O Governo deve mostrar que tem muito interesse, efetivamente, em aprovar o Orçamento. Pediremos votação nominal, não obstruiremos, e queremos ver mesmo a disposição do Governo de manter a sua base aqui...

(Interrupção do som.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – De manter a sua base aqui e de mostrar que tinha mesmo todo um compromisso em cumprir a peça orçamentária, pelo menos um compromisso tão grande como o que estamos revelando.

A nossa emoção nos mandaria vir para cá obstruir a votação da peça orçamentária. A nossa razão nos manda votar. E a nossa decisão é começar um período de luta sem quartel a partir da próxima semana, para que nós possamos resgatar a dignidade que tentaram pisotear, a dignidade do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Srªs e Srs. Senadores, Srªs e Srs. Deputados, antes de dar a palavra à Deputada Luciana Genro, quero dizer a todos os que ouviram a palavra do meu prezado amigo, Líder do PSDB no Senado, Senador Arthur Virgílio, que pretendo continuar a ser um Presidente independente. Não vou submeter-me nem à exorbitância com que a Oposição se comportou ontem, nem às ameaças e aos recados do Presidente da República.

Quero dizer – para terminar, porque não quero polemizar – que o importante agora é votar o Orçamento da União. Graças a Deus, ele vai ser votado por acordo.

Digo ao Senador Arthur Virgílio que, se S. Exª não pretende entrar mais em meu gabinete, pedirei que se junte a mim, dentro ou fora do gabinete, para que possamos juntos combater as medidas provisórias que estão atravancando a pauta do Senado e da Câmara dos Deputados.

A mesma coisa direi: vamos votar os vetos. Não interessa, não interessa que eu, votando os vetos, possa ter a incompreensão de alguns ou do próprio Governo, que certamente está muito bem acomodado com a situação da não-votação dos vetos. Não apenas este Governo, mas esses últimos governos que por aqui passaram.

Pois bem, queria dizer ao Senador Arthur Virgílio: queira ou não o Governo, nós vamos votar os vetos que estão aí encalhados. E, já que estamos votando o Orçamento, queria dizer que vamos avançar na reforma da sistemática orçamentária. E, para que isto ocorra, quero pedir isso que o Senador Arthur Virgílio acaba de dizer que não vai acontecer, porque quer isolar-se. Senador Arthur Virgílio, V. Exª é um bravo. Não merece ficar isolado. Nós vamos ter que ficar unidos. Ou nos unimos, nos damos as mãos, deixamos essa questão menor, ou não vamos recuperar a credibilidade perdida.

Meus caros Senadores e Deputados, o que aconteceu, ontem à noite, no Senado foi deplorável, constrangedor. Mas não há dono da verdade. Eu diria: atire a primeira pedra quem se julgar totalmente isento do que aconteceu, ontem à noite, no Senado. Todos nós pecamos. Todos nós nos envolvemos demasiadamente. Todos nós não soubemos conduzir, porque não é o Presidente só que conduz uma sessão. Quem conduz a sessão é o Presidente e também o Plenário, são os Líderes e aqueles que têm maior responsabilidade.

O apelo que faço ao Senador Arthur Virgílio, a quem respeito muito, bem como a todos os Líderes da Oposição e do Governo: não vou abrir mão da questão maior, que é a valorização do Legislativo. Por essa vou brigar. Se quiserem, briguem. Governo e Oposição, exaurem-se na briga, mas deixem uma reserva para se darem à minha mão, para que possamos defender as prerrogativas do Congresso Nacional, do Poder Legislativo. Faço esse apelo.

Não estou aqui, presidindo este Congresso, para fazer o jogo de ninguém. Não sou o dono da verdade, mas quero dizer a todos que, não sendo o dono da verdade, sou um escravo da verdade que diz que este Parlamento precisa afirmar-se perante a sociedade brasileira.

Contem comigo os que assim pensarem! Contem comigo os que estiverem dispostos não apenas a pensar, mas a agir!

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, V. Exª me citou. Peço a palavra, com base no art. 14 do Regimento Interno do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Congressistas, Senador Garibaldi Alves, V. Exª usou ontem – e acabou de repetir – as palavras bonitas, corretas e justas do seu discurso de posse.

Aliás, V. Exª foi apoiado duplamente pelo meu partido: quando, a pedido do DEM, deixamos de lançar como anticandidata a Senadora Marisa Serrano – essa candidatura, no mínimo, tisnaria talvez a legitimidade da sua eleição – e quando o apoiamos apresentando a V. Exª – e o meu partido foi o único que fez isso – uma carta de princípios para ser endossada por V. Exª.

V. Exª, a meu ver, rompeu com essa carta ontem, ao permitir o garroteamento do Senado, não repelindo aquele tal requerimento que não tinha respaldo na prática daquela Casa.

Então, V. Exª disse que quer contar comigo, para fazermos sessões de vetos. E conta comigo e com o meu partido. Não preciso estar no seu gabinete, não precisa haver água gelada nem cafezinho. V. Exª diz que quer contar comigo, para restabelecermos juntos as prerrogativas que, há vários governos, vêm sendo retiradas do Legislativo. V. Exª conta comigo.

Mas há algo que V. Exª pode fazer agora e que já muda, de uma vez por todas, a minha indisposição em relação à ida física ao seu gabinete e à interlocução com V. Exª: é V. Exª dizer, de maneira aberta, que jamais tolerará outra vez o garrote. Jamais tolerará outra vez a mordaça. Jamais tolerará outra vez algo que foi melancólico, uma votação à "la Paraguai de Alfredo Stroessner", sem a Oposição; uma votação em que estavam lá os do Governo quase que num convescote.

Quanto às matérias, Sr. Presidente, V. Exª tinha um compromisso conosco assumido de público. V. Exª, no seu discurso, pinçou esse compromisso. O compromisso era fazer, de acordo com a divisão de forças – e a maior Bancada do Senado Federal é o Bloco da Minoria, DEM e PSDB –, a divisão das relatorias.

Ontem, havia três matérias: uma, que julgo danosa ao interesse nacional, aquela da Eletrobrás; a outra, que foi aquele deboche de tira e põe, para se facilitar a CPMF e de tira e põe de novo, para se facilitar a tal TV Pública. E depois da TV Pública, a segunda, em que o Relator, com meia página, foi o Senador Romero Jucá. O da primeira não lembro nem quem foi. Foi o Senador Francisco Dornelles. E o Relator da terceira – eu não estava lá para ver – foi um Senador muito respeitado, muito querido, o Senador Renato Casagrande.

Mas nós teríamos que ter tido participação nessas relatorias. V. Exª deve às Oposições esse rodízio prometido por V. Exª solenemente ao assumir.

V. Exª deve às Oposições, além disso, a luta verdadeira pela retomada das prerrogativas do Congresso Nacional e o compromisso, que pode ser assumido agora perante os seus Pares, de retomar a praxe de se dar voz e vez aos Senadores todos para se evitar aquele clima.

V. Exª diz: "Ninguém joga a primeira pedra". Houve excessos? Houve. Eu vi o Senador Mão Santa desesperado. Eu vi pessoas que são absolutamente de boa paz intrigadas com a condução que estava tendo a sessão, porque estavam inscritas desde as cinco horas da tarde e não estavam conseguindo falar. Essa não é a praxe do Senado. Pode ser a praxe do Congresso, e eu respeito – é a praxe da Casa, Deputado Caiado, e eu respeito –, mas não é a praxe do Senado.

Então é fundamental que V. Exª diga, de uma vez por todas – e isso me faz restabelecer um canal de diálogo com V. Exª –, que nunca mais vai ter garrote sobre o Senado, que nunca mais se vai cercear a palavra de Senador qualquer, independentemente de saber se isso faz vencer ou não faz vencer a medida provisória.

Pouco importa a medida provisória tal ou qual, o que importa é nós termos um Congresso de pé e não um Congresso agachado. V. Exª tem tudo para recuperar, sim, a cadeira de Nilo Coelho e cumprir o que diz nas palavras bonitas, cumprir na prática, ser o Nilo Coelho da sua geração, aquele que não é Presidente do interesse de quem quer que seja, mas é Presidente do interesse supremo e soberano do Congresso Nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra à Líder do PSOL, Deputada Luciana Genro.

A SRA. LUCIANA GENRO (PSOL – RS. Para uma breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Congressistas, senhoras e senhores que acompanham esta sessão, a Bancada do PSOL não obstruiu a votação do Orçamento; a Bancada do PSOL não fez pressões sobre o Governo para conquistar emendas, recursos para as bases eleitorais dos seus Parlamentares; a Bancada do PSOL não utiliza o Orçamento do País como um instrumento para fazer chantagem com o Governo ou com os outros setores da Oposição. Nós queremos, entretanto, registrar o nosso voto contrário ao Orçamento, à peça orçamentária em apreço.

Muitas poderiam ser as razões por mim expressas aqui para justificar o nosso voto contrário, mas eu quero me ater a alguns aspectos fundamentais que fazem deste Orçamento uma peça legislativa que coloca o País de joelhos diante do capital financeiro.

Em primeiro lugar, cito a meta de superávit primário, de R$104,3 bilhões, sendo que, destes, R$18 bilhões são recursos roubados da Seguridade Social através da DRU, Desvinculação de Receitas da União. Esse dinheiro equivale a duas vezes o orçamento da saúde e a quatro vezes o orçamento da educação.

Cito a previsão orçamentária para pagamento de juros da dívida pública externa e interna, a mesma dívida que o Governo diz que não existe mais, da qual o Brasil já está livre e, portanto, não pode ser submetido a qualquer imposição fruto da dívida pública. Grande mentira! R$152 bilhões o Brasil vai pagar de juros da dívida pública, sendo que, para pagar esse dinheiro, serão emitidos títulos da dívida pública que farão com que o nosso endividamento, que já atinge mais de R$1 trilhão, aumente ainda mais.

E R$95 bilhões serão pagos para a amortização dessa mesma dívida e também para a cobertura do prejuízo do Banco Central, previsto para o ano de 2008, que deverá ficar em R$31 bilhões! Sim, o nosso Banco Central tem prejuízo, graças à política monetária do Governo e à sua abertura indiscriminada aos capitais especulativos, que levam o preço do dólar para baixo e fazem com que o Governo tenha de comprar dólares e, comprando esses dólares, aplica-os no mercado americano a uma taxa de juros infinitamente menor do que a taxa de juros que nós pagamos aqui para os especuladores, os compradores dos títulos da nossa dívida pública. Assim, o Banco Central terá um prejuízo de mais de R$30 bilhões.

E esses R$95 bilhões de amortização e cobertura do prejuízo do Banco Central não serão pagos com mais endividamento, serão pagos com o dinheiro do Orçamento diretamente arrecadado dos impostos, dos Estados, dos Municípios e dos lucros das estatais repassados ao Governo Federal.

Então, os R$48 bilhões da saúde não são nada diante dessa imensidão de recursos destinada ao capital financeiro, destinada a continuar financiando essa dívida pública que, quanto mais pagamos, mais cresce e mais empobrece o nosso povo.

Se considerarmos a emissão de títulos da dívida pública que será feita para a cobertura dos juros, teremos um montante de mais de 26% do Orçamento da União destinados ao pagamento de juros e à amortização da dívida.

Este Orçamento é absolutamente perverso, porque ele privilegia o atendimento dos interesses dos mercados, do capital financeiro, e sequer cumpre os acordos firmados aqui neste plenário, quando votamos a regulamentação da Emenda nº 29 e os míseros R$24 bilhões a mais que seriam destinados à saúde em quatro anos e que foram cortados pelo Governo com

a desculpa de que não há mais os recursos da CPMF. Pois os recursos da CPMF são seis vezes menores do que os recursos que serão destinados ao pagamento de juros e à amortização da dívida!

Por isso, como Líder do PSOL, quero registrar o voto contrário da nossa Bancada a este Orçamento e o entendimento de que é necessário rever essa política de submissão ao capital financeiro. O nosso País não pode mais fazer com que todo o esforço produtivo do nosso povo e a enorme carga tributária que cai sobre os assalariados, sobre os trabalhadores, sobre a classe média, seja utilizada para enriquecer as cinco mil famílias mais ricas deste País, que detêm 42% do PIB, e as outras milhares de famílias estrangeiras, banqueiros e especuladores que ganham altíssimos juros com a dívida pública brasileira.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Líder do PT nesta Casa, Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Garibaldi Alves Filho, nobres Deputadas e Deputados, Senadoras e Senadores, quero começar dizendo que V. Exª, Presidente Garibaldi Alves Filho, tem-se comportado – e na sessão de ontem mais uma vez – como Presidente do Senado, como Presidente da Casa, como árbitro que tem cumprido o Regimento, que tem encaminhado as votações e que tem zelado para que as decisões de procedimento respeitem os direitos da minoria. Mas tem zelado, também, para garantir o princípio democrático que diz que, respeitada a minoria, deve prevalecer a posição da maioria. Esse princípio democrático, Sr. Presidente, emerge da vontade do povo brasileiro, das urnas, que para cá remeteram bancadas que representam proporcionalmente a população brasileira.

Nós juramos a Constituição. Se juramos a Constituição, temos de fazer prevalecer o princípio democrático. Hoje, o Brasil inteiro pretende que o Congresso Nacional legisle, funcione, e que não fique a maioria, que representa a maioria da população, refém de uma minoria, porque temos um Regimento prolixo, um Regimento que se tornou anacrônico. A título de preservar o respeito à minoria, que é sagrado, em verdade, o nosso Regimento permite manobras procrastinatórias que têm adiado o cumprimento do papel do Congresso Nacional.

Então, V. Exª, como Presidente do Congresso, tem o respeito da Bancada do Partido dos Trabalhadores, porque tem conduzido todas as sessões em absoluto respeito ao Regimento.

Na sessão do Senado, se desrespeito houve, não foi a partir da condução de V. Exª.

Sr. Presidente, estamos vivendo um momento importante. Depois de muitas delongas, avizinha-se a votação do Orçamento por meio de um acordo que atende às principais preocupações que foram levantadas no debate. O acordo supera a discussão do Anexo de Metas e Prioridades. Os R$534 milhões vão ser distribuídos com critério objetivo entre os 27 Estados. Serão R$534 milhões distribuídos pelo art. 17 da Resolução nº 1, que compõe o critério do Fundo de Participação dos Estados, da média das bancadas estaduais nos últimos três anos e a população. Um critério justo de repartição dos recursos que antes estavam sinalizados para o Anexo de Metas e Prioridades.

O acordo que estamos prestes a votar, que foi apresentado pela Senadora Roseana Sarney, restabelece os recursos para a agricultura e a política de comercialização agropecuária. O acordo restaura os recursos para a saúde e para a Funasa. O acordo preserva os recursos do rodoanel, que são importantes para a exportação do País.

Portanto, ao evitar qualquer corte na saúde, na educação, na segurança pública, esta proposta atende aos interesses da sociedade. Está de parabéns o Congresso Nacional. E quero realçar, em particular, o trabalho do Presidente, Senador José Maranhão e o deste bravo relator que, junto com os membros da Comissão, varou noites, madrugadas para, depois de um corte de R$40 bilhões, restabelecer um Orçamento que, inclusive, permite que o Governo Federal mantenha o acordo...

(Interrupção do som.)

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Vou concluir, Sr. Presidente.

No relatório do Deputado José Pimentel, que mantém os recursos de mais de R$3 bilhões para viabilizar os acordos de reajustes dos servidores públicos, estão preservados os investimentos e o custeio necessário para que este País continue avançando e possa acelerar mais ainda o PAC que está mudando a face do Brasil.

Portanto, Sr. Presidente, receba a nossa solidariedade. Que este Congresso tenha equilíbrio para não só nesta sessão votar este acordo que, em boa hora, foi celebrado, mas que possa rever a tramitação das medidas provisórias, possa rever o Regimento Interno das Casas a fim de que não seja proibido...

Concluo, Sr. Presidente.

Muitas vezes, pelos discursos da Oposição, para quem nos ouve, pode parecer que há setores que não querem um bom governo neste País.

Vamos governar! Vamos fazer mudanças! Vamos aprovar o Orçamento!

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, Líder do DEM na Câmara dos Deputados.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (DEM – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Srªs e Srs. Deputados, antes de mais nada, gostaria de reconhecer que, de fato, os partidos de oposição procuraram refletir ao máximo até chegarem à conclusão de que não deveriam obstruir a votação do Orçamento Geral da União e, portanto, aqui deveriam estar presentes para garantir que, ainda na sessão de hoje, o Orçamento seja aprovado. Fundamentalmente porque estamos cada vez mais convencidos de que esta instituição, o Congresso Nacional, o Parlamento brasileiro só conseguirá se recuperar com a sociedade do nosso País, só conseguirá aumentar a credibilidade perante a população brasileira se começar imediatamente a tomar decisões duras, algumas delas, inclusive, que venham a nos expor, a expor as nossas fraturas, a expor as nossas deficiências, mas que, certamente, em determinado momento, obrigarão cada um dos parlamentares a rever as suas posições, a pensar no coletivo e a dar os braços para permitir que o Congresso Nacional não fique ainda mais enxovalhado perante a opinião pública nacional.

Digo isso porque, se estamos aqui hoje para votar o Orçamento Geral da União – e para não dar nenhuma desculpa ao Presidente da República ou a qualquer membro do Poder Executivo de que o Congresso não fez a sua parte, deixando de aprovar o Orçamento e que por isso estaria impedindo o Governo Federal de executar as ações, de dar seqüência aos projetos –, se por um lado temos essa consciência e preocupação, por outro, Sr. Presidente, estamos aqui para dizer em alto e bom som que o Democratas, na Câmara dos Deputados, não votará mais nenhuma medida provisória, a partir da próxima medida provisória que trancará a pauta de votações desta Casa já no dia de amanhã. Entraremos em uma obstrução ininterrupta!

A regra agora é: tem medida provisória na pauta da Câmara, estaremos aqui para obstruir. Por quê? Porque queremos, com esse gesto, forçar a base do Governo para que ela pressione o Palácio do Planalto, para que pressione o Presidente da República, e, com essa pressão, o Governo assuma o compromisso de não editar mais nenhuma medida provisória até que aprovemos, nos plenários da Câmara e do Senado, a mudança na regulamentação das medidas provisórias.

Então, é importante que fique claro, porque o nosso discurso é complementar ao que foi feito aqui pelo Líder do Democratas no Senado, Senador José Agripino Maia. Não votaremos mais nenhuma medida provisória. Ponto. O Governo precisa se comprometer a não editar novas MPs e a aprovar, num acordo suprapartidário, a mudança na tramitação dessas medidas, para, só com isso, revermos a nossa posição e, eventualmente, levantarmos a obstrução que será iniciada já a partir do dia de amanhã.

Sr. Presidente, acredito nas intenções de V. Exª, assim como também acredito nas intenções do Presidente Arlindo Chinaglia, mas, infelizmente, este Congresso Nacional e o País precisam de muito mais do que boas intenções, precisam de ações imediatas, urgentes, prementes. É disso que precisamos. E, para ajudar V. Exªs a transformarem as boas intenções em decisões políticas práticas, com resultados efetivos para o Parlamento brasileiro e para nossa sociedade, é que a oposição vai fazer o seu papel.

Estamos abertos ao diálogo. Vamos continuar discutindo e debatendo com a base do Governo, como, aliás, temos feito ao longo deste primeiro mês de trabalho legislativo. E o Líder do Governo na Câmara, o Deputado Henrique Fontana, é testemunha disso. Não faltou ao Democratas disposição para sentar à mesa e propor um entendimento suprapartidário que nos permita sair dessa armadilha que foi criada pelo Poder Executivo.

É uma vergonha! E contra vergonha é necessário reação enérgica; é necessário reagir com firmeza, com coragem, com altivez. Nós aqui estamos com a responsabilidade de salvar o Congresso Nacional, de impedir que a profissão de Deputado e de Senador seja desrespeitada, desacreditada e enxovalhada neste País.

Portanto, agimos em defesa da sobrevivência desta instituição, em defesa das tradições e da história do Parlamento brasileiro, em defesa da democracia plena, em defesa do respeito ao cumprimento da Constituição Federal, que todos juramos defender. No entanto, a base do Governo, pelos favores imediatos, que atendem a cada um individualmente, está fechando os olhos para a Carta Maior, pela qual todos nós deveríamos lutar para que fosse respeitada.

Por isso, Sr. Presidente Garibaldi Alves Filho, Srªs e Srs. Parlamentares, está aqui a manifestação do Democratas. Votaremos o Orçamento, mas só, porque, agora, para medida provisória, a resposta é obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Exª e concedo a palavra ao Deputado Fernando Coruja, Líder do PPS na Câmara dos Deputados.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente do Congresso Nacional, Srªs e Srs. Senadores, Srªs e Srs. Deputados, o Congresso hoje vai votar o Orçamento. Foi um jogo de lançar culpa de um lado, culpa de outro, mas ficou evidente que o Orçamento não andou por dois motivos básicos.

Primeiro, houve a questão da CPMF. Como o Governo acredita que aqui só se carimbam as coisas, já colocou na peça orçamentária a CPMF e, depois, teve de recuar, pela legítima manifestação do Congresso Nacional, atrasando o Orçamento. Depois, houve o tal Anexo de Metas, que foi trabalhado por setores muito mais ligados à situação do que à oposição. Então, nesse jogo de culpa, fica evidente, no meu entendimento, que a ação foi muito mais do Governo, que bloqueou a aprovação.

Sr. Presidente Garibaldi Alves Filho, no entanto, é preciso discutir o que está acontecendo. O Presidente Lula atacou o Judiciário e tem atacado frontalmente este Congresso Nacional, tem atacado este Poder. Esperamos sinceramente que o posicionamento do Congresso seja aquele que o Senador Garibaldi Alves colocou em seu discurso inaugural, quando disse literalmente que esta Casa não pode ser um quarto de despejo do Executivo. E não pode ser. Mas essa reação não vai se dar apenas por discurso, não vai se dar apenas pelo posicionamento firme no microfone, como fez o Senador Garibaldi Alves: vai se dar pela práxis, pela prática, pela ação deste Congresso resistindo a esse desmando, a esse descumprimento da lei e da Constituição que faz o Executivo aqui dentro.

Essas medidas provisórias contrárias à Constituição precisam ser rejeitadas pela Casa. O Presidente Chinaglia sempre diz que ele não pode rejeitá-las liminarmente, porque essa é uma atribuição do Congresso Nacional. É preciso que o Presidente Chinaglia e o Presidente do Congresso Nacional se reúnam e possam devolver essas medidas provisórias claramente inconstitucionais. Se são contrárias à Constituição, não devem nem ser submetidas à votação.

E temos de atender, sim, ao apelo do Presidente Garibaldi: é preciso ter diálogo, é preciso conversar, é preciso falar, mas, infelizmente, do outro lado da rua, o Presidente da República está incentivando a cizânia. O Presidente acenou, disse em alto e bom som que tinha Líder do Governo que estava com azia de tanto tomar cafezinho com líderes da oposição. Nós precisamos incentivar o diálogo. É preciso conversar.

Eu quero até, como médico, comprar uns vidros de Omeprazol para dar para o Líder Henrique Fontana para continuarmos conversando e acharmos a solução para as questões do País. A solução não está no confronto, mas na defesa da Constituição. Não está na pilhéria, na galhofa, no discurso fácil; está em se posicionar de acordo com o que a lei determina.

Ora, o Presidente da República não pode afrontar esta Casa, não pode mandar para cá medidas provisórias contrárias à Constituição. E esta Casa não pode votar também medidas provisórias contrárias à Constituição. É preciso que a Mesa da Câmara e a Mesa do Senado reúnam-se e tenham uma posição de independência: devolvam as medidas provisórias. É possível, sim, devolvê-las. Se são contrárias à Constituição, devem ser devolvidas. É uma posição simples. A Mesa do Congresso pode fazê-lo, a Mesa do Senado e da Câmara, reunidas, podem fazê-lo.

Temos de incentivar o diálogo, mas esse tem de prevalecer dentro da lei, da norma e da Constituição. Espero sinceramente que o discurso do Presidente Chinaglia e o discurso do Presidente Garibaldi transformem-se em realidade. O discurso tem de transformar-se em práxis.

Senador Garibaldi, esta Casa não pode ser o quarto de despejo do Executivo, como V. Exª falou.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Exª, Deputado Fernando Coruja.

Concedo a palavra ao Deputado Zenaldo Coutinho, Líder da Minoria na Câmara dos Deputados. Em seguida, falará o Deputado José Aníbal, Líder do PSDB na Câmara.

O SR. ZENALDO COUTINHO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Congressistas, sabemos que grande parte da confusão política desses últimos dias decorre também da afirmação do Presidente da República preconceituosa, agressiva, leviana com referência ao Congresso Nacional.

Felizmente, sempre nestes momentos de tensão, há a busca de novos rumos e de novos caminhos. A Oposição, no Congresso Nacional, tem, reiteradas vezes, insistido que o excessivo número de medidas provisórias impede a construção de uma agenda positiva do Congresso Nacional, impede que as iniciativas parlamentares sejam discutidas e votadas, impede que votemos inúmeras matérias de demandas e necessidades emergentes, urgentes, prementes da sociedade brasileira. Vide o exemplo da segurança pública. Porém, sempre ficou na insistente denúncia de que o excessivo número de medidas provisórias impedia a produtividade desta Casa.

Ora, o Presidente agride esta Casa, e a Oposição – não a Casa inteira – toma uma decisão. Vamos aguardar ainda. O Presidente do Senado, de maneira lúcida, manifestou-se contra o excessivo número de medidas provisórias, bem como o Presidente da Câmara, a Comissão montada. Mas temos de ter efetividade. Precisamos de resultados.

Daí por que a Oposição, numa demonstração evidente de que não é contra o País, resolve votar o Orçamento sem nenhuma obstrução, por votação nominal, para que estejam aqui presentes aqueles que efetivamente vão votar o Orçamento. Mas isso se dará sem obstrução.

Por outro lado, resolve obstruir tudo que diz respeito a medidas provisórias a partir de amanhã, não apenas em plenário, mas nas comissões técnicas. É obstrução total, porque temos de demonstrar para a sociedade brasileira quem é responsável pela falta de produtividade do Parlamento. Não é a Oposição! Não é a Oposição! E digo mais: não é o Congresso! Não são os Parlamentares como um todo! É o Executivo, com o excessivo número de medidas provisórias.

Mas esperamos que Oposição e Base do Governo, nesta Casa, tenham a competência, a maturidade e o bom senso de, num prazo exíguo, resolver sobre as restrições com referência às medidas provisórias, sobre a possibilidade de acelerar a votação das medidas provisórias, de desobstruir as pautas, a fim de que, verdadeiramente, o Congresso possa votar todas as matérias de interesse nacional. Isso será possível, tenho certeza, com o esforço de todos os Líderes desta Casa e do Senado da República, como hoje reunimos, aqui, o Congresso Nacional.

Mas, para demonstrar que não há mais possibilidade de atrasar, de prorrogar, de procrastinar essa decisão, estaremos alertas, atentos, obstruindo. Solicitaremos, nas Comissões técnicas e no plenário da Câmara e do Senado, verificação de quórum a toda hora, requerimentos, questões de ordem, para forçarmos, evidentemente, uma decisão urgente a respeito das medidas provisórias.

Assim, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, Srªs e Srs. Senadores, retomaremos o equilíbrio entre Executivo e Congresso Nacional, retomaremos a necessária harmonia, para que o Legislativo legisle, e o Executivo execute, para que não haja o império, a monarquia, o superpoder do Executivo, que não se conforma apenas com sua função de executar, mas que também quer, a todo o momento, a todo segundo, legislar: apresenta, mediante medidas provisórias, sua condição legiferante excessiva e danosa à democracia brasileira.

Por isso tudo, Sr. Presidente, é que estamos hoje aqui, para votarmos nosso Orçamento, porque o Orçamento não é deste ou daquele Partido, não é do Governo ou da Oposição, mas é do Brasil. E a responsabilidade da Oposição também é a favor do País.

Aqui, estamos para dar nosso voto, mas alertamos para o fato de que não abriremos mão da obstrução, enquanto não se resolver a questão da medida provisória.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Líder do PSDB na Câmara dos Deputados, Deputado José Aníbal.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (PSDB – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, Srªs e Srs. Senadores, nesta oportunidade em que chegamos a um acordo, resultado de um esforço comum, de um esclarecimento de posições, de uma postura de não-retaliação e de não-penalização de qualquer ente da Federação, de qualquer setor da economia ou das políticas públicas que vêm sendo praticadas pelo Governo, numa exaltação a isso que conseguimos fazer, recuperando situações que dão estatura moral ao Parlamento, o que é fundamental, eu gostaria de voltar à tese original do Presidente Garibaldi Alves, reiterada sucessivas vezes pelo Presidente Arlindo Chinaglia: a tese de que é preciso que o Parlamento volte a legislar. O Parlamento tem massa crítica, dimensão, compromisso, capacidade de formular, de elaborar. Mostrou agora, aqui, no Orçamento, capacidade de recuar, inclusive.

É preciso que isso se faça valer também num processo legislativo que interessa profundamente à sociedade brasileira, que tem a ver com matérias de segurança pública, de meio ambiente, de saúde; que tem a ver com matérias referentes a agências reguladoras, à atração de investimentos. Mas, infelizmente, não estamos conseguindo operar, porque, como todos sabemos, o processo legislativo está garroteado pelas medidas provisórias, pela autoria indiscriminada de medidas provisórias que se prestam a avançar ou a recuar votações, a antecipar decisões. Medida provisória passou a ser instrumento do Executivo para tentar manipular, definitivamente, o Legislativo.

Realmente, não podemos aceitar isso. E não é da boca para fora. Desde novembro, nossa agenda é fundamentalmente de medidas provisórias. Por isso, estamos na antevéspera de uma decisão dura de não admitir mais nenhuma medida provisória, até mesmo aquelas que cumpram os critérios de relevância, de urgência e de significado para a vida do País. Se não é possível chegar a um entendimento, a uma convergência similar a essa a que chegamos, por exemplo,

no Orçamento, no que se refere à medida provisória, então só nos resta a obstrução generalizada.

Não queremos chegar a isso. Ainda hoje, falei com o Presidente da Câmara; sei da disposição do Presidente do Senado. No Parlamento, temos energia suficiente para negociação, mas é preciso que o outro lado da rua mude. O Presidente da República está com ânimo bélico: "Vamos medir força, vamos enquadrar". Essa não é linguagem própria de um Chefe de Estado. A busca do diálogo tem de ser permanente. Não aprovou a CPMF, porque não sensibilizou sequer sua base aliada e muito menos a sociedade. E não engoliu a derrota até hoje. Até hoje, aquilo está travado.

Nesta oportunidade em que a sensibilidade do Parlamento, do Presidente da Câmara, do Presidente do Senado e de Líderes de Partidos da Situação vem crescendo no sentido de rejeitar esse garroteamento do Legislativo, o Presidente da República faz o papel de espoleta, faz o papel de incendiário, com declarações sucessivas como esta: "Tem de medir força, tem de trabalhar, tem de medir força. Ninguém está cometendo nada de errado aqui no Governo".

Não é assim! O Parlamento é uma caixa de ressonância forte da sociedade brasileira. Tem sensibilidade. Nós, que somos Oposição, sabemos que o Governo é Governo por que teve maioria de votos. Mas isso não lhe dá, numa sociedade democrática, qualquer condição de autoridade não decorrente das regras democráticas. E a regra democrática, por exemplo, não permite, ao contrário do que gostaria o Presidente Lula, a realização de reforma tributária por decreto. Por que não permite fazer reforma tributária por decreto? Porque, se o Executivo nacional, naturalmente, já centraliza receitas e não as redistribui ou quer redistribuí-las de acordo com seus interesses, imaginem se dentro de um processo de reforma tributária não estivessem presentes os interesses dos Estados, dos Municípios e de todos os outros setores, como o de políticas públicas, como o de serviços públicos!

Mas o Presidente é dado a frases de efeito. Enquanto essas frases de efeito tinham um sentido meramente de política de eleição, não havia problema, mas, agora – e insisto neste ponto, para finalizar, Sr. Presidente –, elas atingem fundamentos, princípios da vida democrática. E, mais que isso, não tenho visto, pelo menos neste plenário, manifestações de gente que, como eu, foi perseguida pela ditadura, lutou pela democracia, sabe que democracia é valor universal, sabe que o Parlamento é a principal instituição da democracia e que, ao menor sinal de que se está querendo diminuir isso, de que se está querendo relativizar isso, tem de vir a esta tribuna e manifestar-se.

Portanto, Sr. Presidente, parabéns ao Congresso, aos Deputados, aos Senadores! Não houve nenhum sentimento menor no Orçamento, nenhuma retaliação, nenhum confronto, além daquele que é próprio da democracia. Houve insuficiência, sim, mas, de qualquer maneira, fez-se o melhor, e vamos votar.

O SR. RICARDO BARROS (PP – PR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Exª, Deputado José Aníbal, e concedo a palavra ao último orador inscrito como Líder, o Senador Sérgio Guerra, que usará da palavra como Líder do Bloco da Minoria nesta sessão conjunta do Congresso Nacional.

O SR. RICARDO BARROS (PP – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas quero avisar que teremos votação nominal hoje.

Peço aos Srs. Parlamentares que permaneçam em plenário, porque vamos ter uma votação nominal, Câmara e Senado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN.) – Agradeço a V. Exª.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Como Líder do Bloco da Minoria. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Srªs e Srs. Deputados, primeiro, agradeço à Líder do Governo, Senadora Roseana Sarney, que atuou no episódio da aprovação deste Orçamento com equilíbrio e com ponderação.

Sr. Presidente, há muitos anos o Congresso fez uma comissão parlamentar de inquérito para cuidar do Orçamento. As causas que produziram aquela comissão foram três. A primeira delas, transferências de recursos públicos para instituições privadas na forma de subvenção social. A segunda delas era que um certo e pequeno grupo dominava a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e, por meio desse domínio, tinha privilégios excessivos. A terceira característica daquele momento era que já existiam recursos admitidos como sendo compartilhados, em processos pouco transparentes, entre o Executivo e o Legislativo. Já havia, aí, uma sociedade que não interessava ao Brasil, nem às instituições democráticas e, muito menos, ao Congresso.

Essa tal comissão propôs algumas mudanças. A primeira delas: imediata suspensão das subvenções sociais. Nada de transferir dinheiro público para instituição privada. Essa transferência tem produzido resultados desastrosos do ponto de vista do interesse público. A segunda delas: que o Orçamento fosse discutido de outra forma, que ele transitasse ao longo do ano pelas comissões permanentes para, depois, transformar-se num projeto único, complexo, equilibrado, a

cargo de uma comissão de sistematização. A terceira e importante determinação: que não se eternizassem os membros da comissão que cuidava do Orçamento. Uma das propostas feitas foi a substituição de todo o conjunto de membros da comissão parlamentar de inquérito por um outro conjunto.

Um ano e meio depois, o Deputado Luís Eduardo Magalhães e o Presidente José Sarney organizaram determinado grupo para propor nova resolução. Desse grupo faziam parte o Senador Aloizio Mercadante, o Deputado Sérgio Miranda, o Senador Esperidião Amim, o Senador Eduardo Suplicy e vários outros Parlamentares. O Presidente desse grupo, indicado pelo Senador José Sarney, foi o Senador José Fogaça e o Relator dessa tal resolução foi o então Deputado Federal Sérgio Guerra.

Na época, tomamos alguns encaminhamentos e eu vou falar de alguns restritos: definimos que Deputados Federais e Senadores teriam acesso a emendas individuais, o direito de aprovar uma quantidade limitada de emendas individuais para que recursos públicos pudessem ter o destino de investimentos nas pequenas cidades, nos Municípios brasileiros.

O sistema de investimento público por meio das emendas individuais de Parlamentares para Municípios é uma realidade concreta e valorizada pelos eleitores que, em áreas mais pobres do Brasil, às vezes e muitas vezes, atribuem o seu voto àqueles que mais fazem pelo povo, porque ele precisa de tudo, transferindo recursos públicos para Prefeituras que não têm nenhuma capacidade de investimento. Porém, essas tais emendas individuais deveriam estar submetidas a regras, a guarda-chuvas, como parte de macroprogramação que se transformasse num projeto unitário que pudesse ser verdadeiramente fiscalizado e que pudesse produzir resultados macroeconômicos.

O segundo conjunto de emendas...

(Interrupção do som.)

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) ... eram as chamadas emendas de bancada estadual. O que se pretendia seria a mobilização dos Parlamentares para participarem da efetiva discussão do Orçamento nos seus Estados – e os Estados têm uma poderosa força de mobilização.

O limite eram dez, porque dez eram prioridades. A compreensão é de que sendo apenas dez emendas elas contemplariam, verdadeiramente, prioridades dos Estados, porque havia demanda demais e possibilidade de menos, e, necessariamente, os projetos que eram rigorosamente importantes em cada Estado se afirmariam naquele conjunto, até porque era imprescindível um quórum de três quartos para aprovação dessas mesmas emendas de bancada, para proteger as minorias, para evitar o esmagamento de forças políticas por outras forças políticas.

O terceiro conjunto eram emendas de bancada regionais, emendas que servissem para projetos mais do que estaduais, projetos transestaduais, que regiões como o Nordeste e o Sul do Brasil defenderam intensamente até um determinado período.

O quarto conjunto era o de emendas das comissões para projetos nacionais, para evitar que a contribuição do Congresso, a formação do Orçamento fosse apenas a colagem de interesses pessoais ou de interesses estaduais, mas, de programas nacionais, que seriam considerados nas emendas de comissão, nas quais discutir-se-iam, durante o ano, todas as políticas públicas.

Esse conjunto de propostas teve resultados, alguns positivos e outros não. Considero positivo o resultado das emendas individuais de Parlamentares. Programas federais chegaram a Municípios que antes nunca foram beneficiados com recursos federais.

(Interrupção do som.)

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – (Inaudível) ...nos Municípios, nos Estados ou no País, mas são grandes nos Municípios.

O segundo conjunto foi o de emendas de bancada federal. Essas foram desagregadas por três razões: primeiro, porque aumentou-se, a cada dia, o número de emendas; depois, porque dividiu-se esse conjunto de emendas entre Parlamentares; depois, porque se instituiu a política das rachadinhas, que nada mais representam do que a transferência para a emenda de bancada de interesses municipais, fazendo das emendas de bancada, na verdade, emendas individuais dos Parlamentares. Em vez de recursos para produzir obras estruturais nos Estados, transformaram-se esses recursos para compartilhá-los entre Parlamentares candidatos à reeleição.

O quarto conjunto, o de emendas de comissão, também foi deturpado. Um pequeno conjunto de Parlamentares passou a operar essas emendas, aprovando, no Congresso,....

(Interrupção do som.)

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – ... recursos que vão para o Executivo, onde são divididos entre aqueles que o aprovam no Congresso. São rachadinhas de melhor qualidade e mais sofisticadas, mas rachadinhas também: aprova aqui para o Ministro e, depois, vai buscar lá o pedaço que lhe cabe. Outra patrimonialização do Orçamento.

As grandes deturpações de todo esse processo são duas. Primeiro, cada Parlamentar passa a se

considerar dono do direito de produzir emendas e dos recursos que dela decorrem. Segundo, o que é mais grave ainda, uma relação promíscua entre Executivo e Legislativo – e permanente – para que essas emendas virem liberação, diminuindo o Congresso e anulando, absolutamente, a noção de prioridades. Relatores não dão pareceres sobre emendas. Relatores aprovam emendas, porque elas são do Deputado "tal" ou "qual", desse ou daquele Senador. Nenhum critério de avaliação de mérito. Nenhuma noção de prioridades para os investimentos, investimentos de que precisam o Brasil, com esse grau de dispersão e esse grau de desconcentração de projetos relevantes para o interesse público.

Esse sistema se exauriu, e já faz muito tempo. Arremedos têm sido feitos, mas, logo depois de contemplados, destruídos logo a seguir. Tudo é direito de todo mundo. E pessoas que não têm comprometimento ético, mas que estão equivocadas, sempre dizem: "É o meu direito". Um relator bom passou a ser aquele que divide, igualmente, o valor de um projeto para todos os Parlamentares. Alguém faz um projeto para uma grande barragem; e alguém faz um projeto para uma pequena barragem. Como o Parlamentar tem direito a dez, ele tem dez; e o outro também tem dez para um projeto que não vale dez, vale muito menos que esse.

Nada disso tem fundamento. Fazemos, aqui, uma construção absolutamente desestruturante, que não constrói, rigorosamente, ...

(Interrupção do som.)

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – ... que não tem consistência, do ponto de vista das macropolíticas do País, que não ajuda o crescimento do País numa base equilibrada. Inauguramos uma relação com o Executivo que só tem se disseminado, que agrava o conceito do Congresso a cada votação, nas quais se anunciam liberações para uns e para outros, no interesse de terem votos nas votações que virão a seguir. Esse processo é desmoralizante e desmoralizado. Com esse processo, o meu Partido, o PSDB, não tem compromisso.

Não se trata de julgamento ético. Não vou afirmar aqui o que não posso provar: que alguém tem comprometimento ético ou não tem. Mas o fato concreto é que, do ponto de vista do interesse público, isso não pode continuar, porque é um grande prejuízo para o País, um péssimo exemplo para o Congresso. Não se discute mais nada, relator nenhum dá parecer sobre emenda alguma, reconhece apenas o direito de uma bancada ou de um Parlamentar ou de uma comissão de aprovar uma emenda, não porque ela seja boa ou ruim, mas porque seja desse ou daquele Deputado. Se mantivermos esse quadro, o destino do Congresso não é bom. O Congresso Nacional não resiste a uma comissão parlamentar de inquérito por muitas razões. E não é bom que ela exista, porque, num desses casos, mais uma vez, o Congresso paga a conta e o Presidente Lula vai ficar lá em cima como se fosse o juiz de todos e não tivesse nada a ver com nada. Todo o processo de desestruturação do Orçamento começa e termina no Executivo, mas passa pelo Legislativo, e passa por muitos partidos, senão por todos.

Queria dizer, Sr. Presidente, que nós devemos encerrar hoje o último momento desse processo espúrio de formação do Orçamento. A organização de um novo processo, a substituição de velhas manias, de velhos vícios e de privilégios para a construção de outra sociedade, na qual o Congresso tenha fundamento e tenha razão, para que possa afirmar ao País o seu papel e não continue a se desmoralizar todo dia, toda hora, por crises e mais crises, que sempre passam, de uma ou de outra forma, pelo trânsito de recursos federais, mediante emendas parlamentares.

Quero parabenizar aos que trabalham bem, e são muitos, mas quero dizer que nem todos trabalham bem e honestamente nesse processo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vamos iniciar, Srªs e Srs. Parlamentares, a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item único:

PROJETO DE LEI Nº 30, DE 2007-CN

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 30, de 2007-CN, que estima Receita e fixa Despesa da União para o Exercício Financeiro de 2008.

Ao Projeto foram apresentadas 9.707 emendas.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização em seu Parecer nº 3, de 2008, concluiu pela apresentação de substitutivo, com as alterações decorrentes da aprovação de destaques apresentados naquela Comissão.

É o seguinte o parecer:

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Há sobre a mesa, requerimentos de retirada de pauta do **Projeto nº 30, de 2007**, de autoria dos Líderes do PSDB, Deputado Duarte Nogueira, e dos Democratas, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 4, DE 2008–CN

Requer a retirada de pauta de proposição.

Senhor Presidente:

Requeiro a vossa excelência, nos termos do inciso VI do art. 117, Regimento Interno da Câmara dos Deputados a retirada de pauta do Projeto de Lei nº 30, de 2007–CN, que "Estima a receita e fixa a Despesa para o exercício financeiro de 2008".

Sala das Sessões, 12 de março de 2008. – **Duarte Nogueira,** Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 5, DE 2008–CN

Requer a retirada de pauta.

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do art. 117, VI, do Regimento Interno art. /51RC a retirada da pauta do (a) PLN 30/2007 constante do item 1 da presente Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 12 de março de 2008. – Deputado **Antônio Carlos Magalhães Neto,** Líder do Democratas.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM – BA) – Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quero responder aos ilustres Parlamentares e, logo em seguida, darei a palavra a V. Exª, Deputado José Carlos Aleluia.

Deixo de dar seguimento aos requerimentos dos ilustres Parlamentares, tendo em vista o disposto no art. 48, inciso VI, do Regimento Interno do Senado Federal, primeiro subsidiário, nos termos do art. 151 do Regimento Comum.

Concedo a palavra ao Congressista José Carlos Aleluia.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a minha intervenção era para solicitar a retirada dos requerimentos, todos os requerimentos que forem de autoria dos Democratas, para que possamos iniciar a discussão.

Pediria a V. Exª que, até para evitar numa votação de encerramento de discussão, fizéssemos logo um acordo de quantos Deputados e de quantos Senadores irão falar. Talvez um pouco mais do que o mínimo estabelecido, para todos ficarem satisfeitos, digamos. Acho que podemos falar em seis Senadores, seriam 50% a mais, e 50% a mais no número de Deputados.

Se todos concordarem, podíamos iniciar imediatamente a discussão, e o encerramento se daria automaticamente ao fim do discurso dos Deputados e Senadores.

O SR. DUARTE NOGUEIRA (PSDB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a palavra pelo PSDB. (Pausa.)

Como Vice-Líder, fui autor do requerimento que V. Exª acaba de justificar, e, portanto, prejudicado, quero, também, em nome da Bancada, retirar um outro requerimento de nossa autoria, para que possamos cumprir o acordo que foi feito entre Câmara dos Deputados e Senado Federal, para apreciação e votação do Orçamento da União.

Indago a V. Exª, porque recebi uma informação da assessoria, que seriam quatro de cada Casa, portanto, quatro Senadores e quatro Deputados para fazerem uso da palavra durante o processo de encaminhamento. Eu aqui me somo ao Deputado José Carlos Aleluia, com a consulta à Mesa, que possamos, portanto, alargar o número de oradores para seis de cada Casa, porque assim contemplaríamos o conjunto maior dos Deputados e dos Senadores aqui presentes.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, complementando, poderíamos, para ter número par, ter três Senadores contra, três a favor; e, Deputados, seriam cinco contra, cinco a favor, e não haveria votação do requerimento de encerramento.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Exª.

O SR. COLBERT MARTINS (PMDB – BA) – Não entendi, Sr. Presidente. Serão 16 parlamentares que falarão?

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM – BA) – São 16 parlamentares que falarão, sem requerimento de encerramento. Automaticamente seria encerrado, e ganharíamos tempo processual.

O SR. COLBERT MARTINS (PMDB – BA) – Obrigado, Sr. Presidente. Estamos magnânimos hoje. Vamos admitir.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esse acordo foi fechado para não haver discussão? Refiro-me ao número de inscritos. Está resolvido?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Está resolvido.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Presidência comunica ainda que foram entregues na Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, até a meia-noite de ontem, 83 requerimentos, nos termos do art. 132 da Resolução nº 1, de 2006– CN, que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Deputado Osmar Serraglio, a quem passo a palavra.

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR) – Sr. Presidente, como V. Exª anunciou, são 83 destaques, cujas formulações já foram disponibilizadas ao Plenário, de sorte que anunciarei, muito brevemente, sinteticamente, a sua formulação. Todos eles são Destaques de Votação em Separado, baseados no art. 132 da Resolução nº 01, de 2006.

Inicio pelo destaque do Deputado Rodrigo Rollemberg:

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 6, DE 2008 – CN

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2008.

Senhor Presidente,

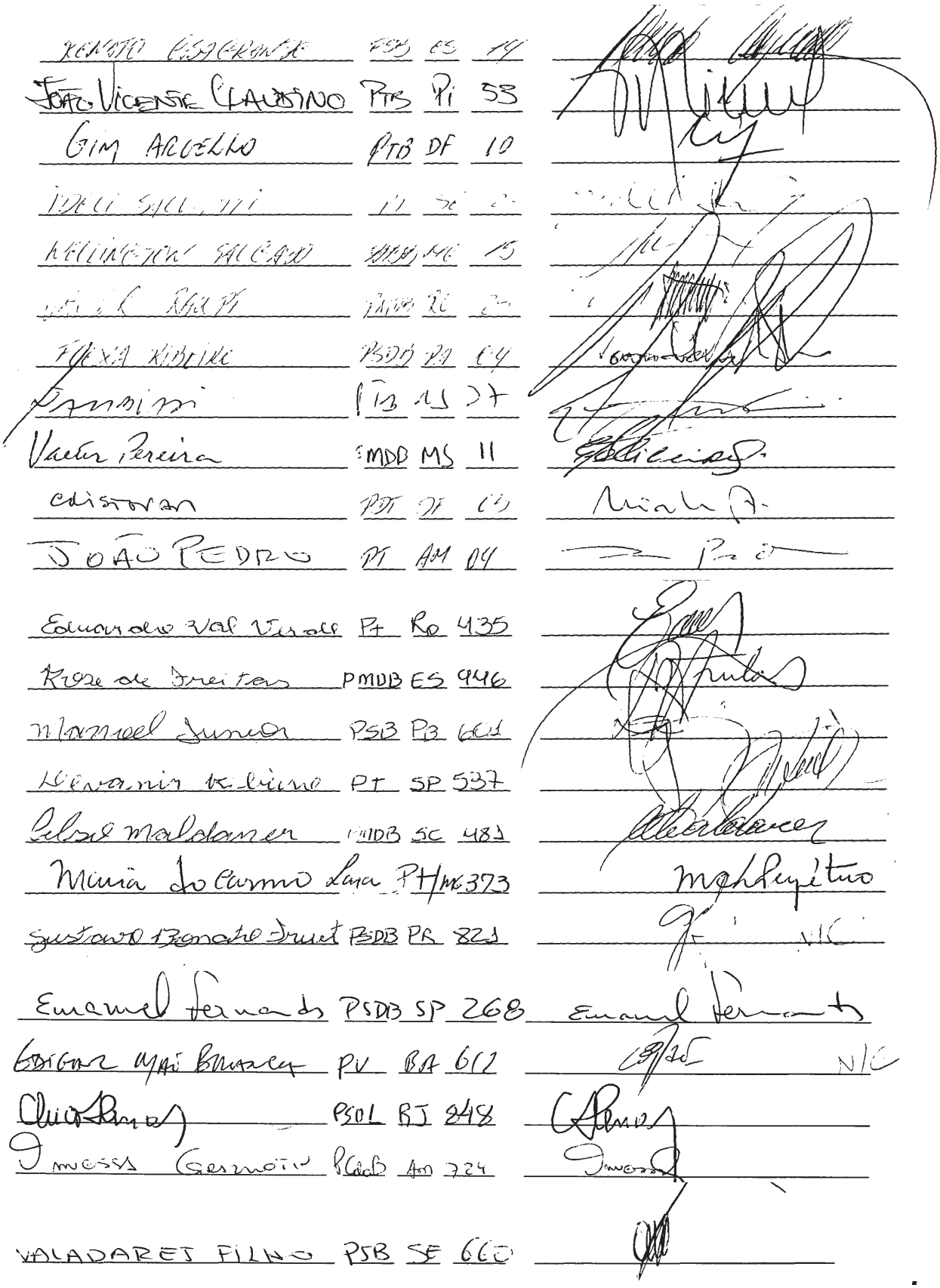
Requeiro, nos termos regimentais, destaque de votação em separado para recomposição de dotação cancelada da Funcional Programática nº 19.571.0460.0900.0001 – Concessão de Bolsas de Estímulo à Pesquisa Nacional, seqüencial: 001651, da unidade orçamentária 24201 CNPQ, com o valor a ser recomposto de R$16.174.303,00.

Sala das Sessões, 12 de março de 2008.

Rodrigo Rollemberg - PSB
Vice-Líder do Bloco

JOSEPH BANDEIRA	PT	BA	954	
Wandenkolb Wanderley	PDS	RO	943	
Fernando Ferro	PT		426	
BARBOSA NETO	PDT	RS	705	
[illegible]	PT	ME	866	
Aldo Rebelo	PCdoB			
NELSON MARQUEZELLI	PTB		920	
Chiquinho Brazão	PT	RO	802	
Geraldo Magela	PT		358	
PEDRO WILSON	PT		940	
NILSON MOURA	PT		376	
TRAIANO	PT/AM		803	
Paulo Rocha	PT		444	
NELSON TRAD	PMDB			
Joaquim Francisco de Oliveira	PR	MS		
PAULO PIAU	PMDB	MG	617	
SEBASTIÃO BALA ROCHA	PDT	AP	606	
Virgílio Guimarães	PT			
CARLOS ABICALIL	PT	MT	623	
EDUARDO XAVIER	PT	CE	422	
UBIRATAN PINTO	PMN	RN	496	
FRANCISCO TENÓRIO	PMN	AL	483	

FATIMA PELAES	PMDB	AP	416	
ALICE PORTUGAL	PCdoB	BA	92	
PROF. RAQUEL	PSDB	GO	816	
PERPETUA ALMEIDA	PCdoB	AC	25	
RITA CAMATA	PMDB	ES	836	
JUSMARI DE OLIVEIRA	PR	BA	326	
MARIA HELENA	PSB	PR	909	
ANA ARRAES	PSB	PE	846	
NILMAR RUIZ	DEM	TO	303	
GIOVANI QUEIROZ	PDT	PA	618	
MOREIRA MENDES	PPS	RO	943	
PAES LANDIM	PTB	PI	648	
JOÃO OLIVEIRA	DEM	TO	425	
Rodrigo Rollemberg	PSB	DF	662	
BETINHO ROSADO	DEM	RN	366	
Daniel Almeida	PCdoB	BA	317	
Colbert Martins	PMDB	BA	319	
Chico Lopes	PCdoB	CE	310	
FLAVIO DINO	PCdoB	MA	654	
Mauro Benevides	PMDB	CE	607	
Veloso	PMDB	BA	622	
Raimundo Carreiro	PPS	DF	350	
Vicentinho	PT	SP	740	
Luiz Couto	PT	PB	442	



CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

RELATORIA GERAL - Alterações das Propostas Orçamentárias da União para 2008 - Acréscimo e Cancelamento por UO/Funcional

Orçamento Fiscal e Seguridade - Em R$ 1,00

UO/FUNCIONAL	PL	ACRÉSCIMO	CANCELAMENTO	TOTAL
24201 - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico				
19.571.0460.0900.0001 - Concessão de Bolsas de Estímulo à Pesquisa Nacional				
Esfera GND Fonte Mod. Aplic. RP Id Uso				
1 3 100 90 2 0	161.743.036	0	-16.174.303	145.568.733
Total da Funcional:	**161.743.036**	**0**	**-16.174.303**	**145.568.733**
TOTAL DA UO:	**161.743.036**	**0**	**-16.174.303**	**145.568.733**
Total:	**161.743.036**	**0**	**-16.174.303**	**145.568.733**

REQUERIMENTO Nº 7, DE 2008 – CN

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2008.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, destaque de votação em separado para recomposição de dotação cancelada da Funcional Programática nº 19.572.0464.10ZK.0001 – Desenvolvimento do Satélite Sino-Brasileiro – Projeto CBERS-3 – Nacional, seqüencial: 001726, da unidade orçamentária 24205 AEB, com o valor a ser recomposto de R$21.452.644,00.

Sala das Sessões, 12 de março de 2008.

Dep. Rodrigo Rollemberg

NOME PARLAMENTAR	PART.	UF	GAB	ASSINATURA
JOSEPH BANDEIRA	PT	BA	954	
Moreira Mendes	PPS	RO	943	
Fernando Ferro	PT		426	
BARBOSA NETO	PDT	PA	705	
[illegible]	PT	MG	866	
Arnaldo Holanda	PSB		575	
Nelson Marquezelli	PTB		920	
Anselmo de Jesus	PT	RO	802	
Geraldo Magela	PT		352	
Pedro Wilson	PT		940	
NILSON MOURÃO	PT		376	
PINACIANO	PT		803	
Paulo Rocha	PT		444	
Nelson Trad	PMDB			
José F. Aparecido de Oliveira	PV			
Paulo Piau	PMDB	MG	617	
Sebastião Bala Rocha	PDT	AP	606	
Virgílio Guimarães	PT		275	
CARLOS ABICALIL	PT	MT	623	
EUDES XAVIER	PT	CE	472	

Ubiratan Pinto	PMN	BA	446	
Francisco Tenório	PMN	AL	483	
Fátima Pelaes	PMDB	AP	416	
Alice Portugal	PCdoB	BA	420	
Profª. Raquel	PSDB	GO	816	
Perpétua Almeida	PCdoB	AC	625	
Rita Camata	PMDB	ES	836	
Jusmari Oliveira	PR	BA	326	
Márcia Helena	PSB	PR	909	
Ana Arraes	PSB	PE	846	
Giovanni Queiroz	PDT	PA	618	
Moreira Mendes	PPS	RO	447	
Paes Landim	PTB	PI	648	
João Oliveira	PMDB	TO	425	
Rodrigo Rollemberg	PSB	DF	662	
Betinho Rosado	DEM	RN	366	

Daniel Almeida	PCdoB	BA	317	
Colbert Martins	PMDB	BA	319	
Chico Lopes				
FLÁVIO ARNO				
Mauro Benevides	PMDB	CE	607	
Veloso	PMDB		622	
Augusto Carvalho			350	
Vicentinho	PT		740	
Luiz Couto	PT		441	
Edmar Arruda	PT	PR	435	
Rose de Freitas	PMDB	ES	946	
MARCELO SERAFIM	PSB	PB	601	
Devanir Ribeiro	PT	SP	537	
Celso Maldaner	PMDB	SC	481	
Maria do Carmo Lara	PT	MG	373	
Gustavo Fruet	PSDB	PR	821	

JOÃO VICENTE CLAUDINO	PTB	PI	53
[illegible]			
[illegible]			
[illegible]			
[illegible]			
[illegible]			
[illegible]			
GIM ARGELLO	PTB	DF	10
[illegible]			
CRISTOVAM			
JOSÉ PEDRO	PT	AM	04
Emanuel Fernandes	PSDB	SP	268
EDIGAR MÃO BRANCA	PV	BA	612
[illegible]	PSOL	RJ	548
VANESSA GRAZZIOTIN	PCdoB	AM	724
[illegible]			
VALADARES FILHO	PSB	SE	660

REQUERIMENTO Nº 8, DE 2008 – CN

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2008.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, destaque de votação em separado para recomposição de dotação cancelada da Funcional Programática nº 19.572.0461.2095.0001 – Fomento a Projetos de Implantação e Recuperação da Infra-Estrutura de Pesquisa das Instituições Públicas (CT-Infra) – Nacional, seqüencial: 001751, da unidade orçamentária 24901 – F. Desenv. Cient. e Tecnológico, com o valor a ser recomposto de R$152.261.863.

Sala das Sessões, 12 de março de 2008.

DEP. FERNANDO FERRO - PT-PE

JOSETH BANDEIRA	PT	BA	954	
MOREIRA MENDES	PPS	RO	543	
Fernando Ferro	PT		427	
BARBOSA NETO	PDT	PR	705	
[illegible]	PT	MG	866	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
Nelson Marquezelli	PTB		920	
Aurelino [illegible]	PT	RO	807	
Geraldo Magela	PT		350	
[illegible]	PT		940	
NILSON MOURA	PT		378	
TARCISIO	PT/AM		803	
Paulo Rocha	PT		444	
NELSON TRAD	PMDB			
José F. Aparecido de Oliveira	PV			
PAULO PITA	PMDB	MG	617	
SEBASTIÃO BALA ROCHA	PDT	AP	608	
Virgílio Guimarães	PT			
CARLOS ABICALIL	PT	MT	623	
EUDES XAVIER	PT	CE	477	

Ulderico Pinto	PMN	BA	446	
Francisco Tenório	PMN	AL	483	
Fátima Pelaes	PMDB	AP	416	
Alice Portugal	PCdoB	BA	428	
Prof. Raquel	PSDB	GO	816	
Perpetua Almeida	PCdoB	AC	625	
Rita Camata	PMDB	ES	836	
Jusmari de Oliveira	PR	BA	326	
Maria Helena	PSB	PR	909	
Ana Arraes	PSB	PB	846	
Nilmar Ruiz	DEM	TO	363	
Giovanni Queiroz	PDT	PA	618	
Moreira Mendes	PPS	RO	943	
Paes Landim	PTB	PI	648	
João Oliveira	DEM	TO	4125	
Rodrigo Rollemberg	PSB	DF	662	
Betinho Rosado	DEM	RN	366	

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
JOÃO VICENTE CLAUDINO	PTB	PI	53	
GIM ARGELLO	PTB	DF	10	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
VALTER PEREIRA	PMDB	MS	11	
CLEUBER [illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
JOÃO PEDRO	PT	AM	04	
Eduardo Valverde	PT	RO	435	
ROSE DE FREITAS	PMDB	ES	946	
Manoel Junior	PSB	PB	601	
Devanir Ribeiro	PT	SP	537	
Celso Maldaner	PMDB	SC	481	
Maria do Carmo Lara	PT	MG	373	
Gustavo Fruet	PSDB	PR	821	

Daniel Almeida	PCdoB	BA	317	
	PMDB	BA	319	
Chico Lopes	PCdoB	CE	318	
	PCdoB	MA	154	
Marcelo Brenvides	PMDB	CE	607	
Velloso	PMDB	BA	622	
			350	
	PT	SP	740	
	PT		442	

	PSDB	SP	268	
	PV	BA	612	
	PSOL	RJ	848	
	PCdoB	AM	724	
	PSB	SE	660	

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

RELATORIA GERAL - Alterações das Propostas Orçamentárias da União para 2008 - Acréscimo e Cancelamento por UO/Funcional

Orçamento Fiscal e Seguridade - Em R$ 1,00

UO/FUNCIONAL	PL	ACRÉSCIMO	CANCELAMENTO	TOTAL
24901 - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico				
19.572.0461.2095.0001 - Fomento a Projetos de Implantação e Recuperação da Infra-Estrutura de Pesquisa das Instituições Públicas (CT-Infra) Nacional				
Esfera GND Fonte Mod. Aplic. RP Id Uso				
1 3 150 90 2 0	9.074	0	-907	8.167
1 3 134 90 2 0	886.559	0	-88.655	797.904
1 3 135 50 2 0	1.160.182	0	-116.018	1.044.164
1 3 135 90 2 0	451.182	0	-45.118	406.064
1 3 141 50 2 0	445.680	0	-44.568	401.112
1 3 141 90 2 0	173.320	0	-17.332	155.988
1 3 142 50 2 0	31.767.006	0	-23.176.700	8.590.306
1 3 134 50 2 0	2.279.722	0	-227.972	2.051.750
1 3 150 50 2 0	23.333	0	-2.333	21.000
1 4 172 50 2 0	199.240.706	0	-19.929.618	179.311.088
1 3 172 50 2 0	48.368.712	0	-4.836.871	43.531.841
1 3 172 90 2 0	18.810.055	0	-1.881.005	16.929.050
1 4 134 50 2 0	9.498.844	0	-950.149	8.548.695
1 4 135 50 2 0	4.834.093	0	-483.544	4.350.549
1 4 141 50 2 0	1.856.999	0	-185.752	1.671.247
1 4 142 50 2 0	132.362.522	0	-89.039.938	43.322.584
1 4 150 50 2 0	97.222	0	0	97.222
2 3 142 90 2 0	12.353.835	0	-11.235.383	1.118.452
Total da Funcional:	**464.619.046**	**0**	**-152.261.863**	**312.357.183**
TOTAL DA UO:	**464.619.046**	**0**	**-152.261.863**	**312.357.183**
Total:	**464.619.046**	**0**	**-152.261.863**	**312.357.183**

CRITÉRIOS SELECIONADOS: Órgão: UO: Setor: Função: Subfunção: Programa: ProjAtiv: 2095 Subtítulo: Fonte: Gnd: RP: Modalidade: Id Uso: Localidade: Região/UF:

Emissão: 04/03/2008 12:44:57

Fonte: SIAF-2/STN Elaboração: Consultoria de Orçamento/CD e PRODASEN

G:\OR2008\3_Elabor2008_Access97_parecer da CMO.mdb - 599-REL08 - A/C por UO/Funcional completo

REQUERIMENTO Nº 9, DE 2008 – CN

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2008.

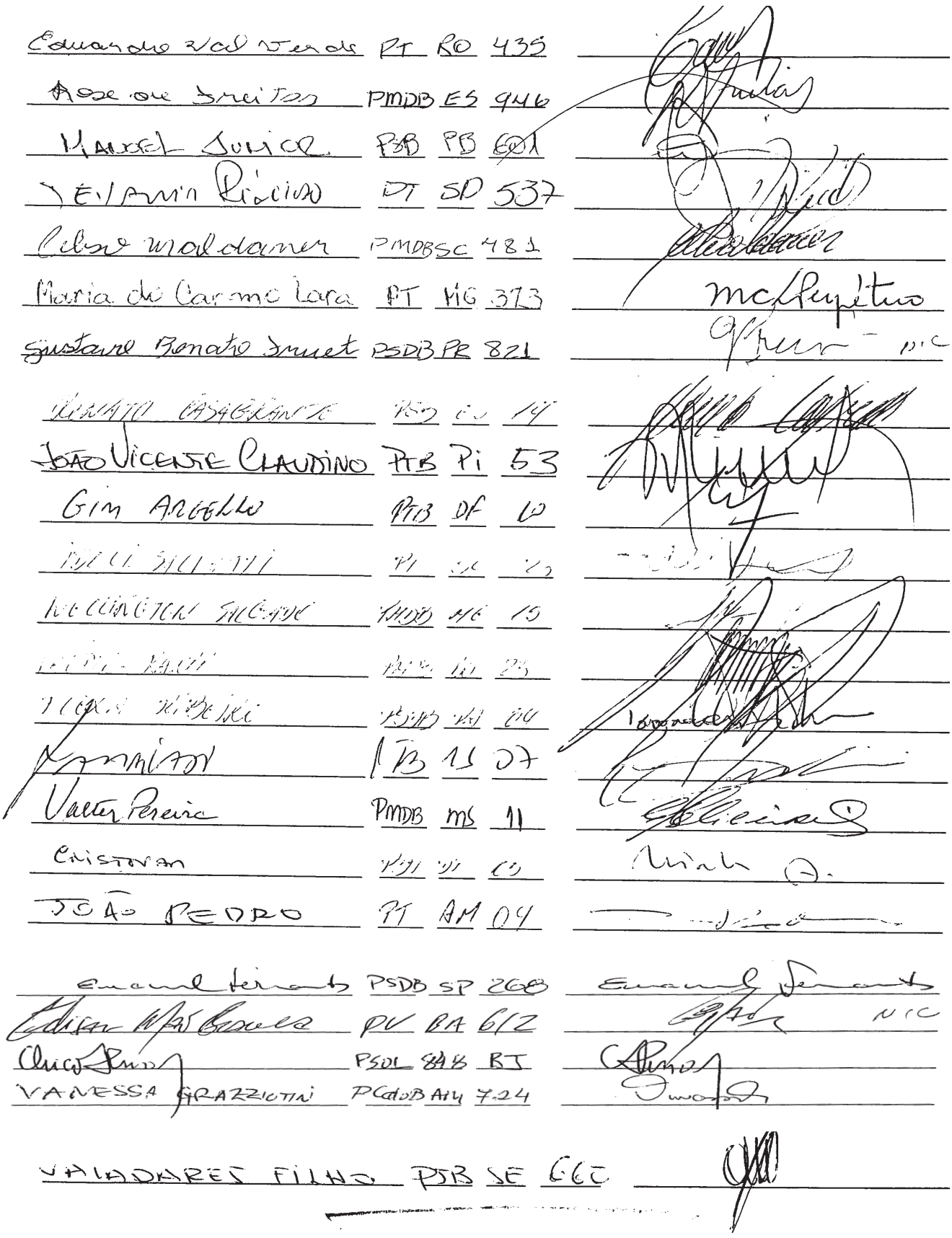
Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, destaque de votação em separado para recomposição de dotação cancelada da Funcional Programática nº 19.571.0460.0901.0001 – Concessão de Bolsas de Formação e Qualificação de Pesquisadores e Profissionais para C,T&I – Nacional, seqüencial: 001652, da unidade orçamentária 24201 CNPQ, com o valor a ser recomposto de R$34.536.141,00.

Sala das Sessões, 12 de março de 2008.

Dra Clara

Vicentinho Alves	PR TO	346	
Wellington Fagundes	PR MT	346	
Zenaldo Coutinho	PSDB PA	346	
Zequinha Marinho	PSC PA	346	
Zonta	PP SC	346	
Abelardo Lupion	DEM PR	346	
Alfredo Kaefer	PSDB PR	346	
Antonio Carlos Mendes Thame	PSDB SP	346	
Arnaldo Jardim	PPS SP	346	
Arnaldo Jordy	PPS PA	346	
Bernardo Ariston	PMDB RJ	346	
Carlos Alberto Leréia	PSDB GO	346	
Carlos Bezerra	PMDB MT	346	
Carlos Brandão	PSDB MA	346	
Carlos Eduardo Cadoca	PSC PE	346	
Carlos Melles	DEM MG	346	
Carlos Willian	PTC MG	346	
Celso Maldaner	PMDB SC	346	
Chico Alencar	PSOL RJ	346	
Chico da Princesa	PR PR	346	
Chico Lopes	PCdoB CE	346	
Cida Diogo	PT RJ	346	
Cleber Verde	PRB MA	346	
Colbert Martins	PMDB BA	346	
Dagoberto	PDT MS	346	
Daniel Almeida	PCdoB BA	346	
Dr. Talmir	PV SP	346	
Edinho Bez	PMDB SC	346	
Edio Lopes	PMDB RR	346	
Edson Ezequiel	PMDB RJ	346	
Eduardo Amorim	PSDB SE	346	
Eduardo Gomes	PSDB TO	346	
Eduardo Sciarra	DEM PR	346	
Elcione Barbalho	PMDB PA	346	
Eliene Lima	PP MT	346	
Eliseu Padilha	PMDB RS	346	
Enio Bacci	PDT RS	346	
Fábio Faria	PMN RN	346	
Fábio Souto	DEM BA	346	
Fernando Coruja	PPS SC	346	
Flaviano Melo	PMDB AC	346	
Flávio Dino	PCdoB MA	346	
Francisco Dornelles	PP RJ	346	
Gastão Vieira	PMDB MA	346	
Geraldo Resende	PMDB MS	346	
Gervásio Silva	PPS SC	346	
Giacobo	PR PR	346	
Gilmar Machado	PT MG	346	
Gonzaga Patriota	PSB PE	346	
Guilherme Campos	DEM SP	346	
Guilherme Menezes	PTB BA	346	
Hélio Costa	PMDB MG	346	
Henrique Afonso	PT AC	346	
Henrique Eduardo Alves	PMDB RN	346	
Hugo Leal	PSC RJ	346	
Ibsen Pinheiro	PMDB RS	346	
Inocêncio Oliveira	PR PE	346	
Jaime Martins	PR MG	346	
Jairo Ataíde	DEM MG	346	
Jairo Carneiro	DEM BA	346	
Jânio Natal	PRB BA	346	
Jefferson Campos	PTB SP	346	
Jerônimo Reis	PMDB SP	346	
João Carlos Bacelar	PR BA	346	
João Dado	PDT SP	346	
João Magalhães	PMDB MG	346	
João Oliveira	DEM TO	346	
Joaquim Beltrão	PMDB AL	346	
Jorge Boeira	PT SC	346	
Jorge Khoury	DEM BA	346	
José Aldemir	PDT PI	346	
José Carlos Araújo	PR BA	346	
José Chaves	PTB PE	346	
José Divino	PRB RJ	346	
José Genoíno	PT SP	346	
José Guimarães	PT CE	346	
José Humberto	PTB MG	346	
José Mentor	PT SP	346	
José Rocha	PR BA	346	
José Santana de Vasconcellos	PR MG	346	
José Stédile	PSB RS	346	
Jovair Arantes	PTB GO	346	
Júlio Cesar	PFL PI	346	
Júlio Delgado	PSB MG	346	
Lael Varella	DEM MG	346	
Laerte Bessa	PR DF	346	
Leandro Vilela	PMDB GO	346	
Leonardo Mattos	PV MG	346	
Leonardo Monteiro	PT MG	346	
Leonardo Quintão	PMDB MG	346	
Lino Rossi	PP MT	346	
Lobbe Neto	PSDB SP	346	
Lupércio Ramos	PMDB AM	346	
Luiz Bassuma	PT BA	346	
Luiz Carlos	PSDB AP	346	
Luiz Carlos Hauly	PSDB PR	346	
Luiz Carreira	DEM BA	346	
Luiz Fernando	PT RJ	346	
Luiz Gonzaga	PSDB SP	346	
Luiz Nishimori	PR PR	346	
Luiz Piauhylino	PDT PE	346	
Luiz Sérgio	PT RJ	346	
Luiz Soares Dulci	PT MG	346	
Magela	PT DF	346	
Manato	PDT ES	346	
Manoel Salviano	PSDB CE	346	
Marcelo Ortiz	PV SP	346	
Marcelo Teixeira	PR CE	346	
Marcio Reinaldo Moreira	PP MG	346	
Marco Maia	PT RS	346	
Marcondes Gadelha	PSB PB	346	
Mário Heringer	PDT MG	346	
Maurício Rands	PT PE	346	
Mauro Benevides	PMDB CE	346	
Mauro Lopes	PMDB MG	346	
Mauro Nazif	PSB RO	346	
Max Rosenmann	PMDB PR	346	
Miguel Corrêa	PT MG	346	
Milton Cardias	PTB RS	346	
Miro Teixeira	PDT RJ	346	
Moacir Micheletto	PMDB PR	346	
Mussa Demes	PFL PI	346	
Nazareno Fonteles	PT PI	346	
Nelson Bornier	PMDB RJ	346	
Nelson Marquezelli	PTB SP	346	
Nelson Meurer	PP PR	346	
Nelson Pellegrino	PT BA	346	
Nelson Proença	PMDB RS	346	
Neucimar Fraga	PR ES	346	
Neuton Lima	PTB SP	346	
Nilmar Ruiz	DEM TO	346	
Osmar Júnior	PCdoB PI	346	
Osmar Serraglio	PMDB PR	346	
Osvaldo Reis	PMDB TO	346	
Pastor Marco Feliciano	PSC SP	346	
Paulo Abi-Ackel	PSDB MG	346	
Paulo Bauer	PSDB SC	346	
Paulo Feijó	PR RJ	346	
Paulo Henrique Lustosa	PMDB CE	346	
Paulo Magalhães	DEM BA	346	
Paulo Pereira da Silva	PDT SP	346	
Paulo Piau	PMDB MG	346	
Paulo Roberto Pereira	PTB RS	346	
Pedro Eugênio	PT PE	346	
Pedro Fernandes	PTB MA	346	
Pedro Henry	PP MT	346	
Pedro Novais	PMDB MA	346	
Pedro Valadares	PSB SE	346	
Pinto Itamaraty	PSDB MT	346	
Professor Luizinho	PT SP	346	
Professor Setimo	PMDB MG	346	
Raimundo Gomes de Matos	PSDB CE	346	
Raimundo Santos	PR PA	346	
Reginaldo Lopes	PT MG	346	
Reinaldo Azambuja	PSDB MS	346	
Renato Amary	PSDB SP	346	
Renato Casagrande	PSB ES	346	
Renato Molling	PP RS	346	
Ricardo Barros	PP PR	346	
Ricardo Berzoini	PT SP	346	
Ricardo Izar	PTB SP	346	
Ricardo Tripoli	PSDB SP	346	
Roberto Balestra	PP GO	346	
Roberto Britto	PP BA	346	
Roberto Freire	PPS SP	346	
Roberto Magalhães	DEM PE	346	
Roberto Santiago	PV SP	346	
Rodrigo Rollemberg	PSB DF	346	
Romel Anizio	PP MG	346	
Rubens Bueno	PPS PR	346	
Rubens Otoni	PT GO	346	
Sabino Castelo Branco	PTB AM	346	
Sandes Júnior	PP GO	346	
Sandro Mabel	PR GO	346	
Sarney Filho	PV MA	346	
Saulo Pedrosa	PTB PR	346	
Sebastião Bala Rocha	PDT AP	346	
Sebastião Madeira	PSDB MA	346	
Sérgio Barradas Carneiro	PDT RJ	346	
Sérgio Brito	PMDB BA	346	
Sérgio Moraes	PTB RS	346	
Silas Câmara	PTB AM	346	
Silas Brasileiro	PMDB MG	346	
Silvio Costa	PTB PE	346	
Simão Sessim	PP RJ	346	
Solange Amaral	DEM RR	346	
Stepan Nercessian	PPS RJ	346	
Takayama	PSC PR	346	
Tarcísio Zimmermann	PT RS	346	
Thelma de Oliveira	PSDB MT	346	
Tião Viana	PT AC	346	
Vanessa Grazziotin	PCdoB AM	346	
Vanderlei Assis	PP SP	346	
Vander Loubet	PT MS	346	
Vanderlei Siraque	PT SP	346	
Vanessa Grazziotin	PCdoB AM	346	
Vicentinho	PT SP	346	
Vicentinho Alves	PR TO	346	
Wellington Fagundes	PR MT	346	
Zenaldo Coutinho	PSDB PA	346	
Zequinha Marinho	PSC PA	346	
Zonta	PP SC	346	



CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

RELATORIA GERAL - Alterações das Propostas Orçamentárias da União para 2008 - Acréscimo e Cancelamento por UO/Funcional

Orçamento Fiscal e Seguridade - Em R$ 1,00

UO/FUNCIONAL	PL	ACRÉSCIMO	CANCELAMENTO	TOTAL
24201 - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico				
19.571.0460.0901.0001 - Concessão de Bolsas de Formação e Qualificação de Pesquisadores e Profissionais para C,T&I Nacional				
Esfera GND Fonte Mod. Aplic. RP Id Uso				
1 3 281 90 2 0	3.000.000	0	0	3.000.000
1 3 100 90 2 0	345.361.411	10.000.000	-34.536.141	320.825.270
Total da Funcional:	**348.361.411**	**10.000.000**	**-34.536.141**	**323.825.270**
TOTAL DA UO:	**348.361.411**	**10.000.000**	**-34.536.141**	**323.825.270**
Total:	**348.361.411**	**10.000.000**	**-34.536.141**	**323.825.270**

CRITÉRIOS SELECIONADOS: Órgão: Setor: Subfunção: ProjAtiv: 0901 Fonte: RP: Id Uso: Localidade:
UO: Função: Programa: Subtítulo: Gnd: Modalidade: Região/UF:

Emissão: 04/03/2008 12:44:15

Fonte: SIAFI/STN Elaboração: Consultoria de Orçamento/CD e PRODASEN G:\OR2008\3_Elabor2008_Access97_parecer da CMO.mdb - 599-REL08 - A/C por UO/Funcional completo

REQUERIMENTO Nº 10, DE 2008 – CN

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2008.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, destaque de votação em separado para recomposição de dotação cancelada da Funcional Programática nº 19.662.1113.2482.000l – Fabricação do Combustível Nuclear – Nacional, seqüencial: 001738, da unidade orçamentária 24206 INB, com o valor a ser recomposto de R$30.852.947,00.

Sala das Sessões, 12 de março de 2008.

SEN. RENATO CASAGRANDE - PSB-ES

JOSEPH BANDEIRA PT BA 954

MORCIRA MENDES PPS RO 943

Fernando Ferro PT 426

BARBOSA NETO PDT-GO 705

Elcione Barbalho PMDB PA 571

Nelson Marquezelli PTB 920

Anselmo de Jesus PT RO 802

Geraldo Magela PT 952

Pedro Wilson PT 940

NILSON MOURÃO PT 376

FRACISCO PT 803

Paulo Rocha PT 444

Nelson Trad PMDB

José F. Aparecido de Oliveira PV MG

PAULO PIMA PMDB MG 077

SEBASTIÃO BALA ROCHA PDT AP 608

Vanessa Grazziotin PCdoB 275

CARLOS ABICHAIL PT MG 623

EUDES XAVIER PT CE 477

UBIRATAN PINTO	PMN	BA	446	
FRANCISCO TENÓRIO	PMN	AL	483	
FÁTIMA PELAES	PMDB	AP	416	
ALICE PORTUGAL	PCdoB	BA	420	
PROF. RUQUAL	PSDB	GO	816	
Perpétua Almeida	PCdoB	AC	625	
RITA PIMENTA	PMDB	ES	836	
JUSMARI DE OLIVEIRA	PR	BA	326	
MARIA HELENA	PSB	PR	909	
ANA ARRAES	PSB	PE	846	
GIOVANNI QUEIROZ	PDT	PA	618	
MOREIRA MENDES	PPS	RO	943	
PAES LANDIM	PTB	PI	648	
JOÃO OLIVEIRA	DEM	TO	425	
RODRIGO ROLLEMBERG	PSB	DF	662	
BETINHO ROSADO	DEM	RN	366	
RENATO CASAGRANDE	PSB	ES	74	SENADO
JOÃO VICENTE CLAUDINO	PTB	PI	53	(SENADOR)
WALTER PINHEIRO	PT	BA	11	

[illegible]	PT	SC	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	PTB	RS	27
GIM ARGELLO	PTB	DF	10
CRISTOVAM	PDT	DF	61
JOÃO PEDRO	PT	AM	04
Edunardo Valverde	PT	RO	435
Rose de Freitas	PMDB	ES	946
Manuel Junior	PSB	PB	601
Osvanir Ribeiro	PT	SP	537
CELSO MALDANER	PMDB	SC	481
Maria do Carmo Lara	PT	MG	373
Gustavo Fruet	PSDB	PR	821
[illegible]	PcdoB	BA	317
Gabriel Mantoan	PMDB	BA	339
Chico Lopes			
FLÁVIO [illegible]			
Mauro Benevides			607
Veloso	PMDB	BA	622

Augusto Carvalho			350	
Vicentinho	PT		740	
Luiz Couto	PT		442	
Emanuel Fernandes	PSDB	SP	268	Emanuel Fernandes
Edigar Mão Branca	PV	BA	612	VIC
CHICO ALENCAR	PSOL	RJ	848	VIC
VANESSA GRAZZIOTIN	PCdoB	AM	724	
VALADARES FILHO	PSB	SE	660	

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

RELATORIA GERAL - Alterações das Propostas Orçamentárias da União para 2008 - Acréscimo e Cancelamento por UO/Funcional

Orçamento Fiscal e Seguridade - Em R$ 1,00

UO/FUNCIONAL						PL	ACRÉSCIMO	CANCELAMENTO	TOTAL
24206 - Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB									
19.662.1113.2482.0001 - Fabricação do Combustível Nuclear Nacional									
Esfera	GND	Fonte	Mod. Aplic.	RP	Id Uso				
1	4	280	90	2	0	3.107.759	0	-3.107.759	0
1	4	250	90	2	0	48.328.116	0	-2.035.241	46.292.875
1	3	250	90	2	0	257.077.477	834	-25.707.747	231.370.564
1	3	250	50	2	0	22.000	0	-2.200	19.800
Total da Funcional:						**308.535.352**	**834**	**-30.852.947**	**277.683.239**
TOTAL DA UO:						**308.535.352**	**834**	**-30.852.947**	**277.683.239**
Total:						**308.535.352**	**834**	**-30.852.947**	**277.683.239**

CRITÉRIOS SELECIONADOS: Órgão: | Setor: | Subfunção: | ProjAtiv: 2482 | Fonte: | RP: | Id Uso: | Localidade:
UO: | Função: | Programa: | Subtítulo: | Gnd: | Modalidade: | Região/UF:

Emissão: 04/03/2008 12:43:54

Fonte: SIAFI 7N Elaboração: Consultoria de Orçamento/CD e PRODASEN G:\OR2008\3_Elabor2008_Access97_parecer da CMO.mdb - 599-REL08 - A/C por UO/Funcional completo

REQUERIMENTO Nº 11, DE 2008 – CN

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2008.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, destaque de votação em separado para recomposição de dotação cancelada da Funcional Programática nº 19.572.0464.10ZL.0001 – Desenvolvimento do Satélite Sino-Brasileiro – Projeto CBERS-4 – Nacional, sequencial: 001727, da unidade orçamentária 24205 AEB, com o valor a ser recomposto de R$4.800.000,00.

Sala das Sessões, 12 de março de 2008.

DEP. PAULO PIAU
PRESIDENTE DA FRENTE PARLAMENTAR DA PESQUISA BRASILEIRA.

		ASSINATURA
	PT BA 954	
MOREIRA MENDES	PPS RO 543	
Fernando Ferro	PT 4126	
BARBOSA NETO	PDT PR 705	
[illegible]	PT MG 862	
[illegible]	[illegible]	
Nilson Marques	PTB 9210	
Anselmo de Jesus	PT RO 802	
Geraldo Magela	PT 3952	
Pedro Wilson	PT 1940	
NILSON MOURÃO	PT 3760	
PAGIANO	PT/AM 3203	
Paulo Rocha	PT 4444	
Nelson Trad	PMDB	
José Aparecido de Oliveira	PV MG	
Paulo Piau	PMDB MG 611	
SEBASTIÃO BALA ROCHA	PDT AP 6008	
Urzeniro Quinino	PT	
CARLOS ABICALIL	PT MT 623	
EDIO XAVIER	PT CE 472	

Ulldurico Pinto	PMN	BA	446	
Francisco Tenório	PMN	AL	483	
Fatinha Pelaes	PMDB	AP	416	
Alice Portugal	PCdoB	BA	420	
Prof. Raquel	PSDB	GO	816	
Perpetua Almeida	PCdoB	AC	625	
Rita Camata	PMDB	ES	836	
Jusmari de Oliveira	PR	BA	326	
Maria Helena	PSB	RR	909	
Ana Arraes	PSB	PE	846	
Giovani Queiroz	PDT	PA	618	
Moreira Mendes	PPS	RO	943	
Paes Landim	PTB	PI	648	
João Oliveira	DEM	TO	475	
Rodrigo Rolemberg	PSB	DF	662	
Betinho Rosado	DEM	RN	366	

EDÃO VICENTE CLAUDINO	PTB	PI	53	
GIM ARGELLO	PTB	DF	10	
JALDER PEREIRA	PMDB	MS	11	
JOÃO PEDRO	PT	AM	04	
Sandra Rosado	PSB	RN	650	
Velloso			622	
			740	
			442	

Edmilson Valentim	PT	RO	435	
Rose de Freitas	PMDB	ES	946	
Manuel Junior	PSB	PB	601	
Lucerano Ribeiro	PT	SP	537	
Celso Maldaner	PMDB	SC	481	
Maria do Carmo Lara	PT	MG	373	
Gustavo Fruet	PSDB	PR	821	
Emanuel Fernandes	PSDB	SP	268	
Fátima Bezerra	PT	RN	612	
Chico Alencar	PSOL	RJ	846	
Vanessa Grazziotin	PCdoB	AM	721	
Valadares Filho	PSB	SE	660	

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

RELATORIA GERAL - Alterações das Propostas Orçamentárias da União para 2008 - Acréscimo e Cancelamento por UO/Funcional

UO/FUNCIONAL						Orçamento Fiscal e Seguridade - Em R$ 1,00			
						PL	ACRÉSCIMO	CANCELAMENTO	TOTAL
24205 - Agência Espacial Brasileira									
19.572.0464.10ZL.0001 - Desenvolvimento do Satélite Sino-Brasileiro - Projeto CBERS-4 Nacional									
Esfera	*GND*	*Fonte*	*Mod. Aplic.*	*RP*	*Id Uso*				
1	4	100	90	2	0	10.000.000	0	-4.800.000	5.200.000
1	3	100	90	2	0	2.000.000	0	0	2.000.000
Total da Funcional:						**12.000.000**	**0**	**-4.800.000**	**7.200.000**
TOTAL DA UO:						**12.000.000**	**0**	**-4.800.000**	**7.200.000**
Total:						**12.000.000**	**0**	**-4.800.000**	**7.200.000**

REQUERIMENTO Nº 12, DE 2008 – CN

Senhor Presidente,

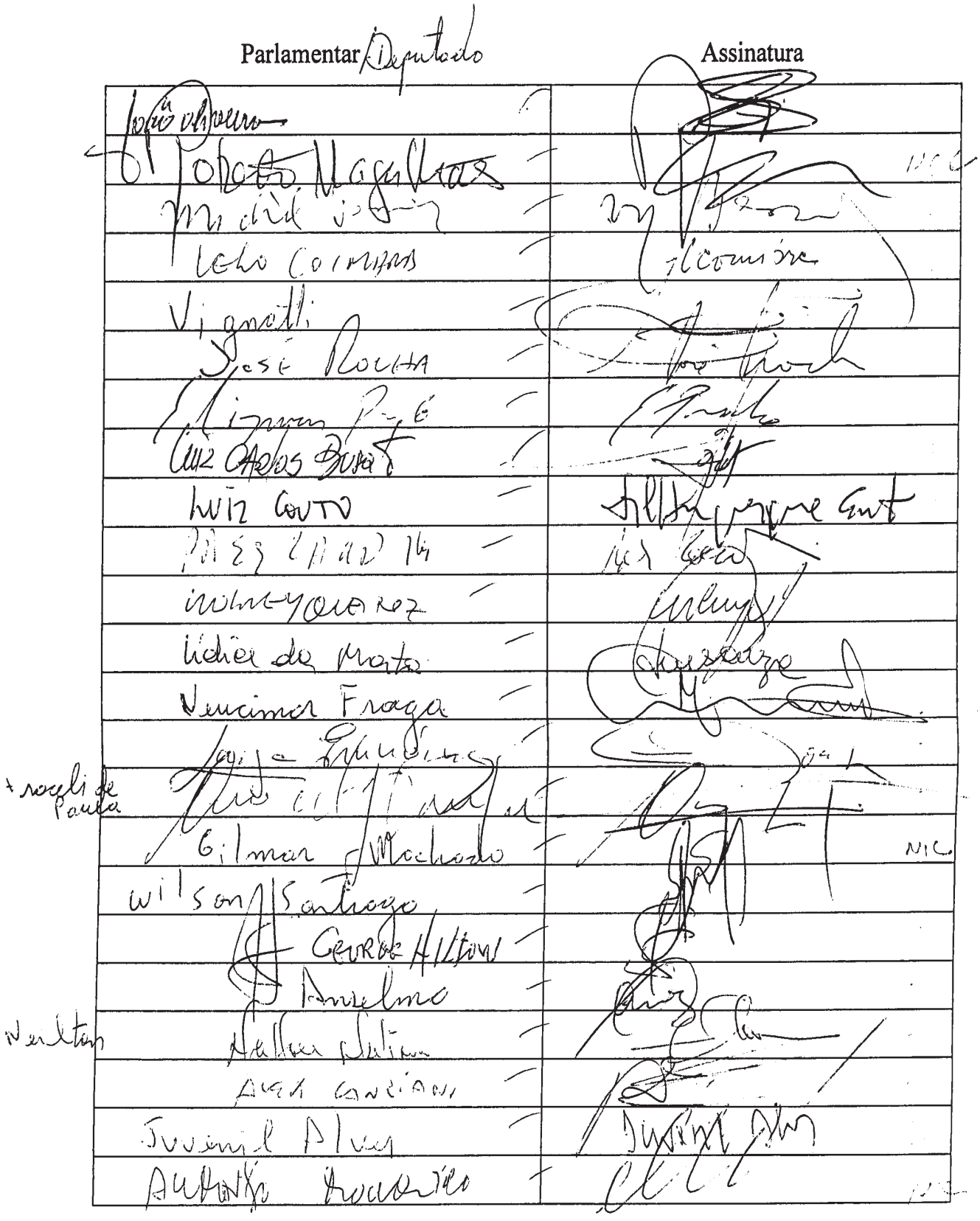
Requeremos, nos termos regimentais (art. 79 e 139 da Res. nº 1/2006 – CN), destaque para votação em separado, afim de reestabelecer a proposta original da parte seqüencial: 000887-UO 03101 – Tribunal de Contas da União – Subtítulo Construção da Sede do Instituto Serzedello Corrêa – ISC/Brasília – DF – GND 4 – Mod. Apl. 90 – Fonte 100 – Valor R$55.000.000, constante do Projeto de Lei nº 30, de 2007 – CN, não contemplado no substitutivo aprovado pela Comissão de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, para que seja incorporado ao substitutivo do relator.

Sala das Sessões, 12 de março de 2008.

Parlamentar / SENADO	Assinatura
LEOMAR QUINTANILHA	
Adelmir Santana	
HERÁCLITO FORTES	
GERALDO MESQUITA	
JOÃO PEDRO	
	FÁTIMA CLEIDE

Parlamentar	Assinatura
OSMAR DIAS	
JOSÉ AGRIPINO	
CÍCERO LUCENA	
[illegible]	
[illegible]	
VALDIR RAUPP	
ÁLVARO DIAS	
VALTER PEREIRA	
SIBÁ MACHADO	
SEN. GIM ARGELLO	
ANTONIO C. VALADARES	
[illegible]	
[illegible]	
[illegible]	
[illegible]	
~~GERSON CAMATA~~	
ROMERO JUCÁ	
[illegible]	
[illegible]	
[illegible]	
[illegible]	

Parlamentar	Assinatura
GLISCU Rezende	
Rogerio Lisboa	
Eduardo Sciplyos	
Sinerys	
Leon Borges	
Pedro Simon	
Valmir (Sergio)	
	AUGUSTO BOTELHO
	TASSO JEREISSATI
	JORGE BORNHAUSEN
SERGIO GUERRA	
Neuto De Conto	
MARCONDES PERILLO	


Parlamentar/Deputado
Assinatura

Parlamentar	Assinatura
DEP. MAURO BENEVIDES	
JAIRO ATAÍDE	
Vice-Ld	
Líder MÁRCIO FRANÇA PSB-SP	
GLADSON CAMELI PP-AC	
ANDRÉ DE PAULA	
VALDEMAR COSTA NETO	
RAIMUNDO GOMES DE MATTOS	
RENATO MOLLING	
VIEIRA DA CUNHA	
INOCÊNCIO OLIVEIRA	
LEO VIVAS	
DEP. JULIO CÉSAR	
MUSSA DEMES	
LUIZ BASSUMA - PT	
POMPEU DE MATTOS	
DÉRCIO ADRIANO	
REBECCA GARCIA	

Parlamentar	Assinatura
Paulo Rocha	
Rita Camata	
Ana Arraes 846	Ana Arraes PSB-PE
Nilson Pinto 527	
Chico Lopes 316	
Bastos Neto	
Carlos Alberto Leréia 830	
Gonzaga Patriota	
Gustavo Fruet	
Walter Ihoshi	
Ademir Camilo	
Vital do Rego	
Joseph Bandeira	
Paulo Baltazar	
Carlos Wilson	
Leonardo Portela	
Luciano Pizzatto	
Átila Lira	
Vanessa Grazziotin	
Júlio Semeghini	
Mauro Benevides	
Perpetua Almeida	
Solange Almeida	

Parlamentar	Assinatura
Vanderlei Macris (Aus.)	
MIGUEL CORREIA - PT	
AYRTON XEREZ 917	
EUDES XAVIER 472	
NELSON MEURER 916	
MANDATO	
JOAQUIM BELTRÃO 717	
NEUDO CAMPOS 340	
JOÃO MAGALHÃES	
MAGELA PT	
Edmilson Valentim PT/RO	
EUGÊNIO RABELO PP/CE	
Paulo Teixeira - PT/SP	
Maria do Rosário	
Luiz Carlos	
EDSON MORRI 941	
PEDRO CHAVES	
JURANDIL JUAREZ 421	
[illegible] 818	
Telma de Oliveira	
Antônio Andrade	
LINDOMAR GARÇON	
Gustavo Vieira 554	

(LUIS CARLOS HEINZE)

Parlamentar	Assinatura
Arnaldo Madeira.	
Luciano Castro	
CARLOS EDUARDO CADOCA	
BONIFÁCIO DE ANDRADA	
João Campos	
Kátia Abreu	
Humberto Souto.	
Wandenkolk Wanderley	
Angela Portela	
Nilmar Ruiz	
Edinho Bez	
Eduardo Cunha	
LUIZ CARREIRA	
Dr. Nechar	
José Paulo Tóffano	
JORGE BITTAR	
B. Sá	
Hugo Leal	
Guilherme Campos	
Bruno Rodrigues	
Jerônimo Reis	

Parlamentar	Assinatura
SÉRGIO MORAES 3ºP	
SEBASTIÃO BALA ROCHA	
VALDIR COLATO	
Líder RENILDO CALHEIROS	
Manuela d'Ávila	
ANTONIO BULHÕES	
MANOEL JUNIOR	

Parlamentar	Assinatura
Marcelo Ortiz	
José Otávio Germano	

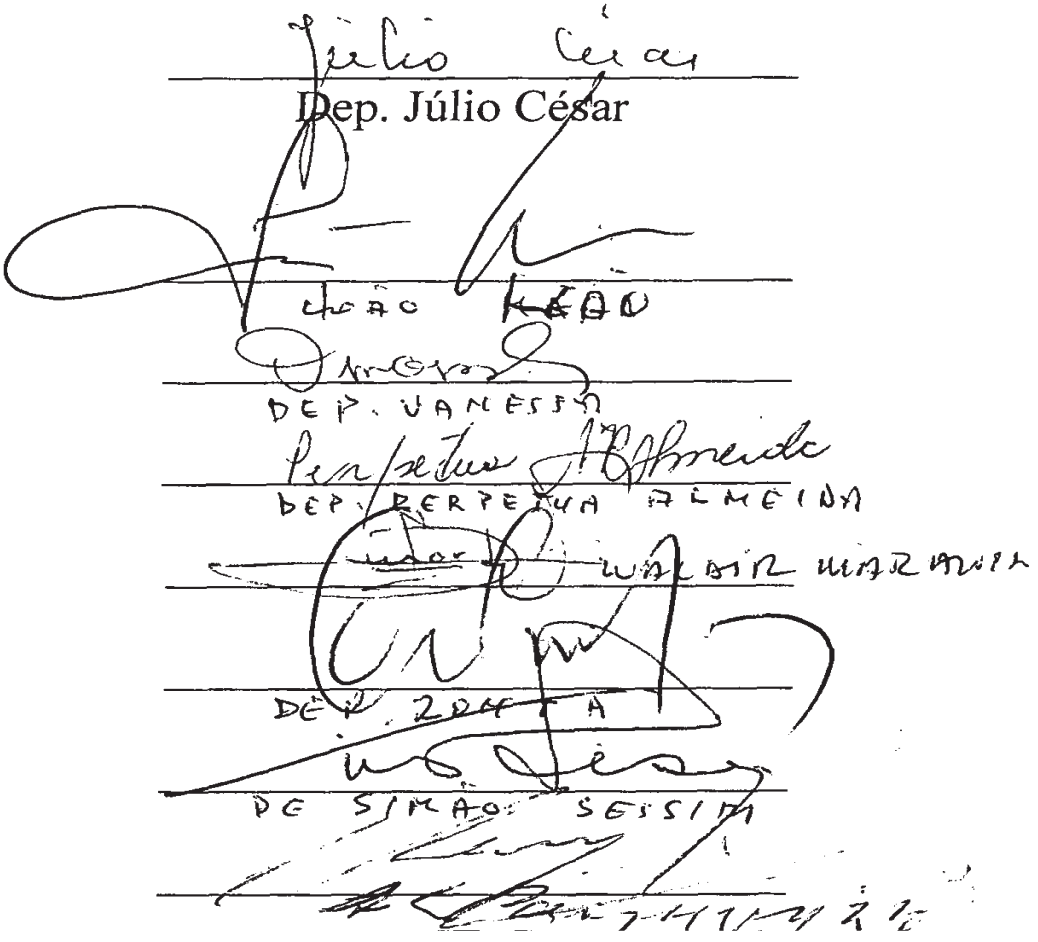
REQUERIMENTO Nº 13, DE 2008 – CN

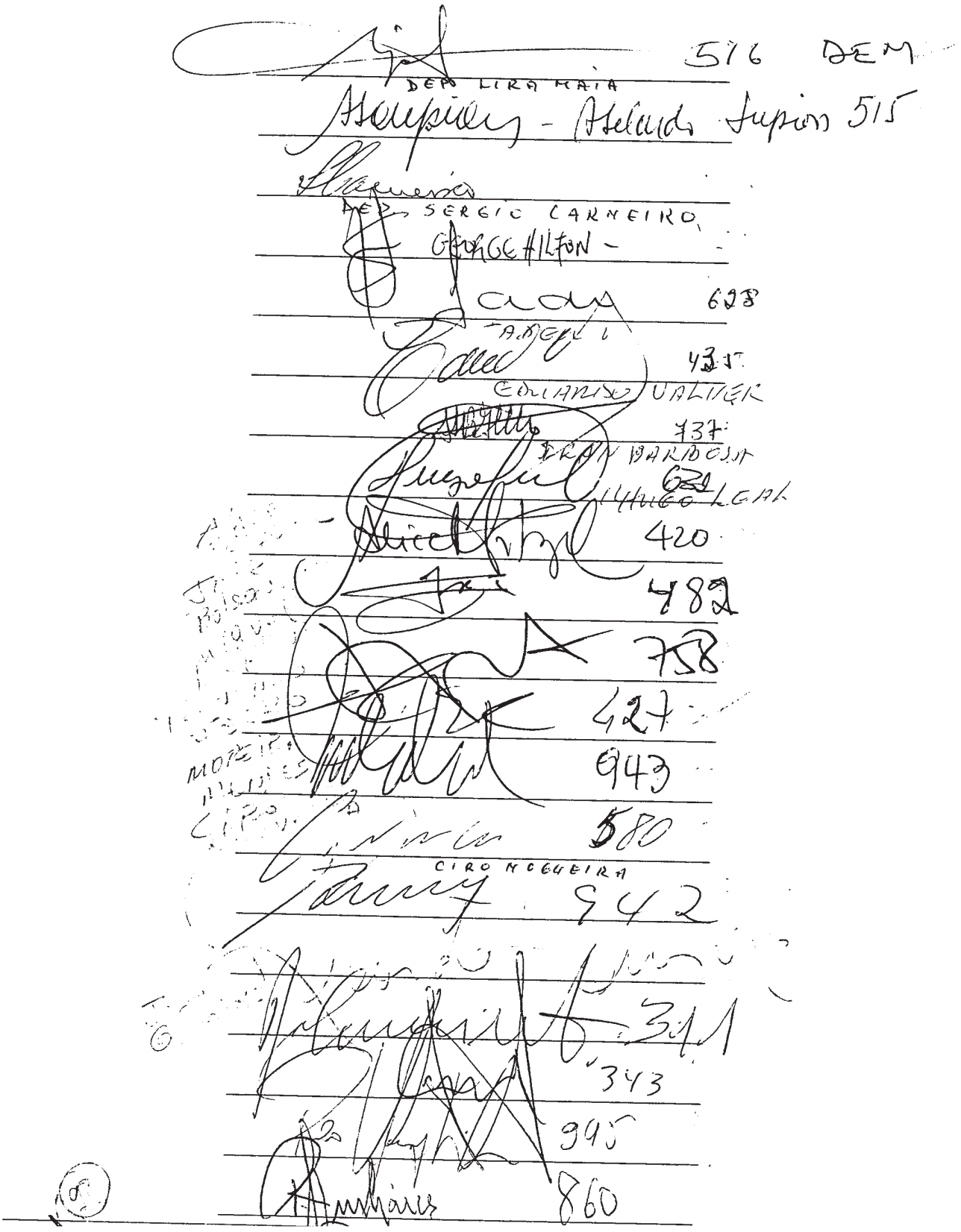
Senhor Presidente,

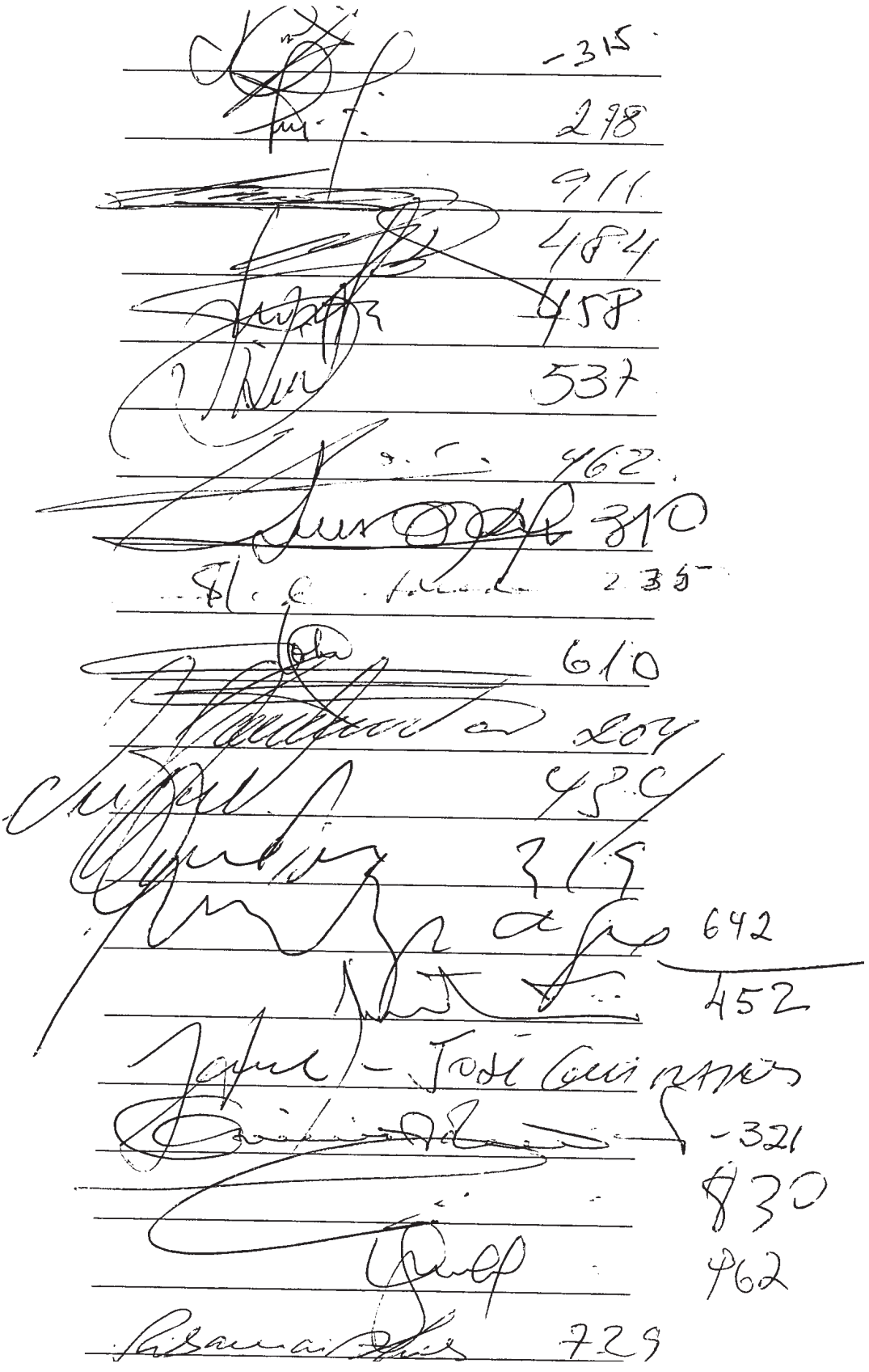
Solicitamos destaque para votação em separado da emenda da bancada do Piauí, 71190006 – CODEVASF, aprovada parcialmente no parecer da CMO para que seja aprovada integralmente.

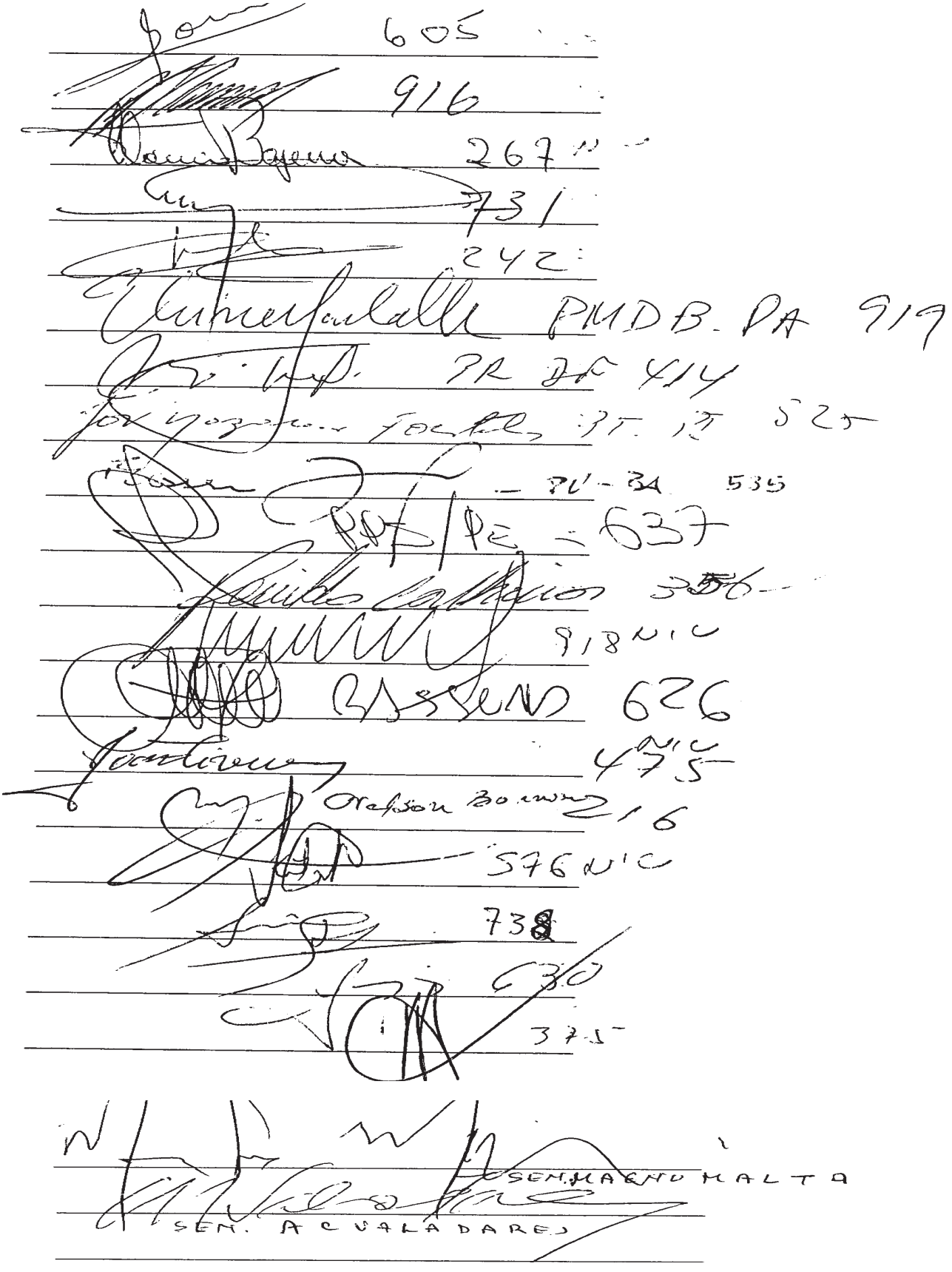
Certo de contarmos com a Vossa atenção e aprovação, reitero votos de estima e consideração.

Sala das Sessões, 12 de março de 2008.




516 DEM
DEP LIRA MAIA
Suplente 515
SERGIO CARNEIRO
628
437
737
420
482
758
427
943
580
CIRO NOGUEIRA
942
341
343
945
860


315
298
911
484
458
537
462
310
235
610
209
430
315
642
452
321
830
962
729


605
916
267
731
242
PMDB-PA 919
PR-SP 414
PT-SP 525
PV-BA 535
PDT/PE 637
PSDB-MG 356
PTB-MG 626
PT-MG 475
DEM-BA 216
PP-MG 576
738
630
375
SEM. MARCELO MALTA
SEM. ACYALA DARE

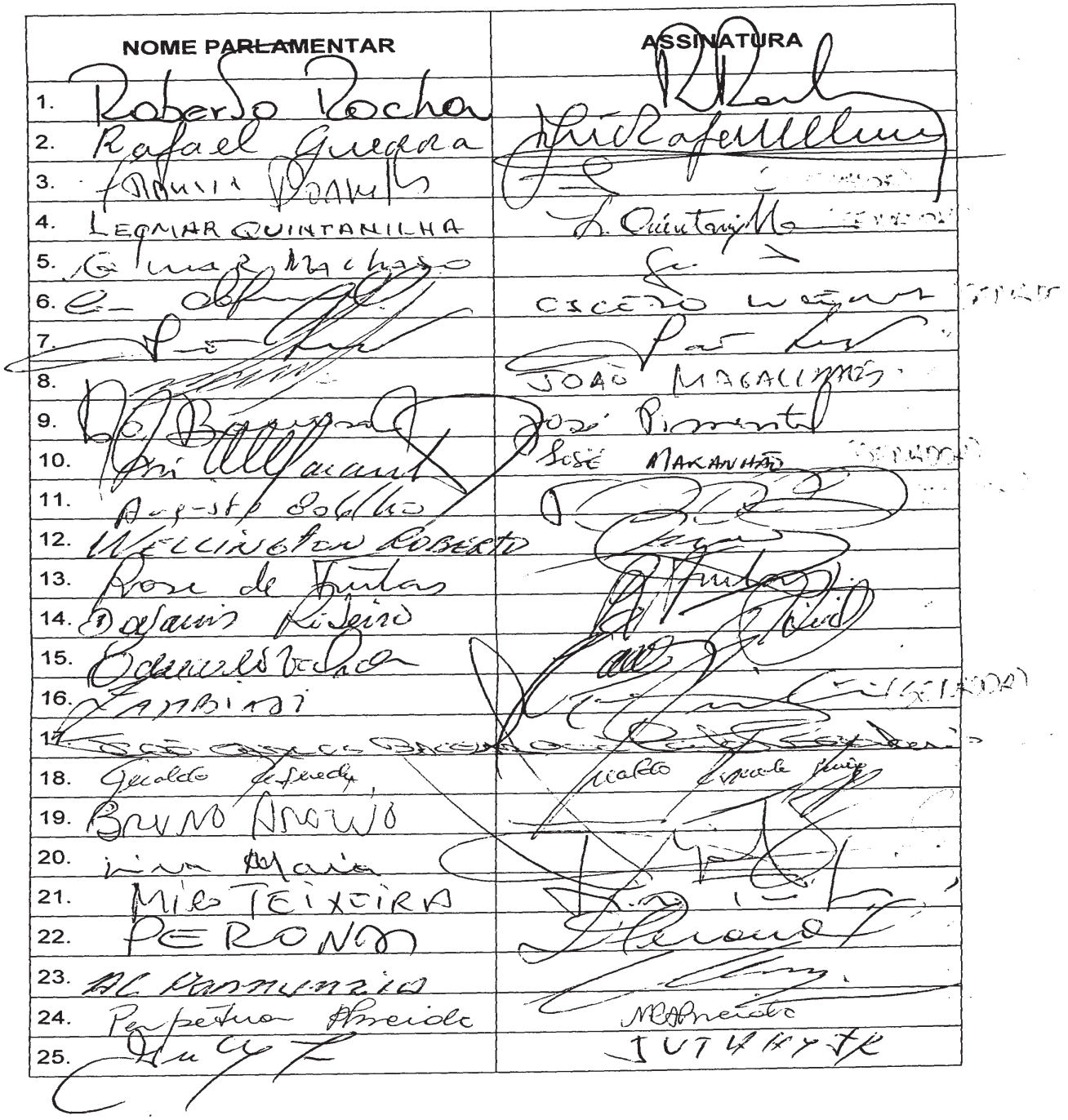
REQUERIMENTO Nº 14, DE 2008 – CN

Requer destaque para votação em separado do subtítulo 26.782.1461.111V.0035 do Projeto de Lei nº 30/2007 – CN (LOA 2008).

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50 do Regimento Comum, que seja submetida a votos o subtítulo 26.782.1461.111V.0035 – Apoio à Construção do Rodoanel – Trecho Sul – No Estado de São Paulo, constante do Projeto de Lei original nº 30/2007 – CN (LOA 2008), enviado pelo Poder Executivo, seqüencial nº 003208, constante do programa de trabalho do Ministério dos Transportes, órgão/unidade orçamentária 39101.

Sala das sessões, 12 de março de 2008. – Deputado **José Aníbal**, Líder do PSDB.



NOME PARLAMENTAR	ASSINATURA
26.	
27.	
28.	
29.	
30. MAGELA	
31. Bruno Rodrigues	
32. FERNANDO COELHO	
33.	
34. WALDIR MARANHÃO	
35. ZONTA	
36.	
37. Júlio Cesar	
38. José Campos	
39.	
40.	
41.	
42. RUY PAULETTI	
43.	
44.	
45. Fernando Chiarelli	
46.	
47.	
48.	
49. Renato Amary	
50.	

NOME PARLAMENTAR	ASSINATURA
51. LUIZ R. HAULY	
52.	
53. Julio Semeghini	
54. Carlos Alberto Leréia	
55.	
56.	
57. Lezo Silvestri	
58. Rafael Guerra	
59.	
60.	
61. Marcelo Ortiz	
62.	
63.	
64. Leonardo Vilela	
65.	
66.	
67.	
68.	
69.	
70.	
71.	
72.	
73.	
74.	
75.	
76.	

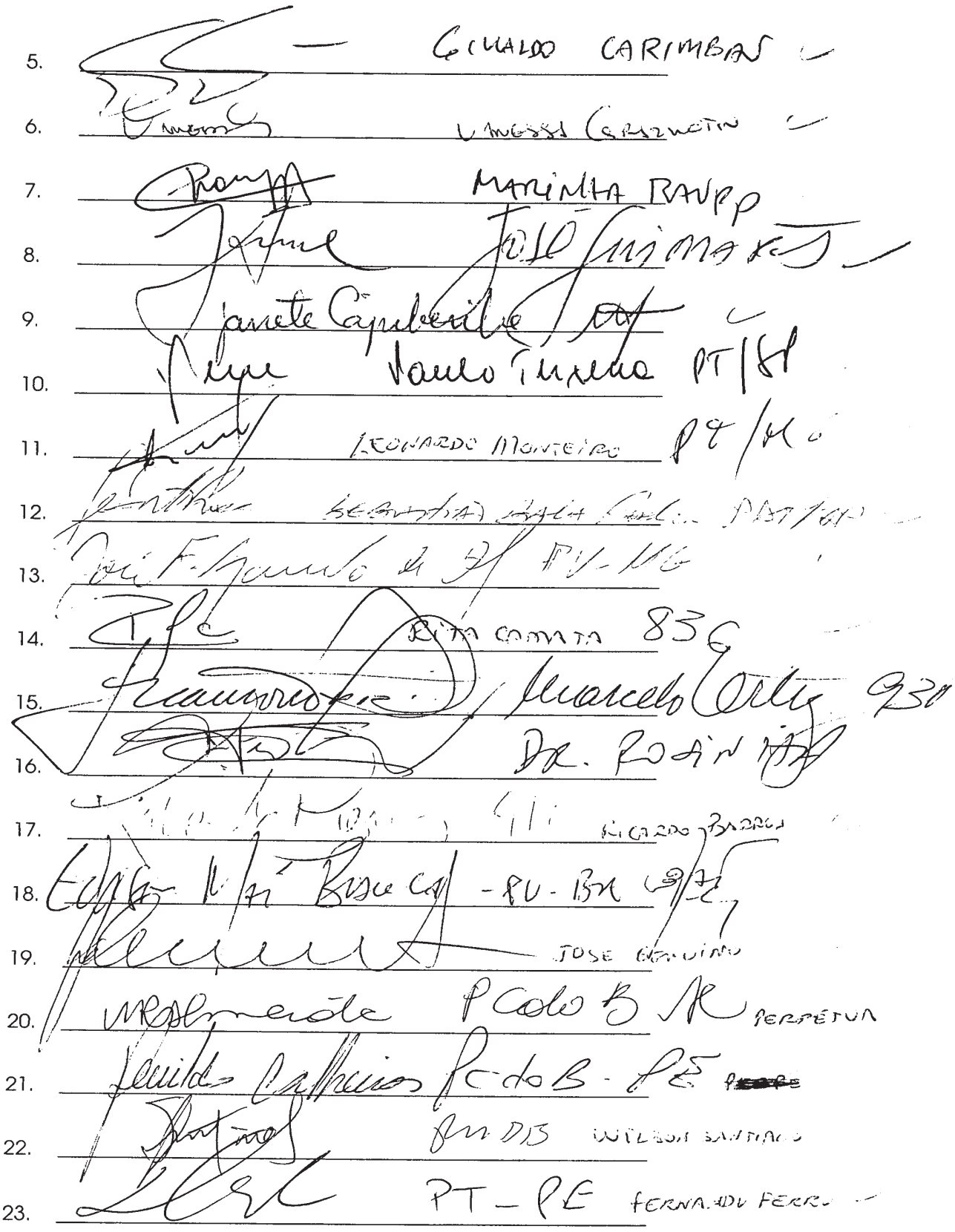
Requerimento Nº 15 de 2008-CN

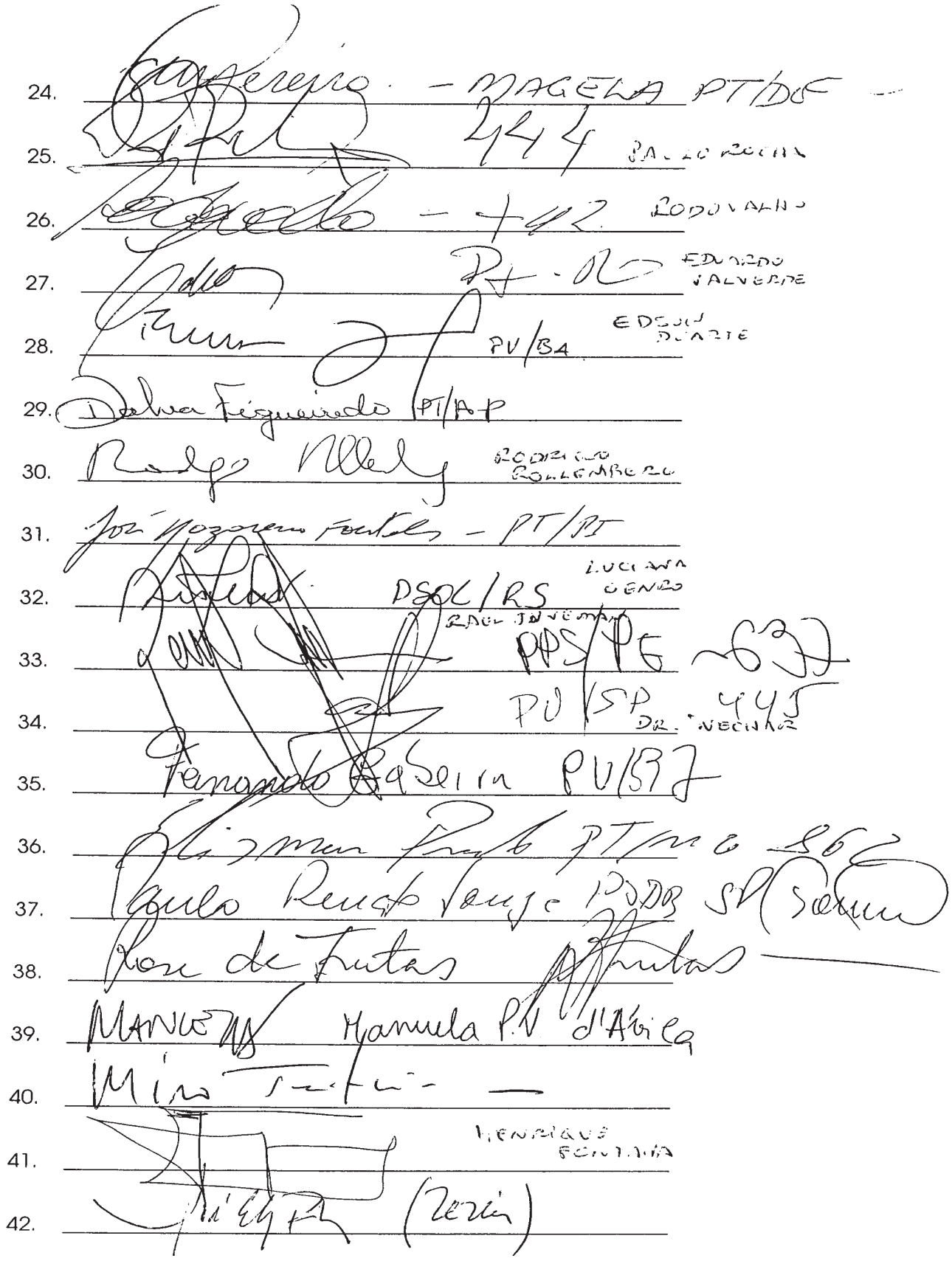
Senhor Presidente do Congresso Nacional,

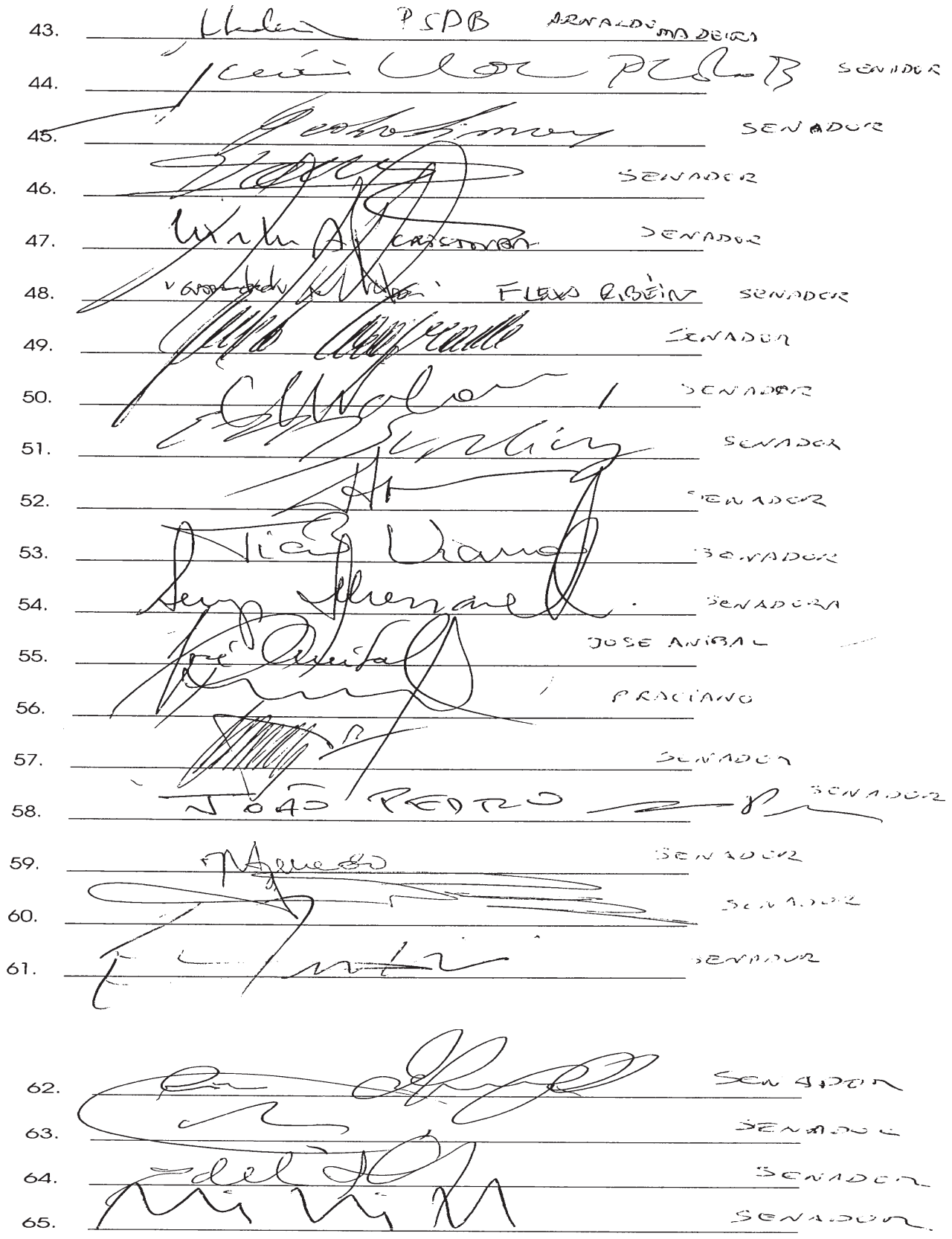
Requeremos, nos termos do artigo 41 do Regimento Comum, a apreciação em separado da programação da despesa do seqüencial de número 004122, da unidade orçamentária Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – 44201, órgão vinculado ao Ministério do Meio Ambiente - 44, de subtítulo "Fiscalização de Atividades de Desmatamento", visando a recomposição total dos valores solicitados no projeto original, conforme descrição abaixo:

GND	Modalidade de Aplicação	Fonte	Valor a ser recomposto (R$)
3	80	174	400.000,00
3	90	174	1.912.443,00
4	90	174	350.000,00
3	80	250	264.202,00
3	90	250	2.075.797,00

1. JORGE KHOURY
2. RICARDO IRUNO
3. ANDRÉ DE PAULA
4. NILSON PINTO


5.
6.
7.
8.
9.
10.
11.
12.
13.
14.
15.
16.
17.
18.
19.
20.
21.
22.
23.


24.
25.
26.
27.
28.
29.
30.
31.
32.
33.
34.
35.
36.
37.
38.
39.
40.
41.
42.
PT/DF
444
RODOVALHO
EDUARDO
JALVERNE
EDSON
DUARTE
PV/BA
PT/AP
RODRIGO
ROLLEMBERG
PT/RJ
LUCIANA
GENRO
PSOL/RS
RAUL JUNGMANN
PPS/PE
PV/SP
DR. NEGRÃO
PV/RJ
PT/MG
PV/SP
Mamuka
PV
d'Ávila
HENRIQUE
FONTANA


43.
PSDB
ARNALDO MADEIRA
44.
SENADOR
45.
SENADOR
46.
SENADOR
47.
SENADOR
48.
FLEXA RIBEIRO
SENADOR
49.
SENADOR
50.
SENADOR
51.
SENADOR
52.
SENADOR
53.
SENADOR
54.
SENADORA
55.
JOSE ANIBAL
56.
PRACIANO
57.
SENADOR
58.
JOÃO PEDRO
SENADOR
59.
SENADOR
60.
SENADOR
61.
SENADOR
62.
SENADOR
63.
SENADOR
64.
SENADOR
65.
SENADOR

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatoria Geral- *Demonstrativo analítico das alterações da proposta Orçamentária da União para 2008* *por UO/Programa/Subtítulo* Orçamento Fiscal e Seguridade Social (em R$ 1,00)

O Func. Programática I	Seq.	Título/Subtítulo/Meta	E G R M I F S N P A U T F D E	PL 030/2007 (A)	RELAT. SETORIAL (B)	ACRÉSCIMO (C)	CANCELAMENTO (D)	SUBSTITUTIVO (E) = (B) + (C) - (D)
Unidade Orçamentária:	**44201**	**Ibama**						
Programa: 0052 Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis				***350.000***	***350.000***	***0***	***0***	***350.000***
18.128 0052.8286.0001 004113		Educação Ambiental para Grupos em Situação de Vulnerabilidade Socioambiental/Nacional(Meta : 300 Pessoa formada/unidade)	1 3 2 90 0 174	300.000	300.000	0	0	300.000
			1 3 2 90 0 250	50.000	50.000	0	0	50.000
Programa: 0089 Previdência de Inativos e Pensionistas da União				***217.374.697***	***217.374.697***	***0***	***0***	***217.374.697***
09.272 0089.0181.0001 004114		Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis/Nacional(Meta : 2 Pessoa beneficiada/unidade)	2 1 1 90 0 153	56.308.066	56.308.066	0	0	56.308.066
			2 1 1 90 0 156	59.183.553	59.183.553	0	0	59.183.553
			2 1 1 90 0 169	101.883.078	101.883.078	0	0	101.883.078
Programa: 0104 Recursos Pesqueiros Sustentáveis				***10.116.573***	***10.366.573***	***0***	***818.325***	***9.548.248***
18.122 0104.2272.0001 004116		Gestão e Administração do Programa/Nacional(Meta : - -/-)	1 3 2 90 0 174	339.765	339.765	0	0	339.765
			1 3 2 90 0 250	145.180	145.180	0	0	145.180
			1 4 2 90 0 250	40.000	40.000	0	0	40.000
18.125 0104.2946.0001 004118		Fiscalização Ambiental das Atividades do Setor Pesqueiro/Nacional(Meta : 2.498 Unidade de produção fiscalizada/unidade)	1 3 2 90 0 111	80.000	80.000	0	80.000	0
			1 3 2 80 0 174	500.000	500.000	0	92.023	407.977
			1 3 2 90 0 174	3.420.030	3.420.030	0	629.444	2.790.586
			1 4 2 90 0 174	800.000	800.000	0	0	800.000
			1 3 2 90 0 250	91.598	91.598	0	16.858	74.740
18.541 0104.2E18.0058 026538		Realização de Estudos para o Defeso do Camarão/Realização de Estudos para o Defeso do Camarão - No Estado do Rio de Janeiro(Meta : 10 Estudo realizado/unidade)	1 3 2 90 0 100	0	250.000	0	0	250.000
18.541 0104.2933.0001 004117		Prospecção, Avaliação e Monitoramento dos Estoques Pesqueiros/Nacional(Meta : 40 Pesquisa apoiada/unidade)	1 3 2 80 0 174	300.000	300.000	0	0	300.000
			1 3 2 90 0 174	800.000	800.000	0	0	800.000
			1 3 2 90 0 250	650.000	650.000	0	0	650.000
			1 4 2 90 0 250	50.000	50.000	0	0	50.000
18.542 0104.2C98.0001 004119		Disponibilização de Informações Estatísticas da Pesca Nacional/Nacional(Meta : 1 Boletim publicado/unidade)	1 3 2 80 0 174	65.000	65.000	0	0	65.000
			1 3 2 90 0 174	1.027.945	1.027.945	0	0	1.027.945
			1 4 2 90 0 174	100.000	100.000	0	0	100.000
			1 3 2 80 0 250	100.000	100.000	0	0	100.000
			1 3 2 90 0 250	107.055	107.055	0	0	107.055
18.542 0104.2094.0001 004115		Licenciamento da Pesca Amadora/Nacional(Meta : 120.000 Licença concedida/unidade)	1 3 2 80 0 174	656.000	656.000	0	0	656.000
			1 3 2 90 0 174	185.000	185.000	0	0	185.000
			1 4 2 90 0 174	59.000	59.000	0	0	59.000
			1 3 2 80 0 250	455.000	455.000	0	0	455.000
			1 3 2 90 0 250	95.000	95.000	0	0	95.000
			1 4 2 80 0 250	50.000	50.000	0	0	50.000
Programa: 0503 Prevenção e Combate ao Desmatamento, Queimadas e Incêndios Florestais - Florescer				***45.727.218***	***45.727.218***	***0***	***8.102.442***	***37.624.776***
18.122 0503.2272.0001 004120		Gestão e Administração do Programa/Nacional(Meta : - -/-)	1 3 2 90 0 174	750.000	750.000	0	0	750.000
18.125 0503.6307.0001 004122		Fiscalização de Atividades de Desmatamento/Nacional(Meta : 634 Operação realizada/unidade)	1 3 2 80 0 174	2.000.000	2.000.000	0	400.000	1.600.000
			1 3 2 90 0 174	9.562.217	9.562.217	0	1.912.443	7.649.774
			1 4 2 90 0 174	500.000	500.000	0	350.000	150.000
			1 3 2 80 0 250	1.321.012	1.321.012	0	264.202	1.056.810
			1 3 2 90 0 250	10.378.989	10.378.989	0	2.075.797	8.303.192
			1 4 2 90 0 250	3.000.000	3.000.000	0	0	3.000.000
18.542 0503.6074.0001 004121		Prevenção e Combate a Incêndios Florestais e Controle de Queimadas/Nacional(Meta : 730.075 Área controlada/hectare)	1 3 2 80 0 174	1.000.000	1.000.000	0	0	1.000.000
			1 3 2 90 0 174	585.000	585.000	0	0	585.000
			1 3 2 90 0 250	400.000	400.000	0	0	400.000
18.542 0503.6329.0001 004123		Controle de Desmatamentos e Incêndios Florestais/Nacional(Meta : 598.827 Área monitorada/km²)	1 3 2 80 0 174	5.000.000	5.000.000	0	1.000.000	4.000.000
			1 3 2 90 0 174	10.500.000	10.500.000	0	2.100.000	8.400.000
			1 4 2 90 0 174	730.000	730.000	0	0	730.000
Programa: 0506 Nacional de Florestas				***7.012.755***	***7.012.755***	***0***	***0***	***7.012.755***
18.122 0506.2272.0001 004124		Gestão e Administração do Programa/Nacional(Meta : - -/-)	1 3 2 90 0 174	1.219.543	1.219.543	0	0	1.219.543
			1 4 2 90 0 174	150.000	150.000	0	0	150.000

OI: Indicador de Obra Irregular (S = SIM)
Esfera: 1-Fiscal 2-Seguridade Social 3-Inv. Estatais. IU(Identificador de Uso): 0-no país 1-Contrapartida para o BIRD 2-Contrapartida para o BID 3-Outras Contrapartidas 4-No Exterior
GND(Grupo Natureza Despesa): 1-Pessoal e Encargos Sociais 2-Juros e Encargos 3-Outras Desp. Correntes 4-Investimentos 5-Inversões Financeiras 6-Amort. da Dívida 9-Reserva de Contingência
Mod. de Aplicação: 30-Estados/DF 40-Municípios 50-Entidade Privada 90-União 99-a definir
RP(Tipo de Despesa para fins de apuração do Resultado Primário): 0-Financeira 1-Primária Obrigatória 2-Primária Discricionária 3-Projeto-Piloto de Investimentos Públicos - PPI

Requerimento Nº 16, de 2008-CN

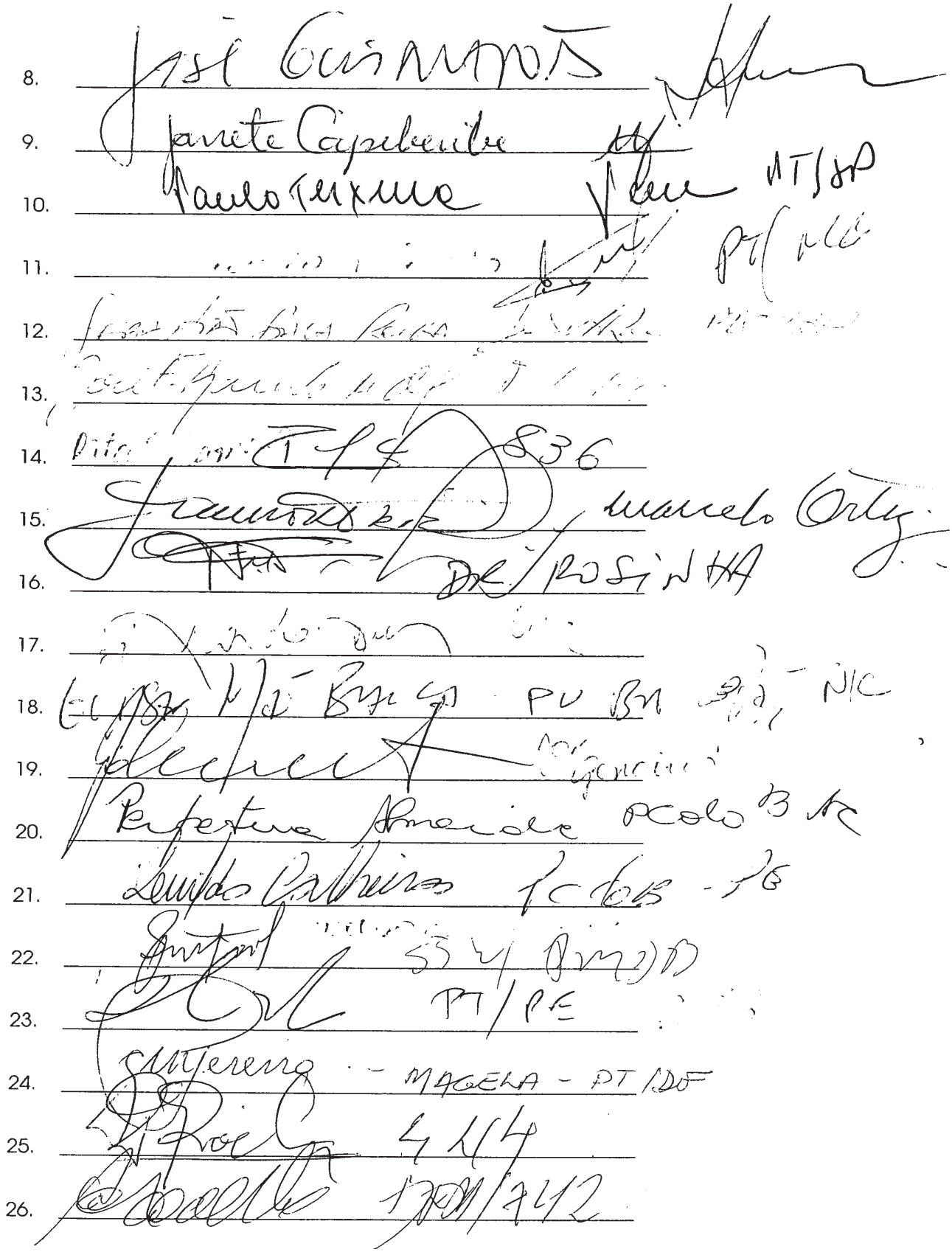
Senhor Presidente do Congresso Nacional,

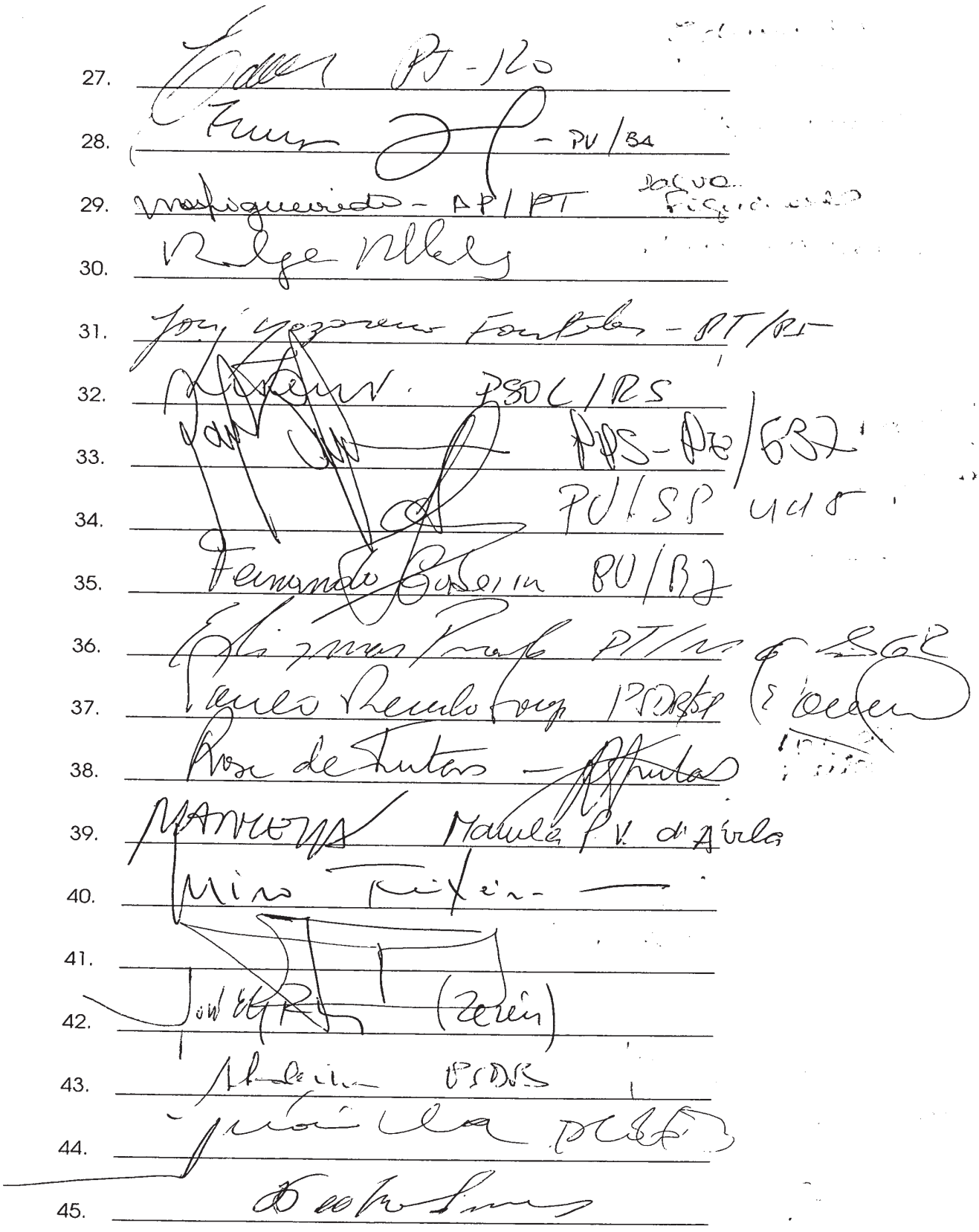
Requeremos, nos termos do artigo 41 do Regimento Comum, a apreciação em separado da programação da despesa do seqüencial de número 004123, da unidade orçamentária Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – 44201, órgão vinculado ao Ministério do Meio Ambiente- 44, de subtítulo "Controle de Desmatamento e Incêndios Florestais", visando a recomposição total dos valores solicitados no projeto original, conforme descrição abaixo:

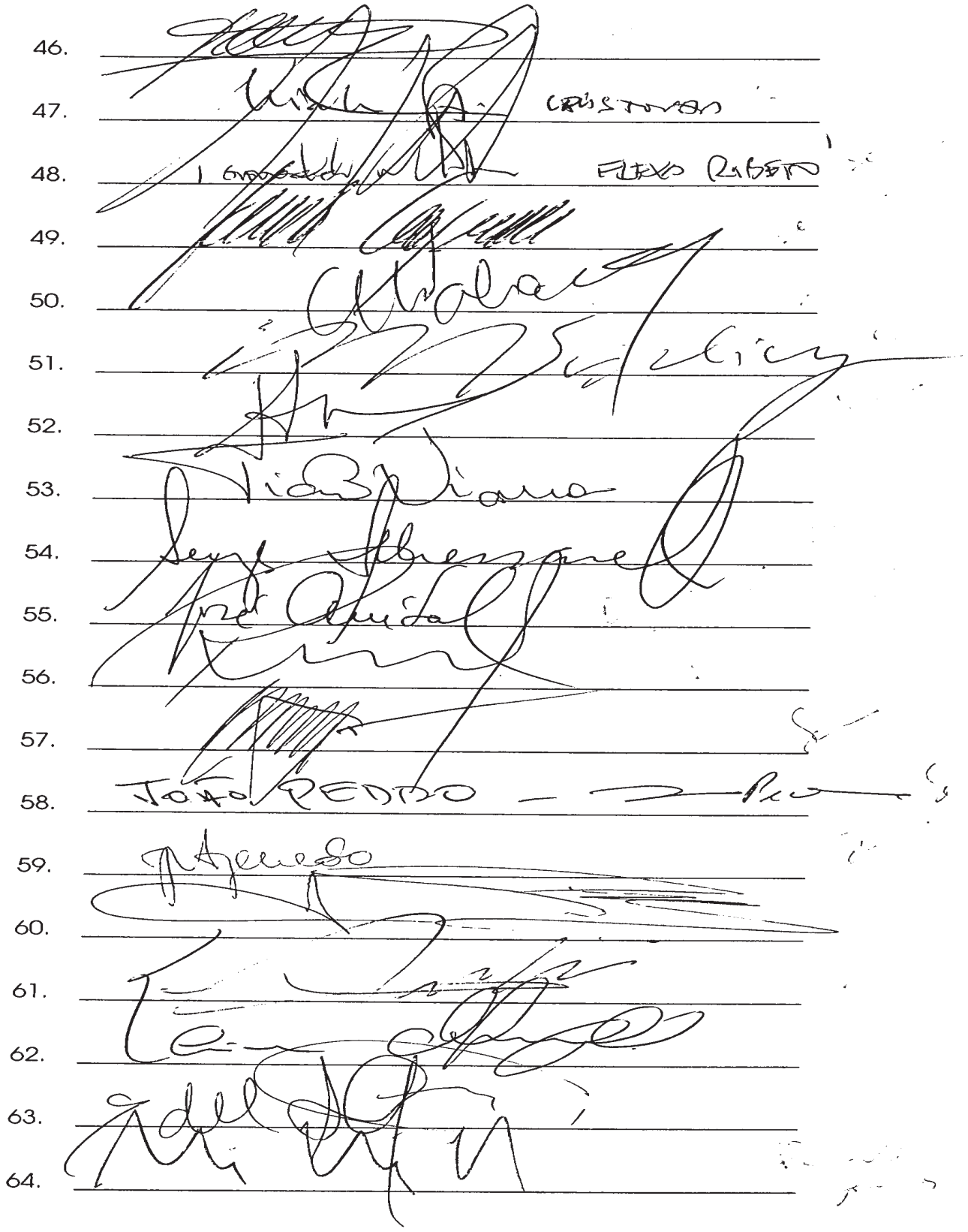
GND	Modalidade de Aplicação	Fonte	Valor a ser recomposto (R$)
3	80	174	1.000.000,00
3	90	174	2.100.000,00

Sala de Sessões, 12 de março de 2008.

1. JORGE KHOURY
2. RICARDO
3. ANDRÉ DE PAULA
4. NILSON PINTO
5. GIVALDO CARIMBÃO
6. VANESSA GRAZZIOTIN
7. MARINHA RAUPP






46.
47.
48.
49.
50.
51.
52.
53.
54.
55.
56.
57.
58.
59.
60.
61.
62.
63.
64.

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatoria Geral- Demonstrativo analítico das alterações da proposta Orçamentária da União para 2008 *por UO/Programa/Subtítulo* Orçamento Fiscal e Seguridade Social (em R$ 1,00)

O Func. Programática I	Seq.	Título/Subtítulo/Meta	EGRMIF SNPAUT FD E	PL 030/2007 (A)	RELAT. SETORIAL (B)	ACRÉSCIMO (C)	CANCELAMENTO (D)	SUBSTITUTIVO (E) = (B) + (C) - (D)
Unidade Orçamentária: 44201 Ibama								
Programa: 0052 Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis				*350.000*	*350.000*	*0*	*0*	*350.000*
18.128 0052.8286.0001 004113		Educação Ambiental para Grupos em Situação de Vulnerabilidade Socioambiental/Nacional(Meta : 300 Pessoa formada/unidade)	1 3 2 90 0 174	300.000	300.000	0	0	300.000
			1 3 2 90 0 250	50.000	50.000	0	0	50.000
Programa: 0089 Previdência de Inativos e Pensionistas da União				*217.374.697*	*217.374.697*	*0*	*0*	*217.374.697*
09.272 0089.0181.0001 004114		Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis/Nacional(Meta : 2 Pessoa beneficiada/unidade)	2 1 1 90 0 153	56.308.066	56.308.066	0	0	56.308.066
			2 1 1 90 0 156	59.183.553	59.183.553	0	0	59.183.553
			2 1 1 90 0 169	101.883.078	101.883.078	0	0	101.883.078
Programa: 0104 Recursos Pesqueiros Sustentáveis				*10.116.573*	*10.366.573*	*0*	*818.325*	*9.548.248*
18.122 0104.2272.0001 004116		Gestão e Administração do Programa/Nacional(Meta : - -/-)	1 3 2 90 0 174	339.765	339.765	0	0	339.765
			1 3 2 90 0 250	145.180	145.180	0	0	145.180
			1 4 2 90 0 250	40.000	40.000	0	0	40.000
18.125 0104.2946.0001 004118		Fiscalização Ambiental das Atividades do Setor Pesqueiro/Nacional(Meta : 2.498 Unidade de produção fiscalizada/unidade)	1 3 2 90 0 111	80.000	80.000	0	80.000	0
			1 3 2 80 0 174	500.000	500.000	0	92.023	407.977
			1 3 2 90 0 174	3.420.030	3.420.030	0	629.444	2.790.586
			1 4 2 90 0 174	800.000	800.000	0	0	800.000
			1 3 2 90 0 250	91.598	91.598	0	16.858	74.740
18.541 0104.2E18.0058 026538		Realização de Estudos para o Defeso do Camarão/Realização de Estudos para o Defeso do Camarão - No Estado do Rio de Janeiro(Meta : 10 Estudo realizado/unidade)	1 3 2 90 0 100	0	250.000	0	0	250.000
18.541 0104.2933.0001 004117		Prospecção, Avaliação e Monitoramento dos Estoques Pesqueiros/Nacional(Meta : 40 Pesquisa apoiada/unidade)	1 3 2 80 0 174	300.000	300.000	0	0	300.000
			1 3 2 90 0 174	800.000	800.000	0	0	800.000
			1 3 2 90 0 250	650.000	650.000	0	0	650.000
			1 4 2 90 0 250	50.000	50.000	0	0	50.000
18.542 0104.2C98.0001 004119		Disponibilização de Informações Estatísticas da Pesca Nacional/Nacional(Meta : 1 Boletim publicado/unidade)	1 3 2 80 0 174	65.000	65.000	0	0	65.000
			1 3 2 90 0 174	1.027.945	1.027.945	0	0	1.027.945
			1 4 2 90 0 174	100.000	100.000	0	0	100.000
			1 3 2 80 0 250	100.000	100.000	0	0	100.000
			1 3 2 90 0 250	107.055	107.055	0	0	107.055
18.542 0104.2094.0001 004115		Licenciamento da Pesca Amadora/Nacional(Meta : 120.000 Licença concedida/unidade)	1 3 2 80 0 174	656.000	656.000	0	0	656.000
			1 3 2 90 0 174	185.000	185.000	0	0	185.000
			1 4 2 90 0 174	59.000	59.000	0	0	59.000
			1 3 2 80 0 250	455.000	455.000	0	0	455.000
			1 3 2 90 0 250	95.000	95.000	0	0	95.000
			1 4 2 80 0 250	50.000	50.000	0	0	50.000
Programa: 0503 Prevenção e Combate ao Desmatamento, Queimadas e Incêndios Florestais - Florescer				*45.727.218*	*45.727.218*	*0*	*8.102.442*	*37.624.776*
18.122 0503.2272.0001 004120		Gestão e Administração do Programa/Nacional(Meta : - -/-)	1 3 2 90 0 174	750.000	750.000	0	0	750.000
18.125 0503.6307.0001 004122		Fiscalização de Atividades de Desmatamento/Nacional(Meta : 634 Operação realizada/unidade)	1 3 2 80 0 174	2.000.000	2.000.000	0	400.000	1.600.000
			1 3 2 90 0 174	9.562.217	9.562.217	0	1.912.443	7.649.774
			1 4 2 90 0 174	500.000	500.000	0	350.000	150.000
			1 3 2 80 0 250	1.321.012	1.321.012	0	264.202	1.056.810
			1 3 2 90 0 250	10.378.989	10.378.989	0	2.075.797	8.303.192
			1 4 2 90 0 250	3.000.000	3.000.000	0	0	3.000.000
18.542 0503.6074.0001 004121		Prevenção e Combate a Incêndios Florestais e Controle de Queimadas/Nacional(Meta : 730.075 Área controlada/hectare)	1 3 2 80 0 174	1.000.000	1.000.000	0	0	1.000.000
			1 3 2 90 0 174	585.000	585.000	0	0	585.000
			1 3 2 90 0 250	400.000	400.000	0	0	400.000
18.542 0503.6329.0001 004123		Controle de Desmatamentos e Incêndios Florestais/Nacional(Meta : 598.827 Área monitorada/km²)	1 3 2 80 0 174	5.000.000	5.000.000	0	1.000.000	4.000.000
			1 3 2 90 0 174	10.500.000	10.500.000	0	2.100.000	8.400.000
			1 4 2 90 0 174	730.000	730.000	0	0	730.000
Programa: 0506 Nacional de Florestas				7.012.755	7.012.755	*0*	*0*	*7.012.755*
18.122 0506.2272.0001 004124		Gestão e Administração do Programa/Nacional(Meta : - -/-)	1 3 2 90 0 174	1.219.543	1.219.543	0	0	1.219.543
			1 4 2 90 0 174	150.000	150.000	0	0	150.000

OI: Indicador de Obra Irregular (S = SIM)
Esfera: 1-Fiscal 2-Seguridade Social 3-Inv. Estatais. IU(Identificador de Uso): 0-no país 1-Contrapartida para o BIRD 2-Contrapartida para o BID 3-Outras Contrapartidas 4-No Exterior
GND(Grupo Natureza Despesa): 1-Pessoal e Encargos Sociais 2-Juros e Encargos 3-Outras Desp. Correntes 4-Investimentos 5-Inversões Financeiras 6-Amort. da Dívida 9-Reserva de Contingência
Mod. de Aplicação: 30-Estados/DF 40-Municípios 50-Entidade Privada 90-União 99-a definir
RP(Tipo de Despesa para fins de apuração do Resultado Primário): 0-Financeira 1-Primária Obrigatória 2-Primária Discricionária 3-Projeto-Piloto de Investimentos Públicos - PPI

REQUERIMENTO Nº 17, DE 2008-CN

Requeremos, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 71190002 Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística em Parnaíba/PI – Unidade Orçamentária 54.101 Ministério do Turismo – Fonte 100 GND 4 Modalidade de Aplicação 40.

Sala das Sessões, 12 de março de 2008. – Deputado **Paes Landim,** Autor do Requerimento.

NOME	ASSINATURA
Paes Landim	
Osvaldo Carimbão	

Paes Landim	
Jorge Khury	
Zequinha Marinho	
Antonio Carlos Biffi	
[illegible]	
Nilson Pinto 522	
Pedro Henry	
Renato Molling	

NOME	ASSINATURA
Paes Landim	
Eudes Xavier	
Willington Roberto	
Helton Freitas	
Rubens Otoni	
João Paulo	
Silvio Torres	
Geraldo Pudim	

NOME	ASSINATURA
Paes Landim	
Bernardo Ariston	
Leão Sado	
Paulo Abi-ackel	
Francisco Tenorio	
Assis Miguel Couto	
Carlos Melles	
Gonzaga Patriota	

NOME	ASSINATURA
Paes Landim	
NELSON CAMPOS	
Marcio Junqueira	
NILSON PINTO	
Leonardo Vilela	
JUTAHY JR	
EDSON MARCELO	
WANDIN NEVES	

NOME	ASSINATURA
Paes Landim	
CIRO NOGUEIRA	
Francisco Rossi	
EDISON LOBÃO	
EDGAR MOURY	
Geraldo Mesquita	
JOSÉ JORGE	
WELLINGTON DIAS	

NOME	ASSINATURA
Paes Landim	
VICENTE ARRUDA	
Jayme Campos	
Nelson Barbosa	
Mozarildo Cavalcanti	
FLÁVIO ARNS	
Expedito Júnior	
Lobão Filho	

NOME	ASSINATURA
Paes Landim	
	830
	917
	566
Fernando Diniz	307
Paulo Pim	

NOME	ASSINATURA
Paes Landim	
Perci Ribeiro	
Átila Lins	

NOME	ASSINATURA
Paes Landim	
Lira Maia	
LEONARDO ALCANTARA	Leonardo Alcantara
JOTTA FREIRE	
Marcelo Ortiz	
	942
CLAUDIO CAIADO	

NOME	ASSINATURA
Paes Landim	
752	
	519
366	
640	



NOME	ASSINATURA
Paulo Bornhausen	
Osmar Adriano	
João Campos	
ZONTA	
Bulhões	
[illegible] (LAEL VARELA)	
José Fernando Aparecido	

NOME	ASSINATURA
Paulo Bornhausen	
FLÁVIO NINO	
Arnaldo Madeira	
Paulo Roberto	
NELSON MARQUEZELLI	
Marcos Ferreira	
Ricardo Izar	

NOME	ASSINATURA
Paes Landim	
Francisco Rodrigues	
Eduardo Lopes	
Tatico	
José Paulo Toffano	
Ulisses Pinto	
Jerônimo Reis	
Bilac Pinto	

NOME	ASSINATURA
Paes Landim	
Cirro Pedrosa	
Paulo Teixeira	
Vital Rego	
Leonardo Piccoli	
Gladson Cameli	
José Otávio Germano	
Carlos Alberto Leréia	

NOME	ASSINATURA
Paes Landim	
Newton Lima	
Paulo Henrique Lustosa	
Roberto Brito	
Filipe Pereira	
Luiz Bassuma 626	
Ribamar Alves	
Severiano Alves	

NOME	ASSINATURA
Paes Landim	
George Hilton	
Raimundo Gomes Matos	
Geraldo Thadeu	
Luiz Carlos Busato	
Elismar Prado	
Afonso Hamm	
Eunício Oliveira	

467

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

em R$ 1,00

Relatoria Geral - Proposta Orçamentária da União para 2008 - EMENDAS COLETIVAS À DESPESA APROVADAS

EMENDA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	SUBTÍTULO	ESF	FNT	GND	M.A.	R.P.	APROVADO Rel. Setorial	ADEQUAÇÃO Rel. Geral (inclui adendos setoriais)	VALOR FINAL
71170015	53101 M. da Integração Nacional	15.244.0120.6553.0120	Apoio a Implantação da Infra-Estrutura Complementar, Social e Produtiva na Faixa de Fronteira / Aquisição de Equipamentos para implantação da Infra-Estrutura Complementar, Social e Produtiva na Faixa de Fronteira no Sudoeste do Paraná - No Estado do Paraná	1	100	4	90	2	0	15.000.000	15.000.000
									0	15.000.000	15.000.000
71170016	54101 M. do Turismo	23.695.1166.10V0.0906	Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística / Revitalização de Rodovia no Trecho São Miguel do Iguaçu/Guaíra - No Estado do Paraná	1	100	4	30	2	0	11.000.000	11.000.000
									0	11.000.000	11.000.000
71170017	36901 Fundo Nacional de Saúde	10.302.1220.8535.0894	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde / Reequipamento da Rede Hospitalar - No Estado do Paraná	2	151	4	90	2	0	30.000.000	30.000.000
									0	30.000.000	30.000.000
71170018	39252 DNIT	26.782.1461.7K23.0056	Construção de Trecho Rodoviário - Porto Camargo - Campo Mourão - na BR-487 - no Estado do Paraná / No Estado do Paraná	1	100	4	90	2	0	12.000.000	12.000.000
									0	12.000.000	12.000.000
71170019	39252 DNIT	26.782.1461.7M90.0056	Construção de Ponte sobre o Rio Iguaçu - no Município de União da Vitória - na BR-153 - no Estado do Paraná / No Estado do Paraná	1	100	4	90	2	0	2.000.000	2.000.000
				1	111	4	90	2	0	4.000.000	4.000.000
									0	6.000.000	6.000.000
71170020	54101 M. do Turismo	23.695.1166.7H62.0056	Implantação de Terminal de Passageiros no Porto de Paranaguá - PR / em Paranaguá - PR	1	100	4	40	2	0	12.000.000	12.000.000
									0	12.000.000	12.000.000
TOTAL DO AUTOR									0	285.376.000	285.376.000
AUTOR: Bancada do Piauí			**S/PARTIDO**								
71190001	56101 M. das Cidades	15.451.6001.7L39.0056	Implantação ou Melhoria de Obras de Infra-estrutura Urbana em Teresina - PI / Obras de Infra-estrutura Urbana - Teresina - PI	1	100	4	40	2	0	19.346.154	19.346.154
									0	19.346.154	19.346.154
71190002	54101 M. do Turismo	23.695.1166.10V0.0832	Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística / em Parnaíba - PI	1	100	4	40	2	0	16.515.518	16.515.518
									0	16.515.518	16.515.518
71190003	53101 M. da Integração Nacional	18.544.0515.7M11.0056	Construção da Barragem Riacho Fundo em Santa Cruz do Piauí no Estado do Piauí / Barragem Riacho Fundo - Santa Cruz do Piauí - No Estado do Piauí	1	100	4	30	2	0	16.515.518	16.515.518
									0	16.515.518	16.515.518
71190004	53201 CODEVASF	15.244.1025.7K66.0116	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado / No Município de Santa Rosa - No Estado do Piauí	1	100	4	90	2	0	16.315.518	16.315.518
				1	250	4	90	2	0	200.000	200.000
									0	16.515.518	16.515.518
71190005	53201 CODEVASF	15.244.1025.7K66.0132	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado / Construção da Estrada Vicinal São João do Piauí - Divisa PI/PE - No Estado do Piauí	1	100	4	30	2	0	22.161.672	22.161.672
				1	250	4	30	2	0	200.000	200.000
									0	22.361.672	22.361.672
71190006	53201 CODEVASF	15.244.1025.7K66.0126	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado / Simplício Mendes - No Estado do Piauí	1	100	4	30	2	0	18.315.518	18.315.518
				1	250	4	30	2	0	200.000	200.000
									0	18.515.518	18.515.518
71190007	39252 DNIT	26.782.1459.7N22.0056	Construção de Trecho Rodoviário - Divisa BA/PI - Divisa PI/MA - na BR-235 - No Estado do Piauí / No Estado do Piauí	1	111	4	90	3	0	3.954.500	3.954.500
									0	3.954.500	3.954.500
71190008	39252 DNIT	26.782.1459.7N23.0056	Construção de Trecho Rodoviário - Divisa PI/BA - Itaimópolis - na BR-020 - No Estado do Piauí / No Estado do Piauí	1	100	4	90	3	0	3.954.500	3.954.500
									0	3.954.500	3.954.500
71190009	39252 DNIT	26.782.1459.7N24.0056	Construção de Trecho Rodoviário - Piripiri - Divisa PI/MA - na BR-222 - No Estado do Piauí / No Estado do Piauí	1	100	4	90	3	0	2.045.500	2.045.500
				1	111	4	90	3	0	2.045.500	2.045.500
									0	4.091.000	4.091.000

Grupo Natureza Despesa: 1-Pessoal e Encargos Sociais 2-Juros e Encargos 3-Outras Desp. Correntes 4-Investimentos 5-Inversões Financeiras 6-Amort. da Dívida 9-Reserva de Contingência
Mod. de Aplicação: 30-Estados/DF 40-Municípios 50-Entidade Privada 90-União 99-a definir RP(Tipo de Despesa para fins de apuração do Resultado Primário): 0-Financeira 1-Primária Obrigatória 2-Primária Discricionária

REQUERIMENTO Nº 18, DE 2008 – CN

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos regimentais, destaque para votação em separado no Plenário do Congresso Nacional da Emenda Individual de minha autoria de nº 36310002, contida no Projeto de Lei nº 30/2007 – CN, destinada ao Ministério dos Esportes, relativa à ação 51101.27.812.1250.2667.0128 – Funcionamento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer/Na Região Centro-Oeste, com modalidade de aplicação 50, objetivando que também venha a ser beneficiárias das dotaçõs nela alocadas, as seguintes Entidades:

– Vida e Juventude – Centro Popular de Formação da Juventude

Endereço: SDS Ed. Venâncio Júnior Bloco M, 1º subsolo 07

CEP: 70394-900

CNPJ: 03.612.569/0001-04

Responsável: José Ivaldo Araújo de Lucena – CPF: 505.111.811-91

– ARUREMAS – Associação Recreativa Desportiva e Cultural Unidos do Recanto das Emas

Endereço: Quadra 206/300 A/E nº 01 do Centro Urbano do Recanto das Emas – DF

CNPJ: 02.378.205/0001-30

Responsável: Afonso Celso Oliveira – CPF: 443.829.871-72

– Centro de Produção Cultural

Endereço: QNP 15, Conjunto R, Casa nº 27, Setor P Norte, Ceilândia/DF

CEP: 72.241-618

CNPJ: 04.636.495/0001-09

Responsável: Clébia Carvalho Lopes – CPF: 011.768.886-09

– Instituto Desportivo Cultural Líder

Endereço: Recanto das Emas, Quadra 102, Lote 09, sala 201, Recanto das Emas/DF

CNPJ: 05.282.380/0001-18

Responsável: Francisco Erto Carvalho de Araújo – CPF: 443.305.371-68

Sala das Sessões, 12 de março de 2008. – Deputado **Geraldo Magela,** PT/DF.

	PARLAMENTAR	PARTIDO	ASSINATURA
1	MARCIO FRANÇA	PSB/SP	
2	Saiteniu Pereira	PSB/MT	
3	JOSÉ GENOINO	PT/SP	
4	NELSON TRAD	PMDB/MS	
5	REGIS DE OLIVEIRA	PSC/SP	
6	Marcelo Ortiz	PV/SP	
7	LEONARDO PICCIANI	PMDB/RJ	
8	GERALDO RESENDE	PMDB/MS	
9	PINTO ITAMARATY	PSDB/MA	
10	ARNALDO VIANA		
11	ROBERTO MAGALHÃES	DEM/PE	
12	BRUNO ROSADO	PSDB/PE	
13			
14	Paulo Rubem	PDT-PE	
15	Silvinho Peccioli	DEM/SP	
16	FLAVIO COLIM	PSDC/PE	
17	JOÃO MAGALHÃES	PMDB	
18	PAULO PIMENTA		
19	Carlos Santana	PT	
20	DR. ROSINHA	PT	
21	Dalva Figueiredo	PT	
22	NILSON MOURA	PT	
23	Helton Freitas	PR	
24	[illegible]	PT	
25	Perpetua Almeida	PCdoB	
26	ALICE PORTUGAL	PCdoB	
27	Jô Moraes	PCdoB	
28	[illegible]	PT/MG	
29	OSMAR SERRAGLIO	PMDB/PR	
30	TADEU FILIPPELLI	PMDB/DF	
31	JOSÉ AIRTON CIRILO	PT/CE	
32	VALVERDE PT/RO		
33	VICENTINHO PT/SP		
34	Luiz Sérgio	PT/RJ	
35	ROBERTO SANTIAGO	PMDB	
36			WILSON SANTIAGO

534

37	FERNANDO FERRO	PT	
38	RENILDO CALHEIROS	PC do B	
39	EDMILSON VALENTIM	PC do B	
40			
41	PAULO ROCHA	PT/PA	
42	SERGIO BARRADAS CARNEIRO	PT-BA 671	
43		PR/DF 4114	JOFRAN FREITAS
44	NAZARENO FONTELES	PT/PI	
45	CANDIDO VACCAREZZA	PT/SP	
46	RODRIGO ROLLEMBERG	PSB/DF	
47	Mª do Rosario	PT/RS	
48	ANTONIO MERSS	PT-SC	
49	EUDES XAVIER	PT/CE	
50	ZEZÉ RIBEIRO	PT-BA	
51	FRANCISCO	PT/BA	
52	JILMAR TATTO	PT-SP	
53	Antonio C. Biscaia	PT/RJ	
54	[illegible]	PMDB/DF	
55	Dejanir Silveira	PT/SP	
56	CHICO D'ANGELO	PT/RJ	
57	Manuela d'Ávila	PCdoB/RS	
58	[illegible]	626	
59	NELSON PELEGRINO	626	
60	João Paulo Cunha	702	
61	RUBENS OTONI	PT-GO	
62	LEONARDO MONTEIRO	PT MG	
63	[illegible]	PT-SC	
64	PEDRO WILSON	PT-GOIÁS	
65	[illegible]	PT-RS	
66	José Guimarães	PT-CE	
67	MAURICIO RANDS	PT-PE	

TOTAL DO AUTOR										**0**	**8.000.000**	**8.000.000**
AUTOR: Geraldo Magela Pereira			**PT**									
36310001	36901 Fundo Nacional de Saúde	10.302.1220.6148.0001	Assistência Médica Qualificada e Gratuita a Todos os Níveis da População e Desenvolvimento de Atividades Educacionais e de Pesquisa no Campo da Saúde - Serviço Social Autônomo Associação das Pioneiras Sociais / Nacional	2	151	3	90	2		0	150.000	150.000
										0	**150.000**	**150.000**
36310002	51101 M. do Esporte	27.812.1250.2667.0128	Funcionamento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer / Na Região Centro Oeste	1	100	3	50	2		0	1.900.000	1.900.000
										0	**1.900.000**	**1.900.000**
36310003	42101 M. da Cultura	13.392.1142.4796.0236	Fomento a Projetos em Arte e Cultura / Na Região Centro Oeste	1	100	3	50	2		0	3.600.000	3.600.000
										0	**3.600.000**	**3.600.000**

Grupo Natureza Despesa: 1-Pessoal e Encargos Sociais 2-Juros e Encargos 3-Outras Desp. Correntes 4-Investimentos 5-Inversões Financeiras 6-Amort. da Dívida 9-Reserva de Contingência
Mod. de Aplicação: 30-Estados/DF 40-Municípios 50-Entidade Privada 90-União 99-a definir RP(Tipo de Despesa para fins de apuração do Resultado Primário): 0-Financeira 1-Primária Obrigatória 2-Primária Discricionária

REQUERIMENTO Nº 19, DE 2008 – CN

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos regimentais, destaque para votação em separado no Plenário do Congresso Nacional da Emenda Individual de minha autoria de nº 36310003, contida no Projeto de Lei nº 30/2007 – CN, destinada ao Ministério da Cultura, relativa à ação 42101.13.392.1142.4796.0236 – Fomento a Projetos em Arte e Cultura/Na Região Centro-Oeste, com modalidade de aplicação 50, objetivando que também venham a ser beneficiárias dos recursos nela alocados, as seguintes Entidades:

– Vida e Juventude – Centro Popular de Formação da Juventude

Endereço: SDS Ed. Venâncio Júnior Bloco M, 1º subsolo 07

CEP: 70394-900

CNPJ: 03.612.569/0001-04

Responsável: José Ivaldo Araújo de Lucena – CPF: 505.111.811-91

– ARUREMAS – Associação Recreativa Desportiva e Cultural Unidos do Recanto das Emas

Endereço: Quadra 206/300 A/E nº 01 do Centro Urbano do Recanto das Emas – DF

CNPJ: 02.378.205/0001-30

Responsável: Afonso Celso Oliveira – CPF: 443.829.871-72

– Centro de Produção Cultural

Endereço: QNP 15, Conjunto R, Casa nº 27, Setor P Norte, Ceilândia/DF

CEP: 72.241-618

CNPJ: 04.636.495/0001-09

Responsável: Clébia Carvalho Lopes – CPF: 011.768.886-09

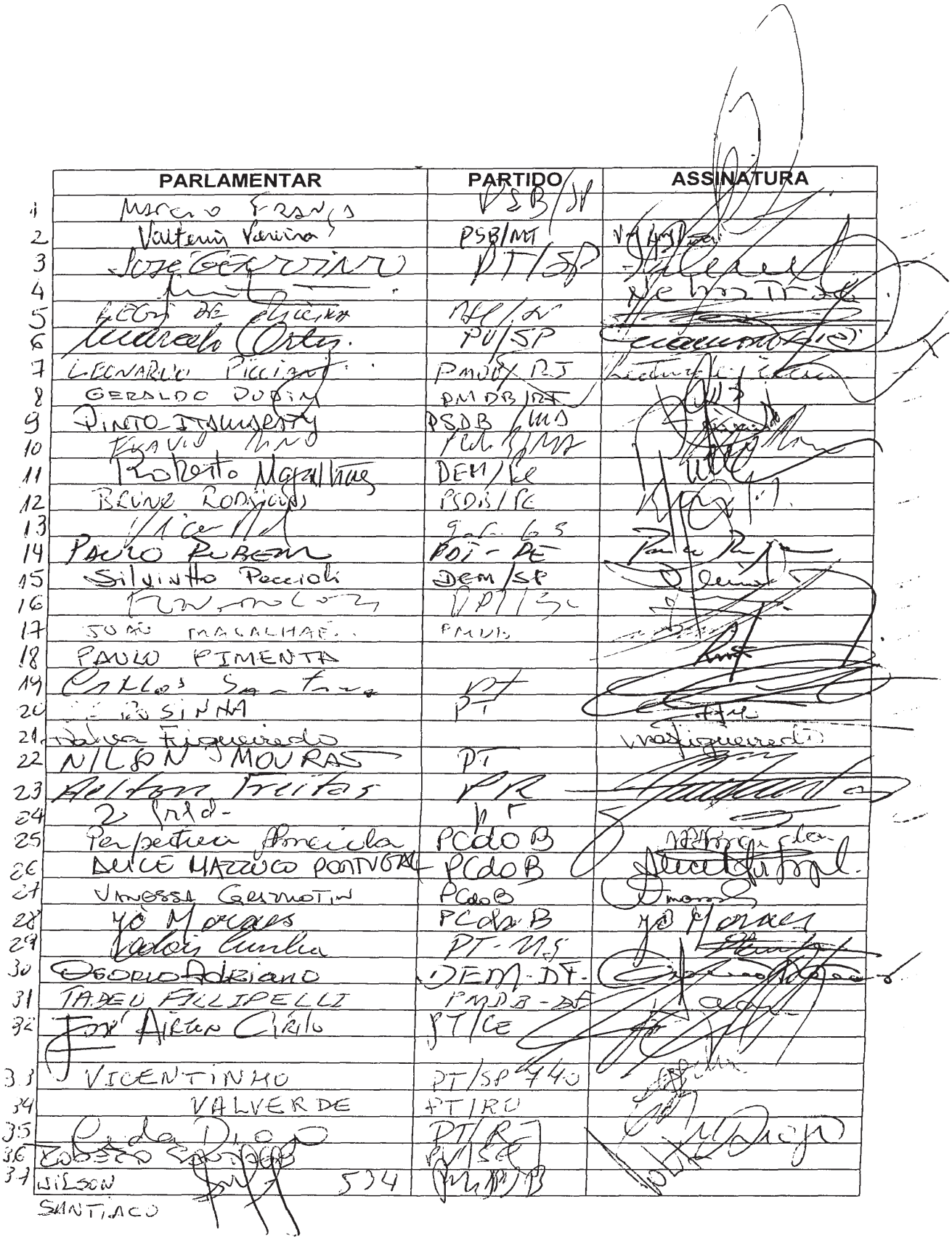
– Instituto Desportivo Cultural Líder

Endereço: Recanto das Emas, Quadra 102, Lote 09, sala 201, Recanto das Emas/DF

CNPJ: 05.282.380/0001-18

Responsável: Francisco Erto Carvalho de Araújo – CPF: 443.305.371-68

Sala das Sessões, 12 março de 2008. – Deputado **Geraldo Magela,** PT/DF.



	PARLAMENTAR	PARTIDO	ASSINATURA
1	Marcio Franca	PSB/SP	
2	Valtenir Pereira	PSB/MT	
3	José Genoino	PT/SP	
4			
5	Iara de Oliveira	PV/SP	
6	Aldo Arantes	PC do B/SP	
7	Leonardo Picciani	PMDB/RJ	
8	Geraldo Pudim	PMDB/RN	
9	Pinto Itamaraty	PSDB/MS	
10	Flávio Arns	PSDB/PR	
11	Roberto Magalhães	DEM/PE	
12	Bruno Rodrigues	PSDB/PE	
13	Vice-Líder	Gab. Líd.	
14	Paulo Rubem	PDT-PE	
15	Silvinho Peccioli	DEM/SP	
16	[illegible]	PPS/SC	
17	João Magalhães	PMDB	
18	Paulo Pimenta		
19	Carlos Santana	PT	
20	Ivo Sinna	PT	
21	Valtenir Figueiredo		
22	Nilson Mouras	PT	
23	Reinaldo Freitas	PR	
24	2 Vice-Líd.	PT	
25	Perpétua Almeida	PC do B	
26	Alice Portugal	PC do B	
27	Vanessa Grazziotin	PC do B	
28	Jô Moraes	PC do B	
29	Valdir Colatto	PT-MS	
30	Osório Adriano	DEM-DF	
31	Tadeu Filippelli	PMDB-DF	
32	Dep. Airton Cascavel	PT/CE	
33	Vicentinho	PT/SP	
34	Valverde	PT/RO	
35	Lobão Filho	PMDB/MT	
36	Roberto Santiago	PV/SP	
37	Wilson Santiago	PMDB/PB	

5244

38	FERNANDO FERRO	PT	
39	RENILDO CALHEIROS	PCdoB	
40	EDMILSON VALENTIM	PCdoB	
41			
42	PAULO ROCHA	PT/PA	
43	SERGIO BARRADAS CARNEIRO	PT-BA	
44		PR/414	JOFRAN FREITAS
45	NAZARENO FONTELES	PT/PI	
46	CONDIDO VACAREZZA	PT/SP	
47	RODRIGO ROLLEMBERG	PSB/DF	
48	Mª do Rosario	PT/RS	
49	DR. RUI MOTTA	PT/SC	
50	EUDES XAVIER	PT/CE	
51	ZEZEU RIBEIRO	PT-BA	
52	PINHEIRO	PT/PA	
53	JILMAR TATTO	PT-SP	
54	ANTONIO C. BISCAIA	PT/RJ	
55	LAURA [illegible]	PMDB/DF	
56	[illegible]	PT/SP	
57	CHICO D'ANGELO	PT/RJ	
58	MANUELA D'AVILA	PCdoB/RS	
59	[illegible]	626	
60	NELSON PELEGRINO	626	
61	JOÃO PAULO CUNHA	PT	
62	RUBENS OTONI	PT-GO	
63	LEONARDO MONTEIRO	PT/MG	
64	VIGNATTI	PT-SC	
65	PEDRO WILSON	PT-GOIAS	
66		PT-ES	
67	JOSÉ EDUARDO	PT-SP	
68	MAURICIO RANDS	PT-PE	

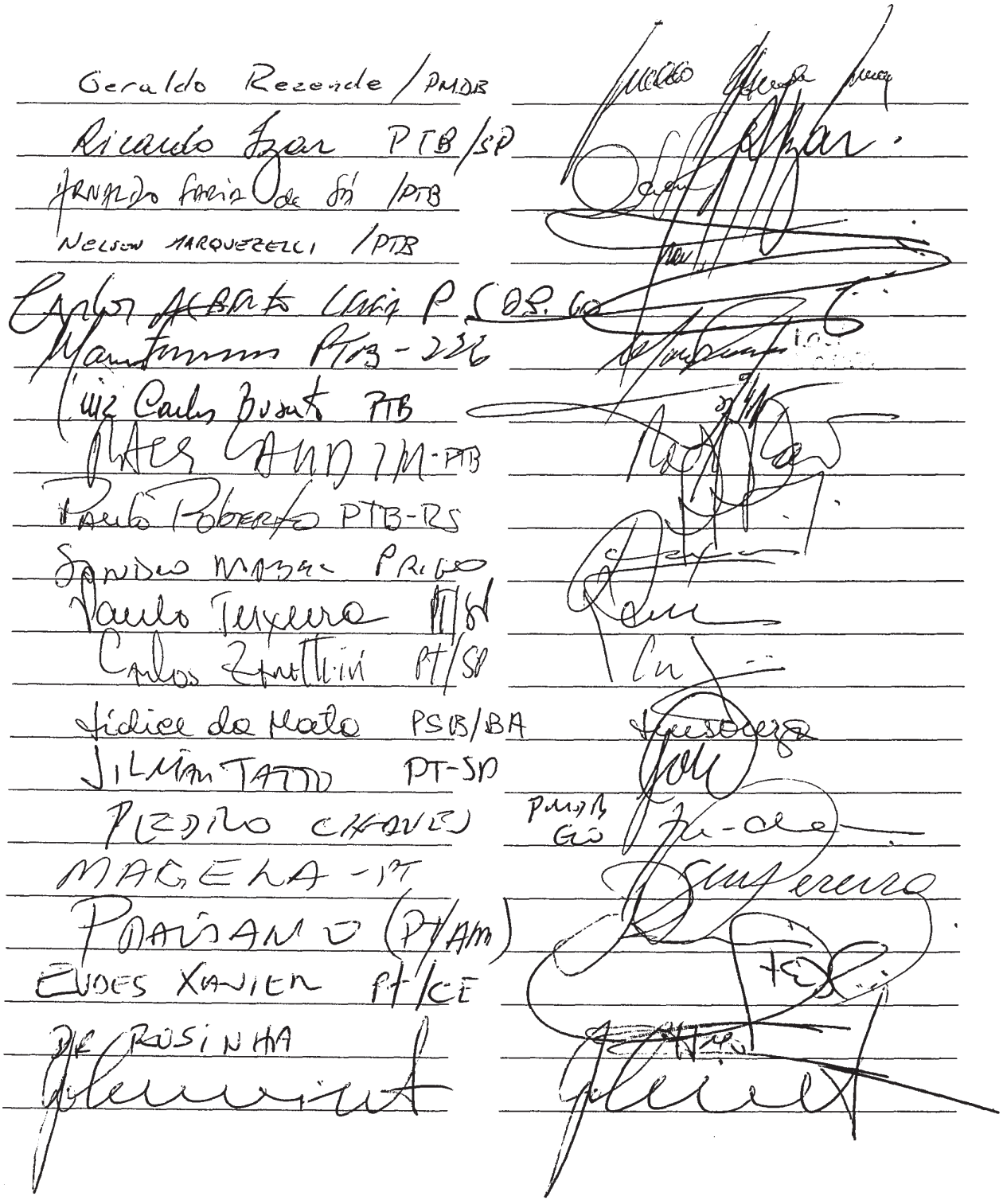
TOTAL DO AUTOR										0	8.000.000	8.000.000
AUTOR: Geraldo Magela Pereira			**PT**									
36310001	36901 Fundo Nacional de Saúde	10.302.1220.6148.0001	Assistência Médica Qualificada e Gratuita a Todos os Níveis da População e Desenvolvimento de Atividades Educacionais e de Pesquisa no Campo da Saúde - Serviço Social Autônomo Associação das Pioneiras Sociais / Nacional	2	151	3	90	2		0	150.000	150.000
										0	150.000	150.000
36310002	51101 M. do Esporte	27.812.1250.2667.0128	Funcionamento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer / Na Região Centro Oeste	1	100	3	50	2		0	1.900.000	1.900.000
										0	1.900.000	1.900.000
36310003	42101 M. da Cultura	13.392.1142.4796.0236	Fomento a Projetos em Arte e Cultura / Na Região Centro Oeste	1	100	3	50	2		0	3.600.000	3.600.000
										0	3.600.000	3.600.000

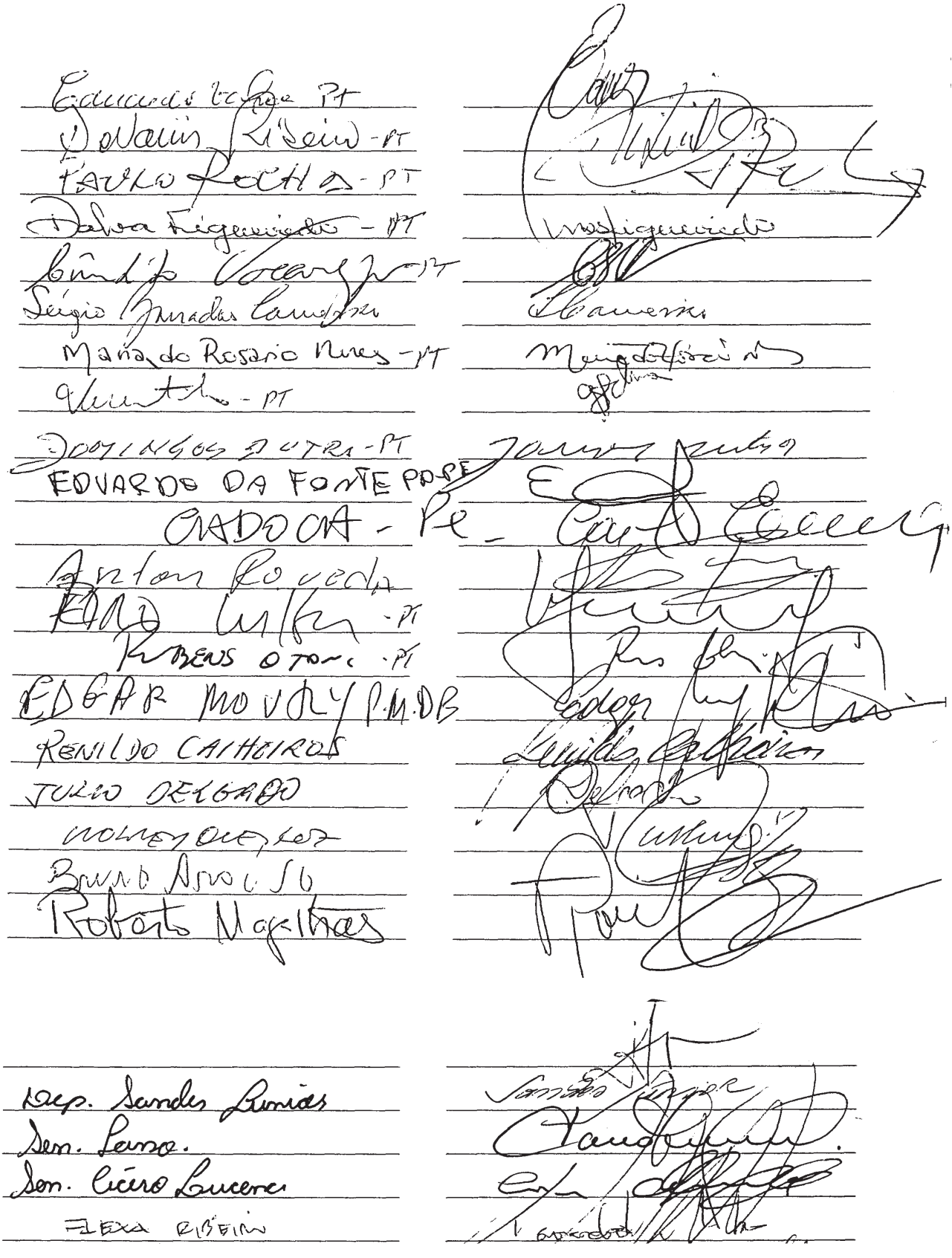
Grupo Natureza Despesa: 1-Pessoal e Encargos Sociais 2-Juros e Encargos 3-Outras Desp. Correntes 4-Investimentos 5-Inversões Financeiras 6-Amort. da Dívida 9-Reserva de Contingência
Mod. de Aplicação: 30-Estados/DF 40-Municípios 50-Entidade Privada 90-União 99-a definir RP(Tipo de Despesa para fins de apuração do Resultado Primário): 0-Financeira 1-Primária Obrigatória 2-Primária Discricionária

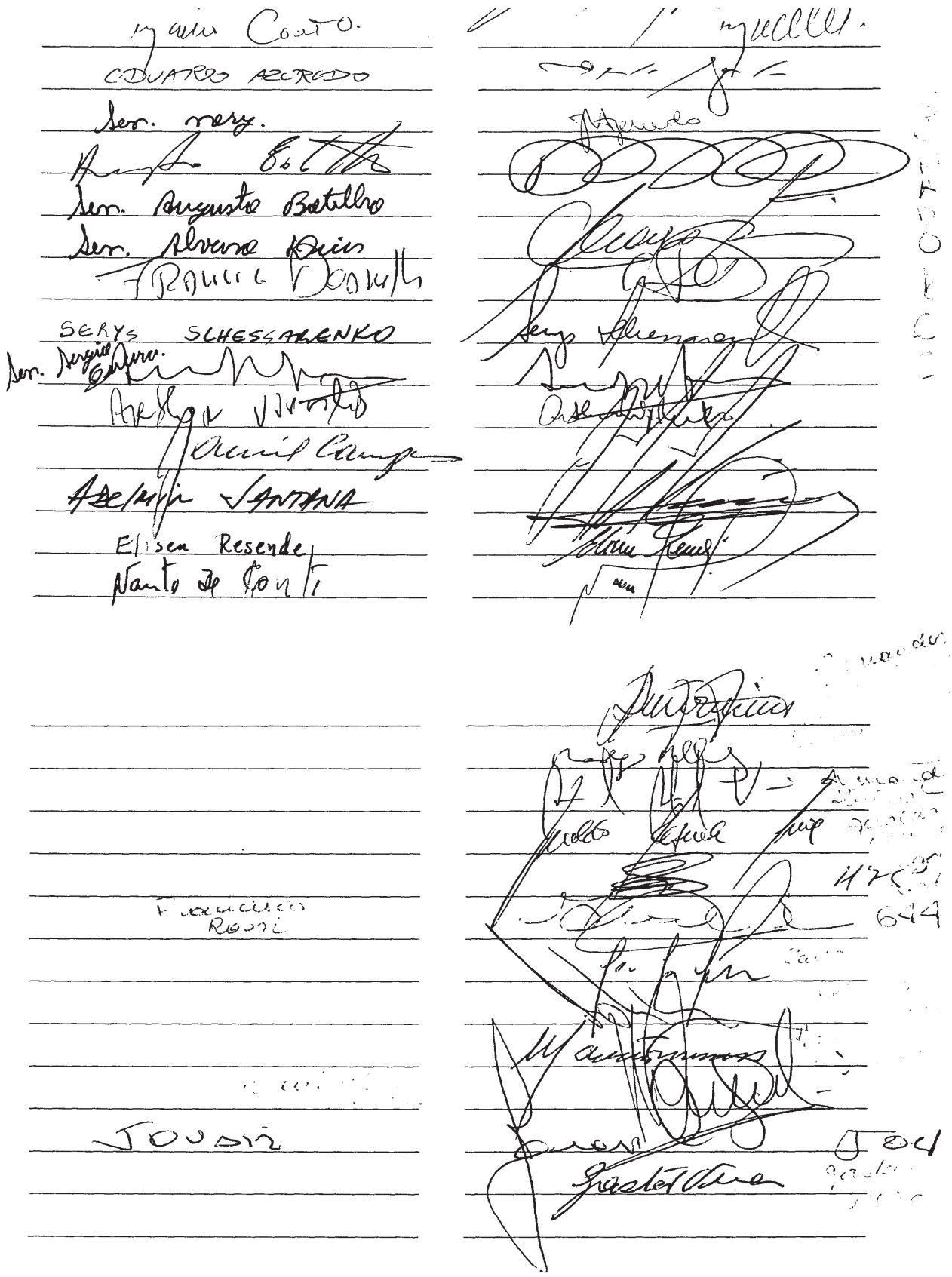
REQUERIMENTO Nº 20, DE 2008–CN

Requeiro, nos termos do art. 132, da Resolução nº 1–CN, de 2006, que a Emenda nº 60010001, de autoria da Comissão Permanente de Serviços de Infra-Estrutura do Senado Federal, seja destacada para votação em separado, junto ao Plenário do Congresso Nacional, tendo em vista que o valor a esta concedida não atende as necessidades do seu objeto.

Sala das Comissões, 12 de março de 2008. – Senador **Marconi Perillo,** Presidente da Comissão.







ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

AUTOR DA EMENDA | **EMENDA**

6001 - Com. Serv.de Infra-Estrutura | 60010001

MODALIDADE DA EMENDA
Comissão

TIPO DE EMENDA
Apropriação - Acréscimo

LOCALIDADE BENEFICIADA
9000000 - Nacional

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA
M. do Turismo

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO
23.846.1166.10X0.0001
Participação da União na Implantação do Prodetur Nacional
Nacional

ESPECIFICAÇÃO DA META | QUANTIDADE
Projeto realizado(unidade) | 2

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R$ 1,00)

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
4 Investimentos	90 Aplic. Diretas	2	400.000.000
	TOTAL		400.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
020000	100	9 Reserva de Contingência	99 A Definir	0	2	400.000.000
			TOTAL			400.000.000

JUSTIFICATIVA

O PRODETUR NACIONAL representa a oportunidade de construção nacional de um programa de desenvolvimento do turismo, sob a égide das macro-diretrizes da política federal para o setor, promovendo assim a integração dos projetos desenvolvidos por estados / municípios com as orientações da Política Nacional de Turismo.

A proposta nasce à luz da potencialidade do turismo brasileiro e da horizontalidade da atividade turística, as quais impactam significativamente um largo espectro de atividades econômicas, sociais, culturais e ambientais, permitindo, com a adoção de políticas públicas adequadas, que o turismo cada vez mais se consolide como ferramenta de desenvolvimento local, regional e nacional.

Nesse sentido, a proposta do PRODETUR NACIONAL é organizar processos prévios de planejamento das regiões turísticas, que objetivem diagnosticar os fatores que ocasionam a baixa competitividade no mercado nacional e internacional e o insuficiente impacto econômico para a população local, bem como propor intervenções públicas a serem implementadas, de forma que o turismo venha a constituir uma verdadeira alternativa econômica geradora de melhores índices de desenvolvimento e de igualdade no Brasil.

O Programa será implantado no âmbito das diretrizes dos programas regionais de desenvolvimento do turismo, já solidamente em execução, quais sejam os:

(i) PRODETUR NE II ¿ tem como objetivo assegurar o desenvolvimento turístico sustentável e integrado, melhorar a qualidade de vida da população, aumentar as receitas do setor turístico e melhorar a capacidade de gestão do turismo pelos Estados e Municípios da região Nordeste, segundo três componentes: fortalecimento da capacidade municipal; planejamento estratégico, treinamento e infra-estrutura; e promoção de investimentos do setor privado. O programa conta com recursos de financiamento internacional, e foi desenvolvido com suporte em duas fases de consolidado sucesso.

(ii) PRODETUR SUL ¿ objetiva promover o desenvolvimento sustentável e includente das regiões turísticas maduras dos estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul, com base no conceito de desenvolvimento local através do turismo como vetor de desenvolvimento. As diretrizes para a execução do programa foram baseadas nas regras do PRODETUR NE. Porém, não houve ainda o aporte de financiamento internacional.

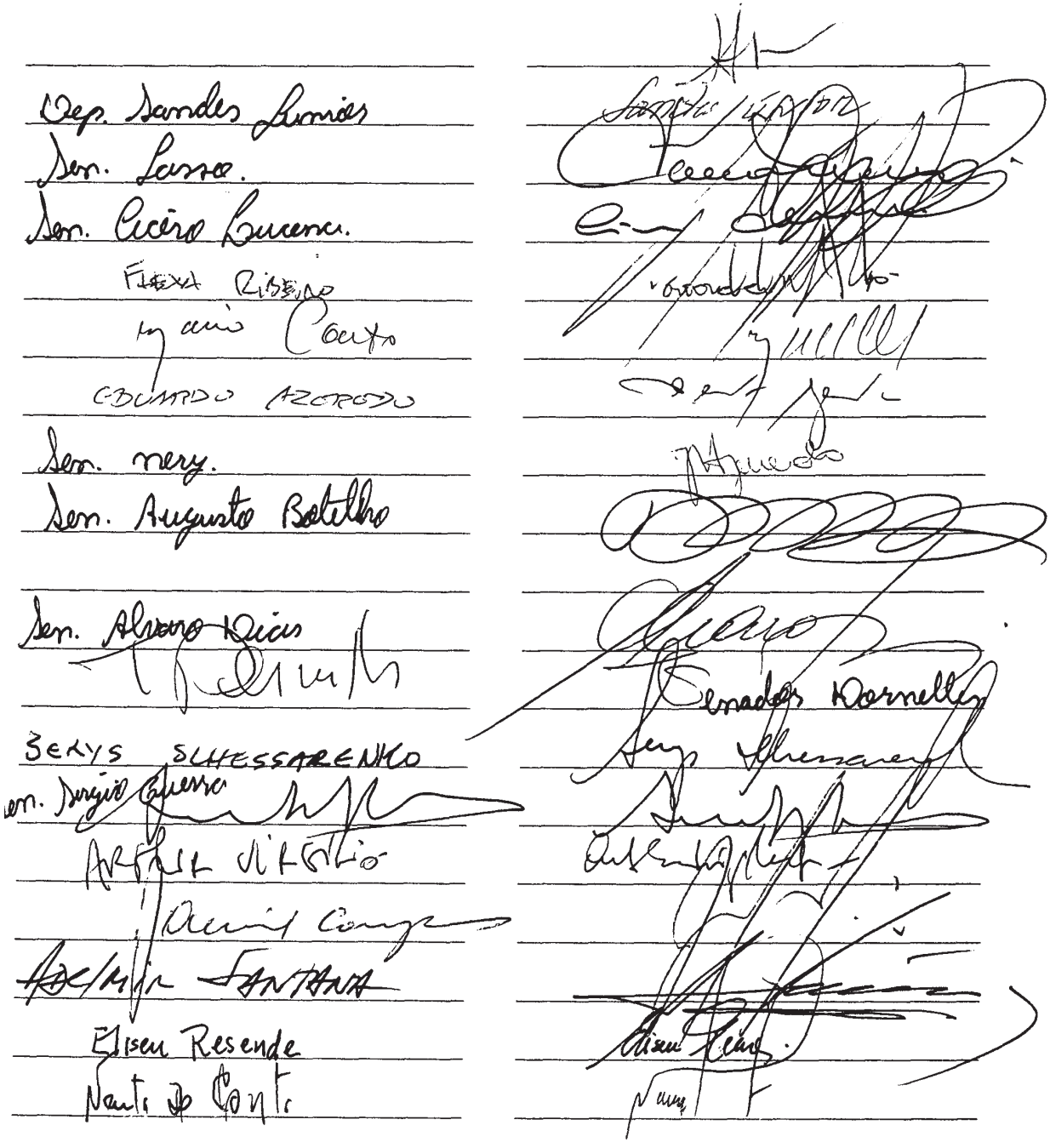
(iii) PROECOTUR ¿ tem como objetivo o desenvolvimento do turismo sustentável na Região Amazônica Brasileira, hoje fortemente impactada por atividades não regulamentadas. Para tanto, busca estabelecer uma estrutura apropriada e implementar as condições necessárias, incluindo investimentos requeridos aos nove estados da Amazônia Brasileira (Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), de forma a prepará-los para administrar as áreas selecionadas para o turismo sustentável de forma responsável e adequada.

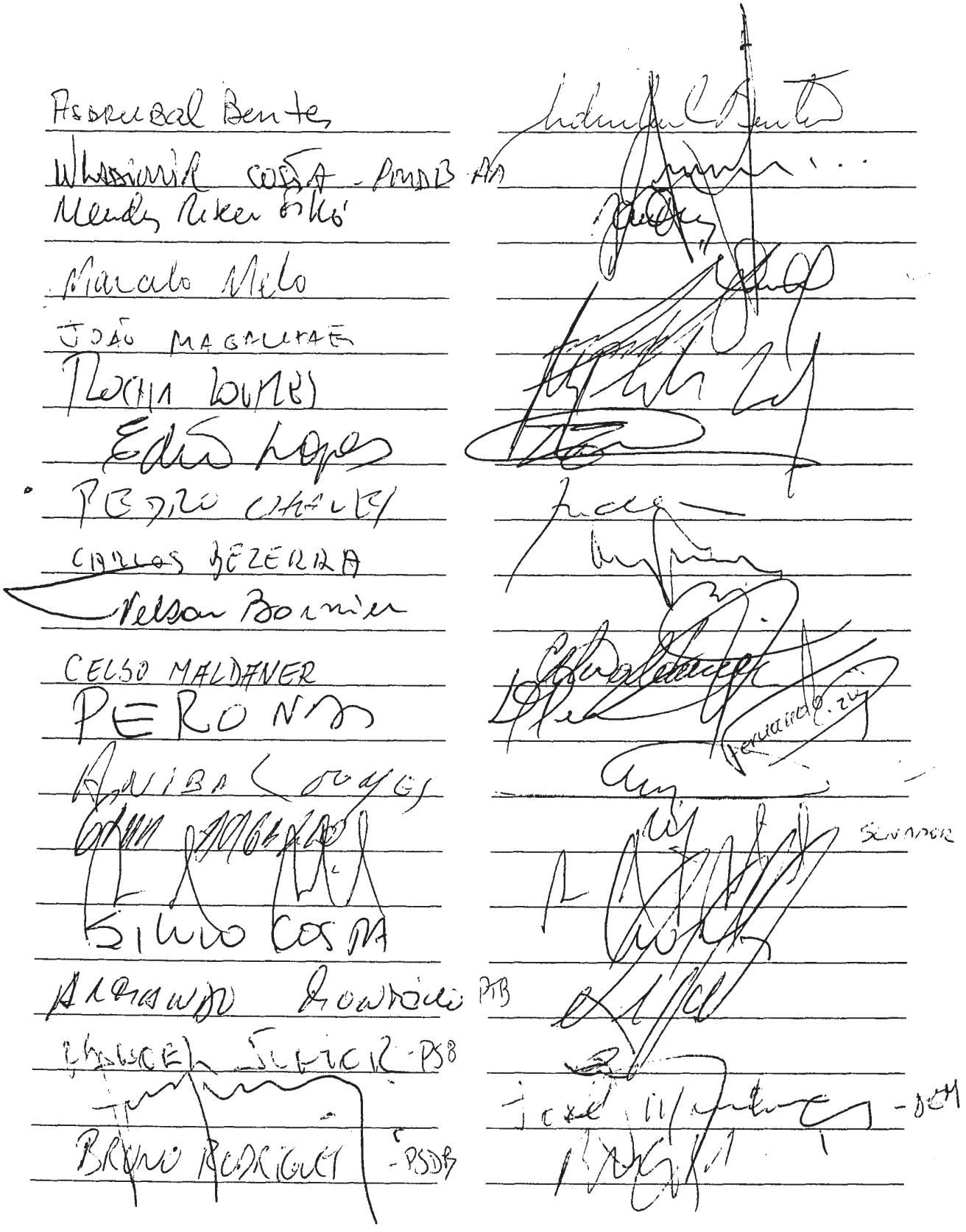
Seguindo a linha de desenvolvimento do Turismo Nacional, com ênfase no sucesso dos Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo, o Ministério do Turismo, objetivando assegurar o desenvolvimento sustentável e integrado e melhorar a qualidade de vida da população dos estados das regiões Sudeste, Goiás e Distrito Federal, bem como aumentar as receitas do setor e melhorar a capacidade de gestão das atividades de potencial turístico, apoiou a criação do PRODETUR JK, cujos conceitos, estratégias de execução e diretrizes, voltam-se à implementação de ações de capacitação profissional e empresarial, fortalecimento institucional e infra-estrutura, nos moldes dos Programas Regionais já consagrados, porém com foco numa região de alta vocação para o turismo, notadamente no que se refere à história, culinária, beleza natural e infra-estrutura como atrativos diferenciados. A região será priorizada no âmbito do PRODETUR NACIONAL.

REQUERIMENTO Nº 21, DE 2008–CN

Requeiro, nos termos do art. 132, da Resolução nº 1 – CN, de 2006, que a Emenda de nº 60010006, de autoria da Comissão Permanente de Serviços de Infra– Estrutura do Senado Federal, seja destacado para votação em separado, junto ao Plenário do Congresso Nacional, tendo em vista que o valor a esta concedida não atende as necessidades do seu objeto.

Sala das Comissões, 12 de março de 2008. – Senador **Marconi Perillo,** Presidente da Comissão.




Asdrubal Bentes
Wladimir Costa - PMDB PA
Marcelo Melo
João Magalhães
Edio Lopes
Pedro Chaves
Carlos Bezerra
Nelson Bornier
Celso Maldaner
Perondi
Silvio Costa
Bruno Rodrigues - PSDB

FERNANDES AMORIM

RODRIGO ROLLEMBERG

ARMANDO ABÍLIO

GERALDO RESENDE

JOÃO OLIVEIRA

FRANCISCO ROSSI

CARLOS WILSON

ROBERTO SANTIAGO

Carlos Alberto Canuto

MANOEL FERREIRA

Ricardo Barros

JOVAIR

EDGAR MOURY

SÍLVIO COSTA

RENILDO CALHEIROS

JÚLIO DELGADO

BRAUNY

CIVALDO CARIMBÃO

GASTÃO VIEIRA

SEN. GIM ARGELO

ESPELHO DE EMENDA DE REMANEJAMENTO DE DESPESA

AUTOR DA EMENDA

6001 - Com. Serv.de Infra-Estrutura

EMENDA

60010006

MODALIDADE DA EMENDA
Comissão

TIPO DE EMENDA
Remanejamento - Acréscimo

LOCALIDADE BENEFICIADA
5200000 - Goiás

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA
DNIT

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO
26.782.1461.113L.0052
Construção de Trecho Rodoviário - Divisa GO/MT - Entroncamento BR-153 - na BR-070 - no Estado de Goiás
No Estado de Goiás

ESPECIFICAÇÃO DA META
Trecho pavimentado(km)

QUANTIDADE
100

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R$ 1,00)

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
4 Investimentos	91 Aplic.Direta Org. F. Entidades	3	90.000.000
	TOTAL		90.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
003208	111	4 Investimentos	90 Aplic. Diretas	0	3	15.000.000
003208	900	4 Investimentos	90 Aplic. Diretas	0	3	15.000.000
003309	111	4 Investimentos	90 Aplic. Diretas	0	3	4.000.000
003309	900	4 Investimentos	90 Aplic. Diretas	0	3	4.000.000
003333	111	4 Investimentos	90 Aplic. Diretas	0	3	9.800.000
003333	900	4 Investimentos	90 Aplic. Diretas	0	3	9.800.000
003338	111	4 Investimentos	90 Aplic. Diretas	0	3	14.000.000
003338	900	4 Investimentos	90 Aplic. Diretas	0	3	14.000.000
003475	111	4 Investimentos	90 Aplic. Diretas	0	3	2.000.000
003475	900	4 Investimentos	90 Aplic. Diretas	0	3	2.000.000
003568	111	4 Investimentos	90 Aplic. Diretas	0	3	200.000
003568	900	4 Investimentos	90 Aplic. Diretas	0	3	200.000
			TOTAL			90.000.000

JUSTIFICATIVA

Tal obra faz-se necessária no sentido de permitir uma significativa redução do custo do transporte de carga interestadual e, ainda, desafogando outras vias nas quais o tráfego vem se tornando muito intenso. Neste sentido, a execução da obra de Construção de Trecho Rodoviário - Divisa GO/MT - Entroncamento BR-153 - na BR-070 - no Estado de Goiás, torna-se de vital importância. A execução da obra proporcionará uma economia de 74,4 km na ligação de Brasília a Cuiabá, e conseguinte Bolívia, Porto Velho e Rio Branco, já que as rodovias BR-174/MT e BR-364/MT/RD ligam-se à rodovia BR-070/MT em Cuiabá. A Rodovia BR-070/GO atravessa uma região com grande produção agropecuária, gerando significativa redução dos custos de transportes, é fomentando o desenvolvimento de uma macro região com grande potencial produtor e turístico. Para que o população possa usufruir deste beneficio social faltam a conclusão de 8,08 km do trecho Aparecida do Rio Claro ¿ Aragarças (Entr. BR-158/GO) com extensão de 97,58 km e a execução trecho Entr. BR-414/GO (Cocalzinho) ¿ Entr. GO-154 (Itaguari), com extensão de 99,44 km (dividido em 2 lotes do obras).

Trecho: Cocalzinho - Itaguari

Lote 1. Subtrecho: Cocalzinho ¿ Entr. BR-153/GO, segmento km 67,76 ¿ km 129,16, extensão: 61,4 km, natureza dos serviços: Implantação, Pavimentação e Obras de Artes Especiais, executados pela firma Construtora QUEIROZ GALVÃO S/A, contrato PD-1200017/2001-00 no valor de R$ 39.454.191,16 a preços iniciais. As obras foram iniciadas em 12.01.2002 e encontram-se paralisadas desde 01.07.2002. Nesse período foi faturado o montante de R$ 2.814.006,32, ficando concluídos 9,2 km de terraplenagem e 8,52 % das obras de arte especiais. Para a conclusão deste lote serão necessários R$ 72.500.000,00.

Lote 2. Subtrecho: Entr. BR-153/GO ¿ Itaguari, segmento km 129,16 ¿ km 167,2, extensão: 38,04 km, natureza dos serviços: Implantação, Pavimentação e Obras de Artes Especiais, executados pela firma LÁTER ENGENHARIA LTDA, contrato PD-1200018/2001-00 no valor de R$ 18.902.900,91 a preços iniciais. As obras foram iniciadas em 12.01.2002 e encontram-se paralisadas desde 01.08.2002. Neste período foi faturado o montante de R$ 4.674.545,12, ficando concluídos 7,0 km de capa asfáltica e 13,0 km de terraplenagem. Para a conclusão deste lote serão necessários R$ 27.500.000,00.

REQUERIMENTO Nº 22, DE 2008 – CN

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2008.

Requeremos, nos termos regimentais, destaque para votação em separado no Plenário do Congresso Nacional de remanejamento, objetivando a recomposição de dotação constante da Programação de Despesa do PL nº 30/2007 – CN, em virtude de corte promovido no Projeto encaminhado pelo Poder Executivo, conforme detalhamento abaixo:

– Ação a ser suplementada:

Unidade Orçamentária: 36211 – FUNASA

Funcional-Programática:

10.512.0122.10GD.0001 – Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)/Nacional

Seqüencial: 002560

Esfera: 2

GND: 4

RP: 2

MA: 40

Fonte: 153

Valor a suplementar: 91.306.000,00

– Ação a ser cancelada:

Unidade Orçamentária: 36901 – Fundo Nacional de Saúde Seqüencial: 0029878

Esfera: 2

GND: 3

RP: 2

MA: 90

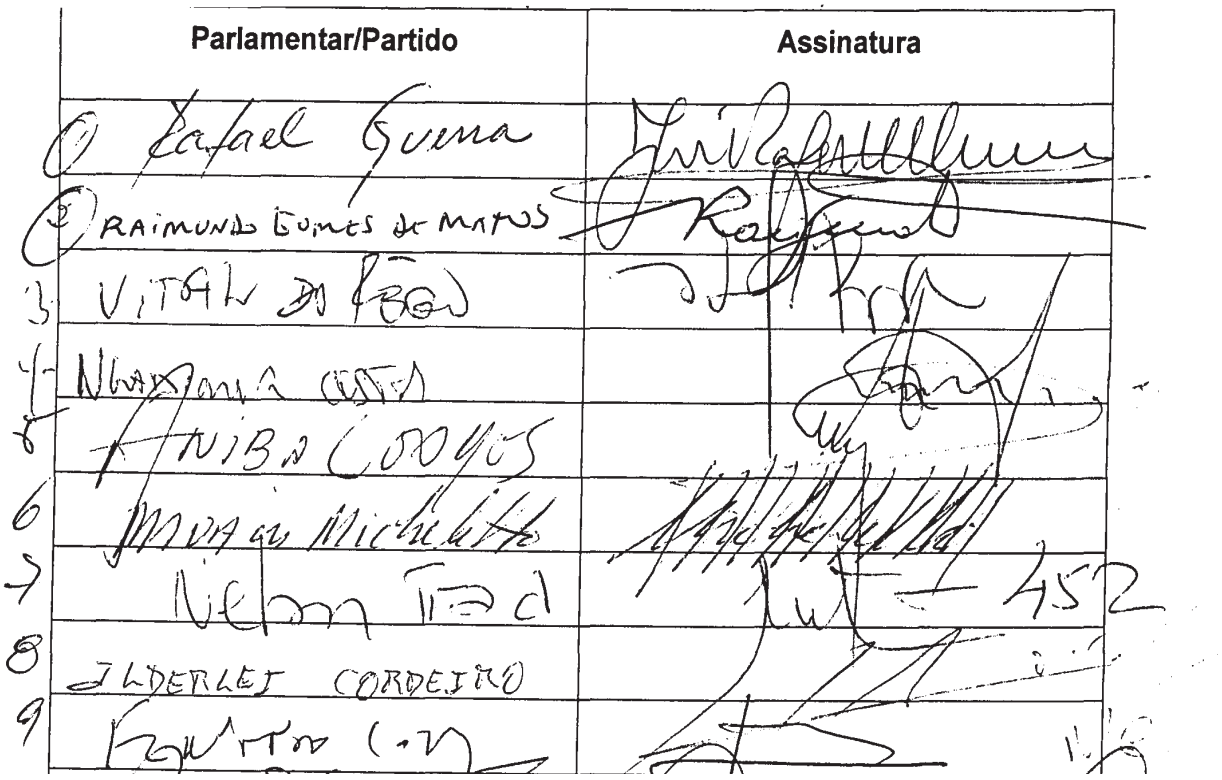
Fonte: 153

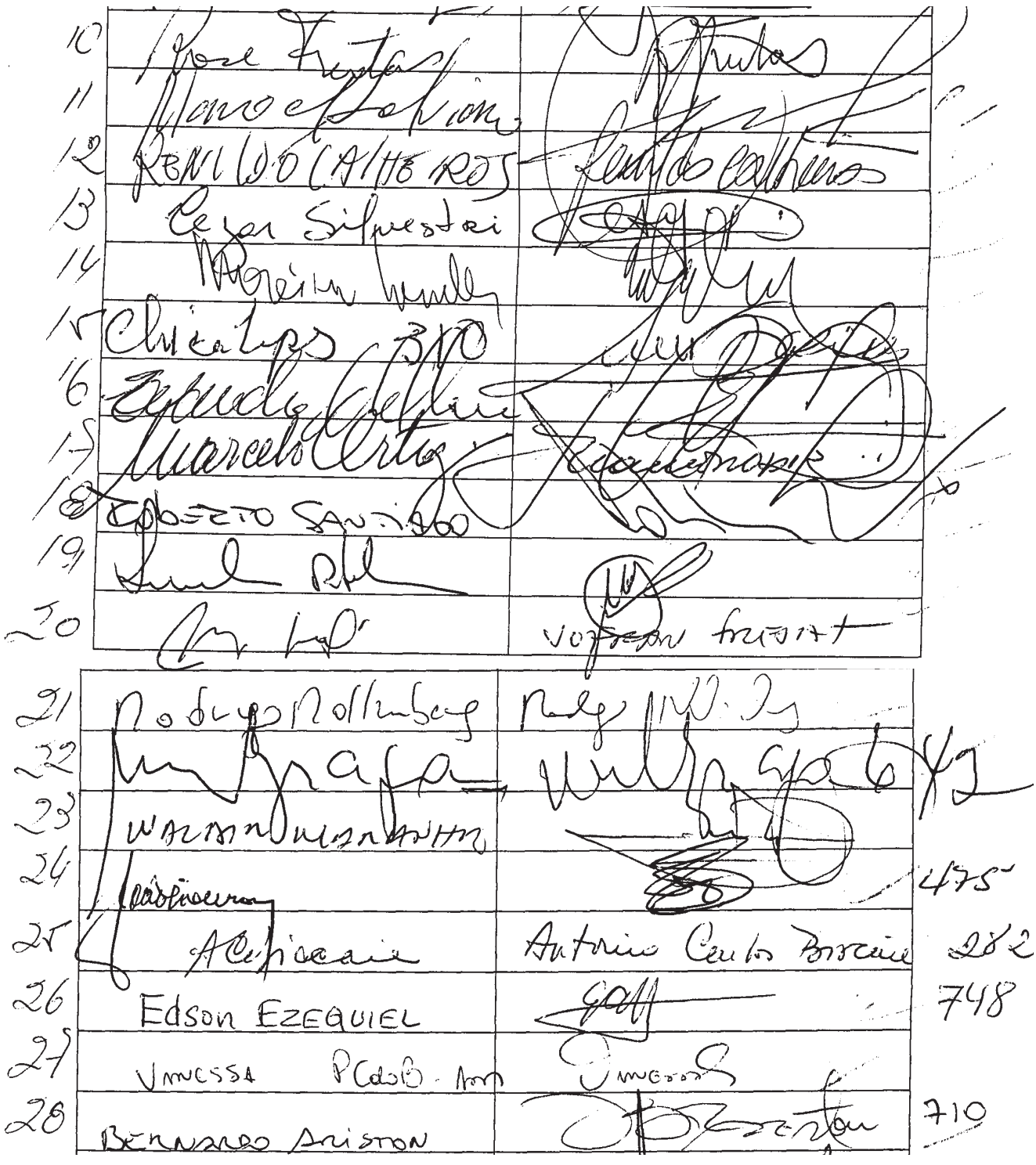
Valor a cancelar: 91.306.000,00

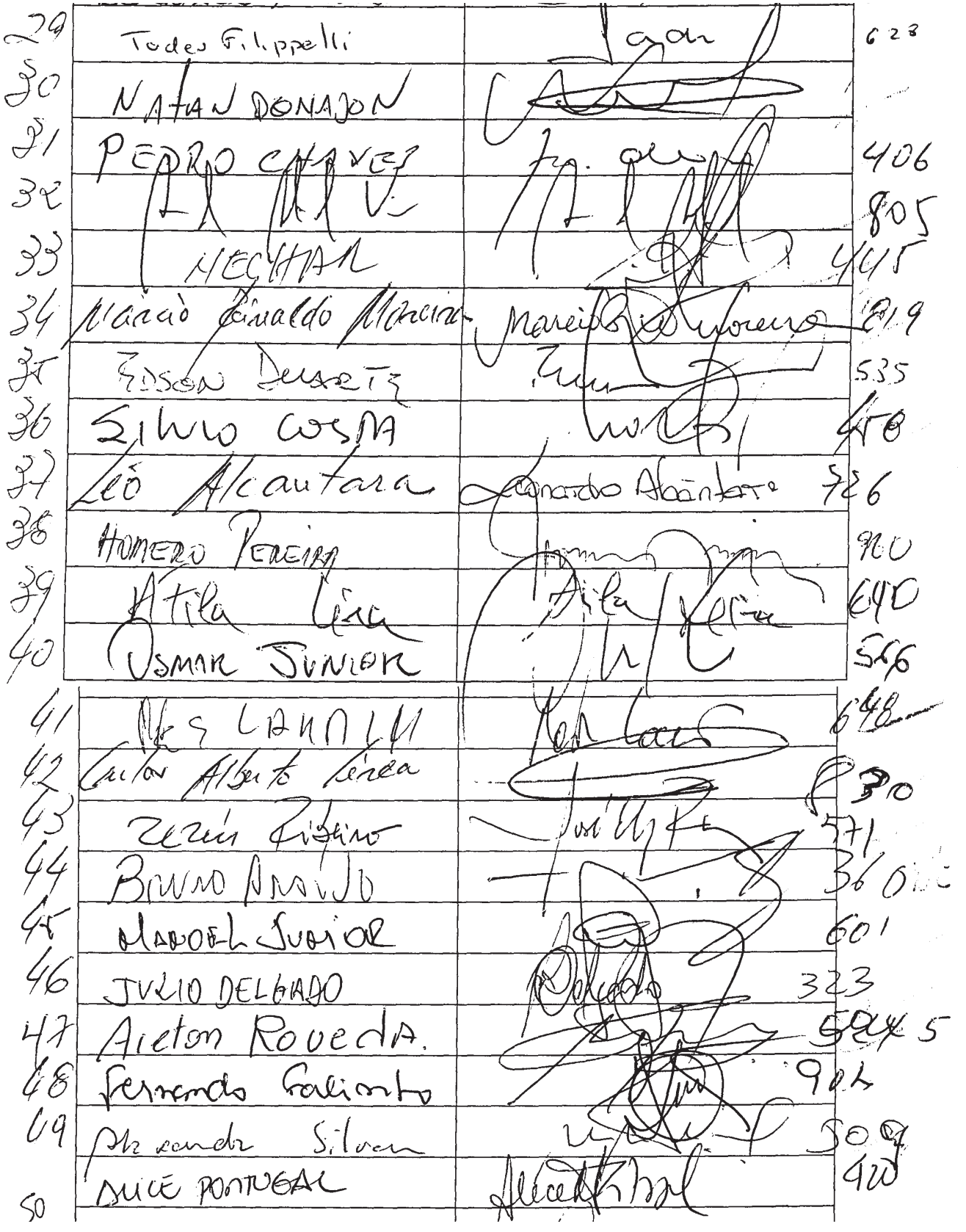
Justificação

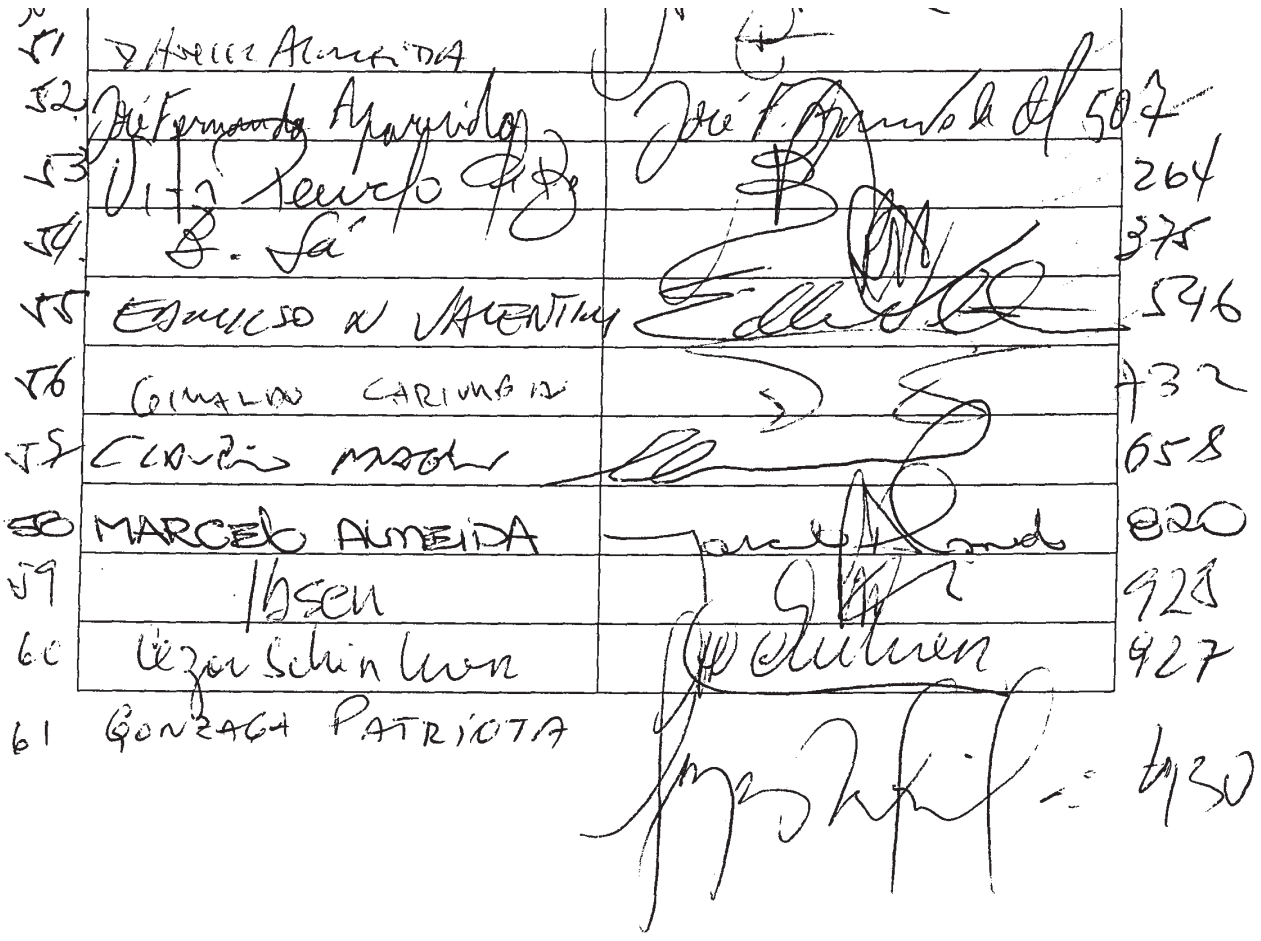
Esta emenda visa adequar o valor aprovado pelo Parecer da CMO para viabilizar a execução dessa ação.

Sala das Sessões, 12 de março de 2008. – Deputado **Geraldo Resende**, PMDB – MS.









CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatoria Geral- Demonstrativo analítico das alterações da proposta Orçamentária da União para 2008 *por UO/Programa/Subtítulo* Orçamento Fiscal e Seguridade Social (em R$ 1,00)

O Func. Programática I	Seq.	Título/Subtítulo/Meta	EGRMJF SNPAUT FD E	PL 030/2007 (A)	RELAT. SETORIAL (B)	ACRÉSCIMO (C)	CANCELAMENTO (D)	SUBSTITUTIVO (E) = (B) + (C) - (D)
Unidade Orçamentária:	**36210**	**CONCEIÇÃO**						
10.306 0750.2012.0667	002547	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados/No Município de Porto Alegre - RS(Meta : 3.376 Servidor beneficiado/unidade)	2 3 1 90 0 151	5.842.704	5.842.704	0	0	5.842.704
10.331 0750.2011.0693	002546	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados/No Município de Porto Alegre - RS(Meta : 2.357 Servidor beneficiado/unidade)	2 3 1 90 0 151	2.545.681	2.545.681	0	0	2.545.681
10.365 0750.2010.0101	002545	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados/No Município de Porto Alegre - RS(Meta : 269 Criança atendida/unidade)	2 3 2 90 0 151	962.088	962.088	0	0	962.088
Programa: 0901 Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais				***32.450.000***	***32.450.000***	***0***	***0***	***32.450.000***
28.846 0901.002F.0105	002549	Cumprimento de Débitos Judiciais Periódicos Vincendos Devidos por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista/No Município de Porto Alegre - RS(Meta : - -/-)	2 3 1 90 0 151	450.000	450.000	0	0	450.000
28.846 0901.0022.0105	002548	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado Devida por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista/No Município de Porto Alegre - RS(Meta : - -/-)	2 1 1 90 0 151	32.000.000	32.000.000	0	0	32.000.000
Programa: 1220 Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada				***355.033.708***	***348.870.668***	***1.823***	***0***	***348.872.491***
10.273 1220.0110.0103	002551	Contribuição à Previdência Privada/No Município de Porto Alegre - RS(Meta : - -/-)	2 1 1 90 0 151	213.596	213.596	0	0	213.596
10.302 1220.6217.0627	002550	Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatorias e Hospitalares do Ministério da Saúde/No Município de Porto Alegre - RS(Meta : 950.006 Atendimento realizado/unidade)	2 1 1 90 0 151	336.681.112	336.681.112	0	0	336.681.112
			2 3 2 90 0 151	700.000	700.000	0	0	700.000
			2 4 2 90 0 151	15.407.601	9.244.561	0	0	9.244.561
			2 3 2 90 0 250	1.763.016	1.763.016	1.823	0	1.764.839
			2 3 2 90 0 280	268.383	268.383	0	0	268.383
Programa: 1436 Aperfeiçoamento do Trabalho e da Educação na Saúde				***8.921.000***	***8.921.000***	***0***	***0***	***8.921.000***
10.128 1436.6149.0001	002552	Residência de Profissionais de Saúde - SUS/Nacional(Meta : 1.200 Profissional qualificado/unidade)	2 3 2 90 0 151	8.921.000	8.921.000	0	0	8.921.000
TOTAL DA UO:				**405.755.181**	**399.592.141**	**1.823**	**0**	**399.593.964**
Unidade Orçamentária:	**36211**	**FUNASA**						
Programa: 0016 Gestão da Política de Saúde				***34.827.000***	***33.803.000***	***0***	***5.783.396***	***28.019.604***
10.126 0016.6881.0001	002554	Modernização e Desenvolvimento de Sistemas de Informação da FUNASA/Nacional(Meta : 75 Sistema modernizado/unidade)	2 3 2 90 0 151	21.040.000	21.040.000	0	3.771.118	17.268.882
			2 4 2 90 0 151	2.560.000	1.536.000	0	0	1.536.000
10.128 0016.4572.0001	002553	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação/Nacional(Meta : 1.075 Servidor capacitado/unidade)	2 3 2 90 0 151	11.227.000	11.227.000	0	2.012.278	9.214.722
Programa: 0089 Previdência de Inativos e Pensionistas da União				***570.940.657***	***570.940.657***	***0***	***0***	***570.940.657***
09.272 0089.0181.0001	002555	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis/Nacional(Meta : - Pessoa beneficiada/unidade)	2 1 1 90 0 153	154.363.002	154.363.002	0	0	154.363.002
			2 1 1 90 0 156	129.917.271	129.917.271	0	0	129.917.271
			2 1 1 90 0 169	286.660.384	286.660.384	0	0	286.660.384
Programa: 0122 Serviços Urbanos de Água e Esgoto				***760.000.955***	***605.477.241***	***0***	***6.541.734***	***598.935.507***
10.122 0122.2272.0001	002558	Gestão e Administração do Programa/Nacional(Meta : - -/-)	2 3 2 90 0 151	19.767.396	19.767.396	0	3.543.022	16.224.374
			2 4 2 90 0 151	6.616.302	3.969.782	0	0	3.969.782
			2 3 2 90 0 153	11.230.555	11.230.555	0	2.012.916	9.217.639
10.512 0122.10GD.0001	002560	Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)/Nacional(Meta : 84.883 Família beneficiada/unidade)	2 4 2 40 0 151	228.265.000	136.959.000	0	0	136.959.000
10.512 0122.10GD.0056	023425	Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)/No	2 4 2 40 0 151	0	900.000	0	0	900.000

OI: Indicador de Obra Irregular (S = SIM)

Esfera: 1-Fiscal 2-Seguridade Social 3-Inv. Estatais. IU(Identificador de Uso): 0-no país 1-Contrapartida para o BIRD 2-Contrapartida para o BID 3-Outras Contrapartidas 4-No Exterior

GND(Grupo Natureza Despesa): 1-Pessoal e Encargos Sociais 2-Juros e Encargos 3-Outras Desp. Correntes 4-Investimentos 5-Inversões Financeiras 6-Amort. da Dívida 9-Reserva de Contingência

Mod. de Aplicação: 30-Estados/DF 40-Municípios 50-Entidade Privada 90-União 99-a definir

RP(Tipo de Despesa para fins de apuração do Resultado Primário): 0-Financeira 1-Primária Obrigatória 2-Primária Discricionária 3-Projeto-Piloto de Investimentos Públicos - PPI

REQUERIMENTO Nº 23, DE 2008 – CN

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2008.

Requeremos, nos termos regimentais, destaque para votação em separado no Plenário do Congresso Nacional de remanejamento, objetivando a recomposição de dotação constante da Programação de Despesa do PL nº 30/2007 – CN, em virtude de corte promovido no Projeto encaminhado pelo Poder Executivo, conforme detalhamento abaixo:

– **Ação a ser suplementada:**

Unidade Orçamentária: 36211 – FUNASA

Funcional-Programática:

10.512.0122.10GE.0001 – Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)/Nacional

Seqüencial: 002561

Esfera: 2

GND: 4

RP: 2

MA: 40

Fonte: 153

Valor a suplementar: 158.046.680,00

– Ação a ser cancelada:

Unidade Orçamentária: 36901 – Fundo Nacional de Saúde Seqüencial: 0029878

Esfera: 2

GND: 3

RP: 2

MA: 90

Fonte: 153

Valor a cancelar: 158.046.680,00

Justificação

Esta emenda visa adequar o valor aprovado pelo Parecer da CMO para viabilizar a execução dessa ação.

Sala das Sessões, 12 março de 2008. – Deputado **Vital do Rêgo Filho,** PMDB – PB.

PARLAMENTAR	PARTIDO	ASSINATURA
Osvaldo Reis	PMDB	
NATAN DONADON	PMDB	
MAURO LOPES	PMDB-MG	
HENRIQUE EDUARDO ALVES	PMDB-RN	
VELOSO	PMDB-BA	
PAULO HENRIQUE LUSTOSA	PMDB/CE	
MENDES RIBEIRO FILHO	PMDB/RS	
FLÁVIO BEZERRA	PMDB-CE	
ELCIONE BARBALHO	PMDB-PA	
MOACIR MICHELETTO	PMDB-PR	
WANDERLEY MARTINS	PMDB-PR	
ANÍBAL GOMES	PMDB-CE	
GERALDO RESENDE	PMDB-MS	
ROBERTO BRITO		
FILIPE PEREIRA		
LUIZ BASSUMA	626	
RIBAMAR ALVES		
SEVERIANO ALVES		
GEORGE HILTON		
RAIMUNDO G. MATTOS		
GERALDO THADEU		
LÚCIO CARLOS BUSATO		
ELISMAR PRADO	662	
AFONSO HAMM	467	
CLEMÍCIO OLIVEIRA		
FRANCISCO RODRIGUES		
EDUARDO LOPES		
TATICO		
JOSÉ PAULO TOFFANO	362	
EDURICO PINTO		
JERÔNIMO REIS		
BLOC PINTO		
EUCLIDES KOURI		
WILLINGTON ROBERTO		
HELTON FRUTOS		
RUBENS OTONI		
JOSÉ PAULO		
SILVIO TORRES		

Parlamentar/Partido	Assinatura
Geraldo Pudim	
Bernardo Ariston	
João Dado	
Paulo Abi-ackel	
Francisco Tenório	
Assis Miguel Couto	
Paulo Roberto	
Reginaldo Magalhães	
Eliene	
Martins	
José Carlos	
Zezeu Ribeiro	
Celso Maldaner	
Luiz Couto	
Nazareno Fonteles	
Átila Lira	
Dessis Do Couto	
Lima Rua	
F. Feitosa	
Carlito Merss	

Roberto Rollemberg	
José Airton Cirilo	

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatoria Geral - Demonstrativo analítico das alterações da proposta Orçamentária da União para 2008 *por UO/Programa/Subtítulo* Orçamento Fiscal e Seguridade Social (em R$ 1,00)

O Func. Programática I	Seq.	Título/Subtítulo/Meta	EGRMIF SNPAUT FD E	PL 030/2007 (A)	RELAT. SETORIAL (B)	ACRÉSCIMO (C)	CANCELAMENTO (D)	SUBSTITUTIVO (E) = (B) + (C) - (D)
Unidade Orçamentária:	**36211**	**FUNASA**						
		beneficiada/unidade)						
10.512 0122.10GE.0001	002561	Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)/Nacional(Meta : 77.789 Família beneficiada/unidade)	2 4 2 40 0 151 2 4 2 90 0 151	395.116.702 0	237.070.022 500.000	0 0	0 0	237.070.022 500.000
10.512 0122.10GE.0060	024825	Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)/No Estado de São Paulo(Meta : 135 Família beneficiada/unidade)	2 4 2 40 0 151	0	500.000	0	0	500.000
10.512 0122.10GE.0062	024829	Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)/Casimiro de Abreu - RJ(Meta : 166 Família beneficiada/unidade)	2 4 2 40 0 151	0	500.000	0	0	500.000
10.512 0122.10GE.0064	024830	Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)/No Estado da Paraíba(Meta : 463 Família beneficiada/unidade)	2 4 2 40 0 151	0	1.200.000	0	0	1.200.000
10.512 0122.10GE.0066	024831	Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)/Rio Bananal - ES(Meta : 50 Família beneficiada/unidade)	2 4 2 40 0 151	0	150.000	0	0	150.000
10.512 0122.10GE.0068	024832	Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)/No Estado da Bahia(Meta : 100 Família beneficiada/unidade)	2 4 2 40 0 151 2 4 2 99 0 151	0 0	2.800.000 200.000	0 0	0 0	2.800.000 200.000
10.512 0122.10GE.0070	024833	Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)/Gavião - BA(Meta : 100 Família beneficiada/unidade)	2 4 2 40 0 151	0	300.000	0	0	300.000
10.512 0122.10GE.0072	024834	Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)/Argirita - MG(Meta : 33 Família beneficiada/unidade)	2 4 2 40 0 151	0	100.000	0	0	100.000
10.512 0122.10GE.0074	024835	Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)/No Estado do Espírito Santo(Meta : 330 Família beneficiada/unidade)	2 4 2 40 0 151	0	900.000	0	0	900.000
10.512 0122.10GE.0076	024836	Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)/Itapetim - PE(Meta : 33 Família beneficiada/unidade)	2 4 2 40 0 151	0	100.000	0	0	100.000
10.512 0122.10GE.0078	024838	Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)/No	2 4 2 40 0 151	0	200.000	0	0	200.000

OI: Indicador de Obra Irregular (S = SIM)
Esfera: 1-Fiscal 2-Seguridade Social 3-Inv. Estatais. IU(Identificador de Uso): 0-no país 1-Contrapartida para o BIRD 2-Contrapartida para o BID 3-Outras Contrapartidas 4-No Exterior
GND(Grupo Natureza Despesa): 1-Pessoal e Encargos Sociais 2-Juros e Encargos 3-Outras Desp. Correntes 4-Investimentos 5-Inversões Financeiras 6-Amort. da Dívida 9-Reserva de Contingência
Mod. de Aplicação: 30-Estados/DF 40-Municípios 50-Entidade Privada 90-União 99-a definir
RP(Tipo de Despesa para fins de apuração do Resultado Primário): 0-Financeira 1-Primária Obrigatória 2-Primária Discricionária 3-Projeto-Piloto de Investimentos Públicos - PPI

REQUERIMENTO Nº 24, DE 2008 –CN

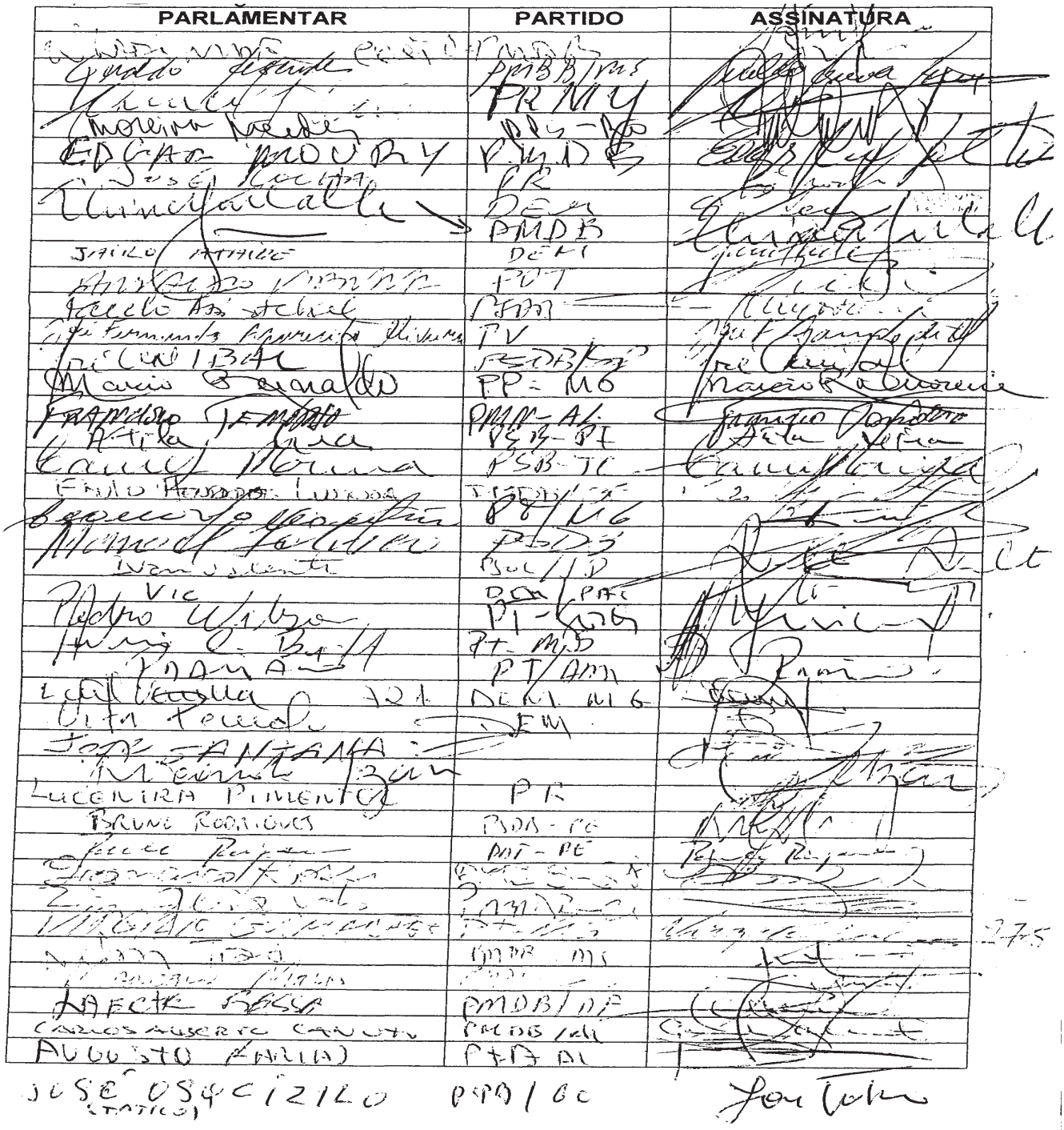
Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos regimentais, destaque para votação em separado no Plenário do Congresso Nacional da emenda de número 71120010 contida no Projeto de Lei nº 30/2007–CN, objetivando a alteração do seu titulo, como a seguir discriminado:

– Onde se Lê: "Revitalização e Urbanização do Córrego Gumitá em Cuiabá, Estado de Mato Grosso"

– Leia-se "Revitalização e Urbanização de Córregos em Cuiabá"

Sala das Sessões, 12 de março de 2008. – Deputado **Carlos Bezerra,** PMDB/MT.



PARLAMENTAR	PARTIDO	ASSINATURA
JOSÉ MACALUSÃO	PMDB	
Nelson Bornier	PMDB	
[illegible]	[illegible]	
DEMO NAS	PMDB	
ANIBAL GOMES	PMDB	
[illegible] Furnel	PMDB	
PUTTI GO ROCHA LOURES	PMDB	
FERNANDO LOPES	PMDB	
LEONARDO QUINTÃO	PMDB	
WANDERLEI COSTA	PMDB	
ANTONIO ANDRADE	PMDB	
VITAL DO REGO	PMDB	
JOAQUIM BELTRÃO	PMDB	
MENDES RIBEIRO FILHO	PMDB	
ATILA LINS	730 PMDB	
JACKSON BARRETO	752 PMDB	
IBSEN	928 PMDB	
FIZ PEELLI	628 PMDB	
ALEX CANZIANE	842 PTB	
Paulo Piau	617	
H. Hol[illegible]		
Antonio Andrade		

BANCADA DO ESTADO DE MATO GROSSO

Ofício nº 101/2008

Brasília, 27 de fevereiro de 2008

Senhor Relator,

Solicitamos de Vossa Excelência, a alteração da Redação da Emenda de Bancada nº 71120010, funcional programática nº 06.182.1027.0678, na forma proposta abaixo.

Onde se lê: "Revitalização e Urbanização do Córrego Gumitá em Cuiabá, Estado de Mato Grosso".

Leia-se: "Revitalização e Urbanização de Córregos em Cuiabá".

Esta alteração se deve à comprovação de entidades públicas ligadas ao meio ambiente de que o referido córrego Gumitá muda de nome durante a extensão do seu curso, não altera valores nem o conteúdo da ação proposta originalmente.

Certo de contar com o deferimento de Vossa Excelência.

Atenciosamente, – Deputado **Carlos Abicalil** (PT – MT), Coordenador da Bancada do Estado de Mato Grosso.

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENTA
INFRA-ESTRUTURA CORREGO GUMITÁ EM CUAIBÁ MT

MODALIDADE DA EMENDA
Individual

TIPO DE EMENDA
Aprop.- Inclusão

ÁREA DE GOVERNO
Irrigação e Integração Nacional

MODALIDADE DE INTERVENÇÃO
990 Atipica / Outras

TIPO DE REALIZAÇÃO PRETENDIDA
500 *Atipico (não previsto na geratriz)

LOCALIDADE BENEFICIADA
5103403 - Cuiabá

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Fiscal

UNIDADE ORCAMENTÁRIA PRETENDIDA
M. da Integração Nacional

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO
98.998.999X.9999
REVITALIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO DO CÓRREGO GUMITA EM CUIABÁ ESTADO DE MATO GROSSO
Ajuste o Subtítulo - Cuiabá - MT

ESPECIFICAÇÃO DA META
Iniciativa apoiada(unidade)

QUANTIDADE
1

AÇÃO ATÍPICA
AÇÃO
Ação Atípica
OBJETIVO
INVESTIMENTO EM INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA.
FINALIDADE
PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURA DO CÓRREGO GUMITA EM CUIABÁ ESTADO DE MATO GROSSO, FUNCIONAL PROGRAMÁTICA - 19.691.1430.8902.0050 - NOVA AÇÃO CRIADA NO AMBITO DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO VINCULADA DIRETAMENTE A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DO CENTRO OESTE, CONSTANTE DA PÁGINA 898, VOL IV/VI - TOMO II
ESPECIFICAÇÃO DA META
Iniciativa apoiada(unidade)

TIPO DA AÇÃO	INÍCIO DA AÇÃO	TÉRMINO DA AÇÃO
Projeto	01/2008	12/2008

CUSTO TOTAL (R$)	META TOTAL
100.000.000	100.000.000

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R$ 1,00)

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
4 Investimentos	40 Transf. a Municípios	2	100.000.000
		TOTAL	100.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
020000	100	9 Reserva de Contingência	99 A Definir	0	2	100.000.000
			TOTAL			100.000.000

JUSTIFICATIVA
Tem a apresente emenda o objetivo de atender obras de prevenção de desastres na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, por tratar-sede local com população que fica exposta a riscos principalmente nos períodos chuvosos, havendo perigo, inclusive, de desmoronamentos. Com a obra também seriam prevenidas doenças hidricamente transmissíveis. Além disso, o esgoto que é despejado no córrego Gumitá corre para o Rio Cuiabá que por sua vez é despejado na Bacia do Pantanal. Com as obras esse desastre ambiental será evitado. Com a recuperação do Gumitá serão beneficiadas 28 mil famílias.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA
2593 - Professor Victorio Galli

REQUERIMENTO Nº 25, DE 2008

Solicita o destaque da emenda nº 71130004 ao Projeto de Lei nº 30, de 2007-CN, PLOA – 2008.

Senhor Presidente,

Requeiro à Vossa Excelência, com base no artigo 161, inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e no artigo 132 da Resolução nº 1, de 2006-CN, que se digne a determinar a votação em separado da Emenda nº 71130004, apresentada pela Bancada de Mato Grosso do Sul, frente ao Projeto de Lei nº 30, de 2007-CN, PLOA – 2008.

O presente requerimento se justifica uma vez que o relatório aprovado pela CMO acolheu apenas parcialmente a emenda acima citada, sendo que o artigo 132 da Resolução nº 1, de 2006-CN, dispõe que o parecer da Comissão Mista de Orçamento sobre emenda será conclusivo e final, salvo requerimento para que a emenda seja submetida a votos, assinado por 1/10 (um décimo) dos congressistas, apresentado à Mesa do Congresso Nacional até o dia anterior ao estabelecido para a discussão da matéria no Plenário do Congresso Nacional.

Sala das Sessões, 12 março de 2008. – **Geraldo Resende,** Deputado Federal PMDB/MS.

GERALDO RESENDE

Deputado Federal PMDB/MS

	NOME	PARTIDO/UF	ASSINATURA
01			
02			
03			
04			
05			
06			
07			
08			
09			
10			
11			
12			

	NOME	PARTIDO/UF	ASSINATURA
13			
14			
15			
16			
17			
18			
19			
20			
21			
22			
23			
24			
25			
26			
27			
28			
29			
30			
31			
32			
33			
34			
35			
36			

	NOME	PARTIDO/UF	ASSINATURA
37			
38			
39			
40			
41			
42			
43			
44			
45			
46			
47			
48			
49			
50			
51			
52			
53			
54			
55			
56			
57			
58			
59			
60			
61			
62			
63			
64			
65			

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatoria Geral - Proposta Orçamentária da União para 2008 - EMENDAS COLETIVAS À DESPESA APROVADAS

em R$ 1,00

EMENDA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	SUBTÍTULO	ESF	FNT	GND	M.A.	R.P.	APROVADO Rel. Setorial	ADEQUAÇÃO Rel. Geral (inclui adendos setoriais)	VALOR FINAL
71120013	22101 M. Ag., Pec. e Abastecimento	20.605.6003.7H17.0570	Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário / Aquisição de Patrulha Mecanizada - No Estado do Mato Grosso	1	100	4	30	2	5.000.000	7.078.222	12.078.222
									5.000.000	**7.078.222**	**12.078.222**
71120014	39252 DNIT	26.782.1456.7M76.0056	Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa MS/MT - Divisa MT/PA - na BR-163 - No Estado do Mato Grosso / No Estado do Mato Grosso	1	100	4	90	3	0	18.776.548	18.776.548
				1	111	4	90	3	21.223.452	0	21.223.452
				1	900	4	90	3	18.776.548	-18.776.548	0
									40.000.000	**0**	**40.000.000**
71120015	53101 M. da Integração Nacional	19.691.1430.8902.0104	Promoção de Investimentos em Infra-Estrutura Econômica / Cuiabá - No Estado do Mato Grosso	1	100	4	30	2	8.000.000	4.078.223	12.078.223
									8.000.000	**4.078.223**	**12.078.223**
71120016	53101 M. da Integração Nacional	19.691.1430.8902.0104	Promoção de Investimentos em Infra-Estrutura Econômica / Cuiabá - No Estado do Mato Grosso	1	100	4	40	2	8.000.000	-8.000.000	0
									8.000.000	**-8.000.000**	**0**
71120016	53101 M. da Integração Nacional	19.691.1430.8902.0116	Promoção de Investimentos em Infra-Estrutura Econômica / Aquisição de Equipamentos de Infra-Estrutura Econômica - Cuiabá - MT	1	100	4	30	2	0	12.078.223	12.078.223
									0	**12.078.223**	**12.078.223**
71120017	39252 DNIT	26.782.1457.7M77.0056	Construção de Trecho Rodoviário - Trecho Divisa GO/MT - Divisa MT/RO - na BR-364 - No Estado do Mato Grosso / No Estado do Mato Grosso	1	100	4	90	2	9.000.000	-9.000.000	0
				1	100	4	90	3	0	9.000.000	9.000.000
									9.000.000	**0**	**9.000.000**
TOTAL DO AUTOR									**225.812.500**	**37.625.778**	**263.438.278**
AUTOR: Bancada do Mato Grosso Sul			**S/PARTIDO**								
71130001	53101 M. da Integração Nacional	19.691.1430.8902.0108	Promoção de Investimentos em Infra-Estrutura Econômica / Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio Taquari - Coínta - No Estado do Mato Grosso do Sul	1	100	4	71	2	9.000.000	2.252.937	11.252.937
									9.000.000	**2.252.937**	**11.252.937**
71130002	39252 DNIT	26.782.1461.7M78.0056	Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-163 - Alcinópolis - na BR-359 - No Estado do Mato Grosso do Sul / No Estado do Mato Grosso do Sul	1	100	4	90	2	10.000.000	2.252.933	12.252.933
									10.000.000	**2.252.933**	**12.252.933**
71130003	53101 M. da Integração Nacional	19.691.1430.8902.0110	Promoção de Investimentos em Infra-Estrutura Econômica / Campo Grande - MS	1	100	4	90	2	9.000.000	2.252.933	11.252.933
									9.000.000	**2.252.933**	**11.252.933**
71130004	56101 M. das Cidades	15.451.6001.7K95.0056	Implantação ou Melhoria de Obras de Infra-estrutura Urbana em Dourados - MS / Obras de Infra-estrutura Urbana - Dourados - MS	1	100	4	30	2	7.300.000	7.252.933	14.552.933
				1	900	4	30	2	5.000.000	-5.000.000	0
									12.300.000	**2.252.933**	**14.552.933**
71130005	39252 DNIT	26.782.1461.7M79.0056	Construção de Trecho Rodoviário - Alcinópolis - Divisa GO/MS - na BR-359 - No Estado do Mato Grosso do Sul / No Estado do Mato Grosso do Sul	1	100	4	30	2	20.000.000	2.252.933	22.252.933
									20.000.000	**2.252.933**	**22.252.933**
71130006	56101 M. das Cidades	15.451.6001.7K96.0056	Implantação ou Melhoria de Obras de Infra-estrutura Urbana em Campo Grande - MS / Obras de Infra-estrutura Urbana - Campo Grande - MS	1	100	4	30	2	11.700.000	2.252.933	13.952.933
									11.700.000	**2.252.933**	**13.952.933**
71130007	56101 M. das Cidades	15.451.6001.7K97.0056	Implantação ou Melhoria de Obras de Infra-estrutura Urbana em Três Lagoas - MS / Obras de Infra-estrutura Urbana - Três Lagoas - MS	1	100	4	40	2	6.500.000	7.752.933	14.252.933
				1	900	4	40	2	5.500.000	-5.500.000	0
									12.000.000	**2.252.933**	**14.252.933**
71130008	39252 DNIT	26.782.1461.202Q.0054	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-262 - no Estado do Mato Grosso do Sul / No Estado de Mato Grosso do Sul	1	100	4	90	3	0	2.369.500	2.369.500
				1	900	4	90	3	2.369.500	-2.369.500	0
									2.369.500	**0**	**2.369.500**

Grupo Natureza Despesa: 1-Pessoal e Encargos Sociais 2-Juros e Encargos 3-Outras Desp. Correntes 4-Investimentos 5-Inversões Financeiras 6-Amort. da Dívida 9-Reserva de Contingência
Mod. de Aplicação: 30-Estados/DF 40-Municípios 50-Entidade Privada 90-União 99-a definir RP(Tipo de Despesa para fins de apuração do Resultado Primário): 0-Financeira 1-Primária Obrigatória 2-Primária Discricionária

REQUERIMENTO Nº 26, DE 2008-CN

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos regimentais, destaque para votação em separado no Plenário do Congresso Nacional do seguinte destaque, objetivando a supressão de dotação, como a seguir discriminado:

– Ação a ter seu valor reduzido (Supressão)

– Órgão: Operações Oficiais de Crédito

– Unidade Orçamentária: Recursos sob Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional – Ministério da Fazenda

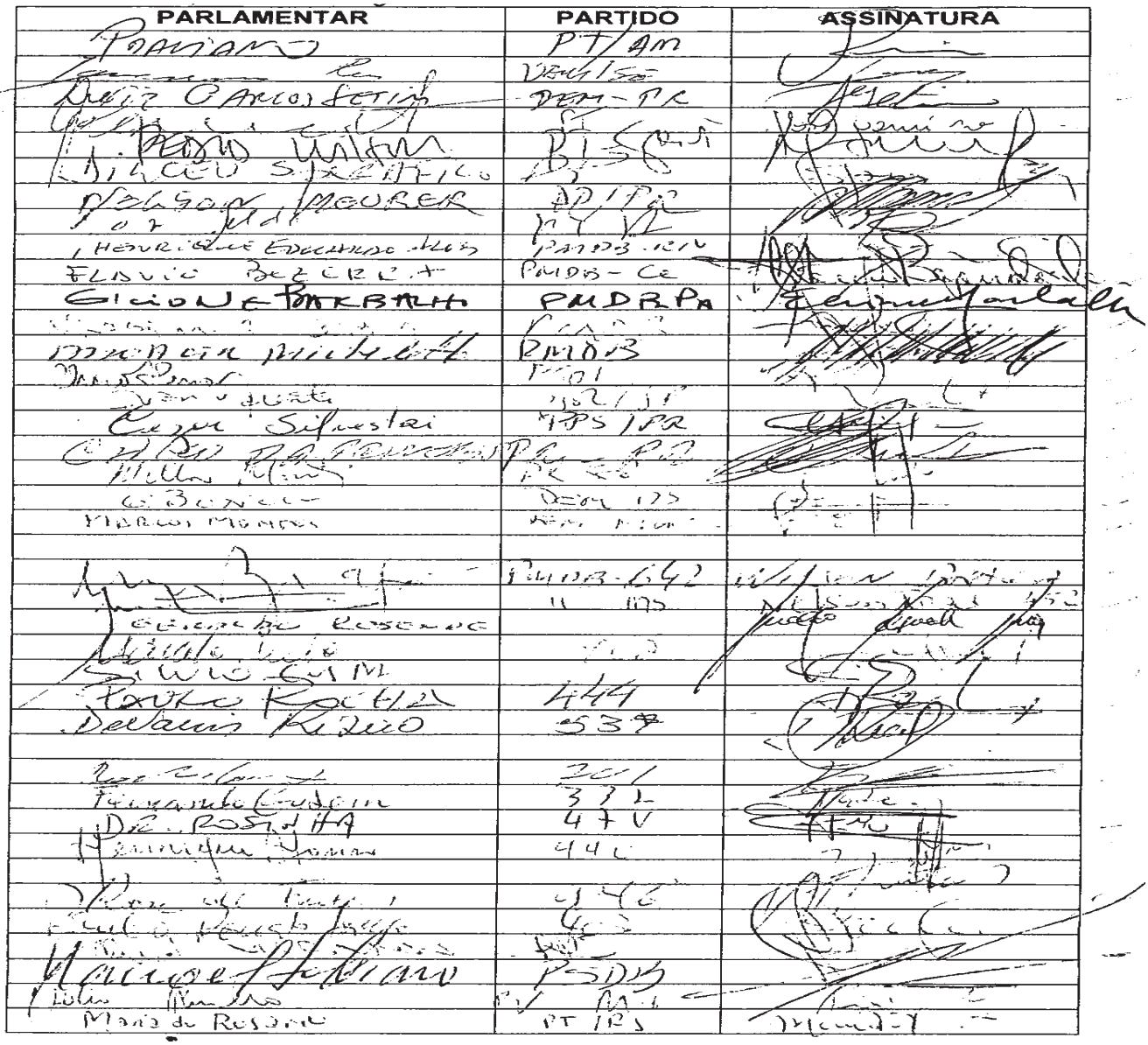
– Funcional Programática: 74101.20.846.0352.0299.0001 – Equalização de Preços nas Aquisições do Governo Federal e na Formação de Estoques Reguladores e Estratégicos – AGF (Lei nº 8.427, de 1992)

– Sequencial nº: 005868

– Valor Total: R$11.938.036,00 – GND: 3

Obs. Recursos serão destinados a viabilizar o destaque para a CONAB/Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA apresentado à ação: 22211.20.122.0352.2272.0001 – Gestão e Administração do Programa/ Nacional.

Sala das Sessões, 12 março de 2008. – Deputado **Vignatti,** PT/SC**.**



PARLAMENTAR	PARTIDO	ASSINATURA
	PT	
	PP	
	PSB-SE	
	PDT-RJ	
	PSB	
CARLOS BEZERRA		

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatoria Geral - Demonstrativo analítico das alterações da proposta Orçamentária da União para 2008 *por UO/Programa/Subtítulo* Orçamento Fiscal e Seguridade Social (em R$ 1,00)

O Func. Programática I	Seq.	Título/Subtítulo/Meta	E G R M I F S N P A U T F D E	PL 030/2007 (A)	RELAT. SETORIAL (B)	ACRÉSCIMO (C)	CANCELAMENTO (D)	SUBSTITUTIVO (E) = (B) + (C) - (D)
Unidade Orçamentária: 22211 CONAB								
Programa: 0352 Abastecimento Agroalimentar				2.755.633.971	2.755.633.971	1.974	13.908.036	2.741.727.909
20.122 0352.2272.0001 001507		Gestão e Administração do Programa/Nacional (Meta : - -/-)	1 1 1 90 0 100	86.351.386	86.351.386	0	0	86.351.386
			1 3 2 90 0 100	5.500.000	5.500.000	0	5.500.000	0
			1 4 2 90 0 100	700.000	700.000	0	420.000	280.000
			1 3 2 90 0 250	52.000.000	52.000.000	0	6.177.833	45.822.167
			1 4 2 90 0 250	3.500.000	3.500.000	0	0	3.500.000
			1 3 2 90 0 280	2.190.185	2.190.185	0	260.303	1.929.982
			1 1 1 90 0 900	129.000.000	129.000.000	0	0	129.000.000
20.122 0352.2829.0001 001509		Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns/Nacional (Meta : 80 Unidade modernizada/unidade)	1 3 2 90 0 100	500.000	500.000	0	500.000	0
			1 4 2 90 0 100	500.000	500.000	0	500.000	0
			1 3 2 90 0 250	4.000.000	4.000.000	0	400.000	3.600.000
			1 4 2 90 0 250	6.000.000	6.000.000	0	150.000	5.850.000
20.125 0352.2137.0001 001505		Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários/Nacional (Meta : 2.850 Fiscalização realizada/unidade)	1 3 2 90 0 100	2.300.000	2.300.000	0	0	2.300.000
			1 4 2 90 0 100	100.000	100.000	0	0	100.000
20.125 0352.4706.0001 001512		Vistoria de Estoques Privados e das Condições de Armazenamento/Nacional (Meta : 200.000 Estoque vistoriado/ton)	1 3 2 90 0 250	120.000	120.000	0	0	120.000
20.126 0352.4702.0001 001511		Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras/Nacional (Meta : 4.170 Unidade cadastrada/unidade)	1 3 2 90 0 250	360.000	360.000	0	0	360.000
20.128 0352.2808.0001 001508		Capacitação de Mão-de-Obra do Setor Armazenador/Nacional (Meta : 800 Pessoa capacitada/unidade)	1 3 2 90 0 250	200.000	200.000	0	0	200.000
20.131 0352.4641.0001 001510		Publicidade de Utilidade Pública/Nacional (Meta : - -/-)	1 3 2 90 0 250	200.000	200.000	0	0	200.000
20.273 0352.0110.0001 001518		Contribuição à Previdência Privada/Nacional (Meta : - -/-)	1 1 1 90 0 100	8.332.685	8.332.685	0	0	8.332.685
			1 1 1 90 0 900	12.400.000	12.400.000	0	0	12.400.000
20.301 0352.2004.0001 001499		Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes/Nacional (Meta : 20.497 Pessoa beneficiada/unidade)	2 3 2 90 0 151	7.000.000	7.000.000	0	0	7.000.000
			2 3 2 90 0 250	5.226.769	5.226.769	0	0	5.226.769
20.306 0352.2012.0001 001502		Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados/Nacional (Meta : 3.425 Servidor beneficiado/unidade)	1 3 1 90 0 100	9.527.102	9.527.102	0	0	9.527.102
			1 3 1 90 0 250	4.396.523	4.396.523	0	0	4.396.523
			1 3 1 90 0 280	1.268.397	1.268.397	0	0	1.268.397
20.331 0352.2011.0001 001501		Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados/Nacional (Meta : 3.161 Servidor beneficiado/unidade)	1 3 1 90 0 100	3.115.934	3.115.934	0	0	3.115.934
			1 3 1 90 0 250	1.057.819	1.057.819	0	0	1.057.819
			1 3 1 90 0 280	1.000.000	1.000.000	0	0	1.000.000
20.365 0352.2010.0001 001500		Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados/Nacional (Meta : 550 Criança atendida/unidade)	1 3 2 90 0 100	1.300.000	1.300.000	0	0	1.300.000
			1 3 2 90 0 250	529.204	529.204	0	0	529.204
			1 3 2 90 0 280	500.000	500.000	0	0	500.000
20.605 0352.10HG.0001 001516		Estudo das Perdas Quantitativas e Qualitativas na Pós-colheita de Grãos/Nacional (Meta : 1 Estudo realizado/unidade)	1 3 2 90 0 250	500.000	500.000	0	0	500.000
20.605 0352.12BZ.0101 001517		Conclusão da Obra da Unidade Armazenadora de Uberlândia - MG/No Município de Uberlândia - MG (Meta : 12 Obra executada/% de execução física)	1 4 2 90 0 250	3.000.000	3.000.000	0	0	3.000.000
20.605 0352.2130.0001 001503		Formação de Estoques Públicos - PGPM/Nacional (Meta : 4.925.000 Produto adquirido/ton)	1 5 0 90 0 160	2.300.000.000	2.300.000.000	0	0	2.300.000.000
20.605 0352.2133.0001 001504		Operacionalização da Comercialização de Produtos/Nacional (Meta : 27 Serviço prestado/unidade)	1 3 2 90 0 250	1.000.000	1.000.000	0	0	1.000.000
			1 3 2 90 0 280	1.000.000	1.000.000	0	0	1.000.000
20.605 0352.2138.0001 001506		Aquisição de Produtos para Comercialização/Nacional (Meta : 104.456 Produto adquirido/ton)	1 5 0 90 0 250	100.007.967	100.007.967	1.974	0	100.009.941
20.605 0352.8566.0001 001514		Incentivo à Modernização do Mercado Hortigranjeiro/Nacional (Meta : 16 Mercado modernizado/unidade)	1 3 2 90 0 250	350.000	350.000	0	0	350.000
20.605 0352.8579.0001 001515		Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar/Nacional (Meta : 7.676 Informação disponibilizada/unidade)	1 3 2 90 0 250	350.000	350.000	0	0	350.000
20.692 0352.4710.0001 001513		Organização dos Micro e Pequenos Varejistas/Nacional (Meta : 1.240 Unidade organizada/unidade)	1 3 2 90 0 250	250.000	250.000	0	0	250.000
Programa: 0360 Gestão da Política Agropecuária				2.400.000	2.400.000	0	0	2.400.000

OI: Indicador de Obra Irregular (S = SIM)
Esfera: 1-Fiscal 2-Seguridade Social 3-Inv. Estatais. IU(Identificador de Uso): 0-no país 1-Contrapartida para o BIRD 2-Contrapartida para o BID 3-Outras Contrapartidas 4-No Exterior
GND(Grupo Natureza Despesa): 1-Pessoal e Encargos Sociais 2-Juros e Encargos 3-Outras Desp. Correntes 4-Investimentos 5-Inversões Financeiras 6-Amort. da Dívida 9-Reserva de Contingência
Mod. de Aplicação: 30-Estados/DF 40-Municípios 50-Entidade Privada 90-União 99-a definir
RP(Tipo de Despesa para fins de apuração do Resultado Primário): 0-Financeira 1-Primária Obrigatória 2-Primária Discricionária 3-Projeto-Piloto de Investimentos Públicos - PPI

Autor (Cod)	Autor	Emenda	Emenda (Tipo)	UO	Funcional	Ação	PL	Ciclo Setorial	Ciclo Geral
MENSAGEM EXECUTIVO	MENSAGEM EXECUTIVO	MENSAGEM	NÃO APLICÁVEL	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB	20.122.0352.2272.0001	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA	279.241.571	279.241.571	
8100	RELATOR GERAL	81000149	APROPRIAÇÃO	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB	20.122.0352.2272.0001	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA	0	0	-420.000
8100	RELATOR GERAL	81000150	APROPRIAÇÃO	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB	20.122.0352.2272.0001	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA	0	0	-6.438.036
8100	RELATOR GERAL	81000152	APROPRIAÇÃO	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB	20.122.0352.2272.0001	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA	0	0	-5.500.000
						TOTAL DE CANCELAMENTOS			-12.358.036

REQUERIMENTO Nº 27 DE 2008-CN

Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado, de REMANEJAMENTO entre emendas da Bancada do Estado de Minas Gerais, conforme abaixo:

Emenda a ter seu valor ACRESCIDO:						
EMENDA	***UO***	***DESCRIÇÃO***	***MOD***	***GND***	***FTE***	***VALOR***
71140001	26282 – Fund. Univ. Federal de Viçosa	**12.364.1073.4009.0031** - Funcionamento de Cursos de Graduação – No Estado de Minas Gerais	90	4	100	R$ 2.000.000,00
Emenda a ter seu valor REDUZIDO:						
EMENDA	**UO**	**DESCRIÇÃO**	**MOD**	**GND**	**FTE**	**VALOR**
71140004	54101 - Ministério do Turismo	**23.695.1166.10V0.0824** - Apoio a Infra-Estrutura turística/Na Região Metropolitana de Belo Horizonte	40	4	100	R$ 2.000.000,00

JUSTIFICATIVA

O presente requerimento pretende remanejar recursos para atendimento de programas na Fundação Universidade Federal de Viçosa.

Sala das Sessões, **12 de março de 2008.**

VIRGÍLIO GUIMARÃES
Coordenador da Bancada de Minas Gerais

Nome	Gab.	Assinatura
AELTON FREITAS	204	
SÉRGIO TORRES	536	
MANOEL JUNIOR	601	
MUSSA DEMEL	712	
RODRIGO ROCHA LOURES	468	
JOÃO MAGALHÃES	411	
DEVANIR RIBEIRO	537	
[illegible]	512	
[illegible]	952	
GILMAR MACHADO	212	
MIGUEL CORREIA	217	
WALTER PINHEIRO	274	
COLBERT MARTINS	719	
Marcio Reinaldo	819	
[illegible]		
ANTONIO ANDRADE	383	
FERNANDO COELHO	272	
[illegible]		
NÓ MORAES	322	
GERALDO RESENDE		
CHICO DA PRINCESA	633	
PAULO ROCHA	444	
NARCISIO	372	

Nome	Gab.	Assinatura
JULIO DELGADO		
EDINHO BEZ		
Paulo Kuhlmann		Paulo Rubem
Odair Cunha	825	Jorginho Fontes
Tiririca	760	Tiririca
Jorge	504	JORGE
Leo Fernandes	814	
CARLITO MERSS	273	
NILSON MOURA		
* FLÁVIO ARNS		
*		(JOAO RIBEIRO)
*		(SÉRGIO ZAMBIASI)
* Via Diana		Via Diana
* Sen Jefferson		
* Augusto Botelho		
* Sibá Machado		Sibá Machado
DOMINGOS DUTRA		
B. Saí		
WELLINGTON ROBERTO		
CARLOS SANTANA	256	
VIGNATTI	313	
	969	

Nome	Gab.	Assinatura
[illegible]	427	
Antonio Bascaia	232	
[illegible]		
W. MOURA		
	326	
[illegible]	731	
PAULO H. LUZIA	945	
FLÁVIO BEZERRA	264	
GIVALDO CARIMBÃO	73	
MOISES AVELINO	314	
JOÃO OLIVEIRA	475	
MARIA DO ROSÁRIO	312	
PAULO PIMENTA	552	
EDUARDO SEABRA		
[illegible]		
[illegible]		
[illegible]	455	

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

AUTOR DA EMENDA

7114 - Bancada de Minas Gerais

EMENDA

71140001

MODALIDADE DA EMENDA
Bancada Estadual

TIPO DE EMENDA
Apropriação - Inclusão

ÁREA DE GOVERNO
Educação

MODALIDADE DE INTERVENÇÃO
990 Atipica / Outras

TIPO DE REALIZAÇÃO PRETENDIDA
500 *Atípico (não previsto na geratriz)

LOCALIDADE BENEFICIADA
3100000 - Minas Gerais

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE
Fundação Universidade de Viçosa

ESFERA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento da Seguridade Social

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA
Fund. Univ. Fed. de Viçosa

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO
98.998.1073.9999
Infra-estrutura para inovação tecnológica
Infra-estrutura para inovação tecnológica e - Fundação Universidade de Viçosa - No Estado de Minas Gerais

ESPECIFICAÇÃO DA META
Infra-estrutura apoiada(unidade)

QUANTIDADE
10

AÇÃO ATÍPICA

AÇÃO
Ação Atípica

OBJETIVO
Atender à população da região de Viçosa com ensino superior público e de qualidade.

FINALIDADE
Expansão do ensino público superior

ESPECIFICAÇÃO DA META
Infra-estrutura apoiada(unidade)

TIPO DA AÇÃO
Projeto

INÍCIO DA AÇÃO
01/2008

TÉRMINO DA AÇÃO
12/2008

CUSTO TOTAL (R$)
200.000.000

META TOTAL
10

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R$ 1,00)

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
3 Outras Despesas Correntes	90 Aplic. Diretas	2	50.000.000
4 Investimentos	90 Aplic. Diretas	2	150.000.000
		TOTAL	200.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
020000	100	9 Reserva de Contingência	99 A Definir	0	2	200.000.000
				TOTAL		200.000.000

JUSTIFICATIVA

Esta emenda objetiva possibilitar às Instituições Federais de Ensino Superior melhores condições para desenvolvimento das atividades acadêmicas, considerando aqs demandas sócio-econômicas do país, com vistas às necessidades de formação profissional, desenvolvimento científico e inovação tecnólogica.

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

AUTOR DA EMENDA

7114 - Bancada de Minas Gerais

EMENDA

71140004

MODALIDADE DA EMENDA
Bancada Estadual

TIPO DE EMENDA
Apropriação - Inclusão

ÁREA DE GOVERNO
Turismo

MODALIDADE DE INTERVENÇÃO
006 Apoio a Projetos

TIPO DE REALIZAÇÃO PRETENDIDA
364 Infra-Estrutura Turística

LOCALIDADE BENEFICIADA
3100000 - Minas Gerais

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE
Na Região Metropolitana de Belo Horizonte

ESFERA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA
M. do Turismo

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO
23.695.1166.10V0
Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística
Na Região Metropolitana de Belo Horizonte - No Estado de Minas Gerais

ESPECIFICAÇÃO DA META
Projeto realizado(unidade)

QUANTIDADE
35

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R$ 1,00)

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
4 Investimentos	40 Transf. a Municípios	2	150.000.000
	TOTAL		150.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
020000	100	9 Reserva de Contingência	99 A Definir	0	2	150.000.000
			TOTAL			150.000.000

JUSTIFICATIVA
Esta emenda visa atender demandas de projetos de infra-estrutura turística.

REQUERIMENTO Nº 28, DE 2008-CN

Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado, do remanejamento entre emendas da Bancada do Estado de Minas Gerais, conforme abaixo:

Emenda a ter seu valor ACRESCIDO:

EMENDA	*UO*	*AÇÃO*	*MOD*	*FTE*	*VALOR*
35820010	36901 – Fundo Nacional de Saúde	**10.302.1220.8535.0031** - Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Especializada de Saúde – No Estado de Minas Gerais	99	100	R$ 200.000,00

Emenda a ter seu valor REDUZIDO:

EMENDA	UO	AÇÃO	MOD	FONTE	VALOR
35820009	36901 – Fundo Nacional de Saúde	**10.301.1214.8581.0042** - Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde – No Estado de Minas Gerais	40	100	R$ 200.000,00

JUSTIFICATIVA

O presente requerimento pretende remanejar dotação entre emendas de autoria do Deputado Virgílio Guimarães.

Sala das sessões, **12 de março de 2008.**

VIRGÍLIO GUIMARÃES
Coordenador da Bancada de Minas Gerais

Nome	Gab.	Assinatura
AÉCIO NEVES	204	
MANUEL JÚDICE	601	
MUSSA DEMEL	712	
RODRIGO ROCHA LOURES	468	
JOSÉ MENTOR	211	
NEWTON CARDOSO	531	
DUARTE NOGUEIRA	582	
JOÃO BITTAR	952	
GILMAR MACHADO	262	
MIGUEL CORREIA	627	
WALTER PINHEIRO	274	
COLBERT MARTINS	715	
Marcio Reinaldo	519	
Paulo Henrique Lustosa	460	
EMÍLIO ANDRADE	383	
Paulo Pim	617	
Vitor Paulo		
JÔ MORAES	322	
GERALDO RESENDE		
CHICO DA PRINCESA	633	
PAULO ROCHA	424	
TARCÍSIO	372	
JULIO DELGADO		

Nome	Gab.	Assinatura
EDINHO BEZ		
PAULO RUBEM		
[illegible]	520	
[illegible]	260	
[illegible]	504	JOVAIR
[illegible]	814	
CARLITO MERSS	273	
DANIEL ALMEIDA		
NILSON MOURÃO		
* Flávio [illegible]		(Flávio
* [illegible]		(JOÃO RIBEIRO
* [illegible]		(SÉRGIO CAMARGO
* [illegible]		
* Sen Valadares		
* Augusto Botelho		
* Biba Machado		Biba Machado
DOMINGOS DUTRA		
B. Sá		
WELLINGTON ROBERTO		
[illegible]	286	
VIGNATTI	313	
[illegible]	269	

Nome	Gab.	Assinatura
J. Ferro	427	
Antonio Biscaia	282	
[illegible]		
W. MUKA		
	726	Leonardo Alcantara
ANIBAL GOMES	731	
PAULO H. LUSTOSA	945	
FLÁVIO BEZERRA	267	
GIVALDO CARIMBÃO	732	
HOLISSA ACCIOLY	346	
João Oliveira	475	
MARIA DO ROSÁRIO	312	
PAULO PIMENTA	572	
EDUARDO SCIARRA		
EC Gerardo		
José Lucena		
EDUARDO VALVERDE	431	

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

AUTOR DA EMENDA

3582 - Virgílio Guimarães

EMENDA

35820009

MODALIDADE DA EMENDA
Individual

TIPO DE EMENDA
Apropriação - Inclusão

ÁREA DE GOVERNO
Saúde

MODALIDADE DE INTERVENÇÃO
002 Postos / Centros de Saúde / Unidades de Saúde da Família

TIPO DE REALIZAÇÃO PRETENDIDA
552 Implantação/Aparelham/Adequação Unid Saúde/ Aquis Unid Móvel

LOCALIDADE BENEFICIADA
3100000 - Minas Gerais

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento da Seguridade Social

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA
Fundo Nacional de Saúde

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO
10.301.1214.8581
Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde
No Estado de Minas Gerais

ESPECIFICAÇÃO DA META
Serviço estruturado(unidade)

QUANTIDADE
8

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R$ 1,00)

GND		MOD. APLICAÇÃO		RP	Valor Acrescido
3	Outras Despesas Correntes	40	Transf. a Municípios	2	200.000
4	Investimentos	40	Transf. a Municípios	2	500.000
			TOTAL		700.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND		MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
020000	100	9	Reserva de Contingência	99 A Definir	0	2	700.000
				TOTAL			700.000

TIPO DA SUBVENÇÃO
Público

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa atender as demandas para reforma, ampliação, construção e compra de equipamentos para postos de saúde e unidades do saúde da família, nos municípios do Estado de Minas Gerais.

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

AUTOR DA EMENDA

3582 - Virgílio Guimarães

EMENDA

35820010

MODALIDADE DA EMENDA
Individual

TIPO DE EMENDA
Apropriação - Inclusão

ÁREA DE GOVERNO
Saúde

MODALIDADE DE INTERVENÇÃO
003 Hospitais, Policlínicas, Unidades de Atenção Especializada

TIPO DE REALIZAÇÃO PRETENDIDA
552 Implantação/Aparelham/Adequação Unid Saúde/ Aquis Unid Móvel

LOCALIDADE BENEFICIADA
3100000 - Minas Gerais

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento da Seguridade Social

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA
Fundo Nacional de Saúde

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO
10.302.1220.8535
Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde
No Estado de Minas Gerais

ESPECIFICAÇÃO DA META
Unidade estruturada(unidade)

QUANTIDADE
10

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R$ 1,00)

GND		MOD. APLICAÇÃO		RP	Valor Acrescido
3	Outras Despesas Correntes	99	A Definir	2	200.000
4	Investimentos	99	A Definir	2	400.000
			TOTAL		600.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND		MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
020000	100	9	Reserva de Contingência	99 A Definir	0	2	600.000
				TOTAL			600.000

TIPO DA SUBVENÇÃO
Público

JUSTIFICATIVA

Esta emenda tem o objetivo de atender instituições públicas e instituições filantrópicas para ampliação, construção, reforma e compra de equipamentos, com a finalidade de melhorar as condições de saúde de população mineira.

REQUERIMENTO Nº 29, DE 2008-CN

Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado, do remanejamento entre emendas da Bancada do Estado de Minas Gerais, conforme abaixo:

Emenda a ter seu valor ACRESCIDO:						
EMENDA	***UO***	***AÇÃO***	***MOD***	***FTE***	***GND***	***VALOR***
35820010	36901 – Fundo Nacional de Saúde	**10.302.1220.8535.0031** - Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Especializada de Saúde – No Estado de Minas Gerais	**50**	100	3	R$ 400.000,00
Emenda a ter seu valor REDUZIDO:						
EMENDA	**UO**	**AÇÃO**	**MOD**	**FTE**	**GND**	**VALOR**
35820010	36901 – Fundo Nacional de Saúde	**10.302.1220.8535.0031** - Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Especializada de Saúde – No Estado de Minas Gerais	99	100	3	R$ 400.000,00

JUSTIFICATIVA

O presente requerimento pretende alterar modalidade de aplicação da emenda de autoria do Deputado Virgílio Guimarães.

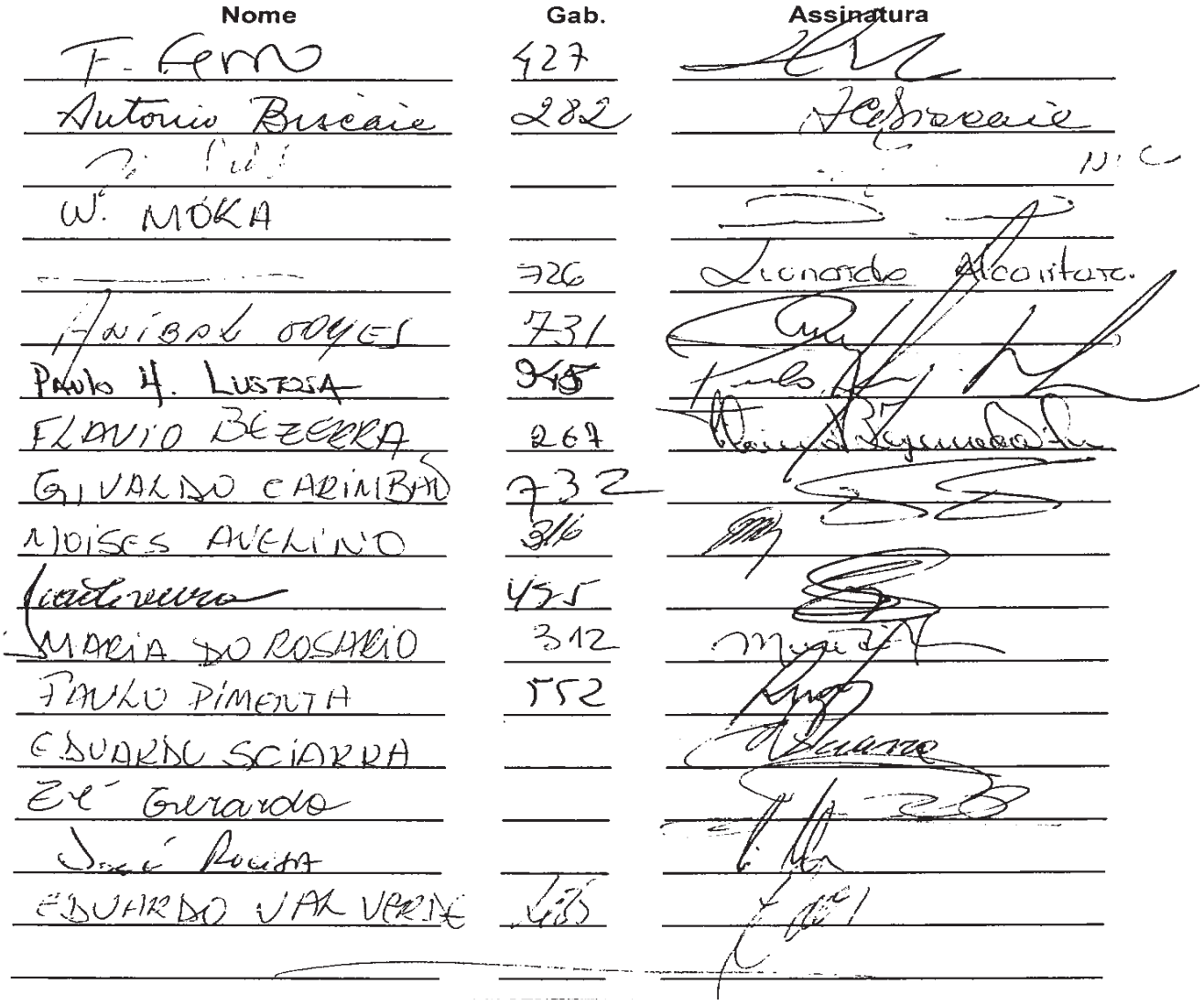
Informo que, atendendo o disposto no art. 50 da Resolução 01/2006 – CMO, as entidades que serão beneficiárias dos recursos são: **HOSPITAL IMACULADA CONCEIÇÃO**, CNPJ n° 16.881.161/0001-71, situada na Avenida Timbiras n° 590, Bairro Tibira - Curvelo/MG - Cep 37590 000, cuja Diretora-Presidente é a Sra. MÁRCIA SIMÕES DA ROCHA, CPF 181.319.566-87 e Carteira de Identidade n° M 680.605/SSP/MG, no valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) e **IRMANDADE SANTO ANTÔNIO DO CURVELO**, CNPJ n° 19.989.904/0001-10, situada na Praça Dr. Márcio de Carvalho Lopes Filho, n° 501 – Centro, cujo provedor é o Sr. ANTÔNIO AUGUSTO ROCHA FIUZA, CPF 006.148.036-53 e Carteira de Identidade n° M 536.381/SSP/MG, no valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

Sala das sessões, **12 de março de 2008.**

VIRGÍLIO GUIMARÃES
Coordenador da Bancada de Minas Gerais

Nome	Gab.	Assinatura
AELTON FREITAS	204	
MANUEL JUNIOR	601	
MUSSA DEMES	712	
RODRIGO ROCHA LOURES	468	
JOSÉ MACHADO	211	
PEDRO NOVAIS	537	
[illegible]	582	
[illegible]	952	
GILMAR MACHADO	262	
MIGUEL CORREIA	627	
WALTER PINHEIRO	274	
COLBERT MARTINS	715	
Marcelo Guimarães	819	
Vanderlei Macris	460	
ANTONIO ANDRADE	383	
PAULO PIM	614	
[illegible]		
[illegible]	322	
GERALDO RESENDE	904	
CHICO DA PRINCESA	433	
PAULO ROCHA	444	
TARCISIO	372	
JULIO DELGADO		

Nome	Gab.	Assinatura
CUNHA BEE		
Paulo Pitem		
Jorge Fontes	827	
	260	
	804	
	814	
	223	
NILSON MOURÃO		
* Flávio Arns		Senador
*		(João Pedro)
*		(Sérgio Zambiasi)
* Tião Viana		
* Jefferson Peres		
* Augusto Botelho		
* Sibá Machado		
DOMINGOS DUTRA		
B. Sá		
WELLINGTON SALGADO		
RODRIGO ROLLEMBERG		
Carlos Santana	216	
	313	
	269	



REQUERIMENTO Nº 30, DE 2008-CN

Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado, da Funcional Programática nº 26.782.1458.1130.0031, para correção do descritor da ação, conforme abaixo:

Onde se lê:

> Construção de Viaduto Rodoviário – no Município de Vila Rica – na BR-040 – no Estado de Minas Gerais

Leia-se:

> Construção de Viaduto Rodoviário – na Divisa dos Municípios de Itabirito e Ouro Preto – na BR-040 – no Estado de Minas Gerais

Justificatição

A obra em questão é de responsabilidade do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT, era chamada, antes do novo traçado, de "Viaduto das Almas", por causa do grande número de acidentes fatais ocorridos no local.

Faz parte de um dos principais eixos rodoviários do País, permitindo a ligação da capital mineira com a capital do Rio de Janeiro, com tráfego médio de 12 mil veículos/dia. A obra foi iniciada em 2006, e já foram executados 90% das obras. A expectativa é que as obras sejam concluídas em 2008, mas só será possível a execução dos recursos alocados se for feita a correção da localização no referido descritor, tendo em vista não existir município de Vila Rica, sendo este o nome do Viaduto.

Sala das Sessões, 12 de março de 2008. – **Virgílio Guimarães**, Coordenador da Bancada de Minas Gerais.

Nome	Gab.	Assinatura
AÉCIO NEVES	204	
SÍLVIO TORRES	536	
MANOEL JUNIOR	601	
MOISÉS GOMES	717	
ROCHA LOURES	468	
JOÃO MAGALHÃES	211	
DEVANIR RIBEIRO	587	
DIOGO NUNES	582	
[illegible]	952	
GILMAR MACHADO	262	
MIGUEL CORREA	627	
WALTER PINHEIRO	274	
COLBERT MARTINS	315	
Marcio Reinaldo	819	
Paulo Abi-ackel	460	
Inocêncio Andrade	389	
Paulo Lima	617	
[illegible]		
Hélio Moraes	322	
GERALDO RESENDE		
CHICO DA PRINCESA	633	
PAULO ROCHA	444	
TARCÍSIO	372	

Nome	Gab.	Assinatura
JULIO DELGADO		
EDINHO BEZ		
Silvio [illegible]		
Paulo Piau		
Rogerio Fontenele	825	
[illegible]	220	
[illegible]	504	JOVAIR
PEDRO FERNANDES	614	
ARNALDO MELO	273	
PEDRO NOVAIS		
NILSON MOURÃO	376	
* FLÁVIO ARNS		
* [illegible]		JOAQUIM [illegible]
* [illegible]		[illegible] EDIO EDMILSON
* Vic Viana		Vic Viana
* Sen Valadares		
* Augusto Botelho		
* Sibá Machado		Sibá Machado
DOMINGOS DUTRA		
B. Sá		
WELLINGTON FAGUNDES		
Carlos Santana	286	
VIGNATTI	313	

Nome	Gab.	Assinatura
	269	
	427	
Antonio Brasil	222	
W. MOKA		
	720	
	731	
Paulo H. Lustosa	945	
FLAVIO BEZERRA	264	
GIVALDO CARIMBÃO	43	
MOISES AVELINO	216	
JOAO OLIVEIRA	478	
MARIA DO ROSARIO	312	
PAULO PIMENTA	552	
EDUARDO SCIARRA		
ZE GERALDO		
JOSE ROCHA		
	45	

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatoria Geral - Demonstrativo analítico das alterações da proposta Orçamentária da União para 2008 *por UO/Programa/Subtítulo* Orçamento Fiscal e Seguridade Social (em R$ 1,00)

O Func. Programática	Seq.	Título/Subtítulo/Meta	EG SN FD	R P	M A	I U	F T E	PL 030/2007 (A)	RELAT. SETORIAL (B)	ACRÉSCIMO (C)	CANCELAMENTO (D)	SUBSTITUTIVO (E) = (B) + (C) - (D)
Unidade Orçamentária:		**39252 DNIT**										
26.782 1458.1230.0031	003481	Construção de Viaduto Rodoviário - no Município de Vila Rica - na BR-040 - no Estado de Minas Gerais/No Estado de Minas Gerais(Meta : 31 Obra executada/% de execução física)	1	4 2	91	0	111	5.000.000				
26.782 1458.113Q.0031	003482	Construção de Trecho Rodoviário - Santana dos Patos - Entroncamento BR-452 (Araxá) - na BR-146 - no Estado de Minas Gerais/No Estado de Minas Gerais(Meta : 6 Trecho pavimentado/km)	1	4 2	90	0	111	10.000.000	6.000.000	0	600.000	5.400.000
26.782 1458.113R.0031	003483	Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento MG-181 (Roqueirão) - Entroncamento MG-188 (Cangalha) - na BR-251 - no Estado de Minas Gerais/No Estado de Minas Gerais(Meta : 3 Trecho pavimentado/km)	1	4 2	90	0	111	5.000.000	3.000.000	0	0	3.000.000
26.782 1458.113S.0031	003484	Construção de Trecho Rodoviário - Divisa BA/MG - Minas Novas - na BR-367 - no Estado de Minas Gerais/No Estado de Minas Gerais(Meta : 2 Trecho pavimentado/km)	1	4 2	90	0	111	3.000.000	1.800.000	0	0	1.800.000
26.782 1458.12ER.0032	003486	Adequação de Contorno Rodoviário - no Município de Vitória - na BR-101 - no Estado do Espírito Santo/No Estado do Espírito Santo(Meta : 12 Trecho adequado/km)	1	4 3	90	0	111	25.000.000	23.250.000	0	0	23.250.000
			1	4 3	90	0	900	25.000.000	23.250.000	0	0	23.250.000
26.782 1458.1304.0031	003487	Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa MG/SP - Divisa MG/GO - na BR-050 - no Estado de Minas Gerais/No Estado de Minas Gerais(Meta : 35 Trecho adequado/km)	1	4 3	90	0	111	52.500.000	43.575.000	0	0	43.575.000
			1	4 3	90	0	900	52.500.000	43.575.000	0	0	43.575.000
26.782 1458.200R.0052	003410	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-040 - no Estado de Goiás/No Estado de Goiás(Meta : 21 Trecho mantido/km)	1	4 3	90	0	111	2.140.000	1.990.200	0	0	1.990.200
			1	4 3	90	0	900	2.140.000	1.990.200	0	0	1.990.200
S 26.782 1458.200T.0032	003411	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-101 - no Estado do Espírito Santo/No Estado do Espírito Santo(Meta : 458.612 Trecho mantido/km)	2	4 2	90	0	100	0	10.000.000	-10.000.000	0	0
			1	4 3	90	0	100	0	0	15.000.000	0	15.000.000
			1	4 3	90	0	111	21.172.000	19.689.960	0	0	19.689.960
			1	4 3	90	0	900	21.172.000	19.689.960	0	0	19.689.960
26.782 1458.200W.0052	003412	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-020 - no Estado de Goiás/No Estado de Goiás(Meta : 47 Trecho mantido/km)	1	4 3	90	0	111	4.695.000	4.366.350	0	0	4.366.350
			1	4 3	90	0	900	4.695.000	4.366.350	0	0	4.366.350
26.782 1458.201D.0033	003413	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-493 - no Estado do Rio de Janeiro/No Estado do Rio de Janeiro(Meta : 49 Trecho mantido/km)	1	4 3	90	0	111	4.900.000	4.557.000	0	0	4.557.000
			1	4 3	90	0	900	4.900.000	4.557.000	0	0	4.557.000
26.782 1458.201I.0053	003414	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-251 - no Distrito Federal/No Distrito Federal(Meta : 21 Trecho mantido/km)	1	4 3	90	0	111	2.055.000	1.911.150	0	0	1.911.150
			1	4 3	90	0	900	2.055.000	1.911.150	0	0	1.911.150
26.782 1458.201J.0031	003415	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-040 - no Estado de Minas Gerais/No Estado de Minas Gerais(Meta : 261 Trecho mantido/km)	1	4 3	90	0	111	26.145.000	21.700.350	0	0	21.700.350
			1	4 3	90	0	900	26.145.000	21.700.350	0	0	21.700.350
26.782 1458.201L.0031	003416	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-050 - no Estado de Minas Gerais/No Estado de Minas Gerais(Meta : 15 Trecho mantido/km)	1	4 3	90	0	111	1.475.000	1.224.250	0	0	1.224.250
			1	4 3	90	0	900	1.475.000	1.224.250	0	0	1.224.250
26.782 1458.201O.0031	003417	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-116 - no Estado de Minas Gerais/No Estado de Minas Gerais(Meta : 161 Trecho mantido/km)	1	4 3	90	0	111	16.115.000	13.375.450	0	0	13.375.450
			1	4 3	90	0	900	16.115.000	13.375.450	0	0	13.375.450
26.782 1458.201S.0031	003418	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-153 - no Estado de Minas Gerais/No Estado de Minas Gerais(Meta : 226 Trecho mantido/km)	1	4 2	90	0	100	0	0	278.125	0	278.125
			1	4 3	90	0	111	22.575.000	18.737.250	0	0	18.737.250
			1	4 3	90	0	900	22.575.000	18.737.250	0	5.000.000	13.737.250
26.782 1458.202K.0031	003419	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-251 - no Estado de Minas Gerais/No Estado de Minas Gerais(Meta : 168 Trecho mantido/km)	1	4 3	90	0	111	16.825.000	13.964.750	0	0	13.964.750
			1	4 3	90	0	900	16.825.000	13.964.750	0	0	13.964.750
S 26.782 1458.202M.0032	003420	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-262 - no Estado do Espírito Santo/No Estado do Espírito Santo(Meta : 78 Trecho mantido/km)	1	4 3	90	0	111	7.750.000	7.207.500	0	0	7.207.500
			1	4 3	90	0	900	7.750.000	7.207.500	0	0	7.207.500
26.782 1458.202N.0031	003421	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-262 - no Estado de Minas Gerais/No Estado de Minas Gerais(Meta : 174 Trecho mantido/km)	1	4 3	90	0	111	17.355.000	14.404.650	0	0	14.404.650
			1	4 3	90	0	900	17.355.000	14.404.650	0	0	14.404.650
26.782 1458.203E.0031	003422	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-365 - no Estado de Minas Gerais/No Estado de Minas Gerais(Meta : 146 Trecho mantido/km)	1	4 3	90	0	111	14.645.000	12.155.350	0	0	12.155.350
			1	4 3	90	0	900	14.645.000	12.155.350	0	0	12.155.350
26.782 1458.204B.0053	003423	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-020 - no	1	4 3	90	0	111	2.500.000	2.325.000	0	0	2.325.000

OI: Indicador de Obra Irregular (S = SIM)

Esfera: 1-Fiscal 2-Seguridade Social 3-Inv. Estatais. IUtIdentificador de Uso): 0-no país 1-Contrapartida para o BIRD 2-Contrapartida para o BID 3-Outras Contrapartidas 4-No Exterior

GND(Grupo Natureza Despesa): 1-Pessoal e Encargos Sociais 2-Juros e Encargos 3-Outras Desp. Correntes 4-Investimentos 5-Inversões Financeiras 6-Amort. da Dívida 9-Reserva de Contingência

Mod. de Aplicação: 30-Estados/DF 40-Municípios 50-Entidade Privada 90-União 99-a definir

RP(Tipo de Despesa para fins de apuração do Resultado Primário): 0-Financeira 1-Primária Obrigatória 2-Primária Discricionária 3-Projeto-Piloto de Investimentos Públicos - PPI

REQUERIMENTO Nº 31, DE 2008

(Do Sr. Geraldo Resende)

Solicita o destaque da emenda nº 71130002, ao Projeto de Lei nº 30, de 2007-CN, PLOA – 2008.

Senhor Presidente,

Requeiro à Vossa Excelência, com base no artigo 161, inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e no artigo 132 da Resolução nº 1, de 2006-CN, que se digne a determinar a votação em separado da Emenda nº 71130002, apresentada pela Bancada de Mato Grosso do Sul, frente ao Projeto de Lei nº 30, de 2007-CN, PLOA – 2008.

O presente requerimento se justifica uma vez que o relatório aprovado pela CMO acolheu apenas parcialmente a emenda acima citada, sendo que o artigo 132 da Resolução nº 1, de 2006-CN, dispõe que o parecer da Comissão Mista de Orçamento sobre emenda será conclusivo e final, salvo requerimento para que a emenda seja submetida a votos, assinado por 1/10 (um décimo) dos congressistas, apresentado à Mesa do Congresso Nacional até o dia anterior ao estabelecido para a discussão da matéria no Plenário do Congresso Nacional.

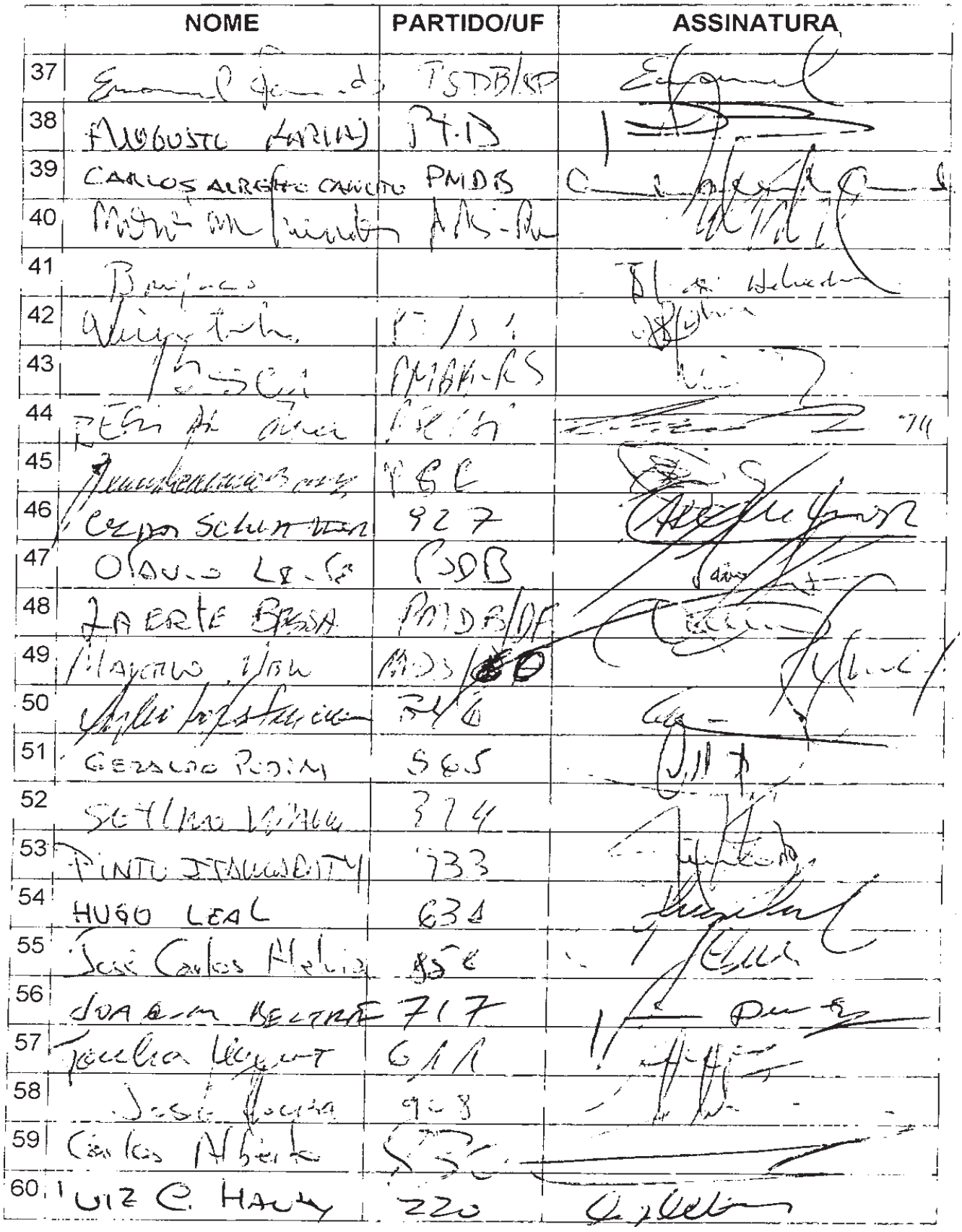
Sala das Sessões, 12 de março de 2008. – **Geraldo Resende**, Deputado Federal PMDB/MS.

GERALDO RESENDE

Deputado Federal PMDB/MS

	NOME	PARTIDO/UF	ASSINATURA
01	[illegible]	PDT-MS	
02	VIEIRA DA CUNHA	PDT-RS	
03	ARNALDO MADEIRA	PDT-RJ	
04	GIOVANNI QUEIROZ	PDT-PA	
05	Mauato	PDT	
06	BETO FARO	PT/PA	
07	JULIO DELGADO	PSB/MG	
08	WALDEMIR MOKA	PMDB/MS	
09	Mauricio RANDS	PT	
10	INOCÊNCIO OLIVEIRA	PR-PE	
11	[illegible]	[illegible]	
12	[illegible]	[illegible]	

	NOME	PARTIDO/UF	ASSINATURA
13	ANDREIA ZITO	PSDB-RJ	
14	RONALDO CAIADO	DEM-GO	
15	ASSUMO	PT/AP	
16		PP-SC	
17		PSC	
18		PDT	
19		PC do B	
20		PTB/SP	
21		PPS/PR	
22	MARCELO ALMEIDA	PMDB/PR	
23		PV/SP	
24		PT/MA	
25		PTB/SP	
26		PMDB-GO	
27	GILVALDO JARIWALA	PSB AL	
28		PR-RJ	
29		PDT-RJ	
30		PDT-BA	
31		PMDB-BA	
32			
33		PSDB	
34		PMDB	
35			
36		PPS	



	NOME	PARTIDO/UF	ASSINATURA
37		PSDB/SP	
38	AUGUSTO FARIAS	PTB	
39	CARLOS ALBERTO CAMPISTA	PMDB	
40		PMDB-RJ	
41			
42		PT/SP	
43		PMDB-RS	
44		PT/BA	
45		PSC	
46		927	
47		PSDB	
48		PMDB/DF	
49		PDT/GO	
50		246	
51		565	
52		374	
53		733	
54	HUGO LEAL	634	
55		565	
56		717	
57		611	
58		913	
59		PSC	
60	LUIZ C. HAULY	220	

	NOME	PARTIDO/UF	ASSINATURA
61			
62			
63			
64			
65			
66			
67			
68			
69			
70			

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatoria Geral - Proposta Orçamentária da União para 2008 - EMENDAS COLETIVAS À DESPESA APROVADAS

em R$ 1,00

EMENDA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	SUBTÍTULO	ESF	FNT	GND	M.A.	R.P.	APROVADO Rel. Setorial	ADEQUAÇÃO Rel. Geral (inclui adendos setoriais)	VALOR FINAL
71120013	22101 M. Ag., Pec. e Abastecimento	20.605.6003.7H17.0570	Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário / Aquisição de Patrulha Mecanizada - No Estado do Mato Grosso	1	100	4	30	2	5.000.000	7.078.222	12.078.222
									5.000.000	**7.078.222**	**12.078.222**
71120014	39252 DNIT	26.782.1456.7M76.0056	Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa MS/MT - Divisa MT/PA - na BR-163 - No Estado do Mato Grosso / No Estado do Mato Grosso	1	100	4	90	3	0	18.776.548	18.776.548
				1	111	4	90	3	21.223.452	0	21.223.452
				1	900	4	90	3	18.776.548	-18.776.548	0
									40.000.000	**0**	**40.000.000**
71120015	53101 M. da Integração Nacional	19.691.1430.8902.0104	Promoção de Investimentos em Infra-Estrutura Econômica / Cuiabá - No Estado do Mato Grosso	1	100	4	30	2	8.000.000	4.078.223	12.078.223
									8.000.000	**4.078.223**	**12.078.223**
71120016	53101 M. da Integração Nacional	19.691.1430.8902.0104	Promoção de Investimentos em Infra-Estrutura Econômica / Cuiabá - No Estado do Mato Grosso	1	100	4	40	2	8.000.000	-8.000.000	0
									8.000.000	**-8.000.000**	**0**
71120016	53101 M. da Integração Nacional	19.691.1430.8902.0116	Promoção de Investimentos em Infra-Estrutura Econômica / Aquisição de Equipamentos de Infra-Estrutura Econômica - Cuiabá - MT	1	100	4	30	2	0	12.078.223	12.078.223
									0	**12.078.223**	**12.078.223**
71120017	39252 DNIT	26.782.1457.7M77.0056	Construção de Trecho Rodoviário - Trecho Divisa GO/MT - Divisa MT/RO - na BR-364 - No Estado do Mato Grosso / No Estado do Mato Grosso	1	100	4	90	2	9.000.000	-9.000.000	0
				1	100	4	90	3	0	9.000.000	9.000.000
									9.000.000	**0**	**9.000.000**
TOTAL DO AUTOR									**225.812.500**	**37.625.778**	**263.438.278**
AUTOR: Bancada do Mato Grosso Sul			**S/PARTIDO**								
71130001	53101 M. da Integração Nacional	19.691.1430.8902.0108	Promoção de Investimentos em Infra-Estrutura Econômica / Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio Taquari - Coxim - No Estado do Mato Grosso do Sul	1	100	4	71	2	9.000.000	2.252.937	11.252.937
									9.000.000	**2.252.937**	**11.252.937**
71130002	39252 DNIT	26.782.1461.7M78.0056	Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-163 - Alcinópolis - na BR-359 - No Estado do Mato Grosso do Sul / No Estado do Mato Grosso do Sul	1	100	4	90	2	10.000.000	2.252.933	12.252.933
									10.000.000	**2.252.933**	**12.252.933**
71130003	53101 M. da Integração Nacional	19.691.1430.8902.0110	Promoção de Investimentos em Infra-Estrutura Econômica / Campo Grande - MS	1	100	4	90	2	9.000.000	2.252.933	11.252.933
									9.000.000	**2.252.933**	**11.252.933**
71130004	56101 M. das Cidades	15.451.6001.7K95.0056	Implantação ou Melhoria de Obras de Infra-estrutura Urbana em Dourados - MS / Obras de Infra-estrutura Urbana - Dourados - MS	1	100	4	30	2	7.300.000	7.252.933	14.552.933
				1	900	4	30	2	5.000.000	-5.000.000	0
									12.300.000	**2.252.933**	**14.552.933**
71130005	39252 DNIT	26.782.1461.7M79.0056	Construção de Trecho Rodoviário - Alcinópolis - Divisa GO/MS - na BR-359 - No Estado do Mato Grosso do Sul / No Estado do Mato Grosso do Sul	1	100	4	30	2	20.000.000	2.252.933	22.252.933
									20.000.000	**2.252.933**	**22.252.933**
71130006	56101 M. das Cidades	15.451.6001.7K96.0056	Implantação ou Melhoria de Obras de Infra-estrutura Urbana em Campo Grande - MS / Obras de Infra-estrutura Urbana - Campo Grande - MS	1	100	4	30	2	11.700.000	2.252.933	13.952.933
									11.700.000	**2.252.933**	**13.952.933**
71130007	56101 M. das Cidades	15.451.6001.7K97.0056	Implantação ou Melhoria de Obras de Infra-estrutura Urbana em Três Lagoas - MS / Obras de Infra-estrutura Urbana - Três Lagoas - MS	1	100	4	40	2	6.500.000	7.752.933	14.252.933
				1	900	4	40	2	5.500.000	-5.500.000	0
									12.000.000	**2.252.933**	**14.252.933**
71130008	39252 DNIT	26.782.1461.202Q.0054	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-262 - no Estado do Mato Grosso do Sul / No Estado de Mato Grosso do Sul	1	100	4	90	3	0	2.369.500	2.369.500
				1	900	4	90	3	2.369.500	-2.369.500	0
									2.369.500	**0**	**2.369.500**

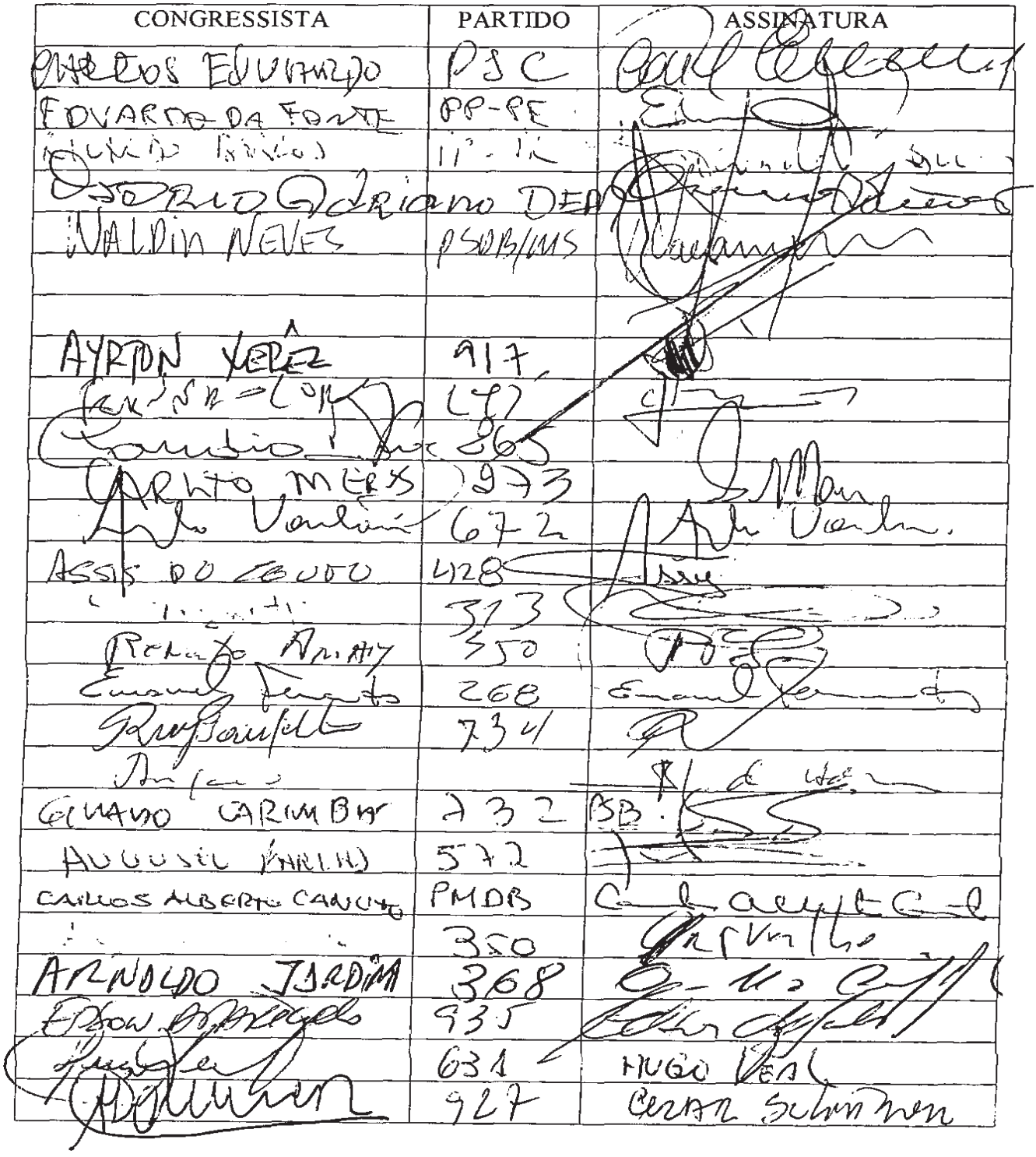
Grupo Natureza Despesa: 1-Pessoal e Encargos Sociais 2-Juros e Encargos 3-Outras Desp. Correntes 4-Investimentos 5-Inversões Financeiras 6-Amort. da Dívida 9-Reserva de Contingência
Mod. de Aplicação: 30-Estados/DF 40-Municípios 50-Entidade Privada 90-União 99-a definir RP(Tipo de Despesa para fins de apuração do Resultado Primário): 0-Financeira 1-Primária Obrigatória 2-Primária Discricionária

REQUERIMENTO Nº 32, DE 2008–CN

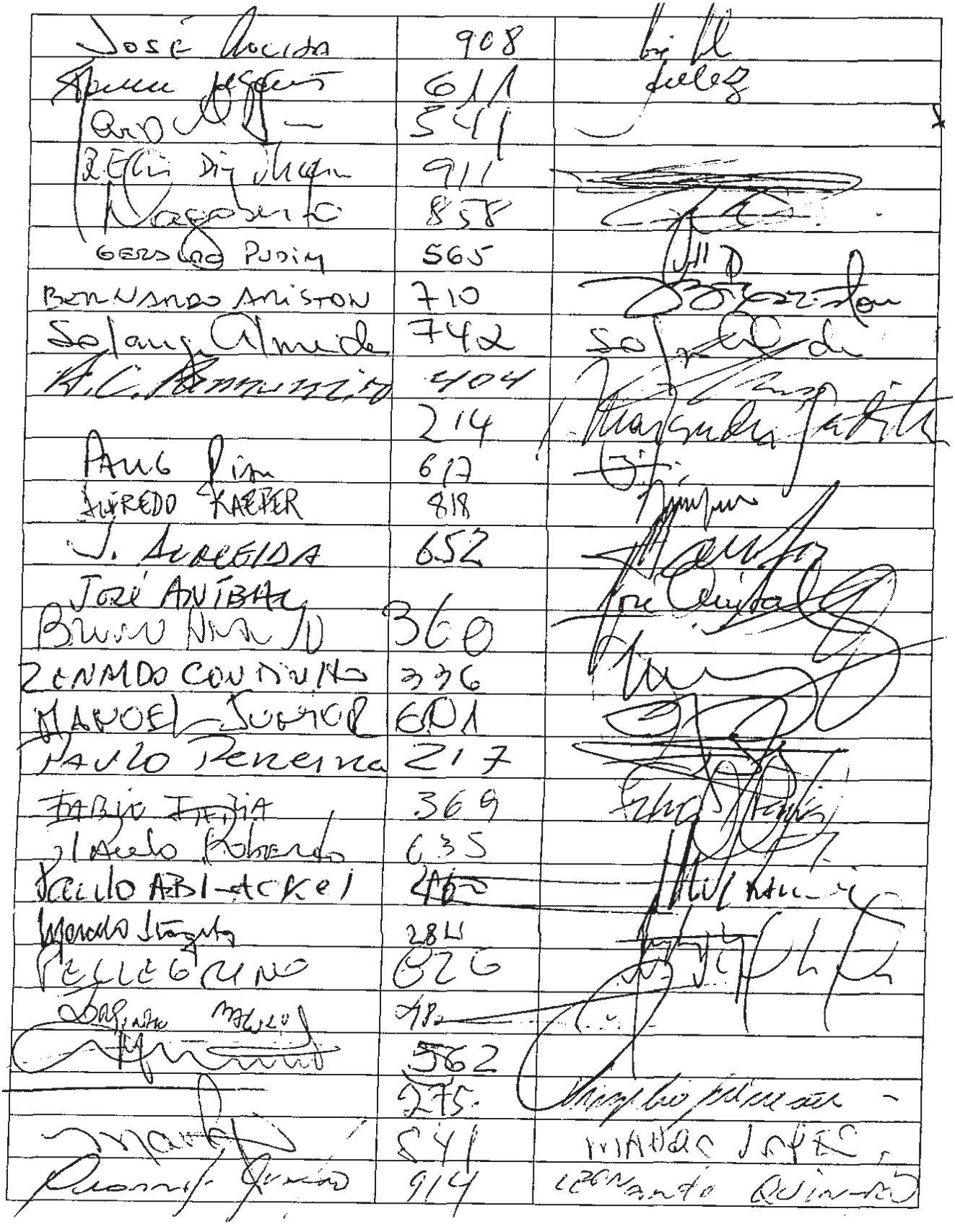
Senhor Presidente do Congresso Nacional

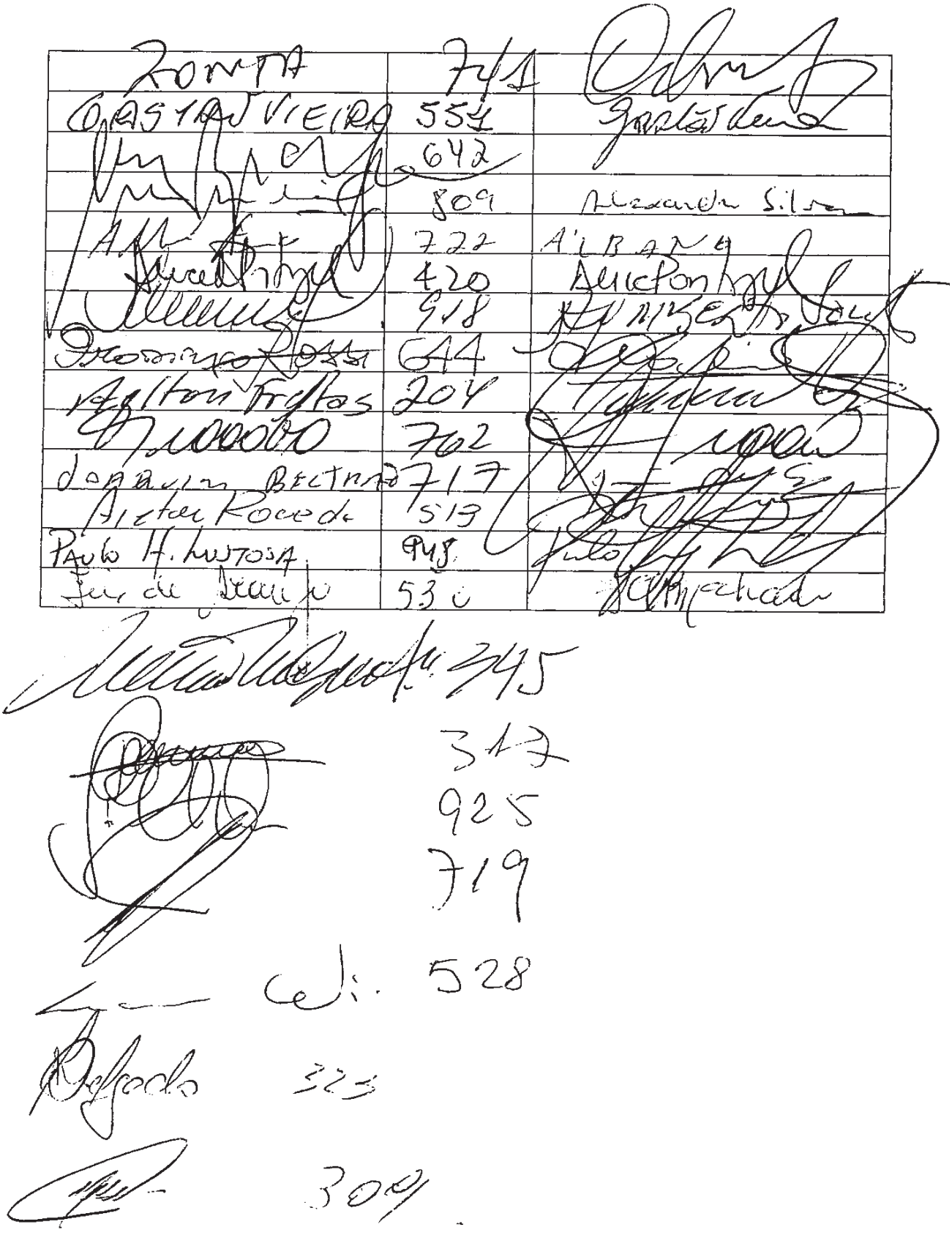
Requeiro, nos termos regimentais, destaque para a votação em separado para mudança do objeto da funcional programática nº 8.244.1384.2B30.0138, para atender a contribuição ao Fórum Interparlamentar das Américas – FIPA, nos termos da Resolução nº 2 de 2007, do Congresso Nacional.

Sala das Sessões, 12 de março de 2008. – Deputado **Luiz Carlos Hayly,** Autor.



CONGRESSISTA	PARTIDO	ASSINATURA
MARCOS EDUARDO	PSC	
EDUARDO DA FONTE	PP-PE	
[illegible]	[illegible]	
DÉRCIO [illegible]	[illegible]	
WALDIR NEVES	PSDB/MS	
AYRTON XEREZ	917	
[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	
[illegible]	973	
[illegible]	672	
ASSIS DO COUTO	428	
[illegible]	313	
[illegible]	550	
[illegible]	268	
[illegible]	734	
GILMAR CARIMBÃO	232	PSB
AUGUSTO [illegible]	572	
CARLOS ALBERTO CANUTO	PMDB	
	350	
ARNALDO JARDIM	368	
[illegible]	935	
	631	HUGO [illegible]
	927	





ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

AUTOR DA EMENDA

1867 - Luiz Carlos Hauly

EMENDA

18670003

MODALIDADE DA EMENDA

Individual

TIPO DE EMENDA

Apropriação - Inclusão

ÁREA DE GOVERNO

Assistência Social

MODALIDADE DE INTERVENÇÃO

192 PSB: Apoio a CRAS/Centro de Convivência

TIPO DE REALIZAÇÃO PRETENDIDA

285 Atenção à Família/Criança/Adolesc./Idoso/Pes. Port. Defic.

LOCALIDADE BENEFICIADA

4113700 - Londrina

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento da Seguridade Social

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

FNAS

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO

08.244.1384.2B30

Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica

Construção do Centro Comunitário no Jardim Alah - Londrina - PR

ESPECIFICAÇÃO DA META

Unidade estruturada(unidade)

QUANTIDADE

1

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R$ 1,00)

GND		MOD. APLICAÇÃO		RP	Valor Acrescido
4	Investimentos	40	Transf. a Municípios	2	150.000
			TOTAL		150.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND		MOD. APLICAÇÃO		ID	RP	Valor Deduzido
020000	100	9	Reserva de Contingência	99	A Definir	0	2	150.000
					TOTAL			150.000

TIPO DA SUBVENÇÃO

Público

JUSTIFICATIVA

A presente Emenda se destina para construção do Centro Comunitário localizado no Jardim Alah, para proporcionar aos moradores um espaço aberto a seus anseios para realizar reuniões, palestras, cursos profissionalizantes, oferecer atividades de lazer para a terceira idade, disponibilizar espaço para campanhas educacionais e atividades de prevenção da saúde da população no município de Londrina-Paraná.

REQUERIMENTO Nº 33, DE 2008-CN
(Do Deputado Paulo Piau e outros)

PROJETO DE LEI Nº 30, DE 2007-CN

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2008.

Requeremos, nos termos regimentais, destaque para votação em separado no Plenário do Congresso Nacional de remanejamento, objetivando a recomposição de dotação constante da Programação de Despesa do PL nº 30/2007-CN, conforme detalhamento abaixo:

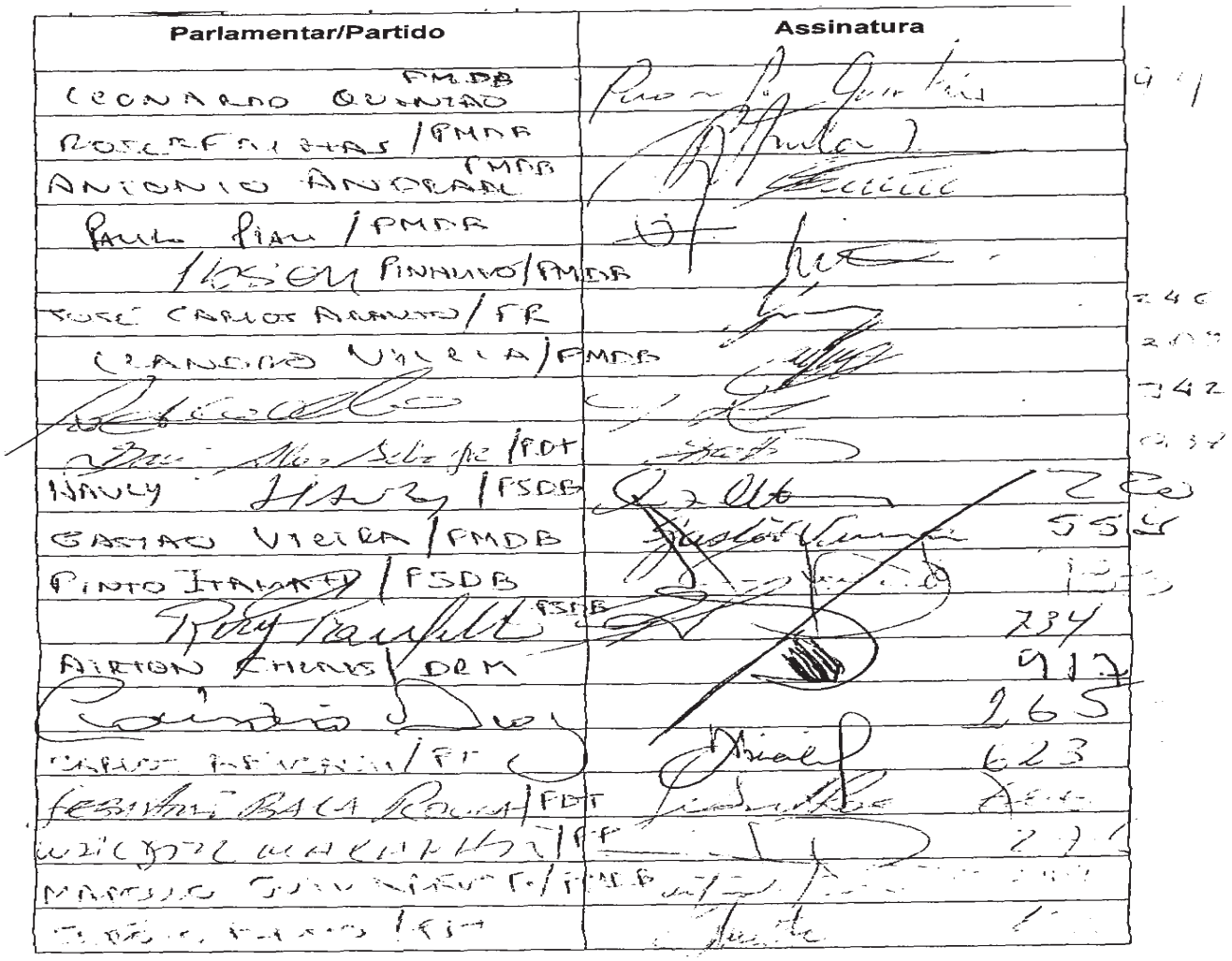
– Ação a ser suplementada:
Unidade Orçamentária: 39252 – DNIT
Funcional-Programática:
26.782.1461.7G59.0031 – Restauração de Trecho Rodoviário – Patos de Minas – Entroncamento BR-262 – na BR-354 – No Estado de Minas Gerais – no Estado de Minas Gerais
Seqüencial: 0027506
Esfera: 1
GND: 4
RP: 2
MA: 90
Fonte:100
Valor a suplementar: 35.000.000,00

– Ação a ser cancelada:
Unidade Orçamentária: 39252 – DNIT
Seqüencial: 003256
Esfera: 1
GND: 3
RP: 2
MA: 90
Fonte: 100
Valor a cancelar: 35.000.000,00

Justificação

Esta emenda visa adequar o valor aprovado pelo Parecer da CMO para viabilizar a execução dessa ação.

Sala das Sessões, 12 de março de 2008. – Deputado **Paulo Piau,** PMDB/MG.



Parlamentar/Partido	Assinatura
LUIZ COUTO/PT 442	
CHICO LOPES/PCdoB 310	
ELISMAR PRADO/PT 466	
JULIO DELGADO/PSB 242	
GERONIMO GOES/PDT 840	
VICENTINHO/PT 740	
WALDIR IHDSHI/PRN 466	
WALDIR COUTO/PMDB 610	
CHICO ALENCAR/PSOL 848	
PEDRO CASARIN/PMDB 425	
LUIZ BASSUNCOURT 844	
TATICO/PTB	
JACKSON BARRETO/PMDB 752	
FLÁVIO BEZERRA/PMDB 264	
FRANCISCO TENORIO/PMN 483	
533	
CELSO MALDANER 481	
GIOVANNI QUEIROZ/PDT 616	
[illegible]	
[illegible]	

Parlamentar/Partido	Assinatura
MAGELA	
FAMÍLIA - PT	
[illegible]	
[illegible]	
[illegible]

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatoria Geral- Demonstrativo analítico das alterações da proposta Orçamentária da União para 2008 *por UO/Programa/Subtítulo* Orçamento Fiscal e Seguridade Social (em R$ 1,00)

O Func. Programática I	Seq.	Título/Subtítulo/Meta	EG SN FD	R P	M A	I U	F T E	PL 030/2007 (A)	RELAT. SETORIAL (B)	ACRÉSCIMO (C)	CANCELAMENTO (D)	SUBSTITUTIVO (E) = (B) + (C) - (D)
Unidade Orçamentária:		**39252 DNIT**										
		de Minas Gerais/No Estado de Minas Gerais(Meta : 175 Trecho mantido/km)	1	4	3	90	0 900	17.460.000	14.491.800	0	0	14.491.800
26.782 1458.205E.0031	003444	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-452 - no Estado de Minas Gerais/No Estado de Minas Gerais(Meta : 21 Trecho mantido/km)	1 1	4 4	3 3	90 90	0 111 0 900	2.065.000 2.065.000	1.713.950 1.713.950	0 0	0 0	1.713.950 1.713.950
26.782 1458.205F.0031	003445	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-354 - no Estado de Minas Gerais/No Estado de Minas Gerais(Meta : 184 Trecho mantido/km)	1 1	4 4	3 3	90 90	0 111 0 900	18.355.000 18.355.000	15.234.650 15.234.650	0 0	0 0	15.234.650 15.234.650
26.782 1458.205L.0052	003446	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-070 - no Estado de Goiás/No Estado de Goiás(Meta : 81 Trecho mantido/km)	1 1	4 4	3 3	90 90	0 111 0 900	8.100.000 8.100.000	7.533.000 7.533.000	0 0	0 0	7.533.000 7.533.000
26.782 1458.205N.0052	003447	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-080 - no Estado de Goiás/No Estado de Goiás(Meta : 75 Trecho mantido/km)	1 1	4 4	3 3	90 90	0 111 0 900	7.500.000 7.500.000	6.975.000 6.975.000	0 0	0 0	6.975.000 6.975.000
26.782 1458.205P.0052	003448	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-251 - no Estado de Goiás/No Estado de Goiás(Meta : 25 Trecho mantido/km)	1 1	4 4	3 3	90 90	0 111 0 900	2.530.000 2.530.000	2.352.900 2.352.900	0 0	0 0	2.352.900 2.352.900
26.782 1458.205Q.0031	003449	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-120 - no Estado de Minas Gerais/No Estado de Minas Gerais(Meta : 370 Trecho mantido/km)	1 1	4 4	3 3	90 90	0 111 0 900	1.109.400 1.109.400	920.802 920.802	0 0	0 0	920.802 920.802
26.782 1458.205S.0031	003450	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-122 - no Estado de Minas Gerais/No Estado de Minas Gerais(Meta : 41 Trecho mantido/km)	1 1	4 4	3 3	90 90	0 111 0 900	124.200 124.200	115.506 115.506	0 0	0 0	115.506 115.506
26.782 1458.205V.0031	003451	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-154 - no Estado de Minas Gerais/No Estado de Minas Gerais(Meta : 83 Trecho mantido/km)	1 1	4 4	3 3	90 90	0 111 0 900	247.800 247.800	230.454 230.454	0 0	0 0	230.454 230.454
26.782 1458.205X.0031	003452	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-259 - no Estado de Minas Gerais/No Estado de Minas Gerais(Meta : 331 Trecho mantido/km)	1 1	4 4	3 3	90 90	0 111 0 900	994.200 994.200	924.606 924.606	0 0	0 0	924.606 924.606
26.782 1458.205Y.0031	003453	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-352 - no Estado de Minas Gerais/No Estado de Minas Gerais(Meta : 372 Trecho mantido/km)	1 1	4 4	3 3	90 90	0 111 0 900	1.116.300 1.116.300	1.038.159 1.038.159	0 0	0 0	1.038.159 1.038.159
26.782 1458.206A.0031	003454	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-356 - no Estado de Minas Gerais/No Estado de Minas Gerais(Meta : 26 Trecho mantido/km)	1 1	4 4	3 3	90 90	0 111 0 900	2.605.000 2.605.000	2.162.150 2.162.150	0 0	0 0	2.162.150 2.162.150
26.782 1458.206B.0031	003455	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-364 - no Estado de Minas Gerais/No Estado de Minas Gerais(Meta : 25 Trecho mantido/km)	1 1	4 4	3 3	90 90	0 111 0 900	2.545.000 2.545.000	2.112.350 2.112.350	0 0	0 0	2.112.350 2.112.350
26.782 1458.206E.0031	003456	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-381 - no Estado de Minas Gerais/No Estado de Minas Gerais(Meta : 32 Trecho mantido/km)	1 1	4 4	3 3	90 90	0 111 0 900	3.150.000 3.150.000	2.614.500 2.614.500	0 0	0 0	2.614.500 2.614.500
26.782 1458.206G.0031	003457	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-383 - no Estado de Minas Gerais/No Estado de Minas Gerais(Meta : 114 Trecho mantido/km)	1 1	4 4	3 3	90 90	0 111 0 900	342.600 342.600	318.618 318.618	0 0	0 0	318.618 318.618
26.782 1458.206I.0031	003458	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-393 - no Estado de Minas Gerais/No Estado de Minas Gerais(Meta : 46 Trecho mantido/km)	1 1	4 4	3 3	90 90	0 111 0 900	137.100 137.100	127.503 127.503	0 0	0 0	127.503 127.503
26.782 1458.206J.0031	003459	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-418 - no Estado de Minas Gerais/No Estado de Minas Gerais(Meta : 178 Trecho mantido/km)	1 1	4 4	3 3	90 90	0 111 0 900	534.900 534.900	497.457 497.457	0 0	0 0	497.457 497.457
26.782 1458.206K.0031	003460	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-458 - no Estado de Minas Gerais/No Estado de Minas Gerais(Meta : 62 Trecho mantido/km)	1 1	4 4	3 3	90 90	0 111 0 900	187.500 187.500	174.375 174.375	0 0	0 0	174.375 174.375
26.782 1458.206L.0031	003461	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-474 - no Estado de Minas Gerais/No Estado de Minas Gerais(Meta : 9 Trecho mantido/km)	1 1	4 4	3 3	90 90	0 111 0 900	875.000 875.000	813.750 813.750	0 0	0 0	813.750 813.750
26.782 1458.206M.0031	003462	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-482 - no Estado de Minas Gerais/No Estado de Minas Gerais(Meta : 142 Trecho mantido/km)	1 1	4 4	3 3	90 90	0 111 0 900	425.400 425.400	395.622 395.622	0 0	0 0	395.622 395.622
26.782 1458.206N.0031	003463	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-496 - no Estado de Minas Gerais/No Estado de Minas Gerais(Meta : 136 Trecho mantido/km)	1 1	4 4	3 3	90 90	0 111 0 900	407.100 407.100	378.603 378.603	0 0	0 0	378.603 378.603

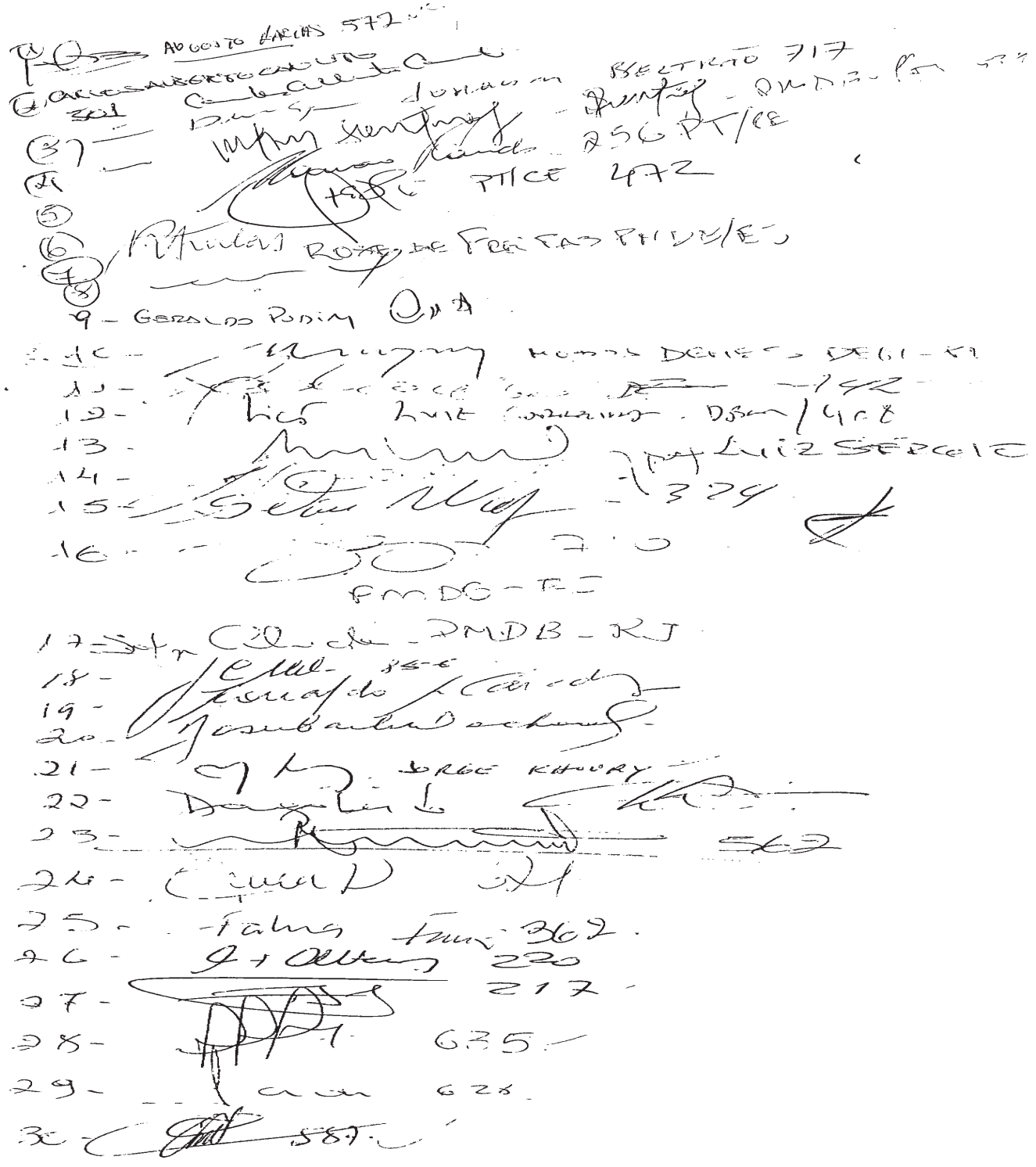
OI: Indicador de Obra Irregular (S = SIM)
Esfera: 1-Fiscal 2-Seguridade Social 3-Inv. Estatais. IU(Identificador de Uso): 0-no país 1-Contrapartida para o BIRD 2-Contrapartida para o BID 3-Outras Contrapartidas 4-No Exterior
GND(Grupo Natureza Despesa): 1-Pessoal e Encargos Sociais 2-Juros e Encargos 3-Outras Desp. Correntes 4-Investimentos 5-Inversões Financeiras 6-Amort. da Dívida 9-Reserva de Contingência
Mod. de Aplicação: 30-Estados/DF 40-Municípios 50-Entidade Privada 90-Unida 99-a definir
RP(Tipo de Despesa para fins de apuração do Resultado Primário): 0-Financeira 1-Primária Obrigatória 2-Primária Discricionária 3-Projeto-Piloto de Investimentos Públicos - PPI

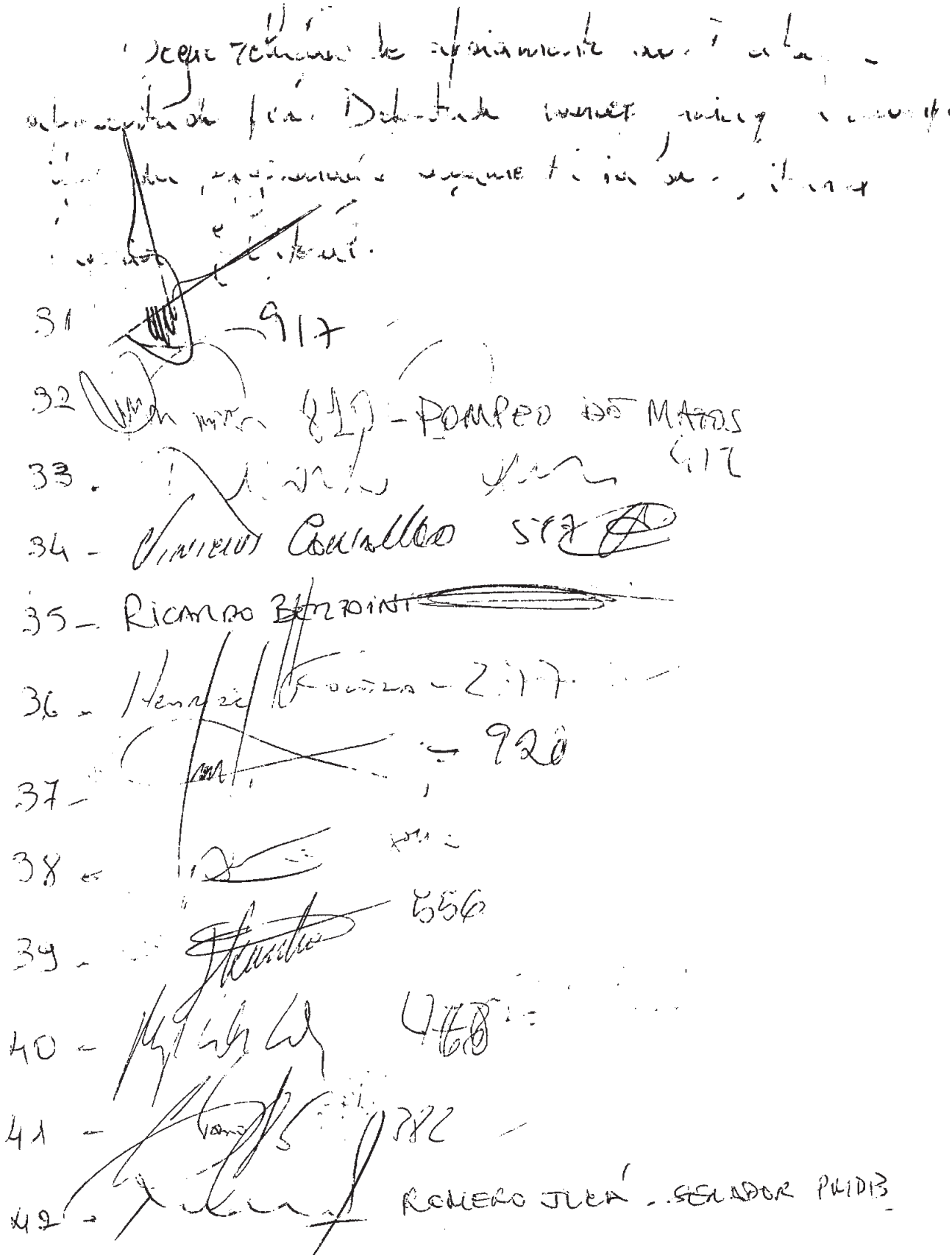
REQUERIMENTO DE DESTAQUE
Nº 34, DE 2008-CN

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, requeremos a Vossa Excelência destaque para recomposição das programações originalmente alocadas na Unidade Orçamentária 14.101 – Tribunal Superior Eleitoral, constantes do PLN nº 30/2007-CN – PLOA 2008, GNDs 3 e 4, conforme Relatório em anexo.

Sala das Sessões, 12 de março de 2008. – Deputado **Manoel Júnior**.




31 - 917
32 - POMPEO DE MATTOS
33.
34 - Vinicius Carvalho
35 - Ricardo
36 -
37 -
38 -
39 -
40 -
41 -
42 - ROMERO JUCÁ - SENADOR PMDB

APOIAMENTOS

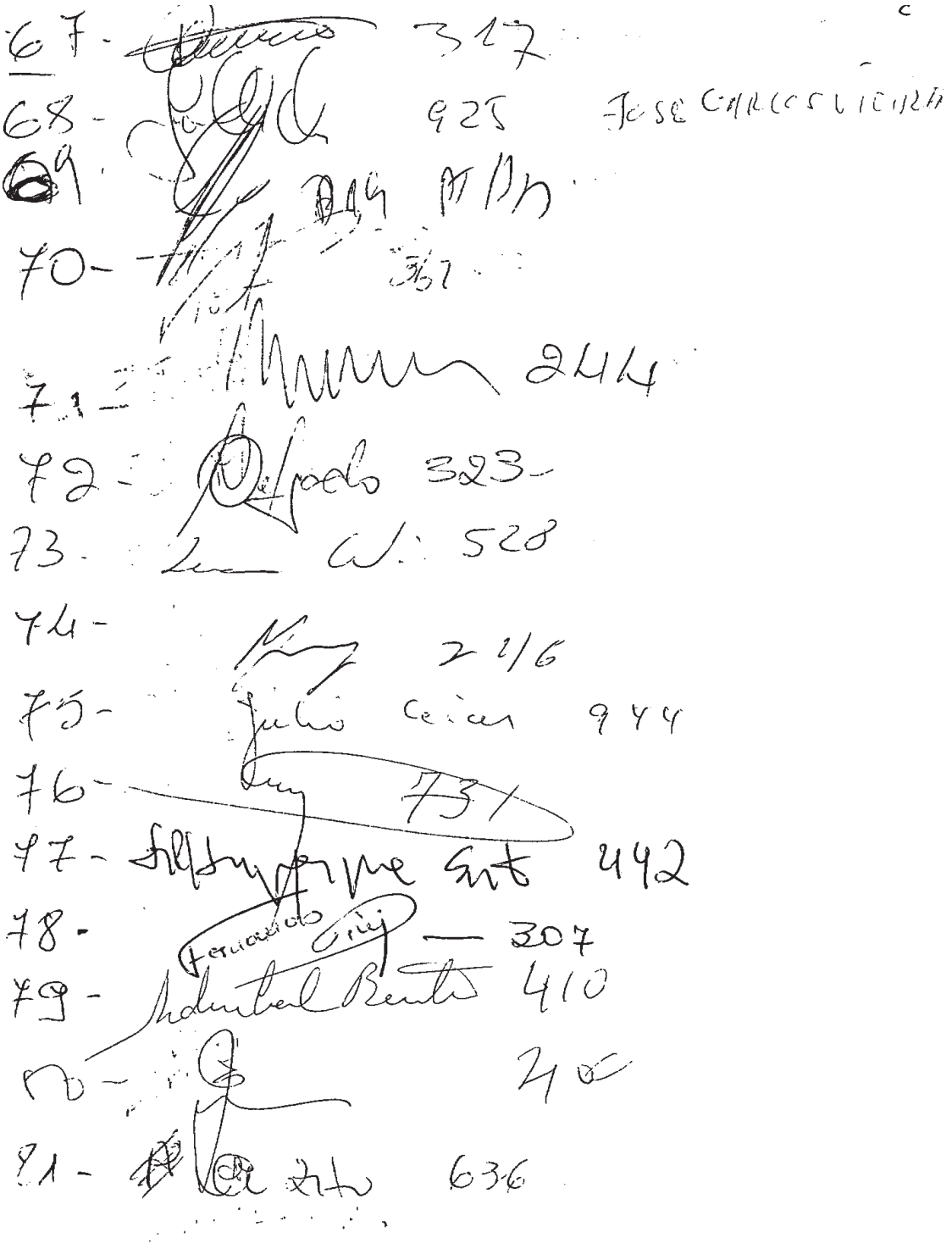
SEGUE RELAÇÃO DE APOIAMENTO AO DESTAQUE APRESENTADO PELO DEPUTADO MANOEL JUNIOR PARA RECOMPOSIÇÃO DA PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

43 [illegible] 662
44 [illegible] 650
45 [illegible] 240
46 [illegible] 536
47 [illegible] PMDB-MG 541
48 [illegible] 911
49 [illegible] 822
50 [illegible] 637
51 [illegible] 554
52 [illegible] 741
53 [illegible] 642
54 [illegible] 922

APOIAMENTO

SEGUE RELAÇÃO DE APOIAMENTO AO DESTAQUE APRESENTADO PELO DEPUTADO MANOEL JÚNIOR PARA RECOMPOSIÇÃO DA PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

55. [signature] 420
56. [signature] 222
57. [signature] 918
58. [signature] 762
59. [signature] 544
60. [signature] 204
61 [signature] 945
62. [signature] 513
63 [signature] 530
64. [signature] 927
65. [signature] 345
66 [signature] 612
[signature] 658


67 - 317
68 - 925
69 - 244
70 - 357
71 - 244
72 - 323
73 - 528
74 - 216
75 - 944
76 - 731
77 - 442
78 - 307
79 - 410
80 - 240
81 - 636

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

RELATORIA GERAL - Alterações das Propostas Orçamentárias da União para 2008 - Acréscimo e Cancelamento por UO/Funcional

Orçamento Fiscal e Seguridade - Em R$ 1,00

UO/FUNCIONAL	PL	ACRÉSCIMO	CANCELAMENTO	TOTAL
14101 - Tribunal Superior Eleitoral				
02.061.0570.0C04.0001 - Criação e/ou Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações no âmbito dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União Nacional				
Esfera GND Fonte Mod. Aplic. RP Id Uso				
1 1 900 90 1 0	110.000.000	0	-54.144.265	55.855.735
1 3 100 90 1 0	73.841.756	0	-36.346.433	37.495.323
Total da Funcional:	**183.841.756**	**0**	**-90.490.698**	**93.351.058**
02.061.0570.4269.0001 - Pleitos Eleitorais Nacional				
Esfera GND Fonte Mod. Aplic. RP Id Uso				
1 1 100 90 1 0	86.366.668	0	0	86.366.668
1 1 900 90 1 0	130.000.000	0	0	130.000.000
1 3 100 90 2 0	245.000.000	0	0	245.000.000
1 4 100 90 2 0	20.000.000	0	0	20.000.000
Total da Funcional:	**481.366.668**	**0**	**0**	**481.366.668**
02.122.0570.09HB.0001 - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais Nacional				
Esfera GND Fonte Mod. Aplic. RP Id Uso				
1 1 100 91 0 0	27.961.081	0	0	27.961.081
1 1 900 91 0 0	42.000.000	0	0	42.000.000
Total da Funcional:	**69.961.081**	**0**	**0**	**69.961.081**
02.122.0570.20AK.0001 - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente da Criação e/ou Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos e Carreiras e Revisão de Remunerações Nacio				
Esfera GND Fonte Mod. Aplic. RP Id Uso				
1 1 100 91 0 0	14.347.557	0	-7.173.778	7.173.779
1 1 900 91 0 0	22.000.000	0	-11.000.000	11.000.000
Total da Funcional:	**36.347.557**	**0**	**-18.173.778**	**18.173.779**
02.122.0570.20AN.0001 - Pagamento de despesas decorrentes do enquadramento previsto no art. 22 da Lei no 11.416, de 15 de dezembro de 2006, no âmbito do Poder Judiciário Nacional				
Esfera GND Fonte Mod. Aplic. RP Id Uso				
1 1 100 90 1 0	25.028.351	0	0	25.028.351
1 1 900 90 1 0	37.000.000	0	0	37.000.000
Total da Funcional:	**62.028.351**	**0**	**0**	**62.028.351**
02.122.0570.2272.0001 - Gestão e Administração do Programa Nacional				
Esfera GND Fonte Mod. Aplic. RP Id Uso				
1 3 127 90 2 0	57.988.509	0	0	57.988.509
1 1 100 90 1 0	131.525.493	0	0	131.525.493
1 3 100 90 2 0	136.312.287	0	-19.430.080	116.882.207
1 4 100 90 2 0	11.877.337	0	0	11.877.337
1 1 900 90 1 0	197.000.000	0	0	197.000.000
Total da Funcional:	**534.703.626**	**0**	**-19.430.080**	**515.273.540**
02.122.0570.7125.0101 - Construção do Edifício-Sede do Tribunal Superior Eleitoral em Brasília Em Brasília - DF				
Esfera GND Fonte Mod. Aplic. RP Id Uso				
1 4 100 90 2 0	80.000.000	0	-80.000.000	0

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

RELATORIA GERAL - Alterações das Propostas Orçamentárias da União para 2008 - Acréscimo e Cancelamento por UO/Funcional

Orçamento Fiscal e Seguridade - Em R$ 1,00

UO/FUNCIONAL	PL	ACRÉSCIMO	CANCELAMENTO	TOTAL
Total da Funcional:	80.000.000	0	-80.000.000	0
02.126.0570.2365.0001 - Atualização e Manutenção do Sistema de Votação e Apuração Nacional				
Esfera GND Fonte Mod. Aplic. RP Id Uso				
1 3 100 90 2 0	96.000.000	0	0	96.000.000
1 4 100 90 2 0	100.000.000	0	0	100.000.000
Total da Funcional:	196.000.000	0	0	196.000.000
02.126.0570.7832.0001 - Implantação do Sistema de Automação de Identificação do Eleitor Nacional				
Esfera GND Fonte Mod. Aplic. RP Id Uso				
1 3 100 90 2 0	500.000	0	0	500.000
Total da Funcional:	500.000	0	0	500.000
02.128.0570.4091.0001 - Capacitação de Recursos Humanos Nacional				
Esfera GND Fonte Mod. Aplic. RP Id Uso				
1 3 100 90 2 0	1.320.000	0	0	1.320.000
Total da Funcional:	1.320.000	0	0	1.320.000
02.301.0570.2004.0001 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes Nacional				
Esfera GND Fonte Mod. Aplic. RP Id Uso				
2 3 151 90 2 0	4.175.136	0	0	4.175.136
Total da Funcional:	4.175.136	0	0	4.175.136
02.306.0570.2012.0001 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados Nacional				
Esfera GND Fonte Mod. Aplic. RP Id Uso				
1 3 100 90 1 0	6.310.299	0	0	6.310.299
Total da Funcional:	6.310.299	0	0	6.310.299
02.331.0570.2011.0001 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados Nacional				
Esfera GND Fonte Mod. Aplic. RP Id Uso				
1 3 100 90 1 0	252.984	0	0	252.984
Total da Funcional:	252.984	0	0	252.984
02.365.0570.2010.0001 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados Nacional				
Esfera GND Fonte Mod. Aplic. RP Id Uso				
1 3 100 90 2 0	1.314.941	0	0	1.314.941
Total da Funcional:	1.314.941	0	0	1.314.941
02.722.0570.2058.0001 - Divulgação dos Atos do Poder Judiciário e dos Serviços Essenciais à Justiça - TV Justiça Nacional				
Esfera GND Fonte Mod. Aplic. RP Id Uso				
1 3 100 90 2 0	13.000.000	0	-1.300.000	11.700.000
Total da Funcional:	13.000.000	0	-1.300.000	11.700.000
09.272.0089.0396.0001 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões Nacional				
Esfera GND Fonte Mod. Aplic. RP Id Uso				
2 1 169 90 1 0	51.731.262	0	0	51.731.262
2 1 151 90 1 0	5.000	0	0	5.000
2 1 156 90 1 0	48.000.000	0	0	48.000.000
Total da Funcional:	99.736.262	0	0	99.736.262

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

RELATORIA GERAL - Alterações das Propostas Orçamentárias da União para 2008 - Acréscimo e Cancelamento por UO/Funcional

Orçamento Fiscal e Seguridade - Em R$ 1,00

UO/FUNCIONAL	PL	ACRÉSCIMO	CANCELAMENTO	TOTAL
TOTAL DA UO:	1.770.858.661	0	-209.394.556	1.561.464.105
Total:	1.770.858.661	0	-209.394.556	1.561.464.105

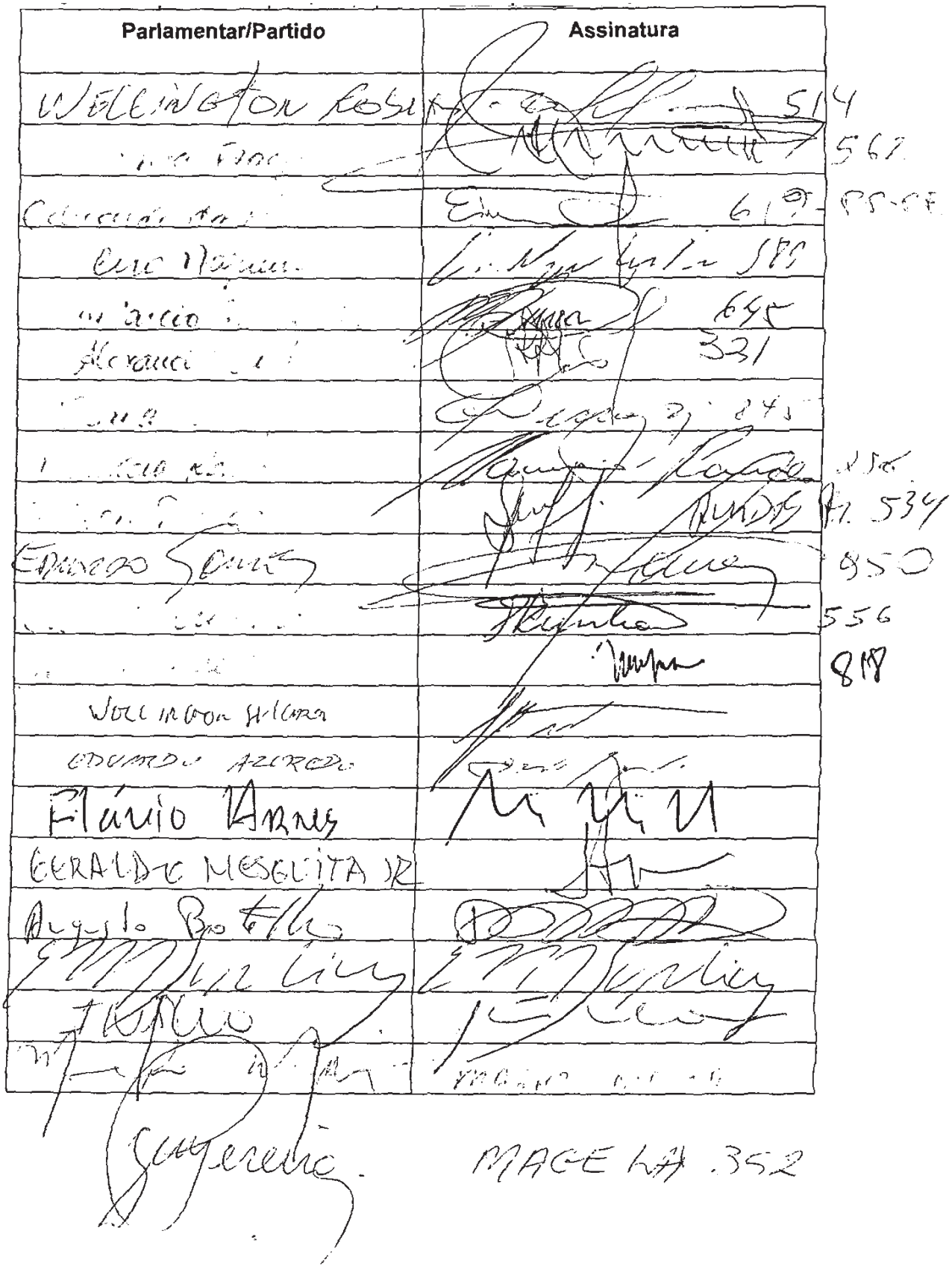
REQUERIMENTO Nº 35, DE 2008–CN

Requeiro nos termos regimentais que a Emenda nº 7114.0019, de autoria da Bancada de Minas gerais, seja destacada para votação em separado, junto ao Plenário do Congresso Nacional, tendo em vista que o valor concedido não atende as necessidades do seu objeto.

Sala das Sessões, 12 de março de 2008. – Deputado **João Magalhães,** PDMB – MG.

Apoio ao Req. de Destaque nº , apresentado ao PL nº 30, de 2007 – CN

Parlamentar/Partido	Assinatura
	222
	946
CARLOS BEZERRA	831
CARLOS WILLIAN	522
PAULO PIAU	617
	914 (711)
	309
	5-14
MAURO LOPES	841
	383
JARBAS FELIPE	429
PROF. SETTIMO	374
JOAQUIM BELTRÃO	717
AUGUSTO FARIAS	572
CARLOS A. CANUTO	301
VIRGILIO GUIMARÃES	275
	813
	307
	632
MARCONDES GADELHA	211


Parlamentar/Partido
Assinatura
WELLINGTON ROSA
EDUARDO AZEREDO
FLÁVIO ARNS
GERALDO MESQUITA JR
MAGELA

Parlamentar/Partido	Assinatura
JOÃO VICENTE CLAUDINO	
WALTER PINHEIRO	
HENRIQUE E. ALVES	
GILMAR MACHADO	762
	565
	742
	333
	243
	956
	507
	417
	528

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

AUTOR DA EMENDA

7114 - Bancada de Minas Gerais

EMENDA

71140019

MODALIDADE DA EMENDA
Bancada Estadual

TIPO DE EMENDA
Apropriação - Inclusão

ÁREA DE GOVERNO
Transportes - Rodovias Federais

MODALIDADE DE INTERVENÇÃO
868 Construção/Pavimentação

TIPO DE REALIZAÇÃO PRETENDIDA
537 Trecho Rodoviário

LOCALIDADE BENEFICIADA
3100000 - Minas Gerais

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA
DNIT

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO
26.782.1458.9999
Construção de Trechos Rodoviários - No Estado de Minas Gerais
Construção de Trechos Rodoviários - Trecho Entr. BR-040/MG - Entr. BR-267/MG - na BR-440 - No Estado de Minas Gerais

ESPECIFICAÇÃO DA META
Trecho construído(km)

QUANTIDADE
18

AÇÃO ATÍPICA

AÇÃO
Ação Atípica

OBJETIVO
Atender a população com a melhoria no transporte rodoviario de carga e passageiros.

FINALIDADE
Melhorar a qualidade da infra-estrutura de transportes na região da zona da mata mineira.

ESPECIFICAÇÃO DA META
Trecho construído(km)

TIPO DA AÇÃO
Projeto

INÍCIO DA AÇÃO
01/2008

TÉRMINO DA AÇÃO
12/2008

CUSTO TOTAL (R$)
150.000.000

META TOTAL
18

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R$ 1,00)

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
4 Investimentos	90 Aplic. Diretas	2	150.000.000
		TOTAL	150.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

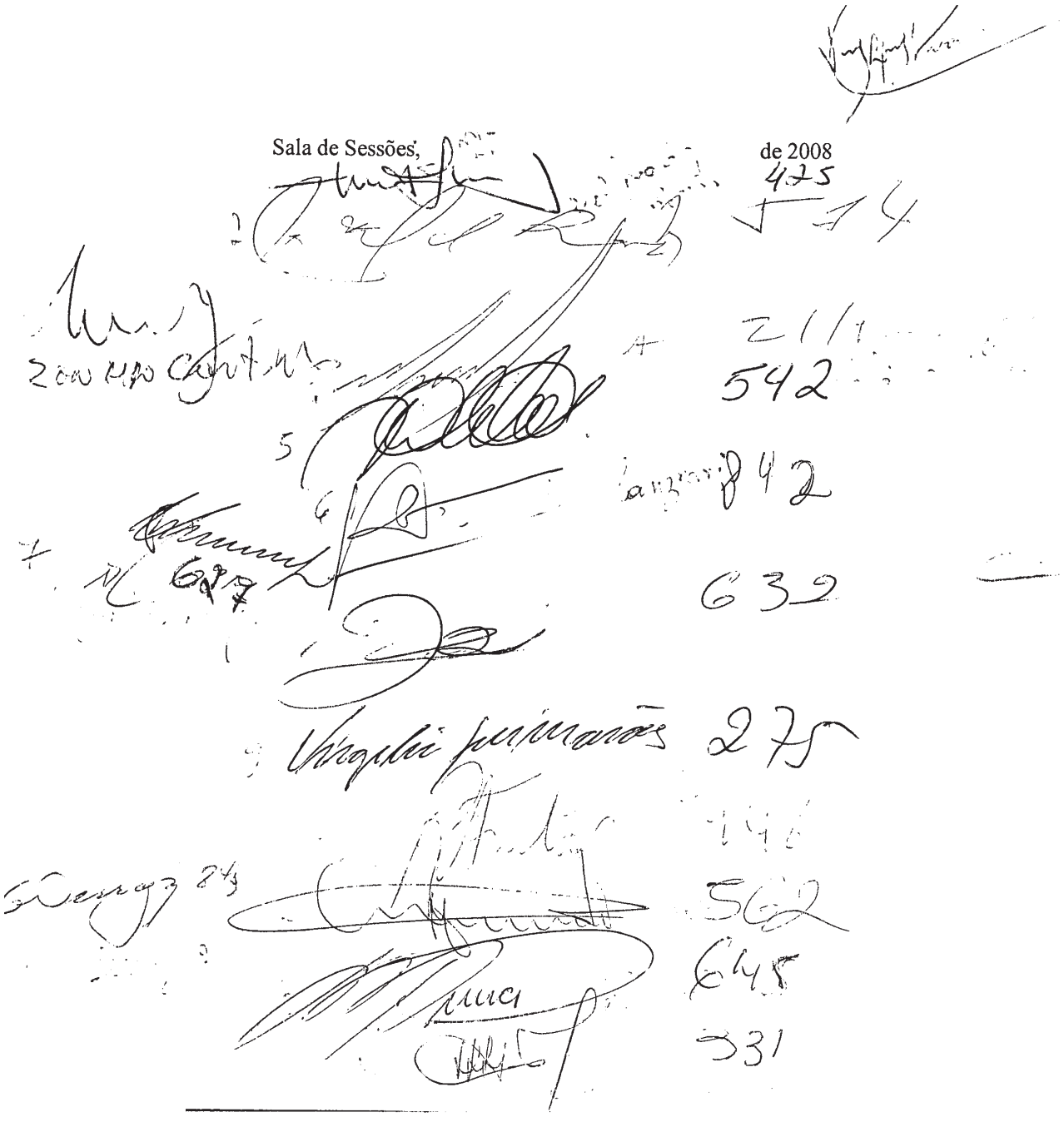
SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
020000	100	9 Reserva de Contingência	99 A Definir	0	2	150.000.000
			TOTAL			150.000.000

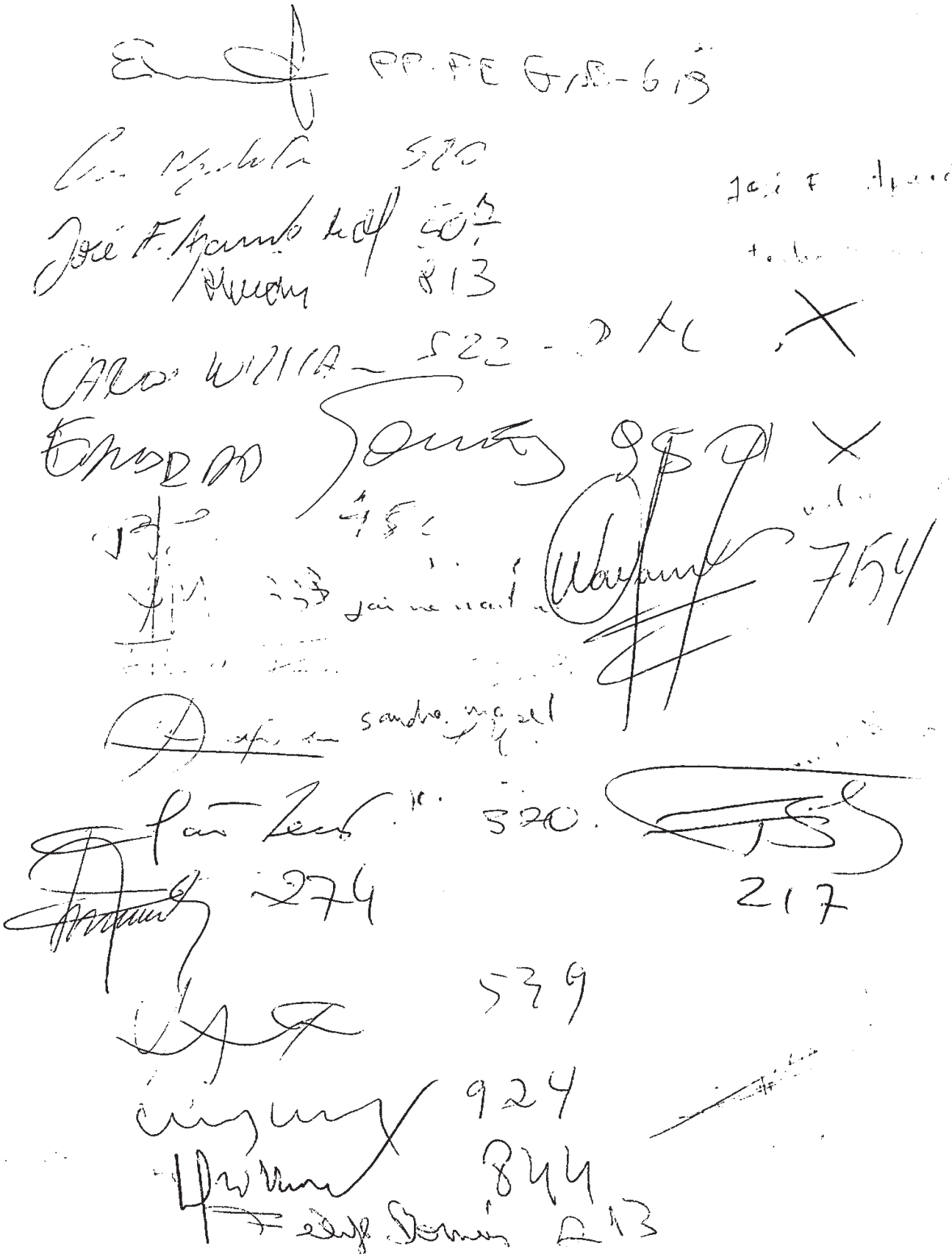
JUSTIFICATIVA
Esta emenda visa garantir a adequação de via rodoviária mais importante da zona da mata mineira, BR-440 (via São Pedro).

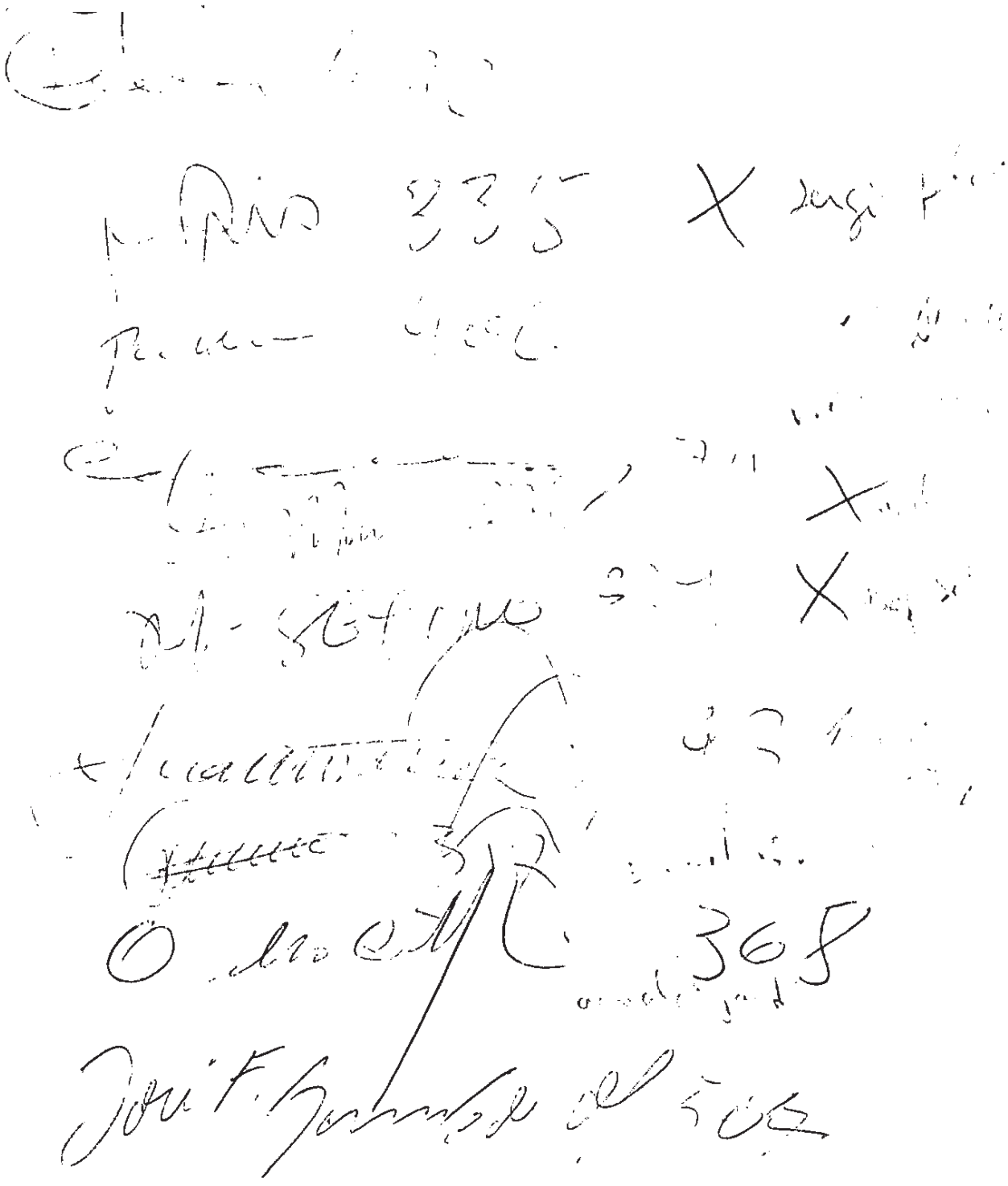
REQUERIMENTO DE DESTAQUE
Nº 36, DE 2008–CN

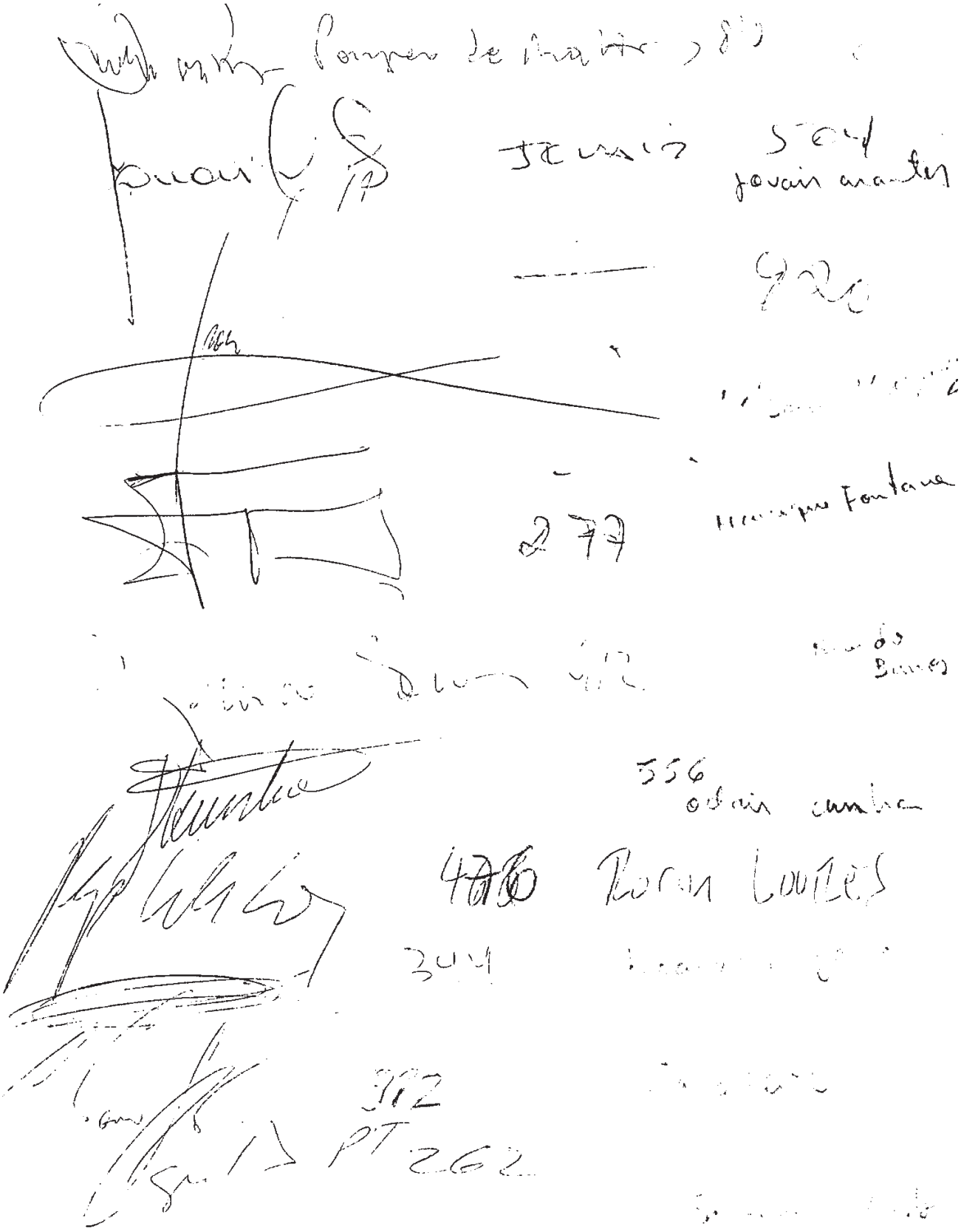
Requeiro, nos termos regimentais, a votação do em separado da emenda nº 60110007 – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. Valor a ser acrescido à emenda R$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais).

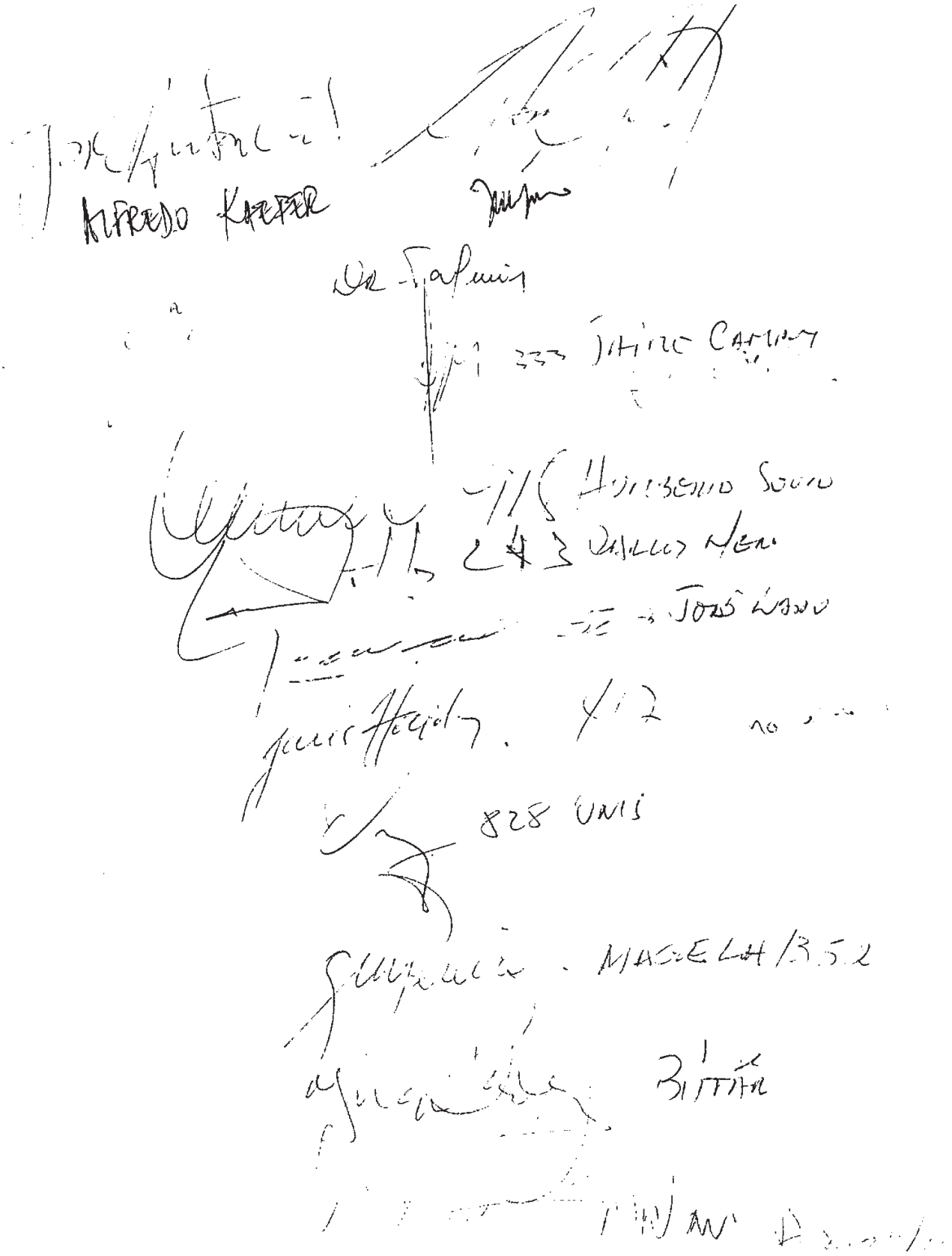
Sala de Sessões, 12 de março de 2008.











ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

AUTOR DA EMENDA: 6011 - Com. Desenv Regional e Turismo

EMENDA: 60110007

MODALIDADE DA EMENDA: Comissão

TIPO DE EMENDA: Apropriação - Acréscimo

LOCALIDADE BENEFICIADA: 9000000 - Nacional

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE:

ESFERA ORÇAMENTÁRIA: Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: M. das Cidades

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO: 15.451.0310.1D73.0001

Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano

Nacional

ESPECIFICAÇÃO DA META: Projeto apoiado(unidade)

QUANTIDADE: 1

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R$ 1,00)

GND		MOD. APLICAÇÃO		RP	Valor Acrescido
3	Outras Despesas Correntes	40	Transf. a Municípios	2	40.000.000
4	Investimentos	40	Transf. a Municípios	2	360.000.000
			TOTAL		400.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND		MOD. APLICAÇÃO		ID	RP	Valor Deduzido
020000	100	9	Reserva de Contingência	99	A Definir	0	2	400.000.000
					TOTAL			400.000.000

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa à ampliação do atendimento à população por meio de projeto integrado de saneamento (água, esgoto e lixo) e urbanização (transporte público, acessibilidade, regularização fundiária e habitação).

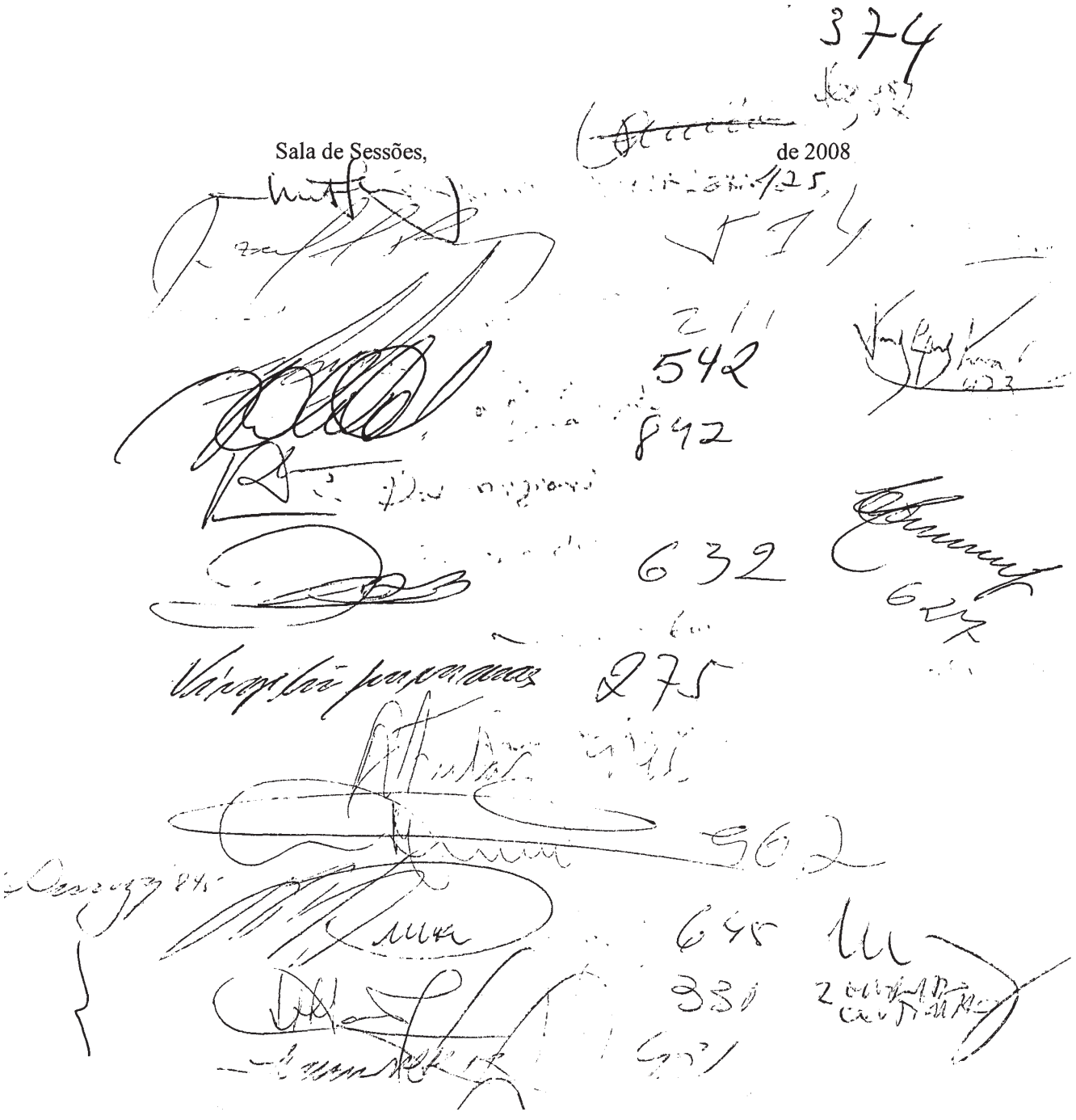
A finalidade da ação é: CONTRIBUIR PARA O DESENVOLVIMENTO URBANO, MEDIANTE APORTE DE RECURSOS DESTINADOS À IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS CARACTERIZADOS POR AÇÕES QUE VISEM PRIORIZAR A AMPLIAÇÃO DO ATENDIMENTO À POPULAÇÃO AOS SERVIÇOS SANEAMENTO, ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA DE ESGOTO E LIXO, TRANSPORTE PÚBLICO, ACESSIBILIDADE, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, ACESSO À MORADIA E URBANIZAÇÃO, DENTRE OUTROS CARACTERIZADOS COMO DESENVOLVIMENTO URBANO.

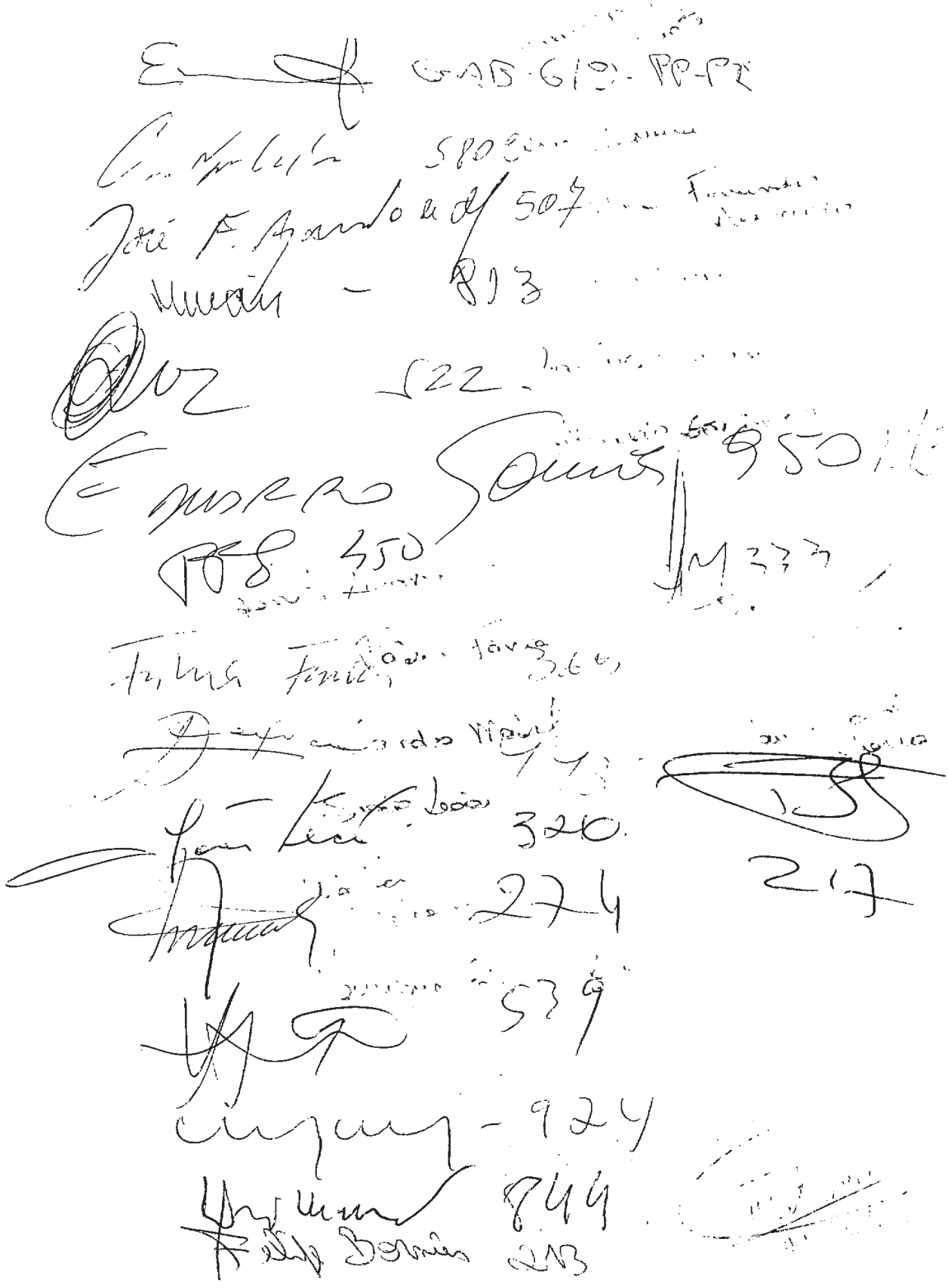
O objetivo da ação é: FORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO, POR MEIO DE PROJETOS DEMANDADOS PELOS ENTES FEDERADOS, DE AÇÕES DE SANEAMENTO, ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA DE ESGOTO E LIXO, TRANSPORTE PÚBLICO, ACESSIBILIDADE, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, ACESSO À MORADIA E URBANIZAÇÃO, DENTRE OUTRAS CARACTERIZADAS COMO DESENVOLVIMENTO URBANO.

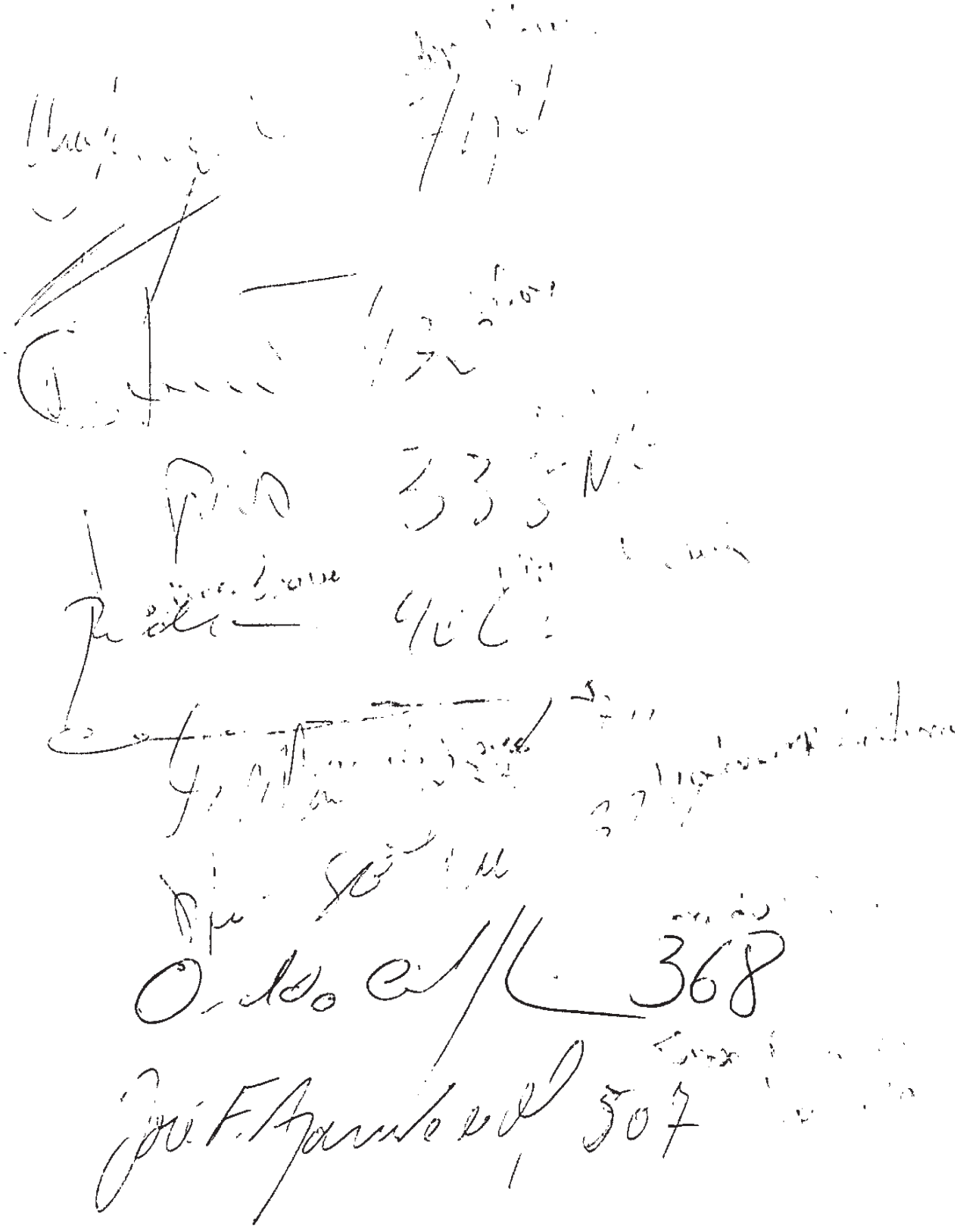
REQUERIMENTO DE DESTAQUE
Nº 37, DE 2008–CN

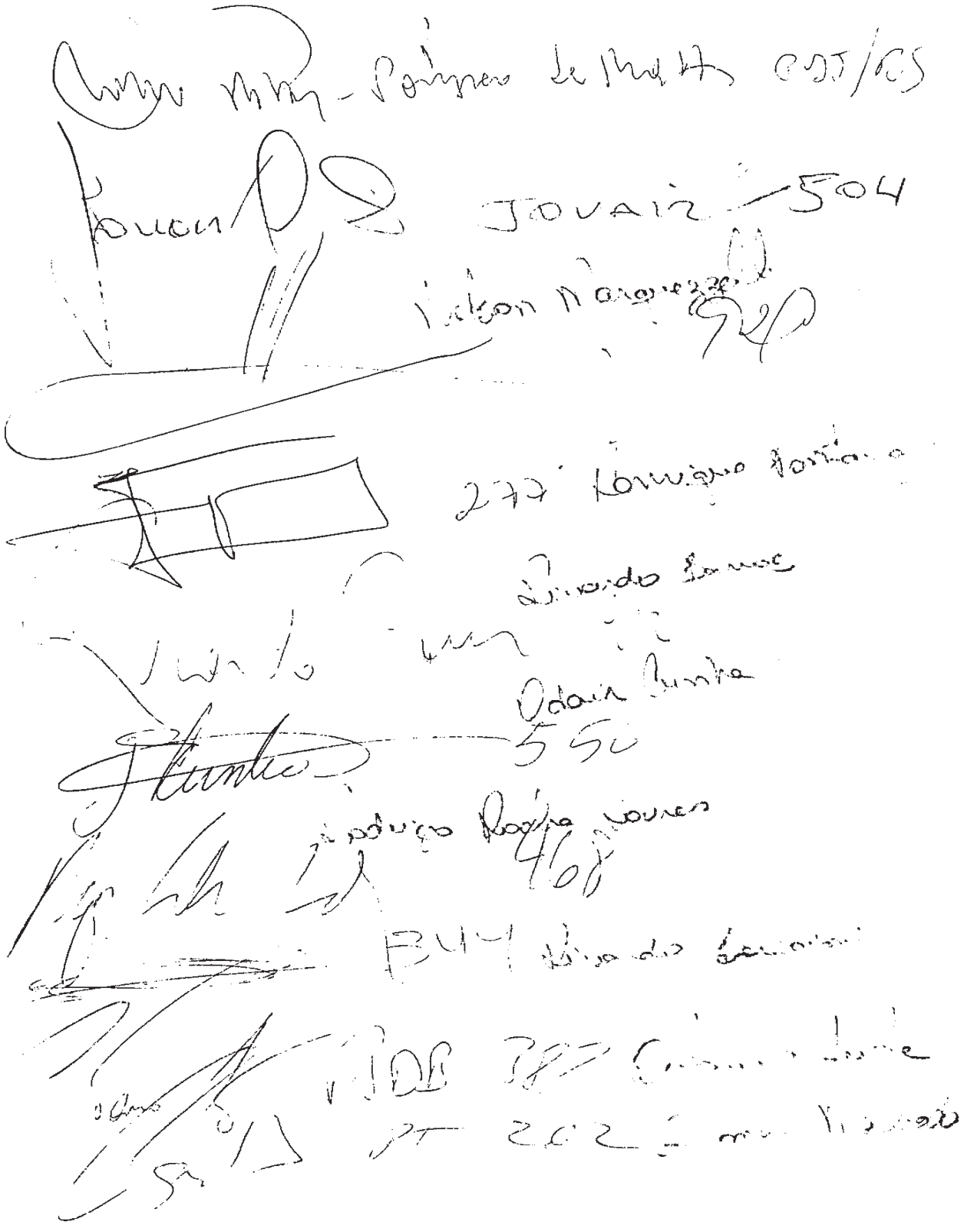
Requeiro, nos termos regimentais, a votação do em separado da emenda nº 50020001 – Comissão de Turismo e Desporto. Valor a ser acrescido à emenda R$100.000.000,00 (cem milhões de reais).

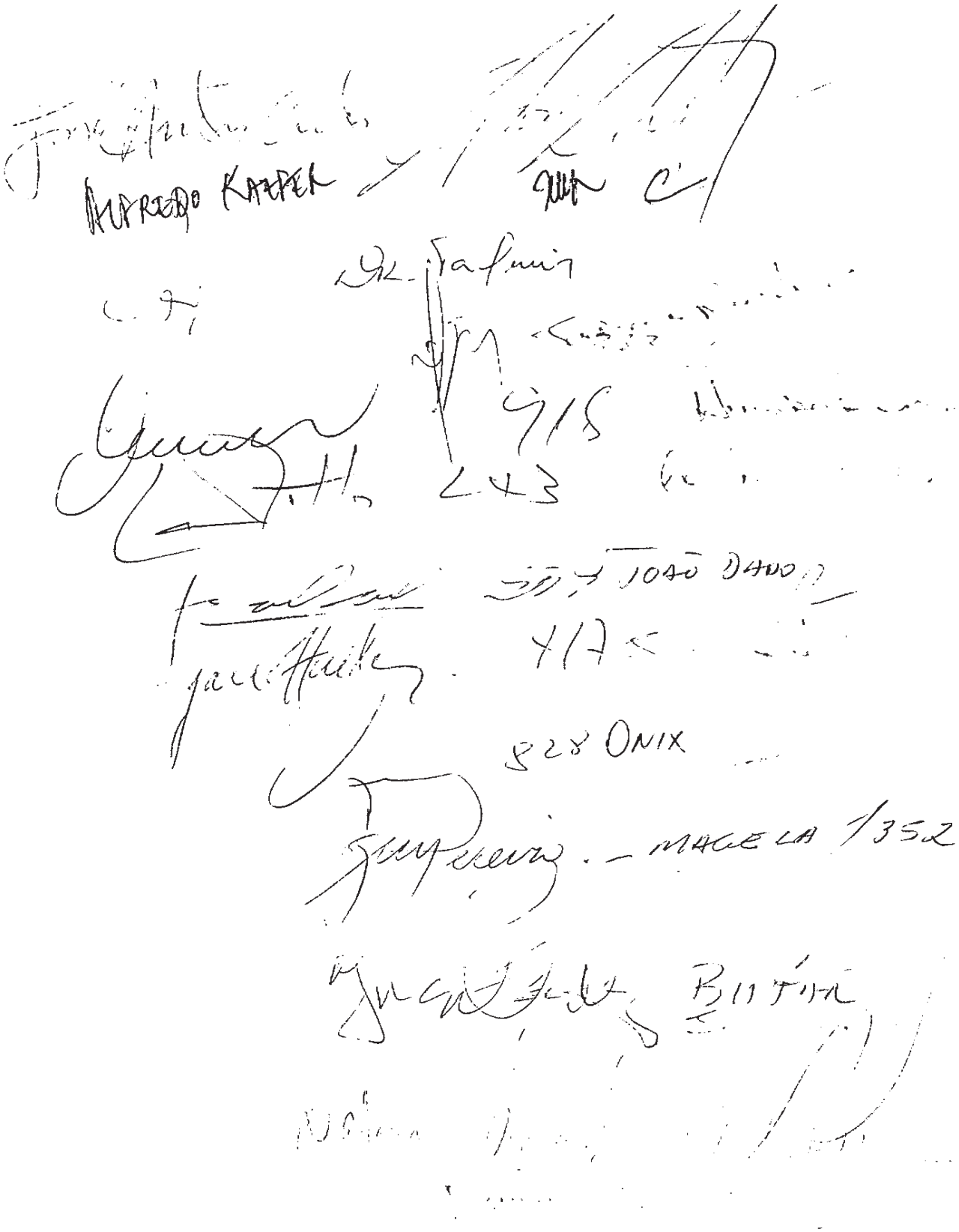
Sala de Sessões, 12 de março de 2008.











ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

AUTOR DA EMENDA

5002 - Com. Turismo e Desporto

EMENDA

50020001

MODALIDADE DA EMENDA

Comissão

TIPO DE EMENDA

Apropriação - Acréscimo

LOCALIDADE BENEFICIADA

9000000 - Nacional

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

M. do Turismo

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO

23.695.1166.10V0.0001

Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística Nacional

ESPECIFICAÇÃO DA META

Projeto realizado(unidade)

QUANTIDADE

400

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R$ 1,00)

GND		MOD. APLICAÇÃO		RP	Valor Acrescido
4	Investimentos	40	Transf. a Municípios	2	400.000.000
			TOTAL		400.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND		MOD. APLICAÇÃO		ID	RP	Valor Deduzido
020000	101	9	Reserva de Contingência	99	A Definir	0	2	400.000.000
					TOTAL			400.000.000

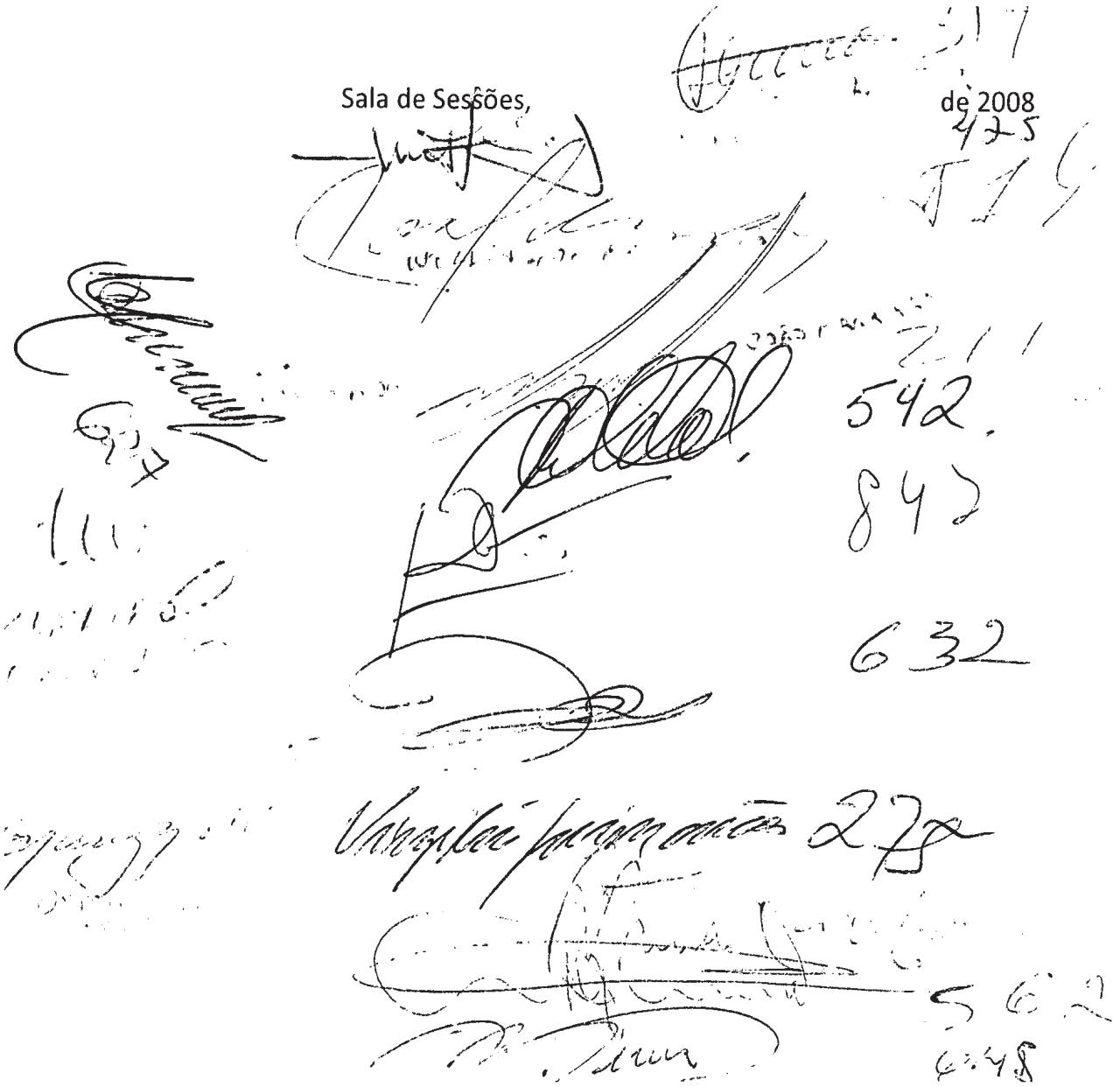
JUSTIFICATIVA

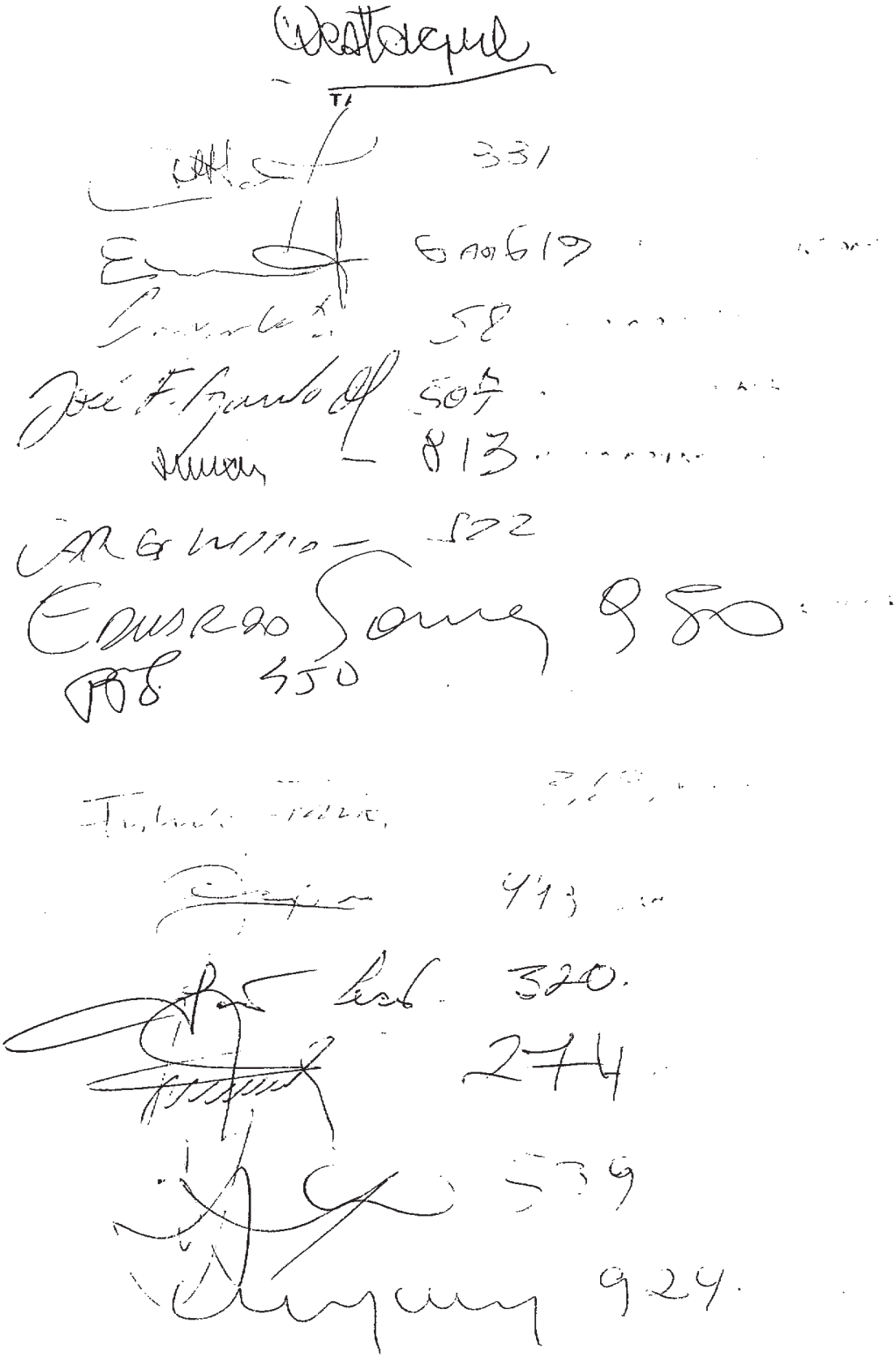
A infra-estrutura de apoio ao turismo demanda recursos financeiros de grande valor, sendo gerenciados por órgãos públicos não ligados diretamente ao turismo. Nesse sentido, é de fundamental importância aportar recursos para apoiar projetos estruturantes de relevante impacto na atividade turística nacional, com foco na superação dos fatores limitantes do desenvolvimento sustentável das regiões turísticas mapeadas pelo Ministério do Turismo. Os recursos serão aplicados prioritariamente em projetos de infra-estrutura turística para melhoria da acessibilidade, da segurança e da qualidade dos serviços turísticos oferecidos, da infra-estrutura básica (saneamento), de modo a aumentar a atratividade dos destinos e o tempo de permanência do turista, voltados inclusive à preparação do país para o recebimento de grande fluxo turístico, no evento Copa do Mundo de Futebol, em 2014, já que o Brasil foi confirmado como país-sede.

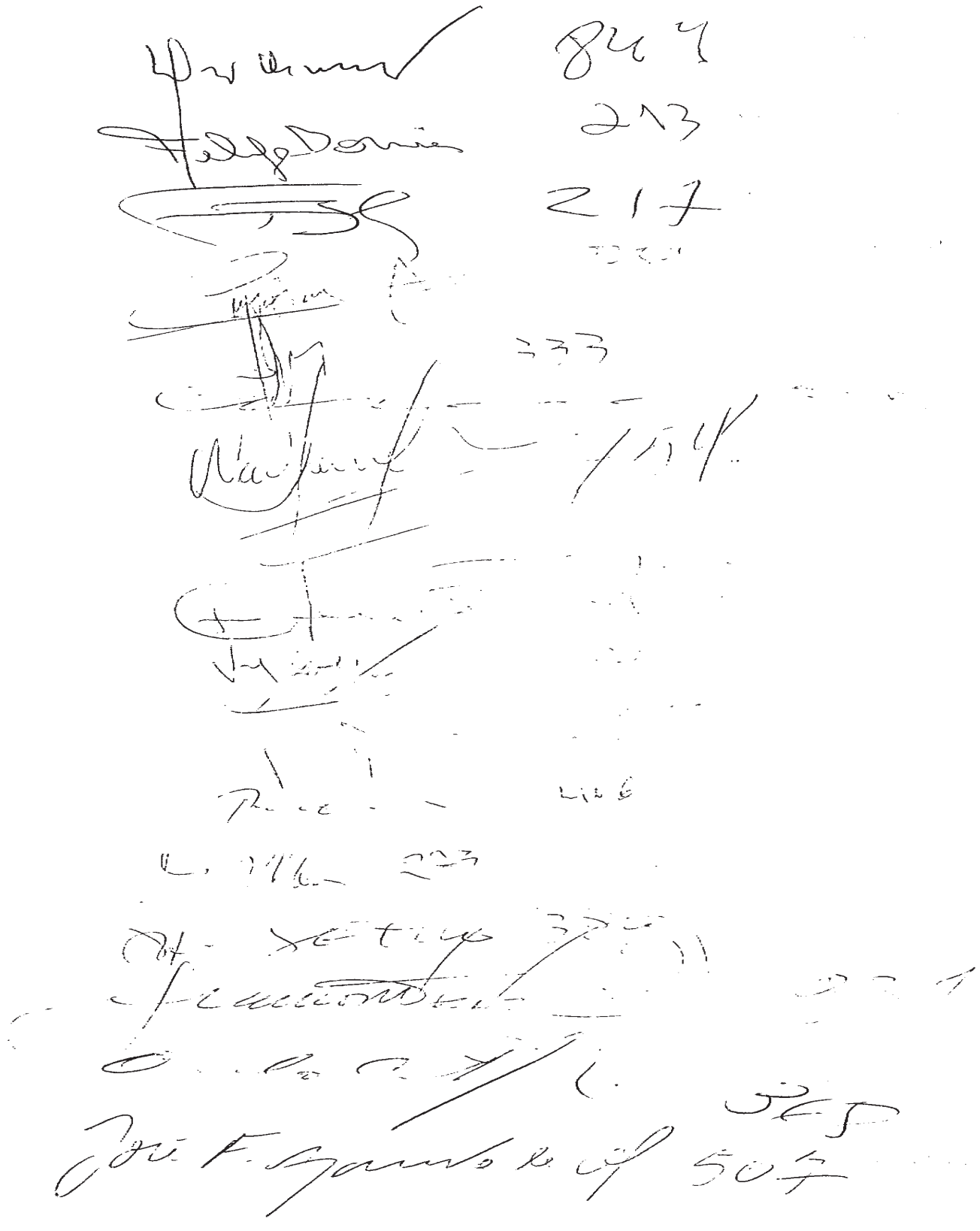
REQUERIMENTO DE DESTAQUE
Nº 38, DE 2008–CN

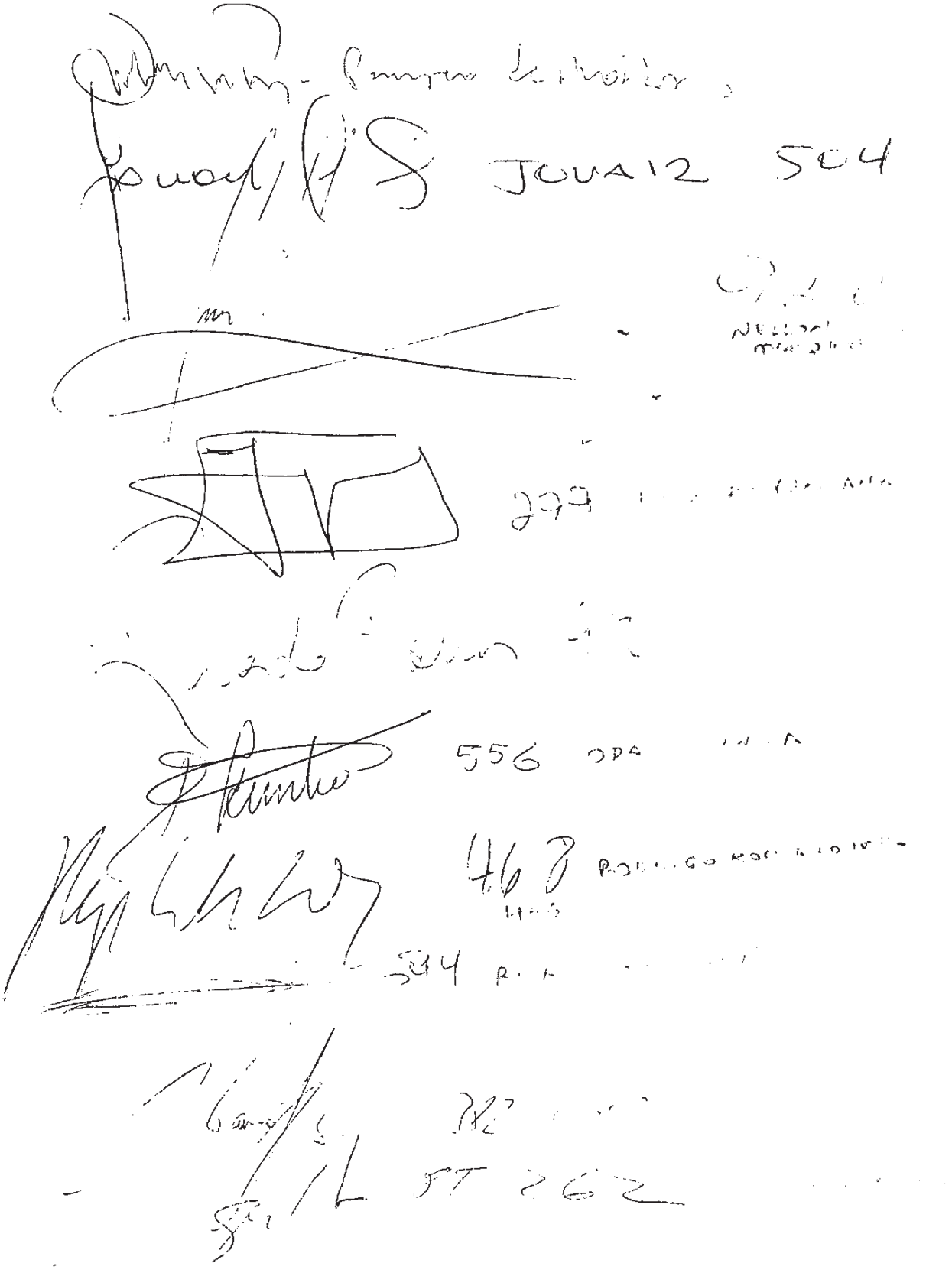
Requeiro, nos termos regimentais, a votação em separado da emenda nº 50020003 – Comissão de Turismo e Desporto. Valor a ser acrescido à emenda R$25.000.000,00 (vinte cinco milhões de reais).

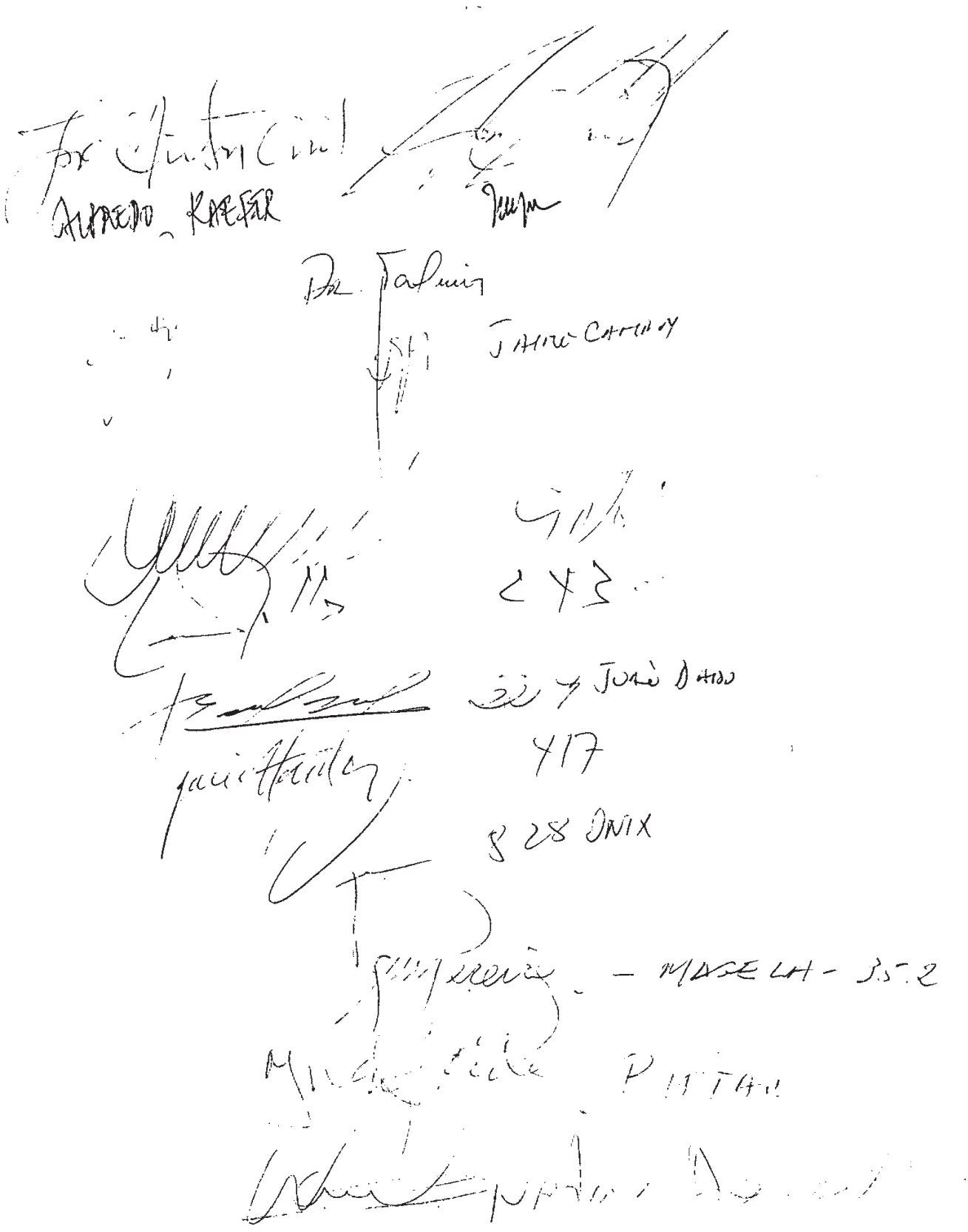
Sala de Sessões, 12 de março de 2008.








JOUA12 504
556
467
534



ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

AUTOR DA EMENDA
5002 - Com. Turismo e Desporto

EMENDA
50020003

MODALIDADE DA EMENDA
Comissão

TIPO DE EMENDA
Apropriação - Acréscimo

LOCALIDADE BENEFICIADA
9000000 - Nacional

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA
M. do Esporte

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO
27.812.1250.8765.0001
Implantação e Modernização de Infra-estrutura para Esporte Recreativo e de Lazer
Nacional

ESPECIFICAÇÃO DA META
Infra-estrutura implantada/modernizada(unidade)

QUANTIDADE
100

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R$ 1,00)

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
4 Investimentos	90 Aplic. Diretas		500.000.000
		TOTAL	500.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
020000	101	9 Reserva de Contingência	99 A Definir	0	2	500.000.000
			TOTAL			500.000.000

JUSTIFICATIVA

A presente proposição de emenda objetiva a construção/modernização de 1.140 (um mil, cento e quarenta) infra-estruturas implantada/modernizada, tais como quadras poliesportivas, ginásios e 200 praças da juventude, totalizando 1.340 implantações/modernizações para atender à necessidade de infra-estrutura esportiva de diversos municípios, com vistas a promover o atendimento da demanda por lazer e integração social da população em situação de vulnerabilidade social, na perspectiva da melhoria de sua qualidade de vida, em consonância com o Plano Nacional de Desenvolvimento do Esporte.

Ressalte-se que esta iniciativa, além da construção de novas instalações esportivas e praças da juventude, possibilitará a reforma, ampliação e modernização de instalações e equipamentos esportivos que se encontrem depredados ou danificados, de forma a restabelecer as condições de uso para o desenvolvimento das atividades esportivas demandadas pela sociedade.

REQUERIMENTO Nº 39, DE 2008–CN

Brasília, 27 de fevereiro de 2008

Estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2008.

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 132 da Resolução nº 1, de 2006–CN, Destaque para votação da Emenda de Bancada nº 71030001, apresentada ao PLN nº 30/2007 – Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2008, aprovada na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, de acordo com o valor proposto na tabela anexa, que conta com o apoiamento praticamente unânime da Bancada, sem implicar em acréscimo no montante dos recursos destinados às Emendas de Bancada do Estado de Alagoas.

Sala das Sessões, de Março de 2008

Dep. AUGUSTO FARIAS
Coordenador da Bancada de Alagoas

Deputados

Dep Augusto Farias

Dep Benedito de Lira

Dep Carlos Alberto Canuto

Dep Cristiano Matheus

Dep Francisco Tenório

Dep Givaldo Carimbão

Dep Joaquim Beltrão

Dep Mauricio Quintella Lessa

Dep Olavo Calheiros

Senadores

Fernando Collor

João Tenório

Renan Calheiros

Ao Presidente da Comissão Mista de Orçamento

Senador José Maranhão

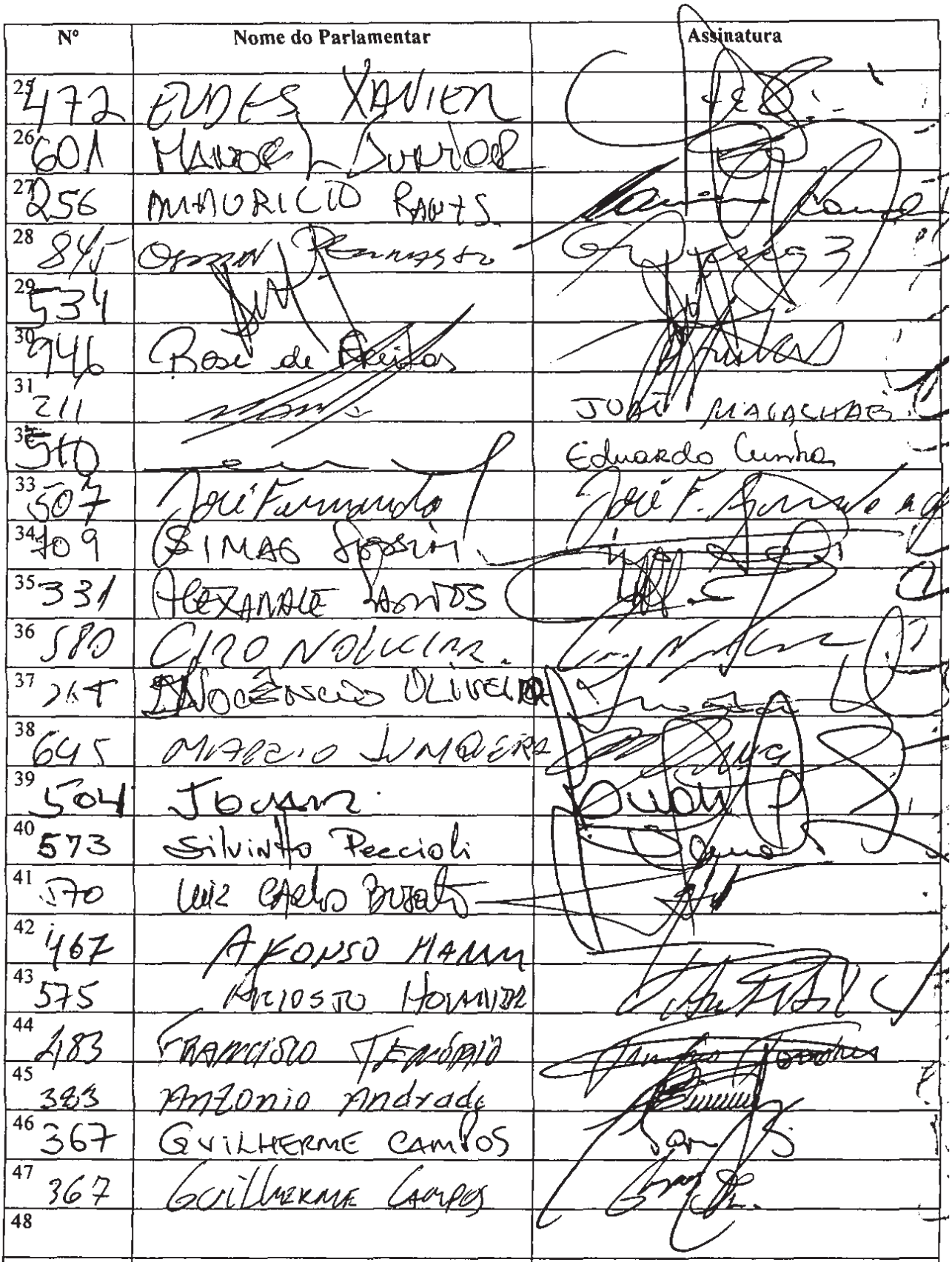
Em atenção ao Ofício sem número desta Comissão de Orçamento endereçado a esta Bancada de Alagoas, recebido hoje dia 27 de fevereiro de 2008, solicitamos que os recursos nele referidos, sejam eles, R$58.009.000,00 (cinqüenta e oito milhões e nove mil reais) mais R$9.888.888,00 (nove milhões oitocentos e oitenta e oito mil, oitocentos e oitenta e oito reais) sejam distribuídos com as Emendas de Bancada de acordo com a tabela em anexo.

DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS – EMENDAS COLETIVAS

Emenda	Autor	Tipo	UO	Nome UO	Título	Valor Pedido	Valor Setorial	RP	PARPRE (9.888.888)	Valor Fixo por Bancada	TOTAL
71030001	BANCADA DE ALAGOAS	APR	54101	M. DO TURISMO	APOIO A PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA – EM PORTO DE PEDRAS – AL	40.000.000,00	5.500.000,00	2	888.889,00	8.611.111,00	15.000.000,00
71030002	BANCADA DE ALAGOAS	APR	56101	M. DAS CIDADES	APOIO A SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITARIO NA AREA DA CIDADE BAIXA EM MACEIÓ-AL APOIO A SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO NA AREA DA CIDADE BAIXA – MACEIO - AL	200.000.000,00	19.500.000,00	2	500.000,00	-	20.000.000,00
71030003	BANCADA DE ALAGOAS	REM	39252	DNIT	MANUTENÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS – NA BR 101 – NO ESTADO DE ALAGOAS –NO ESTADO DE ALAGOAS	3.000.000,00	1.929.500,00	3	-	-	1.929.500,00
71030004	BANCADA DE ALAGOAS	REM	53101	M. DA INTEGRAÇÃO NACIONAL	IMPLANTAÇAO DO PROJETO DE IRRIGAÇÃO BARRAGEM DA BANANEIRA EM ARAPIRACA NO ESTADO DE ALAGOAS – NO ESTADO DE ALAGOAS	9.000.000,00	2.135.000,00	3	-	-	2.135.000,00
71030005	BANCADA DE ALAGOAS	APR	53101	M. DA INTEGRAÇÃO NACIONAL	APOIO À IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA SOCIAL E PRODUTIVA COMPLEMENTAR EM ESPAÇOS SUB-REGIONAIS – CORURIPE – AL	19.900.000,00	10.000.000,00	2	888.889,00	4.111.111,00	15.000.000,00
71030006	BANCADA DE ALAGOAS	APR	56902	FNHIS	PRECARIOS SITUADOS NA PARTE ALTA DE MACEIO – AL APOIO A MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS SITUADOS NA PARTE ALTA – MACEIÓ – AL	50.000.000,00	17.500.000,00	2	888.888,00	9.000,00	18.397.888,00
71030007	BANCADA DE ALAGOAS	APR	56101	M. DAS CIDADES	APOIO A CONCLUSÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DE TEOTÔNIO VILELA – AL – APOIO A CONCLUSÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA – TEOTÔNIO VILELA –A L	25.000.000,00	14.500.000,00	2	-	-	14.500.000,00
71030008	BANCADA DE ALAGOAS	APR	54101	M. DO TURISMO	APOIO A PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA – IMPLANTAÇÃO DE VIA TURÍSTICA NO TRECHO PILAR/CAJUEIRO – NO ESTADO DE ALAGOAS	50.000.000,00	5.500.000,00	2	888.889,00	8.611.111,00	15.000.000,00
71030009	BANCADA DE ALAGOAS	APR	53101	M. DA INTEGRAÇÃO NACIONAL	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA – CONSTRUÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA – POVOADO PIAU – PIRANHAS – AL	50.000.000,00	8.000.000,00	2	888.889,00	6.111.111,00	15.000.000,00
71030010	BANCADA DE ALAGOAS	APR	39252	DNIT	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS – TRECHO KM 97,6- KM 109 – NO MUNICIPIO DE MACEIÓ – AL – NA BR-104 – NO ESTADO DE ALAGOAS – NO ESTADO DE ALAGOAS	60.000.000,00	15.000.000,00	3	-	-	15.000.000,00
71030011	BANCADA DE ALAGOAS	APR	56101	M. DAS CIDADES	HIDROGRAFICA DO COMPLEXO ESTUARINO LAGUNAR MUNDAU-MANGUABA – AL – SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO COMPLEXO ESTUARINO LAGUNAR – MUNDAÚ-MANGUABA – NO ESTADO DE ALAGOAS	19.500.000,00	13.500.000,00	3	888.889,00	611.111,00	15.000.000,00
71030012	BANCADA DE ALAGOAS	REM	56101	M. DAS CIDADES	IMPLANTAÇÃO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA – AÇÕES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA – CORURIPE – AL	19.375.000,00	16.000.000,00	2	-	-	16.000.000,00
71030013	BANCADA DE ALAGOAS	APR	56101	M. DAS CIDADES	RODOVIÁRIO NA PARTE ALTA DE MACEIÓ – AL – IMPLANTAÇÃO DO CORREDOR ESTRUTURAL DE TRANSPORTE COLETIVO RODOVIÁRIO NA PARTE ALTA DA CIDADE MACEIÓ – AL	50.000.000,00	16.500.000,00	2	500.000,00	-	17.000.000,00
71030014	BANCADA DE ALAGOAS	APR	56101	M. DAS CIDADES	USO PÚBLICO EM ÁREAS CENTRAIS DE MACEIÓ – AL – INFRA-ESTRUTURA E REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇOS DE USO PÚBLICO EM ÁREAS CENTRAIS – MACEIÓ – AL	30.000.000,00	15.500.000,00	2	-	-	15.500.000,00
71030015	BANCADA DE ALAGOAS	APR	53201	CODEVASF	APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL LOCAL INTEGRADO – PENEDO – NO ESTADO DE ALAGOAS	30.000.000,00	10.000.000,00	2	888.889,00	4.111.111,00	15.000.000,00
71030016	BANCADA DE ALAGOAS	APR	54101	M. DO TURISMO	APOIO A PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA – EM MACEIÓ – AL	50.000.000,00	5.500.000,00	2	888.889,00	8.611.111,00	15.000.000,00
71030017	BANCADA DE ALAGOAS	APR	54101	M. DO TURISMO	APOIO A PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA – BARRA DE SÃO MIGUEL – AL	200.000.000,00	5.500.000,00	2	888.889,00	8.611.111,00	15.000.000,00
71030018	BANCADA DE ALAGOAS	APR	54101	M. DO TURISMO	APOIO A PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA – EM ARAPIRACA – AL	200.000.000,00	5.500.000,00	2	888.888,00	8.611.112,00	15.000.000,00
BANCADA DE ALAGOAS							**187.564.500,00**		**9.888.888,00**	**58.009.000,00**	**255.462.388,00**

Requerimento de Destaque às emendas 71030001 a 71030018

Nº	Nome do Parlamentar	Assinatura
01 644	Francisco Rossi	
02 267	FLÁVIO BEZERRA	
03 815	CARLOS BEZERRA	
04 962	MARCELO MELO	
05 583	LAERTE BESSA	
06 602	JÁTICO	
07 858		
08 946		
09 935		
10 235		
11 220		
12 368	ARNALDO JARDIM	
13 314		
14 933	PINTO ITAMARATY	
15 917	CEZAR SCHIRMER	
16 908	JOSÉ NOCIDA	
17 611		
18 428		
19 886		
20 858		
21 624		
22 382		
23 830		
24 742		



Nº	Nome do Parlamentar	Assinatura
25 472	EDUES XAVIER	
26 601	MANOEL SALVADOR	
27 256	MAURICIO RAUTS	
28 845	OSMAR RENNHOFER	
29 534		
30 946	José de Abreu	
31 211		JOÃO MAGALHÃES
32 510		Eduardo Cunha
33 507	José Fernando	José F.
34 409	SIMÃO SESSIM	
35 331	ALEXANDRE SANTOS	
36 580	CIRO NOGUEIRA	
37 264	INOCÊNCIO OLIVEIRA	
38 645	MARCIO JUNQUEIRA	
39 504	JOCIMAR	
40 573	Silvinho Peccioli	
41 570	LUIZ CARLOS BUSATO	
42 467	AFONSO HAMM	
43 575	AUGUSTO HOMMERDING	
44 483	FRANCISCO TENÓRIO	
45 383	ANTONIO ANDRADE	
46 367	GUILHERME CAMPOS	
47 367	GUILHERME CAMPOS	
48		

Nº	Nome do Parlamentar	Assinatura
51 301	CARLOS ALBERTO CANUTO	
52 305		
53 652		
54 931		
55 335		
56 231		
57 528		
58 323	Julio Delgado	
59 246	José Carlos Araújo	
60 944	Júlio César	
61 411		
62 731		
63 558		
64 403		
65 307		
66 410		
67 852		
68 415		
69 247		
70 631		
725	RAIMUNDO G MATOS	
231		
433	Eduardo Seabra	
716		

Nº	Nome do Parlamentar	Assinatura
51 276	WALDIR MARANHÃO	
52 264	Vitor Penido	
53		

Nº	Nome do Parlamentar	Assinatura
51 717	JOAQUIM BELTRÃO	
52 907	OLAVO CALHEIROS	
53 739	CRISTIANO MATHEUS	
54 376	ZENALDO COUTINHO	
55 379	Dr. SETIMO	
56 924	ALDO REBELO	
57 617	PAULO PIAU	
58 273	ARNALDO MADEIRA	
59 627	Miguel Corrêa	
60 279	LUCIO VIEIRA	
61 504	JOVAIR	
62 335	SERGIO PETECÃO	
63 213	FELIPE BORNIER	
64 931	Marcelo Ortiz	
65		

Ofício nº 10/2008 Gab/AF

Brasília DF, 28 de fevereiro de 2008

Senhor Deputado,

Solicito de Vossa Excelência a possibilidade de atendimento para que seja feito o remanejamento na distribuição de recursos estabelecida pelo art. 57, § 1º, da Resolução nº 1/2006–CN, destinados a Bancada de Alagoas a importância de R$58.009.000,00 (cinqüenta e oito milhões e nove mil reais) mais R$9.888.888,00 (nove milhões, oitocentos e oitenta e oito mil, oitocentos e oitenta e oito reais) conforme discriminado no Anexo IV – Reserva de Recursos, do Parecer Preliminar ao PLOA/2008, sejam distribuídos com as Emendas de Bancada de acordo com a tabela em anexo.

Certo de poder contar com a especial atenção de Vossa Excelência, coloco-me à inteira disposição e apresento protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente, – Deputado **Augusto Farias**, Coordenador da Bancada de Alagoas.

Ofício nº 6/2008 Gab/AF

Brasília DF, 13 de fevereiro de 2008

Senhor Presidente,

Tenho a satisfação de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que fui indicado como o novo Coordenador da Bancada do Estado de Alagoas no Congresso Nacional, dentro de um critério de rodízio anual, em reunião da Bancada realizada em 13 de fevereiro de 2008.

Colocando-me à inteira disposição, apresento a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente. – Deputado **Augusto Farias**, Coordenador da Bancada de Alagoas.

PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2008

(Projeto de Lei nº 30/2007–CN)

Ata da Reunião da Bancada do Estado de Alagoas, realizada em 13 de fevereiro de 2008.

Aos 13 dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e oito, reuniu-se a Bancada de Deputados e Senadores do Estado de Alagoas, para eleger o novo Coordenador da Bancada. Registrou-se o comparecimento dos Deputados Augusto Farias, Benedito de Lira, Carlos Alberto Canuto, Cristiano Matheus, Francisco Tenório, Joaquim Beltrão, Maurício Quintella, Olavo Calheiros e Givaldo Carimbão e dos Senadores Fernando Collor, João Tenório e Renan Calheiros. Foi eleito o novo Coordenador da Bancada de Alagoas o Deputado Augusto Farias.

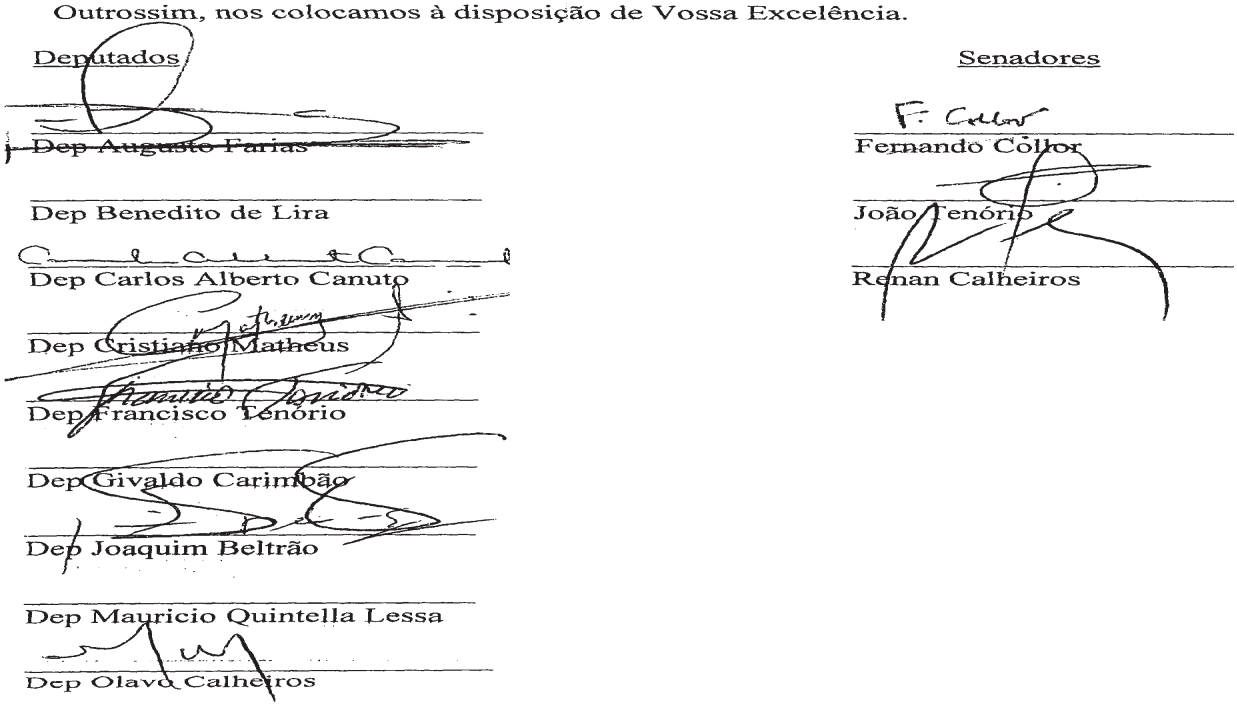
Nada mais havendo a tratar, assinam a presente Ata os Deputados e Senadores da Bancada.

Brasília, 13 de fevereiro de 2008.

A Bancada de Alagoas, reunida nesta data decidiu, por maioria, indicar o Deputado Federal Augusto Farias, dentro de um critério de rodízio anual, como Coordenador da Bancada de Alagoas no Congresso Nacional.

Outrossim, nos colocamos à disposição de Vossa Excelência.

Outrossim, nos colocamos à disposição de Vossa Excelência.



REQUERIMENTO Nº 40, DE 2008–CN

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos regimentais, destaque para votação em separado no Plenário do Congresso Nacional do seguinte destaque de remanejamento, objetivando a recomposição de dotação, em decorrência do corte promovido pelo Relator-Geral, como a seguir discriminado:

– Ação a ter seu valor acrescido (Recomposição):

– Órgão: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA

– Unidade Orçamentária: CONAB

– Funcional Programática: 22211.20.12 2.0352.2272.0001 – Gestão e Administração do Programa/ Nacional

– Seqüencial nº 1507

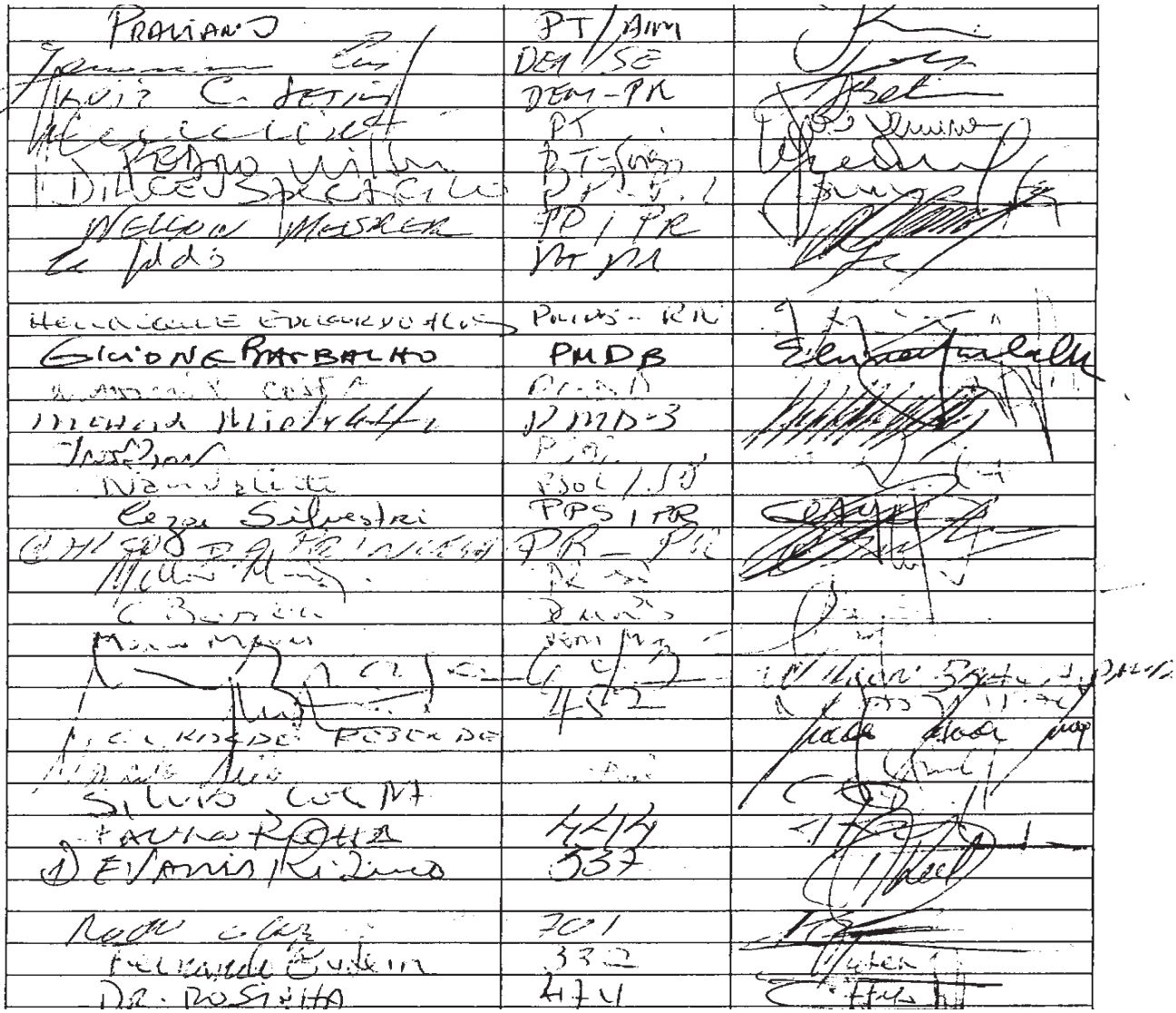
– Valor Total: R$11.938.036,00 – GND: 3

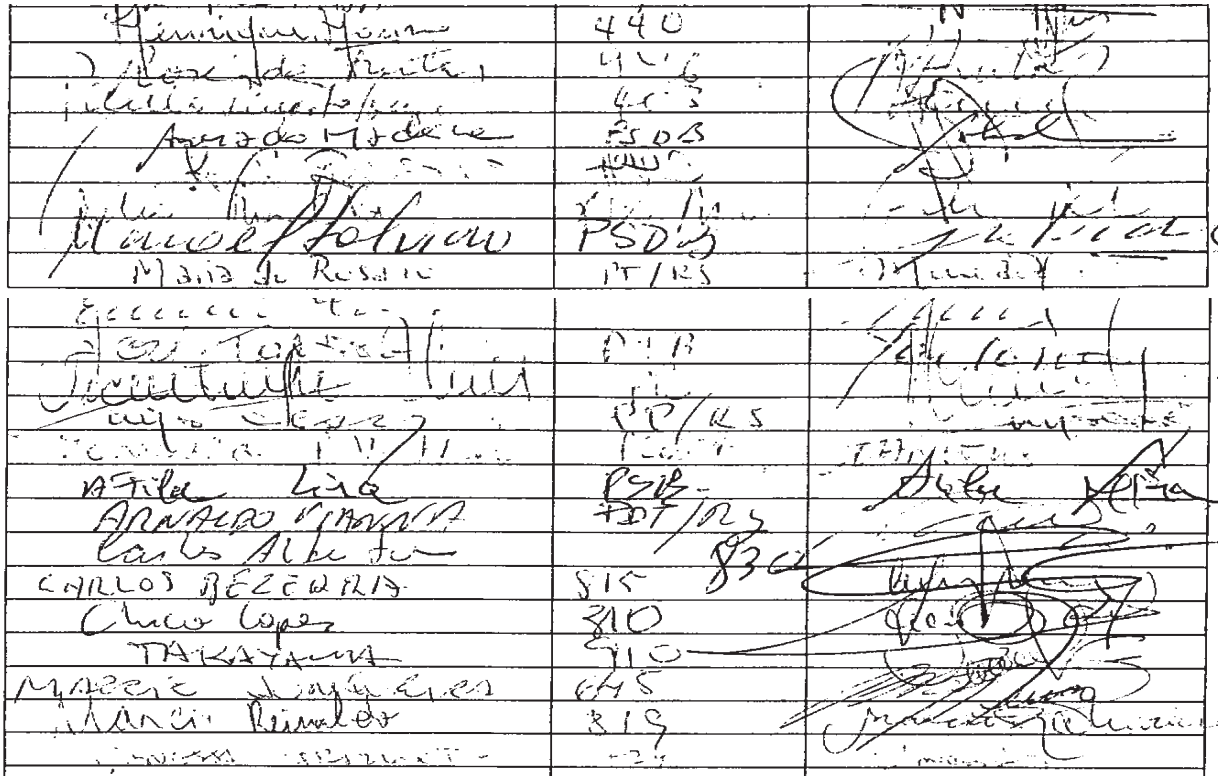
Obs. Os recursos serão viabilizados por meio do destaque supressivo apresentado à Ação: 7410 1.20.846.0352.0299.0001 – Equalização de Preços nas Aquisições do Governo Federal e na Formação de Estoques Reguladores e Estratégicos – AGF (Lei nº 8.427, de 1992).

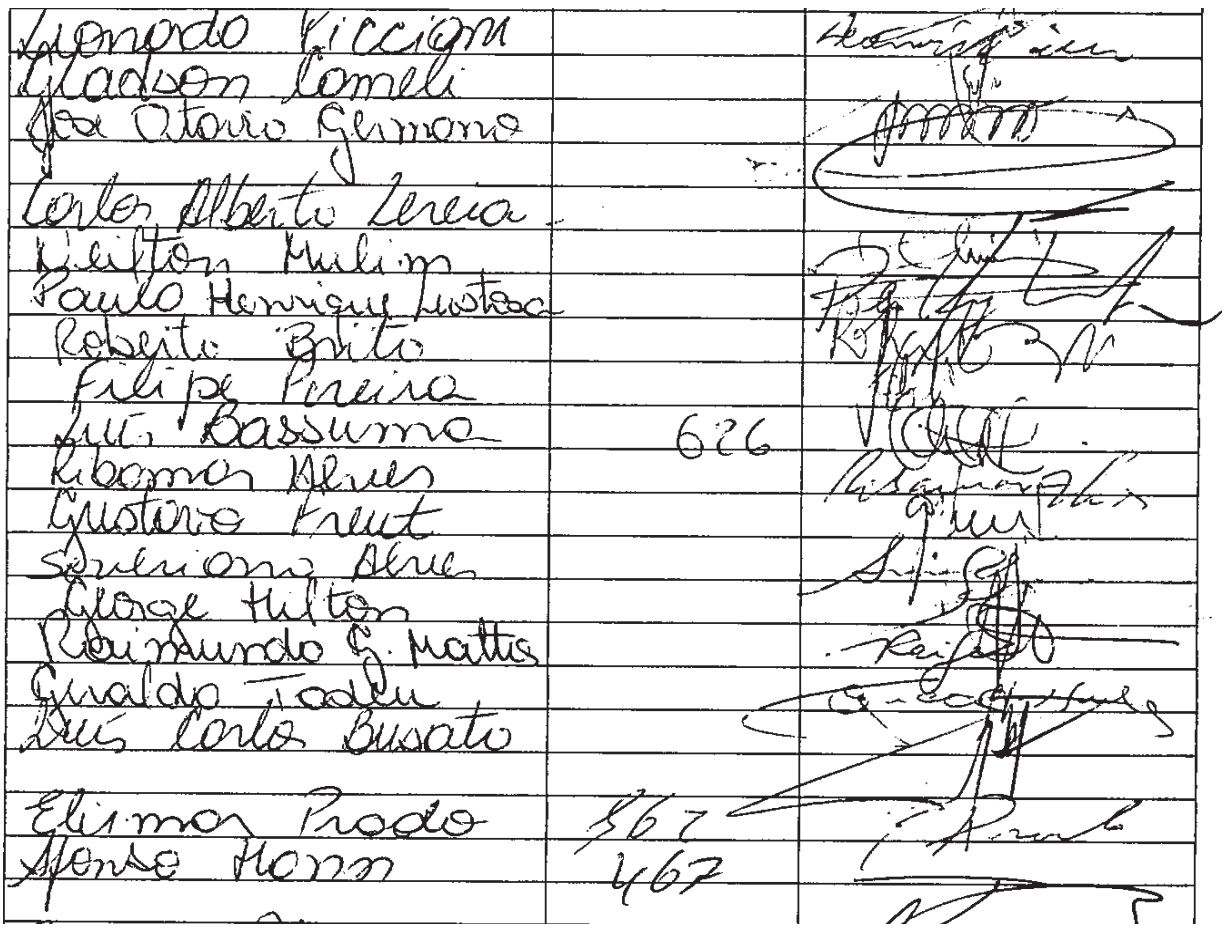
Sala das Sessões, 12 março de 2008. – Deputado **Vignatti,** PT/SC.

Assinaturas referentes ao destaque para votação em separado no Plenário do Congresso Nacional de destaque de recomposição a ser incluído no Projeto de Lei nº 30/2007 – CN, nos termos regimentais:

PARLAMENTAR	PARTIDO	ASSINATURA



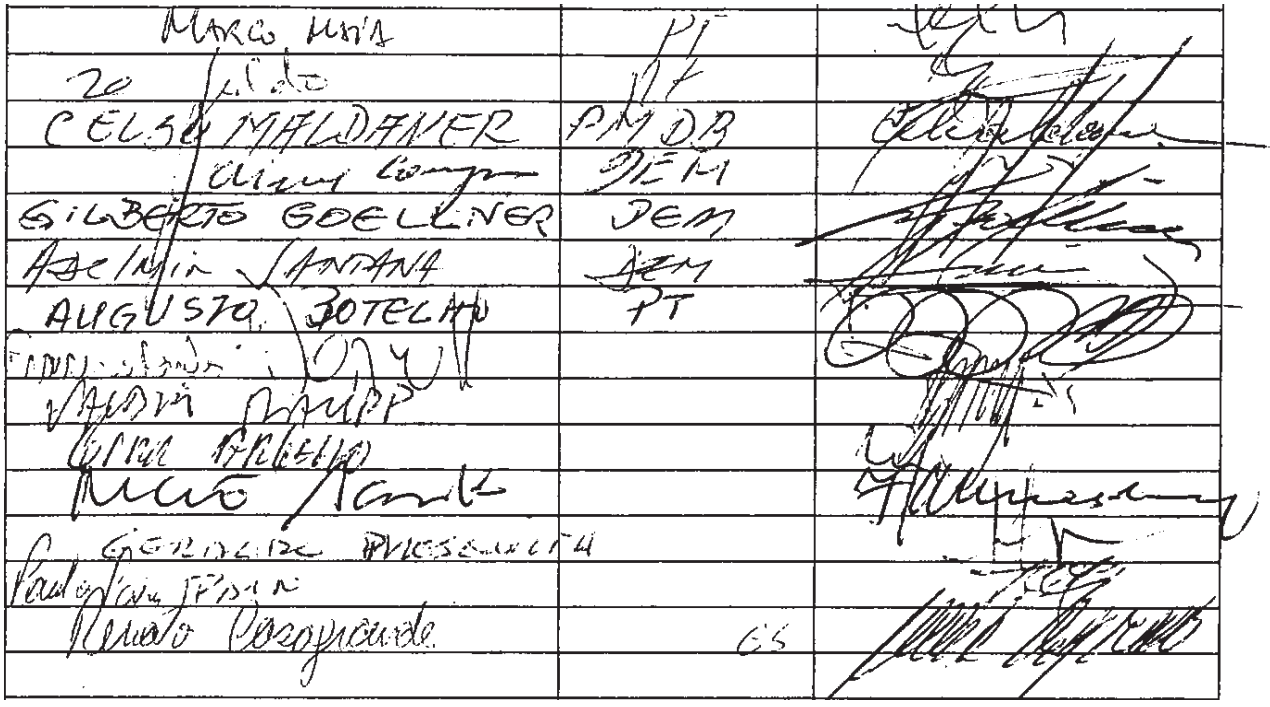

440
PSDB
PT/RS
PTB
PP/RS
PSB
PDT/RS
SIC
310
310
645
319


626
467
467

Arnaldo Vieira		
Francisco Rodrigues		
Eduardo Lopes		
Tatico		
José Paulo Tóffano	362	
Udusico Pinto		
Jerônimo Reis		
Bilac Pinto		
Eujácio Xavier		
Wellington Roberto		
Nelton Friedas		
Rubens Otoni		
João Paulo		
Silvio Torres		
Geraldo Pudim		
Bernardo Ariston		
João Dado		

Francisco Tenorio		
Paulo Roberto	PTB	
Antonio Carlos Biffi		

[illegible]	PMDB	
ANIBAL GOMES	PMDB	
GERALDO RESENDE	PMDB	
RITA CAMATA	PMDB/ES	
ASDRUBAL BENTES	PMDB	
JOSÉ MAGALHÃES	PMDB	
ROCHA LOURES	PMDB-PR	
EDÍSON LOBÃO	PMDB	
PEDRO CHAVES	PMDB	
Valdemar Borniê	PMDB	
CELSO MALDANER	PMDB/SC	



CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatoria Geral - Demonstrativo analítico das alterações da proposta Orçamentária da União para 2008 *por UO/Programa/Subtítulo* Orçamento Fiscal e Seguridade Social (em R$ 1,00)

O Func. Programática I	Seq.	Título/Subtítulo/Meta	E G R M I F S N P A U T F D E	PL 030/2007 (A)	RELAT. SETORIAL (B)	ACRÉSCIMO (C)	CANCELAMENTO (D)	SUBSTITUTIVO (E) = (B) + (C) - (D)
Unidade Orçamentária:		22211 CONAB						
Programa:		***0352 Abastecimento Agroalimentar***		2.755.633.971	2.755.633.971	1.974	13.908.036	2.741.727.909
20.122	0352.2272.0001	001507 Gestão e Administração do Programa/Nacional(Meta : - -/-)	1 1 1 90 0 100	86.351.386	86.351.386	0	0	86.351.386
			1 3 2 90 0 100	5.500.000	5.500.000	0	5.500.000	0
			1 4 2 90 0 100	700.000	700.000	0	420.000	280.000
			1 3 2 90 0 250	52.000.000	52.000.000	0	6.177.833	45.822.167
			1 4 2 90 0 250	3.500.000	3.500.000	0	0	3.500.000
			1 3 2 90 0 280	2.190.185	2.190.185	0	260.203	1.929.982
			1 1 1 90 0 900	129.000.000	129.000.000	0	0	129.000.000
20.122	0352.2829.0001	001509 Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns/Nacional(Meta : 80 Unidade modernizada/unidade)	1 3 2 90 0 100	500.000	500.000	0	500.000	0
			1 4 2 90 0 100	500.000	500.000	0	500.000	0
			1 3 2 90 0 250	4.000.000	4.000.000	0	400.000	3.600.000
			1 4 2 90 0 250	6.000.000	6.000.000	0	150.000	5.850.000
20.125	0352.2137.0001	001505 Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários/Nacional(Meta : 2.850 Fiscalização realizada/unidade)	1 3 2 90 0 100	2.300.000	2.300.000	0	0	2.300.000
			1 4 2 90 0 100	100.000	100.000	0	0	100.000
20.125	0352.4706.0001	001512 Vistoria de Estoques Privados e das Condições de Armazenamento/Nacional(Meta : 200.000 Estoque vistoriado/ton)	1 3 2 90 0 250	120.000	120.000	0	0	120.000
20.126	0352.4702.0001	001511 Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras/Nacional(Meta : 4.170 Unidade cadastrada/unidade)	1 3 2 90 0 250	360.000	360.000	0	0	360.000
20.128	0352.2808.0001	001508 Capacitação de Mão-de-Obra do Setor Armazenador/Nacional(Meta : 800 Pessoa capacitada/unidade)	1 3 2 90 0 250	200.000	200.000	0	0	200.000
20.131	0352.4641.0001	001510 Publicidade de Utilidade Pública/Nacional(Meta : - -/-)	1 3 2 90 0 250	200.000	200.000	0	0	200.000
20.273	0352.0110.0001	001518 Contribuição à Previdência Privada/Nacional(Meta : - -/-)	1 1 1 90 0 100	8.332.685	8.332.685	0	0	8.332.685
			1 1 1 90 0 900	12.400.000	12.400.000	0	0	12.400.000
20.301	0352.2004.0001	001499 Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes/Nacional(Meta : 20.497 Pessoa beneficiada/unidade)	2 3 2 90 0 151	7.000.000	7.000.000	0	0	7.000.000
			2 3 2 90 0 250	5.226.769	5.226.769	0	0	5.226.769
20.306	0352.2012.0001	001502 Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados/Nacional(Meta : 3.425 Servidor beneficiado/unidade)	1 3 1 90 0 100	9.527.102	9.527.102	0	0	9.527.102
			1 3 1 90 0 250	4.396.523	4.396.523	0	0	4.396.523
			1 3 1 90 0 280	1.268.397	1.268.397	0	0	1.268.397
20.331	0352.2011.0001	001501 Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados/Nacional(Meta : 3.161 Servidor beneficiado/unidade)	1 3 1 90 0 100	3.115.934	3.115.934	0	0	3.115.934
			1 3 1 90 0 250	1.057.819	1.057.819	0	0	1.057.819
			1 3 1 90 0 280	1.000.000	1.000.000	0	0	1.000.000
20.365	0352.2010.0001	001500 Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados/Nacional(Meta : 550 Criança atendida/unidade)	1 3 2 90 0 100	1.300.000	1.300.000	0	0	1.300.000
			1 3 2 90 0 250	529.204	529.204	0	0	529.204
			1 3 2 90 0 280	500.000	500.000	0	0	500.000
20.605	0352.10HG.0001	001516 Estudo das Perdas Quantitativas e Qualitativas na Pós-colheita de Grãos/Nacional(Meta : 1 Estudo realizado/unidade)	1 3 2 90 0 250	500.000	500.000	0	0	500.000
20.605	0352.1288.0101	001517 Conclusão da Obra da Unidade Armazenadora de Uberlândia - MG/No Município de Uberlândia - MG(Meta : 12 Obra executada/% de execução física)	1 4 2 90 0 250	3.000.000	3.000.000	0	0	3.000.000
20.605	0352.2130.0001	001503 Formação de Estoques Públicos - PGPM/Nacional(Meta : 4.925.000 Produto adquirido/ton)	1 5 0 90 0 160	2.300.000.000	2.300.000.000	0	0	2.300.000.000
20.605	0352.2133.0001	001504 Operacionalização da Comercialização de Produtos/Nacional(Meta : 27 Serviço prestado/unidade)	1 3 2 90 0 250	1.000.000	1.000.000	0	0	1.000.000
			1 3 2 90 0 280	1.000.000	1.000.000	0	0	1.000.000
20.605	0352.2138.0001	001506 Aquisição de Produtos para Comercialização/Nacional(Meta : 104.456 Produto adquirido/ton)	1 5 0 90 0 250	100.007.967	100.007.967	1.974	0	100.009.941
20.605	0352.8566.0001	001514 Incentivo à Modernização do Mercado Hortigranjeiro/Nacional(Meta : 16 Mercado modernizado/unidade)	1 3 2 90 0 250	350.000	350.000	0	0	350.000
20.605	0352.8579.0001	001515 Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar/Nacional(Meta : 7.676 Informação disponibilizada/unidade)	1 3 2 90 0 250	350.000	350.000	0	0	350.000
20.692	0352.4710.0001	001513 Organização dos Micro e Pequenos Varejistas/Nacional(Meta : 1.240 Unidade organizada/unidade)	1 3 2 90 0 250	250.000	250.000	0	0	250.000
Programa:		***0360 Gestão da Política Agropecuária***		2.400.000	2.400.000	0	0	2.400.000

OI: Indicador de Obra Irregular (S = SIM)

Esfera: 1-Fiscal 2-Seguridade Social 3-Inv. Estatais. IU(Identificador de Uso): 0-no país 1-Contrapartida para o BIRD 2-Contrapartida para o BID 3-Outras Contrapartidas 4-No Exterior

GND(Grupo Natureza Despesa): 1-Pessoal e Encargos Sociais 2-Juros e Encargos 3-Outras Desp. Correntes 4-Investimentos 5-Inversões Financeiras 6-Amort. da Dívida 9-Reserva de Contingência

Mod. de Aplicação: 10 Transf.(DL 20.91

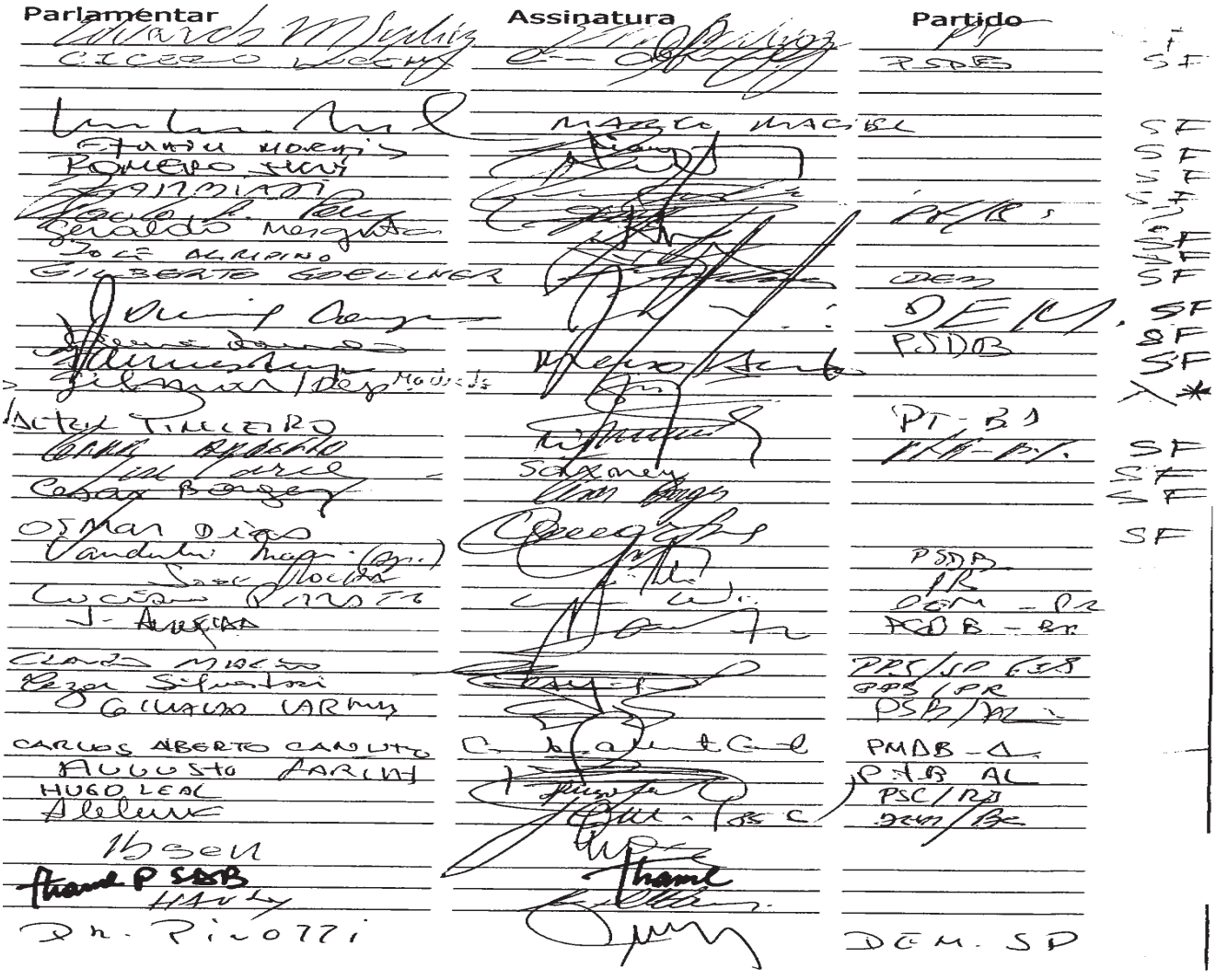
Autor (Cod)	Autor	Emenda	Emenda (Tipo)	UO	Funcional	Ação	PL	Ciclo Setorial	Ciclo Geral
MENSAGEM EXECUTIVO	MENSAGEM EXECUTIVO	MENSAGEM	NÃO APLICÁVEL	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB	20.122.0352.2272.0001	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA	279.241.571	279.241.571	
8100	RELATOR GERAL	81000149	APROPRIAÇÃO	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB	20.122.0352.2272.0001	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA	0	0	-420.000
8100	RELATOR GERAL	81000150	APROPRIAÇÃO	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB	20.122.0352.2272.0001	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA	0	0	-6.438.036
8100	RELATOR GERAL	81000152	APROPRIAÇÃO	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB	20.122.0352.2272.0001	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA	0	0	-5.500.000
						TOTAL DE CANCELAMENTOS			-12.358.036

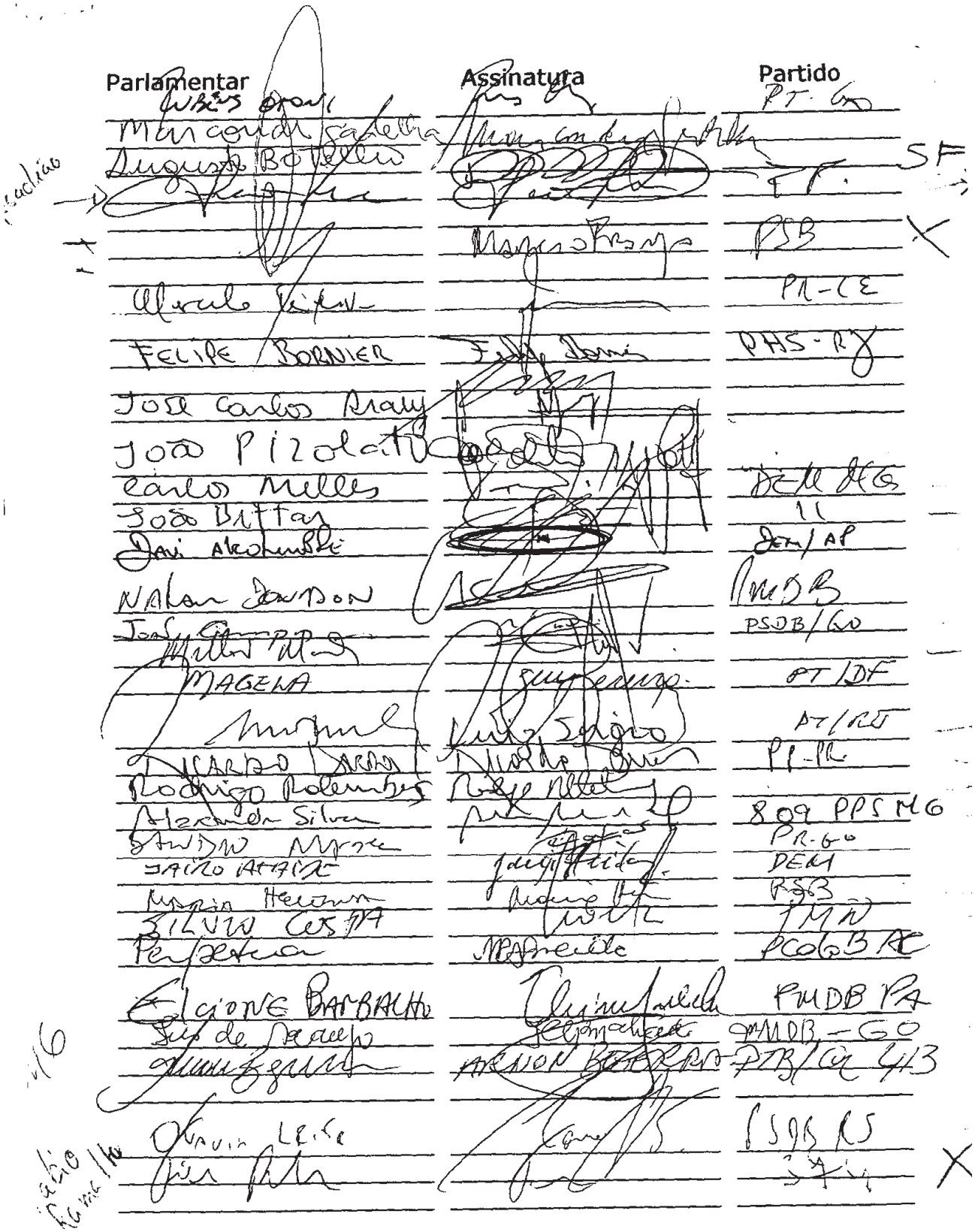
REQUERIMENTO Nº 41, DE 2008 – CN

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos regimentais, apreciação de destaque em separado, para aprovação integral da emenda coletiva nº 71230016, de autoria da bancada de Rondônia – Unidade Orçamentária 39252 – DNIT – Funcional Programática 26.782.1456.113Y.0011 – Construção de Trecho Rodoviário – Entroncamento BR-363 – Entroncamento – RO 478 (Fronteira Brasil/ Bolívia (Costa Marques – na BR 429 – no Estado de Rondônia, apresentada ao PL nº 30/2007-CN

Sala das Sessões, 12 de março de 2008. – Senador **Valdir Raupp,** Líder do PMDB/SF.




Parlamentar
Assinatura
Partido

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

AUTOR DA EMENDA
7123 - Bancada de Rondonia

EMENDA .
71230016

MODALIDADE DA EMENDA
Bancada Estadual

TIPO DE EMENDA
Apropriação - Acréscimo

LOCALIDADE BENEFICIADA
1100000 - Rondônia

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA
DNIT

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO
26.782.1456.113Y.0011
Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-364 - Entroncamento RO-478 (Fronteira Brasil/Bolívia) (Costa Marques) - na BR-429 - no Estado de Rondônia
No Estado de Rondônia

ESPECIFICAÇÃO DA META
Trecho pavimentado(km)

QUANTIDADE
100

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R$ 1,00)

GND		MOD. APLICAÇÃO		RP	Valor Acrescido
4	Investimentos	90	Aplic. Diretas	2	150.000.000
			TOTAL		150.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND		MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
020000	100	9	Reserva de Contingência	99 A Definir	0	2	150.000.000
				TOTAL			150.000.000

JUSTIFICATIVA
A rodovia BR-429/RO, com as especificações abaixo, é o único eixo de ligação da região do Vale do Guaporé à BR-364, intercedendo diretamente nos municípios de Alvorada D¿Oeste, São Miguel do Guaporé, Seringueiras, São Francisco do Guaporé e Costa Marques, fronteira com a Bolívia. A sua importância econômica para a região assenta-se na função essencial como via de escoamento da produção agro-florestal para o Estado de Rondônia como um todo. No entanto, por se tratar de uma rodovia com 301 km em revestimento primário, ou seja, em estrada de chão, os gastos com manutenção tornam-se obsoletos, porém, necessários, pois é a única maneira de assegurar o mínimo de tráfego para a população. A situação da rodovia se torna mais crítica no período de inverno, acarretando prejuízos financeiros aos usuários, além de causar isolamento dos municípios alí existentes.
Especificações Técnicas:
Tipo de Obra : Implantação e Pavimentação - projeto estruturante
Rodovia: BR-429/RO
Extensão: 291 km
Obs:. a ação consta da proposta orçamentária para 2008 e está compatível com o PPA 2008 /2011.

REQUERIMENTO Nº 42, DF 2008–CN

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos regimentais, apreciação de destaque em Separado, para aprovação integral da Emenda Coletiva nº 71230015; de autoria da Bancada de Rondônia – Unidade Orçamentária 39252 DNIT – Funcional Programática 26.782.1456.7M62.0056 – Adequação de Acessos Rodoviários – Divisa MT/RO – Divisa RO/AC – na BR 364. no Estado de Rondônia, apresentada ao PL nº 30/2007–CN

Sala das Sessões, 12 de março de 2008. – Senador **Valdir Raupp,** Líder do PMDB – SF.

Parlamentar	Assinatura	Partido

Parlamentar	Assinatura	Partido
HERCONDES GADELHA		PSC
Augusto Botelho		
		PR-CE
		PTB
FELIPE BORNIER		PHS-RJ
EDINHO ARAÚJO		
José Carlos Araújo		
Judá Pizolato		
Carlos Melles		DEM-MG
Zé Battar		
Davi Alcolumbre		DEM/AP
Nilton Baiano		PMDB
Jaf Campos		PSDB/GO
Milton Monti		
MAGELA		PT/DF
		PT/RS
Ricardo Barros		PP/PR
Rodrigo Rollemberg		PSB/DF
Arnaldo Silva		PSB/SC
SANDRO MABEL		PDS
JAIRO ATAIDE		DEM
Nilson Pinto		PSDB
SILVIO COSTA		PTB
Perpetua		PCdoB/AC
Eleonora Badaró		PMDB-PA
Sérgio Barradas		PMDB-BA
		PSB-BA
		PDT-CE
		PSB

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

AUTOR DA EMENDA
7123 - Bancada de Rondonia

EMENDA
71230015

MODALIDADE DA EMENDA
Bancada Estadual

TIPO DE EMENDA
Apropriação - Inclusão

ÁREA DE GOVERNO
Transportes - Rodovias Federais

MODALIDADE DE INTERVENÇÃO
795 Adequação de Capacidade

TIPO DE REALIZAÇÃO PRETENDIDA
529 Acesso / Trevo de Acesso

LOCALIDADE BENEFICIADA
1100000 - Rondônia

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE
Divisa RO/MT - Divisa RO/AC

ESFERA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA
DNIT

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO
26.782.999X.9999
Adequação de Acessos Rodoviários - na BR-364 - No Estado de Rondônia (Divisa RO/MT - Divisa RO/AC)
Adequação de Acessos Rodoviários - na BR-364 - No Estado de Rondônia (Divisa RO/MT - Divisa RO/AC)

ESPECIFICAÇÃO DA META
Trecho adequado(km)

QUANTIDADE
100

AÇÃO ATÍPICA

AÇÃO
Ação Atípica

OBJETIVO
Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região dos estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima e Mato Grosso.

FINALIDADE
Implantar a infra-estrutura necessária ao longo da BR 364 a fim de oferecer segurança à população local e ao trafego de veículos na rodovia.

ESPECIFICAÇÃO DA META
Trecho adequado(km)

TIPO DA AÇÃO	INÍCIO DA AÇÃO	TÉRMINO DA AÇÃO
Projeto	01/2008	12/2011

CUSTO TOTAL (R$)	META TOTAL
1.120.000.000	700

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R$ 1,00)

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
4 Investimentos	90 Aplic. Diretas	2	160.000.000
		TOTAL	160.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
020000	100	9 Reserva de Contingência	99 A Definir	0	2	160.000.000
				TOTAL		160.000.000

JUSTIFICATIVA
A ação de "adequação da BR 364 - no estado de Rondônia não consta do PLOA 2008. Consta somente a de "manutenção da BR 364". Importante que se observe que as obras possíveis de se realizar com a ação de manutenção são distintas das obras contempladas na ação de adequação de rodovias federais. A BR 364, ao longo de seus 1.038 km, desde a divisa RO/MT - RO/AC é desprovida em seu maior trecho das obras que garantam segurança ao cidadão que reside próximo a BR e também aos motoristas que utilizam a rodovia. Os recursos financeiros aprovados via emenda de bancada serão utilizados para a implantação de contornos rodoviários, acessos e trevos nas confluência da BR com o perímetro urbano das cidades às margens da BR. Seguramente, muitas vidas serão salvas e muitos acidentes de trânsito evitados com as adequações implantadas.

REQUERIMENTO Nº 43, DF 2008-CN

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos regimentais, destaque para votação em separado no Plenário do Congresso Nacional do seguinte destaque de RECOMPOSIÇÃO, em decorrência do corte promovido pelo Relator-Geral, como a seguir discriminado.

– Ação a ter seu valor acrescido (RECOMPOSIÇÃO):

– Órgão: Ministério da Cultura

Projetos Culturais na Área do Livro, da Leitura e do Conhecimento Científico, Artístico e Literário – Nacional

– Seqüencial:003832

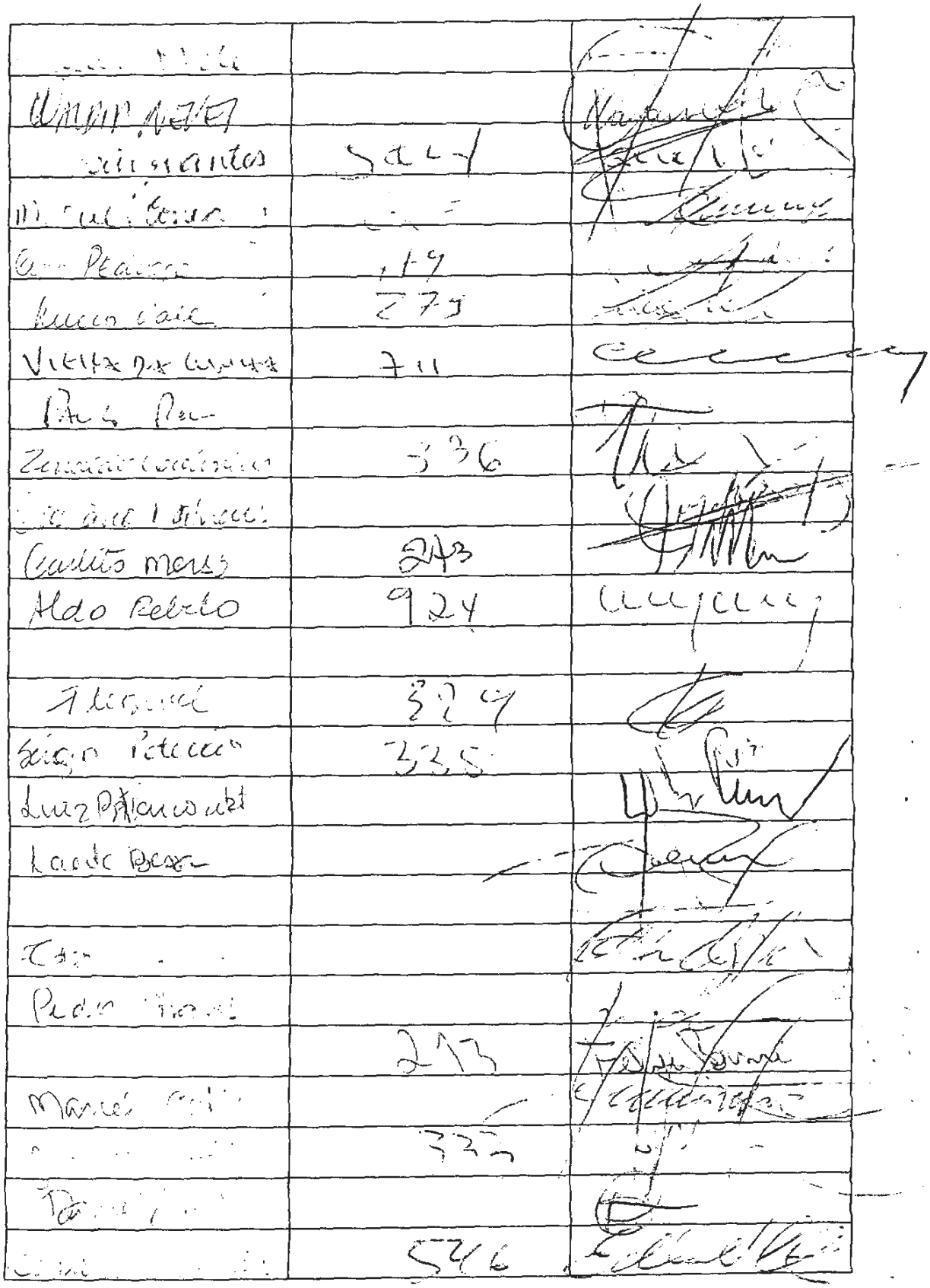
-GND:3

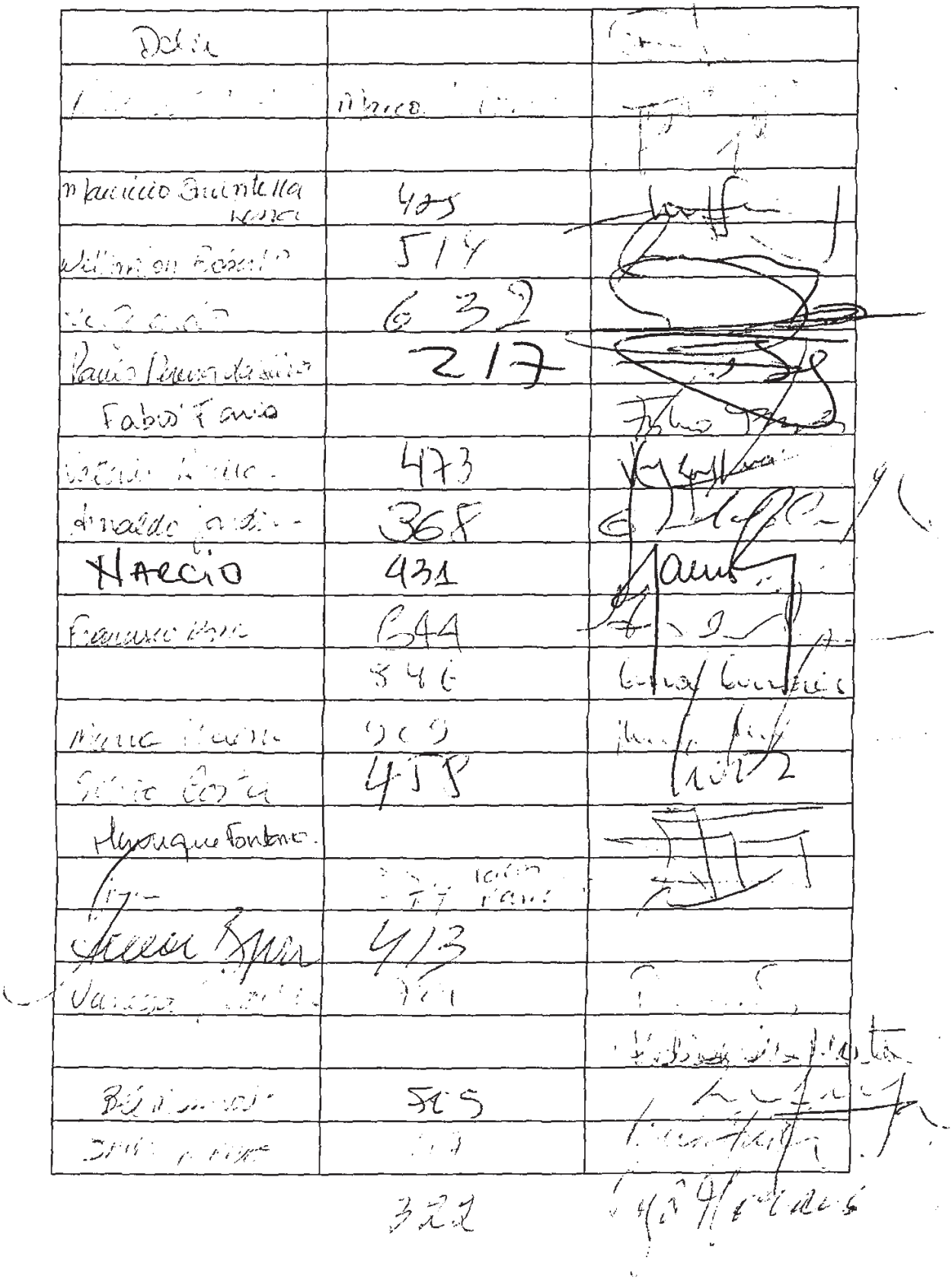
– Valor Total: 51.400.000,00

Sala das Sessões, 12 de março de 2008. – Deputado **José Fernando Aparecido de Oliveira.**

Assinaturas referentes ao destaque para votação em separado no Plenário do Congresso Nacional de destaque de recomposição a ser incluído no Projeto de Lei nº 30/2007 – CN, nos termos regimentais:

PARLAMENTAR	PARTIDO	ASSINATURA
Flávio Arns	PT/PR	
Valter Pereira	PMDB	
	PMDB	





CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatoria Geral- Alterações da proposta Orçamentária da União para 2008 - por Órgão/Projeto/Atividade/Operações Especiais

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social - Em R$ 1,00

Órgão/Projeto/Atividade/Operações Especiais		P A O	PL 030/2007 (A)	RELAT. SETORIAL (B)	ACRÉSCIMO (C)	CANCELAMENTO (D)	SUBSTITUTIVO (E) = (B) + (C) - (D)
2D41	Sistema Nacional de Cultura	A	4.750.000	4.750.000	0	950.000	3.800.000
2D79	Formulação e Gestão da Política de Direitos Autorais	A	1.880.000	1.880.000	0	0	1.880.000
4100	Pesquisas na Área do Livro, da Leitura e do Conhecimento Científico, Artístico e Literário	A	405.000	405.000	0	0	405.000
4110	Promoção e Intercâmbio de Eventos na Área do Patrimônio Cultural	A	1.960.800	1.960.800	0	0	1.960.800
4481	Coordenação e Manutenção dos Mecanismos de Incentivo à Cultura previstos na Lei nº 8.313 - PRONAC	A	5.613.465	5.613.465	0	1.122.692	4.490.773
4492	Funcionamento de Espaços Culturais da União	A	9.492.637	9.492.637	0	1.838.527	7.654.110
4531	Fiscalização das Atividades Integrantes do Setor Audiovisual	A	1.355.210	1.355.210	0	0	1.355.210
4533	Fomento à Distribuição e Comercialização de Obras Cinematográficas e Audiovisuais no País e no Exterior	A	290.640	290.640	0	0	290.640
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	A	3.643.673	3.643.673	0	0	3.643.673
4602	Produção e Distribuição de Material sobre o Patrimônio Cultural	A	1.279.232	1.279.232	0	0	1.279.232
4604	Acautelamento de Bens Culturais de Natureza Material	A	517.222	517.222	0	0	517.222
4608	Resgate da Documentação Histórica do Brasil Existente no Exterior	A	500.000	500.000	0	0	500.000
4616	Identificação e Inventário de Acervos Museológicos	A	500.000	500.000	0	0	500.000
4618	Identificação e Inventário de Bens Culturais de Natureza Imaterial	A	2.080.412	2.080.412	0	0	2.080.412
4628	Ampliação de Acervos Bibliográficos e Documentais	A	100.000	100.000	0	0	100.000
4630	Ampliação de Acervos Documentais do Patrimônio Cultural	A	415.135	415.135	0	0	415.135
4632	Concessão de Prêmios à Criação e à Difusão na Área do Conhecimento Científico, Artístico e Literário	A	256.900	256.900	0	0	256.900
4641	Publicidade de Utilidade Pública	A	2.000.000	2.000.000	0	0	2.000.000
4709	Preservação de Acervos Audiovisuais	A	300.000	300.000	0	0	300.000
4793	Fomento a Projetos na Área do Patrimônio Cultural	A	15.085.025	18.643.025	0	1.545.004	17.098.021
4794	Fomento a Projetos Culturais na Área do Livro, da Leitura e do Conhecimento Científico, Artístico e Literário	A	51.610.000	50.252.500	0	9.561.000	40.691.500
4795	Fomento a Projetos Cinematográficos e Audiovisuais	A	36.609.000	37.159.000	0	5.557.411	31.601.589
4796	Fomento a Projetos em Arte e Cultura	A	39.334.838	104.602.338	22.866.007	7.116.965	120.351.380
4797	Produção de Obras Científicas, Artísticas e Literárias	A	756.350	756.350	0	0	756.350
4821	Formulação, Acompanhamento e Avaliação de Políticas Culturais	A	6.967.654	6.967.654	0	1.393.530	5.574.124
4888	Regulamentação do Setor Cinematográfico e Audiovisual	A	600.000	600.000	0	0	600.000
4908	Concessão de Prêmio Adicional de Renda a Produtores, Distribuidores e Exibidores	A	8.380.065	8.380.065	0	1.676.013	6.704.052
5021	Educação Patrimonial na Área do Monumenta	P	12.600.000	12.600.000	0	0	12.600.000
5106	Modernização do Centro Técnico de Atividades Audiovisuais - CTAV	P	400.000	400.000	0	0	400.000
5108	Modernização da Cinemateca Brasileira	P	400.000	400.000	0	0	400.000
5538	Preservação do Patrimônio Histórico Urbano	P	29.700.000	27.450.000	0	5.224.000	22.226.000
6446	Pesquisas sobre Preservação do Patrimônio Cultural	A	481.679	481.679	0	0	481.679
6517	Promoção e Intercâmbio de Eventos de Arte e Cultura	A	6.500.000	6.500.000	0	900.000	5.600.000
6523	Promoção e Intercâmbio de Eventos Culturais na Área do Livro e da Leitura	A	1.423.000	1.423.000	0	0	1.423.000
6527	Promoção e Intercâmbio de Eventos Audiovisuais	A	5.320.000	5.320.000	0	863.998	4.456.002
6529	Promoção e Intercâmbio de Eventos Museológicos	A	2.365.000	2.365.000	0	0	2.365.000
6531	Promoção de Intercâmbios Culturais Afro-Brasileiros	A	890.000	890.000	0	0	890.000
6610	Salvaguarda de Bens Culturais de Natureza Imaterial	A	1.058.464	1.058.464	0	0	1.058.464
6619	Sistema Nacional de Informações Gerenciais e Culturais	A	9.752.473	9.752.473	0	1.165.793	8.586.680
6620	Estudos para o Fortalecimento da Economia da Cultura	A	800.000	800.000	0	0	800.000
6621	Etnodesenvolvimento das Comunidades Remanescentes de Quilombo	A	679.294	1.079.294	0	0	1.079.294
6628	Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial	A	1.236.531	1.336.531	0	0	1.336.531
6630	Identificação e Inventário de Bens Culturais de Natureza Material	A	2.380.673	2.380.673	0	0	2.380.673
6647	Preservação de Acervos Documentais, Arquivísticos e Bibliográficos do Patrimônio Cultural	A	1.262.676	1.262.676	0	0	1.262.676
6653	Fomento a Grupos e Redes da Diversidade Cultural Brasileira	A	1.350.000	1.660.000	0	0	1.660.000
6712	Fomento às Manifestações Culturais da Juventude	A	1.050.000	1.050.000	0	0	1.050.000
6876	Estudos e Pesquisas em Arte e Cultura	A	1.000.000	1.000.000	0	0	1.000.000
7258	Instalação dos Escritórios Regionais da Agência Nacional de Cinema - ANCINE	P	250.000	250.000	0	0	250.000

REQUERIMENTO Nº 44, DE 2008 – CN

Senhor Presidente,

Requeremos nos termos regimentais, destaque para Votação em separado no Plenário do Congresso Nacional do seguinte destaque de recomposição, em decorrência do corte promovido pelo Relator-Geral, como a seguir discriminado.

– Ação a ter seu valor acrescido (Recomposição):

– Órgão: Ministério da Cultura

– Funcional Programática/ Titulo: 13.392.0168.1521.0001 – Instalação de bibliotecas Públicas – Nacional

– Seqüencial: 3837

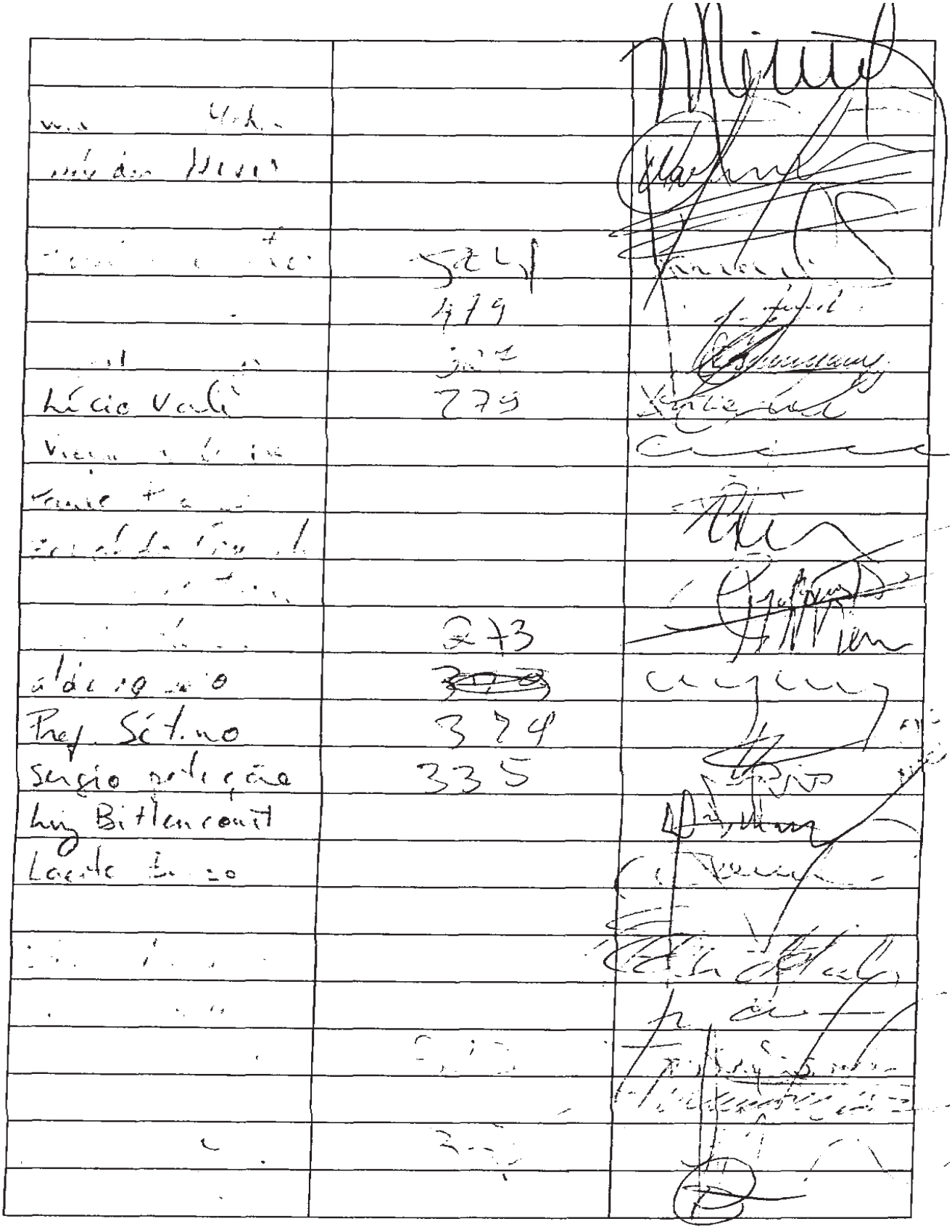
– GND: 4

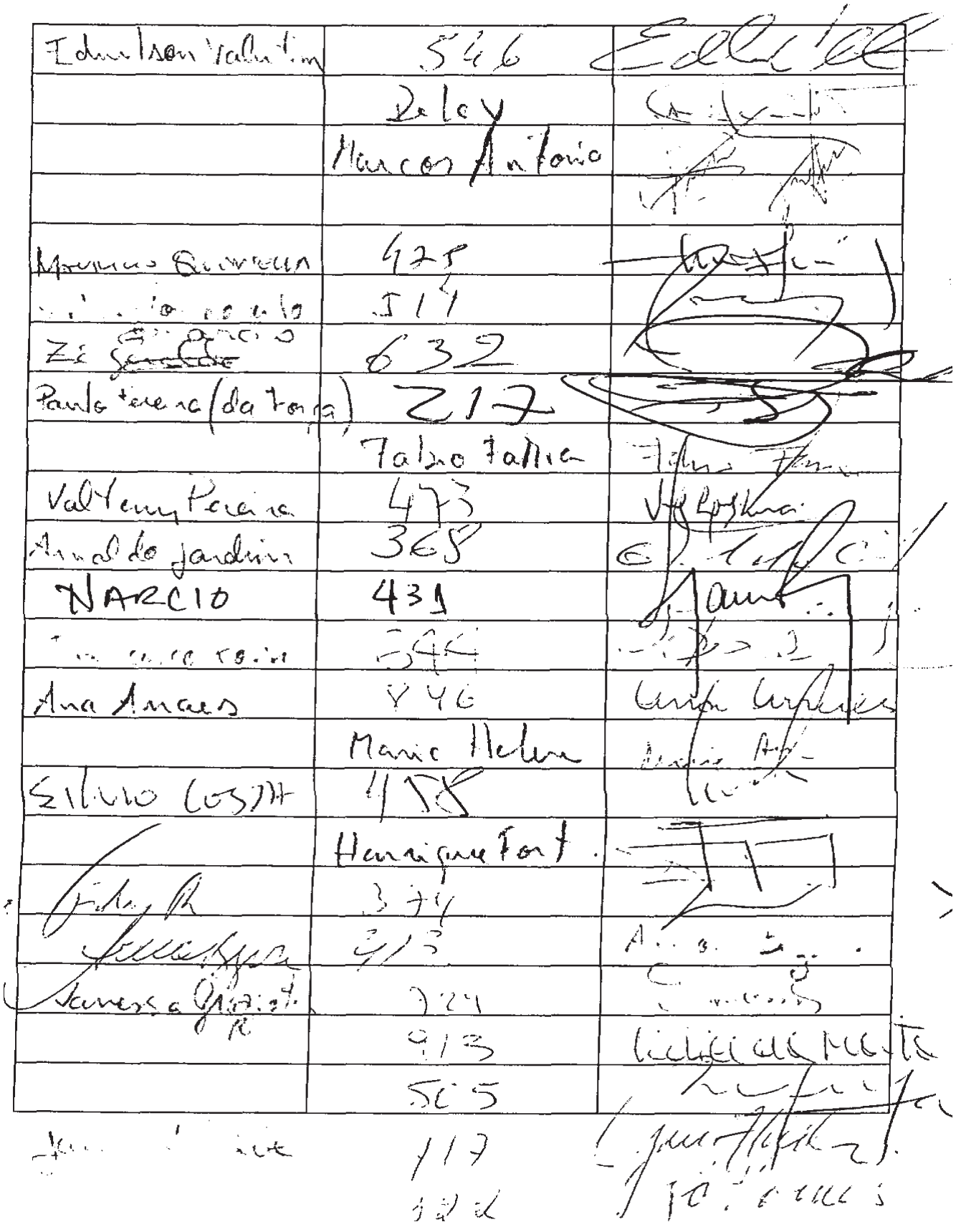
– Valor Total: R$25.804.000,00

Sala das Sessões, 12 de março de 2008. – Deputado **Jose Fernando Aparecido de Oliveira.**

Assinaturas referentes ao destaque para votação em separado no Plenário do Congresso Nacional de destaque de recomposição a ser incluído no Projeto de Lei nº 30/2007 – CN, nos termos regimentais:

PARLAMENTAR	PARTIDO	ASSINATURA
	PTB	





CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatoria Geral - Alterações da proposta Orçamentária da União para 2008 - por Órgão/Projeto/Atividade/Operações Especiais

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social - Em R$ 1,00

Órgão/Projeto/Atividade/Operações Especiais		PAO	PL 030/2007 (A)	RELAT. SETORIAL (B)	ACRÉSCIMO (C)	CANCELAMENTO (D)	SUBSTITUTIVO (E) = (B) + (C) - (D)
0155	Contribuição à Federação Internacional de Bibliotecas, Associações e Instituições - IFLA	O	2.000	2.000	0	0	2.000
0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	O	72.078.767	72.078.767	0	0	72.078.767
0284	Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa	O	15.931.973	15.931.973	0	0	15.931.973
0429	Contribuição à Conferência de Autoridades Cinematográficas de Ibero-América - CACI	O	29.540	29.540	0	0	29.540
0668	Concessão de Bolsas na Área do Livro e da Leitura	O	407.800	407.800	0	0	407.800
0821	Contribuição ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro	O	46.620	46.620	0	0	46.620
0823	Contribuição à Associação dos Estados Ibero-Americanos para o Desenvolvimento das Bibliotecas Nacionais dos Países da Iberoamérica - ABINIA	O	14.000	14.000	0	0	14.000
0979	Contribuição ao Centro Regional para Fomento do Livro na América Latina e Caribe - CERLALC (UNESCO)	O	100.000	100.000	0	0	100.000
0998	Reserva de Contingência	O	0	0	6.982.868	0	6.982.868
09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	O	23.629.126	23.629.126	0	0	23.629.126
11CP	Construção do Centro Nacional de Informações de Referência da Cultura Negra	P	3.150.000	2.400.000	0	0	2.400.000
11TM	Reforma do Prédio Sede do Ministério da Cultura	P	3.000.000	2.537.500	0	0	2.537.500
1521	Instalação de Bibliotecas Públicas	P	25.804.000	29.129.000	0	5.160.800	23.968.200
1611	Instalação de Espaços Culturais	P	12.900.000	55.318.027	3.556.250	800.000	58.074.277
1612	Modernização de Museus	P	6.673.316	6.335.691	0	470.000	5.865.691
1A79	Instalação da Hemeroteca Nacional	P	180.000	180.000	0	0	180.000
1O56	Construção do Edifício-Sede do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN	P	7.000.000	7.000.000	0	1.380.000	5.620.000
2000	Administração da Unidade	A	169.259.851	169.259.851	0	9.202.444	160.057.407
2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	A	7.468.180	7.468.180	0	0	7.468.180
2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	A	278.569	278.569	0	0	278.569
2011	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	A	5.157.225	5.157.225	0	0	5.157.225
2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	A	5.223.666	5.223.666	0	0	5.223.666
2225	Preservação dos Acervos Documentais Privados de Presidentes da República	A	300.000	300.000	0	0	300.000
2272	Gestão e Administração do Programa	A	68.840.695	68.840.695	0	6.379.167	62.461.528
2630	Preservação de Acervos Culturais	A	2.590.753	3.590.753	0	0	3.590.753
2636	Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	A	20.425.906	34.075.906	0	3.454.983	30.620.923
2639	Registro de Direitos Autorais	A	250.000	250.000	0	0	250.000
2650	Funcionamento de Bibliotecas da União	A	8.010.596	8.010.596	0	1.522.119	6.488.477
2651	Funcionamento de Museus da União	A	23.053.077	23.053.077	0	4.400.000	18.653.077
2652	Fiscalização e Inspeção Técnica de Bens Culturais	A	1.412.250	1.412.250	0	0	1.412.250
2826	Educação Patrimonial em Áreas de Bens Culturais	A	752.276	752.276	0	0	752.276
2838	Fomento a Projetos na Área Museológica	A	14.058.078	14.558.078	0	2.811.615	11.746.463
2840	Capacitação de Recursos Humanos na Área do Patrimônio Cultural	A	1.138.468	1.138.468	0	0	1.138.468
2844	Capacitação de Artistas, Técnicos e Produtores de Arte e Cultura	A	1.100.000	11.100.000	1.232.308	0	12.332.308
2948	Capacitação para Ampliação do Acesso à Produção, Fruição e Difusão Cultural	A	5.100.000	5.500.000	0	1.019.999	4.480.001
2964	Capacitação de Artistas, Técnicos e Produtores na Área de Audiovisual	A	560.000	560.000	0	0	560.000
2A75	Escola Viva- Cultura, Educação e Comunidade	A	6.000.000	6.000.000	0	1.200.000	4.800.000
2A86	Proteção aos Bens Culturais Afro-brasileiros	A	1.101.000	1.101.000	0	0	1.101.000
2A88	Rede Palmares de Comunicação	A	856.278	856.278	0	0	856.278
2A96	Assistência Jurídica às Comunidades Remanescentes de Quilombos	A	115.000	115.000	0	0	115.000
2C65	Fomento a Projetos de Capacitação e de Fortalecimento Institucional na Área do Patrimônio Histórico Urbano	A	16.000.000	16.000.000	0	0	16.000.000
2C69	Fomento a Projetos Direcionados à Cultura dos Povos Indígenas	A	1.550.000	1.550.000	0	0	1.550.000
2C70	Divulgação e Fortalecimento das Culturas Populares	A	2.050.000	2.250.000	0	0	2.250.000
2C71	Fomento a Projetos de Combate à Homofobia	A	2.000.000	2.080.000	0	0	2.080.000
2C79	Fomento a Projetos de Revitalização Cultural	A	50.000	50.000	0	0	50.000
2C80	Capacitação de Empreendedores para o Fortalecimento da Economia da Cultura	A	1.200.000	1.300.000	0	0	1.300.000
2C84	Promoção de Negócios da Economia da Cultura	A	7.000.000	7.000.000	0	1.400.000	5.600.000

REQUERIMENTO Nº 45, DE 2008-CN

Senhor Presidente,

Requeremos, nos Termos regimentais, destaque para votação em separado no Plenário do Congresso Nacional do seguinte destaque de recomposição, em decorrência do corte promovido pelo Relator-Geral, como a seguir discriminado.

– Ação a ter seu valor acrescido (Recomposição):

– Órgão: Ministério da Cultura

– Funcional Programática/ Titulo: 13.392.1141.8886.0001 – Apoio a Modernização de Espaços Culturais – Pontos de Cultura – Nacional

– Seqüencial: 003970

– GND: 3 – R$88.125.000,00

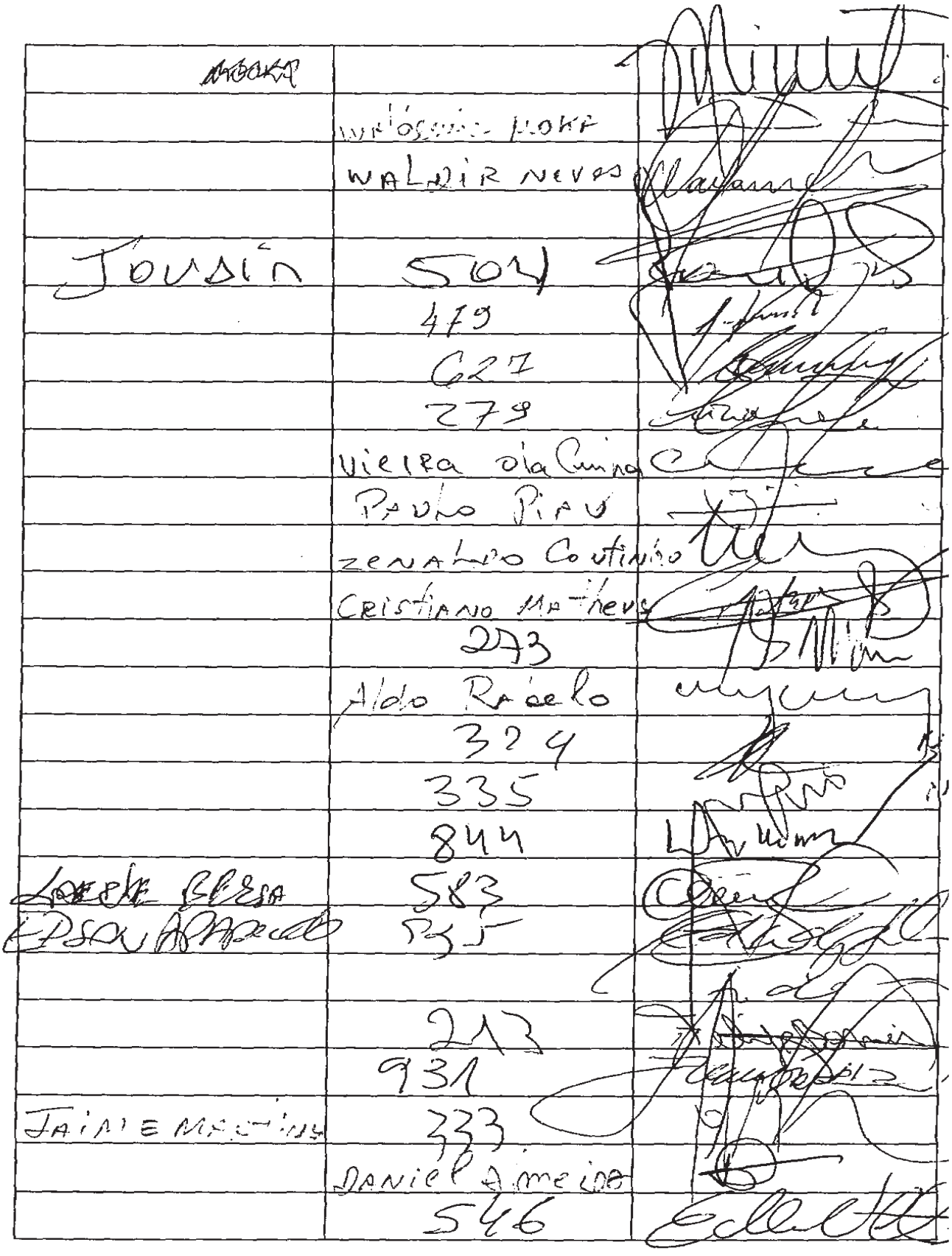
– GND: 4 – R$29.375.000,00

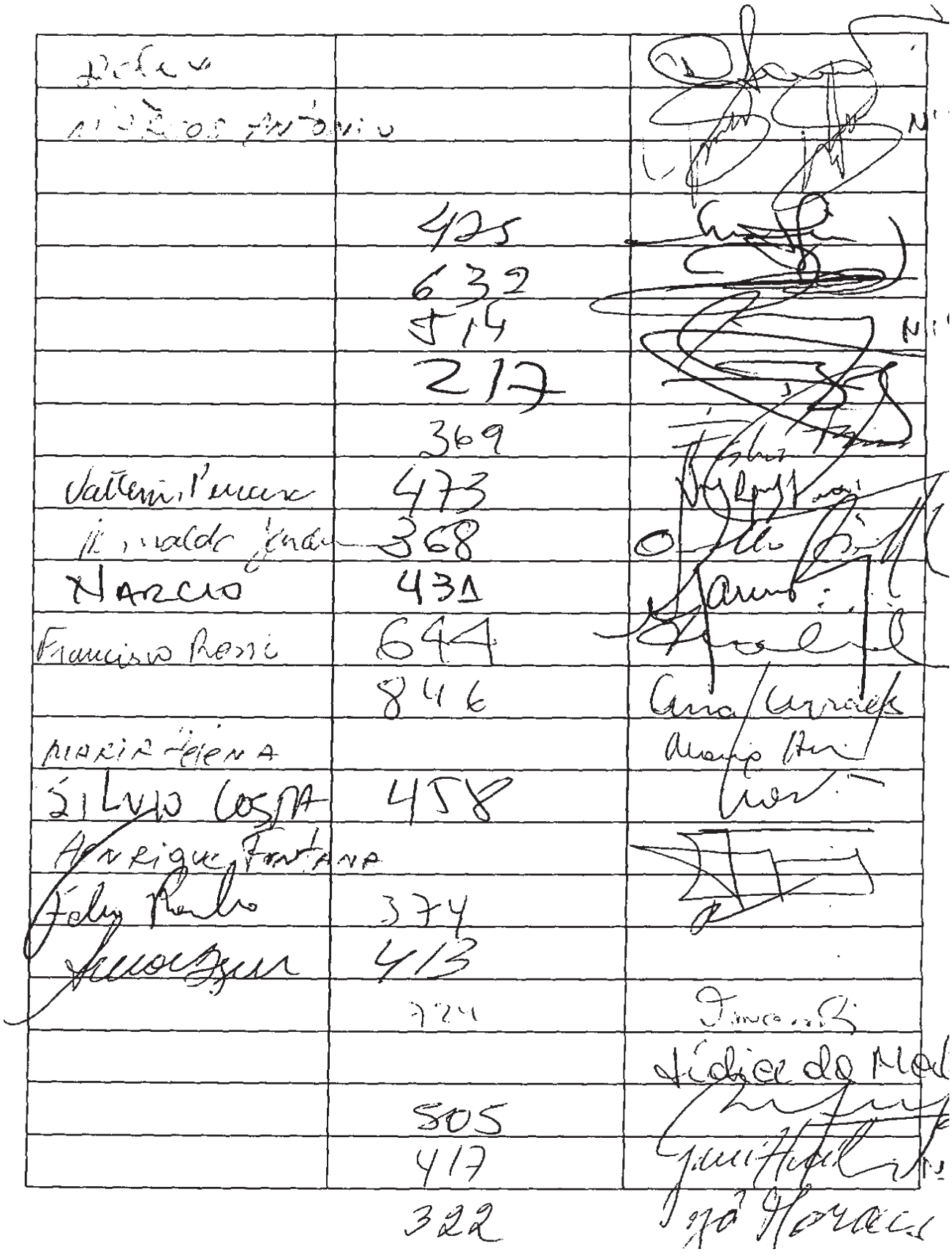
– Valor Total: R$117.500.000,00

Sala das Sessões, 12 de março de 2008. – Deputado **José Fernando Aparecido de Oliveira.**

Assinaturas referentes ao destaque para votação em separado no Plenário do Congresso Nacional de destaque de recomposição a ser incluído no Projeto de Lei nº 30/2007 – CN, nos termos regimentais:

PARLAMENTAR	PARTIDO	ASSINATURA
	PTB	
Flávio Arns	PT/PR	
Valter Pereira	PMDB	
	PMDB	


JOVAIR ARANTES
WALDIR NEVES
JOVAIR
504
479
621
279
Vieira da Cunha
Paulo Piau
Zenaldo Coutinho
Cristiano Matheus
273
Aldo Rabelo
324
335
844
583
Jaime Martins
213
931
333
Daniel Almeida
546



CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatoria Geral- *Alterações da proposta Orçamentária da União para 2008 - por Órgão/Projeto/Atividade/Operações Especiais*

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social - em R$ 1,00

Órgão/Projeto/Atividade/Operações Especiais		P A O	*PL 030/2007 (A)*	*RELAT. SETORIAL (B)*	*ACRÉSCIMO (C)*	*CANCELAMENTO (D)*	*SUBSTITUTIVO (E) = (B) + (C) - (D)*
7367	Modernização de Bibliotecas Públicas	P	30.900.000	29.412.000	0	4.569.999	24.842.001
8047	Capacitação de Recursos Humanos em Cultura e Patrimônio Afro-Brasileiro	A	100.000	100.000	0	0	100.000
8053	Fomento a Projetos da Cultura Afro-Brasileira	A	1.319.911	15.129.911	4.292.143	0	19.422.054
8069	Pesquisas sobre Cultura e Patrimônio Afro-Brasileiro	A	387.428	387.428	0	0	387.428
8102	Administração dos Investimentos Retornáveis no Setor Audiovisual - Fundo Setorial do Audiovisual	A	1.098.678	1.098.678	0	0	1.098.678
8106	Apoio a Projetos Audiovisuais Específicos - Fundo Setorial do Audiovisual	A	5.170.000	5.170.000	0	1.034.000	4.136.000
8197	Inserção da Cultura Brasileira no Exterior - Cultura Brasileira no Mundo	A	7.260.000	7.260.000	0	1.451.999	5.808.001
8206	Proteção e Promoção dos Conhecimentos e das Expressões Culturais Tradicionais	A	70.000	70.000	0	0	70.000
8207	Capacitação de Profissionais de Museus	A	1.173.173	1.173.173	0	0	1.173.173
8208	Digitalização de Acervos Culturais - Biblioteca Digital	A	330.000	330.000	0	0	330.000
8293	Capacitação de Recursos Humanos na Área do Livro e da Leitura	A	253.000	253.000	0	0	253.000
8481	Funcionamento da Cinemateca Brasileira	A	3.512.000	3.512.000	0	652.399	2.859.601
8483	Funcionamento do Centro Técnico de Atividades Audiovisuais - CTAV	A	855.351	855.351	0	0	855.351
86AV	Gestão e Manutenção de Bens Móveis e Imóveis de Valor Artístico, Histórico e Cultural da Extinta Rede Ferroviária Federal S.A. RFFSA	A	6.000.000	6.000.000	0	1.200.000	4.800.000
8713	Reabilitação de Bens Culturais e Sítios Históricos Protegidos	A	300.000	300.000	0	0	300.000
8886	Apoio e Modernização de Espaços Culturais - Pontos de Cultura	A	117.500.000	119.825.784	0	19.843.063	99.982.721
8891	Apoio a Iniciativas de Economia Solidária Relacionadas à Cultura	A	800.000	800.000	0	0	800.000
8956	Ampliação e Modernização de Áreas de Conservação e Restauração de Bens Culturais	A	1.582.900	1.582.900	0	0	1.582.900
ÓRGÃO: 44	**Ministério do Meio Ambiente**		**2.764.438.000**	**2.872.384.419**	**212.416.734**	**129.539.675**	**2.955.261.478**
0005	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas	O	20.102.044	20.102.044	0	0	20.102.044
008Q	Dissolução e Liquidação da Companhia de Desenvolvimento de Barcarena - CODEBAR	O	963.725	963.725	0	0	963.725
008R	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado devida pela Companhia de Desenvolvimento de Barcarena - Entidade em Dissolução/Liquidação	O	170.000	170.000	0	0	170.000
0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	O	221.486.592	221.486.592	0	0	221.486.592
0284	Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa	O	7.276.660	7.276.660	0	0	7.276.660
0292	Contribuição à United Nations Environment Programme - UNEP	O	590.132	590.132	0	0	590.132
0483	Contribuição à Convenção sobre a Diversidade Biológica - CDB	O	372.000	372.000	0	0	372.000
0998	Reserva de Contingência	O	1.092.019.978	1.092.019.978	185.183.699	51.220.784	1.225.982.893
09AY	Contribuição à Convenção de Zonas Úmidas de Importância Internacional (Ramsar, Irã, 1971)	O	100.000	100.000	0	0	100.000
09BC	Contribuição à Convenção Internacional das Nações Unidas de Combate a Desertificação nos Países Afetados por Seca Grave e/ou Desertificação - CCD	O	300.000	300.000	0	0	300.000
09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	O	104.039.873	104.039.873	0	0	104.039.873
0C36	Contribuição à Convenção de Controle dos Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e seu Depósito (Convenção de Basiléia)	O	167.250	167.250	0	0	167.250
0C37	Contribuição à Convenção Sobre os Poluentes Orgânicos Persistentes (Convenção de Estocolmo)	O	122.650	122.650	0	0	122.650
0C38	Contribuição à Convenção Sobre o Procedimento de Consentimento Prévio Informado para o Comércio Internacional de Certas Substâncias Químicas e Agrotóxicos Perigosos (Convenção de Roterdã)	O	100.350	100.350	0	0	100.350
0C39	Contribuição à International Tropical Timber Organization - ITTO	O	800.000	800.000	0	0	800.000
101P	Recuperação e Preservação da Bacia do Rio São Francisco	P	8.430.926	8.430.926	0	1.446.185	6.984.741
101Q	Recuperação e Preservação da Bacia dos Rios Tocantins/Araguaia	P	300.000	300.000	0	0	300.000
101R	Recuperação e Preservação da Bacia do Rio Paraíba do Sul	P	200.000	200.000	0	0	200.000
101U	Implantação de Banco de Dados Ambientais das Bacias Hidrográficas com Vulnerabilidade Ambiental	P	1.261.000	1.261.000	0	0	1.261.000
101V	Implantação de Corredores Ecológicos	P	24.443.385	24.443.385	0	0	24.443.385
10F1	Demarcação das Florestas Públicas da União no Distrito Florestal da BR 163	P	8.200.000	8.200.000	0	0	8.200.000
10F1	Demarcação das Florestas Públicas da União no Distrito Florestal da BR-163	P	0	-1.134.028	0	1.240.000	-2.374.028
10FL	Ampliação e Modernização da Estrutura de Informática do Ministério do Meio Ambiente	P	4.000.000	3.157.242	0	0	3.157.242
10TC	Elaboração do Inventário Florestal Nacional	P	1.600.000	1.600.000	0	0	1.600.000
10TD	Implantação do Sistema Nacional de Informações Florestais	P	1.400.000	1.400.000	0	0	1.400.000

REQUERIMENTO Nº 46, DE 2008 – CN

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos regimentais, destaque para votação em separado no Plenário do Congresso Nacional do seguinte destaque de Recomposição, em decorrência do corte promovido pelo Relator-Geral, como a seguinte discriminado.

– Ação a ter seu valor acrescido (Recomposição):

– Órgão; Ministério da Cultura

– Funcional Programática/Título: 13.392.0168.4794.0001 – Fomento a Projetos Culturais na Área do Livro, da Leitura e do Conhecimento Científico, Artístico e Literário – Nacional

– Seqüencial: 3832

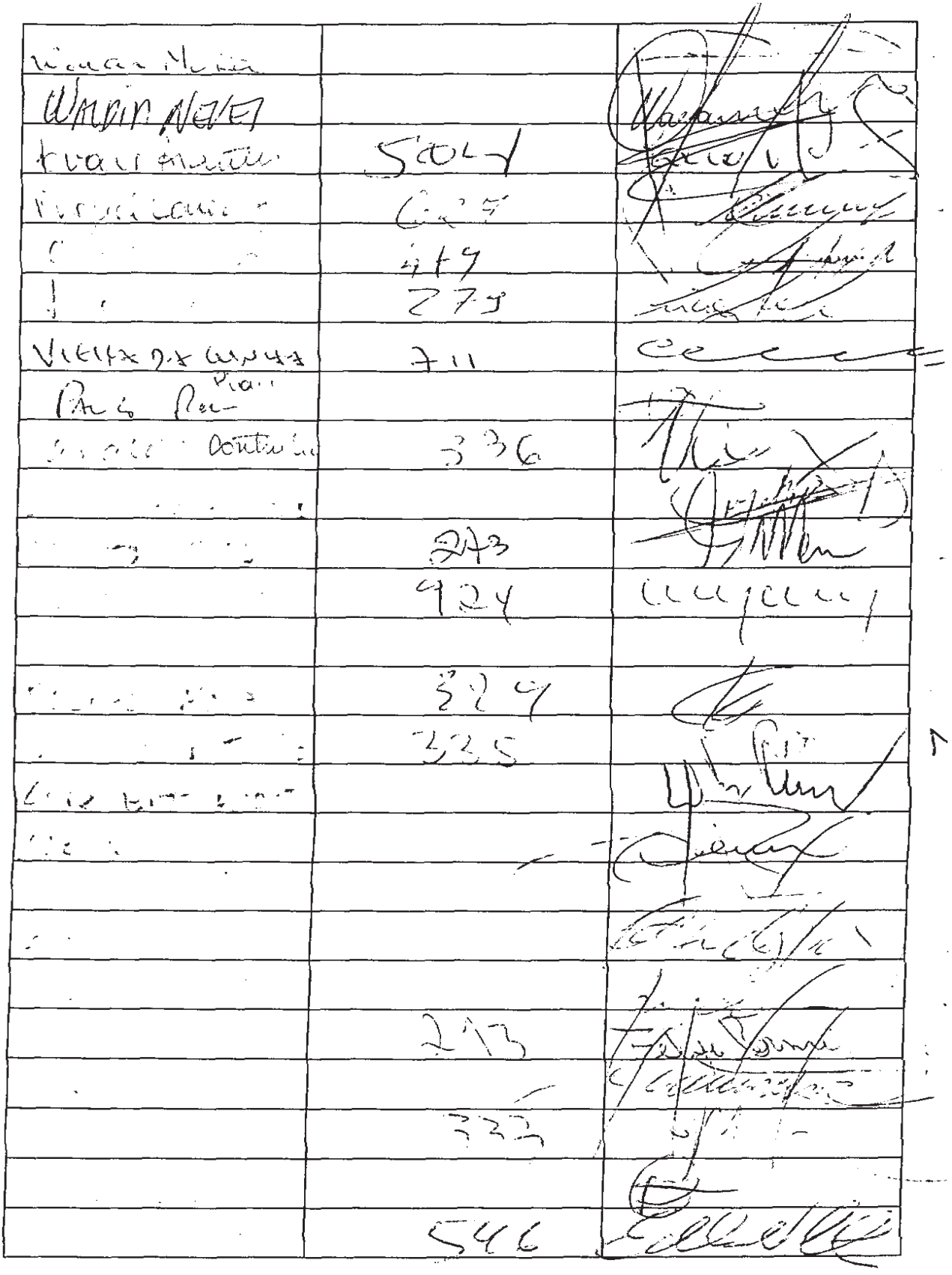
– GND: 3

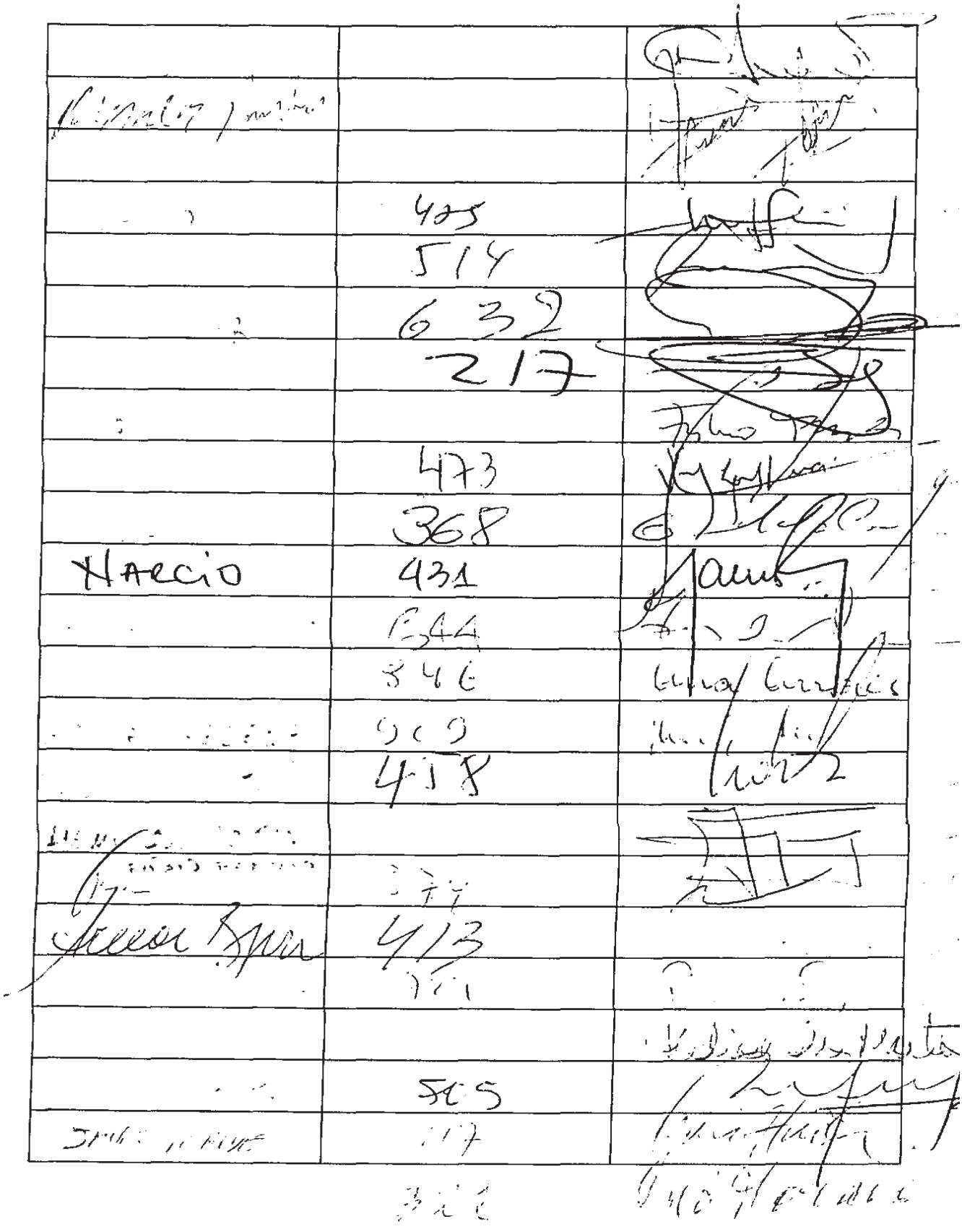
– Valor Total: 51.400.000,00

Sala das Sessões, 12 de março de 2008. – Deputado **José Fernando Aparecido de Oliveira**.

Assinaturas referentes ao destaque para votação em separado no Plenário do Congresso Nacional de destaque de recomposição a ser incluído no Projeto de Lei nº 30/2007 – CN, nos termos regimentais:

PARLAMENTAR	PARTIDO	ASSINATURA
Elenio Arruda	PT/PR	
Walter Pereira	PMDB	
Mão Santa	PMDB	





CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatoria Geral- Alterações da proposta Orçamentária da União para 2008 - por Órgão/Projeto/Atividade/Operações Especiais

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social - Em R$ 1,00

Órgão/Projeto/Atividade/Operações Especiais		P A O	PL 030/2007 (A)	RELAT. SETORIAL (B)	ACRÉSCIMO (C)	CANCELAMENTO (D)	SUBSTITUTIVO (E) = (B) + (C) - (D)
2D41	Sistema Nacional de Cultura	A	4.750.000	4.750.000	0	950.000	3.800.000
2D79	Formulação e Gestão da Política de Direitos Autorais	A	1.880.000	1.880.000	0	0	1.880.000
4100	Pesquisas na Área do Livro, da Leitura e do Conhecimento Científico, Artístico e Literário	A	405.000	405.000	0	0	405.000
4110	Promoção e Intercâmbio de Eventos na Área do Patrimônio Cultural	A	1.960.800	1.960.800	0	0	1.960.800
4481	Coordenação e Manutenção dos Mecanismos de Incentivo à Cultura previstos na Lei nº 8.313 - PRONAC	A	5.613.465	5.613.465	0	1.122.692	4.490.773
4492	Funcionamento de Espaços Culturais da União	A	9.492.637	9.492.637	0	1.838.527	7.654.110
4531	Fiscalização das Atividades Integrantes do Setor Audiovisual	A	1.355.210	1.355.210	0	0	1.355.210
4533	Fomento à Distribuição e Comercialização de Obras Cinematográficas e Audiovisuais no País e no Exterior	A	290.640	290.640	0	0	290.640
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	A	3.643.673	3.643.673	0	0	3.643.673
4602	Produção e Distribuição de Material sobre o Patrimônio Cultural	A	1.279.232	1.279.232	0	0	1.279.232
4604	Acautelamento de Bens Culturais de Natureza Material	A	517.222	517.222	0	0	517.222
4608	Resgate da Documentação Histórica do Brasil Existente no Exterior	A	500.000	500.000	0	0	500.000
4616	Identificação e Inventário de Acervos Museológicos	A	500.000	500.000	0	0	500.000
4618	Identificação e Inventário de Bens Culturais de Natureza Imaterial	A	2.080.412	2.080.412	0	0	2.080.412
4628	Ampliação de Acervos Bibliográficos e Documentais	A	100.000	100.000	0	0	100.000
4630	Ampliação de Acervos Documentais do Patrimônio Cultural	A	415.135	415.135	0	0	415.135
4632	Concessão de Prêmios à Criação e à Difusão na Área do Conhecimento Científico, Artístico e Literário	A	256.900	256.900	0	0	256.900
4641	Publicidade de Utilidade Pública	A	2.000.000	2.000.000	0	0	2.000.000
4709	Preservação de Acervos Audiovisuais	A	300.000	300.000	0	0	300.000
4793	Fomento a Projetos na Área do Patrimônio Cultural	A	15.085.025	18.643.025	0	1.545.004	17.098.021
4794	Fomento a Projetos Culturais na Área do Livro, da Leitura e do Conhecimento Científico, Artístico e Literário	A	51.610.000	50.252.500	0	9.561.000	40.691.500
4795	Fomento a Projetos Cinematográficos e Audiovisuais	A	36.609.000	37.159.000	0	5.557.411	31.601.589
4796	Fomento a Projetos em Arte e Cultura	A	39.334.838	104.602.338	22.866.007	7.116.965	120.351.380
4797	Produção de Obras Científicas, Artísticas e Literárias	A	756.350	756.350	0	0	756.350
4821	Formulação, Acompanhamento e Avaliação de Políticas Culturais	A	6.967.654	6.967.654	0	1.393.530	5.574.124
4888	Regulamentação do Setor Cinematográfico e Audiovisual	A	600.000	600.000	0	0	600.000
4908	Concessão de Prêmio Adicional de Renda a Produtores, Distribuidores e Exibidores	A	8.380.065	8.380.065	0	1.676.013	6.704.052
5021	Educação Patrimonial na Área do Monumenta	P	12.600.000	12.600.000	0	0	12.600.000
5106	Modernização do Centro Técnico de Atividades Audiovisuais - CTAV	P	400.000	400.000	0	0	400.000
5108	Modernização da Cinemateca Brasileira	P	400.000	400.000	0	0	400.000
5538	Preservação do Patrimônio Histórico Urbano	P	29.700.000	27.450.000	0	5.224.000	22.226.000
6446	Pesquisas sobre Preservação do Patrimônio Cultural	A	481.679	481.679	0	0	481.679
6517	Promoção e Intercâmbio de Eventos de Arte e Cultura	A	6.500.000	6.500.000	0	900.000	5.600.000
6523	Promoção e Intercâmbio de Eventos Culturais na Área do Livro e da Leitura	A	1.423.000	1.423.000	0	0	1.423.000
6527	Promoção e Intercâmbio de Eventos Audiovisuais	A	5.320.000	5.320.000	0	863.998	4.456.002
6529	Promoção e Intercâmbio de Eventos Museológicos	A	2.365.000	2.365.000	0	0	2.365.000
6531	Promoção de Intercâmbios Culturais Afro-Brasileiros	A	890.000	890.000	0	0	890.000
6610	Salvaguarda de Bens Culturais de Natureza Imaterial	A	1.058.464	1.058.464	0	0	1.058.464
6619	Sistema Nacional de Informações Gerenciais e Culturais	A	9.752.473	9.752.473	0	1.165.793	8.586.680
6620	Estudos para o Fortalecimento da Economia da Cultura	A	800.000	800.000	0	0	800.000
6621	Etnodesenvolvimento das Comunidades Remanescentes de Quilombo	A	679.294	1.079.294	0	0	1.079.294
6628	Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial	A	1.236.531	1.336.531	0	0	1.336.531
6630	Identificação e Inventário de Bens Culturais de Natureza Material	A	2.380.673	2.380.673	0	0	2.380.673
6647	Preservação de Acervos Documentais, Arquivísticos e Bibliográficos do Patrimônio Cultural	A	1.262.676	1.262.676	0	0	1.262.676
6653	Fomento a Grupos e Redes da Diversidade Cultural Brasileira	A	1.350.000	1.660.000	0	0	1.660.000
6712	Fomento às Manifestações Culturais da Juventude	A	1.050.000	1.050.000	0	0	1.050.000
6876	Estudos e Pesquisas em Arte e Cultura	A	1.000.000	1.000.000	0	0	1.000.000
7258	Instalação dos Escritórios Regionais da Agência Nacional de Cinema - ANCINE	P	250.000	250.000	0	0	250.000

REQUERIMENTO Nº 47, DE 2008 – CN

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos regimentais, destaque para votação em separado no Plenário do Congresso Nacional do seguinte destaque de recomposição, em decorrência do corte promovido pelo Relator-Geral, como a seguir discriminado.

– Ação a ter seu valor acrescido (Recomposição):

– Órgão: Ministério da Cultura

– Funcional Programática/Título: 13.392.1142.4796.0001 – Fomento a Projetos em Arte e Cultura – Nacional

– Sequencial: 3787

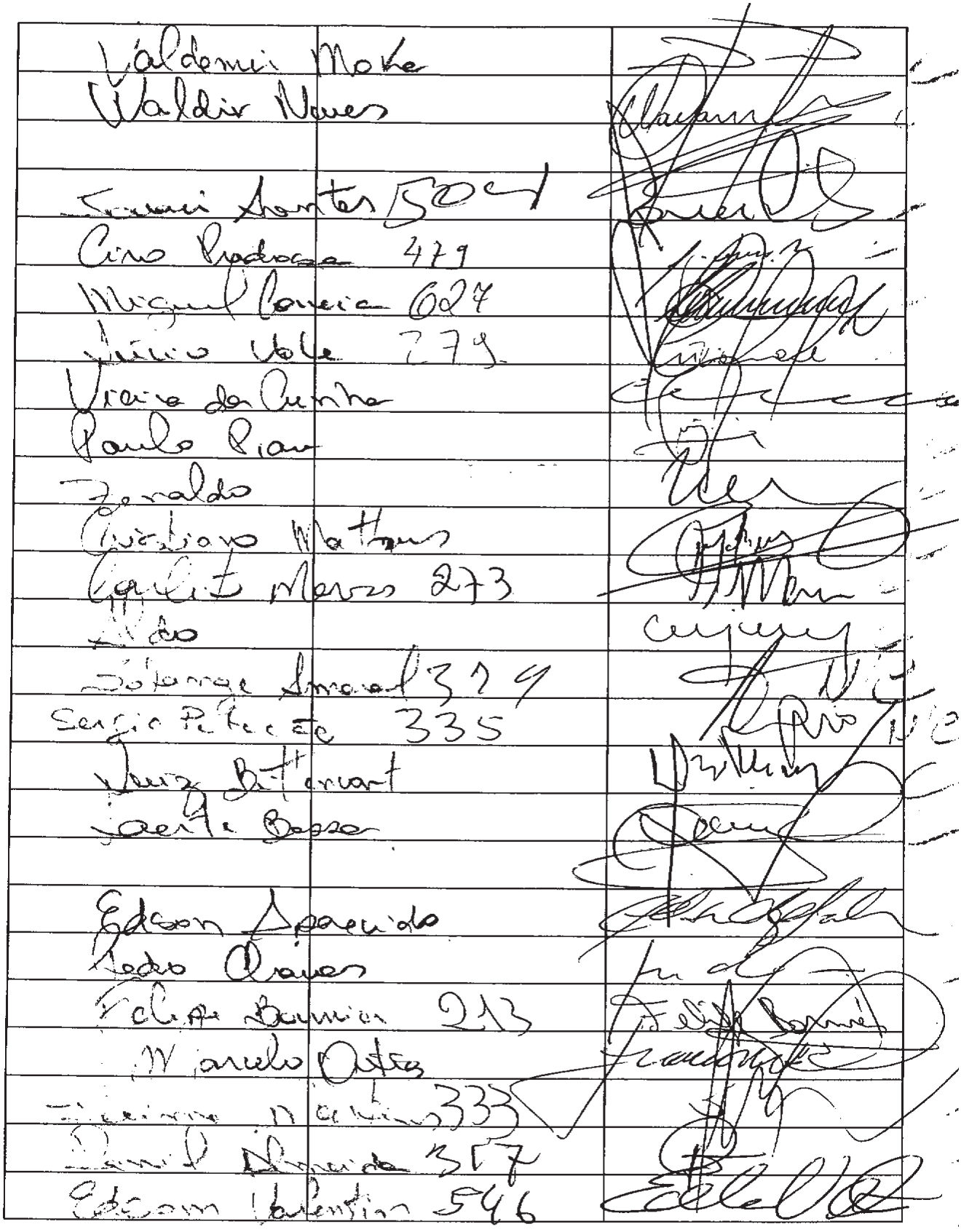
– GND: 3

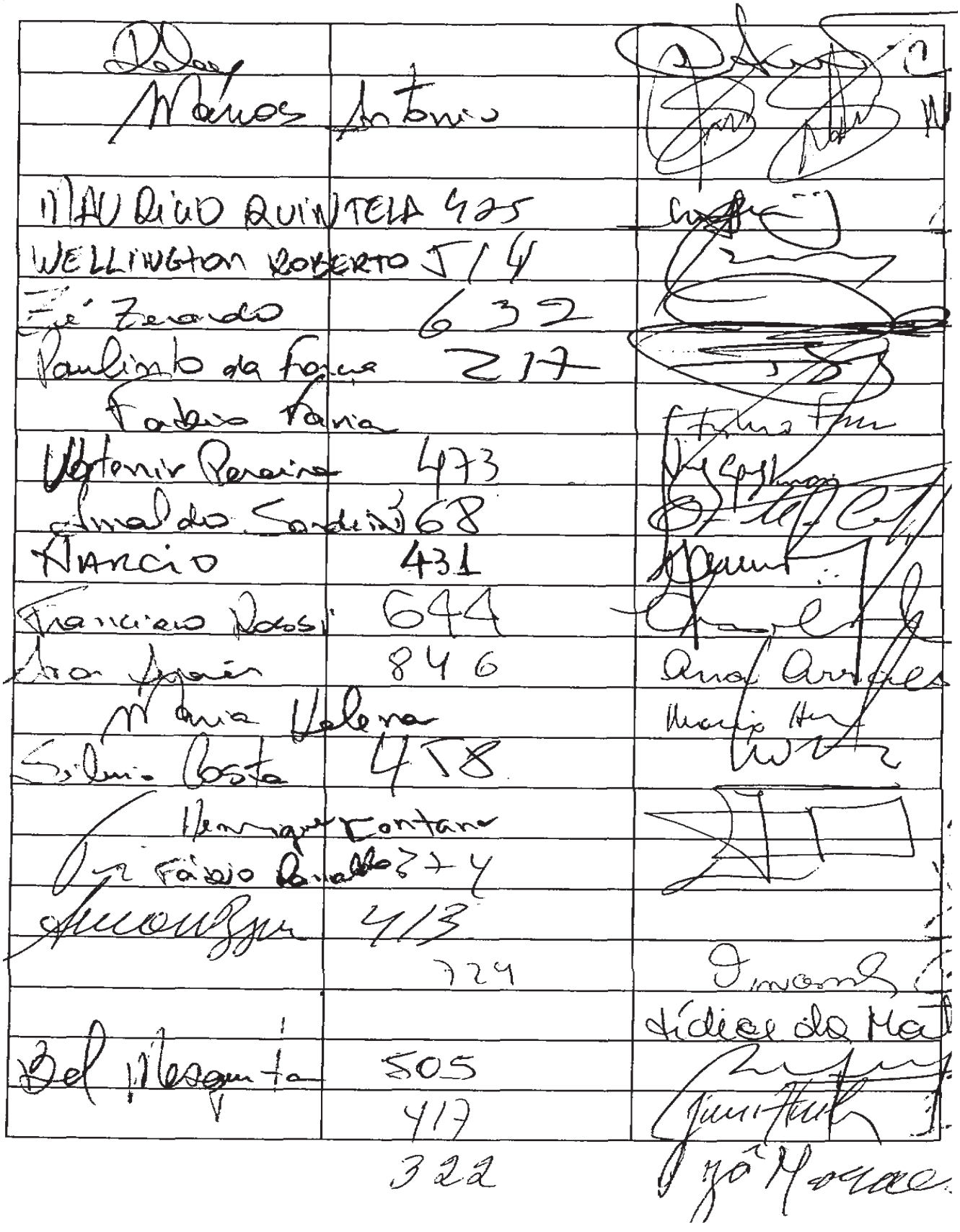
– Valor Total: R$20.164.000,00

Sala da Sessões, 12 de março de 2008. – Deputado **José Fernando Aparecido de Oliveira.**

Assinaturas referentes ao destaque para votação em separado no Plenário do Congresso Nacional de destaque de recomposição a ser incluído no Projeto de Lei nº 30/2007 – CN, nos termos regimentais:

PARLAMENTAR	PARTIDO	ASSINATURA
	PTB	
	275 PT	
Pedro Novais	813	
Zezéu Ribeiro		
Rose de Freitas	946	
Lino Nogueira		
Carlos William	522	
Alfredo Kaefer		
Luiz Bittencourt	211	
Eduardo Lopes	850	
Lobbe Neto	450	
Jose Airton	832	
Dalva Lazaroni	382	
Edson Santos	845	
Flávio Arns	PT/PR	
Valter Pereira	PMDB	
Mendes Ribeiro	PMDB	





CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatoria Geral- Alterações da proposta Orçamentária da União para 2008 - por Órgão/Projeto/Atividade/Operações Especiais

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social - em R$ 1,00

Órgão/Projeto/Atividade/Operações Especiais		AÇÃO	PLOA 2008 (A)	PROPOSTA ORIGINAL (B)	ACRÉSCIMO (C)	CANCELAMENTO (D)	SUBSTITUTIVO (E) = (B) + (C) - (D)
2D41	Sistema Nacional de Cultura	A	4.750.000	4.750.000	0	950.000	3.800.000
2D79	Formulação e Gestão da Política de Direitos Autorais	A	1.880.000	1.880.000	0	0	1.880.000
4100	Pesquisas na Área do Livro, da Leitura e do Conhecimento Científico, Artístico e Literário	A	405.000	405.000	0	0	405.000
4110	Promoção e Intercâmbio de Eventos na Área do Patrimônio Cultural	A	1.960.800	1.960.800	0	0	1.960.800
4481	Coordenação e Manutenção dos Mecanismos de Incentivo à Cultura previstos na Lei nº 8.313 - PRONAC	A	5.613.465	5.613.465	0	1.122.692	4.490.773
4492	Funcionamento de Espaços Culturais da União	A	9.492.637	9.492.637	0	1.838.527	7.654.110
4531	Fiscalização das Atividades Integrantes do Setor Audiovisual	A	1.355.210	1.355.210	0	0	1.355.210
4533	Fomento à Distribuição e Comercialização de Obras Cinematográficas e Audiovisuais no País e no Exterior	A	290.640	290.640	0	0	290.640
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	A	3.643.673	3.643.673	0	0	3.643.673
4602	Produção e Distribuição de Material sobre o Patrimônio Cultural	A	1.279.232	1.279.232	0	0	1.279.232
4604	Acautelamento de Bens Culturais de Natureza Material	A	517.222	517.222	0	0	517.222
4608	Resgate da Documentação Histórica do Brasil Existente no Exterior	A	500.000	500.000	0	0	500.000
4616	Identificação e Inventário de Acervos Museológicos	A	500.000	500.000	0	0	500.000
4618	Identificação e Inventário de Bens Culturais de Natureza Imaterial	A	2.080.412	2.080.412	0	0	2.080.412
4628	Ampliação de Acervos Bibliográficos e Documentais	A	100.000	100.000	0	0	100.000
4630	Ampliação de Acervos Documentais do Patrimônio Cultural	A	415.135	415.135	0	0	415.135
4632	Concessão de Prêmios à Criação e à Difusão na Área do Conhecimento Científico, Artístico e Literário	A	256.900	256.900	0	0	256.900
4641	Publicidade de Utilidade Pública	A	2.000.000	2.000.000	0	0	2.000.000
4709	Preservação de Acervos Audiovisuais	A	300.000	300.000	0	0	300.000
4793	Fomento a Projetos na Área do Patrimônio Cultural	A	15.085.025	18.643.025	0	1.545.004	17.098.021
4794	Fomento a Projetos Culturais na Área do Livro, da Leitura e do Conhecimento Científico, Artístico e Literário	A	51.610.000	50.252.500	0	9.561.000	40.691.500
4795	Fomento a Projetos Cinematográficos e Audiovisuais	A	36.609.000	37.159.000	0	5.557.411	31.601.589
4796	Fomento a Projetos em Arte e Cultura	A	39.334.838	104.602.338	22.866.007	7.116.965	120.351.380
4797	Produção de Obras Científicas, Artísticas e Literárias	A	756.350	756.350	0	0	756.350
4821	Formulação, Acompanhamento e Avaliação de Políticas Culturais	A	6.967.654	6.967.654	0	1.393.530	5.574.124
4888	Regulamentação do Setor Cinematográfico e Audiovisual	A	600.000	600.000	0	0	600.000
4908	Concessão de Prêmio Adicional de Renda a Produtores, Distribuidores e Exibidores	A	8.380.065	8.380.065	0	1.676.013	6.704.052
5021	Educação Patrimonial na Área do Monumento	P	12.600.000	12.600.000	0	0	12.600.000
5106	Modernização do Centro Técnico de Atividades Audiovisuais - CTAV	P	400.000	400.000	0	0	400.000
5108	Modernização da Cinemateca Brasileira	P	400.000	400.000	0	0	400.000
5538	Preservação do Patrimônio Histórico Urbano	P	29.700.000	27.450.000	0	5.224.000	22.226.000
6446	Pesquisas sobre Preservação do Patrimônio Cultural	A	481.679	481.679	0	0	481.679
6517	Promoção e Intercâmbio de Eventos de Arte e Cultura	A	6.500.000	6.500.000	0	900.000	5.600.000
6523	Promoção e Intercâmbio de Eventos Culturais na Área do Livro e da Leitura	A	1.423.000	1.423.000	0	0	1.423.000
6527	Promoção e Intercâmbio de Eventos Audiovisuais	A	5.320.000	5.320.000	0	863.998	4.456.002
6529	Promoção e Intercâmbio de Eventos Museológicos	A	2.365.000	2.365.000	0	0	2.365.000
6531	Promoção de Intercâmbios Culturais Afro-Brasileiros	A	890.000	890.000	0	0	890.000
6610	Salvaguarda de Bens Culturais de Natureza Imaterial	A	1.058.464	1.058.464	0	0	1.058.464
6619	Sistema Nacional de Informações Gerenciais e Culturais	A	9.752.473	9.752.473	0	1.165.793	8.586.680
6620	Estudos para o Fortalecimento da Economia da Cultura	A	800.000	800.000	0	0	800.000
6621	Etnodesenvolvimento das Comunidades Remanescentes de Quilombo	A	679.294	1.079.294	0	0	1.079.294
6628	Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial	A	1.236.531	1.336.531	0	0	1.336.531
6630	Identificação e Inventário de Bens Culturais de Natureza Material	A	2.380.673	2.380.673	0	0	2.380.673
6647	Preservação de Acervos Documentais, Arquivísticos e Bibliográficos do Patrimônio Cultural	A	1.262.676	1.262.676	0	0	1.262.676
6653	Fomento a Grupos e Redes da Diversidade Cultural Brasileira	A	1.350.000	1.660.000	0	0	1.660.000
6712	Fomento às Manifestações Culturais da Juventude	A	1.050.000	1.050.000	0	0	1.050.000
6876	Estudos e Pesquisas em Arte e Cultura	A	1.000.000	1.000.000	0	0	1.000.000
7258	Instalação dos Escritórios Regionais da Agência Nacional de Cinema - ANCINE	P	250.000	250.000	0	0	250.000

REQUERIMENTO Nº 48, DE 2008–CN

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos regimentais, destaque para votação em separado no Plenário do Congresso Nacional do seguinte destaque da Recomposição, em decorrência do corte promovido pelo Relator-Geral, como a seguir discriminado.

– Ação a ter seu valor acrescido (Recomposição)

– Órgão: Ministério da Cultura

– Funcional Programática/Título: 13.391.0171.2651.0001 – Funcionamento de Museus da União-Nacional

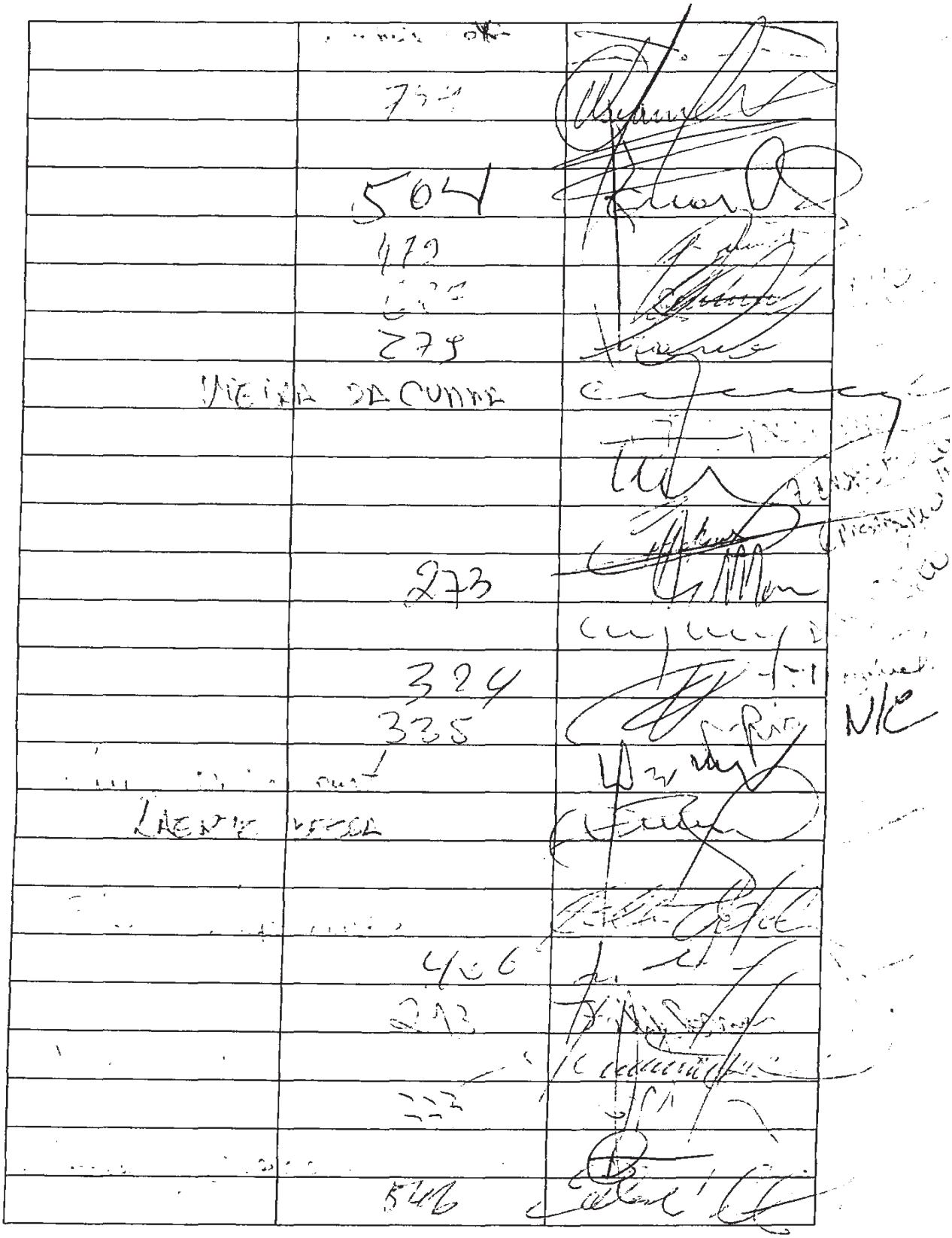
– Seqüencial: 3893

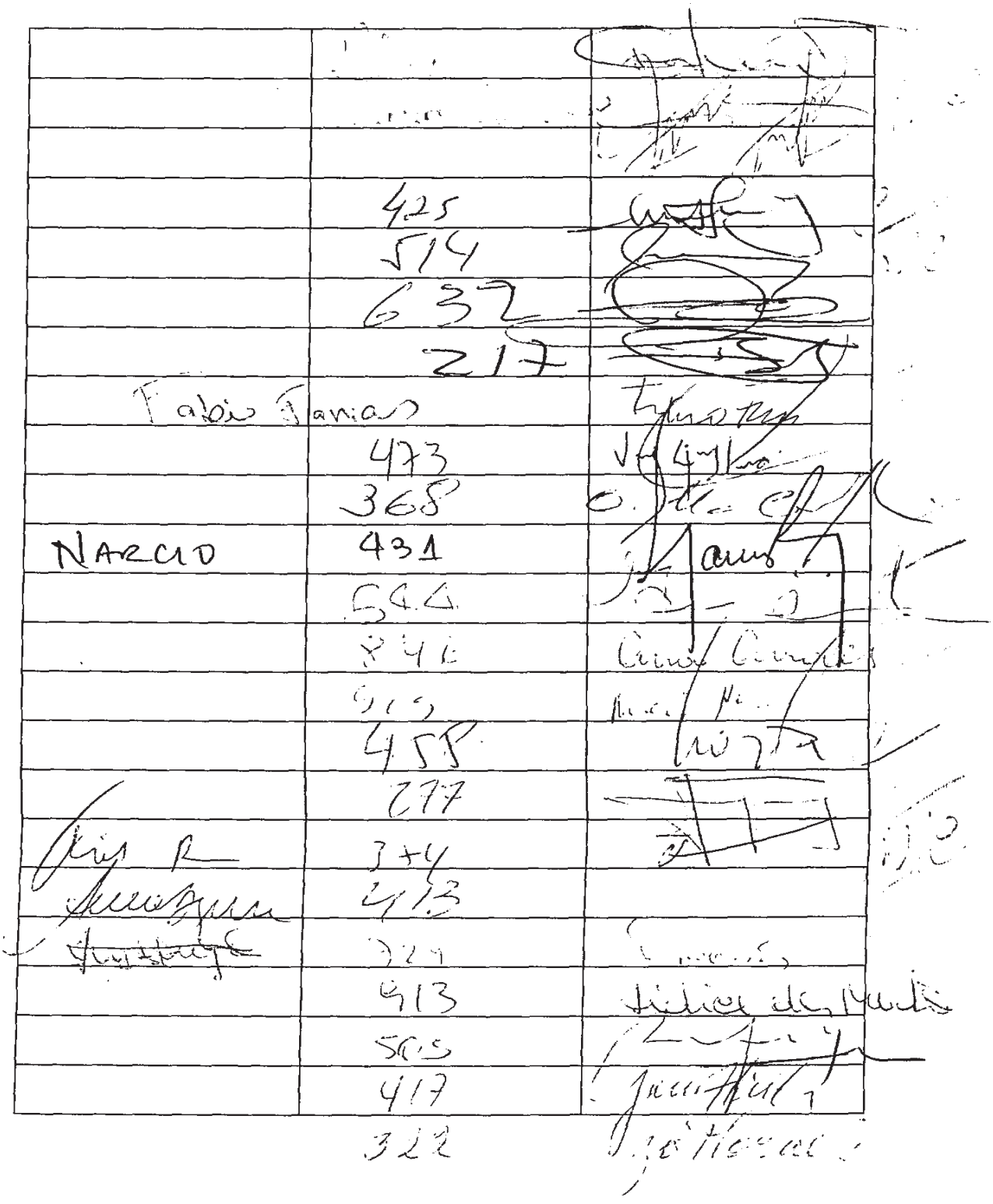
– GND: 3

– Valor Total: 22.000.000,00

Sala das Sessões, 12 de março de 2008. – Deputado **José Fernando Aparecido de Oliveira.**

PARLAMENTAR	PARTIDO	ASSINATURA
	813	
	414	
		632
	446	
		818
	950	
	832	
	382	
	845	
Flávio Arns		
Valter Pereira		
	PMDB	
João Vicente Claudino	PTB	





CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatoria Geral- Alterações da proposta Orçamentária da União para 2008 - por Órgão/Projeto/Atividade/Operações Especiais

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social - Em R$ 1,00

Órgão/Projeto/Atividade/Operações Especiais		P A O	PL 030/2007 (A)	RELAT. SETORIAL (B)	ACRÉSCIMO (C)	CANCELAMENTO (D)	SUBSTITUTIVO (E) = (B) + (C) - (D)
0155	Contribuição à Federação Internacional de Bibliotecas, Associações e Instituições - IFLA	O	2.000	2.000	0	0	2.000
0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	O	72.078.767	72.078.767	0	0	72.078.767
0284	Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa	O	15.931.973	15.931.973	0	0	15.931.973
0429	Contribuição à Conferência de Autoridades Cinematográficas de Ibero-América - CACI	O	29.540	29.540	0	0	29.540
0668	Concessão de Bolsas na Área do Livro e da Leitura	O	407.800	407.800	0	0	407.800
0821	Contribuição ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro	O	46.620	46.620	0	0	46.620
0823	Contribuição à Associação dos Estados Ibero-Americanos para o Desenvolvimento das Bibliotecas Nacionais dos Países da Iberoamérica - ABINIA	O	14.000	14.000	0	0	14.000
0979	Contribuição ao Centro Regional para Fomento do Livro na América Latina e Caribe - CERLALC (UNESCO)	O	100.000	100.000	0	0	100.000
0998	Reserva de Contingência	O	0	0	6.982.868	0	6.982.868
09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	O	23.629.126	23.629.126	0	0	23.629.126
11CP	Construção do Centro Nacional de Informações de Referência da Cultura Negra	P	3.150.000	2.400.000	0	0	2.400.000
11TM	Reforma do Prédio Sede do Ministério da Cultura	P	3.000.000	2.537.500	0	0	2.537.500
1521	Instalação de Bibliotecas Públicas	P	25.804.000	29.129.000	0	5.160.800	23.968.200
1611	Instalação de Espaços Culturais	P	12.900.000	55.318.027	3.556.250	800.000	58.074.277
1612	Modernização de Museus	P	6.673.316	6.335.691	0	470.000	5.865.691
1A79	Instalação da Hemeroteca Nacional	P	180.000	180.000	0	0	180.000
1O56	Construção do Edifício-Sede do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN	P	7.000.000	7.000.000	0	1.380.000	5.620.000
2000	Administração da Unidade	A	169.259.851	169.259.851	0	9.202.444	160.057.407
2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	A	7.468.180	7.468.180	0	0	7.468.180
2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	A	278.569	278.569	0	0	278.569
2011	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	A	5.157.225	5.157.225	0	0	5.157.225
2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	A	5.223.666	5.223.666	0	0	5.223.666
2225	Preservação dos Acervos Documentais Privados de Presidentes da República	A	300.000	300.000	0	0	300.000
2272	Gestão e Administração do Programa	A	68.840.695	68.840.695	0	6.379.167	62.461.528
2630	Preservação de Acervos Culturais	A	2.590.753	3.590.753	0	0	3.590.753
2636	Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	A	20.425.906	34.075.906	0	3.454.983	30.620.923
2639	Registro de Direitos Autorais	A	250.000	250.000	0	0	250.000
2650	Funcionamento de Bibliotecas da União	A	8.010.596	8.010.596	0	1.522.119	6.488.477
2651	Funcionamento de Museus da União	A	23.053.077	23.053.077	0	4.400.000	18.653.077
2652	Fiscalização e Inspeção Técnica de Bens Culturais	A	1.412.250	1.412.250	0	0	1.412.250
2826	Educação Patrimonial em Áreas de Bens Culturais	A	752.276	752.276	0	0	752.276
2838	Fomento a Projetos na Área Museológica	A	14.058.078	14.558.078	0	2.811.615	11.746.463
2840	Capacitação de Recursos Humanos na Área do Patrimônio Cultural	A	1.138.468	1.138.468	0	0	1.138.468
2844	Capacitação de Artistas, Técnicos e Produtores de Arte e Cultura	A	11.100.000	11.100.000	1.232.308	0	12.332.308
2948	Capacitação para Ampliação do Acesso à Produção, Fruição e Difusão Cultural	A	5.100.000	5.500.000	0	1.019.999	4.480.001
2964	Capacitação de Artistas, Técnicos e Produtores na Área de Audiovisual	A	560.000	560.000	0	0	560.000
2A75	Escola Viva- Cultura, Educação e Comunidade	A	6.000.000	6.000.000	0	1.200.000	4.800.000
2A86	Proteção aos Bens Culturais Afro-brasileiros	A	1.101.000	1.101.000	0	0	1.101.000
2A88	Rede Palmares de Comunicação	A	856.278	856.278	0	0	856.278
2A96	Assistência Jurídica às Comunidades Remanescentes de Quilombos	A	115.000	115.000	0	0	115.000
2C65	Fomento a Projetos de Capacitação e de Fortalecimento Institucional na Área do Patrimônio Histórico Urbano	A	16.000.000	16.000.000	0	0	16.000.000
2C69	Fomento a Projetos Direcionados à Cultura dos Povos Indígenas	A	1.550.000	1.550.000	0	0	1.550.000
2C70	Divulgação e Fortalecimento das Culturas Populares	A	2.050.000	2.250.000	0	0	2.250.000
2C71	Fomento a Projetos de Combate à Homofobia	A	2.000.000	2.080.000	0	0	2.080.000
2C79	Fomento a Projetos de Revitalização Cultural	A	50.000	50.000	0	0	50.000
2C80	Capacitação de Empreendedores para o Fortalecimento da Economia da Cultura	A	1.200.000	1.300.000	0	0	1.300.000
2C84	Promoção de Negócios de Economia da Cultura	A	7.000.000	7.000.000	0	1.400.000	5.600.000

REQUERIMENTO Nº 49, DE 2008–CN

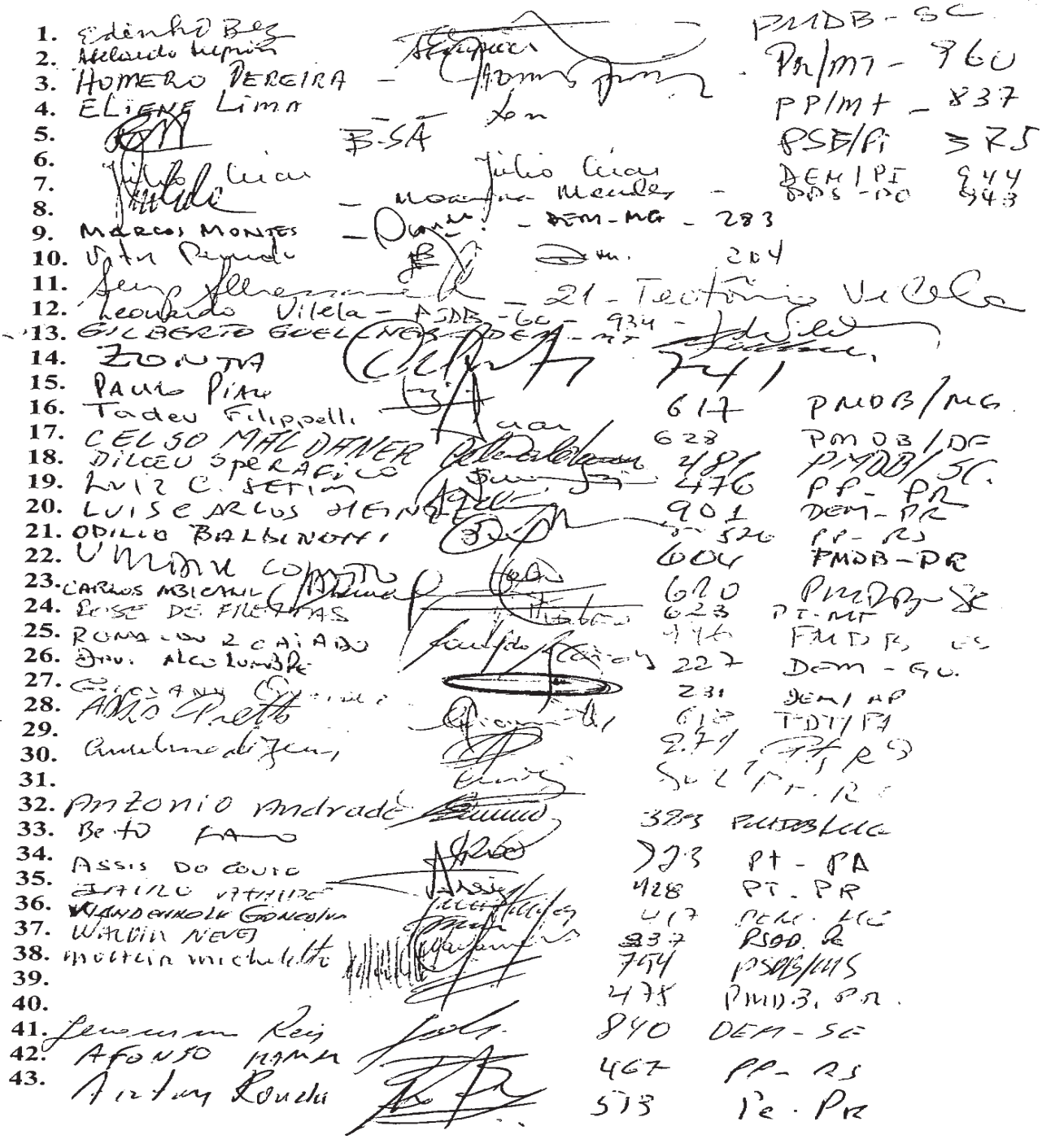
Senhor Presidente,

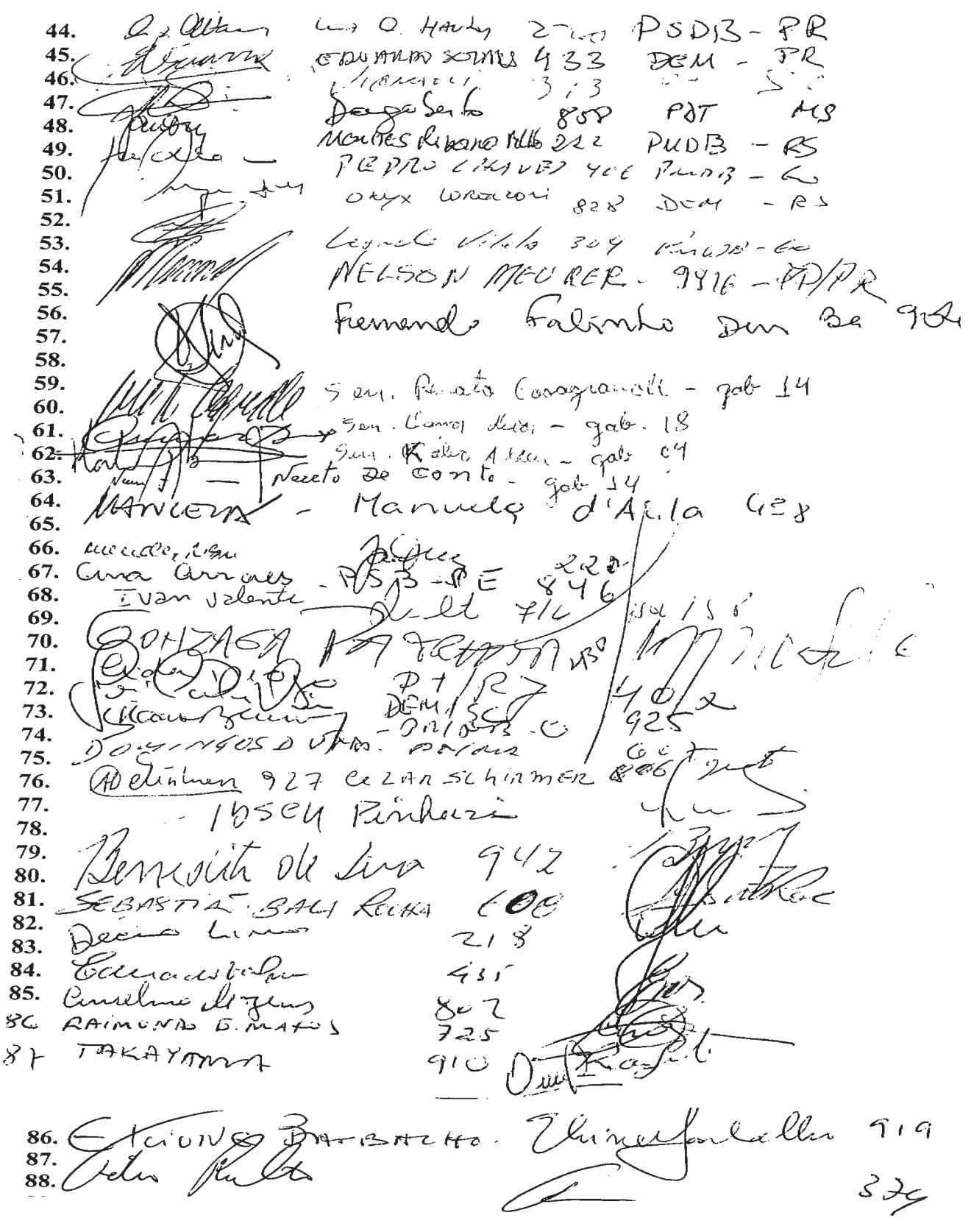
Solicito destaque ao projeto de Lei nº 30/2007–CN no sentido de recompor as dotações do seqüencial nº 5869, funcional 20.846.0352.0300.0001 – Garantia e Sustentação de Preços na comercialização de Produtos Agropecuários (Lei nº 8.427, de 1992) Nacional no valor de R$450.000.000,00.

Aproveito a oportunidade para reiterar meus votos de elevada consideração e particular apreço.

Sala das Sessões, 12 de março de 2008. – Deputado **Edinho Bez**, Vice-Líder do PMDB.

Parlamentares A Favor do Ofício G.D.E.B nº 081/08 do Dep. Edinho Bez





REQUERIMENTO Nº 50, DE 2008–CN

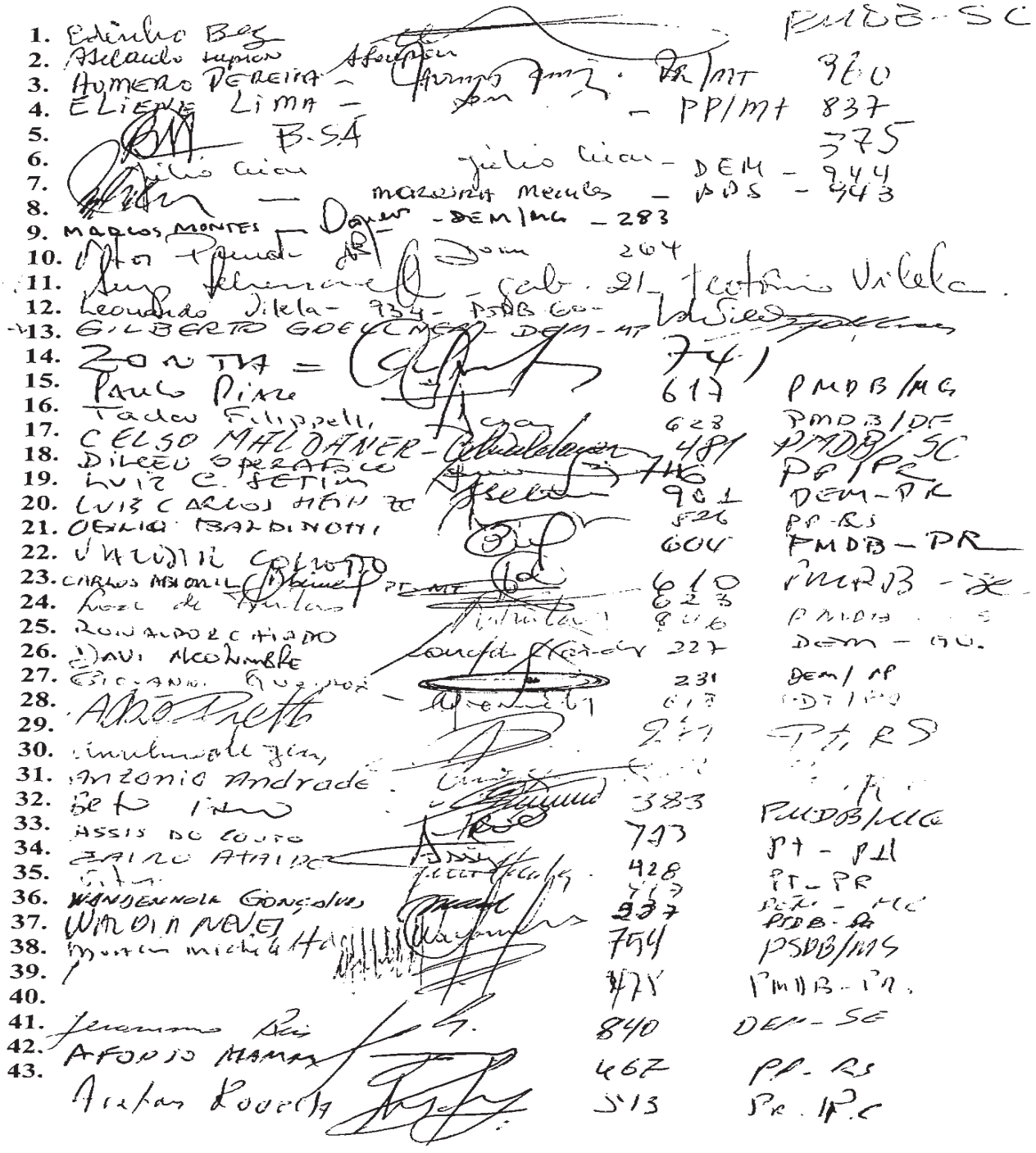
Senhor Presidente,

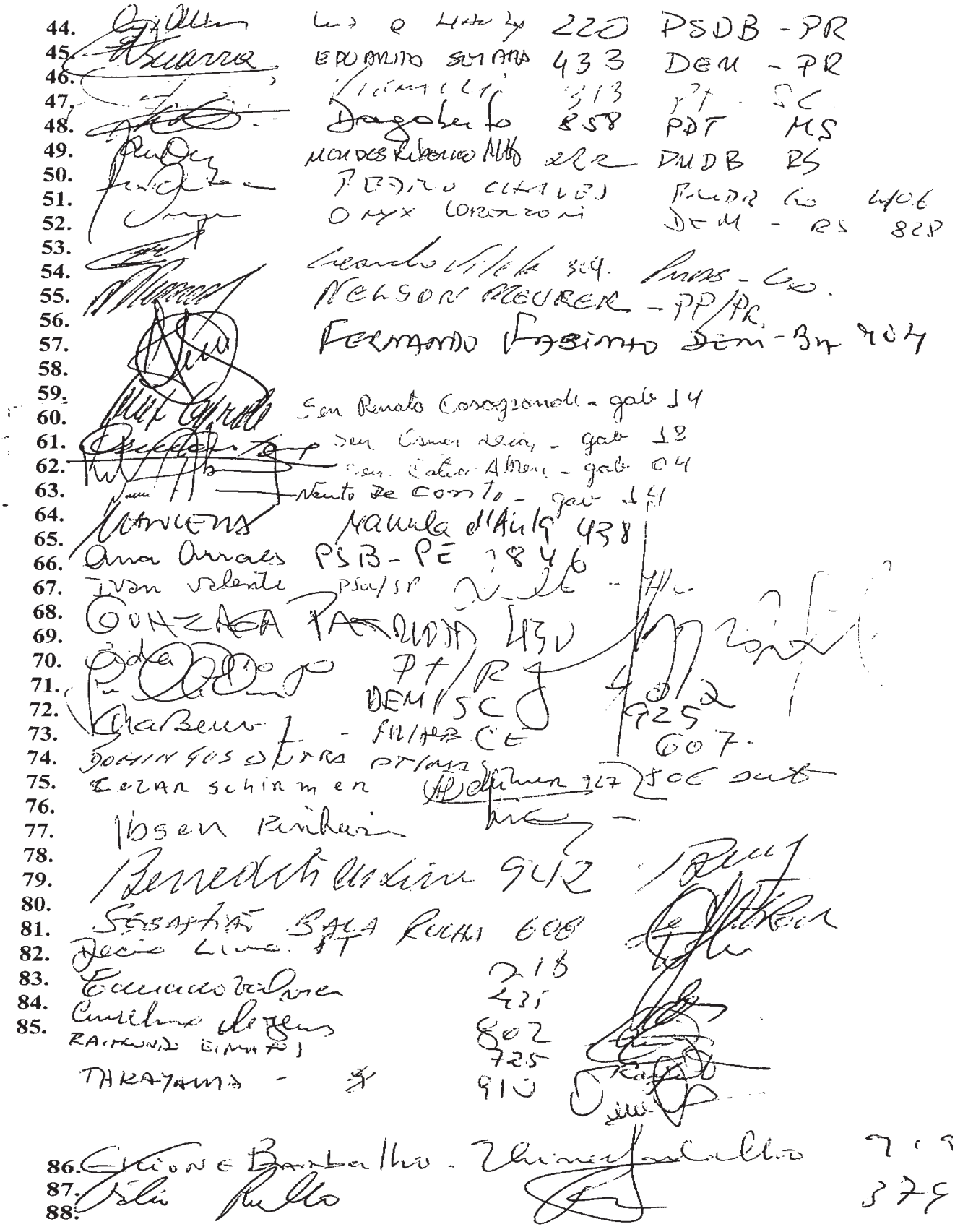
Solicito destaque ao projeto de Lei nº 30/2007–CN no sentido de cancelar R$450.000.000,00 do seqüencial nº 5837, funcional 28.845.0903.0E25.0001 – Transferência a Estados, Distrito Federal e Municípios para compensação das Exportações.

Aproveito a oportunidade para reiterar meus votos de elevada consideração e particular apreço.

Sala das Sessões, 12 de março de 2008. – Deputado **Edinho Bez**, Vice-Líder do PMDB.

Parlamentares A Favor do Ofício G.D.E.B nº 082/08 do Dep. Edinho Bez





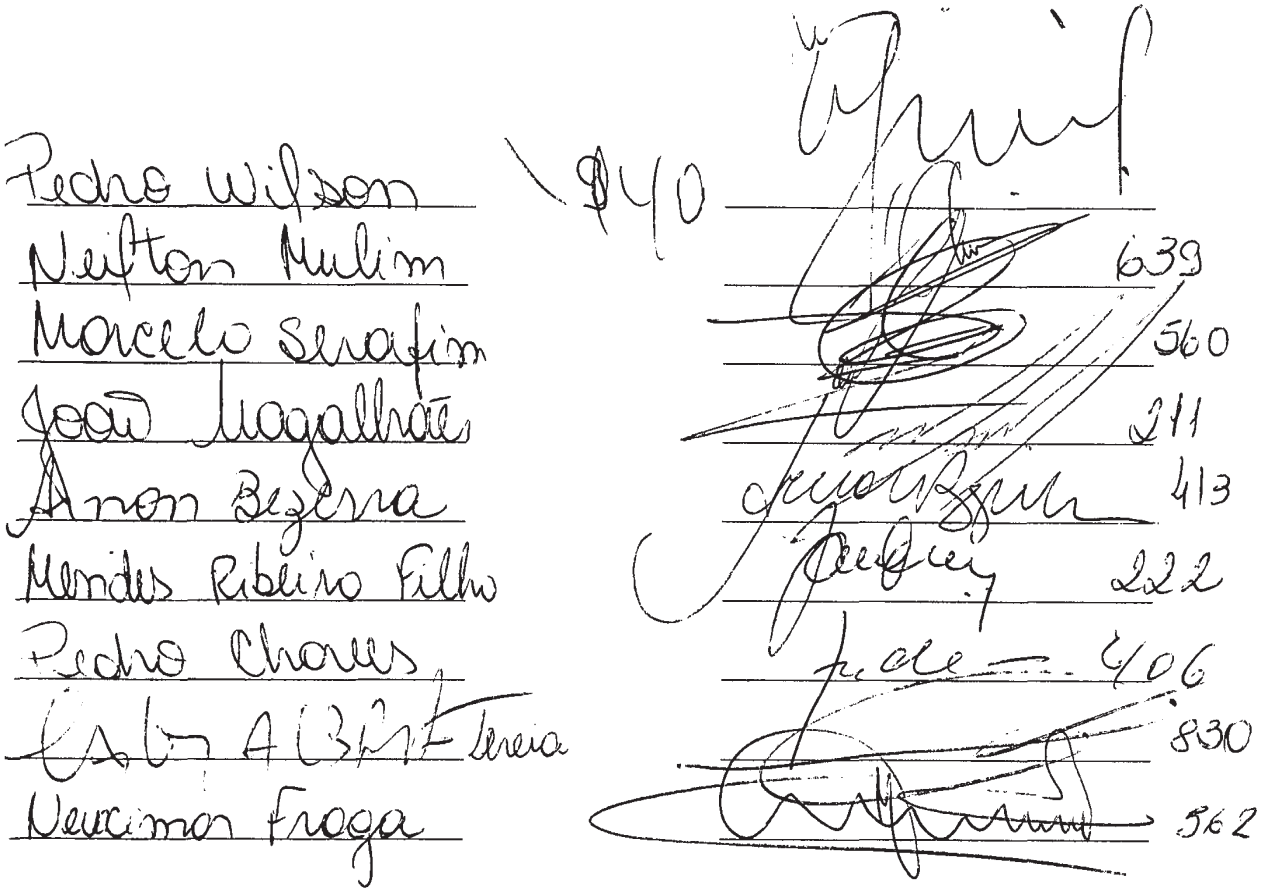
REQUERIMENTO Nº 51, DE 2008–CN

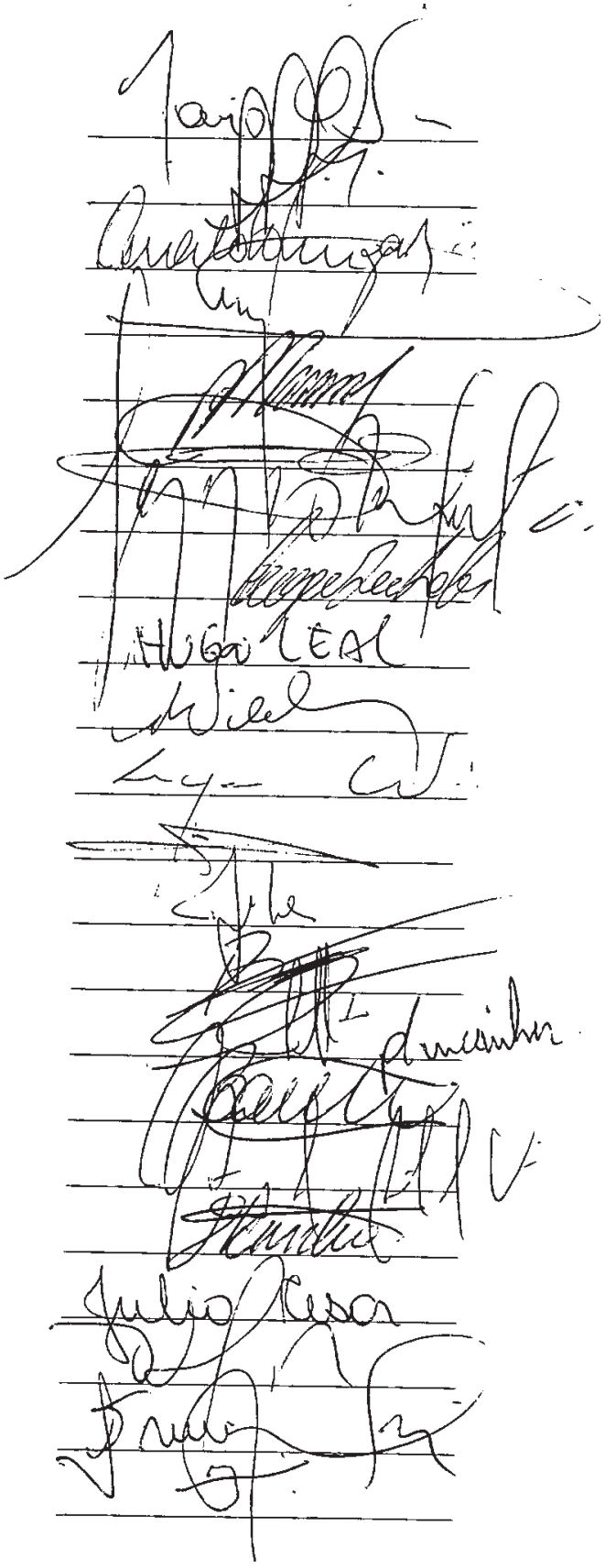
Requer destaque, para votação em separado, da recomposição da dotação orçamentária referente a funcional programática nº 02.122.0569.11RV.0101 Seqüencial 000.158,do Projeto de Lei nº 30/2007- CN.

Senhor Presidente:

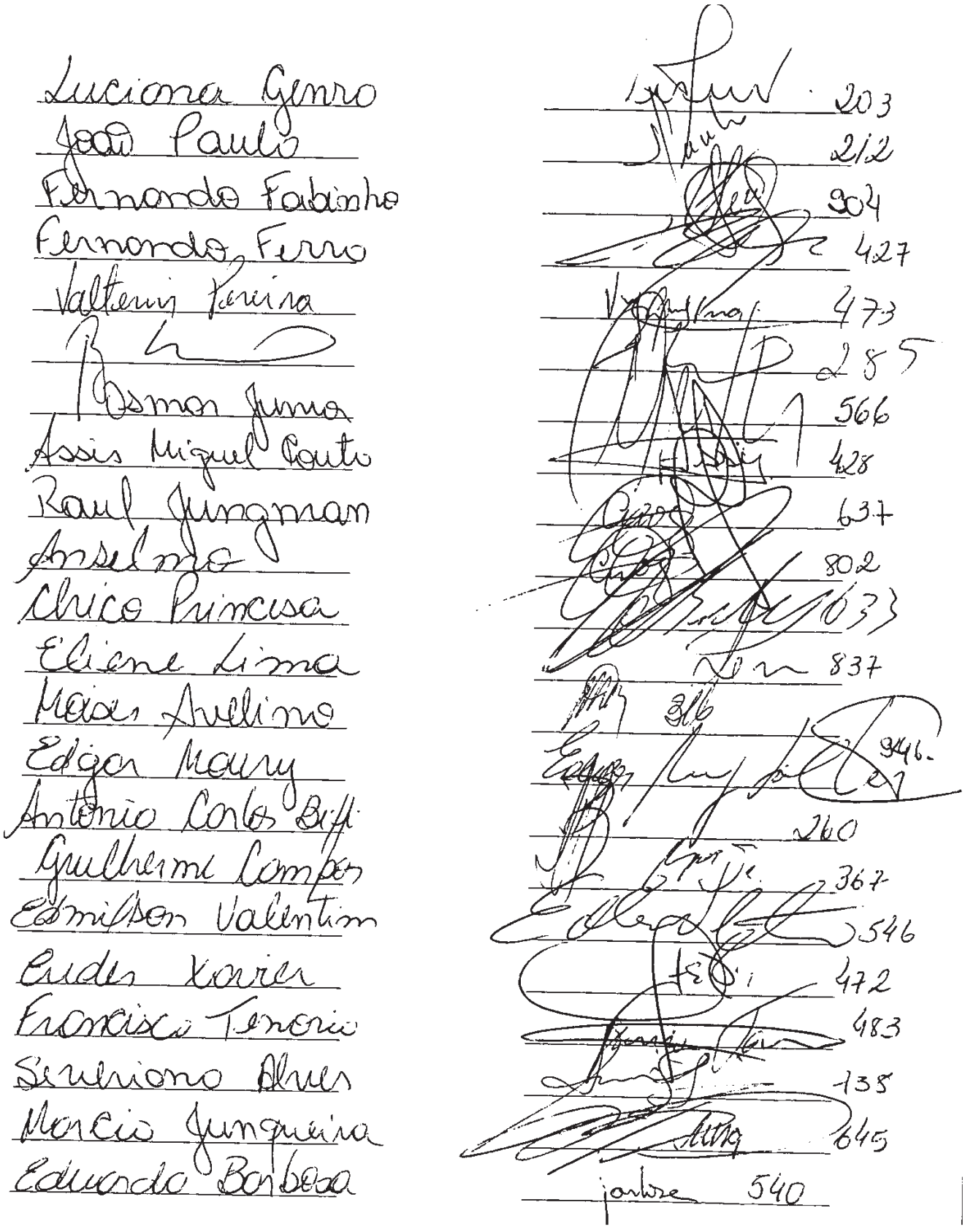
Requeiro a V. Exª nos termos dos art. 132, da Resolução nº 1/2006; destaque para votação em separado, da recomposição da dotação orçamentária para o valor de R$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), referente a funcional programática nº 02.122.0569.11RV.0101, Seqüencial 000. 158, do Tribunal Regional Federal – 1ª Região, constante do Projeto de Lei nº 30/2007–CN.

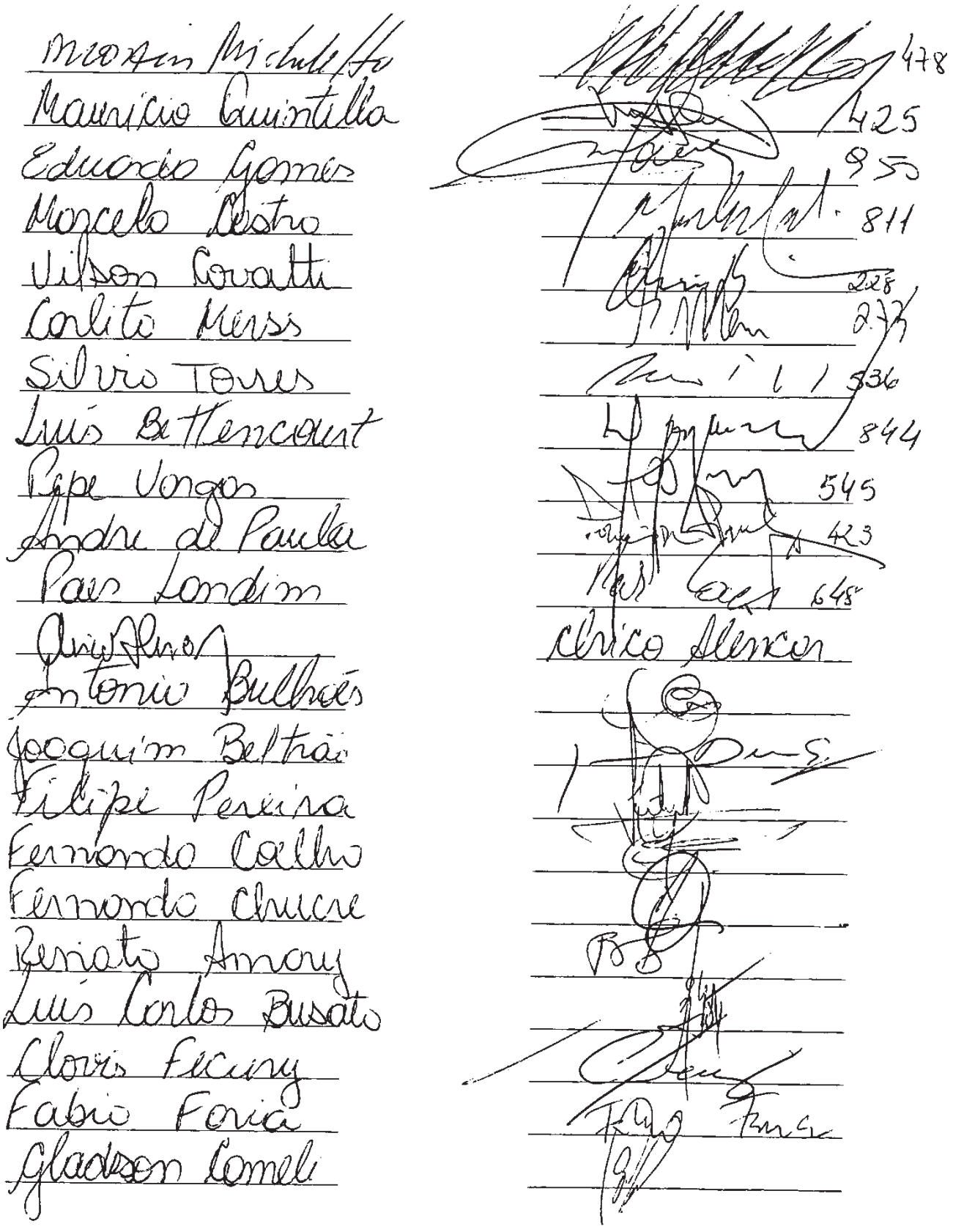
Sala das Sessões, 12 de março de 2008.





Mario Heringe 341
Paulo Roberto 635
Osvaldo Reis 835
Aníbal Gomes 731
NELSON MEURER 716
Ze Gerardo 632
Gonzaga Patriota 430
Eugenio Rabelo 385
631
Leonardo Vilela 934
Luciano Pizzato 528
254
Eduardo Lopes 208
Rodrigo Castro 401
Wilson 656
Jackson Barreto
Armando Abilio 805
Odair Cunha 556
Júlio Cesar 944
Vital Rego 833
Dilceu Sperafico 746
Paulo Pitan 617


Luciana Genro
João Paulo
Fernando Fabinho
Fernando Ferro
Valtenir Pereira
Osmar Júnior
Assis Miguel Couto
Raul Jungmann
Anselmo
Chico Princesa
Eliene Lima
Maia Avelino
Edgar Moury
Antônio Carlos Biffi
Guilherme Campos
Edmilson Valentim
Eudes Xavier
Francisco Tenório
Severiano Alves
Marcio Junqueira
Eduardo Barbosa
203
212
304
427
473
285
566
428
637
802
837
946
260
367
546
472
483
135
645
540


Marcos Michelotto
Maurício Quintella
Eduardo Gomes
Marcelo Castro
Nilson Covatti
Carlito Merss
Silvio Torres
Luís Bittencourt
Pepe Vargas
André de Paula
Paes Landim
Antonio Bulhões
Joaquim Beltrão
Filipi Pereira
Fernando Coelho
Fernando Chucre
Renato Amary
Luís Carlos Busato
Cleonis Fecury
Fabio Faria
Gladson Cameli
478
425
955
811
228
273
336
844
545
423
648
Clerico Alencar

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatoria Geral - Demonstrativo analítico das alterações da proposta Orçamentária da União para 2008 por UO/Programa/Subtítulo Orçamento Fiscal e Seguridade Social (em R$ 1,00)

O Func. Programática I	Seq.	Título/Subtítulo/Meta	EG SN FD	RP	M A	I U	F TE	PL 030/2007 (A)	RELAT. SETORIAL (B)	ACRÉSCIMO (C)	CANCELAMENTO (D)	SUBSTITUTIVO (E) = (B) + (C) - (D)
Unidade Orçamentária:		**12101 Justiça Fed. de Primeiro Grau**										
		Essenciais à Justiça - TV Justiça/Nacional(Meta : 324 Programa veiculado/hora)	1	4	2	90	0 100	50.000	50.000	0	0	50.000
TOTAL DA UO:								4.979.861.322	4.985.134.322	49.085.742	237.839.200	4.796.380.864
Unidade Orçamentária:		**12102 TRF - 1a. Região**										
Programa: 0089 Previdência de Inativos e Pensionistas da União								*13.929.398*	*13.929.398*	*0*	*0*	*13.929.398*
09.272 0089.0396.0001	000149	Pagamento de Aposentadorias e Pensões/Nacional Meta : 1.154 Pessoa beneficiada/unidade)	2	1	1	90	0 151	14.000	14.000	0	0	14.000
			2	1	1	90	0 156	6.000.000	6.000.000	0	0	6.000.000
			2	1	1	90	0 169	7.915.398	7.915.398	0	0	7.915.398
Programa: 0569 Prestação Jurisdicional na Justiça Federal								*236.513.183*	*238.013.183*	*-3.247.173*	*14.805.653*	*219.960.357*
02.061 0569.4224.0105	000155	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes/Em Brasília - DF(Meta : 405 Pessoa assistida/unidade)	1	3	2	90	0 100	90.000	90.000	0	0	90.000
02.061 0569.4257.0002	000156	Julgamento de Causas na Justiça Federal/Nacional(Meta : 115.007 Processo julgado/unidade)	1	1	1	90	0 100	53.849.592	53.849.592	0	0	53.849.592
			1	1	1	91	0 100	922.243	922.243	0	0	922.243
			1	3	2	90	0 100	31.360.160	31.360.160	0	7.305.653	24.054.507
			1	4	2	90	0 100	2.066.400	9.066.400	6.900.000	0	2.166.400
			1	3	2	90	0 127	4.999.353	4.999.353	0	0	4.999.353
			1	3	2	90	0 150	168.753	168.753	0	0	168.753
			1	3	2	90	0 181	500.000	500.000	0	0	500.000
			1	4	2	90	0 181	8.500.000	8.500.000	0	0	8.500.000
			1	1	1	90	0 900	81.000.000	81.000.000	0	0	81.000.000
			1	3	2	90	0 900	0	0	3.652.827	0	3.652.827
02.122 0569.09HB.0001	000159	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais/Nacional(Meta : - /-)	1	1	0	91	0 100	9.174.289	9.174.289	0	0	9.174.289
			1	1	0	91	0 900	14.000.000	14.000.000	0	0	14.000.000
02.122 0569.11RV.0101	000158	Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional Federal da 1ª Região em Brasília - DF/Em Brasília - DF(Meta : 2 Edifício construído/% de execução física)	1	4	2	90	0 100	15.000.000	9.500.000	0	7.500.000	2.000.000
02.122 0569.1136.0103	000157	Modernização de Instalações da Justiça Federal/Em Brasília - DF(Meta : 2 Instalação modernizada/unidade)	1	4	2	90	0 100	2.000.000	2.000.000	0	0	2.000.000
02.128 0569.4091.0001	000154	Capacitação de Recursos Humanos/Nacional(Meta : 11.416 Servidor capacitado/unidade)	1	3	2	90	0 100	533.043	533.043	0	0	533.043
02.301 0569.2004.0001	000150	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes/Nacional(Meta : 1.875 Pessoa beneficiada/unidade)	2	3	2	90	0 151	3.765.960	3.765.960	0	0	3.765.960
02.306 0569.2012.0001	000153	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados/Nacional(Meta : 1.070 Servidor beneficiado/unidade)	1	3	1	90	0 100	7.639.320	7.639.320	0	0	7.639.320
02.331 0569.2011.0001	000152	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados/Nacional(Meta : 124 Servidor beneficiado/unidade)	1	3	1	90	0 100	60.390	60.390	0	0	60.390
02.365 0569.2010.0001	000151	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados/Nacional(Meta : 130 Criança atendida/unidade)	1	3	2	90	0 100	883.680	883.680	0	0	883.680
Programa: 0901 Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais								*1.063.174.602*	*1.063.174.602*	*0*	*0*	*1.063.174.602*
28.846 0901.0005.0001	000160	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas/Nacional(Meta : - -/-)	1	1	1	90	0 900	403.337.626	403.337.626	0	0	403.337.626
			1	3	1	90	0 900	377.955.273	377.955.273	0	0	377.955.273
			1	5	1	90	0 900	15.018.105	15.018.105	0	0	15.018.105
28.846 0901.0625.0001	000161	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas/Nacional(Meta : - -/-)	1	1	1	90	0 900	249.336.743	249.336.743	0	0	249.336.743
			1	3	1	90	0 900	17.084.770	17.084.770	0	0	17.084.770
			1	5	1	90	0 900	442.085	442.085	0	0	442.085
TOTAL DA UO:								1.313.617.183	1.315.117.183	-3.247.173	14.805.653	1.297.064.357
Unidade Orçamentária:		**12103 TRF - 2a. Região**										
Programa: 0089 Previdência de Inativos e Pensionistas da União								*18.605.627*	*18.605.627*	*0*	*0*	*18.605.627*
09.272 0089.0396.0001	000162	Pagamento de Aposentadorias e Pensões/Nacional(Meta : 1.154 Pessoa beneficiada/unidade)	2	1	1	90	0 151	19.000	19.000	0	0	19.000
			2	1	1	90	0 156	8.500.000	8.500.000	0	0	8.500.000

OI: Indicador de Obra Irregular (S = SIM)
Esfera: 1-Fiscal 2-Seguridade Social 3-Inv. Estatais. IU(Identificador de Uso): 0-no país 1-Contrapartida para o BIRD 2-Contrapartida para o BID 3-Outras Contrapartidas 4-No Exterior
GND(Grupo Natureza Despesa): 1-Pessoal e Encargos Sociais 2-Juros e Encargos 3-Outras Desp. Correntes 4-Investimentos 5-Inversões Financeiras 6-Amort. da Dívida 9-Reserva de Contingência
Mod. de Aplicação: 30-Estados/DF 40-Municípios 50-Entidade Privada 90-União 99-a definir
RP(Tipo de Despesa para fins de apuração do Resultado Primário): 0-Financeira 1-Primária Obrigatória 2-Primária Discricionária 3-Projeto-Piloto de Investimentos Públicos - PPI

REQUERIMENTO Nº 52, DE 2008–CN

Requer destaque, para a Emenda de Bancada nº 71170014 do Projeto de Lei nº 30/2007 – PLOA 2008.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Exª, nos termos do Regimento, destaque para a Emenda nº 71170014, do PL nº 30/2007–CN (PLOA 2008), da funcional programática 26.782.1461.7M91.0056, para a funcional programática 15.451.6001.7H20.XXX – Implantação ou Melhoria de Obras de Infra-Estrutura Urbana – Ações de Infra-Estrutura Urbana em Municípios do Estado do Paraná – Maringá – PR.

Sala das Sessões, 12 de março de 2008.

Sala das Sessões, em

Deputado Dilceu Sperafico

Luis B Henriques

Luis Carlos Busato

Ricardo Barros 412

Marcelo Serafim 560

João Magalhães 211

Simon Azerra 413

Mendes Ribeiro Filho 222

Pedro Chaves 406

Carlos Alberto Leréia 870

Newton Froga 562

Mario Oliveira 341

Paulo Roberto 635

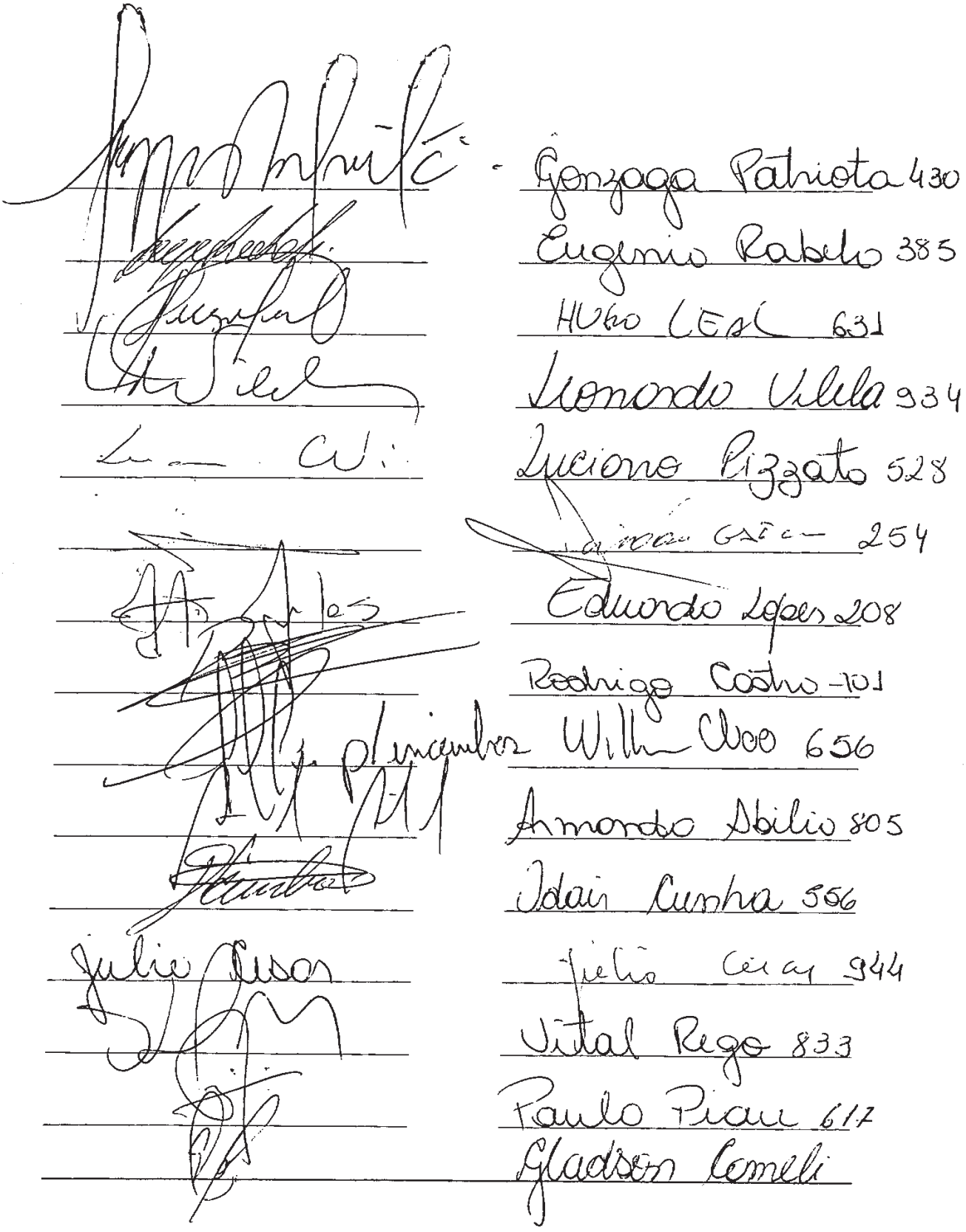
Osvaldo Reis 835

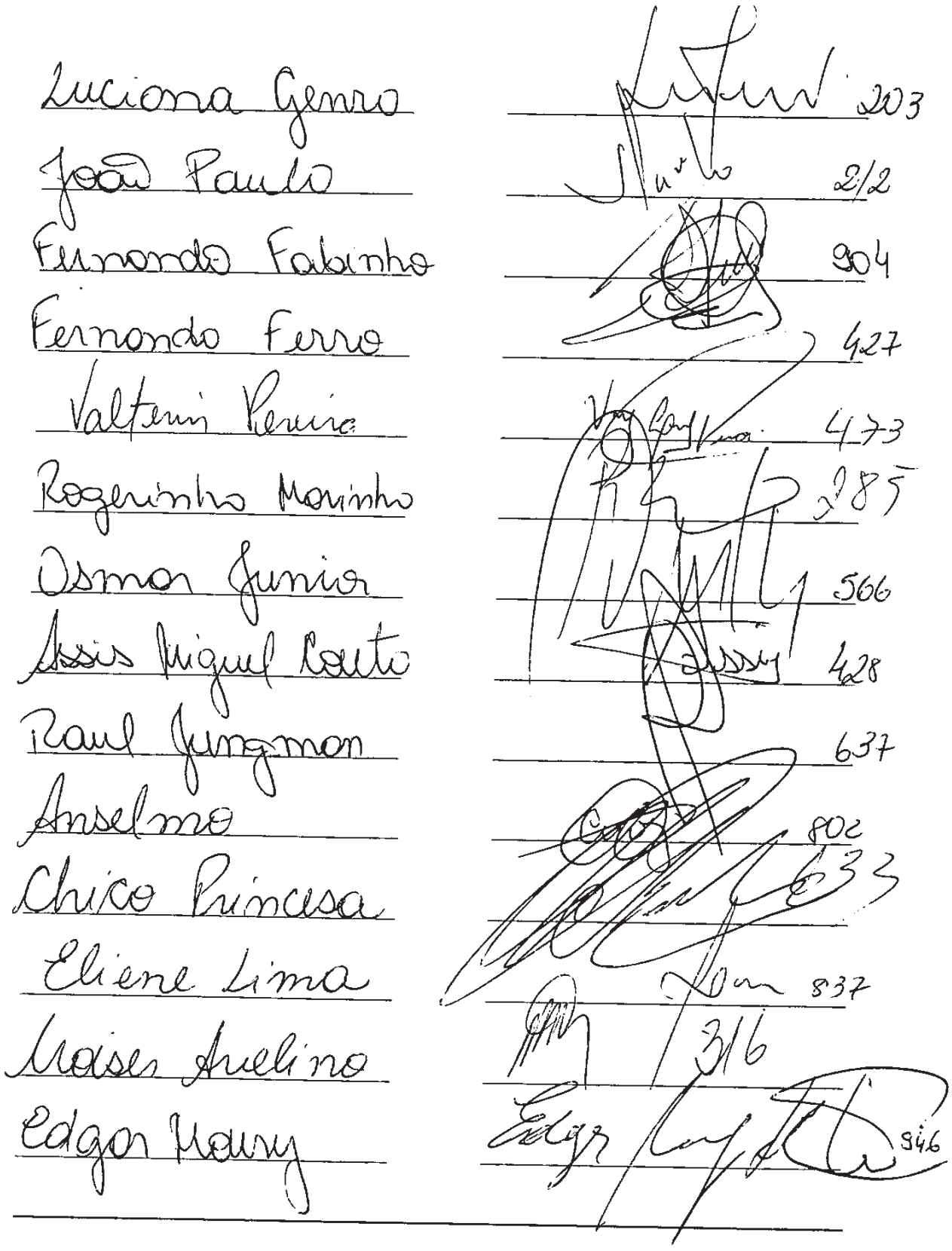
Anibal Gomes 731

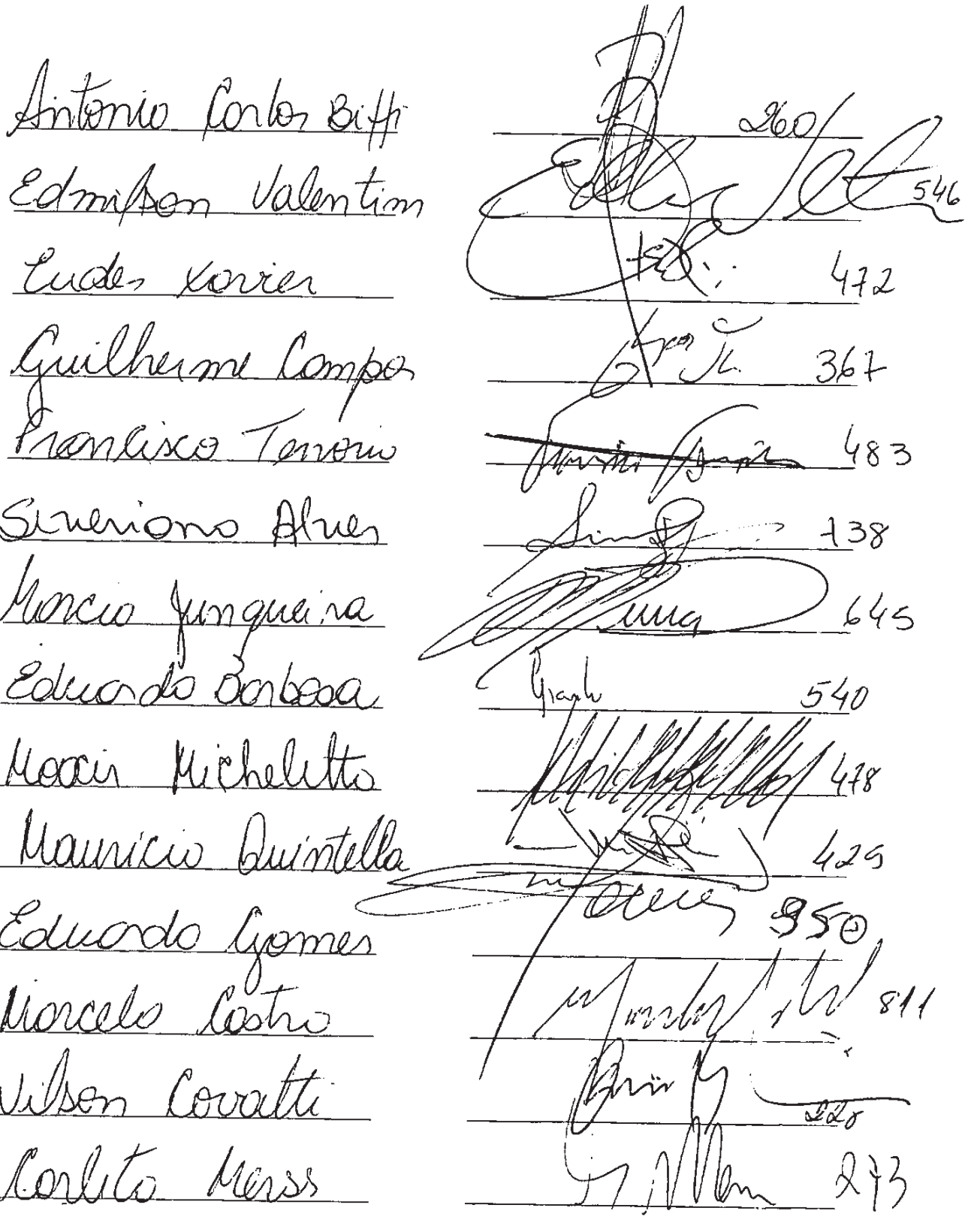
Nelson Meurer 916

Ze Gerardo 632

Fabio Faria


Gonzaga Patriota 430
Eugênio Rabelo 385
Hugo Leal 631
Leonardo Vilela 934
Luciano Pizzatto 528
Edinho Araújo 254
Eduardo Lopes 208
Rodrigo Castro 101
Wilson Couto 656
Amorim Fabrício 805
Idair Cunha 556
Júlio Cesar 944
Vital Rego 833
Paulo Piau 617
Gladson Cameli


Luciana Genro 203
João Paulo 212
Fernando Fabinho 904
Fernando Ferro 427
Valtenir Pereira 473
Rogerinho Marinho 285
Osmar Júnior 566
Assis Miguel Couto 428
Raul Jungmann 637
Anselmo 802
Chico Princesa 633
Eliene Lima 837
Moisés Avelino 316
Edgar Moury 946


Antonio Carlos Biffi 260
Edmilson Valentim 546
Eudes Xavier 472
Guilherme Campos 367
Francisco Tenorio 483
Sieviano Alves 138
Marcio Junqueira 645
Eduardo Barbosa 540
Nazif Michelotto 478
Mauricio Quintella 425
Eduardo Gomes 950
Marcelo Castro 811
Vilson Covatti 220
Carlito Merss 273

Pedro Wilson 940

Silvio Torres 536

Mozarildo 280

Augusto Farias 572

Pepe Vargas 545

André de Paula Luiz Sergio 423

Paes Landim 648

Chico Alencar

Antonio Bulhões

717 Joaquim Beltrão

Filipi Pereira

Fernando Coelho

Fernando Chucre

Renato Amary

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

AUTOR DA EMENDA **EMENDA**

7117 - Bancada do Parana **71170014**

MODALIDADE DA EMENDA
Bancada Estadual

TIPO DE EMENDA
Apropriação - Inclusão

ÁREA DE GOVERNO
Transportes - Rodovias Federais

MODALIDADE DE INTERVENÇÃO
868 Construção/Pavimentação

TIPO DE REALIZAÇÃO PRETENDIDA
528 Contorno Rodoviário

LOCALIDADE BENEFICIADA
4115200 - Maringá

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA
DNIT

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO
26.782.1461.9999
Construção de Contorno Rodoviário
Construção de Contornos Rodoviários - na BR-376 - No Município de Maringá no Estado do Paraná

ESPECIFICAÇÃO DA META
Projeto apoiado(unidade)

QUANTIDADE
1

AÇÃO ATÍPICA
AÇÃO
Ação Atipica
OBJETIVO
eliminar os conflitos de tráfego, com vistas a reduzir os atuais níveis de acidente de trânsito.
FINALIDADE
Obras de Arte Especiais e Terraplanagem
ESPECIFICAÇÃO DA META
Projeto apoiado(unidade)

TIPO DA AÇÃO	INÍCIO DA AÇÃO	TÉRMINO DA AÇÃO
Projeto	01/2008	11/2011

CUSTO TOTAL (R$)	META TOTAL
53.000.000	1

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R$ 1,00)

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
4 Investimentos	90 Aplic. Diretas	2	53.000.000
		TOTAL	53.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
020000	100	9 Reserva de Contingência	99 A Definir	0	2	53.000.000
				TOTAL		53.000.000

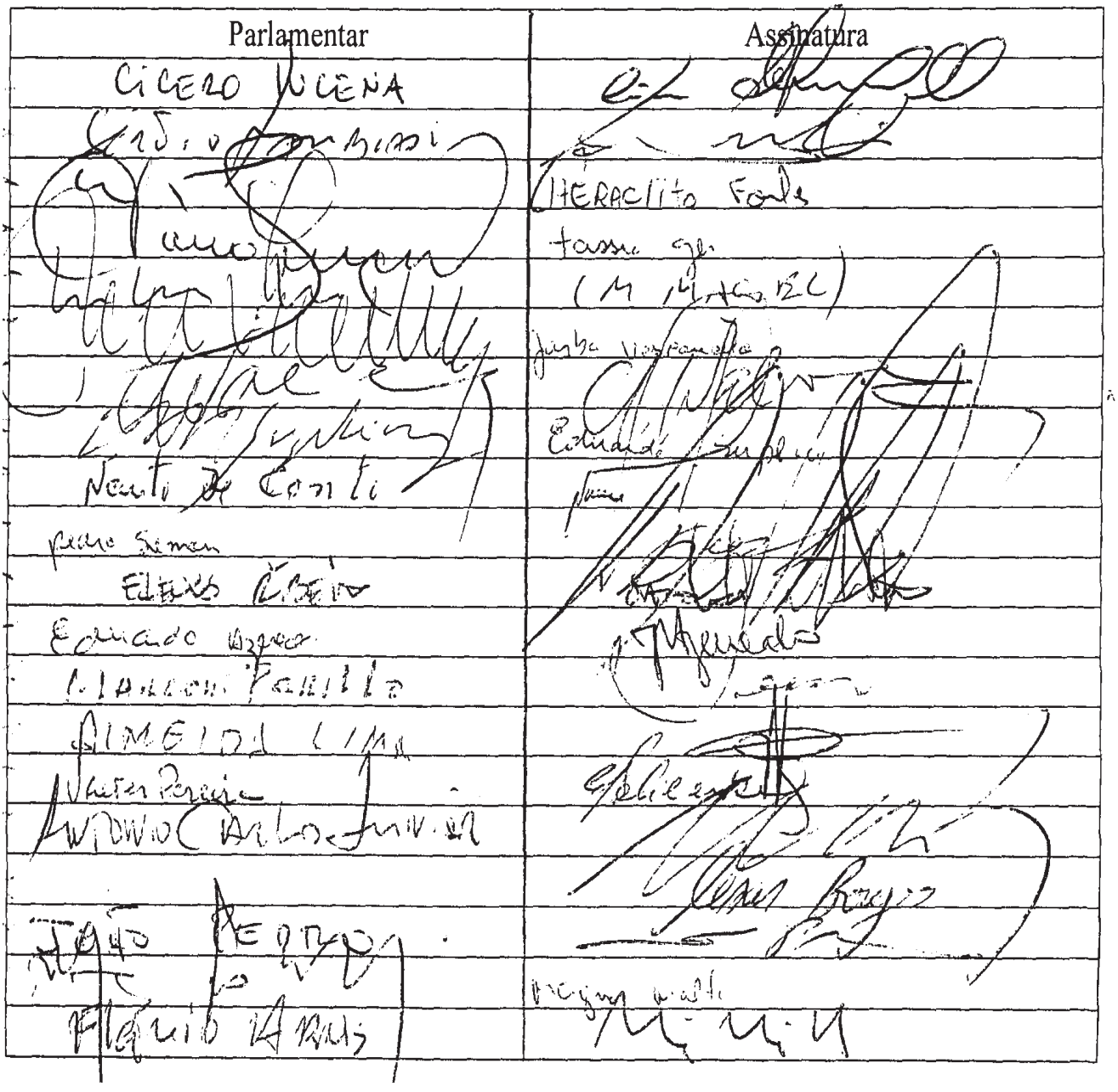
JUSTIFICATIVA
Obras prioritárias para o Município de Maringá, tendo em vista o desvio do tráfego de veículos do perímetro urbano da cidade com a construção de um trecho de 17,3 km.

REQUERIMENTO Nº 53, DE 2008 – CN

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos regimentais, Destaque para Votação em Separado da Emenda Coletiva número 7116009 da Bancada Federal da Paraíba, referente à Construção do Centro de Convenções no referido Estado.

Sala das Sessões, 12 de março de 2008.



	Parlamentar	Assinatura
21		
22		
23	JOSÉ NERY	
24		
25		
26		
27		
28		
29		
30		
31		
32	ANDREIA ZITO	
33	REBECCA GARCIA	
34		
35		
36		
37	HUGO	
38		
39		
40		

	Parlamentar	Assinatura
41		
42		
43		
44		
45		
46		
47		
48		
49		
50		
51		
52		
53		
54		
55		
56		
57		
58		
59		
60		

BARBOSA NETO

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

AUTOR DA EMENDA

7116 - Bancada da Paraiba

EMENDA

71160009

MODALIDADE DA EMENDA
Bancada Estadual

TIPO DE EMENDA
Apropriação - Inclusão

ÁREA DE GOVERNO
Turismo

MODALIDADE DE INTERVENÇÃO
006 Apoio a Projetos

TIPO DE REALIZAÇÃO PRETENDIDA
364 Infra-Estrutura Turística

LOCALIDADE BENEFICIADA
2500000 - Paraíba

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA
M. do Turismo

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO
23.695.1166.10V0
Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística
Construção do Centro de Convenções - No Estado da Paraíba

ESPECIFICAÇÃO DA META
Projeto realizado(unidade)

QUANTIDADE
1

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R$ 1,00)

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
4 Investimentos	30 Transf. a Est. e ao DF	2	80.000.000
	TOTAL		80.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
020000	100	9 Reserva de Contingência	99 A Definir	0	2	80.000.000
			TOTAL			80.000.000

JUSTIFICATIVA

A PROPOSIÇÃO VISA ASSEGURAR RECURSOS FINANCEIROS DE IMPORTANTE EQUIPAMENTO PARA REALIZAÇÃO DE EVENTOS E PODERÁ SERVIR COMO FERRAMENTA DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO ESTADO DA PARAÍBA.

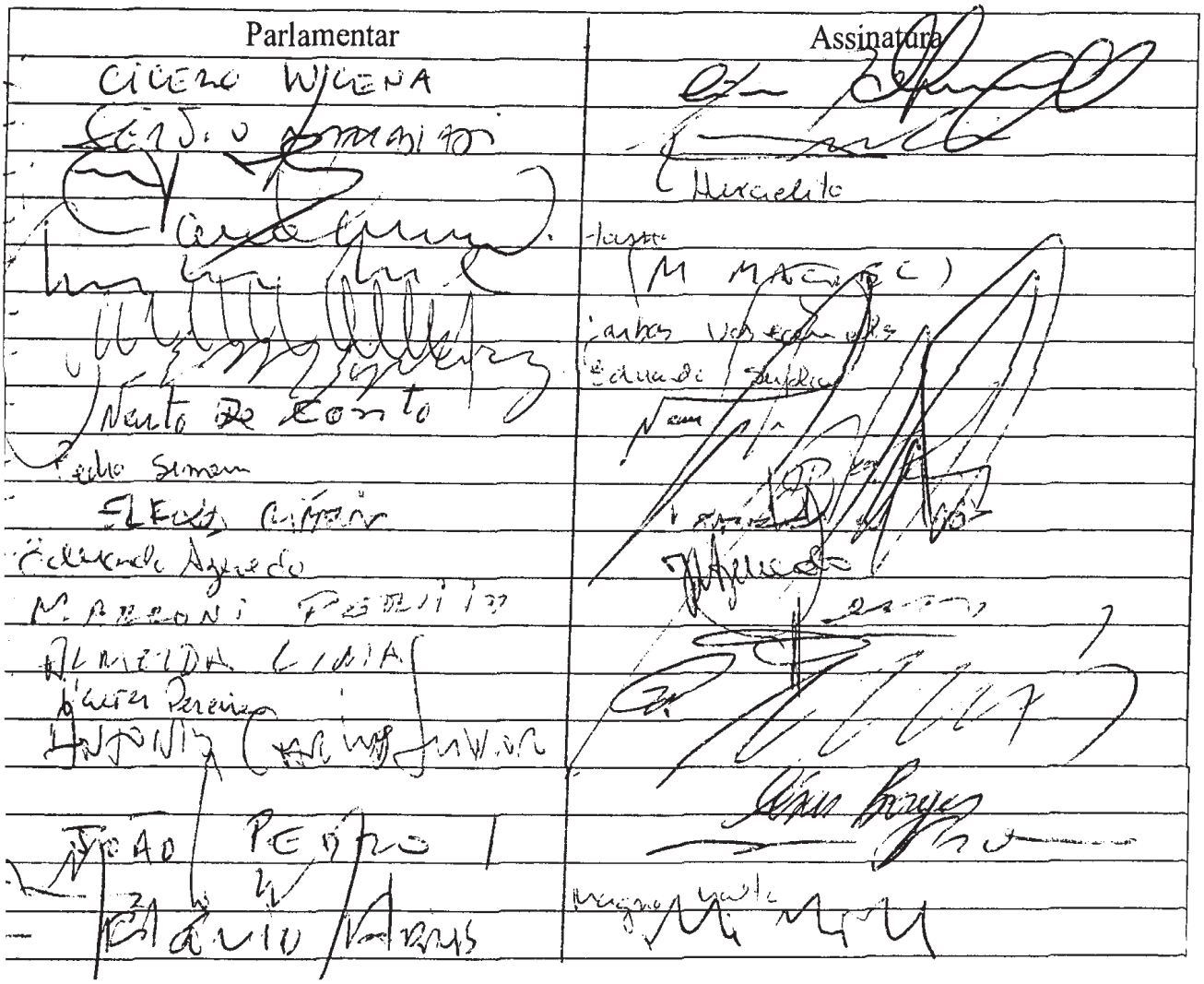
CL

REQUERIMENTO Nº 54, DE 2008–CN

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos regimentais, Destaque para Votação em Separado da Emenda Coletiva número 60010002 da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado Federal, referente Dragagem e Derrocamento do Porto de Cabedelo – no Estado da Paraíba.

Sala das Sessões, 12 de março de 2008.



	Parlamentar	Assinatura
21		
22		
23	JOSÉ NERY	
24	ARNALDO JORDY	
25		
26		
27		
28		
29		
30		
31		
32		
33		
34		
35		
36		
37		
38		
39		
40		

	Parlamentar	Assinatura
41		
42		
43		
44		
45		
46		
47		
48		
49		
50		
51		
52		
53		
54		
55		
56		
57		
58		
59		
60		

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

AUTOR DA EMENDA
6001 - Com. Serv.de Infra-Estrutura

EMENDA
60010002

MODALIDADE DA EMENDA
Comissão

TIPO DE EMENDA
Apropriação - Inclusão

ÁREA DE GOVERNO
Presidencia e Relações Exteriores

MODALIDADE DE INTERVENÇÃO
990 Atipica / Outras

TIPO DE REALIZAÇÃO PRETENDIDA
500 *Atípico (não previsto na geratriz)

LOCALIDADE BENEFICIADA
2500000 - Paraíba

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE
Cabedelo

ESFERA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA
Secretaria Especial de Portos

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO
99.999.1459.9999
Dragagem e derrocamento do Porto de Cabedelo
Dragagem e derrocamento do Porto de Cabedelo - Cabedelo - No Estado da Paraíba

ESPECIFICAÇÃO DA META
Dragagem realizada(mil m³)

QUANTIDADE
18.750

AÇÃO ATÍPICA
AÇÃO
Ação Atípica
OBJETIVO
Ampliação de acesso ao Porto de Cabedelo
FINALIDADE
Ampliação de acesso ao Porto de Cabedelo
ESPECIFICAÇÃO DA META
Dragagem realizada(mil m³)

TIPO DA AÇÃO
Projeto

INÍCIO DA AÇÃO
04/2008

TÉRMINO DA AÇÃO
12/2008

CUSTO TOTAL (R$)
150.000.000

META TOTAL
18.750

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R$ 1,00)

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
4 Investimentos	90 Aplic. Diretas	2	150.000.000
		TOTAL	150.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
020000	100	9 Reserva de Contingência	99 A Definir	0	2	150.000.000
				TOTAL		150.000.000

JUSTIFICATIVA
A presente emenda destina-se a drenagem e derrocagem do Porto de Cabedelo, localizado no Estado da Paraíba. O Porto possui o cais acostável, com 602 metro de extenção, é dividido em três trechos, uma rampa para atracação de navios rool-on-off, dispõe de sete armazéns, sendo quatro para carga geral, num total de 9.000 m2, três para graneis sólidos, com área somando 6.000 m2 e um frigorífico com 2.000 m2 para 1.500 t. No referido Porto, existem instalações do setor privado, compreendendo dois silos de propriedade da Reginações de Milho Brasil, que recebem milho, com uma pacadidade total de 5.000 t, e 50 tanques, pertencentes a diversass empresas distribuidores de alcoll e derivados de petróleo totalizando 61. 612 t de capacidade.O Porto está interligado com todos os acessos seja, rodoviário pela rodovia federal BR 230, integrada à BR 101 na perificria de João Pessoa que dista do porto 18 km e que permite a ligação com toda a malha rodoviária federal do pais, Ferroviário: servido pela Companhia Ferroviária do Nordeste, malha Nordeste; Fluvial: pelo rio Paraíba do Norte, apresentando condições de navegabilidade para embarcações com calado máximo de 6 m. O referido Porto constitui um importante instrumento na política nacional de exportações e importações.

REQUERIMENTO Nº 55, DE 2008–CN

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos regimentais, destaque para votação em separado no Plenário do Congresso Nacional da atividade "Operação da Rede Hidrometeorológica", de seqüencial nº 4160, constante do Projeto de Lei nº 30/2007 – CN, objetivando a recomposição de sua dotação, em decorrência do corte promovido pelo Relator-Geral, como a seguir discriminado:

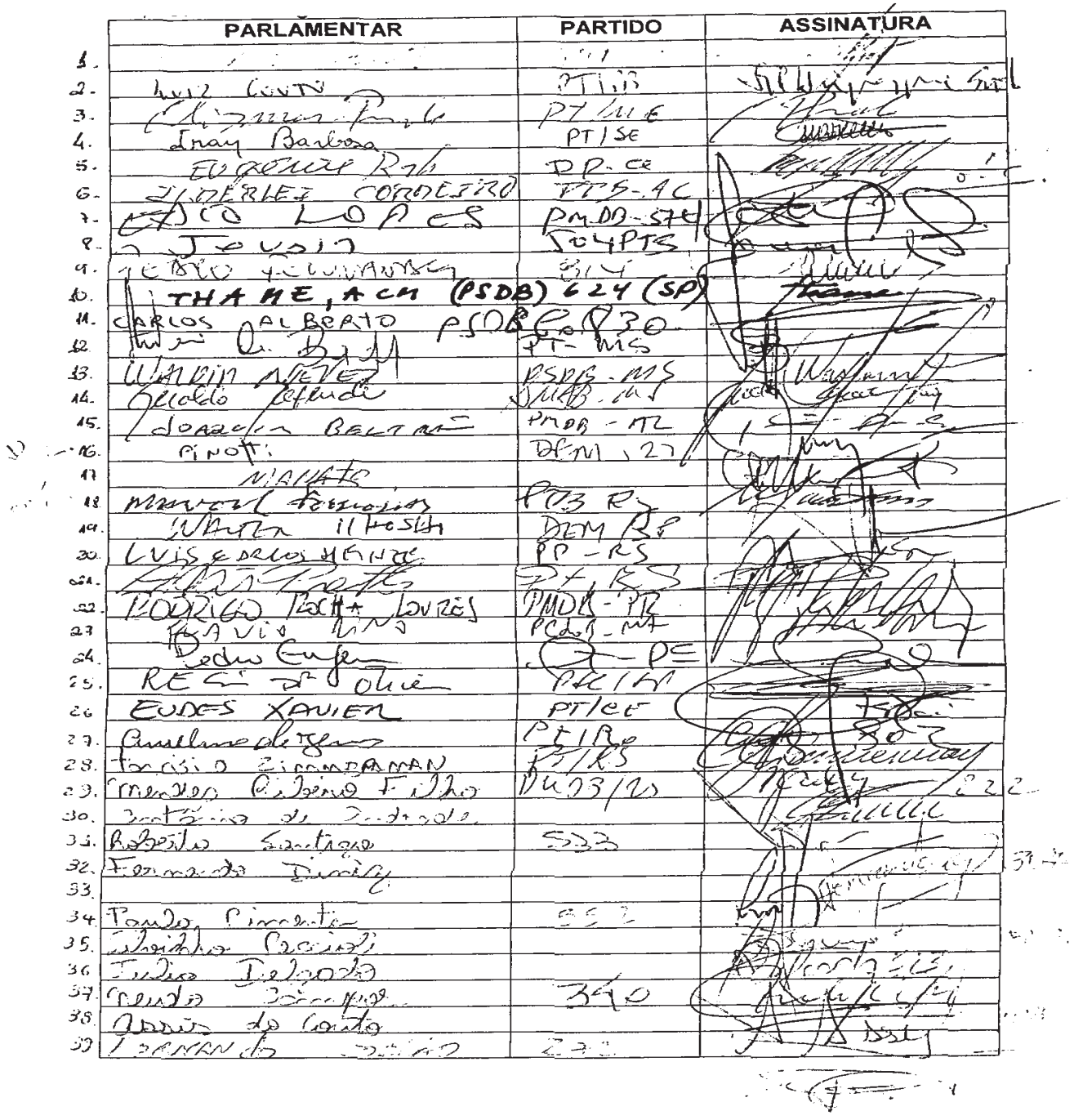
– Órgão: Ministério do Meio Ambiente;

– Unidade Orçamentária: Agência Nacional de Águas;

– Funcional Programática: 44205.18.544.1107.2378.0001;

– Valor a ser Recomposto: R$3.140.000,00.

Sala das Sessões, 12 de março de 2008. – Deputado **Eduardo Valverde**, PT/RO.



	PARLAMENTAR	PARTIDO	ASSINATURA
1.			
2.	LUIZ CARLOS	PTB/SP	
3.	[illegible]	PT/MG	
4.	Iran Barbosa	PT/SE	
5.	EUGENIO RAB	PP-CE	
6.	VALDEREZ CORDEIRO	PTB-AC	
7.	FABIO LOPES	PMDB-SP	
8.	[illegible]	PT/PTB	
9.	[illegible]	[illegible]	
10.	THAME, ACM (PSDB) 624 (SP)		
11.	CARLOS ALBERTO	PSDB 630	
12.	[illegible]	PT-MS	
13.	[illegible]	PSDB-MS	
14.	[illegible]	[illegible]	
15.	[illegible]	PMDB-RJ	
16.	PINOTTI	DEM/27	
17.	[illegible]		
18.	[illegible]	PDT RJ	
19.	[illegible]	DEM RS	
20.	LUIS CARLOS HEINZE	PP-RS	
21.	[illegible]	PT/RS	
22.	RODRIGO [illegible]	PMDB-PR	
23.	[illegible]	PCdoB-MT	
24.	[illegible]	PE	
25.	[illegible]	PR/MA	
26.	EUNICIO XAVIER	PT/CE	
27.	[illegible]	PT/RS	
28.	[illegible]	PT/RS	
29.	[illegible]	PMDB/RS	
30.	[illegible]		
31.	[illegible]	533	
32.	[illegible]		
33.			
34.	[illegible]	552	
35.	[illegible]		
36.	[illegible]		
37.	[illegible]	340	
38.	[illegible]		
39.	[illegible]	232	

	PARLAMENTAR	PARTIDO	ASSINATURA
40	JOÃO OLIVEIRA		
42.			
42.	Roberto Santiago	SD	
43.	Osmar Júnior		
44.	Wilson Wigo	PMDB	
45	Edmilson Valentim	PCdoB	
46.	Wagner Rossi	PP AC	
47			
48	Paulo Henrique Lustosa		
49.	Andre Zacharow		
50.	Otavio Leite	PSDB	
51.	Raul Jungmann		
52	Luiz Maranhão	PMDB	
53.	Anibal Gomes	PMDB	
54.	João Campos	PSDB	
55.			
56.	Eduardo Gomes	PSDB	
57.	Sérgio Petecão	PMN	
58.	João Magalhães	PMDB	
59.	Michel Temer	PMDB	
60.	Silvio Costa		
61.			
62.	Mauro Fecury	PMDB	
63.			
64.	Henrique Afonso	PT	
65.	Marco Maia	PT	
66.	Vicentinho Alves	PR	

47
546
566
956
945
946
837

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatoria Geral - Demonstrativo analítico das alterações da proposta Orçamentária da União para 2008 *por UO/Programa/Subtítulo* Orçamento Fiscal e Seguridade Social (em R$ 1,00)

O Func. Programática I	Seq.	Título/Subtítulo/Meta	EGSNFD RPAUTE	PL 030/2007 (A)	RELAT. SETORIAL (B)	ACRÉSCIMO (C)	CANCELAMENTO (D)	SUBSTITUTIVO (E) = (B) + (C) - (D)
Unidade Orçamentária:	44205	ANA						
		Públicos Federais/Nacional(Meta : - -/-)						
18.122 0750.2000.0001	004152	Administração da Unidade/Nacional(Meta : - -/-)	1 1 1 90 0 100	5.853.146	5.853.146	0	0	5.853.146
			1 1 1 91 0 100	1.277.000	1.277.000	0	0	1.277.000
			1 3 2 90 0 100	8.500.000	8.500.000	0	3.988.000	4.512.000
			1 4 2 90 0 100	1.000.000	1.000.000	0	561.487	438.513
			1 3 2 90 0 134	10.000.000	10.000.000	0	0	10.000.000
			1 1 1 90 0 900	16.206.019	16.206.019	0	0	16.206.019
18.301 0750.2004.0001	004153	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes/Nacional(Meta : 856 Pessoa beneficiada/unidade)	2 3 2 90 0 151	431.424	431.424	0	0	431.424
18.306 0750.2012.0001	004156	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados/Nacional(Meta : 233 Servidor beneficiado/unidade)	1 3 1 90 0 100	453.559	453.559	0	0	453.559
18.331 0750.2011.0001	004155	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados/Nacional(Meta : 14 Servidor beneficiado/unidade)	1 3 1 90 0 100	22.095	22.095	0	0	22.095
18.365 0750.2010.0001	004154	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados/Nacional(Meta : 42 Criança atendida/unidade)	1 3 2 90 0 100	37.800	37.800	0	0	37.800
Programa: 0999 Reserva de Contingência				***80.897.922***	***80.897.922***	***390.000***	***0***	***81.287.922***
99.999 0999.0998.0101	004158	Reserva de Contingência/Recursos Provenientes de Receitas Próprias e Vinculadas(Meta : - -/-)	1 9 0 99 0 134	80.897.922	80.897.922	390.000	0	81.287.922
Programa: 1107 Probacias - Conservação de Bacias Hidrográficas				***69.157.631***	***69.157.631***	***0***	***7.425.679***	***61.731.952***
18.121 1107.4925.0001	004163	Elaboração de Planos de Recursos Hídricos/Nacional(Meta : 3 Plano elaborado/unidade)	1 3 2 90 0 134	4.000.000	4.000.000	0	800.000	3.200.000
18.122 1107.2272.0001	004159	Gestão e Administração do Programa/Nacional(Meta : - -/-)	1 3 2 90 0 134	300.000	300.000	0	0	300.000
18.125 1107.2977.0001	004161	Fiscalização do Uso de Recursos Hídricos/Nacional(Meta : 30 Campanha realizada/unidade)	1 3 2 90 0 134	195.000	195.000	0	0	195.000
			1 4 2 90 0 134	205.000	205.000	0	0	205.000
			1 3 2 90 0 174	100.000	100.000	0	0	100.000
18.126 1107.4936.0001	004167	Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos/Nacional(Meta : 10.000 Usuário cadastrado/unidade)	1 3 2 90 0 134	1.570.000	1.570.000	0	0	1.570.000
			1 4 2 90 0 134	420.000	420.000	0	0	420.000
18.126 1107.6251.0001	004170	Prevenção de Eventos Hidrológicos Críticos/Nacional(Meta : 48 Boletim emitido/unidade)	1 3 2 90 0 134	200.000	200.000	0	0	200.000
			1 4 2 90 0 134	3.500	3.500	0	0	3.500
18.126 1107.7278.0001	004175	Implantação do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos/Nacional(Meta : 14 Sistema Implantado/% de execução física)	1 3 2 90 0 134	1.700.000	1.700.000	0	0	1.700.000
18.128 1107.4928.0001	004165	Capacitação para a Gestão de Recursos Hídricos/Nacional(Meta : 20.000 Pessoa capacitada/unidade)	1 3 2 90 0 134	2.000.000	2.000.000	0	0	2.000.000
18.544 1107.1I84.0001	004174	Modernização da Rede Hidrometeorológica/Nacional(Meta : 305 Estação modernizada/unidade)	1 4 2 90 0 134	7.000.000	7.000.000	0	3.485.679	3.514.321
18.544 1107.10TQ.0001	004173	Implementação da Gestão Integrada de Águas Subterrâneas e Superficiais/Nacional(Meta : 1 Mapa elaborado/unidade)	1 3 2 90 0 134	2.344.000	2.344.000	0	0	2.344.000
18.544 1107.2D09.0001	004162	Enquadramento de Corpos D'Água/Nacional(Meta : 1 Trecho enquadrado/unidade)	1 3 2 90 0 134	1.000.000	1.000.000	0	0	1.000.000
18.544 1107.2378.0001	004160	Operação da Rede Hidrometeorológica/Nacional(Meta : 3.108.911 Informação produzida/unidade)	1 3 2 90 0 134	15.700.000	15.700.000	0	3.140.000	12.560.000
			1 4 2 90 0 134	300.000	300.000	0	0	300.000
18.544 1107.4926.0001	004164	Outorga do Direito de Uso dos Recursos Hídricos de Domínio da União/Nacional(Meta : 2.821 Usuário Regularizado/unidade)	1 3 2 90 0 134	550.000	550.000	0	0	550.000
			1 4 2 90 0 134	20.000	20.000	0	0	20.000
18.544 1107.4929.0001	004166	Projetos Demonstrativos de Uso Racional e Conservação de Recursos Hídricos/Nacional(Meta : 2 Projeto apoiado/unidade)	1 3 2 90 0 134	247.806	247.806	0	0	247.806
18.544 1107.4980.0001	004169	Fomento à Criação e Consolidação de Comitês e de Agências em Bacias Hidrográficas/Nacional(Meta : 11 Entidade beneficiada/unidade)	1 3 2 90 0 134	2.234.287	2.234.287	0	0	2.234.287
			1 4 2 90 0 134	30.000	30.000	0	0	30.000
18.544 1107.7406.0001	004176	Implantação da Rede de Monitoramento da Qualidade da Água na Bacia do Rio Paraíba do Sul/Nacional(Meta : 13 Sistema Implantado/% de execução física)	1 3 2 90 0 134	215.000	215.000	0	0	215.000
			1 4 2 90 0 134	65.000	65.000	0	0	65.000
18.544 1107.86A4.0030	004171	Desenvolvimento de Ações Priorizadas pelo Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba/Jundiaí e Capivari com	1 3 1 50 0 116	18.729.974	18.729.974	0	0	18.729.974

OI: Indicador de Obra Irregular (S = SIM)
Esfera: 1-Fiscal 2-Seguridade Social 3-Inv. Estatais, IU(Identificador de Uso): 0-no país 1-Contrapartida para o BIRD 2-Contrapartida para o BID 3-Outras Contrapartidas 4-No Exterior
GND(Grupo Natureza Despesa): 1-Pessoal e Encargos Sociais 2-Juros e Encargos 3-Outras Desp. Correntes 4-Investimentos 5-Inversões Financeiras 6-Amort. da Dívida 9-Reserva de Contingência
Mod. de Aplicação: 30-Estados/DF 40-Municípios 50-Entidade Privada 90-União 99-a definir
RP(Tipo de Despesa para fins de apuração do Resultado Primário): 0-Financeira 1-Primária Obrigatória 2-Primária Discricionária 3-Projeto-Piloto de Investimentos Públicos - PPI

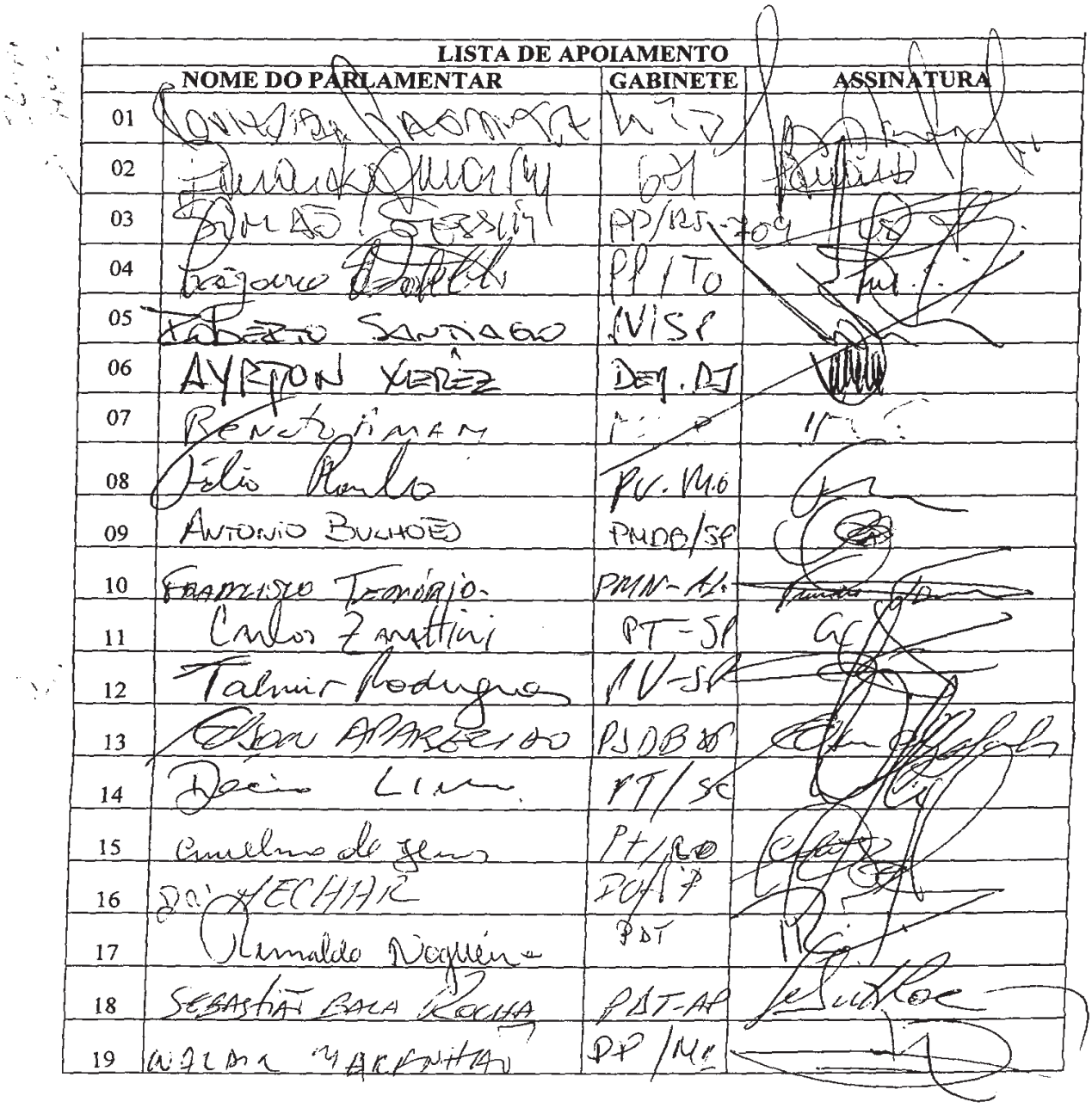
REQUERIMENTO Nº 56, DE 2008–CN

Requer destaque para votação em separado objetivando a recomposição de dotação orçamentária correspondente a Construção do Edifício – Sede do Conselho da Justiça Federal em Brasília – DF, constante no Projeto de Lei nº 30, de 2007.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Exª, nos termos do art. 132, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, destaque para votação em separado, objetivando a recomposição da dotação orçamentária no montante de R$7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil reais) relativa ao seqüencial nº 136, constante no Projeto de Lei nº 30, de 2007, com a seguinte classificação: Unidade Orçamentária – 12101 – Justiça Federal de Primeiro Grau – Funcional Programática: 02.122.0569.11S2.0101 – Construção do Edifício – Sede do Conselho da Justiça Federal em Brasília – DF – Grupo de Natureza da Despesa (GND) 4 – Modalidade de Aplicação (MA) 90 – Fonte 100.

Sala das Sessões, 12 de março de 2008. – Senador **Francisco Dornelles**.



LISTA DE APOIAMENTO

	NOME DO PARLAMENTAR	GABINETE	ASSINATURA
01			
02			
03			
04			
05			
06			
07			
08			
09			
10			
11			
12			
13			
14			
15			
16			
17			
18			
19			

LISTA DE APOIAMENTO

	NOME DO PARLAMENTAR	GABINETE	ASSINATURA
20	Wilson Borges		
21	Eduardo Cunha		
22	JORGE PATTAR	232	
23	CARLOS ABICALIL	623	
24	Hélio Lourdes	513	
25	PEDRO FERNANDES	814	
26	ANTONIO C. BISCAIA	282	
27	Paulo Pimenta	552	
28	José Carlos Vasconcelos		
29	Nelson Marquezelli	920	
30	Luiz Sérgio	408	
31	FABIO FARIAS	359	
32	Nelson Pellegrino	826	
33	Lúcio Vale	279	
34		345	
35	Vatney Queiroz	936	
36	Coutinho Neto	718	
37	Carlito Merss	273	
38		PPM	
39	Paes Landim	648	
40	JULIÃO AMIN. PDT.	550	

LISTA DE APOIAMENTO

	NOME DO PARLAMENTAR	GABINETE	ASSINATURA
41		819	
42		733	
43		340	NELSON CAMPOS
44		501	
45	ATTILA LINS	730	
46		824	
47		272	
48		366	
49		205	
50		716	
51		281	
52		754	
53		941	
54		844	
55		413	
56		624	
57		714	
58		917	
59		212	
60		912	

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatoria Geral- Demonstrativo analítico das alterações da proposta Orçamentária da União para 2008 *por UO/Programa/Subtítulo* Orçamento Fiscal e Seguridade Social (em R$ 1,00)

O Func. Programática I	Seq.	Título/Subtítulo/Meta	EGRMIF SNPAUT FDE	PL 030/2007 (A)	RELAT. SETORIAL (B)	ACRÉSCIMO (C)	CANCELAMENTO (D)	SUBSTITUTIVO (E)=(B)+(C)-(D)
Unidade Orçamentária:	**12101**	**Justiça Fed. de Primeiro Grau**						
02.122 0569.10A3.0101	000128	Recuperação da Estrutura do Edifício-Sede da Seção Judiciária no Recife-PE/No Município de Recife - PE(Meta : 60 Estrutura recuperada/% de execução física)	1 4 2 90 0 100	1.500.000	1.500.000	0	0	1.500.000
02.122 0569.102Y.0101	000123	Construção de Edifício-Sede da Justiça Federal em Rio Grande - RS/No Município de Rio Grande - RS(Meta : 26 Edifício construído/% de execução física)	1 4 2 90 0 100	4.467.590	4.467.590	0	0	4.467.590
02.122 0569.103C.0101	000124	Construção de Edifício-Sede da Justiça Federal em Três Lagoas - MS/No Município de Três Lagoas - MS(Meta : 9 Edifício-sede construído/% de execução física)	1 4 2 90 0 100	827.254	827.254	0	0	827.254
02.122 0569.103D.0101	000125	Construção de Edifício-Sede da Justiça Federal em São José dos Campos - SP/No Município de São José dos Campos - SP(Meta : 8 Edifício-sede construído/% de execução física)	1 4 2 90 0 100	1.000.000	1.000.000	0	0	1.000.000
02.122 0569.103E.0105	000126	Construção de Edifício-Sede da Justiça Federal em São Pedro da Aldeia - RJ/No Município de São Pedro da Aldeia - RJ(Meta : 47 Edifício construído/% de execução física)	1 4 2 90 0 100	1.815.000	1.815.000	0	0	1.815.000
02.122 0569.105A.0101	000127	Construção de Edifício-Sede da Seção Judiciária em Fortaleza-CE/No Município de Fortaleza - CE(Meta : 54 Edifício construído/% de execução física)	1 4 2 90 0 100	2.000.000	10.000.000	0	0	10.000.000
02.122 0569.11JL.0101	000131	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Foz do Iguaçu - PR/No Município de Foz do Iguaçu - PR(Meta : 1 Edifício construído/% de execução física)	1 4 2 90 0 100	200.000	200.000	0	0	200.000
02.122 0569.11KR.0101	000132	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Blumenau - SC/No Município de Blumenau - SC(Meta : 1 Edifício construído/% de execução física)	1 4 2 90 0 100	200.000	100.000	0	0	100.000
02.122 0569.11KZ.0101	000133	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Maringá - PR/No Município de Maringá - PR(Meta : 1 Edifício construído/% de execução física)	1 4 2 90 0 100	200.000	100.000	0	0	100.000
02.122 0569.11RP.0101	000134	Construção de Edifício-Sede da Justiça Federal em Uberaba - MG/No Município de Uberaba - MG(Meta : 29 Edifício-Sede Construído/% de execução física)	1 4 2 90 0 100	2.331.115	2.331.115	0	0	2.331.115
02.122 0569.11RQ.0101	000135	Reforma do Fórum de Execução Fiscal em São Paulo - SP/No Município de São Paulo - SP(Meta : 51 Fórum reformado/% de execução física)	1 4 2 90 0 100	3.375.000	3.375.000	0	0	3.375.000
02.122 0569.11S2.0101	000136	Construção do Edifício-Sede do Conselho da Justiça Federal em Brasília - DF/Em Brasília - DF(Meta : 25 Edifício construído/% de execução física)	1 4 2 90 0 100	15.000.000	7.500.000	0	0	7.500.000
02.122 0569.1136.0001	000130	Modernização de Instalações da Justiça Federal/Nacional(Meta : 50 Instalação modernizada/unidade)	1 3 2 90 0 100 1 4 2 90 0 100	2.822.412 5.153.582	2.822.412 5.153.582	0 0	0 0	2.822.412 5.153.582
02.122 0569.1834.0101	000137	Construção do Edifício-Sede da Seção Judiciária em Vitória - ES/No Município de Vitória - ES(Meta : 19 Edifício construído/% de execução física)	1 4 2 90 0 100	6.633.167	3.317.167	0	0	3.317.167
02.122 0569.1850.0101	000138	Construção do Edifício-Sede da Seção Judiciária em Florianópolis - SC/No Município de Florianópolis - SC(Meta : 15 Edifício construído/% de execução física)	1 4 2 90 0 100	9.077.165	4.539.165	0	0	4.539.165
02.122 0569.1874.0101	000139	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Novo Hamburgo - RS/No Município de Novo Hamburgo - RS(Meta : 32 Edifício construído/% de execução física)	1 4 2 90 0 100	8.987.388	4.494.388	0	0	4.494.388
02.122 0569.1890.0101	000140	Reforma do Edifício-Sede da Seção Judiciária no Rio de Janeiro - RJ/No Município de Rio de Janeiro - RJ(Meta : 39 Edifício reformado/% de execução física)	1 4 2 90 0 100	3.100.000	3.100.000	0	0	3.100.000
02.122 0569.20AK.0001	000118	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente da Criação e/ou Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos e Carreiras e Revisão de Remunerações/Nacional(Meta : - -/-)	1 1 0 91 0 100 1 1 0 91 0 900	15.998.539 23.000.000	15.998.539 23.000.000	0 0	7.759.482 11.155.273	8.239.057 11.844.727
02.122 0569.20AN.0001	000119	Pagamento de despesas decorrentes do enquadramento previsto no art. 22 da Lei no 11.416, de 15 de dezembro de 2006, no âmbito do Poder Judiciário/Nacional(Meta : - -/-)	1 1 1 90 0 100 1 1 1 90 0 900	40.695.891 62.000.000	40.695.891 62.000.000	0 0	0 0	40.695.891 62.000.000
			3 2 90 0 100	4.158.000	4.158.000	0	831.600	3.326.400

OI: Indicador de Obra Irregular (S = SIM)
Esfera: 1-Fiscal 2-Seguridade Social 3-Inv. Estatais 3(Identificador de Uso): 0-no país 1-Contrapartida para o BIRD 2-Contrapartida para o BID 3-Outras Contrapartidas 4-No Exterior
GND(Grupo Natureza Despesa): 1-Pessoal e Encargos Sociais 2-Juros e Encargos 3-Outras Desp. Correntes 4-Investimentos 5-Inversões Financeiras 6-Amort. da Dívida 9-Reserva de Contingência
Mod. de Aplicação: 30-Estados/DF 40-Municípios 50-Entidade Privada 90-União 99-a definir
RP(Tipo de Despesa para fins de apuração do Resultado Primário): 0-Financeira 1-Primária Obrigatória 2-Primária Discricionária 3-Projeto-Piloto de Investimentos Públicos - PPI

REQUERIMENTO Nº 57, DE 2008–CN

Requer destaque para votação em separado objetivando a recomposição de dotação orçamentária correspondente a Recuperação e Modernização das Instalações do Supremo Tribunal Federal em Brasília – DF, constante no Projeto de Lei nº 30, de 2007.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Exª, nos termos do art. 132, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, destaque para votação em separado, objetivando a recomposição da dotação orçamentária no montante de R$10.000.000,00 (dez milhões de reais) relativa ao seqüencial nº 073, constante no Projeto de Lei nº 30, de 2007, com a seguinte classificação: Unidade Orçamentária – 10101 – Supremo Tribunal Federal – Funcional Programática: 02.122.0565.11CD.0101 – Recuperação e Modernização das Instalações do Supremo Tribunal Federal em Brasília – DF, sendo: R$1.350.000,00 (um milhão, trezentos e cinqüenta mil reais) – Grupo de Natureza da Despesa (GND) 3 – Modalidade de Aplicação (MA) 90 – Fonte 100; e R$8.650.000,00 (oito milhões, seiscentos e cinqüenta mil reais) – Grupo de Natureza da Despesa (GND) 4 – Modalidade de Aplicação (MA) 90 – Fonte 100.

Sala das Sessões, 12 de março de 2008. – Senador **Francisco Dornelles**.

LISTA DE APOIAMENTO

	NOME DO PARLAMENTAR	GABINETE	ASSINATURA
01	BRUNO RODRIGUES	503	
02	WENDES RIBEIRO FILHO	222	
03	CARLOS ALBERTO LERÉIA	550	
04	NELCIMAR FRAGA	562	
05	Mario de Oliveira	341	
06	Paulo Roberto	635	
07	OSVALDO REIS	535	
08	ANIBAL GOMES	731	
09	NELSON MEURER	916	
10	ZÉ GERARDO	632	
11	GONZAGA PATRIOTA	430	
12	HUGO LEAL	635	
13	LEONARDO VILELA	934	
14	WILMAR LIMA	520	
15	EDUARDO LOPES	208	
16	RODRIGO CASTRO	701	
17	SIMÃO SESSIM	709	
18	Wilson Wco plancondor	656	
19	JACKSON BARRETO	752	

LISTA DE APOIAMENTO			
	NOME DO PARLAMENTAR	GABINETE	ASSINATURA
20		801	ARMANDO MONTEIRO
21		556	CUNHA
22		746	DILCEU SPERAFICO
23	JILMAR TATTO	643	
24	PAULO TEIXEIRA	281	
25	NELSON TRAD	452	
26	VALTENIR PEREIRA	473	
27	ROBERTO SANTIAGO	533	
28	JOSÉ MIGUEL COUTO	428	
29	J. G. COUTO	442	
30	ANSELMO DE JESUS	802	
31	ELIENE LIMA	537	
32	RICARDO BARROS	- -	
33	ANTONIO CARLOS BIFFI	260	
34	EDMILSON VALENTIM	546	
35	GUILHERME CAMPOS	347	
36	Severiano Alves	730	
37	MARCIO FONSECA	645	
38	LÉO MORAES	612	
39	MARCIO MACHADO	478	
40	MARCELO GUIMARÃES	525	

LISTA DE APOIAMENTO

	NOME DO PARLAMENTAR	GABINETE	ASSINATURA
41	VILSON COVATTI	228	
42	SILVIO TORRES	536	
43	MANATO	280	
44	AUGUSTO FARIAS	572	
45	[illegible]	604	
46	JULIO DELGADO	323	
47	LUIZ TEIXEIRA	270	
48	Julio Semeghini	242	
49			
50	PAULO PINTO	654	
51	Geraldo Magela	352	
52	Bruno Oliveira	244	
53	Gilmar Moreira	606	
54	Duarte Nogueira	582	
55	Marcelo Serafim	560	
56	Fernando Chucre	569	
57	Domiciano Andrade	235	
58	Felipe Bornier	253	
59	Selgio Petecão	335	
60	Paulo H. Lustosa	946	

4

61	Fernando Coruja	245	
62	Renato Amary	450	
63	Gilmar Borges		
64			

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatoria Geral - Demonstrativo analítico das alterações da proposta Orçamentária da União para 2008 *por UO/Programa/Subtítulo* Orçamento Fiscal e Seguridade Social (em R$ 1,00)

O Func. Programática Seq. Título/Subtítulo/Meta 1	EGRMIF SNPAUT FD E	PL 030/2007 (A)	RELAT. SETORIAL (B)	ACRÉSCIMO (C)	CANCELAMENTO (D)	SUBSTITUTIVO (E) = (B) + (C) - (D)
Unidade Orçamentária: 03101 Tribunal de Contas da União						
Controle da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa/Nacional(Meta : - -/-)						
01.212 0681.0407.0001 000892 Contribuição à Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores - INTOSAI/Nacional(Meta : - -/-)	1 3 2 80 0 100	7.200	7.200	0	0	7.200
01.212 0681.0408.0001 000893 Contribuição à Organização Latino-Americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores - OLACEFS/Nacional(Meta : - -/-)	1 3 2 80 0 100	19.200	19.200	0	0	19.200
Programa: 0906 Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações)		*1.115.527*	*1.115.527*	*0*	*0*	*1.115.527*
28.844 0906.0284.0001 000894 Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa/Nacional(Meta : - -/-)	1 2 0 90 0 100	533.173	533.173	0	0	533.173
	1 6 0 90 0 100	582.354	582.354	0	0	582.354
TOTAL DA UO:		**1.096.191.116**	**1.080.441.116**	**0**	**35.386.737**	**1.045.054.379**
Unidade Orçamentária: 10101 Supremo Tribunal Federal						
Programa: 0089 Previdência de Inativos e Pensionistas da União		*82.145.676*	*82.145.676*	*0*	*270.024*	*81.875.652*
09.272 0089.0C05.0001 000064 Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações no âmbito dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União - Aposentadorias, Reformas e Pensões/Nacional(Meta : - -/-)	2 1 1 90 0 151	346.572	346.572	0	146.250	200.322
	2 1 1 90 0 156	293.311	293.311	0	123.774	169.537
09.272 0089.0396.0001 000063 Pagamento de Aposentadorias e Pensões/Nacional(Meta : 1.154 Pessoa beneficiada/unidade)	2 1 1 90 0 153	35.238.540	35.238.540	0	0	35.238.540
	2 1 1 90 0 156	20.114.211	20.114.211	0	0	20.114.211
	2 1 1 90 0 169	26.153.042	26.153.042	0	0	26.153.042
Programa: 0565 Prestação Jurisdicional no Supremo Tribunal Federal		*345.172.287*	*345.172.287*	*500.000*	*34.436.169*	*311.236.118*
02.061 0565.0C04.0001 000076 Criação e/ou Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações no âmbito dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União/Nacional(Meta : - -/-)	1 1 1 90 0 100	7.215.185	7.215.185	0	3.598.636	3.616.549
	1 1 1 90 0 900	10.000.000	10.000.000	0	4.987.587	5.012.413
02.061 0565.2E23.0001 027398 Designação de Magistrados para Funcionarem como Juízes Auxiliares do STF/Nacional(Meta : 250 Processo julgado/unidade)	1 1 1 90 0 900	0	0	500.000	0	500.000
02.061 0565.6359.0001 000072 Apreciação e Julgamento de Causas no Supremo Tribunal Federal/Nacional(Meta : 108.000 Processo julgado/unidade)	1 1 1 90 0 100	48.639.415	48.639.415	0	0	48.639.415
	1 1 1 91 0 100	990.000	990.000	0	0	990.000
	1 3 2 90 0 100	69.651.390	69.651.390	0	16.721.482	52.929.908
	1 4 2 90 0 100	11.500.000	11.500.000	0	0	11.500.000
	1 3 2 90 0 127	11.288.214	11.288.214	0	0	11.288.214
	1 3 2 90 0 175	2.667.810	2.667.810	0	0	2.667.810
	1 1 1 90 0 900	75.000.000	75.000.000	0	500.000	74.500.000
02.122 0565.09HB.0001 000075 Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais/Nacional(Meta : - -/-)	1 1 0 91 0 100	7.983.193	7.983.193	0	0	7.983.193
	1 1 0 91 0 900	13.000.000	13.000.000	0	0	13.000.000
02.122 0565.11CD.0101 000073 Recuperação e Modernização das Instalações do Supremo Tribunal Federal/Em Brasília - DF(Meta : 28 Edifício recuperado/% de execução física)	1 3 2 90 0 100	1.350.000	1.350.000	0	0	1.350.000
	1 4 2 90 0 100	8.650.000	8.650.000	0	0	8.650.000
02.122 0565.20AK.0001 000069 Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente da Criação e/ou Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos e Carreiras e Revisão de Remunerações/Nacional(Meta : - -/-)	1 1 0 91 0 100	1.487.341	1.487.341	0	741.825	745.516
	1 1 0 91 0 900	2.300.000	2.300.000	0	1.147.145	1.152.855
02.126 0565.1C15.0001 000074 Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação no Supremo Tribunal Federal (e-jus)/Nacional(Meta : 6 Sistema Implantado/% de execução física)	1 3 2 90 0 100	3.257.153	3.257.153	0	651.430	2.605.723
	1 4 2 90 0 100	2.200.000	2.200.000	0	0	2.200.000
02.128 0565.4091.0001 000071 Capacitação de Recursos Humanos/Nacional(Meta : 1.208 Servidor capacitado/unidade)	1 3 2 90 0 100	1.200.000	1.200.000	0	0	1.200.000
	3 2 90 0 100	30.440.320	30.440.320	0	6.088.064	24.352.256

OI: Indicador de Obra Irregular (S = SIM)
Esfera: 1-Fiscal 2-Seguridade Social 3-Inv. Estatais. IU(Identificador de Uso): 0-no país 1-Contrapartida para o BIRD 2-Contrapartida para o BID 3-Outras Contrapartidas 4-No Exterior
GND(Grupo Natureza Despesa): 1-Pessoal e Encargos Sociais 2-Juros e Encargos 3-Outras Desp. Correntes 4-Investimentos 5-Inversões Financeiras 6-Amort. da Dívida 9-Reserva de Contingência
Mod. de Aplicação: 30-Estados/DF 40-Municípios 50-Entidade Privada 90-União 99-a definir
RP(Tipo de Despesa para fins de apuração do Resultado Primário): 0-Financeira 1-Primária Obrigatória 2-Primária Discricionária 3-Projeto-Piloto de Investimentos Públicos - PPI

REQUERIMENTO Nº 58, DE 2008–CN

Requer destaque para votação da emenda de bancada de nº 71160008 ao PLN Nº 30/2007 – CN.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exª, nos termos do art. 132 da Resolução nº 1 de 2006 – CN, Destaque para votação da Emenda de nº 71160008, cópia anexa, de autoria da Bancada da Paraíba, incidente sobre a Programação da Despesa do Projeto de Lei Orçamentária de nº 30/2007–CN, cujo voto da Relatoria Geral do Projeto foi pela aprovação parcial, na forma indicada a seguir:

– Valor aprovado parcialmente pela Relatoria Geral: R$19.292.143,00

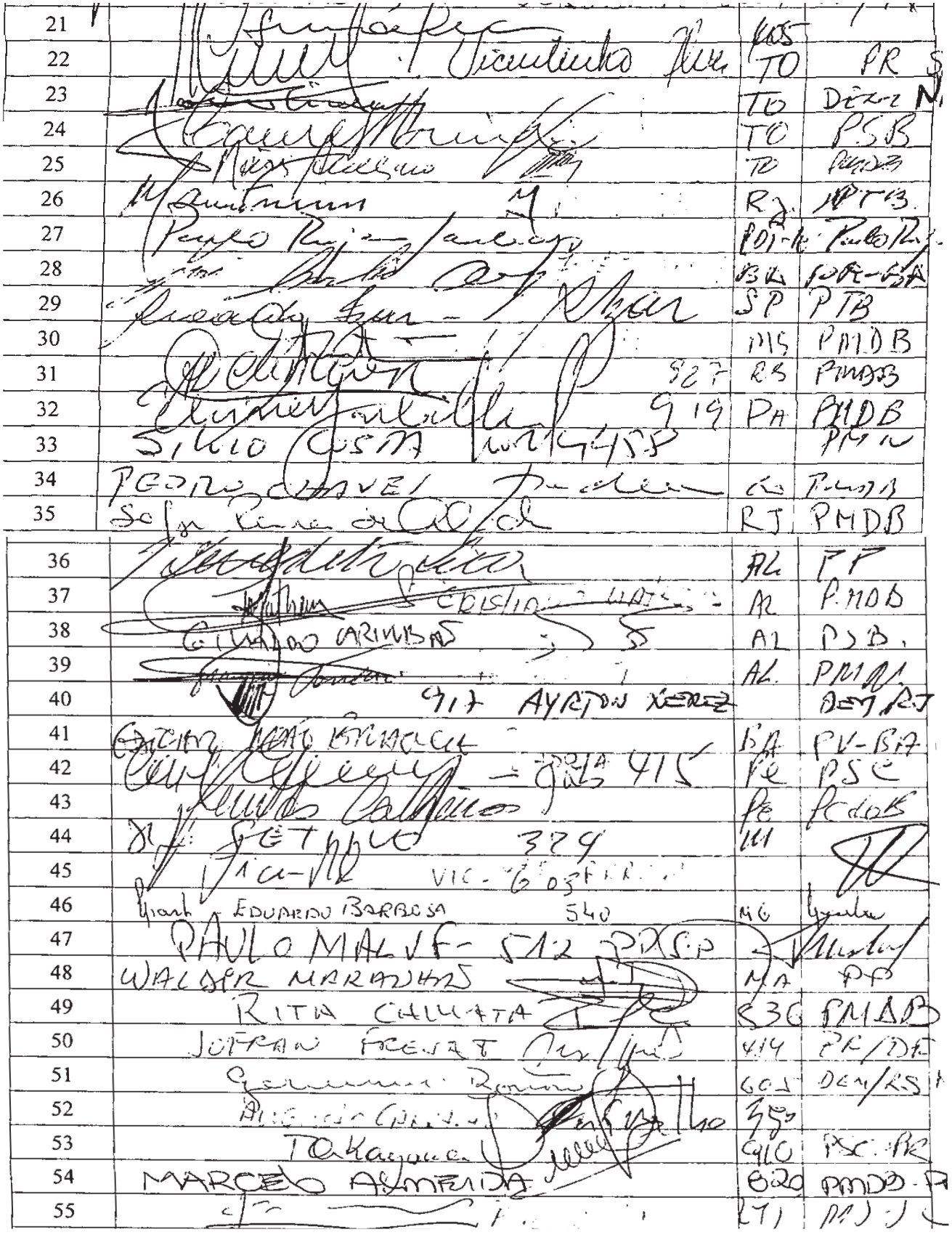
– Efeito Pretendido: Suplementação de Recursos no montante de R$15.000.000,00 ao valor aprovado na fase de Relatoria Geral do Projeto de Lei

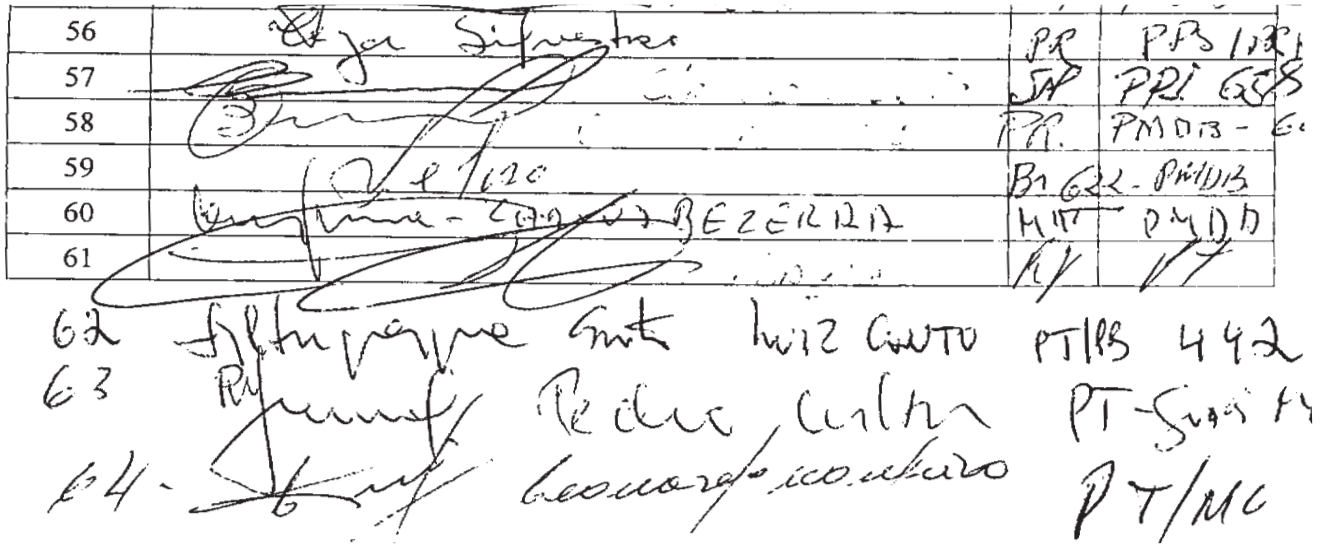
Justificação

No presente destaque pretende-se a suplementação de recursos, à emenda bancada acima mencionada, que se destinarão à construção da barragem Manguape, no Município de Alagoa Grande, no Estado da Paraíba, que tem por objetivo maior o suprimento de água potável às populações dos Municípios de Alagoa Grande e demais localizados em seu entorno, que sofrem os efeitos das secas recalcitrantes que atingem a região anualmente. Água é vida, e os sertanejos atingidos pelas secas reclamam seus direitos de viver.

Sala de Sessões, 12 de março de 2008. – Deputado **Armando Abílio**.

ITEM	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
01			
02			
03			
04			
05			
06	DOMINGOS DUTRA	MA	PT
07		MA.	PDT.
08		AM	PMDB
09			
10			
11		PE	PT
12			PMDB
13			
14			PMDB.
15			PP/PE
16		MT	PSDB/MT
17			
18	TITO TEIXEIRA		PSDB/MG
19			PSDB/SP
20		334	PP/PR





AUTOR DA EMENDA

7116 - Bancada da Paraiba

EMENDA

71160008

MODALIDADE DA EMENDA
Bancada Estadual

TIPO DE EMENDA
Apropriação - Inclusão

ÁREA DE GOVERNO
Irrigação e Integração Nacional

MODALIDADE DE INTERVENÇÃO
264 Construção de/da/do

TIPO DE REALIZAÇÃO PRETENDIDA
463 Barragem

LOCALIDADE BENEFICIADA
2500000 - Paraíba

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE
Contrução da Barragem Manguape no Municipio de Alagoa Grande

ESFERA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA
M. da Integração Nacional

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO
18.544.0515.109H
Construção de Barragens
Contrução da Barragem Manguape no Município de Alagoa Grande - No Estado da Paraíba

ESPECIFICAÇÃO DA META
Obra executada(unidade)

QUANTIDADE
1

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R$ 1,00)

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
4 Investimentos	30 Transf. a Est. e ao DF	2	65.000.000
		TOTAL	65.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
020000	101	9 Reserva de Contingência	99 A Definir	0	2	65.000.000
				TOTAL		65.000.000

TIPO DA SUBVENÇÃO
Público

JUSTIFICATIVA
A alocação dos recursos aqui indicados se destinarão à construção da Barragem Manguape, no Município de Alagoa Grande, beneficiarão aproximadamente 110.000 habitantes, a um custo de R$ 65.000.000,00, para o exercício de 2008, que resultarão num investimento per capt em torno de R$ 590,00, considerado irrisório para o custo-benefício esperado. A implemantação das obras de construção da barragem resultara num armazenamento de aproximadamente 20.000.000 (vinte milhões) de metros cúbicos de água, suficientes para o desenvolvimento de pequenos e médios projetos de irrigação, piscicultura e outros decorrentes da infra-estrutura implantada. É importante destacar que o desenvolvimento de um projeto de piscicultura contribuirá para geração de empregos derivados da pesca, alem de se constituir numa fonte alternativa de alimentação para as populações carentes da região.

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Em R$ 1,00

Relatoria Geral - Proposta Orçamentária da União para 2008 - EMENDAS COLETIVAS À DESPESA APROVADAS

EMENDA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	SUBTÍTULO	ESF	FNT	GND	M.A.	R.P.	APROVADO Rel. Setorial	ADEQUAÇÃO Rel. Geral (inclui adendos setoriais)	VALOR FINAL
71060016	54101 M. do Turismo	23.695.1166.10V0.0806	Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística / em Salvador - BA	1	100	4	30	2	6.500.000	18.500.000	25.000.000
									6.500.000	18.500.000	25.000.000
71060017	38901 FAT	11.333.0101.4725.0116	Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores para o Acesso e Manutenção ao Emprego, Trabalho e Renda em Base Setorial (PlanSeQs) / No Estado da Bahia	2	151	3	30	2	10.000.000	0	10.000.000
									10.000.000	0	10.000.000
71060018	14105 TRE - BA	02.122.0570.1P50.0101	Construção de Edifício-Anexo do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia / No Município de Salvador - BA	1	100	4	90	2	6.000.000	6.000.000	12.000.000
									6.000.000	6.000.000	12.000.000
71060019	26101 M. da Educação	12.364.1073.0048.0238	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais / Aquisição de Equipamentos - no Estado da Bahia	1	112	4	30	2	6.920.781	5.000.000	11.920.781
									6.920.781	5.000.000	11.920.781
71060020	26232 UFBA	12.364.1073.6368.0060	Instrumental para Ensino e Pesquisa Destinado a Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino / no Estado da Bahia	1	112	4	90	2	6.920.781	14.000.000	20.920.781
									6.920.781	14.000.000	20.920.781
TOTAL DO AUTOR									212.841.562	114.285.000	327.126.562
AUTOR: Bancada da Paraiba			S/PARTIDO								
71160001	56101 M. das Cidades	15.451.6001.7L78.0056	Apoio às Ações de Urbanização na Área do Vale do Jaguaribe em João Pessoa - PB / Ações de Urbanização na Área do Vale do Jaguaribe - João Pessoa - PB	1	100	4	30	2	3.750.000	3.500.000	7.250.000
				1	900	4	30	2	3.500.000	-3.500.000	0
									7.250.000	0	7.250.000
71160002	56101 M. das Cidades	17.512.1128.7L77.0056	Apoio a Empreendimento de Saneamento Integrado em Campina Grande - PB / Apoio a Empreendimento de Saneamento Integrado - Campina Grande - PB	2	151	4	40	2	7.250.000	0	7.250.000
									7.250.000	0	7.250.000
71160003	24101 M. da Ciência e Tecnologia	19.572.0471.8976.0104	Apoio à Pesquisa, Inovação e Extensão Tecnológica para o Desenvolvimento Social / Apoio ao Projeto de Construção da Estação Ciência - João Pessoa - PB	1	100	4	90	2	12.000.000	4.292.143	16.292.143
									12.000.000	4.292.143	16.292.143
71160004	42203 Fund. Cultural Palmares	13.392.0172.8053.0086	Fomento a Projetos da Cultura Afro-Brasileira / Aquisição de Material Didático - No Estado da Paraíba	1	100	3	30	2	9.000.000	4.292.143	13.292.143
									9.000.000	4.292.143	13.292.143
71160005	36901 Fundo Nacional de Saúde	10.302.1220.8535.1046	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde / Campina Grande - PB	2	100	4	40	2	0	4.000.000	4.000.000
				2	151	4	40	2	15.000.000	0	15.000.000
									15.000.000	4.000.000	19.000.000
71160006	26101 M. da Educação	12.364.1073.0048.0254	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais / Construção da Biblioteca da Universidade Estadual da Paraíba em Campina Grande - PB	1	112	4	30	2	10.000.000	4.292.143	14.292.143
									10.000.000	4.292.143	14.292.143
71160007	51101 M. do Esporte	27.812.1250.5450.0902	Implantação e Modernização de Infra-estrutura para Esporte Recreativo e de Lazer / Vila Olímpica - João Pessoa - PB	1	100	4	90	2	0	29.292.143	29.292.143
									0	29.292.143	29.292.143
71160007	51101 M. do Esporte	27.812.1250.8765.0902	Implantação e Modernização de Infra-estrutura para Esporte Recreativo e de Lazer / Vila Olímpica - João Pessoa - PB	1	100	4	90	2	15.000.000	-15.000.000	0
									15.000.000	-15.000.000	0
71160008	53101 M. da Integração Nacional	18.544.0515.1P17.0056	Construção da Barragem Mangueira no Estado da Paraíba / Alagoa Grande - No Estado da Paraíba	1	100	4	30	2	15.000.000	4.292.143	19.292.143
									15.000.000	4.292.143	19.292.143
71160009	54101 M. do Turismo	23.695.1166.10V0.0860	Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística / Construção do Centro de Convenções - No Estado da Paraíba	1	100	4	30	2	7.000.000	4.292.143	11.292.143
									7.000.000	4.292.143	11.292.143

REQUERIMENTO Nº 59, DE 2008–CN

Requer destaque para votação em separado do subtítulo 02.122.0570.2272.0001 do Projeto de Lei nº 30/2007-CN (LOA 2008).

Senhor Presidente:

Requeiro, nos termos do art. 132, da Resolução nº 1/2006, combinado com o art. 50 do Regimento Comum, que seja submetida a votos o subtítulo 02.122.0570.2272.0001 – Gestão e Administração do Programa – Nacional – TRE – MA – GND 3 – MA 90 – Fonte 100, constante do Projeto de Lei original nº 30/2007–CN (LOA 2008), no valor de R$9.381.289,00 enviado pelo Poder Executivo, seqüencial nº 336, constante da orçamentária 14110.

Sala das Sessões, 12 de março de 2008.

Deputado ROBERTO ROCHA
PSDB/MA

NOME PARLAMENTAR	ASSINATURA
EDSON AMARCIO	
AYRTON XEREZ	
CLAUDIO CAJADO	
LINDBERGH CITY	
JUTAHY JR	
IZARO BATISTA	
Marcio Reinaldo	
Eugênio Rabelo	
WALDIR MARANHÃO	
Chico Alencar	
JORGE KHOURY	
PAULO MALUF	

NOME PARLAMENTAR	ASSINATURA
Roberto Santos	
Dagoberto	
Arnaldo Viana	
Augusto Farias	
Joaquim Roriz	
Carlos A. Caiuby	
Fábio Faria	
Sérgio Petecão	
Edmundo Pinto	
Sétimo Mafra	
P.S.A. - 375	
Paulo Rubem - 229	
Nelson Trad	
Valdir - 622	
Aldo Rebelo	
Paulo Renato Souza	

NOME PARLAMENTAR	ASSINATURA
MARCELO CASTRO	
Reinaldo Azambuja	
WOLNEY QUEIROZ	
DOMINGOS DUTRA	
Pepe Vargas	
ASSIS DO COUTO	
ADÃO PRETTO	
ODAIR CUNHA	
PAULO PIMENTA	
Miguel Corrêa	
Rafael Guerra	
Rogério Peninha	
MAGELA - PT	
e Dep. PMDB/BA	
PAULO RUBEM PDT-PE	
Chico Lopes	310
Sérgio Barradas Carneiro	
VECCHIO	
Talmir Rodrigues	

NOME PARLAMENTAR	ASSINATURA
Paulo Pereira	
Roberto Magalhães	
Marcelo Ortiz	
Lobbe Neto	
Andreia Zito	
Renato Amary	
Silvio Torres	
Lindomar	
Cezar Silvestri	
Fernando Chucre	
Pinto Itamaraty	
Julião Amin	

ANEXO

ADENDO Nº. I - RELATÓRIO FINAL APRESENTADO (PLOA 2008)

(VOLUME II E VOLUME IV)

Vol./ Rel. / Pág.		Seqüencial / Emenda	Unidade Orçamentária	Funcional	Título/Subtítulo/Meta	ESF	GND	RP	MA	IU	FTE	Valor Substitutivo	Justificação
Vol. IV - 3.2.1 - p.22	ONDE SE LÊ	000312	14108 - TRE - ES	02.122.0570.2272.0001	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA - NACIONAL	1	3	2	90	0	100	4.128.950	Cancelamento de despesas (GND 3) decorrente de reestimativa de receita, nos termos do Art.31, § Único da Res. 01/2006-CN.
	LEIA-SE	000312	14108 - TRE - ES	02.122.0570.2272.0001	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA - NACIONAL	1	3	2	90	0	100	3.641.188	
Vol. IV - 3.2.1 - p.23	ONDE SE LÊ	000326	14109 - TRE - GO	02.122.0570.2272.0001	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA - NACIONAL	1	3	2	90	0	100	7.288.181	Cancelamento de despesas (GND 3) decorrente de reestimativa de receita, nos termos do Art.31, § Único da Res. 01/2006-CN.
	LEIA-SE	000326	14109 - TRE - GO	02.122.0570.2272.0001	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA - NACIONAL	1	3	2	90	0	100	6.489.363	
Vol. IV - 3.2.1 - p.24	ONDE SE LÊ	000336	14110 - TRE - MA	02.122.0570.2272.0001	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA - NACIONAL	1	3	2	90	0	100	9.381.289	Cancelamento de despesas (GND 3) decorrente de reestimativa de receita, nos termos do Art.31, § Único da Res. 01/2006-CN.
	LEIA-SE	000336	14110 - TRE - MA	02.122.0570.2272.0001	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA - NACIONAL	1	3	2	90	0	100	8.373.160	
Vol. IV - 3.2.1 - p.24	ONDE SE LÊ	000345	14111 - TRE - MT	02.122.0570.2272.0001	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA - NACIONAL	1	3	2	90	0	100	7.166.431	Cancelamento de despesas (GND 3) decorrente de reestimativa de receita, nos termos do Art.31, § Único da Res. 01/2006-CN.
	LEIA-SE	000345	14111 - TRE - MT	02.122.0570.2272.0001	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA - NACIONAL	1	3	2	90	0	100	6.323.788	
Vol. IV - 3.2.1 - p.25	ONDE SE LÊ	000353	14112 - TRE - MS	02.122.0570.2272.0001	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA - NACIONAL	1	3	2	90	0	100	5.097.270	Cancelamento de despesas (GND 3) decorrente de reestimativa de receita, nos termos do Art.31, § Único da Res. 01/2006-CN.
	LEIA-SE	000353	14112 - TRE - MS	02.122.0570.2272.0001	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA - NACIONAL	1	3	2	90	0	100	4.580.543	
Vol. IV - 3.2.1 - p.26	ONDE SE LÊ	000364	14113 - TRE - MG	02.122.0570.2272.0001	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA - NACIONAL	1	3	2	90	0	100	15.053.590	Cancelamento de despesas (GND 3) decorrente de reestimativa de receita, nos termos do Art.31, § Único da Res. 01/2006-CN.
	LEIA-SE	000364	14113 - TRE - MG	02.122.0570.2272.0001	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA - NACIONAL	1	3	2	90	0	100	13.118.231	
Vol. IV - 3.2.1 - p.26	ONDE SE LÊ	000378	14114 - TRE - PA	02.122.0570.2272.0001	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA - NACIONAL	1	3	2	90	0	100	12.569.634	Cancelamento de despesas (GND 3) decorrente de reestimativa de receita, nos termos do Art.31, § Único da Res. 01/2006-CN.
	LEIA-SE	000378	14114 - TRE - PA	02.122.0570.2272.0001	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA - NACIONAL	1	3	2	90	0	100	11.312.671	

REQUERIMENTO Nº 60, DE 2008 – CN

Cumprimentando-o cordialmente, requeremos de Vossa Excelência seja submetida a votação em separado para recomposição total a seguinte Programação de Despesa:

– Programação de Despesa.

– Seqüencial: 831 UO: 15.123 – TRT 22ª Região

– Subtítulo: Construção do Edifício-Sede do TRT 22ª Região Teresina – PI

– GND: 4 Mod. Apl. 90 Fonte: 100

– Valor a ser Recomposto: R$250.000,00

Plenário do Congresso Nacional, 12 de março de 2008.

	PARLAMENTAR	PARTIDO	ASSINATURA
01	JOÃO VICENTE CLAUDINO	PTB	
02			
03			
04	JOÃO PEDRO	PT	
05		PMDB	
06	B. Sá	PSB	
07	Átila Lins	PSD	
08	CIRO NOGUEIRA	PP	
09	José Fernando	PV	
10			
11		DEM	
12		PR-Se	
13	ATILA LINS	PMDB Am	

	Nome	Partido	Fortalecimento
14		PV-BA	
15		PMDB	
16	PINTO ITAMARATY	PSDB-AM	
17	ANIBAL	PMDB-C	
18	Arnaldo Madeira	PSDB	
19	-IAKAMAS	PSC	
20		PSDB	
21	PMDB S.C TILKO	PMDB - 379	
22	WALDIR MARANHÃO	PP-MA	276
23	CARLOS SOUZA	PP/AM	
24		PPS/SP	
25		PTB/SP	
26		PMDB-RJ	
27		PMDB-PI	
28	SILVIO COSTA	PMN	

	Nome	Partido	Partamentar
29		PMDB	534
30	JERRAN FREJAT	PR/DF	U.U
31		DEM-TO	
32	Moisés Avelino	PMDB-TO	346
33	NELSON MEURER	PP/PR	916
34		PSDB/MG	
35		PV/SP	945
36		PV-MG	
37		PR	
38		PT-AL	
39		PMDB CE	
40		GO	
41		313	
42		622 PMDB/PB	
43		625 PMDB	

	Nome	Partido	Parlamentar
44	GERALDO PUDIM	PMDB/RS	
45	PEDRO CHAVES	PMDB/GO	
46	WIX PITTENCOURT	PMDB	
47	CLÁUDIO CAJADO	DEM/BA	
48	Lira Maia	DEM/PA	
49		PR-BA	
50		PRB-AM	
51	Emanuel Fernandes	PSDB/SP	
52	MANATO	PDT	
53	MIGUEL MARTINI	PHS	
54	JOSÉ BITTAR	DEM	
55		PMDB-SE	
56	CARLOS ABICALIL	PT/MT	
57	VALTENIR FILHO	PSB/SE	
58	Heráclito Fortes	DEM-PI	

PL nº 30/2007-CN

59		PT	
60			
61	MARCONI		
62			
63			

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatoria Geral - Demonstrativo analítico das alterações da proposta Orçamentária da União para 2008 *por UO/Programa/Subtítulo*

Orçamento Fiscal e Seguridade Social (em R$ 1,00)

O Func. Programática	Seq.	Título/Subtítulo/Meta	ESFO	GND	RP	MAP	IDU	F	PL 030/2007 (A)	RELAT. SETORIAL (B)	ACRÉSCIMO (C)	CANCELAMENTO (D)	SUBSTITUTIVO (E) = (B) + (C) - (D)
Unidade Orçamentária:		**15123 TRT - 22a. Região - PI**											
Programa: 0089 Previdência de Inativos e Pensionistas da União									2.566.393	2.566.393	0	0	2.566.393
09.272 0089.0396.0001	000822	Pagamento de Aposentadorias e Pensões/Nacional(Meta : 13 Pessoa beneficiada/unidade)	2	1	1	90	0	151	5.000	5.000	0	0	5.000
			2	1	1	90	0	156	1.200.000	1.200.000	0	0	1.200.000
			2	1	1	90	0	169	1.361.393	1.361.393	0	0	1.361.393
Programa: 0571 Prestação Jurisdicional Trabalhista									69.222.590	69.222.590	0	1.108.459	68.114.132
02.061 0571.4224.0022	000828	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes/No Estado do Piauí(Meta : 100 Pessoa assistida/unidade)	1	3	2	90	0	100	60.000	60.000	0	0	60.000
			1	3	2	91	0	100	12.000	12.000	0	0	12.000
02.061 0571.4256.0001	000829	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho/Nacional(Meta : 23.721 Processo julgado/unidade)	1	1	1	90	0	100	19.639.607	19.639.607	0	0	19.639.607
			1	1	1	91	0	100	405.253	405.253	0	0	405.253
			1	3	2	90	0	100	4.292.299	4.292.299	0	858.459	3.433.840
			2	4	2	90	0	100	600.000	600.000	0	0	600.000
			1	1	1	90	0	900	30.000.000	30.000.000	0	0	30.000.000
02.061 0571.9134.0022	000830	Manutenção de Varas Itinerantes na Justiça do Trabalho/No Estado do Piauí Meta : 13 Vara itinerance mantida/unidade)	1	3	2	90	0	100	200.000	200.000	0	0	200.000
02.122 0571.09HB.0022	000832	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais/No Estado do Piauí(Meta : -/-)	1	1	0	91	0	100	3.702.120	3.702.120	0	0	3.702.120
			1	1	0	91	0	900	5.500.000	5.500.000	0	0	5.500.000
02.122 0571.11BC.0107	000831	Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região em Teresina-PI/No Município de Teresina - PI(Meta : 1 Edifício construído/% de execução física)	1	4	2	40	0	100	500.000	500.000	0	250.000	250.000
02.128 0571.4891.0001	000827	Capacitação de Recursos Humanos/Nacional(Meta : 100 Servidor capacitado/unidade)	1	3	2	90	0	100	58.000	58.000	0	0	58.000
			1	3	2	91	0	100	2.000	2.000	0	0	2.000
02.301 0571.2004.0001	000823	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes/Nacional(Meta : 1.360 Pessoa beneficiada/unidade)	2	3	2	90	0	151	1.549.131	1.549.131	0	0	1.549.131
02.306 0571.2012.0001	000826	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados/Nacional(Meta : 420 Servidor beneficiado/unidade)	1	3	1	90	0	100	2.268.000	2.268.000	0	0	2.268.000
02.331 0571.2011.0001	000825	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados/Nacional(Meta : 6 Servidor beneficiado/unidade)	1	3	1	90	0	100	20.000	20.000	0	0	20.000
02.365 0571.2010.0001	000824	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados/Nacional(Meta : 150 Criança atendida/unidade)	1	3	2	90	0	100	306.180	306.180	0	0	306.180
Programa: 0901 Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais									1.338.565	1.338.565	0	0	1.338.565
28.846 0901.0005.0001	000833	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas/Nacional(Meta : -/-)	1	1	1	90	0	900	1.093.166	1.093.166	0	0	1.093.166
28.846 0901.0625.0001	000834	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas/Nacional(Meta : -/-)	1	1	1	90	0	100	245.399	245.399	0	0	245.399
TOTAL DA UO:									73.027.548	73.027.548	0	1.108.459	71.919.089
Unidade Orçamentária:		**15124 TRT - 23a. Região - MT**											
Programa: 0089 Previdência de Inativos e Pensionistas da União									8.229.431	8.229.431	0	0	8.229.431
09.272 0089.0396.0001	000835	Pagamento de Aposentadorias e Pensões/Nacional(Meta : 47 Pessoa beneficiada/unidade)	2	1	1	90	0	151	8.000	8.000	0	0	8.000
			2	1	1	90	0	156	4.000.000	4.000.000	0	0	4.000.000
			2	1	1	90	0	169	4.221.431	4.221.431	0	0	4.221.431
Programa: 0107 Erradicação do Trabalho Escravo									385.000	385.000	0	0	385.000
02.122 0107.109W.0051	000836	Implantação de Vara do Trabalho Itinerante no Estado de Mato Grosso - MT/No Estado do Mato Grosso(Meta : 2 Vara do trabalho itinerante instalada/unidade)	1	3	2	90	0	100	100.000	100.000	0	0	100.000
			1	4	2	90	0	100	285.000	285.000	0	0	285.000
Programa: 0571 Prestação Jurisdicional Trabalhista									127.583.592	127.583.592	0	1.914.078	125.669.514
02.061 0571.4224.0051	000842	Assistência Jurídica à Pessoas Carentes/No Estado do Mato Grosso(Meta : 600 Pessoa assistida/unidade)	1	3	2	90	0	100	300.000	300.000	0	0	300.000

OI: Indicador de Obra Irregular (S = Sim)
Esferas: 1-Fiscal 2-Seguridade Social 3-Inv. Estatais. IU(Identificador de Uso): 0-no país 1-Contrapartida para o BIRD 2-Contrapartida para o BID 3-Outras Contrapartidas 4-No Exterior
GND(Grupo Natureza Despesa): 1-Pessoal e Encargos Sociais 2-Juros e Encargos 3-Outras Desp. Correntes 4-Investimentos 5-Inversões Financeiras 6-Amort. da Dívida 9-Reserva de Contingência
Mod. de Aplicação: 30-Estados/DF 40-Municípios 50-Entidades Privadas 90-Lisboa 99-a definir
RP(Tipo de Despesa para fins de apuração do Resultado Primário): 0-Financeira 1-Primária Obrigatória 2-Primária Discricionária 3-Projeto-Piloto de Investimentos Públicos - PPI

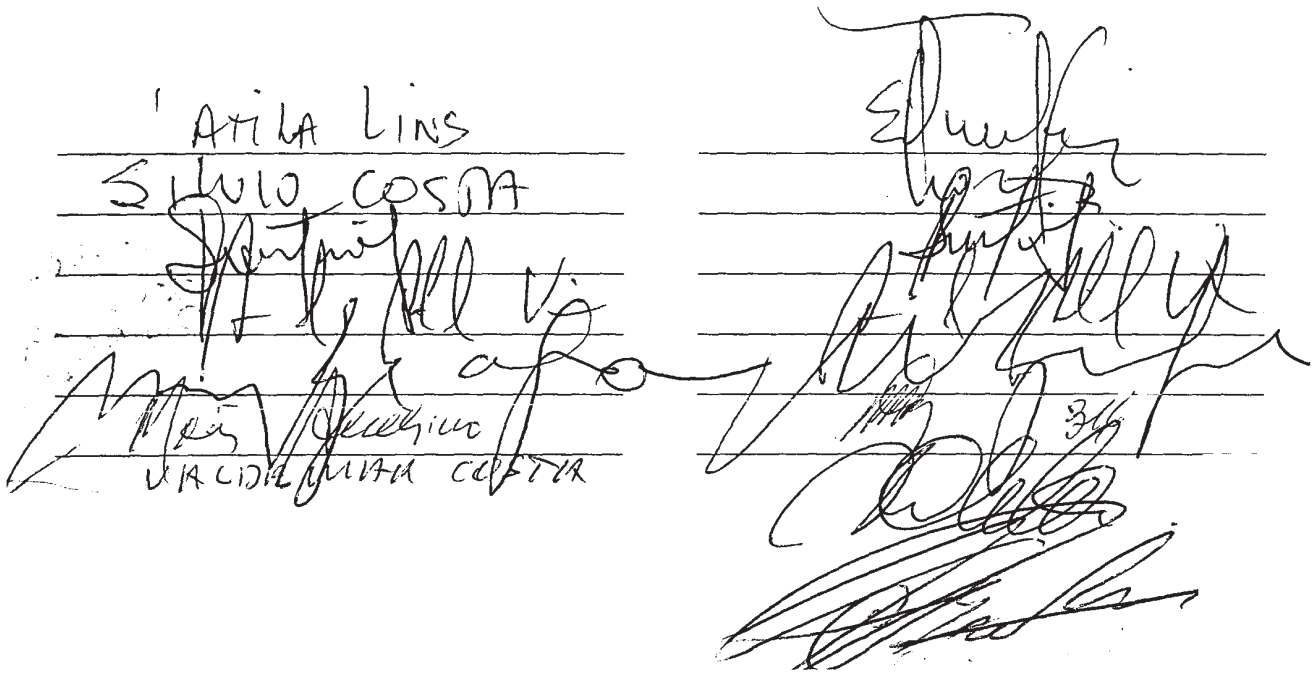
REQUERIMENTO Nº 61, DE 2008–CN

Requer votação em separado da Emenda de Bancada nº 71190005, do Estado do Piauí.

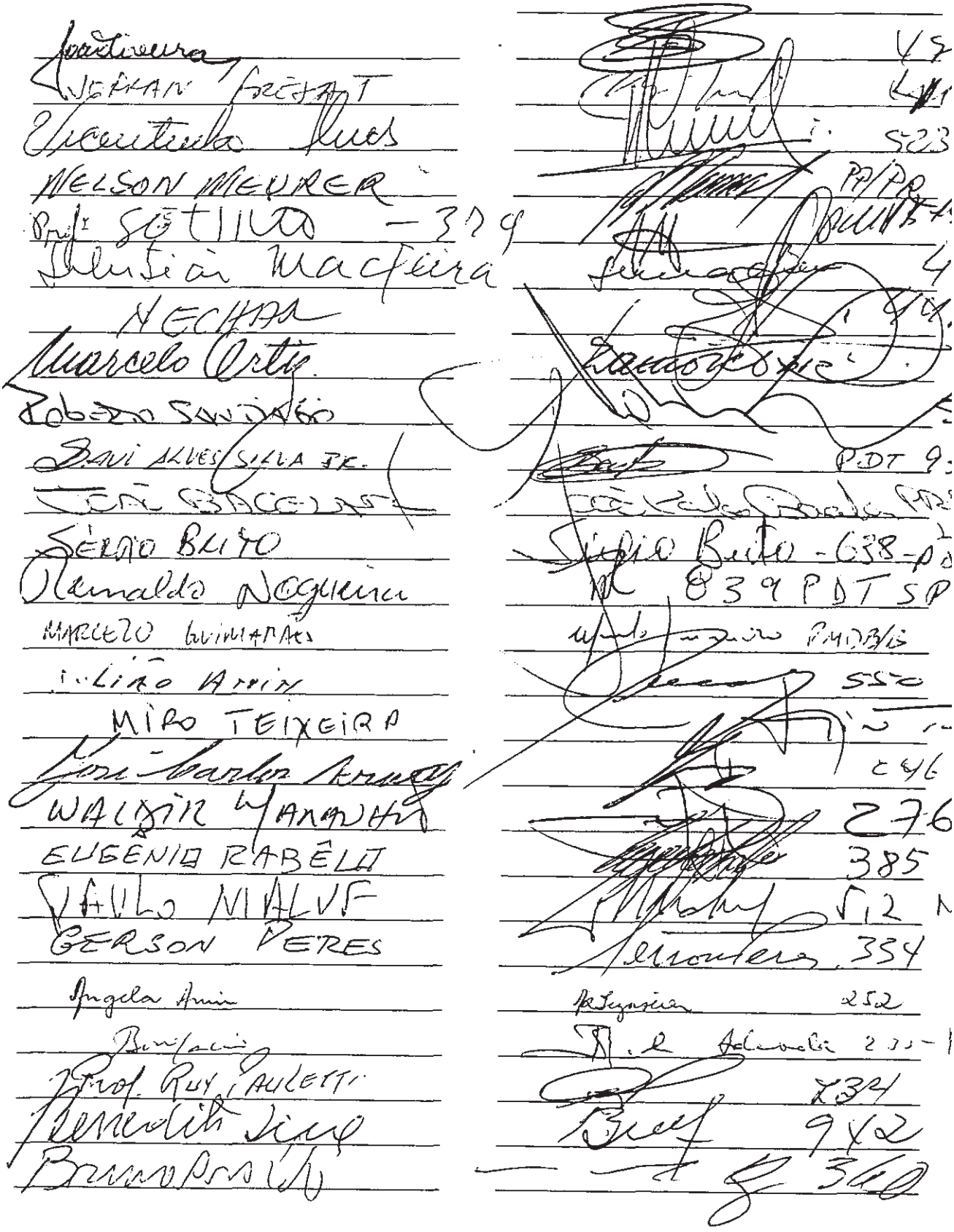
Senhor Presidente,

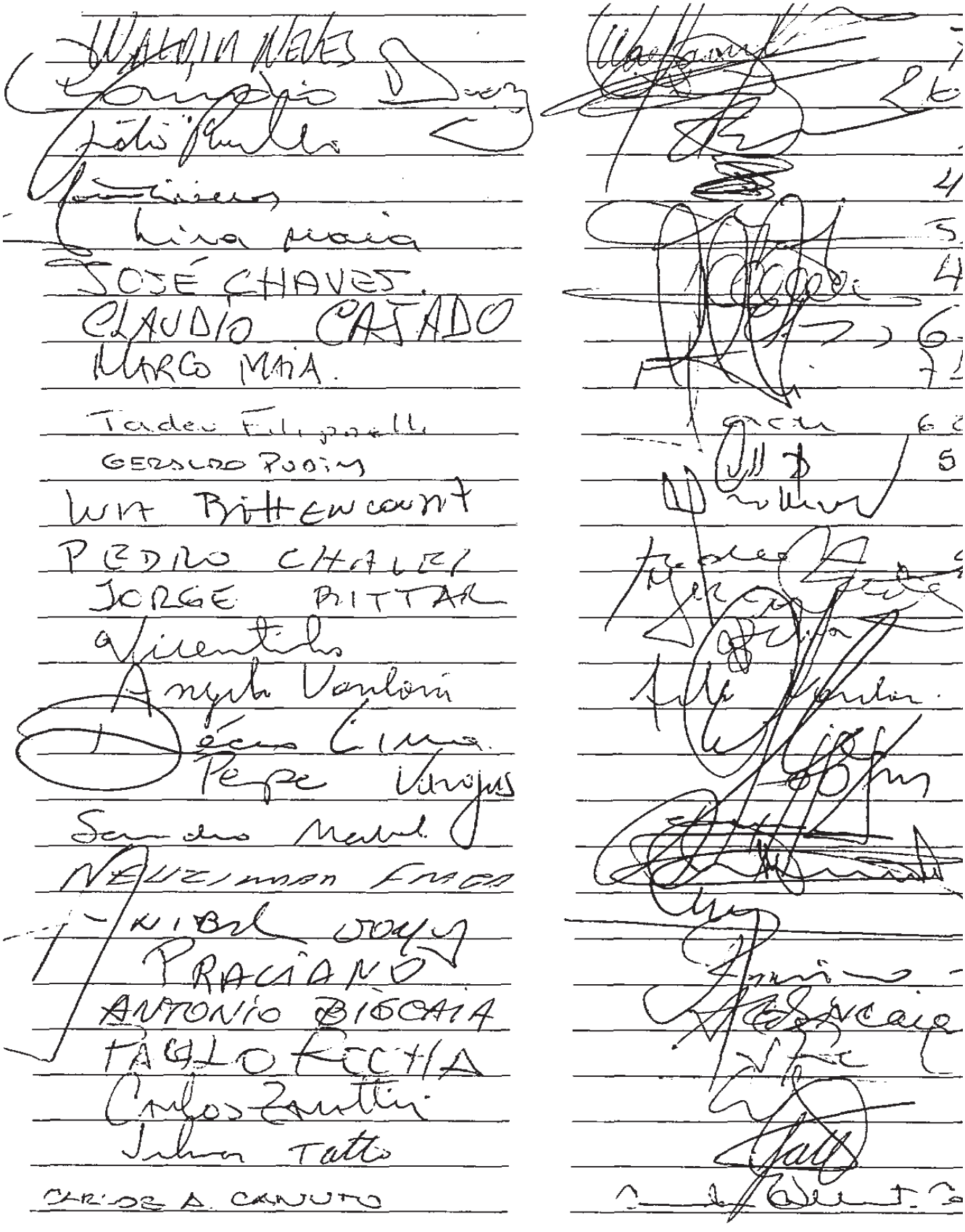
Nos termos do art. 132 da Resolução nº 1, de 2006-CN, requeremos votação em separado da Emenda de Bancada nº 71190005 do Estado do Piauí ao Projeto de Lei nº 30/2007 (PLOA 2008), que teve aprovação parcial no relatório final elaborado pela CMO, para que seja aprovada integralmente pelo Plenário do Congresso Nacional.

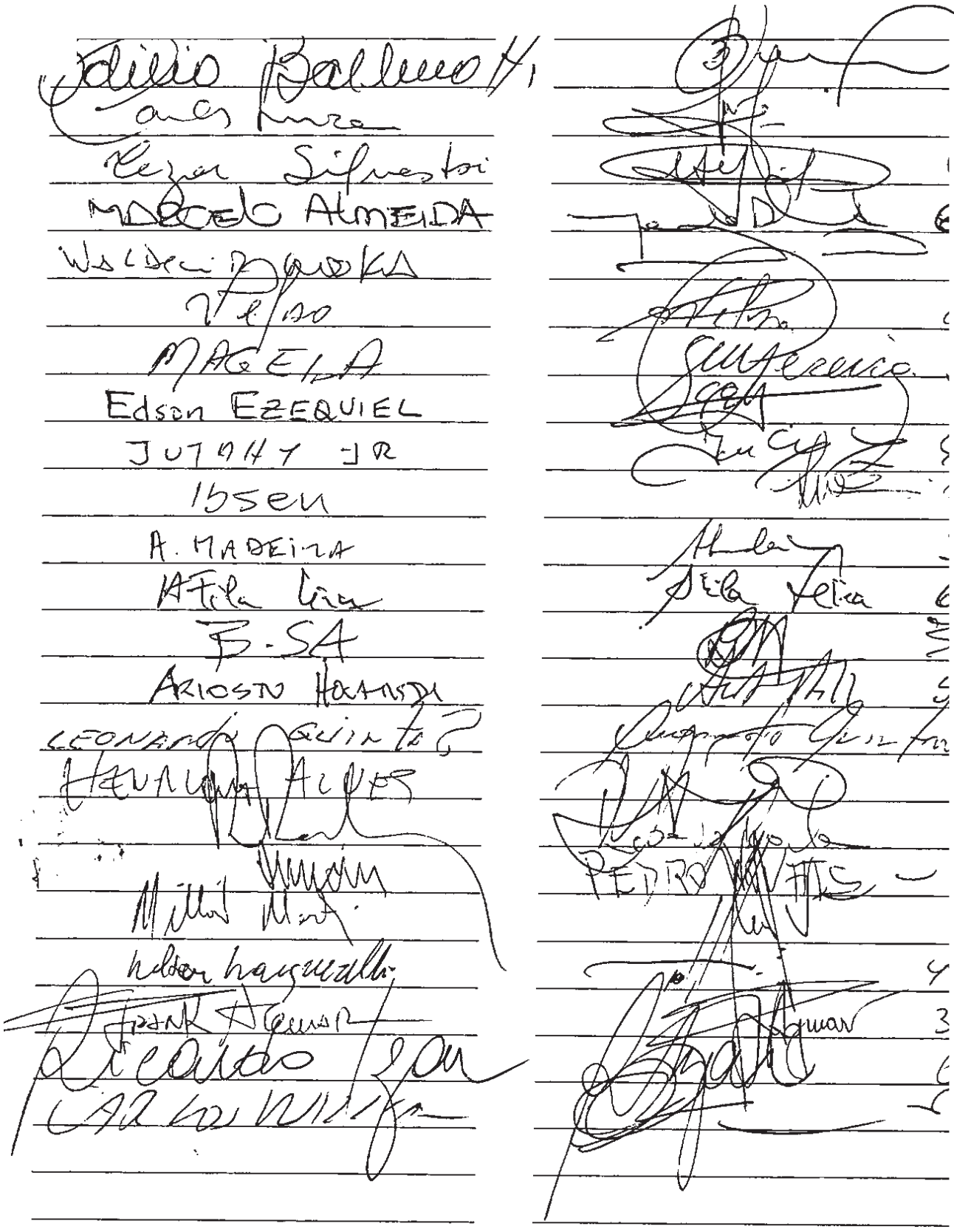
Sala das Sessões, 12 de março de 2008. – Deputado **Marcelo Castro**.



Nº DA EMENDA	AUTOR	ORGÃO	TITULO	VALOR APROVADO
71190005	Bancada do Piauí	CODEVASF	Apoio a projetos de desenvolvimento sustentável local integrado – Construção da Estrada Vicinal são João do Piauí/ Divisa PI/PE – No Estado do Piaui	22.361.672,00







ATENDIMENTO DAS EMENDAS COLETIVAS - Posição após ADENDO I

Emenda	Autor	Tipo	UO	Nome UO	Título	Valor Pedido	Valor Setorial	RP	TOTAL
	BANCADA DO PARANA						199.628.000		285.376.000
71190001	BANCADA DO PIAUI	APR	56101	M. DAS CIDADES	IMPLANTAÇÃO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM TERESINA - PI - OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - TERESINA - PI	60.000.000	15.500.000	2	19.346.154
71190002	BANCADA DO PIAUI	APR	54101	M. DO TURISMO	APOIO A PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA - EM PARNAÍBA - PI	60.000.000	7.300.000	2	16.515.518
71190003	BANCADA DO PIAUI	APR	53101	M. DA INTEGRAÇÃO NACIONAL	CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM RIACHO FUNDO EM SANTA CRUZ DO PIAUÍ NO ESTADO DO PIAUÍ - BARRAGEM RIACHO FUNDO - SANTA CRUZ DO PIAUÍ - NO ESTADO DO PIAUÍ	60.000.000	8.000.000	2	16.515.518
71190004	BANCADA DO PIAUI	APR	53201	CODEVASF	APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL LOCAL INTEGRADO - NO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA - NO ESTADO DO PIAUÍ	30.000.000	8.000.000	2	16.515.518
71190005	BANCADA DO PIAUI	APR	53201	CODEVASF	APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL LOCAL INTEGRADO - CONSTRUÇÃO DA ESTRADA VICINAL SÃO JOÃO DO PIAUÍ - DIVISA PI/PE - NO ESTADO DO PIAUÍ	30.000.000	10.000.000	2	22.361.672
71190006	BANCADA DO PIAUI	APR	53201	CODEVASF	APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL LOCAL INTEGRADO - SIMPLÍCIO MENDES - NO ESTADO DO PIAUÍ	30.000.000	10.000.000	2	18.515.518
71190007	BANCADA DO PIAUI	REM	39252	DNIT	CONSTRUÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - DIVISA BA/PI - DIVISA PI/MA - NA BR-235 - NO ESTADO DO PIAUÍ - NO ESTADO DO PIAUÍ	3.954.500	3.954.500	3	3.954.500
71190008	BANCADA DO PIAUI	REM	39252	DNIT	CONSTRUÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - DIVISA PI/BA - ITAINÓPOLIS - NA BR-020 - NO ESTADO DO PIAUÍ - NO ESTADO DO PIAUÍ	3.954.500	3.954.500	3	3.954.500
71190009	BANCADA DO PIAUI	REM	39252	DNIT	CONSTRUÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - PIRIPIRI - DIVISA PI/MA - NA BR-222 - NO ESTADO DO PIAUÍ - NO ESTADO DO PIAUÍ	4.091.000	4.091.000	3	4.091.000
71190010	BANCADA DO PIAUI	APR	53201	CODEVASF	APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL LOCAL INTEGRADO - CONSTRUÇÃO DA ESTRADA ESTADUAL - TRECHO MIGUEL ALVES/LUZILÂNDIA - N ESTADO DO PIAUÍ	50.000.000	8.000.000	2	13.000.000
71190011	BANCADA DO PIAUI	APR	53201	CODEVASF	APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL LOCAL INTEGRADO - CONSTRUÇÃO DA ESTRADA ESTADUAL - TRECHO COLÔNIA DO PIAUÍ/PAES LANDIM - NO ESTADO DO PIAUÍ	50.000.000	8.000.000	2	13.000.000
71190012	BANCADA DO PIAUI	APR	22101	M. AG., PEC. E ABASTECIMENTO	APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO - AQUISICAO DE PATRULHA MECANIZADA - NO ESTADO DO PIAUÍ	50.000.000	5.000.000	2	12.669.364
71190013	BANCADA DO PIAUI	APR	54101	M. DO TURISMO	APOIO A PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA - CONSTRUÇÃO DE PONTE ESTAIADA EM TERESINA - PI	50.000.000	6.300.000	2	16.515.518
71190014	BANCADA DO PIAUI	APR	56101	M. DAS CIDADES	CONSTRUÇÃO DE PONTE URBANA SOBRE O RIO POTI EM TERESINA - PI - CONSTRUÇÃO DE PONTE URBANA SOBRE O RIO POTI - TERESINA - PI	20.000.000	15.500.000	2	19.346.154
71190015	BANCADA DO PIAUI	APR	20128	SECRETARIA ESPECIAL DE PORTOS	OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA NO PORTO DE LUÍS CORREIA (PI) - NO ESTADO DO PIAUÍ	30.000.000	8.000.000	3	16.515.517
71190016	BANCADA DO PIAUI	APR	38901	FAT	QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL DE TRABALHADORES PARA O ACESSO E MANUTENÇÃO AO EMPREGO, TRABALHO E RENDA EM BASE SETORIAL (PLANSEQS) - SECRETARIA DO TRABALHO E EMPREENDEDORISMO DO ESTADO DO PIAUÍ - NO ESTADO DO PIAUÍ	50.000.000	9.000.000	2	18.015.517
71190017	BANCADA DO PIAUI	APR	54101	M. DO TURISMO	APOIO A PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA - CONSTRUÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - PI 110 - ENTRONCAMENTO DE PIRACURUCA/ALTO ALEGRE NO ESTADO DO PIAUÍ	15.000.000	6.300.000	2	12.669.363
71190018	BANCADA DO PIAUI	APR	54101	M. DO TURISMO	APOIO A PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA - IMPLANTAÇÃO DO PARQUE DA CIDADANIA EM TERESINA - PI	40.000.000	8.000.000	2	20.361.669
	BANCADA DO PIAUI						144.900.000		263.863.000

REQUERIMENTO Nº 62, DE 2008 - CN

Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado, de REMANEJAMENTO entre emendas de Bancada do Estado de Minas Gerais, conforme abaixo:

Emenda a ter seu valor ACRESCIDO:						
EMENDA	**UO**	**DESCRIÇÃO**	**MOD**	**GND**	**FTE**	**VALOR**
71140018	26101	12.364.1073.0048.0088 Apoio a Entidades de Ensino Superior não Federais – UEMG – Universidade Federal de Minas Gerais – No Estado de Minas Gerais	30	4	100	R$ 3.000.000,00
Emenda a ter seu valor REDUZIDO:						
EMENDA	**UO**	**DESCRIÇÃO**	**MOD**	**GND**	**FTE**	**VALOR**
71140008	49101	21.606.1427.4260.0082 Fomento a Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultores Familiares – Para Combate a Fome e a Miséria (Programa Minas Sem Fome) – Contra a Migração e Para Melhorar o Clima – No Estado de Minas Gerais	30	3	100	R$ 3.000.000,00

JUSTIFICATIVA

O presente requerimento pretende remanejar recursos para atendimento de programas estruturantes do Estado de Minas Gerais.

Sala das Sessões, 12 de março de 2008.

Deputado NARCIO RODRIGUES
Coordenador da Bancada Federal para
Relações Com o Governo do Estado

Deputado	Partido	Gabinete	Assinatura
NARCIO			
MAGELA	PT	352	
SANDRO MABEL	PR	443	
Clodovil	PR	422	
Waldemar Costa	PR	542	
PRACIDA	PT	803	
[illegible]	PMDB	731	
Carlos Santana	PT	804	
ODAIR CUNHA			
Maria Helena	PT	373	
CARLOS A. CANUTO	PMDB	303	
[illegible]	PMDB	604	
[illegible]	PP/PR	225	
Reginaldo Sidnei	PPS/RR	221	
MARCELO ALMEIDA	PMDB/PR	820	
[illegible]	-	217	
Henrique Fontana	PT	277	
Mario Heringer	PDT	212	
JOSÉ DIAS	PDT	509	
Sérgio Brito	PDT	638	
Alexandre Silveira	PPS	809	
[illegible]	PMDB	383	
EDSON EZEQUIEL	PMDB	748	
[illegible]	PT	501	
VALDEMAR COSTA	PMDB	448	
JUDES XAVIER	PT/CE	472	
[illegible]	PR-TO	523	
MOISÉS AVELINO	PMDB-TO	316	
Marcio Reinaldo	PP	819	
[illegible]	PR	513	
CARLOS DE LEGUNA	PMDB	815	

Deputado	Partido	Gabinete	Assinatura
Domingos Dutra	PT	806	
Edmilson Valentim	PSOL	950	
Veloso	PMDB	622	
Julio JR	PSDB	407	
Ibsen	PMDB	928	
A MADEIRA	PSDB	330	
Aelton Freitas	PR	204	
Ademir Camilo	PDT	344	
Julio Delgado	PSB	323	
Reginaldo Lopes	PT	426	
Segundinho	PMDB	823	
Luciano Pizzatto	PR	1.400.675	
Lael Varella	DEM	421	
Marcelo Castro	PMDB	911	
Bonifácio	PSDB	235	

Deputado	Partido	Gabinete	Assinatura
NARCIO	PSDB	431	
JOÃO BITTAR	DEM	952	
FABIO RAMALHO	PV	374	
RICARDO IZAR	PTB	634	
JOSÉ FERNANDO	PV	507	
NELSON MEURER	PP	916	
MIGUEL MARTINI	PHS	259	
	PR	219	
PAULO MALUF	P.P.	512	
EUGENIO RABELO	PP	385	
GERSON PERES	PP	334	
~~DAVID ALVES~~ SILVIO TORRES	PSDB	536	
RAIMUNDO GOMES	PSDB	725	
ANTONIO CARLOS MENDES	PSDB	624	
~~EDUARDO~~ VICENTE ARRUDA	PR	609	
MARCO FEIXEIRA	PDT	270	
SILVIO LOPES	PSDB	346	
MARINHA RAUPP	PMDB	614	
	PMDB	416	
ANDREIA ZITO	PSDB	636	
EDGAR MOURA	P.M.D.B.	941	
	PRB	541	
LEONARDO QUINTÃO	PMDB	914	

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatoria Geral - Proposta Orçamentária da União para 2008 - EMENDAS COLETIVAS À DESPESA APROVADAS

em R$ 1,00

EMENDA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	SUBTÍTULO	ESF	FNT	GND	M.A.	R.P.	APROVADO Rel. Setorial	ADEQUAÇÃO Rel. Geral (inclui adendos setoriais)	VALOR FINAL
71140007	36901 Fundo Nacional de Saúde	10.302.1220.8535.1180	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde / Reforma e Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes - No Estado de Minas Gerais	2	151	3	30	2	0	40.000.000	40.000.000
				2	151	4	30	2	0	80.000.000	80.000.000
									0	120.000.000	120.000.000
71140008	49101 M. do Desenvolvimento Agrário	21.606.1427.4260.0082	Fomento à Assistência Tecnica e Extensão Rural para Agricultores Familiares / Aquisição de materiais e equipamentos agricolas: Programa Minas Sem Fome - No Estado de Minas Gerais	1	100	3	30	2	12.000.000	3.000.000	15.000.000
				1	100	4	30	2	8.000.000	0	8.000.000
									20.000.000	3.000.000	23.000.000
71140009	39252 DNIT	26.782.1458.7189.0056	Construção de Trecho Rodoviário - Caratinga - Aimorés - na BR-474 - no Estado de Minas Gerais / No Estado de Minas Gerais	1	100	4	90	2	15.000.000	-15.000.000	0
				1	100	4	90	3	0	15.000.000	15.000.000
									15.000.000	0	15.000.000
71140010	26298 FNDE	12.847.1448.0F53.0074	Apoio ao Transporte Escolar para a Educação Básica - Caminho da Escola / No Estado de Minas Gerais	1	100	4	90	2	0	3.000.000	3.000.000
				1	113	4	90	2	20.000.000	0	20.000.000
									20.000.000	3.000.000	23.000.000
71140011	38901 FAT	11.333.0101.4725.0074	Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores para o Acesso e Manutenção ao Emprego, Trabalho e Renda em Base Setorial (PlanSeQs) / Ipatinga - MG	2	100	3	40	2	0	3.000.000	3.000.000
				2	151	3	40	2	15.000.000	0	15.000.000
				2	180	3	40	2	1.500.000	0	1.500.000
									16.500.000	3.000.000	19.500.000
71140012	26255 UFJM	12.364.1073.4009.0031	Funcionamento de Cursos de Graduação No Estado de Minas Gerais	1	100	4	90	2	473.699	0	473.699
				1	112	3	90	2	1.200.000	1.714.000	2.914.000
				1	112	4	90	2	5.326.301	8.286.000	13.612.301
									7.000.000	10.000.000	17.000.000
71140013	56101 M. das Cidades	15.453.9989.7L55.0056	Apoio à Implantação de Corredor Estrutural de Transporte Coletivo Rodoviário na Região Metropolitana de Belo Horizonte - MG / Corredor Estrutural Via das Indústrias-Betim - MG	1	100	4	40	2	21.000.000	0	21.000.000
									21.000.000	0	21.000.000
71140014	53204 DNOCS	18.544.0515.7M08.0056	Aquisição de Equipamentos para Abastecimento de Água na Região do Semi-Árido do Estado de Minas Gerais / No Estado de Minas Gerais	1	100	4	90	2	7.264.676	6.986.000	14.250.676
				1	250	4	90	2	2.735.324	0	2.735.324
									10.000.000	6.986.000	16.986.000
71140015	26101 M. da Educação	12.364.1073.0048.0244	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais / UNIMONTES - Montes Claros - MG	1	100	4	30	2	1.000.000	0	1.000.000
				1	112	3	30	2	4.000.000	4.500.000	8.500.000
				1	112	4	30	2	4.000.000	3.500.000	7.500.000
				1	900	3	30	2	1.000.000	-1.000.000	0
									10.000.000	7.000.000	17.000.000
71140016	39252 DNIT	26.782.1458.7M83.0056	Adequação de Trecho Rodoviário - Trecho Entroncamento BR0040 (Km 669,2) - Contorno Montes Claros - Trevo Mirabela (km 289,4) - na BR-135 - No Estado de Minas Gerais / No Estado de Minas Gerais	1	100	4	90	2	15.000.000	-15.000.000	0
				1	100	4	90	3	0	15.000.000	15.000.000
									15.000.000	0	15.000.000
71140017	39252 DNIT	26.782.1458.7M95.0056	Adequação de Trecho Rodoviário - Anel Rodoviário de Belo Horizonte - Entroncamento MG-437/MGT-262 - Entroncamento BR-040/135/262 381 - Entroncamento BR-040 BR-356 - na BR-262/381/040 - no Estado de Minas Gerais / No Estado de Minas Gerais	1	100	4	90	2	15.000.000	-15.000.000	0
				1	100	4	90	3	0	15.000.000	15.000.000
									15.000.000	0	15.000.000
71140018	26101 M. da Educação	12.364.1073.0048.0088	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais / Universdade Estadual de Minas Gerais - No Estado de Minas Gerais	1	112	3	30	2	8.000.000	8.000.000	16.000.000
				1	112	4	30	2	2.000.000	2.000.000	4.000.000
									10.000.000	10.000.000	20.000.000

Grupo Natureza Despesa: 1-Pessoal e Encargos Sociais 2-Juros e Encargos 3-Outras Desp. Correntes 4-Investimentos 5-Inversões Financeiras 6-Amort. da Dívida 9-Reserva de Contingência
Mod. de Aplicação: 30-Estados/DF 40-Municípios 50-Entidade Privada 90-União 99-a definir RP(Tipo de Despesa para fins de apuração do Resultado Primário): 0-Financeira 1-Primária Obrigatória 2-Primária Discricionária

REQUERIMENTO Nº 63, DE 2008 - CN.

Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado, de REMANEJAMENTO entre emendas de Bancada do Estado de Minas Gerais, conforme abaixo:

Emenda a ter seu valor ACRESCIDO:						
EMENDA	**UO**	**DESCRIÇÃO**	**MOD**	**GND**	**FTE**	**VALOR**
71140006	24101	19.573.0471.8960.0124 Apoio a Implantação e Modernização de Centros Vocacionais Tecnológicos – No Estado de Minas Gerais	30	4	100	R$ 2.000.000,00
Emenda a ter seu valor REDUZIDO:						
EMENDA	**UO**	**DESCRIÇÃO**	**MOD**	**GND**	**FTE**	**VALOR**
71140008	49101	21.606.1427.4260.0082 Fomento a Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultores Familiares – Para Combate a Fome e a Miséria (Programa Minas Sem Fome) – Contra a Migração e Para Melhorar o Clima – No Estado de Minas Gerais	30	3	100	R$ 2.000.000,00

JUSTIFICATIVA

O presente requerimento pretende remanejar recursos para atendimento de programas estruturantes do Estado de Minas Gerais.

Sala das Sessões, **12 de março de 2008.**

Deputado NARCIO RODRIGUES
Coordenador da Bancada Federal para
Relações Com o Governo do Estado

Deputado	Partido	Gabinete	Assinatura
NARCIO	PSDB	431	
JONAS BITTAR	DEM	952	
FABIO RAMALHO	PV	374	
RICARDO IZAR	PTB	634	
JOSÉ FERNANDO	PV	507	
NELSON MEURER	PP	916	
MIGUEL MARTINI	PHS	358	
CHICO ALENCAR	PR.	219	
PAULO MALUF	PP	512	
GERSON PERES	PP	385	
EUGÊNIO RABELO	PP	334	
BRUNO ARAÚJO	PSDB	536	
RAIMUNDO GOMES	PSDB	725	
ANTÔNIO CARLOS MENDES	PSDB	624	
VICENTE ARRUDA	PR	605	
MIRO TEIXEIRA	PDT	270	
SILVIO LOPES	PSDB	346	
MARINHA RAUPP	PMDB	614	
FELIX	PMDB	916	
ANDRÉIA ZITO	PSDB	636	
EDGAR MOURY	PMDB	941	
CLEBER VERDE	PRB	581	
LEONARDO QUINTÃO	PMDB	914	

Deputado	Partido	Gabinete	Assinatura
NARCIO			
MAGELA	PT	352	
Sandro Mabel	PR	443	
CLODOVIL	PR	422	
VALDEMAR COSTA	PR	542	
PRACIANO	PT	803	
ANIBAL		731	
Carlos Zarattini	PT	804	
[illegible]			
Maria do Carmo	PT	373	
CARLOS ALBERTO	PMDB	301	
[illegible]		604	
[illegible]	PP/PMN	228	
Cezar Silvestri	PPS/PR	221	
MARCELO ALMEIDA	PMDB/PR	820	
[illegible]		[illegible]	
Henrique Fontana	PT	277	
[illegible]			
Mario Heringer	PDT	212	
JOÃO DADO	PDT	509	
Sérgio Brito	PDT	638	
[illegible]	PPS	350	
[illegible]	PPS	804	
[illegible]	PMDB	383	
[illegible]	PT	501	
Valdemar MOKA	PMDB	448	
[illegible]	PT/CE	472	
[illegible]	PP-TO	523	
[illegible]	PMDB-TO	316	
Marcio Reinaldo	PP	819	
[illegible]	PSDB-TO	850	
[illegible]			
VELOSO	PMDB	622	

Deputado	Partido	Gabinete	Assinatura
JUTAHY JR	PSDB	402	
IBSEN	PMDB	928	
A. MADEIRA	PSDB	330	
Admir Lando	PDT	444	
Julio Delgado	PSB	323	
Reginaldo Lopes	PT	426	
Zequinha	PMDB	823	
Olavo Vaccelo	DEM	321	
P. Tol	PR	615	
Marcelo Castro	PMDB	911	
Boriosco	PSDB	238	Pl. de Adesão

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatoria Geral - Proposta Orçamentária da União para 2008 - EMENDAS COLETIVAS À DESPESA APROVADAS

em R$ 1,00

EMENDA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	SUBTÍTULO	ESF	FNT	GND	M.A.	R.P.	APROVADO Rel. Setorial	ADEQUAÇÃO Rel. Geral (inclui adendos setoriais)	VALOR FINAL
71100012	56101 M. das Cidades	15.451.6001.7146.0058	Implantação ou Melhoria de Obras de Infra-estrutura Urbana no Município de Aparecida de Goiânia - GO / Obras e Ações de Apoio ao Desenvolvimento Urbano - Aparecida de Goiânia - GO	1	100	4	40	2	21.000.000	4.000.000	25.000.000
									21.000.000	**4.000.000**	**25.000.000**
71100013	56101 M. das Cidades	15.451.6001.7K89.0056	Implantação ou Melhoria de Obras de Infra-estrutura Urbana em Goiânia - GO / Implantação ou Melhoria de Obras de Infra-estrutura Urbana - Goiânia - GO	1	100	4	40	2	12.500.000	0	12.500.000
									12.500.000	**0**	**12.500.000**
71100014	56101 M. das Cidades	15.451.6001.7K91.0056	Implantação ou Melhoria de Obras de Infra-estrutura Urbana em Municípios do Estado de Goiás que Integram a RIDE DF/GO MG / Obras de Infra-estrutura Urbana em Municípios do Estado de Goiás que Integram a RIDE DF/GO MG - GO	1	100	4	40	2	14.500.000	-14.500.000	0
				1	100	4	40	3	0	25.000.000	25.000.000
									14.500.000	**10.500.000**	**25.000.000**
71100015	53101 M. da Integração Nacional	19.691.1430.8902.0114	Promoção de Investimentos em Infra-Estrutura Econômica / Na RIDE GO DF	1	100	4	40	2	10.000.000	-10.000.000	0
				1	100	4	90	2	0	12.912.000	12.912.000
									10.000.000	**2.912.000**	**12.912.000**
71100016	39252 DNIT	26.782.1458.7N11.0056	Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa GO/TO - Itumbiara - na BR-153 - No Estado de Goiás / No Estado de Goiás	1	100	4	90	3	0	2.500.000	2.500.000
				1	900	4	90	3	2.500.000	-2.500.000	0
									2.500.000	**0**	**2.500.000**
71100017	39252 DNIT	26.782.1458.7N12.0056	Adequação de Trecho Rodoviário - Niquelândia - Anápolis - na BR-414 - No Estado de Goiás / No Estado de Goiás	1	111	4	90	2	3.000.000	0	3.000.000
									3.000.000	**0**	**3.000.000**
TOTAL DO AUTOR									**199.500.000**	**75.928.000**	**275.428.000**
AUTOR: Bancada de Minas Gerais			**S/PARTIDO**								
71140001	26282 Fund. Univ. Fed. de Viçosa	12.364.1073.4009.0031	Funcionamento de Cursos de Graduação No Estado de Minas Gerais	1	100	4	90	2	473.699	0	473.699
				1	112	3	90	2	1.500.000	2.785.000	4.285.000
				1	112	4	90	2	5.026.301	10.215.000	15.241.301
									7.000.000	**13.000.000**	**20.000.000**
71140002	39252 DNIT	26.782.1458.7M81.0056	Construção de Trecho Rodoviário - Patos de Minas - Araxá - Divisa MG/SP - na BR-146 - NoEstado de Minas Gerais / No Estado de Minas Gerais	1	100	4	90	3	0	19.844.550	19.844.550
				1	111	4	90	3	15.155.450	0	15.155.450
				1	900	4	90	3	14.844.550	-14.844.550	0
									30.000.000	**5.000.000**	**35.000.000**
71140003	39252 DNIT	26.782.1461.7M82.0056	Adequação de Trechos Rodoviários - São João Del Rei - Lavras - Entroncamento BR-381/MG - na BR-265 - No Estado de Minas Gerais / No Estado de Minas Gerais	1	100	4	90	2	15.000.000	-15.000.000	0
				1	100	4	90	3	0	15.000.000	15.000.000
									15.000.000	**0**	**15.000.000**
71140004	54101 M. do Turismo	23.695.1166.10V0.0824	Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística / Na Região Metropolitana de Belo Horizonte - MG	1	100	4	40	2	7.000.000	43.000.000	50.000.000
									7.000.000	**43.000.000**	**50.000.000**
71140005	22101 M. Ag., Pec. e Abastecimento	20.605.6003.7H17.0190	Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário / Aquisição de patrulha mecanizada - No Estado de Minas Gerais	1	100	4	30	2	10.000.000	8.000.000	18.000.000
									10.000.000	**8.000.000**	**18.000.000**
71140006	24101 M. da Ciência e Tecnologia	19.573.0471.8960.0124	Apoio à Implantação e Modernização de Centros Vocacionais Tecnológicos Manutenção e Aquisição de Equipamentos - No Estado de Minas Gerais	1	100	3	30	2	5.400.000	9.600.000	15.000.000
				1	100	4	30	2	3.600.000	6.400.000	10.000.000
									9.000.000	**16.000.000**	**25.000.000**
71140007	36901 Fundo Nacional de Saúde	10.302.1220.8S35.1144	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde / Na Região Metropolitana de Belo Horizonte - No Estado de Minas Gerais	2	151	3	30	2	40.000.000	-40.000.000	0
				2	151	4	30	2	80.000.000	-80.000.000	0
									120.000.000	**-120.000.000**	**0**

Grupo Natureza Despesa: 1-Pessoal e Encargos Sociais 2-Juros e Encargos 3-Outras Desp. Correntes 4-Investimentos 5-Inversões Financeiras 6-Amort. da Dívida 9-Reserva de Contingência
Mod. de Aplicação: 30-Estados/DF 40-Municípios 50-Entidade Privada 90-União 99-a definir RP(Tipo de Despesa para fins de apuração do Resultado Primário): 0-Financeira 1-Primária Obrigatória 2-Primária Discricionária

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatoria Geral - Proposta Orçamentária da União para 2008 - EMENDAS COLETIVAS À DESPESA APROVADAS

em R$ 1,00

EMENDA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	SUBTÍTULO	ESF	FNT	GND	M.A.	R.P.	APROVADO Rel. Setorial	ADEQUAÇÃO Rel. Geral (inclui adendos setoriais)	VALOR FINAL
71140007	36901 Fundo Nacional de Saúde	10.302.1220.8535.1180	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde / Reforma e Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes - No Estado de Minas Gerais	2	151	3	30	2	0	40.000.000	40.000.000
				2	151	4	30	2	0	80.000.000	80.000.000
									0	**120.000.000**	**120.000.000**
71140008	49101 M. do Desenvolvimento Agrário	21.606.1427.4260.0082	Fomento à Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultores Familiares / Aquisição de materiais e equipamentos agrícolas: Programa Minas Sem Fome - No Estado de Minas Gerais	1	100	3	30	2	12.000.000	3.000.000	15.000.000
				1	100	4	30	2	8.000.000	0	8.000.000
									20.000.000	**3.000.000**	**23.000.000**
71140009	39252 DNIT	26.782.1458.7189.0056	Construção de Trecho Rodoviário - Caratinga - Aimorés - na BR-474 - no Estado de Minas Gerais / No Estado de Minas Gerais	1	100	4	90	2	15.000.000	-15.000.000	0
				1	100	4	90	3	0	15.000.000	15.000.000
									15.000.000	**0**	**15.000.000**
71140010	26298 FNDE	12.847.1448.0F53.0074	Apoio ao Transporte Escolar para a Educação Básica - Caminho da Escola / No Estado de Minas Gerais	1	100	4	90	2	0	3.000.000	3.000.000
				1	113	4	90	2	20.000.000	0	20.000.000
									20.000.000	**3.000.000**	**23.000.000**
71140011	38901 FAT	11.333.0101.4725.0074	Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores para o Acesso e Manutenção ao Emprego, Trabalho e Renda em Base Setorial (PlanSeQs) / Ipatinga - MG	2	100	3	40	2	0	3.000.000	3.000.000
				2	151	3	40	2	15.000.000	0	15.000.000
				2	180	3	40	2	1.500.000	0	1.500.000
									16.500.000	**3.000.000**	**19.500.000**
71140012	26255 UFJM	12.364.1073.4009.0031	Funcionamento de Cursos de Graduação No Estado de Minas Gerais	1	100	4	90	2	473.699	0	473.699
				1	112	3	90	2	1.200.000	1.714.000	2.914.000
				1	112	4	90	2	5.326.301	8.286.000	13.612.301
									7.000.000	**10.000.000**	**17.000.000**
71140013	56101 M. das Cidades	15.453.9989.7L55.0056	Apoio à Implantação de Corredor Estrutural de Transporte Coletivo Rodoviário na Região Metropolitana de Belo Horizonte - MG / Corredor Estrutural Via das Indústrias-Betim - MG	1	100	4	40	2	21.000.000	0	21.000.000
									21.000.000	**0**	**21.000.000**
71140014	53204 DNOCS	18.544.0515.7M08.0056	Aquisição de Equipamentos para Abastecimento de Água na Região do Semi-Árido do Estado de Minas Gerais / No Estado de Minas Gerais	1	100	4	90	2	7.264.676	6.986.000	14.250.676
				1	250	4	90	2	2.735.324	0	2.735.324
									10.000.000	**6.986.000**	**16.986.000**
71140015	26101 M. da Educação	12.364.1073.0048.0244	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais / UNIMONTES - Montes Claros - MG	1	100	4	30	2	1.000.000	0	1.000.000
				1	112	3	30	2	4.000.000	4.500.000	8.500.000
				1	112	4	30	2	4.000.000	3.500.000	7.500.000
				1	900	3	30	2	1.000.000	-1.000.000	0
									10.000.000	**7.000.000**	**17.000.000**
71140016	39252 DNIT	26.782.1458.7M83.0056	Adequação de Trecho Rodoviário - Trecho Entroncamento BR0040 (Km 669,2) - Contorno Montes Claros - Trevo Mirabela (km 289,4) - na BR-135 - No Estado de Minas Gerais / No Estado de Minas Gerais	1	100	4	90	2	15.000.000	-15.000.000	0
				1	100	4	90	3	0	15.000.000	15.000.000
									15.000.000	**0**	**15.000.000**
71140017	39252 DNIT	26.782.1458.7M95.0056	Adequação de Trecho Rodoviário - Anel Rodoviário de Belo Horizonte - Entroncamento MG-437/MGT-262 - Entroncamento BR-040/135/262 381 - Entroncamento BR-040 BR-356 - na BR-262/381/040 - no Estado de Minas Gerais / No Estado de Minas Gerais	1	100	4	90	2	15.000.000	-15.000.000	0
				1	100	4	90	3	0	15.000.000	15.000.000
									15.000.000	**0**	**15.000.000**
71140018	26101 M. da Educação	12.364.1073.0048.0088	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais / Universidade Estadual de Minas Gerais - No Estado de Minas Gerais	1	112	3	30	2	8.000.000	8.000.000	16.000.000
				1	112	4	30	2	2.000.000	2.000.000	4.000.000
									10.000.000	**10.000.000**	**20.000.000**

Grupo Natureza Despesa: 1-Pessoal e Encargos Sociais 2-Juros e Encargos 3-Outras Desp. Correntes 4-Investimentos 5-Inversões Financeiras 6-Amort. da Dívida 9-Reserva de Contingência
Mod. de Aplicação: 30-Estados/DF 40-Municípios 50-Entidade Privada 90-União 99-a definir RP(Tipo de Despesa para fins de apuração do Resultado Primário): 0-Financeira 1-Primária Obrigatória 2-Primária Discricionária

REQUERIMENTO Nº 64, DE 2008-CN

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos regimentais, destaque para votação em separado no Plenário do Congresso Nacional do seguinte destaque de Suplementação/Acréscimo de recursos, como a seguir discriminado.

Ação a ter seu valor acrescido/suplementado:

Órgão: Ministério da Saúde/Fundo Nacional de Saúde

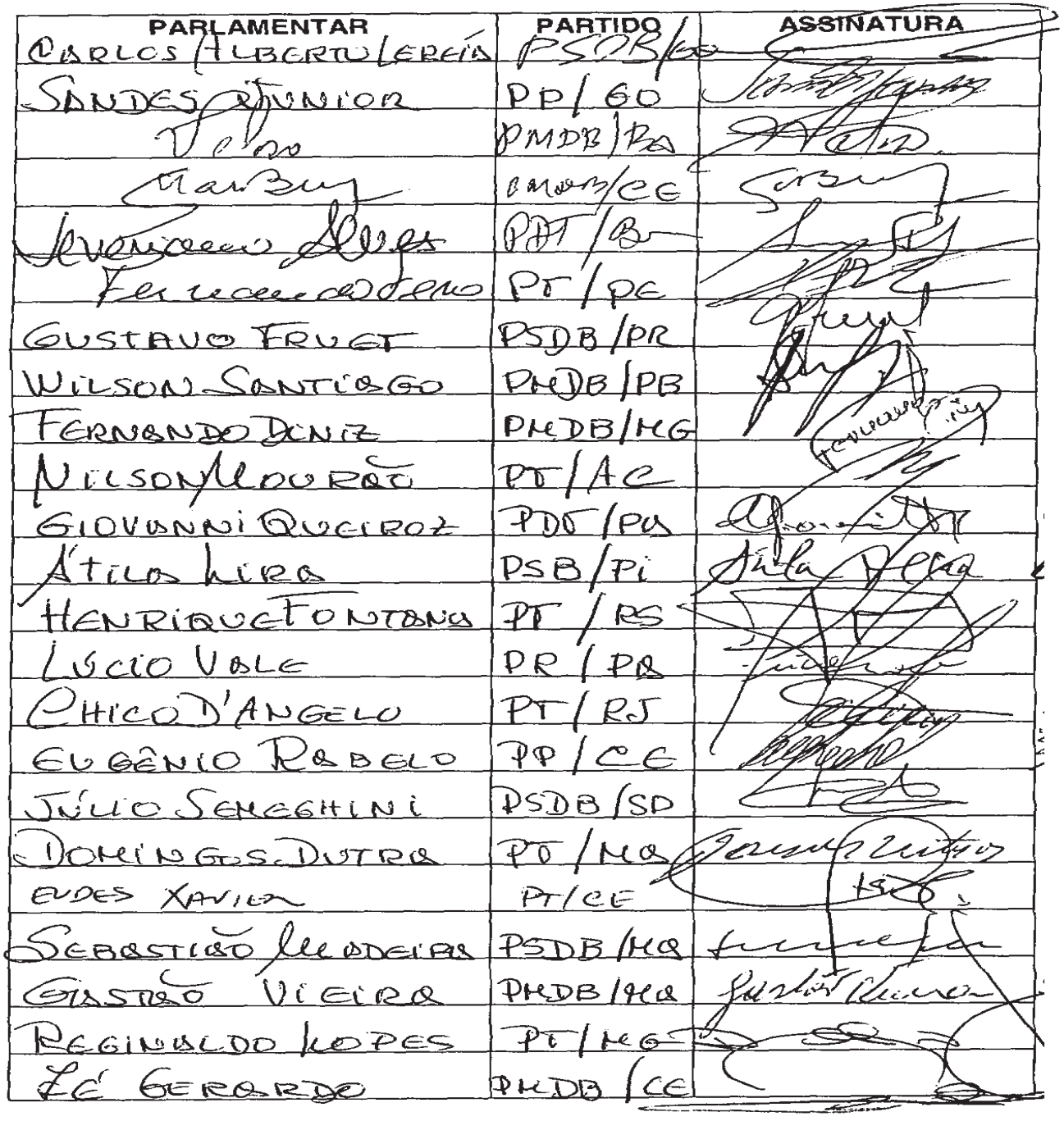
Funcional Programática/Título: 10.302.1220.8535.0001 – Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde – Nacional

Seqüencial: 002731

GND: 4

Valor do Acréscimo: R$20.000.000,00

Sala das Sessões, 12 de março de 2008. – Deputado **Walter Pinheiro**, PT – BA.



PARLAMENTAR	PARTIDO	ASSINATURA
CARLOS ALBERTO LERÉIA	PSDB/GO	
SANDES JÚNIOR	PP/GO	
	PMDB/BA	
	PMDB/CE	
	PDT/BA	
	PT/PE	
GUSTAVO FRUET	PSDB/PR	
WILSON SANTIAGO	PMDB/PB	
FERNANDO DINIZ	PMDB/MG	
NILSON MOURÃO	PT/AC	
GIOVANNI QUEIROZ	PDT/PA	
ÁTILA LIRA	PSB/PI	
HENRIQUE FONTANA	PT/RS	
LÚCIO VALE	PR/PA	
CHICO D'ANGELO	PT/RJ	
EUGÊNIO RABELO	PP/CE	
JÚLIO SEMEGHINI	PSDB/SP	
DOMINGOS DUTRA	PT/MA	
EUDES XAVIER	PT/CE	
SEBASTIÃO MADEIRA	PSDB/MA	
GASTÃO VIEIRA	PMDB/MA	
REGINALDO LOPES	PT/MG	
LÉ GERARDO	PMDB/CE	

JOSEPH BANDEIRA	PT / BA	
PEDRO WILSON	PT / GO	
JOSÉ EDUARDO CARDOZO	PT / SP	
VIGNATTI	PT/SC	
PRISCIANO	PT / BA	
CARLOS ABICALIL	PT/MT	
LÁZARO BOTELHO	PP/TO	
ROBERTO ROCHA	PSDB/MA	
JOSÉ GENOINO	PT/SP	
TARCÍSIO ZIMMERMANN	PT/RS	
NELSON PELLEGRINO	PT/BA	
NEUCIMAR FRAGA	PR/ES	
FÁBIO FARIA	PMN/RN	
ODAIR CUNHA	PT/MG	
SARNEY FILHO	PV/MA	
RODRIGO DE CASTRO	PSDB/MG	
SÉRGIO MORAES	PTB/RS	
COLBERT MARTINS	PMDB/BA	
JOÃO PAULO CUNHA	PT/SP	
WILSON COVATTI	PP/RS	
PAULO TEIXEIRA	PT/SP	
LUIZ SÉRGIO	PT/RJ	
JOSÉ GUIMARÃES	PT/CE	
MAGELA	PT/DF	
NEILTON MULIM	PR/RJ	
PAULO ROCHA	PT/PA	

DEPUTADOS	PDT/PG	
ANDREIA ZITO	PSDB/RJ	
MIGUEL CORRÊA JR.	PT/MG	
PINTO ITAMARATY	PSDB/MA	
AFONSO CAMARGO	PSDB/PR	
LEONARDO MONTEIRO	PT/MG	
CARLITO MERSS	PT/SC	
CHICO ALENCAR	PSOL/RJ	
AUGUSTO CARVALHO	PPS/DF	
PAES LANDIM	PTB/PI	
IVAN VALENTE	PSOL/SP	
CLODOVIL HERNANDES	PR/SP	
MARCELO SERAFIM	PSB/AM	
[illegible]	PP/BA	
FERNANDO COELHO FILHO	PSB/PE	
VICENTINHO	PT/SP	
SOLANGE ALMEIDA	PMDB/RJ	
ZEZÉU RIBEIRO	PT/BA	
DR. ROSINHA	PT/PR	
ROBERTO BRITTO	PP/BA	
WILSON BRAGA	PMDB/PB	
CARLOS EDUARDO CADOCA	PSC/PE	

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

RELATORIA GERAL - Alterações das Propostas Orçamentárias da União para 2008 - Acréscimo e Cancelamento por UO/Funcional

Orçamento Fiscal e Seguridade - Em R$ 1,00

UO/FUNCIONAL	PL	ACRÉSCIMO	CANCELAMENTO	TOTAL
36901 - Fundo Nacional de Saúde				
10.302.1220.8535.0001 - Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde Nacional				
Esfera GND Fonte Mod. Aplic. RP Id Uso				
2 4 151 90 2 0	5.177.000	30.000.000	-5.177.000	30.000.000
2 3 153 30 2 0	0	5.000.000	0	5.000.000
2 3 151 30 2 0	485.000	0	-485.000	0
Total da Funcional:	**5.662.000**	**35.000.000**	**-5.662.000**	**35.000.000**
TOTAL DA UO:	**5.662.000**	**35.000.000**	**-5.662.000**	**35.000.000**
Total:	**5.662.000**	**35.000.000**	**-5.662.000**	**35.000.000**

CRITÉRIOS SELECIONADOS: Órgão: Setor: Subfunção: 302 ProjAtiv: 8535 Fonte: RP: Id Uso: Localidade:
UO: Função: 10 Programa: 1220 Subtítulo: 0001 Gnd: Modalidade: Região/UF: NA

Emissão: 28/2/2008 10.02.04
Pág. 1 de 1

Fonte: SIAFI/STN Elaboração: Consultoria de Orçamento/CD e PRODASEN C:\Trabalhos\Orçamento\3_Elabor2008_Access97_até_final.mdb - 599-R[illegible].08 - A/C por UO/Funcional completo

REQUERIMENTO Nº 65, DE 2008–CN

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos regimentais, destaque para votação em separado no Plenário do Congresso Nacional do seguinte destaque de Recomposição, em decorrência do corte promovido pelo Relator-Geral, como a seguir discriminado.

Ação a ter seu valor acrescido (Recomposição):

Órgão: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Funcional Programática/Título: 1.127.1334.8991.0001 **– Apoio a Projetos de Infra-estrutura e Serviços em Territórios Rurais – Nacional**

Seqüencial: 004430

GND: 4

Valor Total: R$61.273.750,00

Sala das Sessões, 12 de março de 2008. – Deputado **Walter Pinheiro**, PT – BA.

PARLAMENTAR	PARTIDO	ASSINATURA
CARLOS ALBERTO LEREIA	PSDB/GO	
SANDRO JUNIOR	PT/GO	
[illegible]	PMDB/[illegible]	
[illegible]	PMDB-[illegible]	
[illegible]	PDT/BA	
FERREIRA MARTINS	PT/PE	
GUSTAVO FRUET	PSDB/PR	
WILSON SANTIAGO	PMDB/PB	
FERNANDO DINIZ	PMDB/MG	
NILSON MOURÃO	PT/AC	
GIOVANI QUEIROZ	PDT/PA	
ÁTILA LIRA	PSB/PI	
HENRIQUE FONTANA	PT/RS	
CHICO D'ANGELO	PT/RJ	
LÚCIO VALE	PR/PA	
EUGÊNIO RABELO	PP/CE	
JÚLIO SEMEGHINI	PSDB/SP	
DOMINGOS DUTRA	PT/MA	
EUDES XAVIER	PT/CE	
SEBASTIÃO MADEIRA	PSDB/MA	
GASTÃO VIEIRA	PMDB/MA	
REGINALDO LOPES	PT/MG	
LEO GERARDO	PMDB/CE	

JOSEPH BANDEIRA	PT - BA	
PEDRO WILSON	PT / GO	
JOSÉ EDUARDO CARDOZO	PT/SP	
VIGNATTI	PT/SC	
PERCIVAL	PT/DH	
CARLOS ABICALIL	PT/MT	
LÁZARO BOTELHO	PP/TO	
ROBERTO ROCHA	PSDB/MA	
JOSÉ GENOÍNO	PT/SP	
TARCÍSIO ZIMMERMANN	PT/RS	
NELSON PELLEGRINO	PT/BA	
NEUCIMAR FRAGA	PR/ES	
FÁBIO FARIA	PMN/RN	
ODAIR CUNHA	PT/MG	
SARNEY FILHO	PV/MA	
RODRIGO DE CASTRO	PSDB/MG	
COLBERT MARTINS	PMDB/BA	
LUIZ PAULO VELLOZO LUCAS	PT/SP	
VILSON COVATTI	PP/RS	
PAULO TEIXEIRA	PT/SP	
LUIZ SÉRGIO	PT/SP	
JOSÉ GUIMARÃES	358 PT/CE	
GERALDO MAGELA	PT/DF	
NEILTON MULIN	PR/RJ	
PAULO ROCHA	PT/PA	

WOLNEY QUEIROZ	PDT/PE	
MIGUEL CORRÊA JR.	PT/MG	
PINTO ITAMARATY	PSDB/MS	
AFONSO CAMARGO	PSDB/PR	
LEONARDO MONTEIRO	PT/MG	
CARLITO MERSS	PT/SC	
CHICO ALENCAR	84 PSOL/RJ	
AUGUSTO CARVALHO	PPS/DF	
PAES LANDIM	PTB/PI	
JUAN VALENTE	PSOL/SP	
CLODOVIL HERNANDES	PR/SP	
MARCELO SERAFIM	PSB/AM	
Por Leri.	88 BA	
FERNANDO COELHO FILHO	PSB/PE	
VICENTINHO	PT/SP	
SOLANGE ALMEIDA	PMDB/RJ	
ZEZÉU RIBEIRO	PT/BA	
[illegible]	[illegible]	
DR. ROSINHA	PT/PR	
ROBERTO BRITTO	PP/BA	
CARLOS EDUARDO CADOCA	PSC/PE	
MÁRIO NEGROMONTE	PP/BA	

...ONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

RELATORIA GERAL - Alterações das Propostas Orçamentárias da União para 2008 - Acréscimo e Cancelamento por UO/Funcional

Orçamento Fiscal e Seguridade - Em R$ 1,00

UO/FUNCIONAL	PI	ACRÉSCIMO	CANCELAMENTO	TOTAL
49101 - Ministério do Desenvolvimento Agrário				
21.127.1334.8991.0001 - Apoio a Projetos de Infra-estrutura e Serviços em Territórios Rurais Nacional				
Esfera GND Fonte Mod. Aplic. RP Id Uso				
1 4 100 40 2 0	44.273.750	17.000.000	-42.000.000	19.273.750
1 3 100 40 2 0	27.841.250	2.000.000	-5.568.250	24.273.000
Total da Funcional:	72.115.000	19.000.000	-47.568.250	43.546.750
TOTAL DA UO:	72.115.000	19.000.000	-47.568.250	43.546.750
Total:	72.115.000	19.000.000	-47.568.250	43.546.750

CRITÉRIOS SELECIONADOS: Órgão: Setor: Subfunção: 127 ProjAtiv: 8991 Fonte: RP: Id Uso: Localidade:
UO: Função: 21 Programa: 1334 Subtítulo: 0001 Gnd: Modalidade: Região/UF:

Emissão 28/2/2008 10:06:14
Pág. 1 de 1

Fonte: SIAFI/STN Elaboração: Consultoria de Orçamento/CD e PRODASEN C:\Trabalhos\Orçamento\3_Elabor2008_Access97_até_final.mdb - 599-REL08 - A/C por UO/Funcional completo

REQUERIMENTO Nº 66, DE 2008-CN

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos regimentais, destaque para votação em separado no Plenário do Congresso Nacional do seguinte destaque de Recomposição das Fontes, em decorrência do remanejamento promovido pelo Relator-Geral, como a seguir discriminado.

Fontes a terem seu valor acrescido (Recomposição):

Unidade Orçamentária: Fundo Constitucional do Distrito Federal FCDF

Funcional Programática/Título:

28.845.0903.0312.0053

Assistência Financeira para a Realização de Serviços Públicos de Educação do Distrito Federal – no Distrito Federal

Seqüencial: 005862

GND: 1 – R$1.120.000.000,00

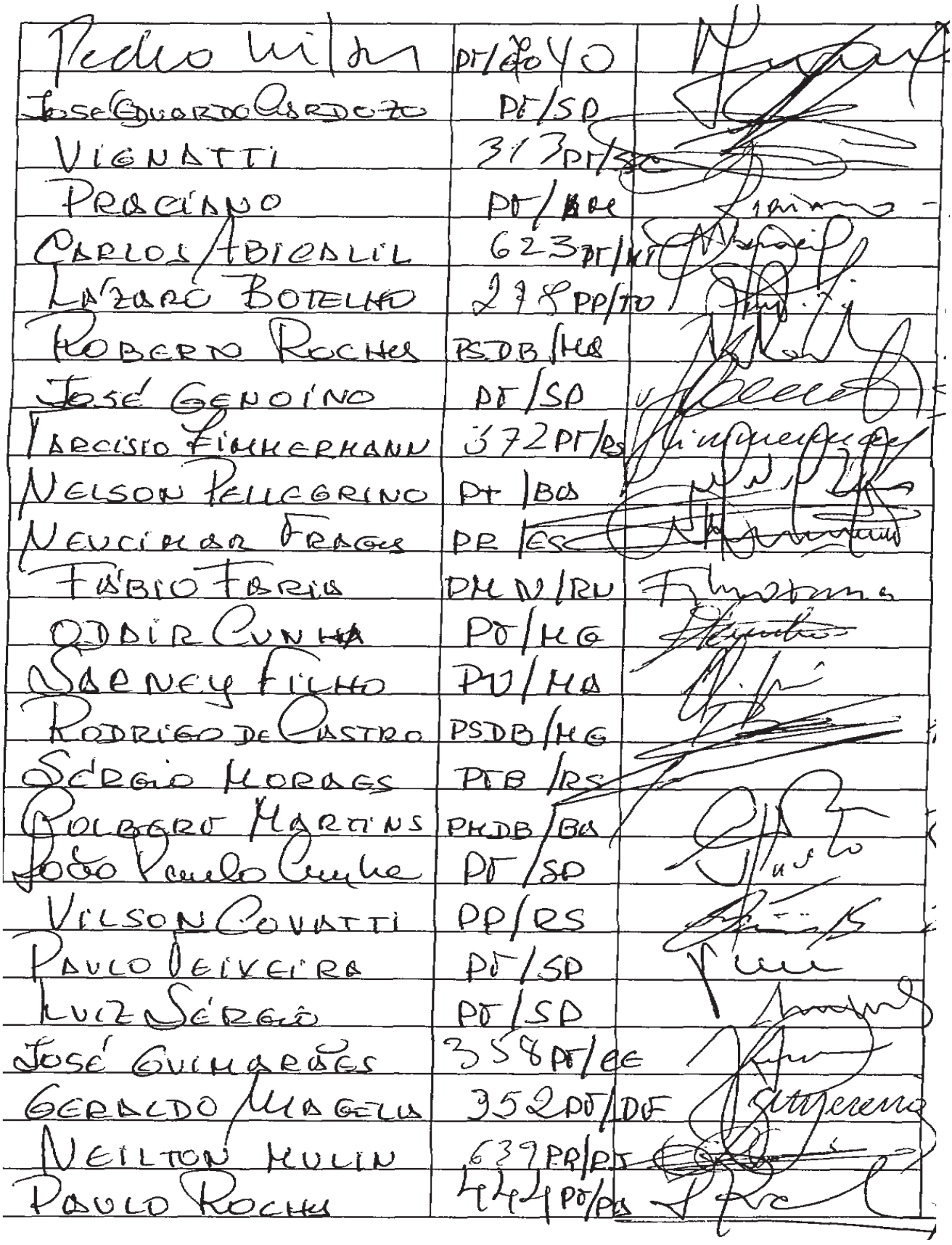
Fone: 900

GND: 1 – R$726.982.453,00 – Fonte: 100

Valor Total: R$1.846.982.453,00

Sala das Sessões, 12 de março de 2008. – Deputado **Gastão Dias Vieira**.

PARLAMENTAR	PARTIDO	ASSINATURA
CARLOS ALBERTO LERÉIA	PSDB/GO	
SANDES JÚNIOR	PP/GO	
[illegible]	PMDB/PA	
[illegible]	PMDB/CE	
[illegible]	PDT/BA	
[illegible]	PT/PE	
GUSTAVO FRUET	PSDB/PR	
WILSON SANTIAGO	PMDB/PB	
FERNANDO DINIZ	PMDB/MG	
NILSON MOURÃO	PT/AC	
GIOVANI QUEIROZ	PDT/PA	
ÁTILA LIRA	PSB/PI	
HENRIQUE FONTANA	PT/RS	
CHICO D'ANGELO	PT/RJ	
LÚCIO VALE	PR/PA	
EUGÊNIO RABELO	PP/CE	
JÚLIO SEREGHINI	PSDB/SP	
DOMINGOS DUTRA	PT/MA	
EUDES XAVIER	PT/CE	
SEBASTIÃO MADEIRA	PSDB/AM	
REGINALDO LOPES	PT/MG	
LÉO ALCÂNTARA	PMDB/CE	
JOSÉ RANGEL	PT – BA	


Pedro Wilson PT/GO 40
José Eduardo Cardozo PT/SP
Vignatti 313 PT/SC
Professor PT/DF
Carlos Abicalil 623 PT/MT
Lázaro Botelho 298 PP/TO
Roberto Rocha PSDB/MA
José Genoíno PT/SP
Narcísio Fimkerhann 372 PT/RS
Nelson Pellegrino PT/BA
Neucimar Fraga PR/ES
Fábio Faria PMDB/RN
Odair Cunha PT/MG
Sarney Filho PV/MA
Rodrigo de Castro PSDB/MG
Sérgio Moraes PTB/RS
Colbert Martins PMDB/BA
João Paulo Cunha PT/SP
Vilson Covatti PP/RS
Paulo Teixeira PT/SP
Luiz Sérgio PT/RJ
José Guimarães 358 PT/CE
Geraldo Magela 352 PT/DF
Neilton Mulin 639 PR/PE
Paulo Rocha 424 PT/PA

WOLNEY QUEIROZ	PDT/PE	
MIGUEL CORRÊA JR.	PT/MG	
PINTO ITAMARATY	PSDB/MG	
AFONSO CAMARGO	PSDB/PR	
LEONARDO MONTEIRO	PT/MG	
CARLITO MERSS	PT/SC	
CHICO ALENCAR	PSOL/RJ	
AUGUSTO CARVALHO	PPS/DF	
PAES LANDIM	PTB/PI	
IVAN VALENTE	PSOL/SP	
CLODOVIL HERNANDES	PR/SP	
MARCELO ORTIZ	PSB/AM	
Por Leal	PP/RR	
FERNANDO COELHO	PSB/PE	
VICENTINHO	PT/SP	
SOLANGE ALMEIDA	PMDB/RJ	
ZEZÉU RIBEIRO	PT/BA	
WALTER PINHEIRO	PT BA	
DR. ROSINHA	PT/PR	
ROBERTO BRITTO	PP/BA	
CARLOS EDUARDO CADOCA	PSC/PE	
MÁRIO NEGROMONTE	PP/BA	

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

RELATORIA GERAL - Alterações das Propostas Orçamentárias da União para 2008 - Acréscimo e Cancelamento por UO/Funcional

Orçamento Fiscal e Seguridade - Em R$ 1,00

UO/FUNCIONAL	PI	ACRESCIMO	CANCELAMENTO	TOTAL
73901 - Fundo Constitucional do Distrito Federal - FCDF				
28.845.0903.0312.0053 - Assistência Financeira para a Realização de Serviços Públicos de Educação do Distrito Federal No Distrito Federal				
Esfera GND Fonte Mod. Aplic. RP Id Uso				
1 3 100 90 1 0	225.421.191	0	0	225.421.191
1 1 900 90 1 0	1.120.000.000	0	-1.120.000.000	0
1 1 112 90 1 0	0	1.846.982.453	0	1.846.982.453
1 1 100 91 1 0	4.728.320	0	0	4.728.320
1 1 100 90 1 0	726.982.453	0	-726.982.453	0
Total da Funcional:	**2.077.131.964**	**1.846.982.453**	**-1.846.982.453**	**2.077.131.964**
TOTAL DA UO:	**2.077.131.964**	**1.846.982.453**	**-1.846.982.453**	**2.077.131.964**
Total:	**2.077.131.964**	**1.846.982.453**	**-1.846.982.453**	**2.077.131.964**

CRITÉRIOS SELECIONADOS: Órgão: Setor: Subfunção: 845 ProjAtiv: 0312 Fonte: RP: Id Uso: Localidade:
UO: Função: 28 Programa: 0903 Subtítulo: 0053 Gnd: Modalidade: Região/UF:

Emissão: 5/3/2008 19:51:12

Fonte: SIAFI/STN Elaboração: Consultoria de Orçamento/CD e PRODASEN

C:\Trabalhos Orçamento\3_Elabor2008_Access97.mdb - 599-REL08 - A/C por UO/Funcional completo

REQUERIMENTO Nº. 67 de 2008-CN

Solicita o destaque ao Projeto de Lei do Congresso Nacional PLN nº 30, de 2007, que estima a receita fixa a despesa da União para o exercício de 2008 (PLOA 2008).

Senhor Presidente,

Requeiro à Vossa Excelência, com base no artigo 161, inciso I[1], do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e nos artigos 80[2], 139[3] da Resolução nº 1, de 2006-CN, que se digne a determinar a votação em separado do disposto no Parecer Final da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), no que se refere a Programação de Despesa do PL Nº 30/2007-CN, conforme detalhamento abaixo, objetivando a recomposição de dotação aprovisionada na peça original do Orçamento para 2008 encaminhada, pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional.

- Ação a ser recomposta: 11EN
Unidade Orçamentária: 11125 – TR – 24ª. Região - MS
Funcional-Programática: 02.122.0571.11EN.0101
Seqüencial: 000856
Esfera: 1
GND: 4
RP: 2
MA: 90
Fonte:100
Valor a recompor: 1.750.000,00

---

1 *Poderá ser concedido, mediante requerimento aprovado pelo Plenário, destaque para votação em separado de parte de proposição, desde que requerido por um décimo dos Deputados ou Lideres que representem esse número.*

2 *Somente será admitido destaque ao projeto para recompor dotação cancelada, até o limite de 3 (três) destaques por membro da CMO, inadmitidos os que tenham como objetivo recompor dotação reduzida por cancelamento linear e para restabelecimento de dispositivo ou parte de dispositivo suprimido do texto da lei*

3 *Ressalvados os casos específicos previstos nesta Resolução, somente será admitido destaque ao projeto de lei, para restabelecimento de dispositivo ou parte de dispositivo suprimido e ao substitutivo, para supressão de dispositivo ou parte de dispositivo;*

O presente requerimento se justifica uma vez que o relator setorial da área temática VII (Justiça e Defesa), bem como, o relator geral do PLOA/2008, em seus relatórios aprovados pela Comissão Mista de Planos, Orçamento Público e Fiscalização, cancelaram metade da dotação aprovisionada na peça original para o fim de Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região em Campo Grande – MS/No Município de Campo Grande – MS, o que culmina na prejudicialidade do objetivo proposto pelo Poder Executivo.

Sala das Sessões, em **12 de março de 2008.**

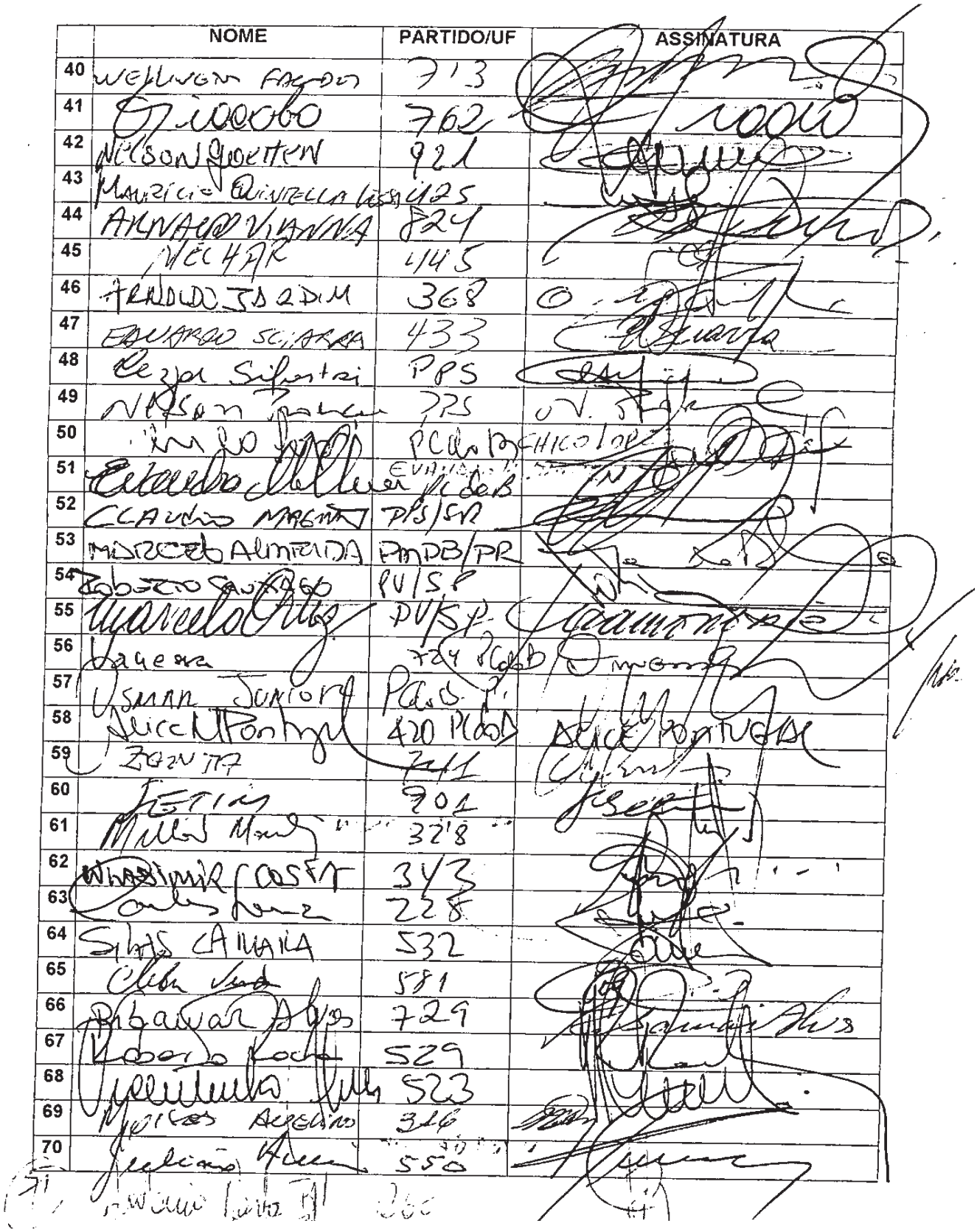
GERALDO RESENDE
Deputado Federal PMDB/MS

COORDENADOR DA BANCADA DO ESTADO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL NO CONGRESSO NACIONAL

	NOME	PARTIDO/UF	ASSINATURA
01			
02			
03			
04			
05			
06			
07			
08			

3 *Ressalvados os casos específicos previstos nesta Resolução, somente será admitido destaque ao projeto de lei, para restabelecimento de dispositivo ou parte de dispositivo suprimido e ao substitutivo, para supressão de dispositivo ou parte de dispositivo;*

	NOME	PARTIDO/UF	ASSINATURA
09	RITA CAMATA	PMDB/ES	
10	Vanessa Lovatti	PT/MG	
11	Beto Faro	PT-PA	
12	LUIZ COUTO	PT/PB	
13	[illegible]	PSOL/PA	
14	Edson EZEQUIEL	PMDB-RJ	
15	[illegible]	PMDB/DF	
16	B.SA	PSB/RJ	
17	CARLOS BEZERRA	PMDB-MT	
18	ILDEBRANDO CARNEIRO	PTB-AC	
19	SERGIO [illegible]	PMDB/AC	
20	MORAES Michel	PMDB PA	
21	Walter Pinheiro	PMDB BA	
22	[illegible]	610	
23	[illegible]	283	
24	[illegible]	858	
25	[illegible]	473	
26	[illegible]	611	
27	MAURICIO [illegible]	PT-G	
28	Arnaldo Nogueira	839	
29	SÉRGIO BRITO	638	
30	MIRO TEIXEIRA	270	
31	SUELI VIDIGAL	PDT/ES	
32	JOÃO DADO	PDT/SP	
33	MANATO	PDT-ES 3560	
34	Brizola Neto	PDT-RJ 5608	
35	Cida Diogo	PT/RJ	
36	[illegible]	PR/DF	
37	LUCIO VALE	PR/PA	
38	[illegible]	PR/GO	
39	HOMERO PEREIRA	PR-MT	



	NOME	PARTIDO/UF	ASSINATURA
40		713	
41		762	
42		921	
43		425	
44		824	
45		445	
46		368	
47		433	
48		PPS	
49		PRS	
50		PCdoB/PE	
51		PMDB/RS	
52		PTB/SP	
53		PMDB/PR	
54		PV/SP	
55		PV/SP	
56		724 PCdoB	
57		PCdoB/PI	
58		420 PCdoB	
59		711	
60		901	
61		328	
62		343	
63		228	
64		532	
65		581	
66		729	
67		529	
68		523	
69		316	
70		550	

Programas de Governo

R$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

Programa: **0571 Prestação Jurisdicional Trabalhista**

Ação	Título	Produto (Unidade)	Meta	Unidade Orçamentária	Valor
				15116 -TRT - 15a.Reg.-Campinas/SP	85.034.751
				15117 -TRT - 16a. Região - MA	12.403.113
				15118 -TRT - 17a. Região - ES	16.630.791
				15119 -TRT - 18a. Região - GO	19.959.406
				15120 -TRT - 19a. Região - AL	12.768.505
				15121 -TRT - 20a. Região - SE	11.080.002
				15122 -TRT - 21a. Região - RN	15.525.335
				15123 -TRT - 22a. Região - PI	9.202.120
				15124 -TRT - 23a. Região - MT	18.018.604
				15125 -TRT - 24a. Região - MS	14.729.799
0C04	**Criação e/ou Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações no âmbito dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União**				**161.202.308**
				15101 -Tribunal Superior do Trabalho	161.202.308
10WS	**Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Manaus - AM**	Edifício construído (% de execução física)	3	15112 -TRT - 11a. Região - AM/RR	**500.000** 500.000
10WT	**Construção de Fórum Trabalhista em João Pessoa - PB**	Fórum construído (% de execução física)	13	15114 -TRT - 13a. Região - PB	**2.000.000** 2.000.000
10YL	**Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Ipojuca - PE**	Edifício construído (% de execução física)	71	15107 -TRT - 6a. Região - PE	**925.292** 925.292
11A7	**Construção de Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região em Recife - PE**	Edifício construído (% de execução física)	6	15107 -TRT - 6a. Região - PE	**1.499.708** 1.499.708
11BC	**Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região em Teresina-PI**	Edifício construído (% de execução física)	1	15123 -TRT - 22a. Região - PI	**500.000** 500.000
11C8	**Construção de Fórum Trabalhista em São Luís - MA**	Fórum construído (% de execução física)	31	15117 -TRT - 16a. Região - MA	**3.660.542** 3.660.542
11E2	**Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de São Miguel do Oeste-SC**	Edifício construído (% de execução física)	25	15113 -TRT - 12a. Região - SC	**200.000** 200.000
11ED	**Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de São Bento do Sul - SC**	Edifício construído (% de execução física)	25	15113 -TRT - 12a. Região - SC	**200.000** 200.000
11EN	**Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região em Campo Grande - MS**	Edifício construído (% de execução física)	8	15125 -TRT - 24a. Região - MS	**3.500.000** 3.500.000
11ET	**Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Joinville - SC**	Edifício construído (% de execução física)	40	15113 -TRT - 12a. Região - SC	**2.000.000** 2.000.000
11EX	**Construção de Fórum Trabalhista em Londrina - PR**	Fórum construído (% de execução física)	6	15110 -TRT - 9a. Região - PR	**448.000** 448.000
11HA	**Construção de Fórum Trabalhista em Ananindeua - PA**	Fórum construído (% de execução física)	42	15109 -TRT - 8a. Região - PA/AP	**2.000.000** 2.000.000
1A55	**Construção de Fórum Trabalhista em Campos dos Goytacazes - RJ**	Fórum Trabalhista construído (% de execução física)	47	15102 -TRT - 1a. Região - RJ	**2.288.112** 2.288.112
1B32	**Construção de Edifício de Apoio ao Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região em Porto Alegre - RS**	Edifício construído (% de execução física)	42	15105 -TRT - 4a. Região - RS	**3.675.000** 3.675.000
1B39	**Construção do Complexo Trabalhista do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região**	Obra executada (% de execução física)	3	15119 -TRT - 18a. Região - GO	**3.000.000** 3.000.000
1B51	**Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região em Vitória - ES**	Edifício construído (% de execução física)	18	15118 -TRT - 17a. Região - ES	**14.903.500** 14.903.500
1B56	**Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho em Juína - MT**	Edifício construído (% de execução física)	100	15124 -TRT - 23a. Região - MT	**600.000** 600.000

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatoria Geral - Demonstrativo analítico das alterações da proposta Orçamentária da União para 2008 *por UO/Programa/Subtítulo* Orçamento Fiscal e Seguridade Social (em R$ 1,00)

O Func. Programática I	Seq.	Título/Subtítulo/Meta	ESNFD AUTE	PL 030/2007 (A)	RELAT. SETORIAL (B)	ACRÉSCIMO (C)	CANCELAMENTO (D)	SUBSTITUTIVO (E) = (B) + (C) - (D)
Unidade Orçamentária:		**15125 TRT - 24a. Região - MS**						
Programa: 0089 Previdência de Inativos e Pensionistas da União				6.642.567	6.642.567	0	0	6.642.567
09.272 0089.0396.0001	000847	Pagamento de Aposentadorias e Pensões/Nacional(Meta : 1.154 Pessoa beneficiada/unidade)	2 1 1 90 0 151	5.000	5.000	0	0	5.000
			2 1 1 90 0 156	3.100.000	3.100.000	0	0	3.100.000
			2 1 1 90 0 169	3.537.567	3.537.567	0	0	3.537.567
Programa: 0571 Prestação Jurisdicional Trabalhista				112.356.453	110.606.453	692.189	1.384.377	109.914.265
02.061 0571.4224.0054	000853	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes/No Estado do Mato Grosso do Sul(Meta : 300 Pessoa assistida/unidade)	1 3 2 90 0 100	180.000	180.000	0	0	180.000
02.061 0571.4256.0001	000854	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho/Nacional(Meta : 130.891 Processo julgado/unidade)	2 1 1 90 0 100	31.716.571	31.716.571	0	0	31.716.571
			1 3 2 90 0 100	6.921.886	6.921.886	0	1.384.377	5.537.509
			1 4 2 90 0 100	697.500	697.500	0	0	697.500
			2 1 1 90 0 900	48.000.000	48.000.000	0	0	48.000.000
			1 3 2 90 0 900	0	0	692.189	0	692.189
02.061 0571.8134.0054	000855	Manutenção de Varas Itinerantes na Justiça do Trabalho/No Estado do Mato Grosso do Sul(Meta : 4 Vara itinerante mantida/unidade)	1 3 2 90 0 100	18.000	18.000	0	0	18.000
02.122 0571.09HB.0054	000857	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais/No Estado do Mato Grosso do Sul(Meta : - -/-)	2 1 0 91 0 100	5.829.799	5.829.799	0	0	5.829.799
			2 1 0 91 0 900	8.900.000	8.900.000	0	0	8.900.000
02.122 0571.116N.0101	000856	Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região em Campo Grande - MS/No Município de Campo Grande - MS(Meta : 4 Edifício construído/1 de execução física)	1 4 2 90 0 100	3.500.000	1.750.000	0	0	1.750.000
02.128 0571.4091.0001	000852	Capacitação de Recursos Humanos/Nacional(Meta : 1.000 Servidor capacitado/unidade)	1 3 2 90 0 100	749.550	749.550	0	0	749.550
02.303 0571.2004.0001	000848	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes/Nacional(Meta : 1.360 Pessoa beneficiada/unidade)	3 3 2 90 0 151	2.328.000	2.328.000	0	0	2.328.000
			3 4 2 90 0 151	32.500	32.500	0	0	32.500
02.306 0571.2012.0001	000851	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados/Nacional(Meta : 1.048 Servidor beneficiado/unidade)	1 3 1 90 0 100	3.132.000	3.132.000	0	0	3.132.000
02.331 0571.2011.0001	000850	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados/Nacional(Meta : 1.154 Servidor beneficiado/unidade)	1 3 1 90 0 100	6.547	6.547	0	0	6.547
02.365 0571.2010.0001	000849	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados/Nacional(Meta : 100 Criança atendida/unidade)	1 3 2 90 0 100	344.100	344.100	0	0	344.100
Programa: 0901 Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais				329.128	329.128	0	0	329.128
28.846 0901.0005.0001	000858	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas/Nacional(Meta : - -/-)	1 1 1 90 0 900	83.729	83.729	0	0	83.729
28.846 0901.0625.0001	000859	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas/Nacional(Meta : - -/-)	1 1 1 90 0 100	245.399	245.399	0	0	245.399
TOTAL DA UO:				119.328.148	117.578.148	692.189	1.384.377	116.885.960
Unidade Orçamentária:		**16101 TJDF**						
Programa: 0089 Previdência de Inativos e Pensionistas da União				210.600.364	210.600.364	0	339.205	210.282.159
09.272 0089.0C05.0001	000861	Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações no âmbito dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União - Aposentadorias, Reformas e Pensões/Nacional(Meta : - -/-)	2 1 1 90 0 156	754.059	754.059	0	318.205	435.854
09.272 0089.0396.0053	000860	Pagamento de Aposentadorias e Pensões/No Distrito Federal(Meta : 1.127 Pessoa beneficiada/unidade)	2 1 1 90 0 151	168.131	168.131	0	0	168.131
			2 1 1 90 0 156	84.134.061	84.134.061	0	0	84.134.061
			2 1 1 90 0 169	125.544.091	125.544.091	0	0	125.544.091
Programa: 0567 Prestação Jurisdicional no Distrito Federal				1.029.712.162	1.031.012.262	9.330.245	51.923.054	988.419.353
02.061 0567.0C04.0001	000874	Criação e/ou Provimento de Cargos e Funções e	1 1 1 90 0 100	28.354.140	28.354.140	0	13.948.086	14.406.054

OI: Indicador de Obra Irregular (S = SIM)
Esfera: 1-Fiscal 2-Seguridade Social 3-Inv. Estatais. If(Identificador de Uso): 0-no país 1-Contrapartida para o BIRD 3-Contrapartida para o BID 5-Outras Contrapartidas 4-No Exterior
GND(Grupo Natureza Despesa): 1-Pessoal e Encargos Sociais 2-Juros e Encargos 3-Outras Desp. Correntes 4-Investimentos 5-Inversões Financeiras 6-Amort. da Dívida 9-Reserva de Contingência
Mod. de Aplicação: 30-Estados/DF 40-Municípios 50-Entidade Privada 90-União 99-a definir
RP(Tipo de Despesa para fins de apuração do Resultado Primário): 0-Financeira 1-Primária Obrigatória 2-Primária Discricionária 3-Projeto-Piloto de Investimentos Públicos - PPI

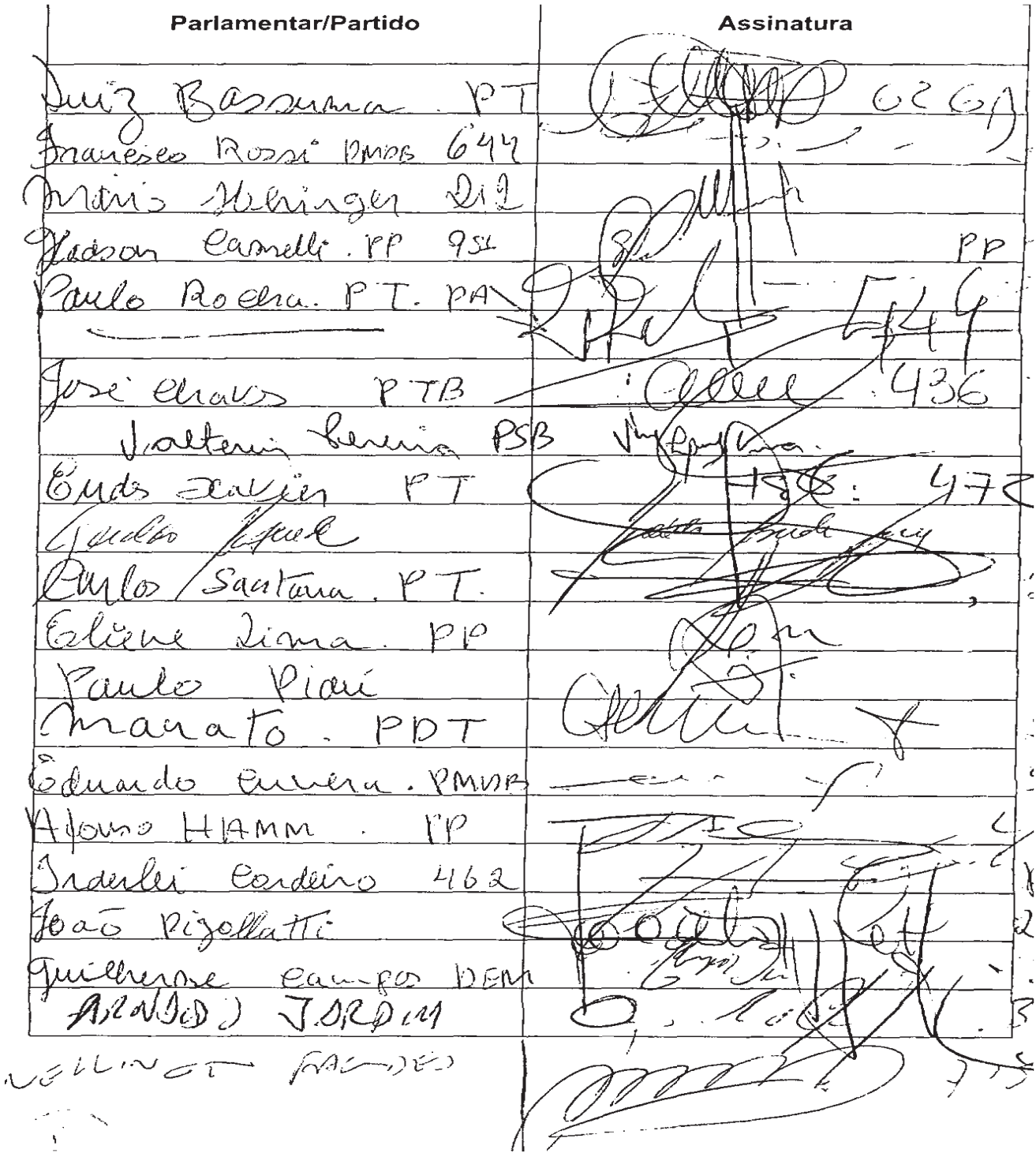
REQUERIMENTO Nº 68, DE 2008 – CN

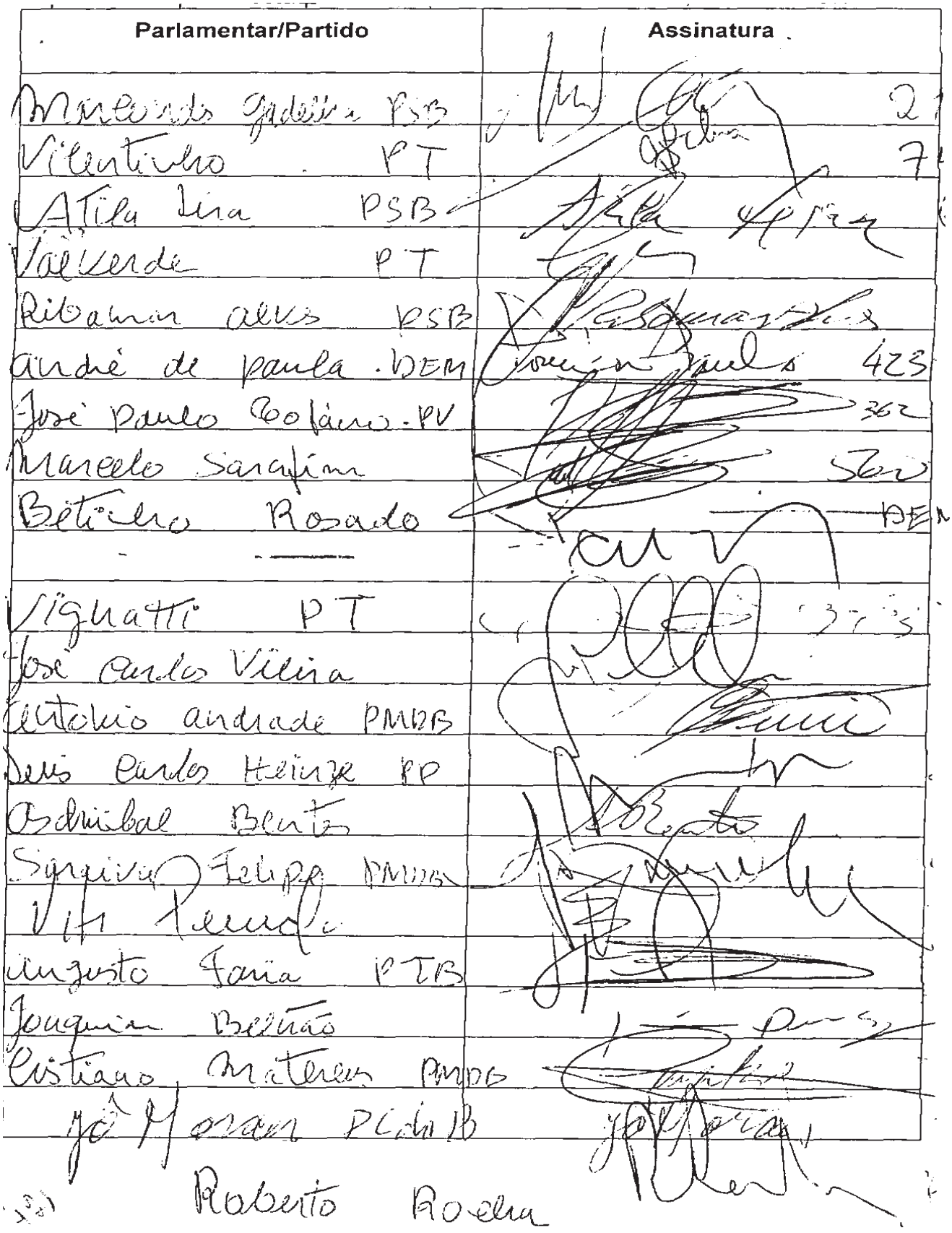
PROJETO DE LEI Nº 30, DE 2007 – CN

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2008.

Requeiro, nos termos regimentais, que a emenda de nº 8100901, de autoria do Relator-Geral, seja destacada para votação em separado, junto ao Plenário do Congresso Nacional, tendo em vista que o valor concedido não atende as necessidades do seu objeto.

Sala das Sessões, 12 de março de 2008. – Deputado **Aníbal Gomes**, PMDB – CE





Parlamentar/Partido	Assinatura
Marcondes Gadelha PSB	
Vicentinho PT	
Átila Lira PSB	
Valverde PT	
Ribamar Alves PSB	
André de Paula DEM	
José Paulo Bolsano PV	
Marcelo Serafim	
Betinho Rosado	
Vignatti PT	
José Carlos Vieira	
Leitão Andrade PMDB	
Dr. Carlos Heinze PP	
Osmar Bertoni	
Sérgio Zambiasi PTB	
Vic Pires Franco	
Augusto Farias PTB	
Joaquim Beltrão	
Cristiano Matheus PMDB	
José Maranhão PMDB	
Roberto Rocha	

Parlamentar/Partido	Assinatura
Nelson Barreto PMDB	
Jorge Bandeira . PT	
Paulo H. Lustosa PMDB	
Edmar Moreira DEM	
Damião Feliciano PDT 938	
Edigar Mão Branca . PV	612
Sebastião Madeira	
Bonato PTB	
Julio Delgado PSB	
Pinto Itamaraty PSDB	93
Osvaldo Reis PMDB	
Jaime Martins. PR	
Felipe Bornier PHS	
PERONDI. PMDB	
Moises Avelino. PMDB	
Lelo Coimbra . PMDB	
Hilton Xerez . DEM	917
Leonardo Vilela . PR	
Regis Sifuentes	PPS
Raul Jungmann	677 PPS
DAVI ALVES SILVA JR.	932 PDT

AUTOR DA EMENDA

8100 - Relator Geral

EMENDA

81000901

MODALIDADE DA EMENDA
À Despesa - de Acréscimo à Despesa

TIPO DE EMENDA
Apropriação - Inclusão

ÁREA DE GOVERNO

MODALIDADE DE INTERVENÇÃO

TIPO DE REALIZAÇÃO PRETENDIDA

LOCALIDADE BENEFICIADA
2300000 - Ceará

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA
M. de Minas e Energia

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO
25.752.1044.7G10
Ampliação das Fontes Alternativas de Energia Eólica - Fortaleza - no Estado do Ceará

ESPECIFICAÇÃO DA META
()

QUANTIDADE
0

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R$ 1,00)

GND		MOD. APLICAÇÃO		RP	Valor Acrescido
4	Investimentos	90	Aplic. Diretas	2	1.232.308
			TOTAL		1.232.308

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND		MOD. APLICAÇÃO		ID	RP	Valor Deduzido
027344	100	9	Reserva de Contingência	99	A Definir	0	2	1.232.308
					TOTAL			1.232.308

JUSTIFICATIVA

Alocação de recursos em programação originária do Anexo de Metas e Prioridades da LDO-2008 consignadas no Parecer da CMO relativo ao PPA 2008-2011 (PL nº 31/2007-CN), para cumprimento do item 27.1.6 da Parte B do Parecer Preliminar.

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatoria Geral - Proposta Orçamentária da União para 2008 - EMENDAS DE RELATOR APROVADAS

Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e investimento das Estatais em R$ 1,00

EMENDA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	SUBTÍTULO	ESF	FNT	GND	M.A.	R.P.	APROVADO Rel. Setorial	ADEQUAÇÃO Rel. Geral (Inclui adendos setoriais)	VALOR FINAL
									0	8.010.000	8.010.000
81000888	39252 DNIT	26.782.1456.7F68.0056	Construção de Contorno Rodoviário - no Município de Boa Vista (Sul -Norte - km 496,10 - 524,10) - na BR-174 - no Estado de Roraima / No Estado de Roraima	1	100	4	90	2	0	16.020.000	16.020.000
									0	16.020.000	16.020.000
81000889	39252 DNIT	26.782.1457.7F84.0021	Construção de Trecho Rodoviário - Chapadinha - Divisa MA-PI - na BR-222 - no Estado do Maranhão / No Estado do Maranhão	1	100	4	90	2	0	6.848.571	6.848.571
									0	6.848.571	6.848.571
81000890	39252 DNIT	26.782.1457.7F85.0056	Construção de Trecho Rodoviário - Presidente Dutra -Timon - na BR-226 - no Estado do Maranhão / No Estado do Maranhão	1	100	4	90	2	0	8.571	8.571
									0	8.571	8.571
81000891	39252 DNIT	26.782.1461.7F86.0054	Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa PR/MS - Divisa MS/MT - na BR-163 - no Estado de Mato Grosso do Sul / No Estado do Mato Grosso do Sul	1	100	4	90	2	0	9.612.000	9.612.000
									0	9.612.000	9.612.000
81000892	53101 M. da Integração Nacional	15.244.1025.7F87.0054	Apoio à Implantação da Infra-Estrutura Social e Econômica em Corumbá - no Estado de Mato Grosso do Sul / No Estado de Mato Grosso do Sul	1	100	4	90	2	0	3.204.000	3.204.000
									0	3.204.000	3.204.000
81000893	53101 M. da Integração Nacional	06.182.1027.7F88.0054	Apoio a Obras Preventivas de Desastres em Camapuã - no Estado de Mato Grosso do Sul / No Estado de Mato Grosso do Sul	1	100	4	90	2	0	3.204.000	3.204.000
									0	3.204.000	3.204.000
81000894	39252 DNIT	26.782.1461.7F95.0041	Adequação de Trecho Rodoviário - Coronel Vivida - Pato Branco - na BR-158 - no Estado do Paraná / No Estado do Paraná	1	100	4	90	2	0	278.125	278.125
									0	278.125	278.125
81000895	26101 M. da Educação	12.364.1073.7F99.0043	Apoio a Entidade Pública de Ensino Superior no Rio Grande do Sul - Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS / No Estado do Rio Grande do Sul	1	100	3	90	2	0	556.250	556.250
									0	556.250	556.250
81000896	53101 M. da Integração Nacional	18.544.1305.7G01.0043	Recuperação e Preservação da Bacia do Rio dos Sinos / No Estado do Rio Grande do Sul	1	100	4	90	2	0	4.005.000	4.005.000
									0	4.005.000	4.005.000
81000897	39252 DNIT	26.782.1459.7G05.0025	Construção de Ponte Sobre o Rio Paraíba Entre Cabedelo e Lucena - na BR-230 - no Estado da Paraíba / No Estado da Paraíba	1	100	4	90	2	0	1.144.286	1.144.286
									0	1.144.286	1.144.286
81000898	39252 DNIT	26.782.1457.7G06.0021	Construção de Trecho Rodoviário - Barreirinhas - Divisa MA/PI - na BR-402 - no Estado do Maranhão / No Estado do Maranhão	1	100	4	90	2	0	8.571	8.571
									0	8.571	8.571
81000899	39252 DNIT	26.782.1457.7G07.0021	Restauração de Trecho Rodoviário - Peritoró - Orozimbo - na BR-135 - no Estado do Maranhão / No Estado do Maranhão	1	100	4	90	2	0	9.128.571	9.128.571
									0	9.128.571	9.128.571
81000900	39252 DNIT	26.782.1456.7G08.0010	Construção de Ponte sobre o Rio Araguaia - na Divisa TO/PA - na BR-153 - na Região Norte / Na Região Norte	1	100	4	90	2	0	2.670.000	2.670.000
									0	2.670.000	2.670.000
81000901	32101 M. de Minas e Energia	25.752.1044.7G10.0023	Ampliação das Fontes Alternativas de Energia Eólica - Fortaleza - no Estado do Ceará / No Estado do Ceará	1	100	4	90	2	0	1.232.308	1.232.308
									0	1.232.308	1.232.308
81000902	39252 DNIT	26.783.1462.7G11.0041	Construção de Contorno Ferroviário - no Perímetro Urbano de Apucarana - no Estado do Paraná / No Estado do Paraná	1	100	4	90	2	0	8.020.000	8.020.000
									0	8.020.000	8.020.000
81000903	39252 DNIT	26.782.1460.7G14.0029	Duplicação de Trecho Rodoviário a partir do Aeroporto de Salvador até o Viaduto na BR-324 (ligação CIA-Aeroporto) / No Estado da Bahia	1	100	4	90	2	0	139.062	139.062
									0	139.062	139.062
81000904	39252 DNIT	26.782.1458.7G15.0031	Adequação de Trecho Rodoviário - Trevo de Curvelo - Contorno de Montes Claros - Trevo de Marabela - na BR-135 - no Estado de Minas Gerais / No Estado de Minas Gerais	1	100	4	90	2	0	100.000	100.000
									0	100.000	100.000
81000905	39252 DNIT	26.782.1458.7G16.0056	Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-040 - Entroncamento BR-267 - na BR-440 - no Estado de Minas Gerais / No Estado de Minas Gerais	1	100	4	90	2	0	100.000	100.000

Grupo Natureza Despesa: 1-Pessoal e Encargos Sociais 2-Juros e Encargos 3-Outras Desp. Correntes 4-Investimentos 5-Inversões Financeiras 6-Amort. da Dívida 9-Reserva de Contingência
Mod. de Aplicação: 30-Estados/DF 40-Municípios 50-Entidade Privada 90-União 99-a definir RP(Tipo de Despesa para fins de apuração do Resultado Primário): 9-Financeira 1-Primária Obrigatória 2-Primária Discricionária

REQUERIMEMTO Nº 69, DE 2008-CN

Requer destaque para votação em separado na Sessão do Congresso Nacional destinada à apreciação da LOA 2008.

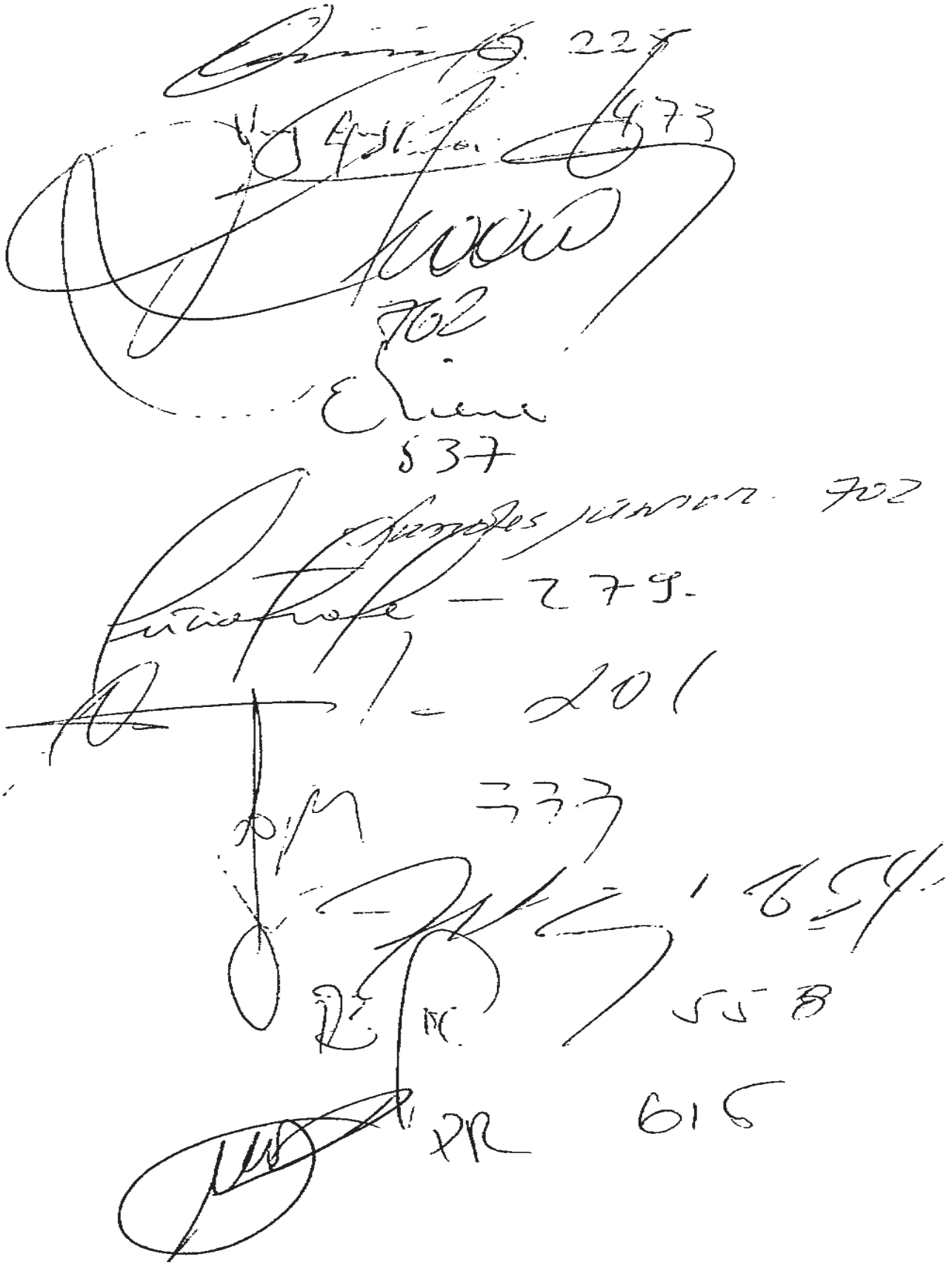
Senhor Presidente do Congresso Nacional:

Requeiro a V. Exª, nos termos Regimentais, a votação em separado da Emenda de Bancada do Estado de Mato Grosso sob o nº 71120017 – Construção de Trechos Rodoviários – Trecho Divisa GO/MT – Divisa MT/RO – na BR–364 – No Estado do Mato Grosso.

Sala das Sessões, 12 de março de 2008.

Parlamentar	Gabinete	Assinatura
WELLINGTON FAGUNDES	713	
	426	
	550	
	712	
	501	
	705	
	411	
	225	
	562	
	715	
	730	
	538	
	914	
	339	
ALBANO FRANCO	712	

Parlamentar	Gabinete	Assinatura
JORGE BITTAR	232	
	281	
JANETE ROCHA PIETÁ	579	
GIOVANNI QUEIROZ	618	
WILSON SANTIAGO	844	
	275	
	846	
	835	
	534	
	960	
	204	
	961	
	507	
ANDREIA ZITO	636	
	516	
ROMERO JUCÁ	227	
EDUARDO SCIARRA	933	
LEONARDO VILELA	930	
NELSON MEURER	916	



Parlamentar	Gabinete	Assinatura
	908	
	739	
	570	
	514	
	801	
	529	
	225	
	513	
	712	
	913	
DAVI ALVES SILVA JR.	937	
	711	
	229	

Parlamentar	Gabinete	Assinatura
Carlos Santana	986	
	210	
	644	
Benedita Barbosa	254	
	454	
	945	
Paulo Roberto.	635	
	285	
	744	
	922	
	605	
	417	
	575	
	754	

Parlamentar	Gabinete	Assinatura
	509	
	533	
	445	
	411	
	456	
	625	
	724	
	814	
	938	
	554	
	379	
	729	
	581	
	704	

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatoria Geral - Proposta Orçamentária da União para 2008 - EMENDAS COLETIVAS À DESPESA APROVADAS

em R$ 1,00

EMENDA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	SUBTÍTULO	ESF	FNT	GND	M.A.	R.P.	APROVADO Rel. Setorial	ADEQUAÇÃO Rel. Geral (inclui adendos setoriais)	VALOR FINAL
71110014	39252 DNIT	26.782.1457.7M21.0056	Adequação de Trecho Rodoviário - Imperatriz - Açailândia - na BR-010 - no Estado do Maranhão / No Estado do Maranhão	1	100	4	90	2	10.000.000	5.000.000	15.000.000
71110015	53201 CODEVASF	15.244.1025.7K66.0118	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado / Timon - No Estado do Maranhão						**10.000.000**	**5.000.000**	**15.000.000**
				1	100	4	90	2	8.000.000	7.000.000	15.000.000
71110016	53101 M. da Integração Nacional	06.182.1027.8348.0120	Apoio a Obras Preventivas de Desastres - Construção de Quebra Mar no Município de São Luís - No Estado do Maranhão						**8.000.000**	**7.000.000**	**15.000.000**
				1	100	4	30	2	8.000.000	7.000.000	15.000.000
TOTAL DO AUTOR									**8.000.000**	**7.000.000**	**15.000.000**
									175.500.000	**124.864.888**	**299.564.888**
AUTOR: Bancada do Mato Grosso			**S/PARTIDO**								
71120001	26210 CEFET - MT	12.363.1062.2E13.0066	Reforma e Modernização de Infra-estrutura Física das Instituições Federais de Educação Tecnológica / No Estado do Mato Grosso	1	112	4	90	2	9.000.000	13.156.444	22.156.444
71120002	22101 M. Ag., Pec. e Abastecimento	20.605.6003.7H17.0528	Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário / Aquisição de Equipamentos para a Implantação de Agroindústrias - SEDER/EMPAER - No Estado do Mato Grosso						**9.000.000**	**13.156.444**	**22.156.444**
				1	100	4	30	2	5.000.000	7.078.222	12.078.222
71120003	56101 M. das Cidades	15.451.6001.7K40.0056	Implantação ou Melhoria de Obras de Infra-estrutura Urbana no Município de Cuiabá - MT / Obras de Desenvolvimento Urbano - Cuiabá - MT						**5.000.000**	**7.078.222**	**12.078.222**
				1	100	4	40	2	10.500.000	6.500.000	17.000.000
				1	900	4	40	2	6.500.000	-6.500.000	0
71120004	56101 M. das Cidades	15.451.6001.7K40.0058	Implantação ou Melhoria de Obras de Infra-estrutura Urbana no Município de Cuiabá - MT / Ações de Infra-estrutura Urbana - Cuiabá - MT						**17.000.000**	**0**	**17.000.000**
				1	100	4	40	2	9.000.000	10.000.000	19.000.000
				1	900	4	40	2	10.000.000	-10.000.000	0
71120005	56101 M. das Cidades	17.512.0122.7H43.0056	Apoio à Implantação de Sistema de Esgotamento Sanitário no Município de Várzea Grande - MT / Sistemas de Esgotamento Sanitário - Várzea Grande - MT						**19.000.000**	**0**	**19.000.000**
				2	100	4	40	2	500.000	-500.000	0
				2	100	4	40	3	0	500.000	500.000
				2	151	4	40	2	18.800.000	-18.800.000	0
				2	151	4	40	3	0	18.800.000	18.800.000
71120006	39252 DNIT	26.782.1456.7M75.0058	Construção de Trecho Rodoviário - Castanheira km 720,2 - Aripuanã km 918,0 - Na BR-174 - No Estado do Mato Grosso / No Estado do Mato Grosso						**19.300.000**	**0**	**19.300.000**
				1	100	4	30	2	15.000.000	0	15.000.000
71120007	53101 M. da Integração Nacional	15.244.0120.6553.0122	Apoio a Implantação da Infra-Estrutura complementar, Social e Produtiva na Faixa de Fronteira / Cáceres - No Estado do Mato Grosso						**15.000.000**	**0**	**15.000.000**
				1	100	4	30	2	10.000.000	2.078.222	12.078.222
71120009	36901 Fundo Nacional de Saúde	10.301.1214.8581.0612	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde / Equipamentos e Materiais Permanentes - No Estado do Mato Grosso						**10.000.000**	**2.078.222**	**12.078.222**
				2	151	4	30	2	7.800.000	0	7.800.000
71120010	53101 M. da Integração Nacional	18.541.1138.7M07.0056	Revitalização e Urbanização do Córrego Gumita em Cuiabá no Estado de Mato Grosso / no Estado do Mato Grosso						**7.800.000**	**0**	**7.800.000**
				1	100	4	40	2	12.000.000	78.222	12.078.222
71120011	56101 M. das Cidades	15.451.6001.7K94.0056	Implantação ou Melhoria de Obras de Infra-estrutura Urbana em Rondonópolis - MT / Obras de Infra-estrutura Urbana - Rondonópolis - MT						**12.000.000**	**78.222**	**12.078.222**
				1	100	4	40	2	9.000.000	7.000.000	16.000.000
				1	900	4	40	2	7.000.000	-7.000.000	0
71120012	39252 DNIT	26.782.1456.202Y.0051	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-174 - no Estado do Mato Grosso / No Estado do Mato Grosso						**16.000.000**	**0**	**16.000.000**
				1	100	4	90	3	0	19.399.500	19.399.500
				1	111	4	90	3	6.313.000	0	6.313.000
				1	900	4	90	3	19.399.500	-19.399.500	0
									25.712.500	**0**	**25.712.500**

Grupo Natureza Despesa: 1-Pessoal e Encargos Sociais 2-Juros e Encargos 3-Outras Desp. Correntes 4-Investimentos 5-Inversões Financeiras 6-Amort. da Dívida 9-Reserva de Contingência
Mod. de Aplicação: 30-Estados/DF 40-Municípios 50-Entidade Privada 90-União 99-a definir RP(Tipo de Despesa para fins de apuração do Resultado Primário): 0-Financeira 1-Primária Obrigatória 2-Primária Discricionária

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatoria Geral - Proposta Orçamentária da União para 2008 - EMENDAS COLETIVAS À DESPESA APROVADAS

em R$ 1,00

EMENDA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	SUBTÍTULO	ESF	FNT	GND	M.A.	R.P.	APROVADO Rel. Setorial	ADEQUAÇÃO Rel. Geral (inclui adendos setoriais)	VALOR FINAL
71120013	22101 M. Ag., Pec. e Abastecimento	20.605.6003.7H17.0570	Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário / Aquisição de Patrulha Mecanizada - No Estado do Mato Grosso	1	100	4	30	2	5.000.000	7.078.222	12.078.222
									5.000.000	**7.078.222**	**12.078.222**
71120014	39252 DNIT	26.782.1456.7M76.0056	Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa MS/MT - Divisa MT/PA - na BR-163 - No Estado do Mato Grosso. No Estado do Mato Grosso	1	100	4	90	3	0	18.776.548	18.776.548
				1	111	4	90	3	21.223.452	0	21.223.452
				1	900	4	90	3	18.776.548	-18.776.548	0
									40.000.000	**0**	**40.000.000**
71120015	53101 M. da Integração Nacional	19.691.1430.8902.0104	Promoção de Investimentos em Infra-Estrutura Econômica / Cuiabá - No Estado do Mato Grosso	1	100	4	30	2	8.000.000	4.078.223	12.078.223
									8.000.000	**4.078.223**	**12.078.223**
71120016	53101 M. da Integração Nacional	19.691.1430.8902.0104	Promoção de Investimentos em Infra-Estrutura Econômica / Cuiabá - No Estado do Mato Grosso	1	100	4	40	2	8.000.000	-8.000.000	0
									8.000.000	**-8.000.000**	**0**
71120016	53101 M. da Integração Nacional	19.691.1430.8902.0116	Promoção de Investimentos em Infra-Estrutura Econômica / Aquisição de Equipamentos de Infra-Estrutura Econômica - Cuiabá - MT	1	100	4	30	2	0	12.078.223	12.078.223
									0	**12.078.223**	**12.078.223**
71120017	39252 DNIT	26.782.1457.7M77.0056	Construção de Trecho Rodoviário - Trecho Divisa GO/MT - Divisa MT/RO - na BR-364 - No Estado do Mato Grosso / No Estado do Mato Grosso	1	100	4	90	2	9.000.000	-9.000.000	0
				1	100	4	90	3	0	9.000.000	9.000.000
									9.000.000	**0**	**9.000.000**
TOTAL DO AUTOR									**225.812.500**	**37.625.778**	**263.438.278**
AUTOR: Bancada do Mato Grosso Sul			**S/PARTIDO**								
71130001	53101 M. da Integração Nacional	19.691.1430.8902.0108	Promoção de Investimentos em Infra-Estrutura Econômica / Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio Taquari - Coxim - No Estado do Mato Grosso do Sul	1	100	4	71	2	9.000.000	2.252.937	11.252.937
									9.000.000	**2.252.937**	**11.252.937**
71130002	39252 DNIT	26.782.1461.7M78.0056	Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-163 - Alcinópolis - na BR-359 - No Estado do Mato Grosso do Sul / No Estado do Mato Grosso do Sul	1	100	4	90	2	10.000.000	2.252.933	12.252.933
									10.000.000	**2.252.933**	**12.252.933**
71130003	53101 M. da Integração Nacional	19.691.1430.8902.0110	Promoção de Investimentos em Infra-Estrutura Econômica / Campo Grande - MS	1	100	4	90	2	9.000.000	2.252.933	11.252.933
									9.000.000	**2.252.933**	**11.252.933**
71130004	56101 M. das Cidades	15.451.6001.7K95.0056	Implantação ou Melhoria de Obras de Infra-estrutura Urbana em Dourados - MS / Obras de Infra-estrutura Urbana - Dourados - MS	1	100	4	30	2	7.300.000	7.252.933	14.552.933
				1	900	4	30	2	5.000.000	-5.000.000	0
									12.300.000	**2.252.933**	**14.552.933**
71130005	39252 DNIT	26.782.1461.7M79.0056	Construção de Trecho Rodoviário - Alcinópolis - Divisa GO/MS - na BR-359 - No Estado do Mato Grosso do Sul / No Estado do Mato Grosso do Sul	1	100	4	30	2	20.000.000	2.252.933	22.252.933
									20.000.000	**2.252.933**	**22.252.933**
71130006	56101 M. das Cidades	15.451.6001.7K96.0056	Implantação ou Melhoria de Obras de Infra-estrutura Urbana em Campo Grande - MS / Obras de Infra-estrutura Urbana - Campo Grande - MS	1	100	4	30	2	11.700.000	2.252.933	13.952.933
									11.700.000	**2.252.933**	**13.952.933**
71130007	56101 M. das Cidades	15.451.6001.7K97.0056	Implantação ou Melhoria de Obras de Infra-estrutura Urbana em Três Lagoas - MS / Obras de Infra-estrutura Urbana - Três Lagoas - MS	1	100	4	40	2	6.500.000	7.752.933	14.252.933
				1	900	4	40	2	5.500.000	-5.500.000	0
									12.000.000	**2.252.933**	**14.252.933**
71130008	39252 DNIT	26.782.1461.202Q.0054	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-262 - no Estado do Mato Grosso do Sul / No Estado de Mato Grosso do Sul	1	100	4	90	3	0	2.369.500	2.369.500
				1	900	4	90	3	2.369.500	-2.369.500	0
									2.369.500	**0**	**2.369.500**

Grupo Natureza Despesa: 1-Pessoal e Encargos Sociais 2-Juros e Encargos 3-Outras Desp. Correntes 4-Investimentos 5-Inversões Financeiras 6-Amort. da Dívida 9-Reserva de Contingência
Mod. de Aplicação: 30-Estados/DF 40-Municípios 50-Entidade Privada 90-União 99-a definir RP(Tipo de Despesa para fins de apuração do Resultado Primário): 0-Financeira 1-Primária Obrigatória 2-Primária Discricionária

REQUERIMENTO Nº 70, DE 2008-CN

Requer destaque para votação em separado na Sessão do Congresso Nacional destinada à apreciação da LOA 2008.

Senhor Presidente do Congresso Nacional:

Requeiro a V. Exª, nos termos Regimentais, a votação em separado da Emenda de Bancada do Estado de Mato Grosso sob o nº 71120014 – Adequação de Trechos rodoviários – Divisa MS/MT – Divisa MT/PA na BR–163 – No Estado do Mato Grosso.

Sala das Sessões, 12 de março de 2008.

Parlamentar	Gabinete	Assinatura
	45	
	625	
	724	
	814	
	5	
	658	
	554	
	379	
	729	
	581	
	704	

Parlamentar	Gabinete	Assinatura
	908	
	739	
	570	
Lelo Coimbra	801	
	529	
	225	
	513	
	712	
	913	
DAVI ALVES SILVA JR.	937	
	716	
	229	
CARLOS SANTANA	286	
	210	

Parlamentar	Gabinete	Assinatura
WELLINGTON FAGUNDES	713	
	426	
	550	
	712	
	501	
	705	
	411	
	225	
	815	
	558	
	339	
ALBANO FRANCO	722	

Parlamentar	Gabinete	Assinatura
	644	
	254	
	454	
	285	
	744	
	922	
	305	
	417	
	575	
	754	
	509	
	533	
	415	
	911	

Parlamentar	Gabinete	Assinatura
	232	
	281	
JANETE ROCHA PIETÁ	578	
	618	
	844	
	277	
	170	
	835	
	537	
	960	
	204	
	901	
	367	
ANDREIA ZITO	0736	
	516	
	227	
	433	
	934	
	916	

(GC/06)

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatoria Geral - Proposta Orçamentária da União para 2008 - EMENDAS COLETIVAS À DESPESA APROVADAS

em R$ 1,00

EMENDA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	SUBTÍTULO	ESF	FNT	GND	M.A.	R.P.	APROVADO Rel. Setorial	ADEQUAÇÃO Rel. Geral (inclui adendos setoriais)	VALOR FINAL
71110014	39252 DNIT	26.782.1457.7M21.0056	Adequação de Trecho Rodoviário - Imperatriz - Açailândia - na BR-010 - no Estado do Maranhão / No Estado do Maranhão	1	100	4	90	2	10.000.000	5.000.000	15.000.000
									10.000.000	5.000.000	15.000.000
71110015	53201 CODEVASF	15.244.1025.7K66.0118	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado / Timon - No Estado do Maranhão	1	100	4	90	2	8.000.000	7.000.000	15.000.000
									8.000.000	7.000.000	15.000.000
71110016	53101 M. da Integração Nacional	06.182.1027.8348.0120	Apoio a Obras Preventivas de Desastres / Construção de Quebra Mar no Município de São Luís - No Estado do Maranhão	1	100	4	30	2	8.000.000	7.000.000	15.000.000
									8.000.000	7.000.000	15.000.000
TOTAL DO AUTOR									175.500.000	124.064.888	299.564.888
AUTOR: Bancada do Mato Grosso			**S/PARTIDO**								
71120001	26210 CEFET - MT	12.363.1062.2E13.0066	Reforma e Modernização de Infra-estrutura Física das Instituições Federais de Educação Tecnológica / No Estado do Mato Grosso	1	112	4	90	2	9.000.000	13.156.444	22.156.444
									9.000.000	13.156.444	22.156.444
71120002	22101 M. Ag., Pec. e Abastecimento	20.605.6003.7H17.0528	Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário / Aquisição de Equipamentos para a Implantação de Agroindústrias - SEDER/EMPAER - No Estado do Mato Grosso	1	100	4	30	2	5.000.000	7.078.222	12.078.222
									5.000.000	7.078.222	12.078.222
71120003	56101 M. das Cidades	15.451.6001.7K40.0056	Implantação ou Melhoria de Obras de Infra-estrutura Urbana no Município de Cuiabá - MT / Obras de Desenvolvimento Urbano - Cuiabá - MT	1	100	4	40	2	10.500.000	6.500.000	17.000.000
				1	900	4	40	2	6.500.000	-6.500.000	0
									17.000.000	0	17.000.000
71120004	56101 M. das Cidades	15.451.6001.7K40.0058	Implantação ou Melhoria de Obras de Infra-estrutura Urbana no Município de Cuiabá - MT / Ações de Infra-estrutura Urbana - Cuiabá - MT	1	100	4	40	2	9.000.000	10.000.000	19.000.000
				1	900	4	40	2	10.000.000	-10.000.000	0
									19.000.000	0	19.000.000
71120005	56101 M. das Cidades	17.512.0122.7H43.0056	Apoio à Implantação de Sistema de Esgotamento Sanitário no Município de Várzea Grande - MT / Sistemas de Esgotamento Sanitário - Várzea Grande - MT	2	100	4	40	2	500.000	-500.000	0
				2	100	4	40	3	0	500.000	500.000
				2	151	4	40	2	18.800.000	-18.800.000	0
				2	151	4	40	3	0	18.800.000	18.800.000
									19.300.000	0	19.300.000
71120006	39252 DNIT	26.782.1456.7M75.0058	Construção de Trecho Rodoviário - Castanheira km 720,2 - Aripuanã km 918,0 - Na BR-174 - No Estado do Mato Grosso / No Estado do Mato Grosso	1	100	4	30	2	15.000.000	0	15.000.000
									15.000.000	0	15.000.000
71120007	53101 M. da Integração Nacional	15.244.0120.6553.0122	Apoio a Implantação da Infra-Estrutura complementar, Social e Produtiva na Faixa de Fronteira / Cáceres - No Estado do Mato Grosso	1	100	4	30	2	10.000.000	2.078.222	12.078.222
									10.000.000	2.078.222	12.078.222
71120009	36901 Fundo Nacional de Saúde	10.301.1214.8581.0612	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde / Equipamentos e Materiais Permanentes - No Estado do Mato Grosso	2	151	4	30	2	7.800.000	0	7.800.000
									7.800.000	0	7.800.000
71120010	53101 M. da Integração Nacional	18.541.1138.7M07.0056	Revitalização e Urbanização do Córrego Gumita em Cuiabá no Estado de Mato Grosso / no Estado do Mato Grosso	1	100	4	40	2	12.000.000	78.222	12.078.222
									12.000.000	78.222	12.078.222
71120011	56101 M. das Cidades	15.451.6001.7K94.0056	Implantação ou Melhoria de Obras de Infra-estrutura Urbana em Rondonópolis - MT / Obras de Infra-estrutura Urbana - Rondonópolis - MT	1	100	4	40	2	9.000.000	7.000.000	16.000.000
				1	900	4	40	2	7.000.000	-7.000.000	0
									16.000.000	0	16.000.000
71120012	39252 DNIT	26.782.1456.202Y.0051	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-174 - no Estado do Mato Grosso / No Estado do Mato Grosso	1	100	4	90	3	0	19.399.500	19.399.500
				1	111	4	90	3	6.313.000	0	6.313.000
				1	900	4	90	3	19.399.500	-19.399.500	0
									25.712.500	0	25.712.500

Grupo Natureza Despesa: 1-Pessoal e Encargos Sociais 2-Juros e Encargos 3-Outras Desp. Correntes 4-Investimentos 5-Inversões Financeiras 6-Amort. da Dívida 9-Reserva de Contingência
Mod. de Aplicação: 30-Estados/DF 40-Municípios 50-Entidade Privada 90-União 99-a definir RP(Tipo de Despesa para fins de apuração do Resultado Primário): 0-Financeira 1-Primária Obrigatória 2-Primária Discricionária

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

em R$ 1,00

Relatoria Geral - Proposta Orçamentária da União para 2008 - EMENDAS COLETIVAS À DESPESA APROVADAS

EMENDA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	SUBTÍTULO	ESF	FNT	GND	M.A.	R.P.	APROVADO Rel. Setorial	ADEQUAÇÃO Rel. Geral (inclui adendos setoriais)	VALOR FINAL
71120013	22101 M. Ag., Pec. e Abastecimento	20.605.6003.7H17.0570	Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário - Aquisição de Patrulha Mecanizada - No Estado do Mato Grosso	1	100	4	30	2	5.000.000	7.078.222	12.078.222
									5.000.000	**7.078.222**	**12.078.222**
71120014	39252 DNIT	26.782.1456.7M76.0056	Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa MS/MT - Divisa MT/PA - na BR-163 - No Estado do Mato Grosso / No Estado do Mato Grosso	1	100	4	90	3	0	18.776.548	18.776.548
				1	111	4	90	3	21.223.452	0	21.223.452
				1	900	4	90	3	18.776.548	-18.776.548	0
									40.000.000	**0**	**40.000.000**
71120015	53101 M. da Integração Nacional	19.691.1430.8902.0104	Promoção de Investimentos em Infra-Estrutura Econômica / Cuiabá - No Estado do Mato Grosso	1	100	4	30	2	8.000.000	4.078.223	12.078.223
									8.000.000	**4.078.223**	**12.078.223**
71120016	53101 M. da Integração Nacional	19.691.1430.8902.0104	Promoção de Investimentos em Infra-Estrutura Econômica / Cuiabá - No Estado do Mato Grosso	1	100	4	40	2	8.000.000	-8.000.000	0
									8.000.000	**-8.000.000**	**0**
71120016	53101 M. da Integração Nacional	19.691.1430.8902.0116	Promoção de Investimentos em Infra-Estrutura Econômica / Aquisição de Equipamentos de Infra-Estrutura Econômica - Cuiabá - MT	1	100	4	30	2	0	12.078.223	12.078.223
									0	**12.078.223**	**12.078.223**
71120017	39252 DNIT	26.782.1457.7M77.0056	Construção de Trecho Rodoviário - Trecho Divisa GO/MT - Divisa MT/RO - na BR-364 - No Estado do Mato Grosso / No Estado do Mato Grosso	1	100	4	90	2	9.000.000	-9.000.000	0
				1	100	4	90	3	0	9.000.000	9.000.000
									9.000.000	**0**	**9.000.000**
TOTAL DO AUTOR									**225.812.500**	**37.625.778**	**263.438.278**
AUTOR: Bancada do Mato Grosso Sul			**S/PARTIDO**								
71130001	53101 M. da Integração Nacional	19.691.1430.8902.0108	Promoção de Investimentos em Infra-Estrutura Econômica / Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio Taquari - Cointa - No Estado do Mato Grosso do Sul	1	100	4	71	2	9.000.000	2.252.937	11.252.937
									9.000.000	**2.252.937**	**11.252.937**
71130002	39252 DNIT	26.782.1461.7M78.0056	Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-163 - Alcinópolis - na BR-359 - No Estado do Mato Grosso do Sul / No Estado do Mato Grosso do Sul	1	100	4	90	2	10.000.000	2.252.933	12.252.933
									10.000.000	**2.252.933**	**12.252.933**
71130003	53101 M. da Integração Nacional	19.691.1430.8902.0110	Promoção de Investimentos em Infra-Estrutura Econômica / Campo Grande - MS	1	100	4	90	2	9.000.000	2.252.933	11.252.933
									9.000.000	**2.252.933**	**11.252.933**
71130004	56101 M. das Cidades	15.451.6001.7K95.0056	Implantação ou Melhoria de Obras de Infra-estrutura Urbana em Dourados - MS / Obras de Infra-estrutura Urbana - Dourados - MS	1	100	4	30	2	7.300.000	7.252.933	14.552.933
				1	900	4	30	2	5.000.000	-5.000.000	0
									12.300.000	**2.252.933**	**14.552.933**
71130005	39252 DNIT	26.782.1461.7M79.0056	Construção de Trecho Rodoviário - Alcinópolis - Divisa GO/MS - na BR-359 - No Estado do Mato Grosso do Sul / No Estado do Mato Grosso do Sul	1	100	4	30	2	20.000.000	2.252.933	22.252.933
									20.000.000	**2.252.933**	**22.252.933**
71130006	56101 M. das Cidades	15.451.6001.7K96.0056	Implantação ou Melhoria de Obras de Infra-estrutura Urbana em Campo Grande - MS / Obras de Infra-estrutura Urbana - Campo Grande - MS	1	100	4	30	2	11.700.000	2.252.933	13.952.933
									11.700.000	**2.252.933**	**13.952.933**
71130007	56101 M. das Cidades	15.451.6001.7K97.0056	Implantação ou Melhoria de Obras de Infra-estrutura Urbana em Três Lagoas - MS / Obras de Infra-estrutura Urbana - Três Lagoas - MS	1	100	4	40	2	6.500.000	7.752.933	14.252.933
				1	900	4	40	2	5.500.000	-5.500.000	0
									12.000.000	**2.252.933**	**14.252.933**
71130008	39252 DNIT	26.782.1461.202Q.0054	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-262 - no Estado do Mato Grosso do Sul / No Estado de Mato Grosso do Sul	1	100	4	90	3	0	2.369.500	2.369.500
				1	900	4	90	3	2.369.500	-2.369.500	0
									2.369.500	**0**	**2.369.500**

Grupo Natureza Despesa: 1-Pessoal e Encargos Sociais 2-Juros e Encargos 3-Outras Desp. Correntes 4-Investimentos 5-Inversões Financeiras 6-Amort. da Dívida 9-Reserva de Contingência
Mod. de Aplicação: 30-Estados/DF 40-Municípios 50-Entidade Privada 90-União 99-a definir RP(Tipo de Despesa para fins de apuração do Resultado Primário): 0-Financeira 1-Primária Obrigatória 2-Primária Discricionária

REQUERIMENTO Nº 71, DE 2008 – CN

Requeiro, nos termos regimentais, que a emenda de nº 81000967, de autoria do Relator-Geral, seja destacada para votação em separado, junto ao Plenário do Congresso Nacional, tendo em vista que o valor concedido não atende as necessidades do seu objeto.

Sala das Sessões, 12 de março de 2008. – Deputada **Rose de Freitas**, PMDB – ES

Parlamentar	Gabinete	Assinatura
Bel Mesquita	505	
Tatá Mata	711	
Wilson Santiago	534	
Fernando Diniz	307	
Marcelo Melo	962	
João Magalhães	211	
Antônio Andrade	383	
Carlos Willian	222	
Mauro Lopes	841	
Walfrido Mota	448	
Walter Pinheiro	274	
Zé Geraldo	632	
João Leão	316	
Marcos Ribeirinho	222	
Pedro Landim	644	
Felix Mendonça	912	
Givaldo Carimbão	732	
Solange Almeida	712	
Vicentinho Alves	523	
Elizeu Padilha	209	

Parlamentar	Gabinete	Assinatura
PEDRO NOVAES	413	
FABIO RAMALHO	374	
SARNEY FILHO	302	
BERNARDO PICCIANI	302	
JOSÉ SOUTO PINHEIRO	928	
CESAR SCHIRMER	427	
NELSON TRAD	452	
PROF. SETIMO	379	
ALBERTO BERSA	583	
MARCELO TEIXEIRA	210	
FRANCISCO ROSSI	644	
VILMA VELOSO	622	
LUCIANA PINHEIRO	250	
FRANK AGUIAR	354	
RAMOS JUNIOR	601	
LILIANA COSTA	308	
SANDRO MABEL	443	
SARAIVA FELIPE	429	
JOSEPH BANDEIRA	954	

Parlamentar	Gabinete	Assinatura
LUIZ COUTO	442	

DEPUTADO	ASSINATURA	GABINETE
ZÉ GERALDO		266
SÉRGIO PETECÃO		335
MANOEL SALVIANO		506
EUDES XAVIER		472
ODAIR CUNHA		556
ANIBAL GOMES		731
MENDES RIBEIRO FILHO		222
GIVALDO CARIMBÃO		732
REINALDO NOGUEIRA		839
FRANCISCO RODRIGUES		304
SILVINHO PECCININ		573
OLAVO CALHEIROS		907
PAULO HENRIQUE LUSTOSA		945
~~VALDEMIR MOKA~~ MARCELO ORTIZ		440
RICARDO BEZOLINI		341
EDMAR MOREIRA		606
EDGAR AMORIM		612

DEPUTADO	ASSINATURA	GABINETE
Busato		570
Domingos Dutra		806
Felipe Bornier		213
Carlos Zarattini		804
Laerte Bessa		583
Devanir Ribeiro		584
Celso Silvestre		221
Bassuma		626
Gladson Cameli		956
Paulo Piau		617
Marcondes Gadelha		214
Vicentinho		740
Guilherme Chiappa		367
Eduardo Valverde		435

DEPUTADO	ASSINATURA	GABINETE
Sebastião Bala		626
Zé Geraldo		266
Fabio Souto		827
NELSON CAMPOS		340
Adão Pretto		271
Manuel Salviano		564
Eduardo Xavier		177
Diego Bida		635
Ant- Carlos Mendes Thame		624
Eduardo Lopes		208
Dorinha Felipe		429
Nilson Pinto		562
Leandro Garcez		251
Leonardo Monteiro		922
Joseph Bandeira		944
Delegado		432
Paulo Rocha		444

DEPUTADO	ASSINATURA	GABINETE
CARLOS LEREIA		830
GIACOBO		702
IVAN VALENTE		716
FRANCISCO ROSSI		644
ANTONIO BIFFI		260
	WILSON BRAGA	64
EDUARDO MONTEIRO		922
SEBASTIÃO MADEIRA		405
Jaime Martins		333
Gastão Vieira		278
AIRTON XERÉZ		917
~~EDUARDO MONTEIRO~~		904
VIRGILIO GUIMARÃES		275
LUCIO VALE		270
JORGE KHURY		715

DEPUTADO	ASSINATURA	GABINETE

DEPUTADO	ASSINATURA	GABINETE
[illegible]		366
[illegible]		811
Julio Delgado		323
[illegible] Deco Lima		218
Pinto Itamaraty		483
José Paulo Toffano		362
[illegible]		506

DEPUTADO	ASSINATURA	GABINETE
JOSÉ PAULO TOFFANO		362
BETINHO ROSADO		366
JOSÉ CARLOS VIEIRA		925
NATAN DONADON		240
JOAQUIM BELTRÃO		717
CRISTIANO MATHEUS		739
Manoela D'Avila		438

AUTOR DA EMENDA

8100 - Relator Geral

EMENDA

81000967

MODALIDADE DA EMENDA
À Despesa - de Acréscimo à Despesa

TIPO DE EMENDA
Apropriação - Inclusão

ÁREA DE GOVERNO

MODALIDADE DE INTERVENÇÃO

TIPO DE REALIZAÇÃO PRETENDIDA

LOCALIDADE BENEFICIADA
3205309 - Vitória

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento da Seguridade Social

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA
Fundo Nacional de Saúde

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO
10.302.1220.7H95
Construção do Hospital Infantil em Vitória - ES

ESPECIFICAÇÃO DA META
0

QUANTIDADE
0

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R$ 1,00)

GND		MOD. APLICAÇÃO		RP	Valor Acrescido
4	Investimentos	40	Transf. a Municípios	2	2.288.571
			TOTAL		2.288.571

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND		MOD. APLICAÇÃO		ID	RP	Valor Deduzido
027344	100	9	Reserva de Contingência	99	A Definir	0	2	2.288.571
					TOTAL			2.288.571

JUSTIFICATIVA

Alocação de recursos em programação originária do Anexo de Metas e Prioridades da LDO-2008 consignadas no Parecer da CMO relativo ao PPA 2008-2011 (PL nº 31/2007-CN), para cumprimento do item 27.1.6 da Parte B do Parecer Preliminar.

REQUERIMENTO Nº 72, DE 2008 – CN

Requeiro, nos termos regimentais, que a emenda de nº 81001161, de autoria do Relator-Geral, seja destacada para votação em separado, junto ao Plenário do Congresso Nacional, tendo em vista que o valor concedido não atende as necessidades do seu objeto.

Sala das Sessões, 12 de março de 2008. – Deputada **Rose de Freitas**, PMDB – ES

Parlamentar	Gabinete	Assinatura
Bel Mesquita	505	
Mata	714	
Wilson Santiago	534	
Fernando Diniz	317	
Marcelo Melo	962	
Antonio Andrade	323	
Carlos Willian	522	
Mauro Lopes	841	
Waldemir Moka	445	
Walter Pinheiro	274	
Ze Gerardo	632	
João Leão	320	
Claudio Cajado	630	
Marcos Ribeiro Filho	222	
Paes Landim	641	
Felix Mendonça	912	
Givaldo Carimbão	732	
Solange Almeida	462	
Valtinho Alves	523	
Elizeu Padilha	209	

Parlamentar	Gabinete	Assinatura
PEDRO NOVAIS	513	
CLOVES FECURI	205	
FABIO RAMALHO	374	
SARNEY FILHO	202	
LEONARDO PICIANI	302	
JOSÉ PINHEIRO	928	
CESAR SCHIRMER	927	
NELSON TRAD	452	
PROF. SETIMO	379	
ALBERTO FILHO	583	
MARCELO TEIXEIRA	210	
FRANCISCO ROSSI	644	
VELOSO	622	
LUCIANA PIMENTEL	250	
FRANK AGUIAR	354	
MANOEL JUNIOR	601	
LUCIANO CASTRO	306	
SANDRO MABEL	443	
SARAIVA FELIPE	429	

Parlamentar	Gabinete	Assinatura
JOSEPH BANDEIRA	954	
LUIZA ERUNDINA		

DEPUTADO	ASSINATURA	GABINETE
ZE GERALDO		266
SERGIO PETECÃO		335
MANOEL SALVIANO		506
EUDES XAVIER		472
ODAIR CUNHA		56
ANIBAL GOMES		431
MENDES RIBEIRO FILHO		222
GIVALDO CARIMBÃO		732
REINALDO NOGUEIRA		839
FRANCISCO RODRIGUES		304
SILVINHO PECCIOLI		573
OLAVO CALHEIROS		907
PAULO HENRIQUE LUSTOSA		945
WALDEMAR MOKA		446
RICARDO BERZOINI		504
EDMAR MOREIRA		606
EDGAR MATO BRANCA		612

DEPUTADO	ASSINATURA	GABINETE
CARLOS ALBERTO LEREIA		830
GIACOBO		762
IVAN VALENTE		960
ANTONIO CARLOS BIFFI		260
	WILSON BRAGA	642
LEONARDO	MONTEIRO	922
SEBASTIÃO MADEIRA		405
Aline Martins		233
Odacir Botelho		278
AIRTON XEREZ		917
VIRGÍLIO GUIMARÃES		275
LUCIO VALLE		229

DEPUTADO	ASSINATURA	GABINETE
LUIZ CARLOS BUSATO		570
DOMINGOS DUTRA		806
FELIPE BORNIER		213
CARLOS ZARATTINI		504
LABERTE BIESSA		583
DEVANIR RIBEIRO		537
CESAR SILVESTRI		221
LUIZ PASSOS		626
GLADSON CAMELI		956
PAULO PIAU		617
MARCONDES GADELHA		214
VICENTINHO		746
GUILHERME CAMPOS		364
EDUARDO VALVERDE		435

DEPUTADO	ASSINATURA	GABINETE
[illegible]		
[illegible]		
[illegible]		714
[illegible]		324
[illegible]		272
[illegible]		534
[illegible]		323
[illegible]		921
[illegible]		442
[illegible]		937
[illegible]		310
[illegible]		955

DEPUTADO	ASSINATURA	GABINETE
José Paulo Tóffano		362
BETINHO ROSADO		366
JOSÉ CARLOS VIEIRA		925
NATAN DONADON		240
AUGUSTO FARIAS		572
JOAQUIM BERTRAO		717
CRISTIANO MATEUS		739
Manoela D'Ávila		438
[illegible]		562

AUTOR DA EMENDA

8100 - Relator Geral

EMENDA

81001161

MODALIDADE DA EMENDA
A Despesa - de Acréscimo à Despesa

TIPO DE EMENDA
Apropriação - Inclusão

ÁREA DE GOVERNO

MODALIDADE DE INTERVENÇÃO

TIPO DE REALIZAÇÃO PRETENDIDA

LOCALIDADE BENEFICIADA
3200000 - Espírito Santo

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA
M. do Esporte

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO
27.811.0181.7194
Implantação e Estruturação da Vila Olímpica de Linhares - No Estado do Espírito Santo

ESPECIFICAÇÃO DA META
0

QUANTIDADE
0

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R$ 1,00)

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
4 Investimentos	90 Aplic. Diretas	2	2.288.571
	TOTAL		2.288.571

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
027344	100	9 Reserva de Contingência	99 A Definir	0	2	2.288.571
			TOTAL			2.288.571

JUSTIFICATIVA
Alocação de recursos em programação originária do Anexo de Metas e Prioridades da LDO-2008 consignadas no Parecer da CMO relativo ao PPA 2008-2011 (PLN nº 31/2007-CN), para cumprimento do item 27.1.6 da Parte B do Parecer Preliminar.

REQUERIMENTO Nº 73, DE 2008 – CN

Requeiro, nos termos regimentais, que a emenda de nº 81000915, de autoria do Relator-Geral, seja destacada para votação em separado, junto ao Plenário do Congresso Nacional, tendo em vista que o valor concedido não atende as necessidades do seu objeto.

Sala das Sessões, 12 de março de 2008. – Deputada **Rose de Freitas**, PMDB – ES

Apoio ao Req. de Destaque nº , apresentado ao PL nº 30, de 2007 – CN

Parlamentar	Gabinete	Assinatura
Bel Mesquita	505	
João Matos	720	
[illegible]	534	
Fernando Coruja	350	
Marcelo Melo	962	
Antonio Andrade	383	
Carlos Willa	522	
Mauro Lopes	841	
Eduardo Sciplia		
Waldemir Moka	448	
Manoel Salviano	811	
Walter Pinheiro Rodrigo Rocha Loures	274	
Ze Geraldo	632	
Joao Leao	320	
Claudio Cajado	630	
Wandes R. Filho	222	
Paes Landim	643	
Felix Mendonca	915	
Geraldo Carneiro	732	
Edmilson Valentim	442	
Eliziane Padilha	209	

Apoio ao Req. de Destaque n , apresentado ao PL nº 30, de 2007 – CN

Parlamentar	Gabinete	Assinatura
Vicentinho Alves	525	
Pedro Novais	413	
Chico Lopes	205	
Fábio Ramalho	374	N/C
Sarney Filho	202	
Leonardo Picciani	302	
Rosel	928	
Cesar Schirmer	927	
Nelson Trad	452	
Vanessa Grazziotin	319	
Marcelo Ortiz		
Abelardo Lupion	40	
Eduardo Sciarra	544	
Valtenir	622	
Lucenira Pimentel	250	
Irani Barbosa	354	
Manoel Junior	601	
Luciano Castro	348	
Sandro Mabel	443	

Parlamentar	Gabinete	Assinatura
Jaqueline Roriz	429	
JOSÉ BANDEIRA	954	
Luiz Couto	442	

DEPUTADO	ASSINATURA	GABINETE
Carlos A. Leréia		830
Giacobo		762
Jean Valinte		760
Wilson Braga		642
Leonardo Monteiro		922
Walney Rocha		956
Sebastião Madeira		405
Jaime Martins		333
Lazaro Botelho		278
Ayrton Xerez		917
Virgílio Guimarães		275
Lúcio Vale		279
Jorge Khoury		715

DEPUTADO	ASSINATURA	GABINETE
Marco Maia		714
Camilo Cola		822
Adão Pretto		271
Carina Luciano		
Jose Eduardo		323
Sandro Mabel		1413

DEPUTADO	ASSINATURA	GABINETE	
Sebastião Rocha		608	
Zé Geraldo		266	
Sergio Petecão		335	NIC
~~Moyses Sabrosa~~ Mendonça Prado		504	
Eudes Xavier		472	
Odair Cunha		556	
Aníbal Gomes		731	
Mendes R. Filho		222	
Geraldo Carneiro		732	
Reinaldo Nogueira		839	
Fco Rodrigues		304	
Silvinho Peccioli		573	
Olavo Calheiros		907	
Paulo H. Lustosa		945	
~~Medeiros Jr~~ Walter Ihoshi		446	
Ricardo Barros		341	NIC
Édmar Moreira		606	
Edgar Moury		612	NIC

DEPUTADO	ASSINATURA	GABINETE
Luiz Carlos Busato		570
~~Angela Portela~~		806
Felipe Bornier		213
Carlos Zarattini		807
Beto Albuquerque		583
Devanir Ribeiro		537
Cesar Silvestri		221
Luiz Bassuma		626
Gladson Cameli		956
Paulo Rubem		617
Marcondes Gadelha		214
Vicentinho		740
Guilherme Campos		367
Eduardo Valverde		435

DEPUTADO	ASSINATURA	GABINETE	
Zé Geraldo		266	
Dercio Beltrão		335	NIC
Manoel Salviano		506	
Luiz Xavier		472	
Odair Cunha		556	
Aníbal Gomes		731	
Nilton R. Filho		222	NIC
Geraldo Caumbas		732	
Reinaldo Nogueira		839	
Fco Rodrigues		304	NIC
Silvinho Peccioli		573	
Flavio Calheiros		907	
Paulo Lustosa		945	
Ulderico Pinto		446	
Ricardo Berzoini		544	
Fabio Souza		602	*
Edgar Moura Branco		612	NIC

DEPUTADO	ASSINATURA	GABINETE
Luis C. Busato		570
Domingos Dutra		806
Felipe Bornier		213
Carlos Zarattini		807
Beto Faro		583
Deonisio Ribeiro		537
Cezar Silvestri		291
Carlos Alberto Canuto		626
Gladson Cameli		956
Paulo Piau		617
Marcondes Gadelha		214
Vicentinho		740
Guilherme Campos		367
Eduardo Valverde		435

DEPUTADO	ASSINATURA	GABINETE
Sérgio Brito		638
Maurício Rands		562
José Paulo Tapajós		362
Betinha Rosado		366
José Carlos Vieira		925
Nelson Bornier		240
Augusto Farias		572
Joaquim Beltrão		717
Cristiano Matheus		739
Manoela		438

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

AUTOR DA EMENDA

8100 - Relator Geral

EMENDA

81000915

MODALIDADE DA EMENDA
À Despesa - de Acréscimo à Despesa

TIPO DE EMENDA
Apropriação - Inclusão

ÁREA DE GOVERNO

MODALIDADE DE INTERVENÇÃO

TIPO DE REALIZAÇÃO PRETENDIDA

LOCALIDADE BENEFICIADA
3204559 - Santa Maria de Jetibá

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA
M. da Educação

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO
12.363.1062.7G47
Construção e Implantação da Escola Agrotécnica Federal de Santa Maria de Jetibá, no Estado do Espírito Santo

ESPECIFICAÇÃO DA META
0

QUANTIDADE
0

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R$ 1,00)

GND		MOD. APLICAÇÃO		RP	Valor Acrescido
4	Investimentos	90	Aplic. Diretas	2	2.288.571
			TOTAL		2.288.571

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND		MOD. APLICAÇÃO		ID	RP	Valor Deduzido
027344	100	9	Reserva de Contingência	99	A Definir	0	2	2.288.571
					TOTAL			2.288.571

JUSTIFICATIVA

Alocação de recursos em programação originária do Anexo de Metas e Prioridades da LDO-2008 consignadas no Parecer da CMO relativo ao PPA 2008-2011 (PL nº 31/2007-CN), para cumprimento do item 27.1.6 da Parte B do Parecer Preliminar.

REQUERIMENTO Nº 74, DE 2008-CN

Requeiro, nos termos regimentais, que a emenda de nº 81000916, de autoria do Relator-Geral, seja destacada para votação em separado, junto ao Plenário do Congresso Nacional, tendo em vista que o valor concedido não atende as necessidades do seu objeto.

Sala das Sessões, 12 de março de 2008. – Deputada **Rose de Freitas**, PMDB – ES.

Apoio ao Req. de Destaque nº , apresentado ao PL nº 30, de 2007 – CN

Parlamentar	Gabinete	Assinatura

Parlamentar	Gabinete	Assinatura
Celso Russomanno	209	
Pedro Novais	513	
Leila Barros	374	
[illegible]	209	
Eduardo Barbosa	502	
Ibsen	928	
Cezar Schirmer	521	
[illegible]	452	
[illegible]	379	
Marcelo Teixeira	219	
José Rossi	542	
[illegible]	622	
Ludovico Pinheiro	250	
[illegible]	354	
[illegible]	601	
Luciano Castro	306	
Dimas Ramalho	443	

Parlamentar	Gabinete	Assinatura
	959	
	954	
	939	
LUIZ COUTO	442	

DEPUTADO	ASSINATURA	GABINETE
		966
		335
		833
		762
		716 2º
		642
		922
		405
		333
		288
		917
		225
		279
		715

DEPUTADO	ASSINATURA	GABINETE

DEPUTADO	ASSINATURA	GABINETE

DEPUTADO	ASSINATURA	GABINETE

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

AUTOR DA EMENDA

8100 - Relator Geral

EMENDA

81000916

MODALIDADE DA EMENDA
À Despesa - de Acréscimo à Despesa

TIPO DE EMENDA
Apropriação - Inclusão

ÁREA DE GOVERNO

MODALIDADE DE INTERVENÇÃO

TIPO DE REALIZAÇÃO PRETENDIDA

LOCALIDADE BENEFICIADA
3205200 - Vila Velha

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA
M. do Esporte

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO
27.811.0181.7G48
Implantação e Estruturação da Vila Olímpica de Vila Velha - No Estado do Espírito Santo

ESPECIFICAÇÃO DA META
0

QUANTIDADE
0

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R$ 1,00)

GND		MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
4	Investimentos	90 Aplic. Diretas	2	2.288.571
			TOTAL	2.288.571

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND		MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
027344	100	9	Reserva de Contingência	99 A Definir	0	2	2.288.571
					TOTAL		2.288.571

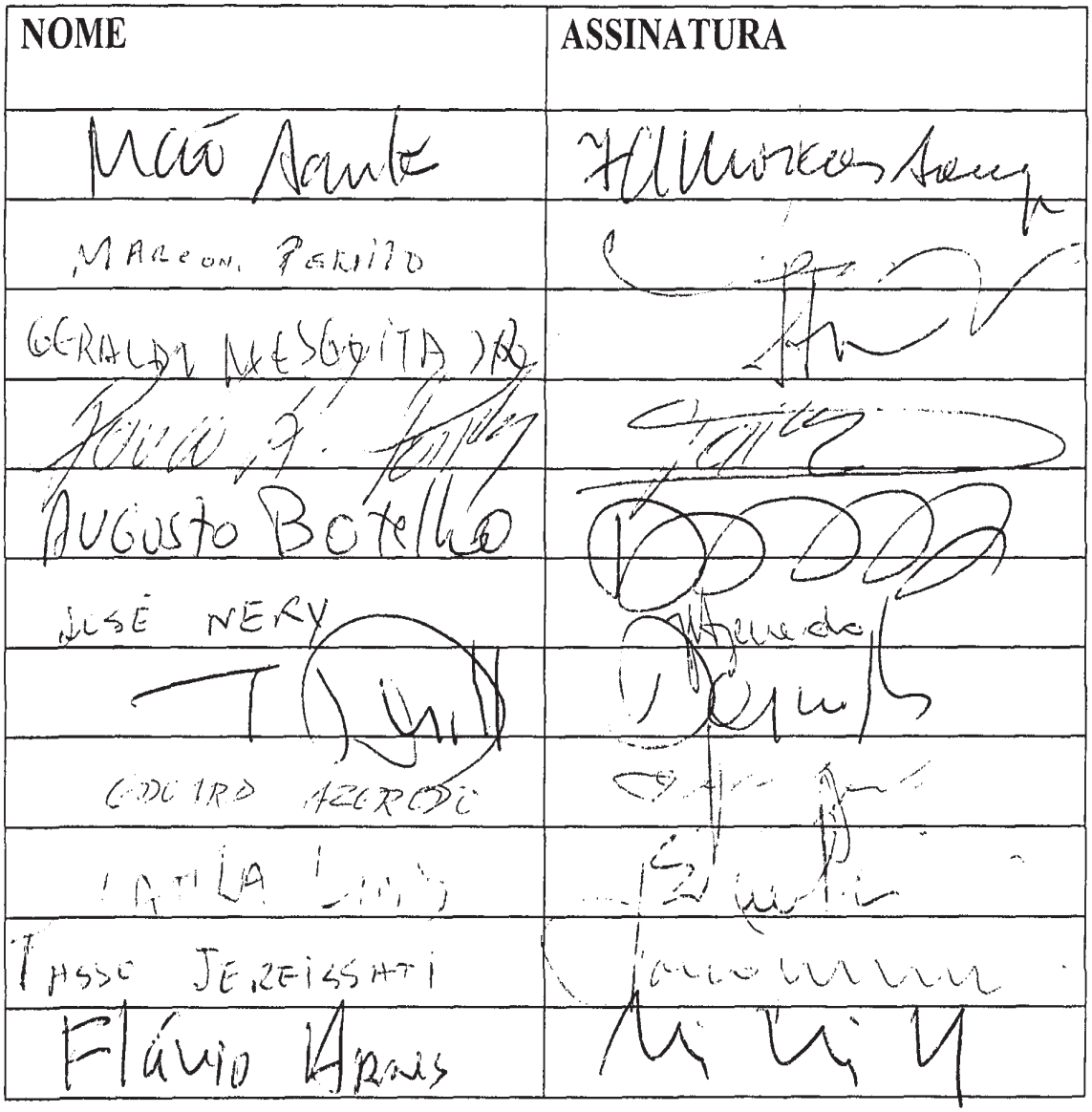
JUSTIFICATIVA

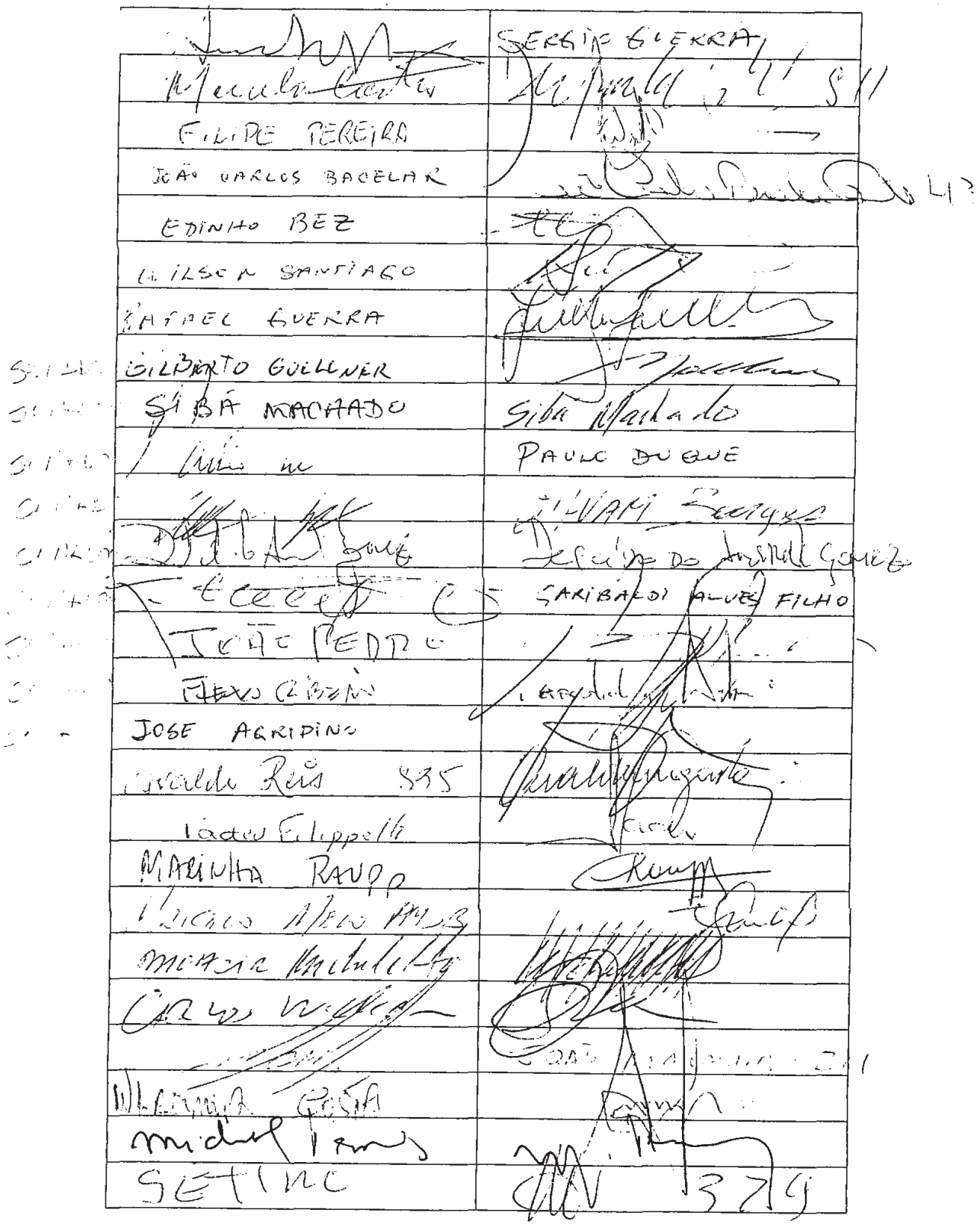
Alocação de recursos em programação originária do Anexo de Metas e Prioridades da LDO-2008 consignadas no Parecer da CMO relativo ao PPA 2008-2011 (PL nº 31/2007-CN), para cumprimento do item 27.1.6 da Parte B do Parecer Preliminar.

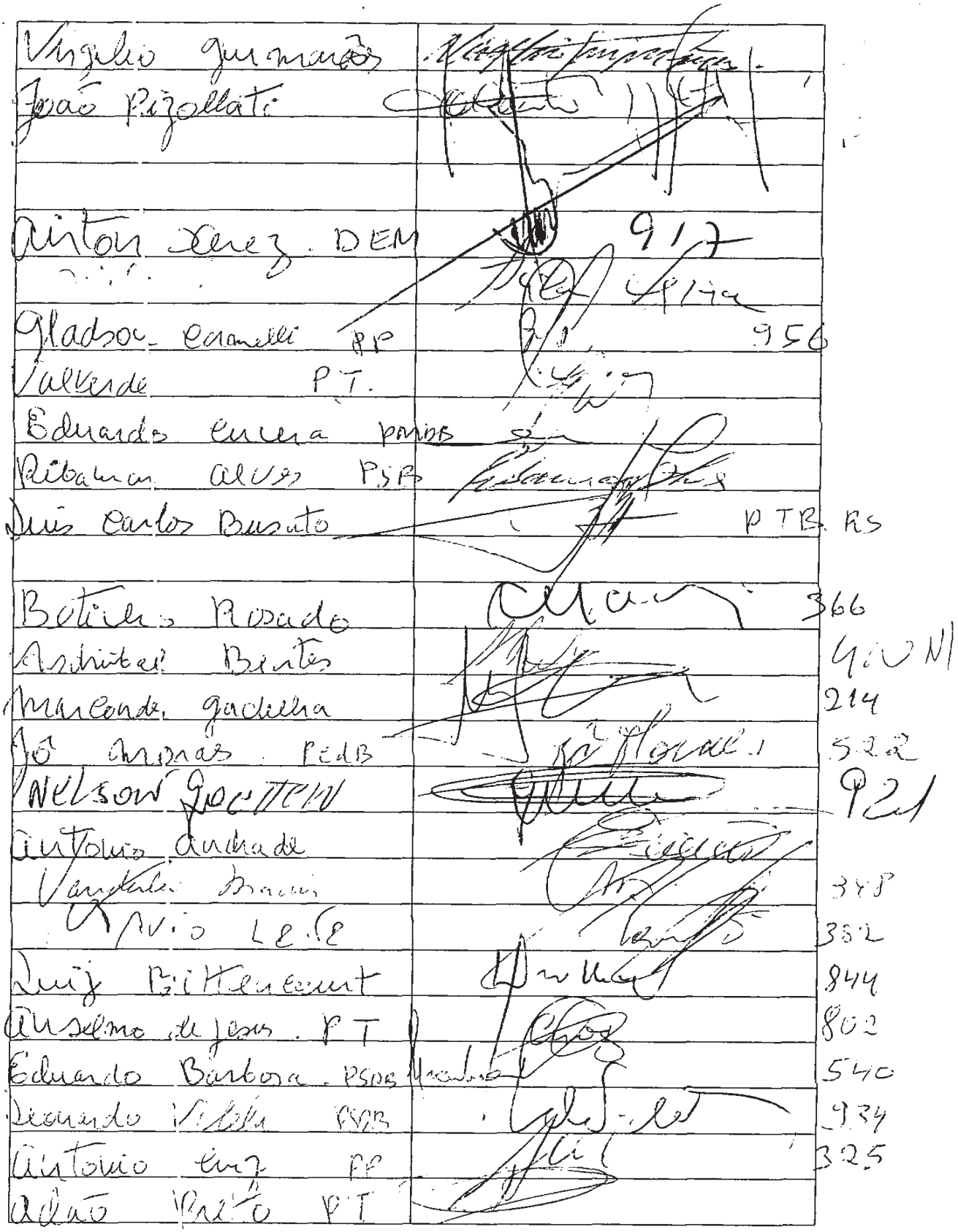
REQUERIMENTO Nº 75, DE 2008-CN

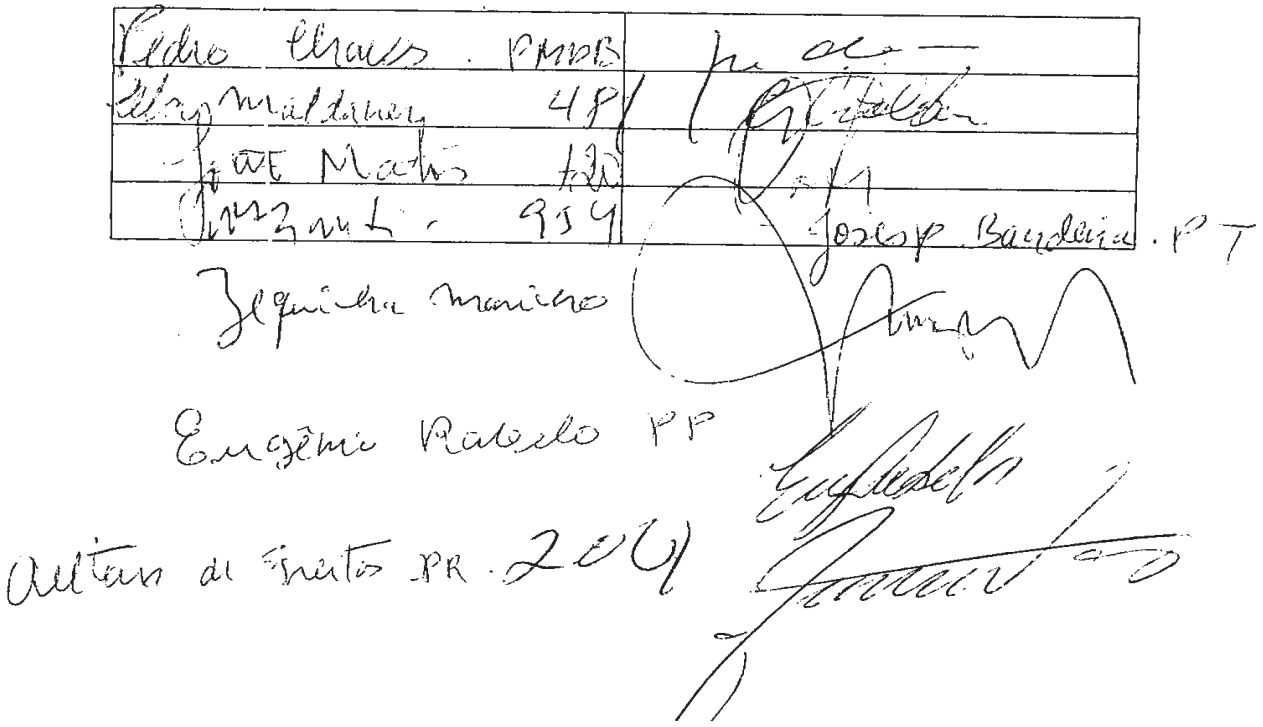
Requeremos, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda Individual nº 20310005 – PLOA/2008. Apoio a Geração de Empreendimentos Produtivos em Espaços Sub-Regionais – Funcional Programática nº 11.334.1025.6591 Ministério da Integração Nacional – Onde se lê Modalidade de Aplicação 40 (municípios); leia-se 30 (Estado).

Sala das Sessões, 12 de março de 2008. – Senador **Mão Santa.**




SERGIO GUERRA
FILIPE PEREIRA
JOÃO CARLOS BACELAR
EDINHO BEZ
GILSON SANTIAGO
RAFAEL GUERRA
GILBERTO GOELLNER
SIBÁ MACHADO
PAULO DUQUE
SARIBALDI ALVES FILHO
JOSE AGRIPINO
MARINHA RAUPP
SETINC





ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENTA
integração nacional

MODALIDADE DA EMENDA
Individual

TIPO DE EMENDA
Aprop.- Inclusão

ÁREA DE GOVERNO
Irrigação e Integração Nacional

MODALIDADE DE INTERVENÇÃO
078 Apoio a/o/aos

TIPO DE REALIZAÇÃO PRETENDIDA
675 Empreend.Produtivos/Espaços Sub-Regionais

LOCALIDADE BENEFICIADA
2200000 - Piauí

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA
M. da Integração Nacional

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO
11.334.1025.6591
Apoio à Geração de Empreendimentos Produtivos em Espaços Sub-Regionais
nos municipios - No Estado do Piauí

ESPECIFICAÇÃO DA META
Empreendimento gerado(unidade)

QUANTIDADE
2.000

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R$ 1,00)

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
4 Investimentos	40 Transf. a Municípios	2	2.000.000
		TOTAL	2.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
020000	100	9 Reserva de Contingência	99 A Definir	0	2	2.000.000
				TOTAL		2.000.000

JUSTIFICATIVA
A presente emenda tem por finalidade apoiar projetos voltados para varias atividades nos municipios do estado do paiui. A atividade anseia por projetos de melhorias da qualidade de vida dos municipios aprimorando a elevação de índices socioeconomicos, acarretando dessa forma o aumento da renda e qualidade de vidas das familias sertanejas.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA Francisco de Assis do Nascimento Sobrinho
2031 - Mão Santa

REQUERIMENTO Nº 76, DE 2008-CN

Estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2008

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 132 da Resolução nº 1, de 2006-CN, **DESTAQUE** para votação da emenda de minha autoria nº 25120007 (Apoio a Projetos de Infra-estrutura Turística / No Estado do Rio de Janeiro) , apresentada ao PLN 30/2007 – Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2008, aprovada na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, de acordo com os valores abaixo, sem implicar em acréscimo no montante dos recursos destinados às Emendas Individuais, tampouco alteração no subtítulo.

ACRÉSCIMO:

Emenda	GND	Mod. Apl.	Fonte	Valor a ser acrescido
25120007	4	40	100	R$ 500.000,00

CANCELAMENTO COMPENSATÓRIO:

Emenda	GND	Mod. Apl.	Fonte	Valor a ser reduzido
25120006	3	50	100	R$ 500.000,00

Sala das Sessões, em 12 de Março de 2008

Dep. PASTOR MANOEL FERREIRA

Nº	Nome do Parlamentar	Assinatura
01		
02		
03		
04		
05		
06		
07		
08		
09		
10		
11		
12		
13		
14		
15		
16		
17		
18		
19		
20		
21		
22		
23		
24		

823

Nº	Nome do Parlamentar	Assinatura
24	TATICO 602	
25	CLAUDIO DIAZ	
26	SILVIO COSTA	
27	ROSE DE FREITAS	
28	EDMILSON VALENTIM	
29	MARCELO CASTRO	
30	FERNANDO GABEIRA 435	
31	VILSON 622	
32	BRUNO RODRIGUES 585	
33	ADÃO PRETTO 585	273
34	DONADON CAPITÃO 424	
35	TAKAYAMA	910
36	CARLOS ALBERTO LEREIA	830
37	RUDNEI DIAS	
38	GAB. 703	
39	MARCOS MEDRADO	276
40	VITAL DO REGO 264	
41	GAB 433	EDUARDO SCIARRA
42	LEONARDO MONTEIRO	571
43	GAB. 917	
44	GAB. 709	
45	GAB 714	
46	422	
47	EDUARDO VALVERDE	
48	GAB 729	720
49	413	413
50	927 - 927	

Nº	Nome do Parlamentar	Assinatura
	CORUJA	
51	Rogerio Lopes	
52.	Vanessa Grazziotin - 843	
53	~~402~~	
54	322	
55	941	
56	638	
57	628	
58	ZONTA 724	
59	938	
60.	334	
61	716	
62 475	João Oliveira	
63 820	MARCELO ALMEIDA 820	
64	Gilmar Machado 262	
65	482	
66	Gonzaga Patriota 430	
67	F. Ferro 427	
68		
69		
70		

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 00:0 / 2007 - LOA

Data: 14/11/2007
Hora: 18:36
Página: 12 de 13

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENTA
TURISMO INST. CTO ED CAR

MODALIDADE DA EMENDA
Individual

TIPO DE EMENDA
Aprop. - Inclusão

ÁREA DE GOVERNO
Turismo

MODALIDADE DE INTERVENÇÃO
591 - Promoção/Fomento do...

TIPO DE REALIZAÇÃO PRETENDIDA
261 - Eventos Turísticos

LOCALIDADE BENEFICIADA
5300000 - Distrito Federal

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA
M. do Turismo

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO
23.695.1166.4620
Promoção de Eventos para Dinamização do Turismo Interno
Instituto Educar e Crescer, Promoção e Divulgação de Eventos, na SCS, quadra 01, bloco C, sala 1301 a 1303, ed Antônio Venancio da Silva, Brasília - Distrito Federal

ESPECIFICAÇÃO DA META
Evento realizado(unidade)

QUANTIDAD

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R$ 1,00)

GND		MOD. APLICAÇÃO		RP	Valor Acrescido
4	Outras Despesas Co	50	Transf. a Inst. Privadas	2	500.000
			TOTAL		500.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND		MOD. APLICAÇÃO		ID	RP	Valor Deduzido
0	00	9	Reserva de Contingência	99	A Definir	0	2	500.000
					TOTAL			500.000

TIPO DA SUBVENÇÃO
Estado

BENEFICIÁRIOS

CNPJ
07.[illegible]/0001-11

NOME
INSTITUTO EDUCAR E CRESCER

ENDEREÇO
SETOR COMERCIAL SUL Q. 01 BL. C SALA 1301 a 1303 ed. Antônio Venancio Silva Brasília - DF

RESPONSÁVEIS

CPF
78.537.681-02

NOME
IDALBY CRISTINE MORENO

JUSTIFICATIVA

ESTA EMENDA TEM COMO OBJETIVO APOIAR A PROMOÇÃO DE EVENTOS REALIZADOS PELO INSTITUTO EDUCAR E CRESCER.
BENEFICIÁRIO: INSTITUTO EDUCAR E CRESCER
CNPJ 07.[illegible]/0001-11
ENDEREÇO: SETOR COMERCIAL SUL Q. 01 BL. C SALA 1301 a 1303
REPRESENTANTE: CRISTINE MORENO RAMOS
CPF: 78.537.681-02

ESTE DOCUMENTO É APENAS UMA APROVAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA [illegible]

AUTOR DA EMENDA
Deputado Manoel Ferreira

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0030 / 2007 - LOA

Data: 14/11/2
Hora: 19:30
Página: 1 de 2

RECIBO DE ENTREGA DE EMENDAS À LOA

EMENDA DE REMANEJAMENTO DE DESPESA

NÚMERO EMENDA	UO	TÍTULO	LOCALIDADE	VALOR DO ACRÉSCIMO

EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

NÚMERO EMENDA	UO	TÍTULO	LOCALIDADE	VALOR DO ACRÉSCIMO
1	22101	Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário - Apoiar projetos no setor Agropecuário nos Municípios - No Estado do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro (UF)	1.000.000
2	38901	Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores para o Acesso e Manutenção ao Emprego, Trabalho e Renda em Base Setorial (PlanSeQs) - APOIO A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL - No Estado do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro (UF)	1.000.000
3	55901	Estruturação da Rede de Serviços da Proteção Social Especial - Apoio ao Projeto Resgatando Vidas da Ass. Beneficiente Evangélica da Assembléia de Deus de Palmas - No Estado do Tocantins - TO	Tocantins (UF)	300.000
4	36901	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica da Saúde - No Estado do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro (UF)	1.200.000
5	54101	Promoção de Eventos para Divulgação do Turismo Interno - Apoio ao Congresso de Obreiro em Omenagem aos 48 anos de Brasília da Igrja Evangélica Assembléia de Deus, na AV W 05 SUL Q. 910 LOTES33/34 Brasília DF - No Distrito Federal	Distrito Federal (UF)	300.000
✓ 6	54101	Promoção de Eventos para Divulgação do Turismo Interno - Instituto Educar e Crescer, Promoção e Divulgação de Eventos, na SCS, quadra 01, bloco C, sala 1301 a 1303 ed.Antônio Venâncio da Silva Brasília - DF - No Distrito Federal	Distrito Federal (UF)	500.000
✓ 7	54101	Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística - Implantação de Projetos de Infra-Estrutura Turística em Municípios - Em Municípios do Estado do Rio de Janeiro - No Estado do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro (UF)	1.000.000
✓ 8	54101	Promoção de Eventos para Divulgação do Turismo Interno - Promoção de Eventos para divulgação do Turismo Interno Razão Social:Igreja Evangélica Tabernáculo de Jesus - CNPJ:00.113.233/0001 -09	Distrito Federal (UF)	300.000

AUTOR DA EMENDA

2812 - Rogerio Manoel Ferreira

Autor: _____ Credenciado: _____ P. 17739

Chave de Segurança: 10357 Lote: 815

REQUERIMENTO Nº 77, DE 2008-CN

Requer destaque para votação em separado do subtítulo02.122.0565.11CD.0101 do Projeto de Lei nº 30/2007–CN (LOA 2008).

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 132, da Resolução nº 1/2006, combinado com o art. 50 do Regimento Comum, que seja submetida a votos o subtítulo 2.122.0565.11CD.0101 – Recuperação e Modernização das Instalações do Supremo Tribunal Federal / Em Brasília – DF, constante do Projeto de Lei original nº 30/2007-CN (LOA 2008), enviado pelo Poder Executivo, seqüencial nº 73, constante do programa de trabalho do Supremo Tribunal Federal, órgão/unidade orçamentária 10101.

Sala das Sessões, 12 de março de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, PSDB/AM.

SENADORES

NOME PARLAMENTAR	ASSINATURA
SEN. JOSÉ AGRIPINO	
SEN. SÉRGIO GUERRA	
SEN. Mário Couto	

NOME PARLAMENTAR	ASSINATURA
Sen. Aníbal	
Celestino Machado	
Nelito Neto	
Emanuel Fernandes	
BRUNO RODRIGUES	
CLÁUDIO DIAZ	
EDSON [illegible] DO	
Roberto Rocha	
LÁZARO BOTELHO	
ANDREIA ZITO	
Silvio Torres	
Mario Reinaldo	
Silvio Lopes	
Bonifácio de Andrada	
Tina Maia	
Flaudio Cajado	
EDMILSON COUTINHO	
BRUNO ARAÚJO	
GUSTAVO FRUET	
AYRTON XEREZ	
Roberto Rocha	

NOME PARLAMENTAR	ASSINATURA
Ricardo Vilela	
[illegible]	
[illegible]	3779
[illegible]	434
Sarney Filho	
José Carlos	
Paulo Renato Souza	
[illegible]	
José Carlos Aleluia	
[illegible]	
Paulo Abi-Ackel	
Fábio Faria	
Nelson Meurer 946	
[illegible]	
Rafael Guerra	
Renato Amary	
[illegible]	
Fernando Chiarelli	
Pinto Itamaraty	

Carlos Alberto Leréia	
J. Almeida	
Ruy Pauletti	
[illegible]	
Wandenkolk Gonçalves	237
Wilson Piazza	
[illegible]	
Eduardo Barbosa	

Relatoria Geral - Demonstrativo analítico das alterações da proposta Orçamentária da União para 2008 *por UO/Programa/Subtítulo* Orçamento Fiscal e Seguridade Social (em R$ 1,00)

O Func. Programática Seq. I	Título/Subtítulo/Meta	E G R M I F S N P A U T F D E	PL 030/2007 (A)	RELAT. SETORIAL (B)	ACRÉSCIMO (C)	CANCELAMENTO (D)	SUBSTITUTIVO (E) = (B) + (C) - (D)
Unidade Orçamentária:	**03101 Tribunal de Contas da União**						
	Controle da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa/Nacional(Meta : - -/-)						
01.212 0681.0407.0001 000892	Contribuição à Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores - INTOSAI/Nacional(Meta : - -/-)	1 3 2 80 0 100	7.200	7.200	0	0	7.200
01.212 0681.0408.0001 000893	Contribuição à Organização Latino-Americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores - OLACEFS/Nacional(Meta : - -/-)	1 3 2 80 0 100	19.200	19.200	0	0	19.200
Programa: 0906 Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações)			*1.115.527*	*1.115.527*	*0*	*0*	*1.115.527*
28.844 0906.0284.0001 000894	Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa/Nacional(Meta : - -/-)	1 2 0 90 0 100	533.173	533.173	0	0	533.173
		1 6 0 90 0 100	582.354	582.354	0	0	582.354
TOTAL DA UO:			1.096.191.116	1.080.441.116	0	35.386.737	1.045.054.379
Unidade Orçamentária:	**10101 Supremo Tribunal Federal**						
Programa: 0089 Previdência de Inativos e Pensionistas da União			*82.145.676*	*82.145.676*	*0*	*270.024*	*81.875.652*
09.272 0089.0C05.0001 000064	Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações no âmbito dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União - Aposentadorias, Reformas e Pensões/Nacional(Meta : - -/-)	2 1 1 90 0 151	346.572	346.572	0	146.250	200.322
		2 1 1 90 0 156	293.311	293.311	0	123.774	169.537
09.272 0089.0396.0001 000063	Pagamento de Aposentadorias e Pensões/Nacional(Meta : 1.154 Pessoa beneficiada/unidade)	2 1 1 90 0 153	35.238.540	35.238.540	0	0	35.238.540
		2 1 1 90 0 156	20.114.211	20.114.211	0	0	20.114.211
		2 1 1 90 0 169	26.153.042	26.153.042	0	0	26.153.042
Programa: 0565 Prestação Jurisdicional no Supremo Tribunal Federal			*345.172.287*	*345.172.287*	*12.230.488*	*44.436.169*	*312.966.606*
02.061 0565.0C04.0001 000076	Criação e/ou Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações no âmbito dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União/Nacional(Meta : - -/-)	1 1 1 90 0 100	7.215.185	7.215.185	0	3.598.636	3.616.549
		1 1 1 90 0 900	10.000.000	10.000.000	0	4.987.587	5.012.413
02.061 0565.2E23.0001 027398	Designação de Magistrados para Funcionarem como Juízes Auxiliares do STF/Nacional(Meta : 250 Processo julgado/unidade)	1 1 1 90 0 900	0	0	500.000	0	500.000
02.061 0565.6359.0001 000072	Apreciação e Julgamento de Causas no Supremo Tribunal Federal/Nacional(Meta : 108.000 Processo julgado/unidade)	1 1 1 90 0 100	48.639.415	48.639.415	0	0	48.639.415
		1 1 1 91 0 100	990.000	990.000	0	0	990.000
		1 3 2 90 0 100	69.651.390	69.651.390	0	16.721.482	52.929.908
		1 4 2 90 0 100	11.500.000	11.500.000	0	0	11.500.000
		1 3 2 90 0 127	11.288.214	11.288.214	0	0	11.288.214
		1 3 2 90 0 175	2.667.810	2.667.810	0	0	2.667.810
		1 1 1 90 0 900	75.000.000	75.000.000	0	500.000	74.500.000
		1 3 2 90 0 900	0	0	8.360.741	0	8.360.741
02.122 0565.09HB.0001 000075	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais/Nacional(Meta : - -/-)	1 1 0 91 0 100	7.983.193	7.983.193	0	0	7.983.193
		1 1 0 91 0 900	13.000.000	13.000.000	0	0	13.000.000
02.122 0565.11CD.0101 000073	Recuperação e Modernização das Instalações do Supremo Tribunal Federal/Em Brasília - DF(Meta : 28 Edifício recuperado/% de execução física)	1 3 2 90 0 100	1.350.000	1.350.000	0	1.350.000	0
		1 4 2 90 0 100	8.650.000	8.650.000	0	8.650.000	0
02.122 0565.20AK.0001 000069	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente da Criação e/ou Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos e Carreiras e Reajuste de Remunerações/Nacional(Meta : - -/-)	1 1 0 91 0 100	1.487.341	1.487.341	0	741.825	745.516
		1 1 0 91 0 900	2.300.000	2.300.000	0	1.147.145	1.152.855
02.126 0565.1C15.0001 000074	Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação no Supremo Tribunal Federal (e-jus)/Nacional(Meta : 6 Sistema Implantado/% de execução física)	1 3 2 90 0 100	3.257.153	3.257.153	0	651.430	2.605.723
		1 4 2 90 0 100	2.200.000	2.200.000	0	0	2.200.000
		1 3 2 90 0 900	0	0	325.715	0	325.715
02.128 0565.4091.0001 000071	Capacitação de Recursos Humanos/Nacional(Meta : 1.208	1 3 2 90 0 100	1.200.000	1.200.000	0	0	1.200.000

OI: Indicador de Obra Irregular (S = SIM)
Esfera: 1-Fiscal 2-Seguridade Social 3-Inv. Estatais. IU(Identificador de Uso): 0-ao país 1-Contrapartida para o BIRD 2-Contrapartida para o BID 3-Outras Contrapartidas 4-No Exterior
GND(Grupo Natureza Despesa): 1-Pessoal e Encargos Sociais 2-Juros e Encargos 3-Outras Desp. Correntes 4-Investimentos 5-Inversões Financeiras 6-Amort. da Dívida 9-Reserva de Contingência
Mod. de Aplicação: 30-Estados/DF 40-Municípios 50-Entidade Privada 90-União 99-a definir
RP(Tipo de Despesa para fins de apuração do Resultado Primário): 0-Financeira 1-Primária Obrigatória 2-Primária Discricionária 3-Projeto-Piloto de Investimentos Públicos - PPI

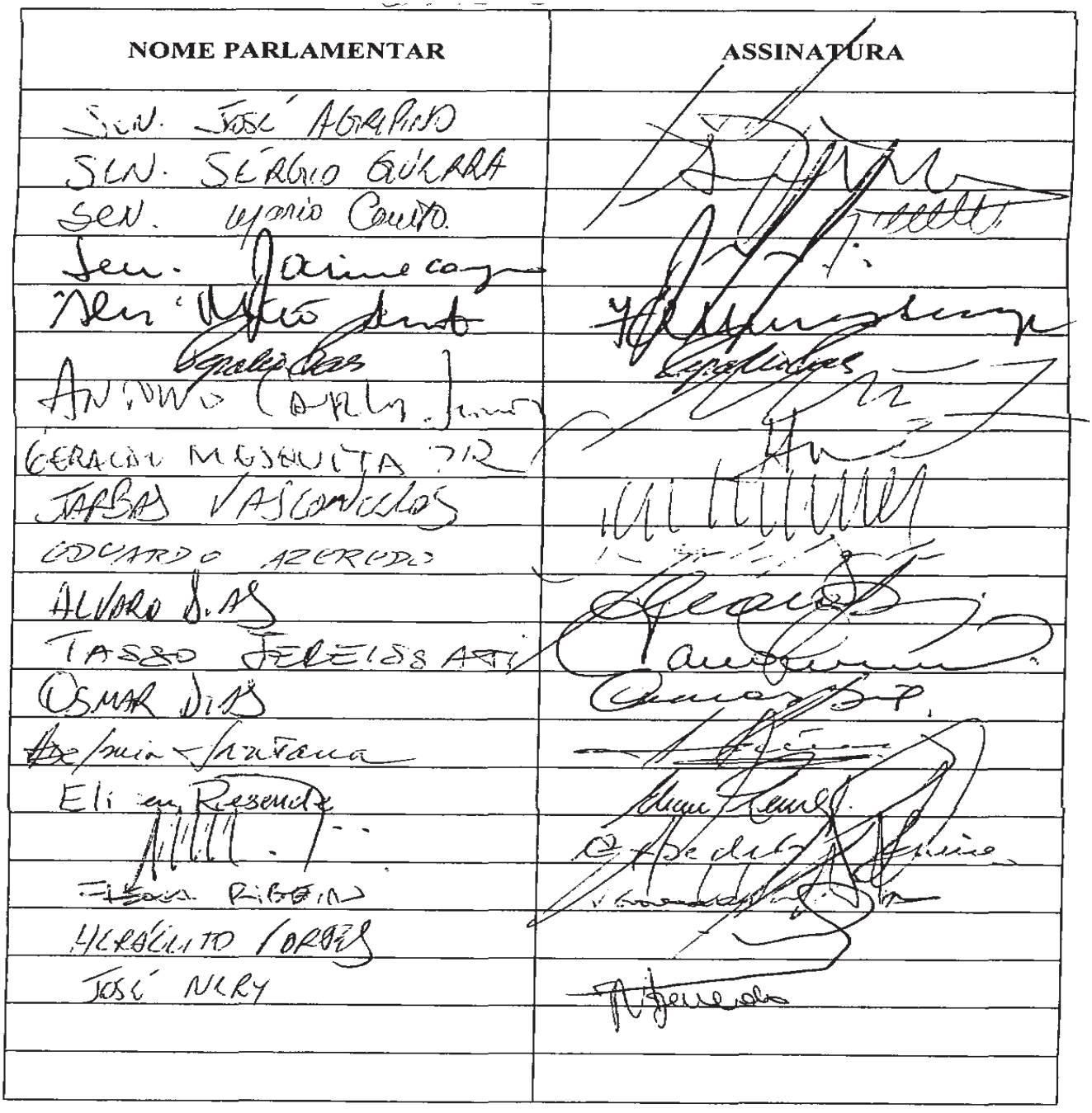
REQUERIMENTO Nº 78, DE 2008–CN

Requer destaque para votação em separado do subtítulo 02.122.0569.11S2.0101 do Projeto de Lei nº 30/2007-CN (LOA 2008).

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 132, da Resolução nº 1/2006, combinado com o art. 50 do Regimento Comum, que seja submetida a votos o subtítulo 2.122.0569.11S2.0101 – Construção do Edifício-Sede do Conselho da Justiça Federal de Brasília – DF/Em Brasília – DF, constante do Projeto de Lei original nº 3012007–CN (LOA 2008), enviado pelo Poder Executivo, seqüencial nº 000136, constante do programa de trabalho da Justiça Federal de Primeiro Grau, órgão/unidade orçamentária 12101.

Sala das Sessões, 12 de março de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, PSDB – AM.



NOME PARLAMENTAR	ASSINATURA
José Aníbal	
Sebastião Madeira	
Rebelo Neto	
Eduardo Fernandes	
Bruno Rodrigues	
Cláudio Diaz	
Edson Araújo	
Lázaro Botelho	
Andreia Zito	
Sérgio Torres	
Mario Reinaldo	
Silvio Lopes	
Bonifácio de Andrada	
Lira Maia	
Claudio Cajado	
Leonardo Quintão	
Bruno Araújo	
Gustavo Fruet	
Ayrton Xerez	
Roberto Rocha	

NOME PARLAMENTAR	ASSINATURA
Leonardo Vilela	

NOME PARLAMENTAR	ASSINATURA
EDUARDO BARBOSA	

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatoria Geral - Demonstrativo analítico das alterações da proposta Orçamentária da União para 2008 por UO/Programa/Subtítulo Orçamento Fiscal e Seguridade Social (em R$ 1,00)

O Func. Programática I	Seq.	Título/Subtítulo/Meta	ESNFD	GRPA	MAU	FT E	PL 030/2007 (A)	RELAT. SETORIAL (B)	ACRÉSCIMO (C)	CANCELAMENTO (D)	SUBSTITUTIVO (E) = (B) + (C) - (D)
Unidade Orçamentária:		**12101 Justiça Fed. de Primeiro Grau**									
02.122 0569.1B1S.0101	000141	Construção do Edifício Anexo da Justiça Federal em Campina Grande - PB/No Município de Campina Grande - PB(Meta : 1B Anexo construído/% de execução física)	1	4 2	90	0 100	1.000.000	1.000.000	0	0	1.000.000
02.122 0569.1N95.0101	000142	Aquisição de Edifício-Sede da Subseção Judiciária de Altamira - PA/No Município de Altamira - PA(Meta : 1 Edifício adquirido/unidade)	1	5 2	90	0 100	430.000	430.000	0	0	430.000
02.122 0569.10AQ.0101	000129	Construção de Edifício-Sede de Seção Judiciária de Rondonópolis - MT/No Município de Rondonópolis - MT(Meta : 13 Edifício construído/% de execução física)	1	4 2	90	0 100	772.663	772.663	0	0	772.663
02.122 0569.10A3.0101	000128	Recuperação da Estrutura do Edifício-Sede da Seção Judiciária no Recife-PE/No Município de Recife - PE(Meta : 60 Estrutura recuperada/% de execução física)	1	4 2	90	0 100	1.500.000	1.500.000	0	0	1.500.000
02.122 0569.102Y.0101	000123	Construção de Edifício-Sede da Justiça Federal em Rio Grande - RS/No Município de Rio Grande - RS(Meta : 26 Edifício construído/% de execução física)	1	4 2	90	0 100	4.467.590	4.467.590	0	0	4.467.590
02.122 0569.103C.0101	000124	Construção de Edifício-Sede da Justiça Federal em Três Lagoas - MS/No Município de Três Lagoas - MS(Meta : 9 Edifício-sede construído/% de execução física)	1	4 2	90	0 100	827.254	827.254	0	0	827.254
02.122 0569.103D.0101	000125	Construção de Edifício-Sede da Justiça Federal em São José dos Campos - SP/No Município de São José dos Campos - SP(Meta : 8 Edifício-sede construído/% de execução física)	1	4 2	90	0 100	1.000.000	1.000.000	0	0	1.000.000
02.122 0569.103E.0105	000126	Construção da Edifício-Sede da Justiça Federal em São Pedro da Aldeia - RJ/No Município de São Pedro da Aldeia - RJ(Meta : 47 Edifício construído/% de execução física)	1	4 2	90	0 100	1.815.000	1.815.000	0	0	1.815.000
02.122 0569.105A.0101	000127	Construção de Edifício-Sede da Seção Judiciária em Fortaleza-CE/No Município de Fortaleza - CE(Meta : 20 Edifício construído/% de execução física)	1	4 2	90	0 100	2.000.000	10.000.000	0	0	10.000.000
02.122 0569.11JL.0101	000131	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Foz do Iguaçu - PR/No Município de Foz do Iguaçu - PR(Meta : 1 Edifício construído/% de execução física)	1	4 2	90	0 100	200.000	200.000	0	0	200.000
02.122 0569.11KR.0101	000132	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Blumenau - SC/No Município de Blumenau - SC(Meta : 1 Edifício construído/% de execução física)	1	4 2	90	0 100	200.000	100.000	0	0	100.000
02.122 0569.11K2.0101	000133	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Maringá - PR/No Município de Maringá - PR(Meta : 1 Edifício construído/% de execução física)	1	4 2	90	0 100	200.000	100.000	0	0	100.000
02.122 0569.11RP.0101	000134	Construção de Edifício-Sede da Justiça Federal em Uberaba - MG/No Município de Uberaba - MG(Meta : 1B Edifício-Sede Construído/% de execução física)	1	4 2	90	0 100	2.331.115	2.331.115	0	0	2.331.115
02.122 0569.11RQ.0101	000135	Reforma do Fórum de Execução Fiscal em São Paulo - SP/No Município de São Paulo - SP(Meta : 51 Fórum reformado/% de execução física)	1	4 2	90	0 100	3.375.000	3.375.000	0	0	3.375.000
02.122 0569.11S2.0101	000136	Construção do Edifício-Sede do Conselho da Justiça Federal em Brasília - DF/Em Brasília - DF(Meta : 12 Edifício construído/% de execução física)	1	4 2	90	0 100	15.000.000	7.500.000	0	7.500.000	0
02.122 0569.1116.0001	000130	Modernização de Instalações da Justiça Federal/Nacional(Meta : 50 Instalação modernizada/unidade)	1	3 2	90	0 100	2.822.412	2.822.412	0	0	2.822.412
			1	4 2	90	0 100	5.153.582	5.153.582	0	0	5.153.582
02.122 0569.1B34.0101	000137	Construção do Edifício-Sede da Seção Judiciária em Vitória - ES/No Município de Vitória - ES(Meta : 10 Edifício construído/% de execução física)	1	4 2	90	0 100	6.633.167	3.317.167	0	0	3.317.167
02.122 0569.1B50.0101	000118	Construção do Edifício-Sede da Seção Judiciária em Florianópolis - SC/No Município de Florianópolis - SC(Meta : 8 Edifício construído/% de execução física)	1	4 2	90	0 100	9.077.165	4.539.165	0	0	4.539.165
02.122 0569.1B74.0101	000139	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Novo Hamburgo - RS/No Município de Novo Hamburgo - RS(Meta : 1B Edifício construído/% de execução física)	1	4 2	90	0 100	8.987.388	4.494.388	0	0	4.494.388
02.122 0569.1B90.0101	000140	Reforma de Edifício-Sede da Seção Judiciária no Rio de Janeiro - RJ/No Município de Rio de Janeiro - RJ(Meta : 19 Edifício reformado/% de execução física)	1	4 2	90	0 100	3.100.000	3.100.000	0	0	3.100.000
02.122 0569.20AR.0001	000118	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações	1	1 0	91	0 100	15.998.539	15.998.539	0	7.759.482	8.239.057

OI: Indicador de Obra Irregular (S = SIM)

Esfera: 1-Fiscal 2-Seguridade Social 3-Inv. Estatais. IU(Identificador de Uso): 0-no país 1-Contrapartida para o BIRD 2-Contrapartida para o BID 3-Outras Contrapartidas 4-No Exterior

GND(Grupo Natureza Despesa): 1-Pessoal e Encargos Sociais 2-Juros e Encargos 3-Outras Desp. Correntes 4-Investimentos 5-Inversões Financeiras 6-Amort. da Dívida 9-Reserva de Contingência

Mod. de Aplicação: 30-Estados/DF 40-Municípios 50-Entidade Privada 90-União 99-a definir

RP/Tipo de Despesa para fins de apuração do Resultado Primário): 0-Financeira 1-Primária Obrigatória 2-Primária Discricionária 3-Projeto-Piloto de Investimentos Públicos - PPI

REQUERIMENTO Nº 79, DE 2008–CN

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos regimentais, destaque para votação em separado no Plenário do Congresso Nacional do seguinte destaque de Suplementação/ Acréscimo de recursos, como a seguir discriminado.

Ação a ter seu valor acrescido/suplementado:

Órgão: Ministério da Educação

Funcional Programática/Título: 10.363.1062.6380.0001 – Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional – Nacional

Seqüencial: 5935

GND: 4

Valor do Acréscimo: R$30.000.000,00

Os recursos destinam-se à construção das Escolas Técnicas nos seguintes Municípios:

– Teixeira de Freitas – BA

– Itamaraju – BA

– Santa Cruz de Cabrália – BA

Sala das Sessões, 12 de março de 2008. – Deputado **Uldurico Pinto**, PMN – BA.

PARLAMENTAR	PARTIDO	ASSINATURA
Pedro Wilson	940	
Silvio Torres		
Marcelo Castro	811	
Pedro Chaves	406	
Nelton Mullin	639	
Zé Geraldo	719	
Joaquim Magalhães	211	
Admir Camilo	244	
Carlos Alberto Canuto	301	
Eduardo Valverde	435	
Eudes Xavier	472	
Jair Bolsonaro	782	
Fodeu Feliipelli	623	
Ze Gerardo	632	
Jaime Martins	373	
Gilmar Machado		
Cido Nogueira	519	
Eduardo da Fonte	619	
Walter Pinheiro	274	
Carlos Willian	522	
Ricardo Barros	411	
Otavio Leite	392	
Marcondes Gadelha	214	
Edgar Moury		
Paulo Teixeira	281	

PARLAMENTAR	PARTIDO	ASSINATURA	
Roberto Santiago	PV		
Geraldo Resende			
JORGE BITTAR	PT		
[illegible]	PDT		NIC
[illegible]	DEM		NIC
Deputado Arnaldo Madeira			
Mauro Benevides			
Odair Cunha	556		
Jô Moraes	PCdoB		322
Fernando Gabeira			
Rubens Otoni	501		501
Antonio Biscaia	PT-RJ		
João Paulo Cunha	2		
Chico Alencar			
Nelson Pellegrino	646		
Paulo Ruben Santiago	229		
Adão Pretto	271		
Jurandil Alves			
Dagoberto	858		
Nerder Ribeiro Filho	222		
Candido Vaccarezza			
Francisco Rodrigues	204		NIC
Waldir Maranhão	276		
Carlito Merss	273		
Nilson Marquezelli	920		
Assis Miguel do Couto	428		
William Woo p/ vereador	650		
Fernando Fabinho	904		
Paes Landim	649		
Jequinha Marinho	823		
Arnaldo Madeira	330		

PARLAMENTAR	PARTIDO	ASSINATURA
Geraldo Magela	352	
Vanio	PCdoB/MA	
Ribamar Alves		
Laerte Bessa	PMDB	
Renildo Calheiros	PCdoB	
Fran	PDT-932	
Sebastião Bala Rocha	PDT-608	
Fabio Ramalho	PMDB/MG	
Wellington Fagundes	PR/BA	
José Rocha		
Celso Maldaner	481	
Antonio Carlos	259	
Paulo Abi-ackel	DEM-MG	
Paulo Piau	PMDB	
Nelson Trad	PMDB/MS	

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN0031 / 2007 - PPA

Data: 07/11/2007
Hora: 15:19
Página: 3521 de 4209

ESPELHO DE EMENDAS DE AÇÃO

AUTOR DA EMENDA
1289 - Uldurico Pinto

EMENDA
12890005

EMENTA
Construção de Escola Técnica Federal em Teixeira de Freitas, Itamarajú e Santa Cruz Cabrália/BA

PROGRAMA
1062 Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica

AÇÃO
NOVA Construção de Escola Técnica Federal em Teixeira de Freitas, Itamarajú e Santa Cruz Cabrália/BA

OBJETIVO
Construção de Escola Técnica Federal em Teixeira de Freitas, Itamarajú e Santa Cruz Cabrália/BA

FINALIDADE
Construção de Escola Técnica Federal em Teixeira de Freitas, Itamarajú e Santa Cruz Cabrália/BA

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)
Obra executada (% de execução física)

VALORES FÍSICO/FINANCEIROS PROPOSTOS

TOTAIS ESTIMADOS:

META: 100
VALOR: 60.000.000
INÍCIO DO PROJETO: 01/2008
TÉRMINO DO PROJETO: 12/2011

ÓRGÃO EXECUTOR	REGIONALIZAÇÃO	CATEGORIA ECONÔMICA		PROPOSTO 2008	2009	2010	2011
MEC	Nordeste	Investimentos - Orçamento de Investimento	R$	15.000.000	15.000.000	15.000.000	15.000.000
			META	25	25	25	25

JUSTIFICATIVA
O Sul da Bahia está praticamente desassistido, sendo que a única instituição do gênero na região é a UNED de Eunápolis, ou seja, há apenas uma instituição para atender a uma população de mais de 2 milhões de habitantes.
Tendo em vista que a criação de escolas federais é de iniciativa privativa do Poder Executivo, nos termos do art. 61, § 1°, II, da Constituição Federal, e face à contundente carência de oportunidades de educação profissional naquela região, tanto em cursos técnicos de nível médio como nos de formação inicial e continuada de trabalhadores, esta Emenda propõe a criação de Escola Técnica Federal nos Municípios de Teixeira de Freitas, Itamarajú e Santa Cruz Cabrália, no Estado da Bahia.

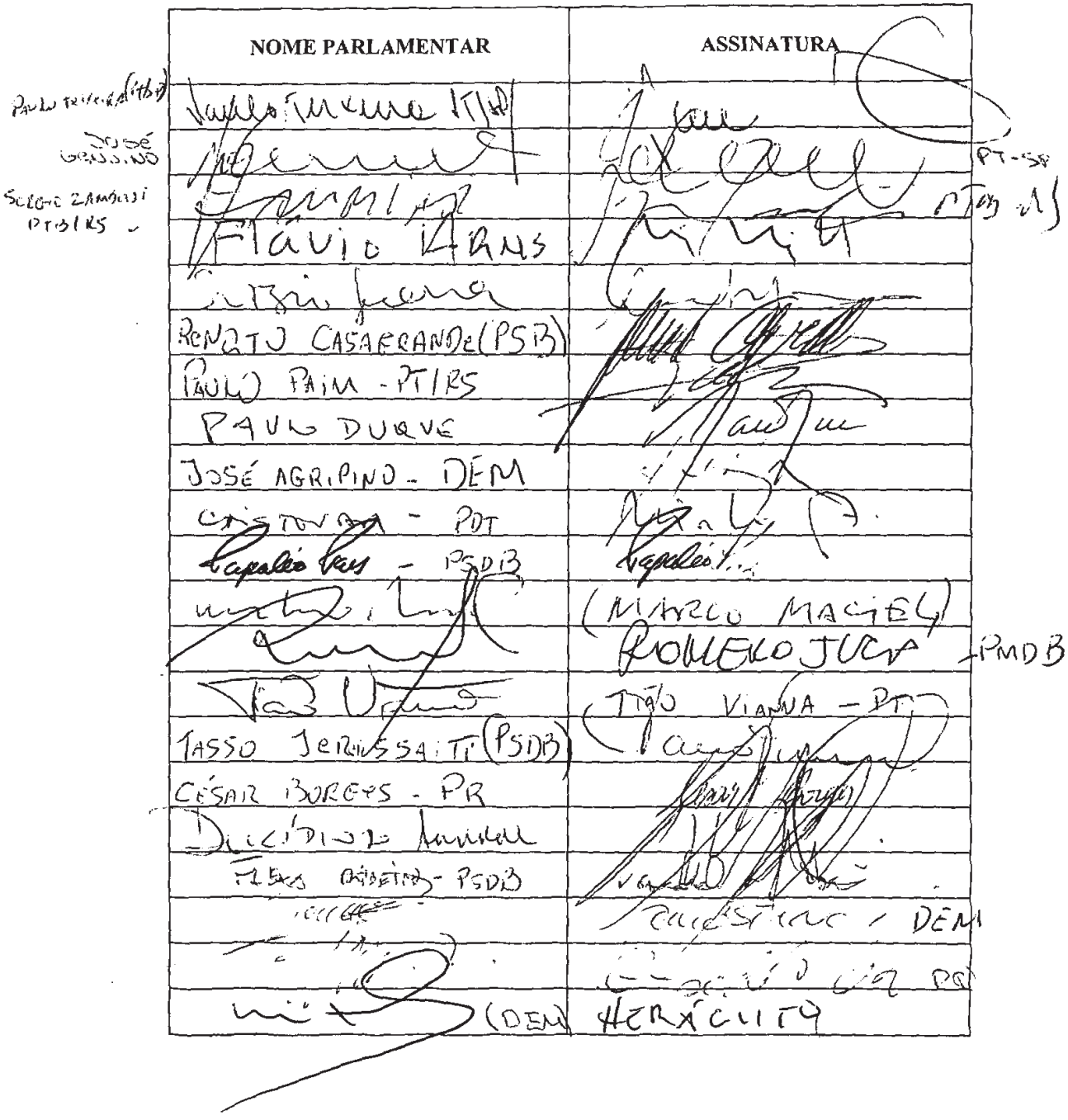
REQUERIMENTO Nº 80, DE 2008–CN

Requer destaque para votação em separado do subtítulo 10.571.1201.8315.0001 do Projeto de Lei n° 30/2007–CN (LOA 2008).

Senhor Presidente:

Requeiro, nos termos do art. 132, da Resolução nº 1/2006, combinado com o art. 50 do Regimento Comum, que seja submetida a votos o subtítulo 10.571.1201.8315.0001 – Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico em Saúde – Nacional, constante do Projeto de Lei original nº 30/2007–CN (LOA 2008), enviado pelo Poder Executivo, seqüencial nº 2515, constante do programa de trabalho da Fiocruz, unidade orçamentária 36201.

Sala das sessões, 12 de março de 2008. – Deputado **Rafael Guerra,** PSDB/MG.



NOME PARLAMENTAR	ASSINATURA
José [illegible] (PMDB)	
Augusto Coutinho (PT)	
ALVARO DIAS	
[illegible]	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB)	
GERALDO MESQUITA	

NOME PARLAMENTAR	ASSINATURA
Leonardo Quintão	
Ariosto Holanda	
Leandro Vilela	
Marcelo Castro	
Daniel Almeida	
André Vargas	
Dr. Talmir	
Luciana Genro	
Décio Lima	
Sandro Mabel	
Ayrton Xerez	
Silvinho Peccioli	
Rubens Otoni	
Lindomar Garçon	
Sebastião Bala	
Eduardo Lopes	
Mendes Ribeiro F.	
Barbosa Neto	
Woney Queiroz	
Lino Pedrosa	

NOME PARLAMENTAR	ASSINATURA
Soraia Felipe	
Edinho Bez	
Jackson Barreto	
Moises Avelino	
Neto Trad	
Cristiano A Matteu	
Asdrubal Bentes	
Rose Freitas	
Ze Geraldo	
Neucimar Fraga	
Vital do Rego	
Odair Cunha	
Nelson Meurer	
Renato Molling	
Djalma Berger	
Anibal Gomes	
Zequinha Marinho	
João Campos	
Nelson Marquezelli	
Paulo Rocha	

315

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatoria Geral- Demonstrativo analítico das alterações da proposta Orçamentária da União para 2008 *por UO/Programa/Subtítulo* Orçamento Fiscal e Seguridade Social (em R$ 1,00)

O Func. Programática I	Seq.	Título/Subtítulo/Meta	EGSNFD RMPA IUFTE	PL 030/2007 (A)	RELAT. SETORIAL (B)	ACRÉSCIMO (C)	CANCELAMENTO (D)	SUBSTITUTIVO (E) = (B) + (C) - (D)
Unidade Orçamentária:		**36201 FIOCRUZ**						
		Públicas/Nacional(Meta : - -/-)	2 3 1 90 0 151	24.999	24.999	0	0	24.999
Programa: 1201 Ciência, Tecnologia e Inovação no Complexo da Saúde				***182.275.000***	***162.810.186***	***0***	***29.181.316***	***133.628.870***
10.122 1201.1M36.0001	002519	Construção da Sede da Diretoria Regional da Fundação Oswaldo Cruz em Brasília/Nacional(Meta : 156 Sede construída/% de execução física)	2 4 2 90 0 151	14.000.000	14.400.000	0	8.400.000	6.000.000
10.303 1201.2522.0001	002511	Produção de Fármacos, Medicamentos e Fitoterápicos/Nacional(Meta : 2.000.000 Unidade farmacêutica produzida/milhar)	2 3 2 90 0 151	548.119	548.119	0	98.242	449.877
			2 3 2 90 0 250	351.881	351.881	0	63.070	288.811
10.571 1201.11PJ.0033	002518	Estruturação de Laboratórios de Pesquisas Biomédicas/No Estado do Rio de Janeiro(Meta : 30 Obra executada/% de execução física)	2 4 2 90 0 151	8.255.000	4.953.000	0	0	4.953.000
10.571 1201.2B42.0001	002512	Cooperação Técnica Nacional e Internacional em Ciência e Tecnologia em Saúde/Nacional(Meta : 600 Cooperação técnica mantida/unidade)	2 3 2 90 0 151	3.515.543	3.515.543	0	630.111	2.885.432
			2 4 2 40 0 151	104.457	62.675	0	0	62.675
10.571 1201.7674.0001	002521	Modernização de Unidades de Saúde da Fundação Oswaldo Cruz/Nacional(Meta : 25 Unidade modernizada/unidade)	2 3 2 80 0 151	5.000.000	5.000.000	0	896.170	4.103.830
			2 3 2 90 0 151	5.000.000	5.000.000	0	896.178	4.103.822
			2 4 2 90 0 151	5.000.000	3.000.000	0	0	3.000.000
10.571 1201.7674.0056	024219	Modernização de Unidades de Saúde da Fundação Oswaldo Cruz/Ampliação de Unidade - Manaus - AM(Meta : 1 Unidade modernizada/unidade)	2 4 2 90 0 151	0	300.000	0	0	300.000
10.571 1201.8305.0001	002514	Atenção de Referência e Pesquisa Clínica em Patologias de Alta Complexidade da Mulher, da Criança e do Adolescente e em Doenças Infecciosas/Nacional(Meta : 60.000 Paciente atendido/unidade)	2 3 2 90 0 151	21.919.613	21.919.613	0	3.928.776	17.990.837
			2 4 2 90 0 151	580.387	348.233	0	0	348.233
10.571 1201.B315.0001	002515	Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico em Saúde/Nacional(Meta : 1.600 Pesquisa realizada/unidade)	2 3 2 90 0 151	50.544.581	$0.544.581	0	9.059.390	41.485.191
			2 4 2 90 0 151	9.528.630	5.717.178	0	0	5.717.178
			2 3 2 90 0 250	4.507.980	4.507.980	0	807.991	3.699.989
			2 4 2 90 0 250	418.809	418.809	0	0	418.809
10.572 1201.10LF.0031	002516	Construção da Nova Sede Administrativa do Centro de Pesquisas René Rachou, em Belo Horizonte/MG/No Estado de Minas Gerais(Meta : 5 Sede construída/% de execução física)	2 3 2 90 0 151	1.500.000	1.500.000	0	0	1.500.000
10.572 1201.11PB.0101	002517	Adequação da Planta Industrial de Fármacos em Jacarepaguá/No Município de Rio de Janeiro - RJ(Meta : 12 Unidade adequada/% de execução física)	2 4 2 90 0 151	2.000.000	1.200.000	0	0	1.200.000
10.572 1201.7670.0033	002520	Implantação do Campus da Fundação Oswaldo Cruz em Jacarepaguá/No Estado do Rio de Janeiro(Meta : 48 Projeto implantado/% de implementação)	2 4 2 90 0 151	1.500.000	900.000	0	0	900.000
10.572 1201.7676.0033	002522	Construção do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde/No Estado do Rio de Janeiro(Meta : 20 Centro construído/% de execução física)	2 4 2 90 0 151	13.800.000	8.280.000	0	0	8.280.000
10.572 1201.7680.0101	002523	Construção do Centro Integrado de Protótipos, Biofármacos e Reagentes para Diagnóstico (CIPBR)/No Município de Rio de Janeiro - RJ(Meta : 25 Obra executada/% de execução física)	2 4 2 90 0 151	8.700.000	5.220.000	0	0	5.220.000
10.573 1201.20AQ.0001	002510	Coleções Biológicas e Outros Patrimônios da Ciência e da Saúde no Brasil/Nacional(Meta : 14 Coleção mantida/unidade)	2 3 2 90 0 151	2.296.000	2.296.000	0	411.525	1.884.475
			2 4 2 90 0 151	104.000	62.400	0	0	62.400
10.573 1201.6179.0001	002513	Comunicação e Informações para a Educação em Saúde e em Ciência e Tecnologia/Nacional(Meta : 1.000.000 Material produzido/unidade)	2 3 2 90 0 151	22.260.433	22.260.433	0	3.989.863	18.270.570
			2 4 2 90 0 151	839.567	503.741	0	0	503.741
Programa: 1289 Vigilância e Prevenção de Riscos Decorrentes da Produção e do Consumo de Bens e Serviços				***4.300.000***	***4.045.400***	***0***	***656.630***	***3.388.770***
10.304 1289.6174.0001	002524	Análise da Qualidade de Produtos e Insumos de Saúde/Nacional(Meta : 11.200 Laudo emitido/unidade)	2 3 2 90 0 151	3.663.500	3.663.500	0	656.630	3.006.870
			2 4 2 90 0 151	636.500	381.900	0	0	381.900
Programa: 1293 Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos				***120.000.000***	***119.838.090***	***0***	***21.102.347***	***98.735.743***
10.303 1293.8415.0001	002525	Manutenção e Funcionamento das Farmácias Populares/Nacional(Meta : 280 Farmácia mantida/unidade)	2 3 2 30 0 151	4.313.880	4.313.880	0	773.201	3.540.679
			2 3 2 40 0 151	4.313.880	4.313.880	0	773.201	3.540.679

OI: Indicador de Obra Irregular (S = SIM)
Esfera: 1-Fiscal 2-Seguridade Social 3-Inv. Estatais. IU(Identificador de Uso): 0-no país 1-Contrapartida para o BIRD 2-Contrapartida para o BID 3-Outras Contrapartidas 4-No Exterior
GND(Grupo Natureza Despesa): 1-Pessoal e Encargos Sociais 2-Juros e Encargos 3-Outras Desp. Correntes 4-Investimentos 5-Inversões Financeiras 6-Amort. da Dívida 9-Reserva de Contingência
Mod. de Aplicação: 30-Estados/DF 40-Municípios 50-Entidade Privada 90-União 99-a definir
RP(Tipo de Despesa para fins de apuração do Resultado Primário): 0-Financeira 1-Primária Obrigatória 2-Primária Discricionária 3-Projeto-Piloto de Investimentos Públicos - PPI.

REQUERIMENTO Nº 81, DE 2008–CN

Requer, destaque para votação em separado na Sessão do Congresso Nacional, destinada à apreciação da LOA 2008, com objetivo de remanejamento da Emenda Individual nº 20290012.

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos regimentais, destaque para votação em separado, no Plenário do Congresso Nacional, programação ao abrigo das funcionais 20.605.6003.7H17 e 27.812.1250.8765, de modo que se efetuem cancelamento e suplementação nos termos a seguir indicados:

Programação objeto de cancelamento:

Unidade Orçamentária: 21101 – Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – funcional programática 20.605.6003.7H17 – Apoio de Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário

Esfera – Orçamento Fiscal
GND: 4
RP: 2
MA: 40
Fonte: 100
Valor a Suplementar: R$236.000,00 (duzentos e trinta e seis mil reais).

Programação objeto de suplementação:

Unidade Orçamentária: 51101 – Ministério do Esporte – Funcional Programática 27.812.1250.8765 – Implantação e Modernização de infra-estrutura para Esporte Recreativo e de Lazer.
Esfera – Orçamento Fiscal
GND: 4
RP: 2
MA: 40
Fonte: 100
Valor a Suplementar: R$236.000,00 (duzentos e trinta e seis mil reais).

Justificação

Esta emenda visa corrigir o erro na elaboração da Emenda, para que o município não seja prejudicado e tenha sua real necessidade atendida

Sala das Sessões, 12 de março de 2008. – Senador **Magno Malta,** PR/ES.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0030 / 2007 - LOA

Data: 18/12/2007
Hora: 11:31
Página: 5666 de 10079

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

AUTOR DA EMENDA
2029 - Magno Malta

EMENDA
20290012

MODALIDADE DA EMENDA
Individual

TIPO DE EMENDA
Apropriação - Inclusão

ÁREA DE GOVERNO
Agricultura e Desenvolvimento Agrário

MODALIDADE DE INTERVENÇÃO
078 Apoio a/o/aos

TIPO DE REALIZAÇÃO PRETENDIDA
602 Desenvolvimento Rural

LOCALIDADE BENEFICIADA
3200300 - Alfredo Chaves

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA
M. Ag., Pec. e Abastecimento

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO
20.605.6003.7H17
Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário
Aquisição de uma Retro-Eescavadeira - Alfredo Chaves - ES

ESPECIFICAÇÃO DA META
Projeto apoiado(unidade)

QUANTIDADE
1

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R$ 1,00)

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
4 Investimentos	40 Transf. a Municípios	2	236.000
		TOTAL	236.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
020000	101	9 Reserva de Contingência	99 A Definir	0	2	236.000
				TOTAL		236.000

TIPO DA SUBVENÇÃO
Público

JUSTIFICATIVA
TRATA-SE DE VALOR A SER INVESTIDO NA MELHORIA DA PRODUTIVIDADE PELOS PEQUENOS PRODUTORES, JÁ QUE AS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS SÃO UMA DAS PRINCIPAIS FONTES DE GERAÇÃO DE RENDA NO INTERIOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO MERECENDO CONTÍNUO INVESTIMENTO ECONÔMICO, LOGÍSTICO, TÉCNICO E FINANCEIRO.

PARLAMENTAR	GABINETE	ASSINATURA
Soraia Felipe	429	
Edinho Bez	703	
Jackson Barreto		
Moises Avelino	316	
Nelson Trad	452	
Cristiano Matheus		
Asdrubal Bentes	410	
Rose Freitas		
Ze Geraldo	266	
Neucimar Fraga	562	
Vital do Rego	833	
Osmar Cunha	556	
Nelson Meurer	916	
Renato Molling		
Dalva Berger		
Anibal Gomes	731	
Requinha Marinho	823	
João Campos	315	

31

PARLAMENTAR	GABINETE	ASSINATURA
Nelson Marquezelli	920	
Paulo Rocha	444	
Leonardo Quintão	914	
Ariosto Holanda		
Leandro Vilela	309	
Marcelo Castro	811	
Daniel Almeida	917	
DR. Talmir	954	
Luciana Genro	203	

PARLAMENTAR	GABINETE	ASSINATURA
Décio Lima	215	
Sandro Mabel	443	
Roberto Brito	733	
Ayrton Xerez	91	
Silvinho Peccioli		
Rubens Otoni	501	
Lindomar Garçon		
Sebastião Bala	608	
Eduardo Lopes	905	

PARLAMENTAR	GABINETE	ASSINATURA
Mendes Ribeiro F.	222	
Barbosa Neto	705	
Woney Queiroz		
Ciro Pedrosa		
Arnon Bezerra	413	
Ratinho Junior		
Frank Aguiar		
William Woo	plenário 656	
João Bitar		

PARLAMENTAR	GABINETE	ASSINATURA
Bilac Pinto		
Severiano Alves	738	
Antonio Bulhões		
Wilson Santiago		
Luis Bittencourt	844	
Edson Duarte	535	
Lelo Coimbra	801	
Edmilson Valentim	546	
Gladson Cameli		

PARLAMENTAR	GABINETE	ASSINATURA
Marcio França	543	
Jaime Martins	333	
DR. Ubiali		
Pepe Vargas		
Paulo Piau	617	
Felipe Maia		
Edgar Moury		
Paulo Henrique Lustosa	945	
Luís Carlos Busato		

PARLAMENTAR	GABINETE	ASSINATURA
José Otávio Germano	424	
Assis Carvalho	428	
Wilson Covatti	228	
Raul Henry	737	
Leonardo Monteiro	922	
Antonio Cruz	325	
Mendes Thame	508	
Hugo Leal	638	
Jerônimo Reis	840	

PARLAMENTAR	GABINETE	ASSINATURA
Filipe Pereira		
Antonio C. Biff	260	

REQUERIMENTO Nº 82, DE 2008-CN

Requer destaque para votação em separado objetivando a recomposição de dotação orçamentária correspondente ao Funcionamento dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros, constante no Projeto de Lei nº 30, de 2007

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Exª, nos termos do art. 132, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, destaque para votação em separado, objetivando a recomposição da dotação orçamentária no montante de R$ 28.276.538,00 (vinte e oito milhões duzentos e setenta e seis mil quinhentos e trinta e oito reais) relativa ao seqüencial nº 005740, constante no Projeto de Lei nº 30, de 2007, com a seguinte classificação: Unidade Orçamentária – 56202 – CBTU – Funcional Programática: 15.453.1295.2843.0001 – Funcionamento dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros, sendo: R$ 27.906.538,00 (vinte e sete milhões novecentos e seis mil e quinhentos e trinta e oito reais) - Grupo de Natureza da Despesa (GND) 3 – Modalidade de Aplicação (MA) 90 – Fonte 100; e R$370.000,00 (trezentos e setenta mil reais) - Grupo de Natureza da Despesa (GND) 4 – Modalidade de Aplicação (MA) 90 – Fonte 100 .

Sala das Sessões, em 12de março de 2008



Deputado BENEDITO DE LIRA

LISTA DE APOIAMENTO			
	NOME DO PARLAMENTAR	GABINETE	ASSINATURA
01		942	
02		732	
03		273	
04		276	
05		256	
06		630	
07		311	
08		702	
09		711	
10			
11		217	
12		317	
13		412	
14	JUVENIL	629	
15			
16		628	
17		574	
18		615	
19		256	

LISTA DE APOIAMENTO			
	NOME DO PARLAMENTAR	GABINETE	ASSINATURA
20	ELIENE LIMA	837	
21	JOSÉ MENDONÇA	314	
22	EDGAR MOURY	941	
23	JORGE KHOURY	715	
24	JOSÉ ROCHA	908	
25	CHICO LOPES	310	
26	FELIX MENDONÇA	376	
27	EDUARDO SCIARRA	453	
28	GUSTAVO FRUET	821	
29	JOSÉ JINKINGS	860	
30	NELSON MEURER	916	
31	JOÃO MATOS	914	
32	[illegible]	402	
33	WILSON FRUET	642	
34	JÚLIO LOPES	944	
35	SÉRGIO BARRADAS CARNEIRO	671	
36	NELSON MARQUEZELLI	920	
37	MIRO TEIXEIRA	409	
38		270	
39		854	
40			

LISTA DE APOIAMENTO

	NOME DO PARLAMENTAR	GABINETE	ASSINATURA
41	Silvio COSTA	458	
42		728	
43		616	
44		740	
45		848	
46		958	
47		757	
48		218	
49		912	
50		834	
51		814	
52		[illegible]	
53		221	
54		621	
55		334	
56		405	
57	LEO ALCANTARA	726	
58		328	
59		408	
60		640	

LISTA DE APOIAMENTO			
	NOME DO PARLAMENTAR	GABINETE	ASSINATURA
61	PAULO MALUF	572	
62	NELSON CAMPOS	340	
63	LUIZ FERNANDO	339	
64	BRUNO ARAÚJO	360	
65	LUIZ COUTO	442	
66	CARLOS	415	
67	FATIMA BEZERRA	136	
68	JOVAIR ARANTES	504	
69	MARCIO REINALDO	81	
70		750	

REQUERIMENTO Nº ,83 DE 2008-CN

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2008.

Senhor Presidente:

Requeiro, nos termos regimentais, destaque de votação em separado para recomposição de dotação cancelada da Funcional Programática n.º: 12.361.1448.0509.0001 Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica Nacional, seqüencial: 007248, da unidade orçamentária 26298 Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, com o valor total a ser recomposto de R$ 16.707.376,00, distribuido da seguinte forma:

GND	FONTE	MOD.APLIC.	VALOR
4	113	30	2.000.000,00
3	112	40	11.707.376,00
4	113	40	3.000.000,00

Sala das Sessões, em 11 de março de 2008.

Deputado Federal ROGÉRIO MARINHO
PSB/RN

Nome Parlamentar	Partido	Gabinete	Assinatura
Neucimar Fraga		562	
Vital do Rego		833	
Odair Cunha		556	
Nelson Meurer		916	
Renato Molling		337	
Djalma Bezerra		727	
Zequinha Marinho		823	
João Lyra		315	315
Nelson Marquezelli		920	
Paulo Rocha		444	
Leonardo Quintão		914	
Ariosto Holanda		575	
Leandro Vilela		309	
Marcelo Castro		811	
Daniel Almeida		317	

Nome Parlamentar	Partido	Gabinete	Assinatura
DR. Talmir		454	
Luciana Genro		203	
Décio Lima		218	
Sandro Mabel		443	
		733	Roberto Brito
Ayrton Xerez		917	
Sirinho Pecciolí		513	
Rubens Otoni		501	
Lindomar Garçon		254	
Sebastião Bala		608	
Eduardo Lopes		208	
Mendes Ribeiro F.		222	
Barbosa Neto		705	
Wonney Queiroz		936	
Lino Pedrosa		473	

Nome Parlamentar	Partido	Gabinete	Assinatura
Arnon Bezerra		413	
Ratinho Junior		521	
[illegible]		354	
[illegible]		656	
João Bitton		952	
Bilac Pinto		558	
Severiano Alves		738	
Antonio Bulhões		327	
Wilson Santiago		534	
Luis Bittencourt		844	
Edson Duarte		535	
Lelo Coimbra		801	
Edmilson Valentim		546	
Rodrigo Castro		701	
Gladson Cameli		956	

Nome Parlamentar	Partido	Gabinete	Assinatura
Marcio França		543	
Jaime Martins	333		
DR. Ubiali		484	
Paulo Piau	617		
Felipe Maia		329	
Edgar Moury		941	
Jurandil Alves		629	
Paulo Henrique Lustosa		945	
Luís Carlos Busato		570	
José Otávio Germano	424		
Assis Couto	428		
Vilson Covatti	228		
Raul Henry	707		
Aníbal Gomes	731		
Leonardo Monteiro	922		

Nome Parlamentar	Partido	Gabinete	Assinatura
Antonio Cruz	325		
Hugo Leal		631	
Jeronimo Reis	840		
Filipe Pereira		576	
Antonio Carlos Biffi		260	
Luis Bassuma		626	626
Mauricio Trindade	456		
Eliene Lima		837	
Licon Pontello		615	
Valadares Filho		660	
Beto Albuquerque		338	
Jr Bruno Cunha		710	
Marco Maia		714	
Chico Lopes		848	
Aelton Freitas		204	

Nome Parlamentar	Partido	Gabinete	Assinatura
Chico Lopes	310		
Udurico Pinto	446		
Leonardo Vilela	934		
Pedro Chaves	406		
Guilherme Campos	367		
Eduardo Valverde	435		

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

RELATORIA GERAL - Alterações das Propostas Orçamentárias da União para 2008 - Acréscimo e Cancelamento por UO/Funcional

Orçamento Fiscal, Seguridade Social e Investimentos das Estatais - Em R$ 1,00

UO/FUNCIONAL						PL	ACRESCIMO	CANCELAMENTO	TOTAL
26298 - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação									
12.361.1448.0509.0001 - Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica Nacional									
Esfera	*GND*	*Fonte*	*Mod. Aplic.*	*RP*	*Id Uso*				
1	4	900	90	2	0	0	46.600.800	0	46.600.800
1	4	293	30	2	0	908.854	0	0	908.854
1	4	113	40	2	0	32.368.618	37.083.000	-3.000.000	66.451.618
1	4	113	30	2	0	17.969.229	22.366.000	-2.000.000	38.335.229
1	3	900	90	2	0	0	31.067.200	0	31.067.200
1	3	293	90	2	0	1.000.000	0	0	1.000.000
1	3	282	90	2	0	180.900	0	0	180.900
1	3	250	90	2	0	2.561.097	0	0	2.561.097
1	3	113	40	2	0	52.406.333	61.563.000	0	113.969.333
1	3	113	30	2	0	23.470.529	27.988.000	0	51.458.529
1	3	112	40	2	0	11.707.376	0	-11.707.376	0
1	3	100	90	2	0	0	2.157.000	0	2.157.000
Total da Funcional:						**142.572.936**	**228.825.000**	**-16.707.376**	**354.690.560**
TOTAL DA UO:						**142.572.936**	**228.825.000**	**-16.707.376**	**354.690.560**
Total:						**142.572.936**	**228.825.000**	**-16.707.376**	**354.690.560**

CRITÉRIOS SELECIONADOS: Órgão: | Setor: | Subfunção: | ProjAtiv: 0509 | Fonte: | RP: | Id Uso: | Localidade:
UO: | Função: | Programa: | Subtítulo: 0001 | Gnd: | Modalidade: | Região/UF:

Emissão: 11/3/2008 17:51:35

Pág. 1 de 1

Fonte: SIAFI/STN Elaboração: Consultoria de Orçamento/CD e PRODASEN

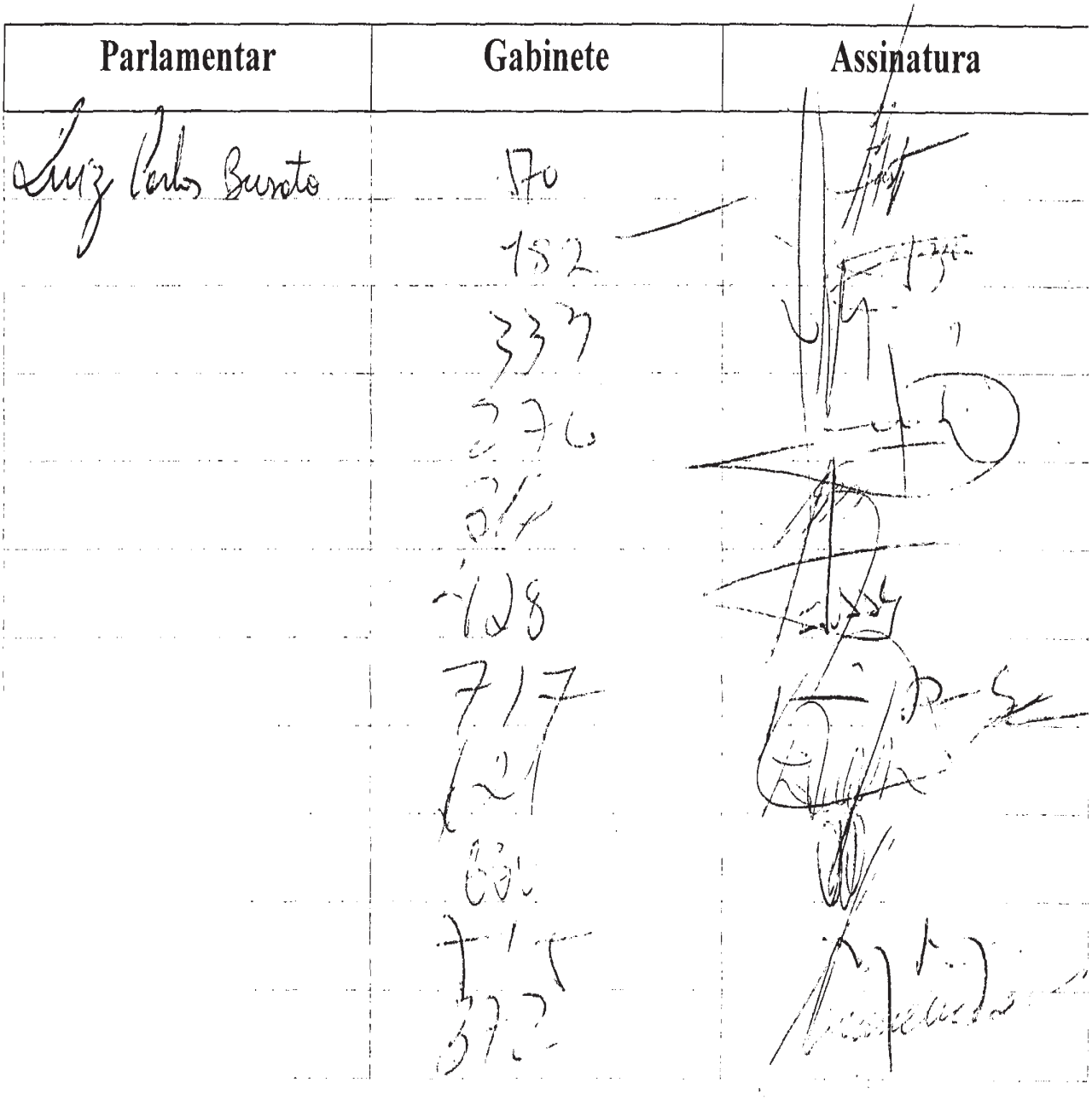
D:\Meus Documentos\db2.mdb - 599-REL08 - A/C por UO/Funcional completo

REQUERIMENTO Nº 84, DE 2008–CN

Requer destaque para votação em separado na Sessão do Congresso Nacional destinada à apreciação da LOA 2008.

Senhor Presidente do Congresso Nacional:

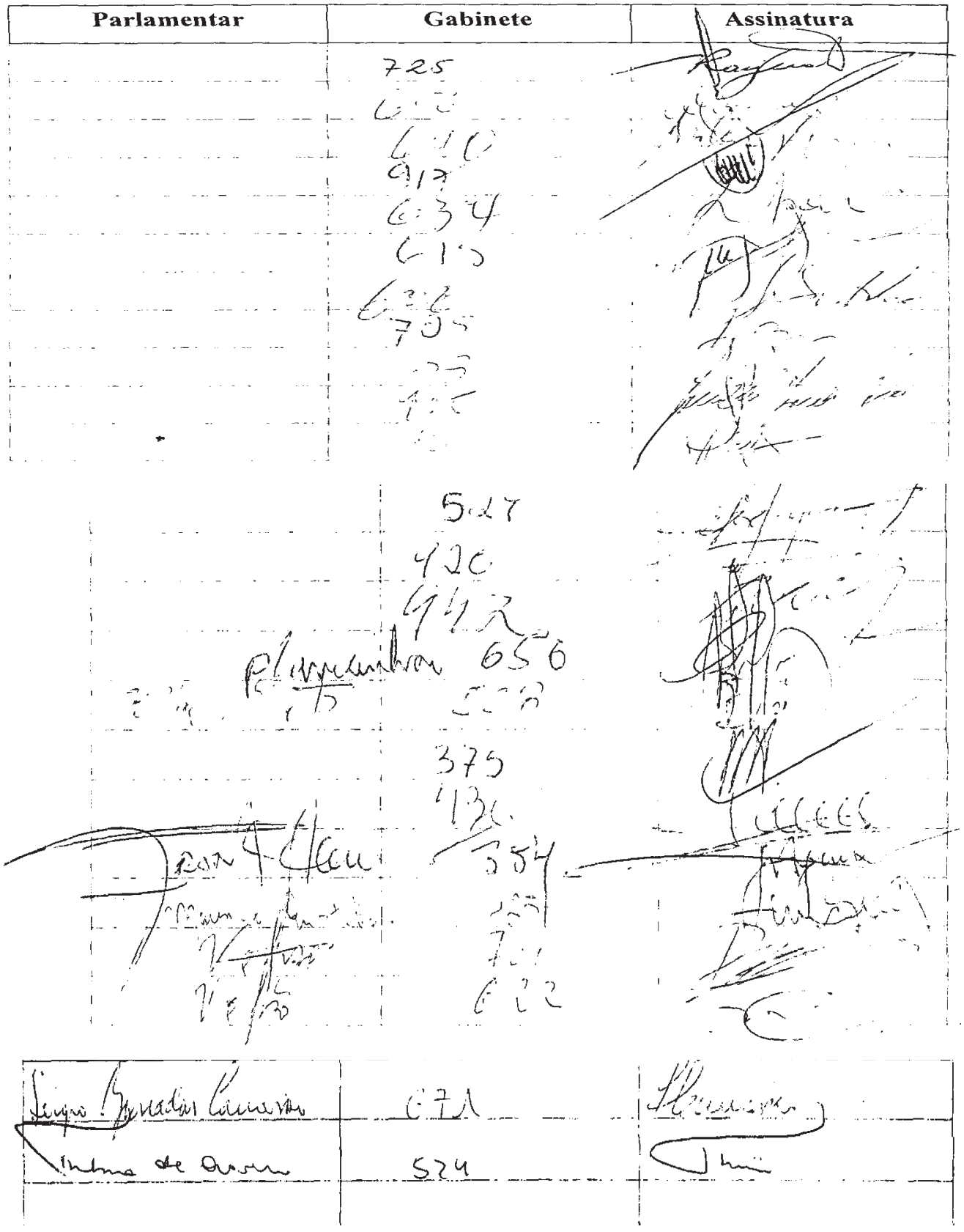
Requeiro a V.Exª, nos termos Regimentais votação em separado, supressão parcial do subtítulo "Construção de Trecho Rodoviário – Divisa PA/MT – Ribeirão Cascalheira – Na BR–158 – No Estado do Mato Grosso – UO: 39252 – GND 4 – Mod. Apl.: 90 – no valor de R$75.000.000,00 (Setenta e Cinco Milhões de reais), acrescentando nas emendas da Bancada do Estado do Mato Grosso de números 71120014 " Adequação de Trechos Rodoviários –Divisa MS/MT – Divisa MT/PA na BR-163 – No Estado do Mato Grosso" R$45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de reais) e 71120017 "Construção de Trechos Rodoviários –Trecho Divisa GO/MT – Divisa MT/RO – na BR-364 – No Estado do Mato Grosso" R$30.000.000,00 (Trinta milhões de reais).



Parlamentar	Gabinete	Assinatura

Parlamentar	Gabinete	Assinatura

Parlamentar	Gabinete	Assinatura
	235	
	205	
	321	
	459	
	280	
	276	
	856	
	713	
	648	
	546	
	260	
	218	
	740	
	223	
	241	
	427	
	413	
	524	
	202	


Parlamentar
Gabinete
Assinatura

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatoria Geral- Demonstrativo analítico das alterações da proposta Orçamentária da União para 2008 *por UO/Programa/Subtítulo* Orçamento Fiscal e Seguridade Social (em R$ 1,00)

O I	Func.	Programática	Seq.	Título/Subtítulo/Meta	EG SN FD	R P	M A	I U	F T E	PL 030/2007 (A)	RELAT. SETORIAL (B)	ACRÉSCIMO (C)	CANCELAMENTO (D)	SUBSTITUTIVO (E) = (B) + (C) - (D)
Unidade Orçamentária:		**39252**		**DNIT**										
	26.784	1456.7M89.0056	026812	Construção do Porto de Porto Velho (RO)/No Estado de Rondônia(Meta : 1 Obra executada/% de execução física)	1	4	2	30	0 100	0	10.000.000	2.671.718	0	12.671.718
	26.784	1456.7N15.0056	026869	Dragagem da Hidrovia do Rio Madeira - No Estado de Rondônia/No Estado de Rondônia(Meta : 600 Dragagem realizada/mil m³)	1	4	3	90	0 100	0	0	256.785	0	256.785
					1	4	3	90	0 111	0	256.785	0	0	256.785
					1	4	3	90	0 900	0	256.785	-256.785	0	0
Programa:	*1457*	*Vetor Logístico Centro-Norte*								*1.139.461.892*	*1.285.479.454*	*145.118.150*	*19.930.000*	*1.410.667.604*
S	26.782	1457.10KR.0015	003401	Construção de Trecho Rodoviário - Marabá - Altamira - na BR-230 - no Estado do Pará/No Estado do Pará(Meta : 100 Trecho pavimentado/km)	1	4	3	90	0 111	85.000.000	70.550.000	0	0	70.550.000
					1	4	3	90	0 900	85.000.000	70.550.000	0	0	70.550.000
	26.782	1457.11VA.0051	003405	Construção de Trecho Rodoviário - Divisa PA/MT - Ribeirão Cascalheira - na BR-158 - no Estado do Mato Grosso/No Estado do Mato Grosso(Meta : 102 Trecho pavimentado/km)	1	4	3	90	0 111	90.000.000	83.700.000	0	0	83.700.000
					1	4	3	90	0 900	90.000.000	74.700.000	0	0	74.700.000
	26.782	1457.11VD.0056	026525	Adequação de Travessias Urbanas na BR-153 no Estado de Tocantins/No Estado do Tocantins(Meta : 30 Trecho adequado/km)	1	4	2	90	0 100	0	15.000.000	34.746.000	0	49.746.000
	26.782	1457.11V8.0017	003404	Construção de Trecho Rodoviário - Divisa TO/MA - Aparecida do Rio Negro - na BR-010 - no Estado de Tocantins/No Estado do Tocantins(Meta : 102 Trecho pavimentado/km)	1	4	3	30	0 100	0	0	20.959.259	0	20.959.259
					1	4	2	90	0 100	3.000.000	1.800.000	2.670.000	1.800.000	2.670.000
					1	4	3	90	0 100	0	0	1.800.000	0	1.800.000
					1	4	3	30	0 111	0	19.040.741	0	0	19.040.741
					1	4	3	30	0 900	0	20.959.259	-20.959.259	0	0
	26.782	1457.114B.0017	003403	Construção da Contorno Rodoviário - no Município de Colinas do Tocantins - na BR-153 - no Estado do Tocantins/No Estado de Tocantins(Meta : 2 Trecho pavimentado/km)	1	4	2	91	0 100	2.900.000	1.740.000	0	0	1.740.000
	26.782	1457.12IA.0021	003406	Adequação de Trecho Rodoviário - Porto de Itaqui - Pedrinhas - na BR-135 - no Estado do Maranhão/No Estado do Maranhão(Meta : 9 Trecho adequado/km)	1	4	3	90	0 111	7.000.000	6.510.000	0	1.469.075	5.040.925
					1	4	3	90	0 900	7.000.000	6.510.000	0	6.510.000	0
	26.782	1457.1418.0016	003407	Construção de Trecho Rodoviário - Ferreira Gomes - Oiapoque (Fronteira com a Guiana Francesa) - na BR-156 - no Estado do Amapá/No Estado do Amapá(Meta : 65 Trecho pavimentado/km)	1	4	3	90	0 111	60.000.000	55.800.000	0	0	55.800.000
					1	4	3	90	0 900	60.000.000	55.800.000	0	0	55.800.000
	26.782	1457.200S.0017	003369	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-226 - no Estado do Tocantins/No Estado do Tocantins(Meta : 18 Trecho mantido/km)	1	4	3	90	0 111	1.800.000	1.674.000	0	0	1.674.000
					1	4	3	90	0 900	1.800.000	1.674.000	0	0	1.674.000
	26.782	1457.200X.0021	003370	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-010 - no Estado do Maranhão/No Estado do Maranhão(Meta : 108 Trecho mantido/km)	1	4	3	90	0 111	10.780.000	10.025.400	0	0	10.025.400
					1	4	3	90	0 900	10.780.000	10.025.400	0	0	10.025.400
	26.782	1457.200Y.0021	003371	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-316 - no Estado do Maranhão/No Estado do Maranhão(Meta : 208 Trecho mantido/km)	1	4	3	90	0 111	20.760.000	19.306.800	0	0	19.306.800
					1	4	3	90	0 900	20.760.000	19.306.800	0	0	19.306.800
	26.782	1457.200Z.0015	003372	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-010 - no Estado do Pará/No Estado do Pará(Meta : 61 Trecho mantido/km)	1	4	3	90	0 111	6.135.000	5.705.550	0	0	5.705.550
					1	4	3	90	0 900	6.135.000	5.705.550	0	0	5.705.550
	26.782	1457.201A.0015	003373	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-316 - no Estado do Pará/No Estado do Pará(Meta : 142 Trecho mantido/km)	1	4	3	90	0 111	14.150.000	13.159.500	0	0	13.159.500
					1	4	3	90	0 900	14.150.000	13.159.500	0	0	13.159.500
	26.782	1457.201U.0017	003374	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-153 - no Estado do Tocantins/No Estado do Tocantins(Meta : 106 Trecho mantido/km)	1	4	3	90	0 111	10.565.000	9.825.450	0	0	9.825.450
					1	4	3	90	0 900	10.565.000	9.825.450	0	0	9.825.450
	26.782	1457.202A.0051	003375	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-158 - no Estado do Mato Grosso/No Estado do Mato Grosso(Meta : 270 Trecho mantido/km)	1	4	3	90	0 111	27.025.000	25.133.250	0	0	25.133.250
					1	4	3	90	0 900	27.025.000	22.430.750	0	0	22.430.750
	26.782	1457.202I.0021	003376	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-222 - no Estado do Maranhão/No Estado do Maranhão(Meta : 166 Trecho mantido/km)	1	4	3	90	0 111	16.575.000	15.414.750	0	0	15.414.750
					1	4	3	90	0 900	16.575.000	15.414.750	0	0	15.414.750
	26.782	1457.202J.0016	003377	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-156 - no Estado do Amapá/No Estado do Amapá(Meta : 72 Trecho mantido/km)	1	4	3	90	0 111	7.225.000	6.719.250	0	0	6.719.250
					1	4	3	90	0 900	7.225.000	6.719.250	0	0	6.719.250
	26.782	1457.202L.0016	003378	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-210 - no Estado do Amapá/No Estado do Amapá(Meta : 28 Trecho mantido/km)	1	4	3	90	0 111	2.775.000	2.580.750	0	0	2.580.750
					1	4	3	90	0 900	2.775.000	2.580.750	0	0	2.580.750
	26.782	1457.203C.0051	003379	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-364 - no Estado	1	4	3	90	0 111	11.160.000	9.262.800	0	0	9.262.800

OI: Indicador de Obra Irregular (S = SIM)
Esfera: 1-Fiscal 2-Seguridade Social 3-Inv. Estatais. IU(Identificador de Uso): 0-no país 1-Contrapartida para o BIRD 2-Contrapartida para o BID 3-Outras Contrapartidas 4-No Exterior
GND(Grupo Natureza Despesa): 1-Pessoal e Encargos Sociais 2-Juros e Encargos 3-Outras Desp. Correntes 4-Investimentos 5-Inversões Financeiras 6-Amort. da Dívida 9-Reserva de Contingência
Mod. de Aplicação: 30-Estados/DF 40-Municípios 50-Entidade Privada 90-União 99-a definir
RP(Tipo de Despesa para fins de apuração do Resultado Primário): 0-Financeira 1-Primária Obrigatória 2-Primária Discricionária 3-Projeto-Piloto de Investimentos Públicos - PPI

Relatoria Geral - Proposta Orçamentária da União para 2008 - EMENDAS COLETIVAS À DESPESA APROVADAS

em R$ 1,00

EMENDA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	SUBTÍTULO	ESF	FNT	GND	M.A.	R.P.	APROVADO Rel. Setorial	ADEQUAÇÃO Rel. Geral (inclui adendos setoriais)	VALOR FINAL
71110014	39252 DNIT	26.782.1457.7M21.0056	Adequação de Trecho Rodoviário - Imperatriz - Açailândia - na BR-010 - no Estado do Maranhão / No Estado do Maranhão	1	100	4	90	2	10.000.000	5.000.000	15.000.000
									10.000.000	**5.000.000**	**15.000.000**
71110015	53201 CODEVASF	15.244.1025.7K66.0118	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado / Timon - No Estado do Maranhão	1	100	4	90	2	8.000.000	7.000.000	15.000.000
									8.000.000	**7.000.000**	**15.000.000**
71110016	53101 M. da Integração Nacional	06.182.1027.8348.0120	Apoio a Obras Preventivas de Desastres / Construção de Quebra Mar no Município de São Luís - No Estado do Maranhão	1	100	4	30	2	8.000.000	7.000.000	15.000.000
									8.000.000	**7.000.000**	**15.000.000**
TOTAL DO AUTOR									**175.500.000**	**124.064.888**	**299.564.888**
AUTOR: Bancada do Mato Grosso			**S/PARTIDO**								
71120001	26210 CEFET - MT	12.363.1062.2E13.0066	Reforma e Modernização de Infra-estrutura Física das Instituições Federais de Educação Tecnológica / No Estado do Mato Grosso	1	112	4	90	2	9.000.000	13.156.444	22.156.444
									9.000.000	**13.156.444**	**22.156.444**
71120002	22101 M. Ag., Pec. e Abastecimento	20.605.6003.7H17.0528	Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário / Aquisição de Equipamentos para a Implantação de Agroindústrias - SEDER/EMPAER - No Estado do Mato Grosso	1	100	4	30	2	5.000.000	7.078.222	12.078.222
									5.000.000	**7.078.222**	**12.078.222**
71120003	56101 M. das Cidades	15.451.6001.7K40.0056	Implantação ou Melhoria de Obras de Infra-estrutura Urbana no Município de Cuiabá - MT / Obras de Desenvolvimento Urbano - Cuiabá - MT	1	100	4	40	2	10.500.000	6.500.000	17.000.000
				1	900	4	40	2	6.500.000	-6.500.000	0
									17.000.000	**0**	**17.000.000**
71120004	56101 M. das Cidades	15.451.6001.7K40.0058	Implantação ou Melhoria de Obras de Infra-estrutura Urbana no Município de Cuiabá - MT / Ações de Infra-estrutura Urbana - Cuiabá - MT	1	100	4	40	2	9.000.000	10.000.000	19.000.000
				1	900	4	40	2	10.000.000	-10.000.000	0
									19.000.000	**0**	**19.000.000**
71120005	56101 M. das Cidades	17.512.0122.7H43.0056	Apoio à Implantação de Sistema de Esgotamento Sanitário no Município de Várzea Grande - MT / Sistemas de Esgotamento Sanitário - Várzea Grande - MT	2	100	4	40	2	500.000	-500.000	0
				2	100	4	40	3	0	500.000	500.000
				2	151	4	40	2	18.800.000	-18.800.000	0
				2	151	4	40	3	0	18.800.000	18.800.000
									19.300.000	**0**	**19.300.000**
71120006	39252 DNIT	26.782.1456.7M75.0058	Construção de Trecho Rodoviário - Castanheira km 720,2 - Aripuanã km 918,0 - Na BR-174 - No Estado do Mato Grosso / No Estado do Mato Grosso	1	100	4	30	2	15.000.000	0	15.000.000
									15.000.000	**0**	**15.000.000**
71120007	53101 M. da Integração Nacional	15.244.0120.6553.0122	Apoio a Implantação da Infra-Estrutura complementar, Social e Produtiva na Faixa de Fronteira / Cáceres - No Estado do Mato Grosso	1	100	4	30	2	10.000.000	2.078.222	12.078.222
									10.000.000	**2.078.222**	**12.078.222**
71120009	36901 Fundo Nacional de Saúde	10.301.1214.8581.0612	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde / Equipamentos e Materiais Permanentes - No Estado do Mato Grosso	2	151	4	30	2	7.800.000	0	7.800.000
									7.800.000	**0**	**7.800.000**
71120010	53101 M. da Integração Nacional	18.541.1138.7M07.0056	Revitalização e Urbanização do Córrego Gumita em Cuiabá no Estado de Mato Grosso / no Estado do Mato Grosso	1	100	4	40	2	12.000.000	78.222	12.078.222
									12.000.000	**78.222**	**12.078.222**
71120011	56101 M. das Cidades	15.451.6001.7K94.0056	Implantação ou Melhoria de Obras de Infra-estrutura Urbana em Rondonópolis - MT / Obras de Infra-estrutura Urbana - Rondonópolis - MT	1	100	4	40	2	9.000.000	7.000.000	16.000.000
				1	900	4	40	2	7.000.000	-7.000.000	0
									16.000.000	**0**	**16.000.000**
71120012	39252 DNIT	26.782.1456.202Y.0051	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-174 - no Estado do Mato Grosso / No Estado do Mato Grosso	1	100	4	90	3	0	19.399.500	19.399.500
				1	111	4	90	3	6.313.000	0	6.313.000
				1	900	4	90	3	19.399.500	-19.399.500	0
									25.712.500	**0**	**25.712.500**

Grupo Natureza Despesa: 1-Pessoal e Encargos Sociais 2-Juros e Encargos 3-Outras Desp. Correntes 4-Investimentos 5-Inversões Financeiras 6-Amort. da Dívida 9-Reserva de Contingência
Mod. de Aplicação: 30-Estados/DF 40-Municípios 50-Entidade Privada 90-União 99-a definir RP(Tipo de Despesa para fins de apuração do Resultado Primário): 0-Financeira 1-Primária Obrigatória 2-Primária Discricionária

EMENDA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	SUBTÍTULO	ESF	FNT	GND	M.A.	R.P.	APROVADO Rel. Setorial	ADEQUAÇÃO Rel. Geral (inclui adendos setoriais)	VALOR FINAL
71120013	22101 M. Ag., Pec e Abastecimento	20.605.6003.7H17.0570	Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário / Aquisição de Patrulha Mecanizada - No Estado do Mato Grosso	1	100	4	30	2	5.000.000	7.078.222	12.078.222
									5.000.000	7.078.222	12.078.222
71120014	39252 DNIT	26.782.1456.7M76.0056	Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa MS/MT - Divisa MT/PA - na BR-163 - No Estado do Mato Grosso / No Estado do Mato Grosso	1	100	4	90	3	0	18.776.548	18.776.548
				1	111	4	90	3	21.223.452	0	21.223.452
				1	900	4	90	3	18.776.548	-18.776.548	0
									40.000.000	0	40.000.000
71120015	53101 M. da Integração Nacional	19.691.1430.8902.0104	Promoção de Investimentos em Infra-Estrutura Econômica / Cuiabá - No Estado do Mato Grosso	1	100	4	30	2	8.000.000	4.078.223	12.078.223
									8.000.000	4.078.223	12.078.223
71120016	53101 M. da Integração Nacional	19.691.1430.8902.0104	Promoção de Investimentos em Infra-Estrutura Econômica / Cuiabá - No Estado do Mato Grosso	1	100	4	40	2	8.000.000	-8.000.000	0
									8.000.000	-8.000.000	0
71120016	53101 M. da Integração Nacional	19.691.1430.8902.0116	Promoção de Investimentos em Infra-Estrutura Econômica / Aquisição de Equipamentos de Infra-Estrutura Econômica - Cuiabá - MT	1	100	4	30	2	0	12.078.223	12.078.223
									0	12.078.223	12.078.223
71120017	39252 DNIT	26.782.1457.7M77.0056	Construção de Trecho Rodoviário - Trecho Divisa GO/MT - Divisa MT/RO - na BR-364 - No Estado do Mato Grosso / No Estado do Mato Grosso	1	100	4	90	2	9.000.000	-9.000.000	0
				1	100	4	90	3	0	9.000.000	9.000.000
									9.000.000	0	9.000.000
TOTAL DO AUTOR									225.812.500	37.625.778	263.438.278
AUTOR: Bancada do Mato Grosso Sul			**S/PARTIDO**								
71130001	53101 M. da Integração Nacional	19.691.1430.8902.0108	Promoção de Investimentos em Infra-Estrutura Econômica / Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio Taquari - Cointa - No Estado do Mato Grosso do Sul	1	100	4	71	2	9.000.000	2.252.937	11.252.937
									9.000.000	2.252.937	11.252.937
71130002	39252 DNIT	26.782.1461.7M78.0056	Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-163 - Alcinópolis - na BR-359 - No Estado do Mato Grosso do Sul / No Estado do Mato Grosso do Sul	1	100	4	90	2	10.000.000	2.252.933	12.252.933
									10.000.000	2.252.933	12.252.933
71130003	53101 M. da Integração Nacional	19.691.1430.8902.0110	Promoção de Investimentos em Infra-Estrutura Econômica / Campo Grande - MS	1	100	4	90	2	9.000.000	2.252.933	11.252.933
									9.000.000	2.252.933	11.252.933
71130004	56101 M. das Cidades	15.451.6001.7K95.0056	Implantação ou Melhoria de Obras de Infra-estrutura Urbana em Dourados - MS / Obras de Infra-estrutura Urbana - Dourados - MS	1	100	4	30	2	7.300.000	7.252.933	14.552.933
				1	900	4	30	2	5.000.000	-5.000.000	0
									12.300.000	2.252.933	14.552.933
71130005	39252 DNIT	26.782.1461.7M79.0056	Construção de Trecho Rodoviário - Alcinópolis - Divisa GO/MS - na BR-359 - No Estado do Mato Grosso do Sul / No Estado do Mato Grosso do Sul	1	100	4	30	2	20.000.000	2.252.933	22.252.933
									20.000.000	2.252.933	22.252.933
71130006	56101 M. das Cidades	15.451.6001.7K96.0056	Implantação ou Melhoria de Obras de Infra-estrutura Urbana em Campo Grande - MS / Obras de Infra-estrutura Urbana - Campo Grande - MS	1	100	4	30	2	11.700.000	2.252.933	13.952.933
									11.700.000	2.252.933	13.952.933
71130007	56101 M. das Cidades	15.451.6001.7K97.0056	Implantação ou Melhoria de Obras de Infra-estrutura Urbana em Três Lagoas - MS / Obras de Infra-estrutura Urbana - Três Lagoas - MS	1	100	4	40	2	6.500.000	7.752.933	14.252.933
				1	900	4	40	2	5.500.000	-5.500.000	0
									12.000.000	2.252.933	14.252.933
71130008	39252 DNIT	26.782.1461.202Q.0054	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-262 - no Estado do Mato Grosso do Sul / No Estado de Mato Grosso do Sul	1	100	4	90	3	0	2.369.500	2.369.500
				1	900	4	90	3	2.369.500	-2.369.500	0
									2.369.500	0	2.369.500

Grupo Natureza Despesa: 1-Pessoal e Encargos Sociais 2-Juros e Encargos 3-Outras Desp. Correntes 4-Investimentos 5-Inversões Financeiras 6-Amort. da Dívida 9-Reserva de Contingência
Mod. de Aplicação: 30-Estados/DF 40-Municípios 50-Entidade Privada 90-União 99-a definir RP(Tipo de Despesa para fins de apuração do Resultado Primário): 0-Financeira 1-Primária Obrigatória 2-Primária Discricionária

REQUERIMENTO Nº 85 DE 2008-CN

Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado, de Modificação do TÍTULO/SUBTÍTULO de minha Emenda Individual , conforme abaixo:

Emenda a ter o seu TÍTULO MODIFICADO:						
EMENDA	**UO**	**TÍTULO/SUBTÍTULO**	**MOD**	**GND**	**FTE**	**VALOR**
22290004	51101	27.811.0181.8766.0056 Implantação e Modernização de Infra-estrutura para o Esporte de Alto Rendimento - No Estado de Minas Gerais	99	4	100	R$ 4.000.000,00
Emenda MODIFICADA:						
EMENDA	**UO**	**TÍTULO/SUBTÍTULO**	**MOD**	**GND**	**FTE**	**VALOR**
22290004	51101	27.812.1250.8765 Implantação e Modernização de Infra-Estrutura para Esporte Recreativo e de Lazer– No Estado de Minas Gerais	99	4	100	R$ 4.000.000,00

JUSTIFICATIVA

O presente requerimento pretende modificar o título da Emenda Individual para "Implantação e Modernização de Infra-Estrutura para Esporte Recreativo e de Lazer", visando atender os programas estruturantes do Estado de Minas Gerais.

Sala das Sessões,12 de março de 2008

JOÃO BITTAR
Deputado Federal DEM/MG

Deputado	Partido	Gabinete	Assinatura
ALCEU COLARES	PTB	924	
SILVIO COSTA	PMN	458	
HUMBERTO SOUTO	PPS	518	
[illegible]	PR	204	
MARCIO REINALDO MORAES	PP	819	
MIGUEL MARTINI	PHS	758	
VALDIVINO FILHO	PSB	660	
[illegible]	PR	613	
ATILA LINS	PSB	640	
[illegible]	PMDB	346	
[illegible]	PV-MG	374	
ZEZÉU RIBEIRO	PT-BA	571	
JULIO DELGADO	PSB-MG	323	
JÔ MORAES	PCdoB	322	
RENILDO CALHEIROS	PCdoB-PE	356	
EDUARDO DA FONTE	PP	613	
FERNANDO COUTO FILHO	PSB	272	
CARLOS EDUARDO CADOCA	PSC	413	
PAULO PEREIRA DA SILVA	PDT	217	
IRIS DE ARAÚJO	PMDB	530	
JOÃO CAMPOS	PSDB	315	
MICHEL TEMER JR	PT	627	
ODAIR CUNHA	PT	556	
RAFAEL GUERRA	PSDB-MG	239	
RITA CAMATA	PMDB-ES	836	
[illegible]	PR	422	
PROF. SETIMO	PMDB	379	
ANTONIO ANDRADE	PMDB	333	
MAURO LOPES	PMDB-MG	841	
JÚLIO CESAR	DEM	944	
JORGE KHOURY	DEM	715	
CARLOS ALBERTO LEITE	PMDB	305	
[illegible]	DEM/RJ	324	

Deputado	Partido	Gabinete	Assinatura
Rico Teixeira	DEM	215	
Luiz Bittencourt	PMDB	844	
Damião Feliciano	PDT	938	
Mauro Nazif	PSB	918	
Regis de Oliveira	PSC	914	
Carlos Willis	DEM	283	
Raimundo Gomes de Matos	DEM	515	
Wilney Magalhães	PDT	956	
Adelor Vieira	PT	923	
Angelo Vanhoni	PT	672	
Ratinho Júnior	PSC	521	
Reginaldo Lopes	PT	426	
Luiz Couto	PT	556	
Gerson Peres	PP	334	
Vieira da Cunha	PDT	622	
Rafael Guerra	PSDB	226	
Vicentinho	PT	954	
Márcio Junqueira	DEM	645	
Luiz Carlos Setim	DEM	901	
Dep. Alexandre Silveira	PDT	937	
Fátima Bezerra	PT	236	
Wanderley Martins	PP	276	
Agnaldo Ribeiro	PP	575	
Vicente Arruda	PR	603	
Sandes Júnior	PP	650	
Guilherme Campos	DEM	601	
Perpétua Almeida	PCdoB	625	
Moreira Mendes	PPS	921	
Dorinha Seabra Rezende	DEM-TO	812	
Marcelo Ortiz	PV-SP	931	

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatoria Geral - Proposta Orçamentária da União para 2008 - EMENDAS INDIVIDUAIS APROVADAS

Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e Investimento das Estatais em R$ 1,00

EMENDA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	TÍTULO/SUBTÍTULO	ESF	FNT	GND	M.A.	R.P.	APROVADO Rel. Setorial	ADEQUAÇÃO Rel. Geral (inclui adendos setoriais)	VALOR FINAL
17150023	53204 DNOCS	18.544.0515.1851.0070	Construção e Recuperação de Obras de Infra-estrutura Hídrica / Em Municípios - No Estado da Bahia	1	100	4	99	2	500.000	0	500.000
									500.000	**0**	**500.000**
17150024	53201 CODEVASF	18.544.0515.1851.0070	Construção e Recuperação de Obras de Infra-estrutura Hídrica / Em Municípios - No Estado da Bahia	1	100	4	99	2	700.000	0	700.000
									700.000	**0**	**700.000**
17150025	53101 M. da Integração Nacional	18.544.0515.1851.0096	Construção e Recuperação de Obras de Infra-estrutura Hídrica / Piatã - BA	1	100	4	40	2	150.000	0	150.000
									150.000	**0**	**150.000**
TOTAL DO AUTOR									**8.000.000**	**0**	**8.000.000**
AUTOR: João Bittar Júnior			**DEM**								
22290001	42902 Fundo Nacional de Cultura	13.392.1142.4796.0244	Fomento a Projetos em Arte e Cultura Lar de Amparo e Promoção Humana - No Estado de Minas Gerais	1	100	3	50	2	600.000	0	600.000
									600.000	**0**	**600.000**
22290002	36901 Fundo Nacional de Saúde	10.302.1220.8535.0031	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde / No Estado de Minas Gerais	2	151	4	99	2	1.000.000	0	1.000.000
									1.000.000	**0**	**1.000.000**
22290003	55901 FNAS	08.244.1384.2B30.0110	Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica / No Estado de Minas Gerais	2	151	3	99	2	720.000	0	720.000
				2	151	4	99	2	1.680.000	0	1.680.000
									2.400.000	**0**	**2.400.000**
22290004	51101 M. do Esporte	27.811.0181.8766.0056	Implantação e Modernização de Infra-estrutura para o Esporte de Alto Rendimento / No Estado de Minas Gerais	1	100	4	99	2	4.000.000	0	4.000.000
									4.000.000	**0**	**4.000.000**
TOTAL DO AUTOR									**8.000.000**	**0**	**8.000.000**
AUTOR: João Campos de Araújo			**PSDB**								
19550001	30911 FNSP	06.181.1127.8988.0062	Apoio ao Reaparelhamento das Instituições de Segurança Pública / Corpo de Bombeiro Militar do Estado de Goiás	1	100	4	30	2	400.000	0	400.000
									400.000	**0**	**400.000**
19550002	36901 Fundo Nacional de Saúde	10.302.1220.8535.0052	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde / No Estado de Goiás	2	151	3	99	2	1.200.000	0	1.200.000
				2	151	4	99	2	1.200.000	0	1.200.000
									2.400.000	**0**	**2.400.000**
19550003	15119 TRT - 18a. Região - GO	02.122.0571.1B39.0103	Construção do Complexo Trabalhista do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região / No Município de Goiânia - GO	1	100	4	90	2	150.000	0	150.000
									150.000	**0**	**150.000**
19550004	53101 M. da Integração Nacional	19.691.1430.8902.0056	Promoção de Investimentos em Infra-Estrutura Econômica No Estado de Goiás	1	100	4	40	2	300.000	0	300.000
									300.000	**0**	**300.000**
19550005	26101 M. da Educação	12.364.1073.0048.0106	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais / No Estado de Goiás	1	100	4	30	2	100.000	0	100.000
									100.000	**0**	**100.000**
19550006	26235 UFGO	12.364.1073.2F14.0088	Reforma e Modernização de Infra-estrutura Física das Instituições Federais de Ensino Superior / No Estado de Goiás	1	100	4	90	2	200.000	0	200.000
									200.000	**0**	**200.000**
19550007	42101 M. da Cultura	13.392.0168.1521.0058	Instalação de Bibliotecas Públicas / No Estado de Goiás	1	100	4	99	2	150.000	0	150.000
									150.000	**0**	**150.000**

Grupo Natureza Despesa: 1-Pessoal e Encargos Sociais 2-Juros e Encargos 3-Outras Desp. Correntes 4-Investimentos 5-Inversões Financeiras 6-Amort. da Dívida 9-Reserva de Contingência
Mod. de Aplicação: 30-Estados/DF 40-Municípios 50-Entidade Privada 90-União 99-a definir RP(Tipo de Despesa para fins de apuração do Resultado Primário): 0-Financeira 1-Primária Obrigatória 2-Primária Discricionária

REQUERIMENTO Nº 86, DE 2008–CN

Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda Individual de nº 24020010 ao Orçamento-2008 – Promoção de eventos para divulgação do Turismo Interno em Municípios no Estado da Bahia – de autoria do Deputado Veloso, para a alteração da Modalidade de Aplicação 40 (transferência a municípios) para a Modalidade de Aplicação 99 (a definir).

Sala das Sessões, 13 de março de 2008.

AUTOR DO DESTAQUE: _____
NOME LEGÍVEL

DATA: 13/3/2008. _____
ASSINATURA

Parlamentar	Partido	Assinatura
1- FLAVIO BEZERRA	PMDB CE	
2- PAULO HENRIQUE LUSTOSA	PMDB/CE	
3- Mauro Benevides	PMDB. CE	
4- PAULO PIAU	PMDB/MG	
5- Marinha Raupp	PMDB/RO	
6- EDUARDO BRAGA	PMDB-SC	
7- [illegible]	PMDB-GO	
8- VALDIR COLATTO	PMDB-SC	
9- JANETE ROCHA PIETA	PT/SP	
10- JOSEPH BANDEIRA	PT/BA	
11- Ivan Valente	PSOL/SP	
12- JESUS DE GOIO	PT-PR	
13- Tarcisio Zimmermann	PT/RS	
14- Ricardo Ortiz	PV-SP	
15- Marcos Montes	DEM-MG	
16- AFONSO HAMM	PP-RS	
17- Luiz Carlos Heinze	PP-RS	
18- Marcelo Melo	PMDB-PA	
19- Homero Pereira	PR/MT	
20- ROMANO CARIRO	PP-GO	
21- [illegible]	PT/SC	
22- [illegible]	PDT/MA	
23- TADEU FILIPPELLI	PMDB-DF	
24- CLAUDIO VIGNATTI	PT-SP	
25- Lucenira Pimentel	PR-AP	
26- JULIO DELGADO	PSB-MG	
27- [illegible]	PMDB	
28- [illegible]	PSB	
29- JURANDIL JUAREZ	PMDB-AP	
30- [illegible]	PTB-SP	
31- [illegible]	PMN-RN	
32- MARCELO ALMEIDA	PMDB-PR	
33- [illegible]	[illegible]	
34- PAULO HENRY	797 PMDB-PE	
35- [illegible]	333 PMDB-[illegible]	
36- ARNALDO JARDIM	PPS	
37- [illegible]	PP	

Parlamentar	Partido	Assinatura
38-		
39-	DEM-PR	
40-	DR/SP	
41-		
42-	PSDB	
43-	PR	423
44-		
45-	PMDB-ES	
46-	PMDB-CE	
47-	PMDB-CE	
48-	PDT/RS	
49-	PT/AM	
50-	PV-RJ	
51-	PT/MG	
52-	PT-SP	
53-	DEM	
54-		
55-	PV	
56-	PSC	
57-	PT-423	
58-	PT-077	
59-	PR 414	
60-	PP 276	
61-	PR-TO 22	
62-	PTB+PDT	
63-	DEM-PI	
64-		948 PSDB-PE
65-	PT-MG 260	
66-	PTB/SP 344	
67-	PT-BA 611	
68-	PT/SP 5218	
69-	PMDB/BA	
70-	PMDB/PB	

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0030 / 2007 - LOA

Data: 16/11/2007
Hora: 15:28
Página: 8921 de 6385

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

AUTOR DA EMENDA: 2402 - Veloso

EMENDA: 24020010

MODALIDADE DA EMENDA: Individual

TIPO DE EMENDA: Apropriação - Inclusão

ÁREA DE GOVERNO: Turismo

MODALIDADE DE INTERVENÇÃO: 591 Promoção/Fomento do/da

TIPO DE REALIZAÇÃO PRETENDIDA: 261 Eventos Turísticos

LOCALIDADE BENEFICIADA: 2900000 - Bahia

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE:

ESFERA ORÇAMENTÁRIA: Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: M. do Turismo

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO: 23.695.1166.4620

Promoção de Eventos para Divulgação do Turismo Interno em Municípios - No Estado da Bahia

ESPECIFICAÇÃO DA META: Evento realizado(unidade)

QUANTIDADE: 10

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R$ 1,00)

GND		MOD. APLICAÇÃO		RP	Valor Acrescido
4	Investimentos	40	Transf. a Municípios	2	300.000
			TOTAL		300.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND		MOD. APLICAÇÃO		ID	RP	Valor Deduzido
020000	100	9	Reserva de Contingência	99	A Definir	0	2	300.000
					TOTAL			300.000

TIPO DA SUBVENÇÃO: Público

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa alocar recursos no Orçamento Geral da União de 2008, para promoção de eventos e festas turísticas, visando melhorar as condições de vizibilidade e atração de turistas dos municípios do Estado da Bahia.

REQUERIMENTO Nº 87, DE 2008-CN

Estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2008

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos regimentais, **DESTAQUE** para recomposiçao total da Dotação Orçamentária 02.122 0571.1B39.0103, Sequencial 000780, Unidade Orçamentária TRT-18ª Região – GO, Subtítulo Construção do Complexo Trabalhista do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região/No município de Goiânia – GO, GND 4, Mod. Aplic. 90, Fonte 100, Valor a ser recomposto de R$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais).

Sala das Sessões, em 12 de Março de 2008

Dep. JOVAIR ARANTES

Nº	Nome do Parlamentar	Assinatura
01 570	Luiz Carlos Busato	
02 635	Paulo Roberto	
03 436	José Chaves	
04 926	Nelson Marquezelli	
05 725	Raimundo Gomes de Matos	
06 934	Leonardo Vilela	
07 056	W. Wagner Weba p/ suplente	
08 640	Átila Lira	
09 510	Eduardo Cunha	
10 413	Arnon Bezerra	
11 352	Magela	
12 634	Ricardo Izar	
13 435	Fernando Coruja	
14 622	P.L. Pagé	
15 357	Augusto Nardes	
16 805	Deputado Ibsen Pinheiro	
17 805	Deputado Ibsen Pinheiro	
18 526		
19 [illegible]	Sandes Júnior	
20 916	Nelson Meurer	
21 334	Borzeiwi	
22 277	Fontana	
23 201	[illegible]	
24 958	[illegible]	

Nº	Nome do Parlamentar	Assinatura
25 607	Shaus Bennidy MAURO	BENEVIDES 607
26 316	Moisés Rocha	316
27 811	MARCELO CASTRO	811
28 322	JÔ MORAES	322
29 210	MARCELO TEIXEIRA	210
30 467	AFONSO HAMM	467
31 548	A. PADILHA	
32 217	PAULO PEREIRA	
33 580	NELSON PROENÇA	580
34 944	Júlio CÉSAR	944
35 272	MÁRIO HERINGER	
36 226	PASTOR MANOEL FERREIRA	
37 546	EDMILSON VALENTIM	
38 141	RICARDO TRIPOLI	141
39 368	ARNALDO JORDY	
40 515	CIADOCA	
41 356	REINALDO CALHEIROS	
42 909	MARIA HELENA	
43 402	Cida Diogo	402
44 408	PEDRO CHAVES	406
45 320	SOTERO	320
46 507	JOSÉ FERNANDO A. OLIVEIRA	507
47 533	ROBERTO SANTIAGO	
48 202	SARNEY FILHO	
49 824	ALNALDO VIANNA	
50 639	Reginaldo Nogueira	112

Nº	Nome do Parlamentar	Assinatura
51 509	JOÃO PAULO PT/SP	
52 573	Silvinho Peccioli DEM/SP	
53 568	[illegible]	
54 937	[illegible]	
55 219	Chico Alencar	
56 439	JOÃO MAIA	
57 434	JOFRAN FREJAT	
58 830	CARLOS ALBERTO LEREIA	830
59 721	LAERTE VARELLA	
60 220	[illegible]	
61 935	EDSON APARECIDO	
62 652	J. ALBERTO	
63 834	MARIO HERINGER	
64 243	CARLOS MELLES	
65 952	JOSÉ BITTAR	
66 819	Marcio Reinaldo	
67 276	WALDIR MARANHÃO	
68 575	MARCOS HOLANDA	
69 603	[illegible]	VICENTE ARRUDA
70 726	LEO ALCANTARA	Leonardo Arcanjo
506	MANOEL SALVIANO	506

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatoria Geral- Demonstrativo analítico das alterações da proposta Orçamentária da União para 2008 *por UO/Programa/Subtítulo* Orçamento Fiscal e Seguridade Social (em R$ 1,00)

O Func. Programática Seq. Título/Subtítulo/Meta I	E G R M I F S N P A U T F D E	PL 030/2007 (A)	RELAT. SETORIAL (B)	ACRÉSCIMO (C)	CANCELAMENTO (D)	SUBSTITUTIVO (E) = (B) + (C) - (D)
Unidade Orçamentária: 15118 TRT - 17a. Região - ES						
02.061 0571.4224.0032 000766 Assistência Jurídica a Pessoas Carentes/No Estado do Espírito Santo(Meta : 157 Pessoa assistida/unidade)	1 3 2 90 0 1 3 2 91 0 100	25.000	25.000	0	0	25.000
02.061 0571.4256.0001 000767 Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho/Nacional(Meta : 130.891 Processo julgado/unidade)	1 1 1 90 0 100 1 3 2 90 0 100 1 4 2 90 0 100 1 1 1 90 0 900	34.705.306 8.247.725 1.300.000 53.000.000	34.705.306 8.247.725 1.300.000 53.000.000	0 0 0 0	0 1.649.545 0 0	34.705.306 6.598.180 1.300.000 53.000.000
02.122 0571.09HB.0032 000769 Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais/No Estado do Espírito Santo(Meta : - -/-)	1 1 0 91 0 100 1 1 0 91 0 900	6.630.791 10.000.000	6.630.791 10.000.000	0 0	0 0	6.630.791 10.000.000
02.122 0571.1B51.0101 000768 Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região em Vitória - ES/No Município de Vitória - ES(Meta : 18 Edifício construído/% de execução física)	1 4 2 90 0 100	14.903.500	14.903.500	0	0	14.903.500
02.128 0571.4091.0001 000765 Capacitação de Recursos Humanos/Nacional(Meta : 1.000 Servidor capacitado/unidade)	1 3 2 90 0 100	180.000	180.000	0	0	180.000
02.301 0571.2004.0001 000761 Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes/Nacional(Meta : 1.360 Pessoa beneficiada/unidade)	2 3 2 90 0 151	2.259.200	2.259.200	0	0	2.259.200
02.306 0571.2012.0001 000764 Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados/Nacional(Meta : 1.046 Servidor beneficiado/unidade)	1 3 1 90 0 100	2.791.800	2.791.800	0	0	2.791.800
02.331 0571.2011.0001 000763 Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados/Nacional(Meta : 1.154 Servidor beneficiado/unidade)	1 3 1 90 0 100	20.003	20.003	0	0	20.003
02.365 0571.2010.0001 000762 Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados/Nacional(Meta : 100 Criança atendida/unidade)	1 3 2 90 0 100	444.000	444.000	0	0	444.000
Programa: 0901 Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais		*370.784*	*370.784*	*0*	*0*	*370.784*
28.846 0901.0005.0001 000770 Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas/Nacional(Meta : - -/-)	1 1 1 90 0 900	125.385	125.385	0	0	125.385
28.846 0901.0625.0001 000771 Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas/Nacional(Meta : - -/-)	1 1 1 90 0 100	245.399	245.399	0	0	245.399
TOTAL DA UO:		147.715.876	147.715.876	0	1.649.545	146.066.331
Unidade Orçamentária: 15119 TRT - 18a. Região - GO						
Programa: 0089 Previdência de Inativos e Pensionistas da União		*15.964.255*	*15.964.255*	*0*	*0*	*15.964.255*
09.272 0089.0396.0001 000772 Pagamento de Aposentadorias e Pensões/Nacional(Meta : 1.154 Pessoa beneficiada/unidade)	2 1 1 90 0 151 2 1 1 90 0 156 2 1 1 90 0 169	11.086 7.000.000 8.953.169	11.086 7.000.000 8.953.169	0 0 0	0 0 0	11.086 7.000.000 8.953.169
Programa: 0571 Prestação Jurisdicional Trabalhista		*156.097.615*	*154.747.615*	*9.888.888*	*2.545.122*	*162.091.381*
02.061 0571.4224.0052 000778 Assistência Jurídica a Pessoas Carentes/No Estado de Goiás(Meta : 500 Pessoa assistida/unidade)	1 3 2 90 0 100	250.000	250.000	0	0	250.000
02.061 0571.4256.0001 000779 Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho/Nacional(Meta : 130.891 Processo julgado/unidade)	1 1 1 90 0 100 1 3 2 90 0 100 1 4 2 90 0 100 1 1 1 90 0 900	44.193.257 12.725.611 1.200.000 66.000.000	44.193.257 12.725.611 1.200.000 66.000.000	0 0 0 0	0 2.545.122 0 0	44.193.257 10.180.489 1.200.000 66.000.000
02.122 0571.09HB.0052 000782 Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais/No Estado de Goiás(Meta : - -/-)	1 1 0 91 0 100 1 1 0 91 0 900	7.959.406 12.000.000	7.959.406 12.000.000	0 0	0 0	7.959.406 12.000.000
02.122 0571.1B39.0103 000780 [redacted] Construção do Complexo Trabalhista do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região/No Município de Goiânia - GO(Meta : 14 Obra executada/% de execução física)	1 4 2 90 0 100	3.000.000	1.650.000	9.888.888	0	11.538.888
02.122 0571.1N12.0101 000781 Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Luziânia - GO/No Município de Luziânia - GO(Meta : 29 Edifício construído/% de execução física)	1 4 2 90 0 100	200.000	200.000	0	0	200.000
02.128 0571.4091.0001 000777 Capacitação de Recursos Humanos/Nacional(Meta : 1.000	1 3 2 90 0 100	320.000	320.000	0	0	320.000

OI: Indicador de Obra Irregular (S = SIM)
Esfera: 1-Fiscal 2-Seguridade Social 3-Inv. Estatais. IU(Identificador de Uso): 0-no país 1-Contrapartida para o BIRD 2-Contrapartida para o BID 3-Outras Contrapartidas 4-No Exterior
GND(Grupo Natureza Despesa): 1-Pessoal e Encargos Sociais 2-Juros e Encargos 3-Outras Desp. Correntes 4-Investimentos 5-Inversões Financeiras 6-Amort. da Dívida 9-Reserva de Contingência
Mod. de Aplicação: 30-Estados/DF 40-Municípios 50-Entidade Privada 90-União 99-a definir
RP(Tipo de Despesa para fins de apuração do Resultado Primário): 0-Financeira 1-Primária Obrigatória 2-Primária Discricionária 3-Projeto-Piloto de Investimentos Públicos - PPI

REQUERIMENTO Nº 88, DE 2008-CN

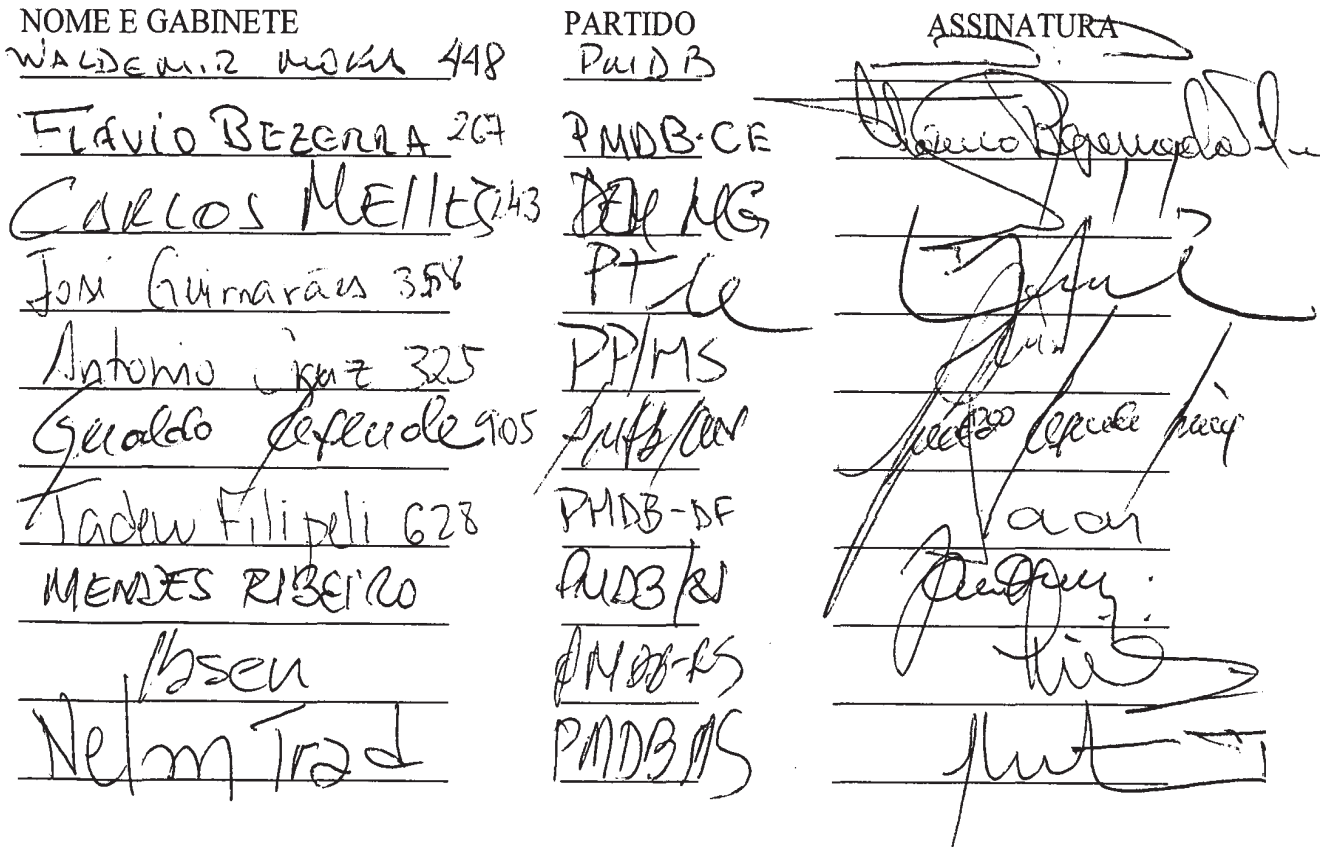
Senhor Presidente,

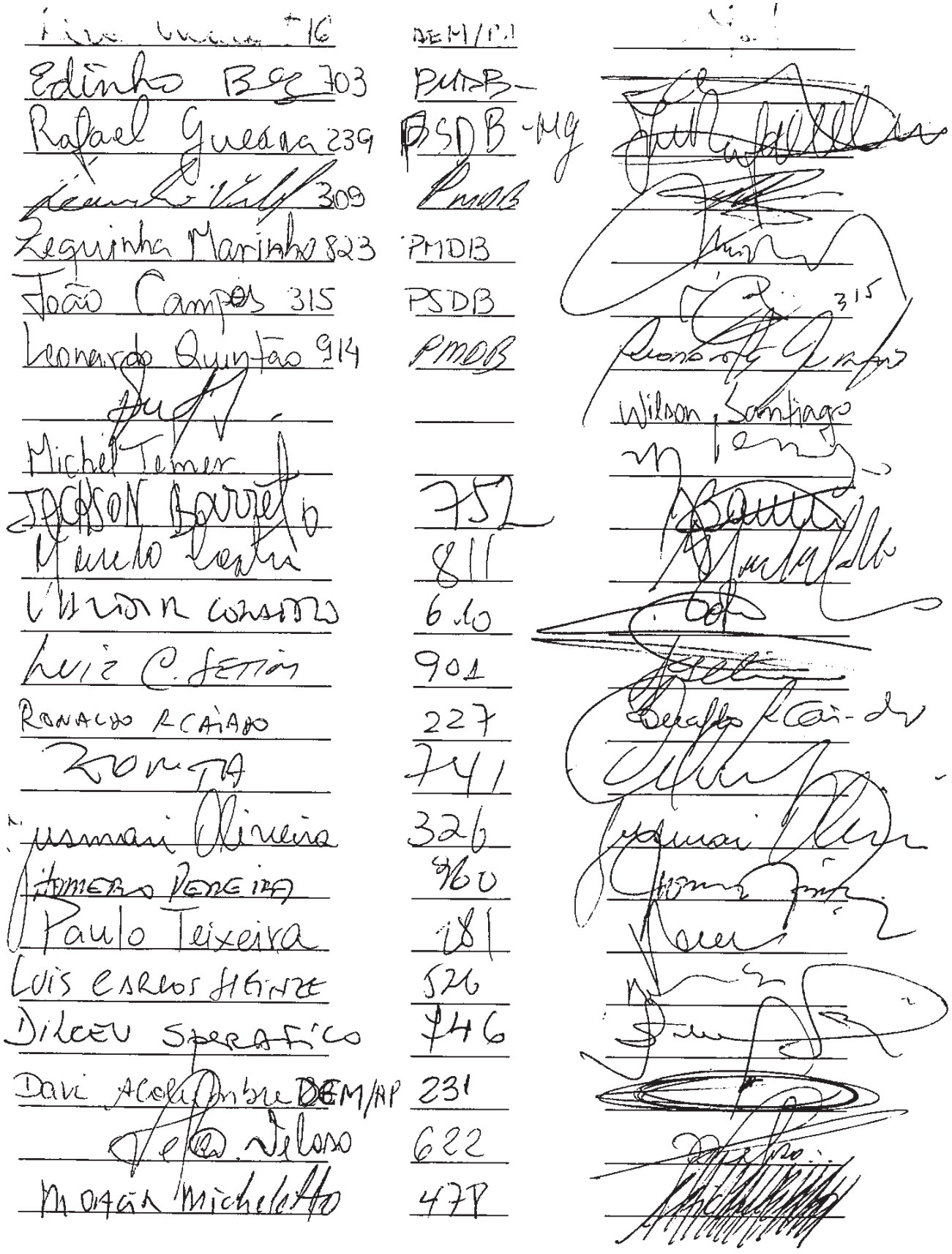
Solicito destaque para a emenda da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados, nº 50100001, Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais, para acréscimo na GND 3 – Fonte 100 – Modalidade de Aplicação 90 – Valor R$50.000.000; e na GND 4 – Fonte 100 – Modalidade de Aplicação 90 – Valor R$50.000.000.

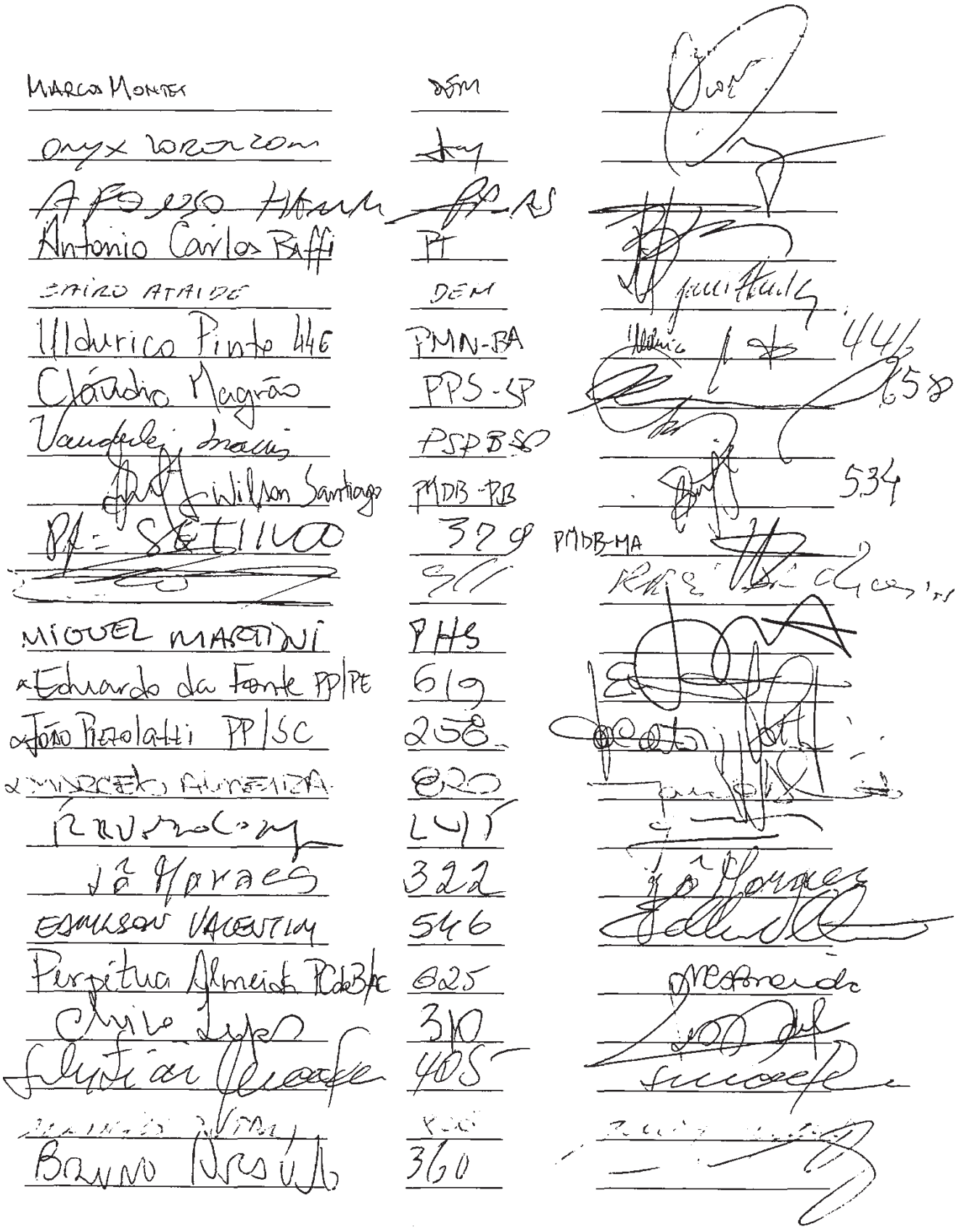
Aproveito a oportunidade para externar protestos de estima e consideração.

Respeitosamente, 12 de março de 2008. – Deputado **Waldemir Moka**.

PARLAMENTARES A FAVOR DESTE DESTAQUE







ATILA LINS 730	PMDB	
WILLIAM WOO 844	PMDB	
JOÃO MATOS 952		
MAURO NAZIF PSB	948	
RAGUETO PDT	858	

ME E GABINETE	PARTIDO	ASSINATURA
LINDBERGH FARIAS	PT	
ARNALDO VIANNA	PDT	
MIRO TEIXEIRA	PDT	
ARNALDO MADEIRA	PSDB	
JOÃO DADO	PDT	
ALBERTO FRAGA	DEM	
SANDRO MABEL	PR	
JOÃO CAMPOS	PSDB	
JOÃO LYRA	PSC	
JOÃO CARLOS BACELAR	PR	

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0030 / 2007 - LOA

Data: 18/12/2007
Hora: 11:36
Página: 9926 de 10079

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

AUTOR DA EMENDA
5010 - Com. Agricultura Pec Abast D. Rural

EMENDA
50100001

MODALIDADE DA EMENDA
Comissão

TIPO DE EMENDA
Apropriação - Acréscimo

LOCALIDADE BENEFICIADA
9000000 - Nacional

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA
M. Ag., Pec. e Abastecimento

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO
20.604.0357.8658.0001
Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais
Nacional

ESPECIFICAÇÃO DA META
Propriedade atendida(unidade)

QUANTIDADE
500.000

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R$ 1,00)

GND		MOD. APLICAÇÃO		RP	Valor Acrescido
3	Outras Despesas Correntes	90	Aplic. Diretas	2	100.000.000
4	Investimentos	90	Aplic. Diretas	2	100.000.000
			TOTAL		200.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND		MOD. APLICAÇÃO		ID	RP	Valor Deduzido
020000	100	9	Reserva de Contingência	99	A Definir	0	2	200.000.000
					TOTAL			200.000.000

JUSTIFICATIVA

É prioridade para o governo brasileiro a prevenção, controle e erradicação das doenças da bovideocultura para melhorar a qualidade do produto ofertado ao consumidor interno e por serem utilizadas como barreiras sanitárias à exportação de produtos agropecuários. O reconhecimento internacional da qualidade e sanidade dos rebanhos brasileiros é de fundamental importância para a manutenção e aumento das exportações de produtos agropecuários, proporcionando condições de crescimento de produção interna e geração de renda para o produtor por meio de preços mais competitivos. Para tanto, torna-se necessária a contínua inversão financeira nos serviços veterinários oficiais, buscando dotá-los das condições necessárias para manutenção e aprimoramento dos sistema de vigilância zoosanitária. Isso requer maior aporte de recursos para atendimento de todas as demandas para as ações de prevenção das doenças da bovideocultura no País.

O SR. GILMAR MACHADO (PT– MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, pela ordem, o Deputado Gilmar Machado.

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG) – Sr. Presidente, como já temos o entendimento, gostaria de solicitar, já que todos já conhecem todas essas emendas apresentadas, que se fizesse a dispensa dessa leitura, para que pudéssemos entrar imediatamente na discussão e na votação da matéria.

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR) – Indago de V. Exª se prossigo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Consulto as Lideranças sobre se há alguma objeção com relação ao que foi colocado pelo Deputado Gilmar Machado. (Pausa.)

Se não há nenhuma objeção, V. Exª será atendido.

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ SARNEY FILHO (PV – MA) – Sr. Presidente, não existe nenhuma objeção. Nenhum Líder tem feito nenhuma objeção.

O PV também não faz nenhuma objeção.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Obrigado, Líder José Sarney Filho.

Sobre a mesa, documentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Deputado Osmar Serraglio.

São lidos os seguintes:

ADENDO DE PLENÁRIO – ACORDO DE LIDERANÇAS
(PL nº 30, de 2007-CN)
ERRATA DE ESTIMATIVA DA RECEITA

1. RELATÓRIO

1. O desempenho recente da arrecadação do imposto de importação superou largamente as hipóteses de trabalho do Comitê de Avaliação da Receita da Comissão de Orçamento. A receita tem crescido mais rapidamente que o esperado nos 2 primeiros meses deste ano, presumivelmente em decorrência do aumento das importações de bens de consumo, principalmente duráveis.
2. A distribuição mensal sazonalizada da estimativa de arrecadação deste imposto, relativamente a janeiro e fevereiro, constante da errata da atualização da estimativa de receita de fevereiro de 2008, aponta para um excedente de receita em 2008, à luz da arrecadação divulgada de janeiro, e dados preliminares do sistema Angela, em fevereiro.
3. Esse resultado foi explicado pela Receita Federal do Brasil pela elevação do valor das importações em dólares e pelo aumento da alíquota média do tributo. O valor das importações, em dólares, aumentou em janeiro de 2008, em relação ao mesmo período de 2007, em 45,62%. A alíquota média teve aumento de 9,75%. O aumento real da arrecadação deste tributo foi de aproximadamente 25%.
4. Não se espera que essa discrepância persista na mesma magnitude durante todo o ano, dado que já se anunciam medidas para conter a valorização do real. Estima-se que ao valor da última estimativa do Comitê, de fevereiro de 2008, devam ser acrescentados R$ 750 milhões ao principal do imposto de importação.

2. VOTO DO RELATOR

5. Ante o exposto, voto pela APROVAÇÃO desta proposta de ERRATA da atualização da receita do projeto de lei orçamentária para o exercício financeiro de 2008.

Plenário do Congresso Nacional, 12 de março de 2008

Senador **FRANCISCO DORNELLES**,
Relator da Receita

Membros do Comitê:

Senador **CRISTOVAM BUARQUE** Senador **JOÃO VICENTE CLAUDINO**

Deputado **ABELARDO CAMARINHA** Deputado **DEVANIR RIBEIRO**

Deputado **JOÃO CARLOS BACELAR** Deputado **LUIZ CARREIRA**

Deputado **MARCOS MEDRADO** Deputado **PEDRO NOVAIS**

Deputado **VANDERLEI MACRIS**

Nos termos regimentais, os líderes de partido e de blocos parlamentares na Câmara dos Deputados, no Senado Federal e no Congresso Nacional, abaixo assinados, subscrevem o presente Adendo de Plenário, com a Errata da Receita.

Plenário do Congresso Nacional, 12 de março de 2008.

Congressista	Assinatura

CONGRESSO NACIONAL

ADENDO DE PLENÁRIO – ACORDO DE LIDERANÇAS (PL nº 30, de 2007-CN)

Nos termos regimentais, os líderes de partido e de blocos parlamentares na Câmara dos Deputados, no Senado Federal e no Congresso Nacional, abaixo assinados, subscrevem o presente Adendo de Plenário ao Parecer da CMO ao Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2008, com a seguinte finalidade:

1) Cancelar, conforme **Tabela I – Programações Canceladas**, as dotações incluídas pela CMO para atendimento do item 27.1.6 do Parecer Preliminar ao PLOA/2008;

2) Distribuir os saldos orçamentários decorrentes dos cancelamentos a que se refere o item 1 entre as emendas de apropriação indicadas pelas bancadas estaduais, nos orçamentos fiscal e da seguridade social, segundo o critério previsto no art. 57, § 1°, da Resolução n° 1, de 2006-CN, conforme **Tabela II – Emendas de Bancada,** na qual constam também remanejamentos e ajustes propostos pelas bancadas respectivas;

3) Autorizar as alterações relacionadas nas **Tabelas III.1 – Outras Alterações (Recomposições/Remanejamentos), III.2 – Outras Alterações (Emendas de Comissão) e III.3 – Outras Alterações (Errata)**;

4) Autorizar a Relatoria Geral, para atendimento das despesas decorrentes deste Adendo, para consolidação das votações do Plenário do Congresso Nacional e para elaboração do respectivo autógrafo:

a) a utilizar os recursos disponíveis na Reserva de Contingência, da reestimativa de receita de Plenário do Congresso Nacional e aqueles oriundos da aprovação de destaques de cancelamento;

b) a cancelar dotações no seqüencial 003405 "Construção de Trecho Rodoviário - Divisa PA/MT - Ribeirão Cascalheira - Na BR-158 - No Estado do Mato Grosso"; e

c) a promover ajuste de metas, de fontes de recurso, observado o disposto no item 52 do Parecer Preliminar ao PLOA/2008, e de indicador de resultado primário, após a aprovação do Substitutivo ao PL n° 30, de 2006-CN, neste Plenário, a fim de adequá-lo tecnicamente ao formato de autógrafo.

d) a promover ajuste de metas, de fontes de recurso, observado o disposto no item 52 do Parecer Preliminar ao PLOA/2008, e de indicador de resultado primário, após a aprovação do Substitutivo ao PL nº 30, de 2006-CN, neste Plenário, a fim de adequá-lo tecnicamente ao formato de autógrafo.

5) A Errata de Plenário nº 1 ao Parecer da CMO fica alterada nos termos do presente Adendo de Plenário.

Plenário do Congresso Nacional, 12 de março de 2008.

Congressista	Assinatura

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Francisco Dornelles, Relator das Receitas.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ. Para oferecer parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, meu relatório já foi brilhantemente lido pelo Deputado Osmar Serraglio; de modo que abro mão da leitura.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Exª.

Concedo a palavra ao Sr. Relator-Geral do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 30, de 2007, Orçamento da União, Deputado José Pimentel, para se manifestar sobre os requerimentos.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE. Como Relator. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente do Congresso Nacional, Senador Garibaldi Alves; Sr. Senador José Maranhão, Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em nome de quem quero saudar todos os membros daquela Comissão, parabenizo V. Exª pela forma como conduziu os trabalhos durante todo esse período, desde as audiências públicas, fazendo com que este Relator-Geral tivesse as condições para que efetivamente cumprisse as determinações da Resolução nº 1 do Congresso Nacional.

Quero aqui saudar o Senador Francisco Dornelles, Relator de Receitas, que teve um trabalho brilhante na avaliação do desempenho da nossa economia. As suas estimativas e reestimativas, bem como a sua posição tomada nesta tarde, no Congresso Nacional, permitem – e é o que espero – que esta Casa aprove, por unanimidade, o Orçamento de 2008.

Quero saudar os nossos relatores setoriais. São dez relatores setoriais, que conduziram esse debate, ouvindo, com muita tranqüilidade, as reivindicações de cada Bancada estadual, de cada Congressista, dos nossos Governadores, das entidades da sociedade civil. Por intermédio deles, 27% das emendas apresentadas nas audiências públicas puderam ser acolhidas e aprovadas, tendo como um dos principais pontos o atendimento da média e alta complexidade das Regiões Norte e Nordeste, que apresentam uma discrepância muito grande com relação ao restante do País.

Saúdo a Senadora Roseana Sarney, a Líder do Governo, que, nesta reta final, ajudou muito, ao lado dos Vice-Líderes, na construção de um acordo de procedimento e de votação. Em nome dela, quero saudar todos os Líderes partidários tanto da Câmara como do Senado Federal.

Quero dar um forte abraço e registrar a maneira competente com que trabalham os nossos consultores, da Câmara e do Senado. Digo que esta Casa precisa dar mais apoio à infra-estrutura, para que eles possam trabalhar com mais tranqüilidade, com melhores condições. Inclusive, boa parte das erratas que são apresentadas na questão orçamentária, tanto na LDO, como no Plano Plurianual e na própria Lei Orçamentária é fruto da falta de melhores condições, em particular nessa área de consolidação de bancos de dados.

Por isso, quero aqui registrar o esforço e a dedicação desses profissionais públicos que não medem esforços para a construção de uma proposta efetivamente republicana, transparente para todos os Congressistas, independentemente de partido político.

Quero também registrar que, em 2007, quando iniciamos os trabalhos da feitura e da construção da peça orçamentária, tínhamos um determinado procedimento e um determinado objetivo que contemplava os recursos da CPMF.

Esse processo permitiu a construção de uma peça orçamentária que estava pronta para ser votada no dia 20 de dezembro caso as Lideranças e a nossa Presidência do Congresso Nacional assim desejassem.

Com a frustração decorrente da suspensão da arrecadação dos recursos da CPMF, aprovada no dia 13 de dezembro, passamos, a partir dali, a construir uma nova peça orçamentária, o que exigiu muito esforço, em especial do Presidente da Comissão Mista, o Senador José Maranhão, que abriu uma agenda com os três Poderes da União, com o Poder Judiciário, com o Poder Legislativo e com o Poder Executivo, que nos permitisse proceder a um ajuste no Orçamento, fazendo cortes significativos para que pudéssemos recompor os R$39,29 bilhões que eram arrecadados com a CPMF.

Para chegar a esse corte, tivemos R$10,49 bilhões resultantes das receitas com as medidas do IOF e da Contribuição sobre o Lucro Líquido do sistema financeiro; R$2,82 bilhões resultantes do aumento do superávit primário das estatais; R$13,62 bilhões resultantes do corte das emendas coletivas, tanto as de bancada como as de comissão; e mais R$12,4 bilhões decorrentes do corte feito no custeio e nos investimentos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Esse corte de R$12,4 bilhões resultou na retirada de R$3,56 bilhões das políticas de pessoal; R$6,84 bilhões de corte de custeio; e R$2 bilhões de corte nos investimentos nas obras de 2008.

Tivemos o cuidado de ter três grandes blocos de condução para chegar a esses cortes. O primeiro deles foi no sentido de que o corte linear seria de 20%, com exceção para as Três Armas, a Marinha, o Exército e a Aeronáutica. O Poder Judiciário, com esse bloco tam-

bém a área da Previdência, da Assistência e também de Ciência e Tecnologia: nesse setor, cortamos 10%.

Já na área da Saúde, cumprimos integralmente a Emenda Constitucional nº 29, aportando R$48,46 bilhões para essa finalidade e mantendo também, na totalidade, os recursos que vieram na peça orçamentária para a Educação, cumprindo o preceito constitucional da aplicação dos 18%.

Deixamos também de cortar qualquer recurso no que diz respeito à área de Segurança, que é o Pronase, que também foi totalmente preservado.

Tivemos o cuidado de fazer um conjunto de conversas, de reuniões, de debates, de diálogos, de maneira que construímos essa peça orçamentária fazendo todos esses ajustes após a frustração do corte da CPMF. Esses setores não estão satisfeitos, mas, dada a nova realidade, estão aceitando as alterações.

No quesito de pessoal, tivemos o cuidado de manter o quantitativo para a realização de concursos públicos.

Na peça orçamentária havia sido prevista a realização de 56.348 concursos públicos neste exercício. Estamos mantendo essa quantidade e distribuindo-a ao longo do tempo, de maneira que, em 2008, possa-se dar posse ao mesmo número de servidores públicos previstos – a posse, porém, não seria durante todo o ano, mas, no máximo, em seis meses ou, então, programada para 2008 e 2009. Assim, dar-se-ia posse aos 56.348 servidores tanto no Poder Judiciário como no Legislativo, no Tribunal de Contas, no Ministério Público e também no Poder Executivo.

No que diz respeito à política de reajuste para servidores públicos em 2008, nós mantivemos, na totalidade, o atendimento dos planos de cargos e carreiras já aprovados e em cumprimento. Isso diz respeito diretamente ao Poder Judiciário, que tem um plano de cargos e carreiras aprovado em 2006, com vigência e complementação previstas para 2008. Da mesma forma, aqui para o Poder Judiciário, havíamos aprovado um plano de cargos e carreiras com cumprimento no mesmo calendário; no Executivo, temos um conjunto de categorias com o plano de cargos e carreiras já aprovado e que está mantido; no Ministério Público Federal, também temos o mesmo plano de cargos e carreiras. Para os compromissos assumidos com os servidores públicos no Executivo, estamos mantendo a quantia de R$3,461bilhões para que se possam retomar as negociações com os servidores públicos do Poder Executivo e, em seguida, um instrumento legal será encaminhado ao Congresso Nacional para que ele possa deliberar.

Portanto, conseguimos construir uma proposta que, se não é a ideal, está muito próxima das demandas, das reclamações e dos justos pleitos dos servidores públicos apresentados à sociedade brasileira e ao Congresso Nacional.

Nós também tivemos o cuidado de atender às demandas de cada bancada estadual, cada pleito de cada unidade federativa, de maneira que o valor apresentado no PLOA, ou seja, no Projeto de Lei Orçamentária, nunca ficasse com resultado negativo. Nós já divulgamos essa planilha e, ao término, todas as unidades federativas tiveram valores acima do valor constante no PLOA.

Nesse aspecto, tivemos o cuidado de fazer essa divulgação tanto no plenário da Comissão Mista de Orçamento como na própria *Internet,* de maneira que o resultado final do Orçamento para 2008... O que veio no Projeto de Lei Orçamentária foi R$1,414 trilhão e, ao término, ele fica com R$1,423 trilhão, fruto das reestimativas e também dos ajustes procedidos durante esse período. Todos os cortes que foram necessários foram compensados nas rubricas nacionais, de maneira que cada Estado, entre o custeio e o investimento que veio no PLOA, tem valor superior àquele ali constante.

Em face disso, nosso Presidente, este Relator-Geral teve o cuidado de, em cumprimento ao art. 84, inciso XXIII, da Constituição, combinado com o art. 35, § 2º, inciso III do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o Presidente da República submeteu à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei Orçamentária para 2008 – PLOA/2008 (PL nº 30/2008-CN) por meio da Mensagem nº 115, de 2007-CN (nº 649 na origem), que “estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2008”, compreendendo o Orçamento Fiscal, o Orçamento da Seguridade Social e o Orçamento de Investimento das Empresas Estatais.

Por indicação das Lideranças Partidárias e designação do Senhor Presidente desta Comissão, Senador José Maranhão, coube-nos a honrosa tarefa de relatar o citado Projeto, o que fazemos nos termos deste Relatório.

A apreciação do PLOA/2008 ocorre em circunstâncias únicas. Além de as regras de tramitação das matérias orçamentárias, dispostas agora na Resolução nº 1/2006-CN, terem passado por grande modificação se comparadas aos parâmetros vigentes até o exercício de 2007, a rejeição pelo Senado Federal da PEC nº 56/2007, quanto à prorrogação da CPMF até 2011, impôs profunda revisão na proposta orçamentária para 2008, mediante ampla negociação com membros dos Três Poderes.

Sem a receita prevista para a CPMF (R$ 39,29 bilhões), esta Relatoria optou pelas seguintes premissas para efetuar as imprescindíveis recomposições das

programações de caráter obrigatório ou indispensável ao funcionamento dos órgãos antes financiados com os recursos da CPMF:

a – Cumprimento da meta do superávit primário prevista na LDO 2008 e seus ajustes;

b – Alocação de recursos para assegurar a correção do salário mínimo pelo INPC, de forma a elevá-lo de R$407,33, previsto no projeto, para R$412,40;

O Poder Executivo encaminhou a medida provisória fixando em R$415 o novo salário mínimo.

c – Preservação do montante financeiro relativo ao Projeto Piloto de Investimentos Públicos – PPI, ao Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE e à segurança pública;

d – Cumprimento do mínimo de aplicação na Saúde, nos termos definidos na Emenda Constitucional nº 29/2000;

e – Cancelamento de despesas com custeio administrativo (GND 1 e 3), Investimentos (GND 4), Inversões Financeiras (GND 5) classificadas como discricionárias ou obrigatórias, em percentuais diferenciados em órgãos, funções ou programas orçamentários;

f – Reexame das autorizações para contratação de pessoal ou reestruturação de carreiras constantes do Anexo V do PLOA/2008, com concomitante ajuste nas programações constantes no projeto de lei;

g – Redução dos recursos destinados ao início de novos investimentos.

A Comissão Mista do Orçamento aprovou este parecer. Foi encaminhado ao Congresso Nacional e, em face disso, este Relator-Geral foi obrigado a apresentar a errata ao parecer da Comissão da proposta orçamentária para 2008, que tem como objetivo corrigir erros particularmente de processamento de dados, em que algumas rubricas saíram sem a programação e, em outras, com colunas distorcidas.

Essa errata já foi publicada e é do conhecimento de todos os membros desta Casa.

Quero registrar que, na errata, não fizemos nenhum acolhimento que implicasse aumento ou diminuição de receitas, nem tampouco de atendimento de emendas, sejam individuais, sejam de bancadas, comissão ou de qualquer outra ordem. Foi exclusivamente para consertar erros materiais.

Ao mesmo tempo, foram apresentados 83 destaques durante a tramitação da peça orçamentária no Congresso Nacional. Para esses destaques, estou dando o seguinte encaminhamento:

Foi apresentado um Adendo de Plenário – Acordo de Lideranças ao PLN nº 30, de 2007, Congresso Nacional, assinado por todos os Líderes, em que o Relator-Geral está acolhendo na sua globalidade o acordo de Plenário. Esse acordo de Plenário prevê também uma reestimativa de receitas para não utilizar um único centavo do atendimento da chamada Lei Kandir. Lá, na peça orçamentária e na aprovação que fizemos no plenário da Comissão Mista do Orçamento, a Lei Kandir ficou com R$3,9 bilhões em fonte orçamentária, a chamada Fonte 100; e R$1,3 bilhão na parte financeira, de um total de R$5,2 bilhões.

Após as várias tratativas feitas com os líderes na Câmara, no Senado e no Congresso Nacional, a Lei Kandir está mantida na sua totalidade, sem qualquer alteração.

Para atender àquelas demandas apresentadas e conduzidas pelos líderes partidários da Câmara e do Senado, foi feita uma reestimativa de receitas, já lida, apresentada e defendida pelo nosso Relator de Receitas, o Senador Francisco Dornelles, à qual estou dando o nosso apoiamento e pedindo aos nossos pares que possamos aprovar a errata de receita nos exatos termos apresentados pelo Senador Dornelles, a fim de que possamos atender aos destaques da seguinte forma.

Lerei primeiro os destaques pela aprovação total ou parcial. Esses destaques constam do Adendo de Plenário – Acordo de Lideranças, mas vou lê-los para que possam ser registrados pelas notas taquigráficas e para que cada Congressista possa acompanhar.

Portanto, o nosso parecer aos requerimentos apresentados pela aprovação ou pela aprovação parcial é o seguinte:

São os Requerimentos nºs 6, 8, 9, 12, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 34, 36, 37, 39, 40, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 55, 56, 57, 61, 62, 63, 64, 65, 69, 70, 75, 76, 77, 78, 80, 82, 84, 86 e 88.

Este relatório está apensado ao Adendo de Plenário – Acordo de Lideranças, para que não tenham qualquer dúvida, mas fiz questão de lê-los.

Estamos rejeitando os seguintes requerimentos, que também estão anexados ao Adendo de Plenário – Acordo de Lideranças.

Os números pela rejeição são os seguintes:

Requerimentos nºs 7, 10, 11, 13, 17, 25, 31, 33, 35, 38, 41, 42, 50, 52, 53, 54, 58, 59, 60, 66, 67, 68, 71, 72, 73, 74, 79, 81, 83, 85 e 87.

Portanto, esses são os requerimentos.

Quero registrar que, para o Requerimento nº 12, que foi acolhido em parte, em face do acordo de liderança aqui feito, esta sendo fixado o seguinte valor:

Seq. 000887; Unidade Orçamentária 03101, Tribunal de Contas da União. Funcional: 01122055011T50101. Ação e subtítulo. Construção da Sede do Instituto Serzedello Corrêa – TCU, ISC, em Brasília – DF. Valor da recomposição: R$10 milhões. Portanto, onde se lêem

R$4 milhões, leiam-se R$10 milhões (Destaque nº 12, apresentado pelo Senador Leomar Quintanilha e outros).

Portanto, entre os anexos apresentados nos destaques que constam do Adendo de Plenário – Acordo de Lideranças a única alteração que está sendo feita é essa.

Em face disso, Sr. Presidente, este Relator-Geral manifesta-se pela aprovação do PLN nº 30, de 2007 (PLOA/2008), na forma do substitutivo aprovado na Comissão Mista de Orçamento, com a errata já apresentada ao parecer. Os destaques aqui lidos foram parte acolhidos e outros rejeitados, nos termos do Adendo aqui apresentado, para que possamos ter um entendimento de votação conclusiva no plenário do Congresso Nacional.

É este o nosso parecer, Sr. Presidente.

O SR. ZONTA (PP – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, pela ordem, o Deputado Zonta.

O SR. ZONTA (PP – SC) – Posso pedir ao Relator alguns esclarecimentos? Se for permitido, gostaria de fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Infelizmente, Deputado, o Regimento não permite que tenhamos, neste momento, o debate com o Relator. É preciso assinalar que, em outros momentos, isso foi possível, inclusive na própria Comissão de Orçamento. Mas aqui, infelizmente, por essa vedação regimental e tendo em vista o acordo de Lideranças, não poderei permitir que V. Exª dirija indagações diretamente o Relator.

O SR. ZONTA (PP – SC) – Obrigado. É uma pena, porque vou ficar com uma dúvida, e uma dúvida atroz.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Exª pode se dirigir ao Relator pessoalmente.

Srªs e Srs. Parlamentares, o Sr. Relator, Deputado José Pimentel, apresenta parecer favorável, total ou parcial, aos seguintes Requerimentos: 6, 8, 9, 12, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 34, 36, 37, 39, 40, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 55, 56, 57, 61, 62, 63, 64, 65, 69, 70, 75, 76, 77, 78, 80, 82, 84, 86 e 88. E apresenta parecer contrário aos seguintes requerimentos: 7, 10, 11, 13, 17, 25, 31, 33, 35, 38, 41, 42, 50, 52, 53, 54, 58, 59, 60, 66, 67, 68, 71, 72, 73, 74, 79, 81, 83, 85 e 87.

O SR. ROBERTO ROCHA (PSDB – MA) – Sr. Presidente, pela ordem. Peço a V. Exª a votação em separado do Destaque nº 59, de minha autoria.

O SR. JOÃO BITTAR (DEM – MG) – Sr. Presidente, pela ordem. Peço também a votação do **Requerimento nº 85**, em separado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Peço a V. Exªs que encaminhem requerimento por escrito.

O relatório também apresentou parecer favorável ao Adendo de plenário dos Srs. Líderes.

Em discussão a matéria.

O SR. JÚLIO CÉSAR (DEM – PI) – Sr. Presidente, peço que vote, em separado, o Destaque nº 13.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Deputado Júlio César, peço encaminhar à Mesa requerimento por escrito.

Em discussão a matéria.

Conforme o que foi acordado, temos a inscrição, para falar a favor, do Deputado Gilmar Machado; para falar contra, do Deputado Eduardo Sciarra.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela ordem, com a palavra o Deputado Vanderlei Macris.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, no momento em que foram abertas as inscrições para manifestação, fiz minha inscrição. Tínhamos seis Deputados inscritos para falar a favor, com manifestação de vontade expressa. Eu me inscrevi para falar contra. Fui o segundo Deputado inscrito para falar contra.

Eu queria que V. Exª confirmasse com a Secretaria-Geral se realmente estou em segundo lugar no livro de inscrições. Gostaria que V. Exª considerasse a possibilidade de eu ter sido o segundo Deputado a se inscrever para manifestação contrária.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Deputado Vanderlei Macris, infelizmente, o nome de V. Exª não consta na lista dos oradores, conforme foi acordado que falariam três Senadores a favor e três Senadores contra. E, na Câmara, cinco Deputados a favor e cinco contra.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Sr. Presidente, gostaria de saber se o livro da inscrição tem algum tipo de validade, porque me inscrevi e fui o segundo Deputado a fazer a inscrição para falar contrariamente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Deputado Vanderlei Macris, V. Exª vai falar contra?

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – A minha inscrição foi para manifestação contrária.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – As vagas para os que desejam falar contra existem numa certa abundância.

Então, vou conceder inicialmente a palavra, como já anunciei, ao Deputado Gilmar Machado. Falará um a favor e um contra, fazendo o revezamento.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em seguida, darei a palavra a V. Exª.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Deputado Eduardo Sciarra para falar contra.

O SR. EDUARDO SCIARRA (DEM – PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Srªs e Srs. Deputados, inicialmente quero dizer, como coordenador da Bancada do Democratas na Comissão de Orçamento, que acompanhei, ao longo de todo ano passado e esse período de 2008, a discussão e a tramitação do Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Deputado, peço desculpas a V. Exª, porque não se falou do tempo de cada orador.

Proponho que cada orador fale por cinco minutos.

Pergunto aos Srs. Líderes e ao Plenário se essa proposta poderá prevalecer. (Pausa.)

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, creio que três minutos é mais do que suficiente, já que essa matéria é conhecida de todos. Então, nosso posicionamento, pela Liderança do PV, é de que sejam três minutos, quiçá dois minutos, para que cada Congressista possa manifestar sua opinião, possa dar satisfação da sua atuação. Dois minutos é mais do que suficiente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Dois?

A SRA. IRINY LOPES (PT – ES) – Três minutos, Sr. Presidente.

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA) – Três.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB–RN) – Três minutos, então.

Com a palavra o Deputado Sciarra.

O SR. EDUARDO SCIARRA (DEM – PR) – Sr. Presidente, não posso concordar e aqui quero me manifestar como vice-líder. Temos assegurados, pelo Regimento, vinte minutos; aceitamos dez quando a Mesa nos propôs. Aceito aqui cinco minutos, mas menos do que isso não consigo expressar aquilo que pretendo.

Inscrevi-me, sou o primeiro a falar contra, e faço questão de falar ao menos por cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Exª terá a palavra por cinco minutos.

O SR. EDUARDO SCIARRA (DEM – PR) – Obrigado. Painel zerado.

Eu dizia aqui, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, Srªs e Srs. Senadores, que discuti, ao longo de todo o ano passado e também neste período de 2008, a elaboração da peça orçamentária desde a LDO, o envio da proposta orçamentária ao Congresso Nacional e a discussão do PPA. Quero dizer que, se hoje estamos votando este Orçamento, no dia 12 de março de 2008, a culpa é totalmente do Governo, que foi quem elaborou a peça orçamentária e incluiu, desde a LDO, uma receita condicionada, que era a expectativa de receita da CPMF.

Os Parlamentares que não discutiram na Comissão talvez não tenham atentado para este detalhe: a CPMF tinha prazo de validade, ou seja, vencia em dezembro de 2007, e o Governo, equivocadamente, de forma anticonstitucional, enviou, na LDO, e, posteriormente, na proposta orçamentária, uma expectativa de receita, por considerar a receita estimada da CPMF.

Como Coordenador do Democratas, coloquei emenda tanto na LDO quanto na receita do projeto de lei orçamentária justamente para retirar essa receita condicionada. Quando da LDO, excluindo as contribuições que sejam objeto da proposta de emenda constitucional, por elas não serem garantidas. E, quando da discussão do exame da receita do projeto de lei orçamentário, apresentamos, inclusive, na emenda, fontes alternativas de receita, sugeridas por nós, para compensar a perda de receita decorrente do fim da CPMF, tributo que não poderia ser considerado.

Então, a culpa é do Governo, que não cumpriu com aquilo que deveria ter cumprido sob os ditames da legislação. Apontamos, na ocasião, fontes de recursos para compensar essa perda.

Pois bem, após a votação da CPMF, o Orçamento foi paralisado, e retornamos, em 2008, com uma nova estimativa de receita. E, hoje, aqui, mais uma reestimativa de receita. Com muita competência, o Relator de Receita, Senador Dornelles, trouxe hoje mais R$750 milhões, dos quais, inclusive, R$450 milhões para a agricultura, fato que queremos destacar e relevar. E, juntamente com o Deputado Edinho Bez, fomos autores dessa emenda, que contempla esses recursos para a agricultura.

Porém, quando apresentamos as fontes para que o Governo colocasse essa estimativa de receita, tocamos fundo na questão do gasto público, que o Governo não fez o menor esforço para conter. Todo o excesso de

arrecadação tem ido para atender a um aumento expressivo dos gastos públicos e, infelizmente, não temos um plano para melhor aplicação e redução dos gastos no nosso País. As despesas não-financeiras da União crescem muito acima da expansão econômica.

Por outro lado, temos um orçamento que tem sido mascarado todos os anos. O Governo contingencia o Orçamento, logo após a sanção do Presidente da República, e passa o ano inteiro mandando medidas provisórias de crédito para o Congresso Nacional, entupindo o Congresso Nacional de medidas provisórias e está atrapalhando nosso trabalho nesta Casa, desmoralizando o Poder Legislativo, que se submete à ação do Governo.

Quero deixar um dado para V. Exªs: em 2007, o Governo enviou, por medidas provisórias de crédito extraordinário, R$48,234 bilhões, que é mais do que o investido no Orçamento. No Orçamento, não em valores pagos, mas autorizados, foram...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Deputado, vou prorrogar o tempo de V. Exª por um minuto. E gostaria de contar com o apoio do Plenário, para que esses cinco minutos sejam improrrogáveis. Depois de cinco minutos, nada mais.

Concedo a V. Exª um tempo adicional.

O SR. EDUARDO SCIARRA (DEM – PR) – Eu dizia, Sr. Presidente, senhoras e senhores, que, por medidas provisórias de crédito extraordinário, em 2007, foram enviados R$48.234 bilhões, sendo que, de dotações autorizadas de investimento no Orçamento, foram R$42 bilhões. Menor, portanto, que o valor enviado pelas medidas provisórias.

Temos de dar um basta nessa situação. Essa vai ser uma frente de luta que a Oposição vai fazer, de fato, aqui, no Congresso Nacional, nas duas Casas. Vamos fazer, sim, obstrução até que o Governo mude essa postura com relação às medidas provisórias.

Os restos a pagar de 2007 são, por si só, uma fonte inesgotável que o Governo tem para investir neste ano, e não são mais necessárias medidas provisórias de crédito.

Concluindo, eu gostaria de agradecer ao Relator, Deputado José Pimentel, pela presteza com que conduziu os trabalhos na Comissão.

Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, comunico à Casa e, portanto, ao País, que o Ministro Gilmar Mendes acaba de ser escolhido pelo Colegiado do Supremo Tribunal Federal como o novo Presidente daquela Corte. É hora, então, de fazermos a justa homenagem à Ministra Ellen Gracie pelo muito que obrou em favor do País com sua gestão correta e com sua vida íntegra de magistrada, sabendo que será ela substituída por um homem culto, limpo, probo e absolutamente condizente com os melhores ideais da magistratura brasileira.

E, mais ainda: por reivindicação nossa e por acatamento da Relatora e por acordo com os Líderes, é até boa a ocasião para se dizer que os dois pleitos que o PSDB tinha foram atendidos: recursos para a sede do Conselho Nacional de Justiça e a reposição de recursos que haviam sido destinados a outras hipóteses de aplicação da rubrica do Supremo Tribunal Federal.

Portanto, quero oferecer à Ministra Ellen Gracie meus agradecimentos de brasileiro e desejar ao Ministro Gilmar Mendes a mais brilhante gestão à frente da mais alta Corte de Justiça deste Pais.

Obrigado a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Associo-me à manifestação de V. Exª, Senador Arthur Virgílio, e gostaria de fazer um apelo aos oradores para que pudéssemos, agora, cumprir os cinco minutos. Eu gostaria de contar com a compreensão de todos.

Concedo a palavra, para falar contrariamente, ao Deputado Vanderlei Macris. (Pausa.)

Desculpem-me, o erro foi meu. Agora é hora de falar a favor.

Com a palavra o Deputado Gilmar Machado.

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Congressistas, queríamos aqui cumprimentar o Deputado José Pimentel e o Senador José Maranhão pelo brilhante trabalho, bem como toda a Comissão pelo excelente trabalho e relatório ora apresentado.

Estaremos votando favoravelmente a esse relatório, porque ele garante que o País vai continuar crescendo, que o País vai continuar incluindo e, acima de tudo, sinaliza que vamos continuar vendo os servidores públicos não como cidadãos que gastam mais, porque os servidores públicos têm direito a reajuste. E vamos continuar assegurando aos servidores públicos reajuste de seus vencimentos, porque, para nós, investir em gente é investir no crescimento e no desenvolvimento deste País.

Portanto, esse relatório assegura todos os recursos. Não houve nenhum corte na área da educação, da saúde nem da segurança pública.

É um orçamento extremamente equilibrado, que nos vai possibilitar votar. Acima de tudo, o acordo que firmamos vai-nos possibilitar dotar o País com o novo Orçamento já no dia de amanhã, com o encerramento da votação hoje, para que o País continue no seu caminho de crescimento, sobretudo com distribuição de renda.

Por isso, encaminhamos favoravelmente e pedimos a todos que vão votar a favor que também encaminhem rapidamente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Exª a colaboração, Deputado Gilmar Machado.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, para apresentar uma proposta.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Congressistas, conversei com os companheiros e proponho que os que quiserem falar a favor prestem uma homenagem ao Plenário, para que votemos logo. O que se deve garantir é o acesso à tribuna daqueles que querem falar contra. Esses devem ter o direito de falar contra. Pode-se dar uma correspondência numérica até a favor, mas V. Exª disse que poucos falariam contra. Se V. Exª dissesse quantos são, poderíamos tentar fazer o acordo, para garantir a tribuna a quem quisesse falar contra. Os oradores que querem falar a favor prestariam uma grande homenagem ao Plenário. Quantos são contra, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Exª, Senador Miro Teixeira.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concederei já a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

Informo que há cinco Deputados inscritos, além do Senador Sérgio Guerra.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Falarão contra?

O SR. JOÃO LEÃO (PP – BA) – Retiro minha inscrição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Infelizmente, V. Exª não está inscrito.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Portanto, Sr. Presidente, fica a idéia de se garantir a tribuna a quem quiser falar contra. Quem quiser falar a favor, por favor, gaste, então, meio minuto, só para elogiar o trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vou colocar a proposta de V. Exª em votação.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Congressistas, penso que o que tinha de dizer eu já disse. Voto a favor, pelo acordo cumprido conosco e pelo meu hábito de caráter de cumprir o compromisso que empenho com as demais pessoas. Portanto, abro mão do meu tempo para encaminhar a votação, abro mão do meu tempo de discussão, e a mesma coisa me diz que faz o Senador Sérgio Guerra.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Exªs, Senadores Arthur Virgílio e Sérgio Guerra.

Solicito que, agora, haja uma manifestação do Plenário a respeito dessa proposta, que considero lúcida, do Deputado Miro Teixeira.

As Srªs e os Srs. Congressistas que estão a favor da proposta do Deputado Miro Teixeira queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada, à unanimidade.

Concedo a palavra ao Deputado Vanderlei Macris.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres Srªs e Srs. Congressistas, antes de tudo, gostaria de fazer uma homenagem a duas pessoas que, na minha opinião, como muitos outros, convergiram na direção de um grande entendimento para votarmos esse Orçamento no Congresso Nacional. A primeira delas é o Senador Sérgio Guerra, Presidente do meu Partido, que, de maneira muito lúcida, conduziu como timoneiro a solução dessa questão, desse impasse que havia na votação do Orçamento. Em segundo lugar, a Senadora Roseana Sarney, Líder do Governo no Congresso Nacional, juntamente com os Deputados que compõem a Comissão de Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, conseguiu construir esse entendimento.

Reconheço que houve, de alguma maneira, respeito à ação da Oposição nas questões que apresentavam de maneira muito clara. Gostaríamos de ver inseridas, neste Orçamento, algumas questões fundamentais para a Oposição. Isso foi feito em relação ao relatório, ao anexo de prioridades. Esse anexo foi retirado por esse entendimento. Havia muitas dúvidas em relação a isso, e, em função delas, houve o comprometimento da retirada do anexo de prioridades.

Outra questão foi a recomposição de recursos para o Rodoanel de São Paulo. Outro fato importante foi discutido: em função da expectativa de se retirarem recursos da Lei Kandir, prejudicando-se fortemente os Estados produtores, houve o entendimento de se recomporem esses recursos, a fim de que se mantivessem os R$3,9 bilhões do Orçamento, mais R$1,4 bilhão de expectativa de aumento de receita, para que se recuperassem e se reconstituíssem esses recursos para os Estados produtores.

Em função dessas questões, Sr. Presidente, a Bancada do PSDB, comandada pelo nosso Presidente Sérgio Guerra e pelos Líderes das Bancadas no Senado e na Câmara, Senadores Arthur Virgílio e José Aníbal, deu-nos a condição essencial para que chegássemos até aqui.

Mas isso não basta. A Oposição e o PSDB têm a nítida clareza de que muito mais precisa ser feito ainda, por exemplo, na área da Saúde. Eu conversava, há pouco, com o Deputado Rafael Guerra e mostrava-lhe, claramente, que, dos R$49,1 bilhões deixados para a Saúde, houve um prejuízo no montante de R$2,3 bilhões ainda. Essa é uma luta que vai ser mantida pela Bancada do PSDB nesta Casa, é uma luta que vai, com certeza, garantir a possibilidade de que os recursos da Saúde sejam direcionados da maneira como foi pensado originalmente, principalmente pela Frente Parlamentar da Saúde.

Além disso, Sr. Presidente, houve também discordância em relação ao aumento do salário do funcionalismo. Quer dizer, recursos poderiam ser garantidos.

Isso mostra, mais uma vez, para usar de um argumento derradeiro, Sr. Presidente, que o Governo estava errado quando estabeleceu um clima de terrorismo às vésperas da votação da CPMF. A Bancada do PSDB tanto na Câmara quanto no Senado, quando se posicionou contrariamente à CPMF, tinha a convicção, pelos estudos dos nossos assessores técnicos, de que não teríamos dificuldades em garantir ao País a possibilidade da execução orçamentária, com a aplicação de recursos nas questões básicas, nos projetos de Governo, principalmente nos projetos sociais e nos da área da Saúde.

Portanto, Sr. Presidente, a Oposição tinha razão. A Oposição, quando, claramente, no Senado e na Câmara, posicionou-se contra a CPMF, tinha a segurança de que chegaríamos a este momento, para aprovarmos o Orçamento Federal, em condições de cumprir as metas e os compromissos com a sociedade brasileira. Por isso, Sr. Presidente, foi feito esse grande entendimento.

Numa posição originalmente contrária à da Bancada do PSDB, estamos votando favoravelmente, por conta do atendimento dessas demandas, mas não sem antes deixar claro que pretendemos dar continuidade a essa grande luta para a viabilização de recursos em alguns setores essenciais, para que algumas das grandes propostas do nosso programa partidário, das nossas lutas, dos nossos compromissos sejam efetivadas pelo Governo Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, Srªs e Srs. Senadores. Tenho a certeza de que essa decisão foi de bom senso, correta, com atendimento das demandas da Oposição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Deputado Vanderlei Macris, agradeço a V. Exª.

Concedo a palavra ao Deputado Giovanni Queiroz por cinco minutos improrrogáveis.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ (PDT – PA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Ouvi bem, Sr. Presidente: improrrogáveis.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, Srªs e Srs. Senadores, já me manifestei inúmeras vezes na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, dizendo que o Congresso Nacional pouco se atém a uma questão extraordinariamente importante. Para cá, vem o Orçamento proposto de R$1,3 trilhão. Destes, R$500 bilhões são de rolagem de dívida.

Portanto, resta-nos pouco mais de R$800 bilhões de receita fiscal e de contribuições. Desse montante, R$152 bilhões estão previstos para o pagamento de juros, ou seja, 20% de toda a receita da União. De todo esse dinheiro, apenas 4% estão previstos no Orçamento. O Governo nos remeteu uma proposta de R$27 bilhões para investimentos, e nós a elevamos para R$37 bilhões; ou seja, discutimos R$10 bilhões. A Comissão de Orçamento e o Congresso se reúnem hoje praticamente em torno de R$10 bilhões, porque não se discutiu outra política que não fosse a partilha dos R$10 bilhões, uma revisão de receitas que acrescentou recursos que pudessem suprir o que o Governo mandou e mais aquilo que queríamos acrescentar em termos de obras necessárias ao País.

Portanto, discutimos R$37 bilhões, que, praticamente, são para investimentos. Destes, nunca mais – como o do ano de 2007 –, só 20% foram pagos. Dos R$34 bilhões do ano passado, só R$8 bilhões foram efetivamente pagos. Então, esta Casa se perdeu no troco, no trocado, no miúdo, quando se fala de macroeconomia, porque o Governo brasileiro e o Presidente do Banco Central, apesar dos reclamos do Presidente da República, Pre-

sidente Lula, continuam a pagar os juros mais caros do mundo. Mas ele sempre diz que está bem, que o País tem a respeitabilidade internacional, que temos US$190 bilhões de reservas cambiais, que, no ano passado, deram um prejuízo para o Banco Central de R$46 bilhões. Refiro-me a esta reserva de US$190 bilhões.

Mas, continua o Presidente do Banco Central dizendo que está no caminho certo. No País, hoje, o risco Brasil está lá embaixo. O Presidente Lula reclama, mas ele não ouve, e sangra o País, sangra a economia nacional, sangra o povo brasileiro, tirando R$152 bilhões para pagar juros, porque mantém a taxa Selic a mais cara do mundo e juros reais os mais caros do mundo.

Sr. Presidente, vou votar contra o Orçamento, eu, do PDT, da Base do Governo, porque quero ser solidário com a honradez e a seriedade de um Governo que – acredito – quer pegar o rumo certo. Na Comissão de Orçamento, eu denunciava o superfaturamento de obras, o superdimensionamento de obras. Para os senhores terem noção, o Tribunal de Contas da União está fazendo um prédio sofisticado ao preço de R$1,5 mil o metro quadrado; o Tribunal Regional Federal quer fazer um palácio, no valor de R$3 mil o metro quadro – R$3 mil o metro quadrado, o que se constrói por R$1,2 mil, R$1,3 mil.

Sr. Presidente, estão sangrando o País, agredindo a pobreza e a miséria brasileira. Todos nós, aqui, estamos sempre reclamando da falta de estrada, da falta de escola, da falta de saúde, da falta de habitação, da falta de saneamento e, no entanto, permitimos que sangrem o Erário, construindo palacetes, para agredir a miséria brasileira, para faturar e superfaturar obras para distribuir milhões! O prédio do Tribunal Regional Federal está orçado em R$498 milhões. Meio bilhão de reais! Meio bilhão! E nós, Deputado Vic Pires, lá no nosso Estado do Pará a pedir esmolas para colocarem água para o cidadão, que tem de andar três quilômetros com uma trouxa na cabeça, cidades inteiras, para lavar roupa no rio Xingu, ou no rio Araguaia, ou em outros rios, que ainda temos distantes das casas. Então, nossas mães e esposas percorrem quilômetros para lavarem roupas, levando suas trouxas na cabeça.

Digo que voto contra, embora o meu Partido tenha outra posição, por uma questão de coerência e responsabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Deputado Giovanni Queiroz...

O SR. GIOVANNI QUEIROZ (PDT – PA) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Exª.

Estou achando que esses cinco minutos estão durando demais.

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Cajado. (Pausa.)

Ausente o Deputado Cláudio Cajado, concedo a palavra ao Deputado Duarte Nogueira.

O SR. DUARTE NOGUEIRA (PSDB – SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Congressistas, para a alegria e para a celeridade dos trabalhos, sou o último inscrito a fazer uso da palavra neste encaminhamento. Procurarei ser breve.

Quero aproveitar esta oportunidade, Sr. Presidente, Sªs e Srs. Congressistas, para dizer que, em primeiro lugar, na data da votação, por acordo, do Orçamento Geral da União, hoje, portanto, 12 de março, reitero, mais uma vez, e desmistifico o terrorismo feito pelo Governo Federal de que a não-aprovação da CPMF traria um caos insolúvel para as finanças públicas do País. Estamos aqui votando o Orçamento e, antes mesmo de deliberarmos sobre o Orçamento deste ano, em janeiro último o Governo arrecadou, sem a CPMF, R$62,6 bilhões, 20% a mais do estimado na proposta orçamentária. Tirada e corrigida a inflação, R$9,6 bilhões, sem a CPMF. Em quatro meses, portanto, até o final de abril, já está recomposto todo o valor de recursos pelo qual o Governo lutava, gritava e jogava a opinião pública contra a Oposição, para o uso das finanças públicas.

Estamos votando aqui, Srªs e Srs. Congressistas, um Orçamento de R$1,423 trilhão, de receitas, de tributos, de impostos, de contribuições, e outros R$694 bilhões. Essa diferença representa os serviços da dívida e a rolagem dos juros que o Governo tem de arcar, e outras fontes de receita.

Venho a esta tribuna mais uma vez para deixar claro que deveríamos estar votando não um Orçamento autorizativo, mas um Orçamento impositivo, como se faz nas grandes nações democráticas do mundo. E este País já tem amadurecimento democrático suficiente para se conduzir nessa direção.

Sabem o que vai acontecer? Estamos aprovando o Orçamento e, imediatamente, o Governo vai congelar os recursos da defesa agropecuária, vai congelar os recursos de investimentos, vai contingenciar uma série de recursos, e aquilo que foi deliberado pelo Congresso Nacional não será executado para a sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Deputado Duarte Nogueira, gostaria de contar com a compreensão de V. Exª para prorrogar a sessão para até às 21 horas, quando – creio – já teremos apreciado o Orçamento.

O SR. DUARTE NOGUEIRA (PSDB – SP) – Agradeço, Sr. Presidente.

Cumprimento o Deputado Vanderlei Macris pelo trabalho realizado junto à Bancada do PSDB e o Senador Sérgio Guerra, nosso Presidente, que liderou nossa Bancada no Senado, na construção deste acordo,

que nos permitiu retirar o Anexo de Metas e a nebulosidade do pensamento da sociedade brasileira de que havia algo estranho naquela questão do envolvimento daquele Anexo de R$534 milhões.

Registro o avanço e a vitória do setor da agricultura ao ter recomposto os R$400 milhões para equalização de preços mínimos, e mais R$50 milhões para nossa defesa agropecuária.

Ressalto nossa discordância de que, mais uma vez, a Emenda Constitucional nº 29, de 2000, não foi cumprida, porque os recursos não podem ser nunca menores do que o crescimento do PIB em relação aos dois últimos anos.

E, mais uma vez, abre-se um rombo de R$2,636 bilhões que poderiam ser destinados para os serviços e o atendimento de saúde em nosso País. Além disso, cumprimento a recomposição de recursos dos tribunais.

Agradeço a paciência e a tolerância do Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A lista de oradores foi encerrada com a participação do Deputado Duarte Nogueira.

Encerrada a discussão.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Exª tem a palavra.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu estava inscrito para falar a favor, mas, obviamente que por uma decisão soberana do Plenário, foram excluídos aqueles que falariam a favor. Eu me inscrevi para falar a favor, mas eu teria, em meu discurso de defesa da proposta, algumas considerações a fazer. Como foi tomada essa decisão, eu me senti prejudicado por não poder expor as minhas considerações em relação ao tema discutido. Sou favorável, mas tenho restrições que gostaria de externar.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Deputado Eduardo Valverde, tenho uma sugestão que pode não atender ao desejo de V. Exª, mas sugiro encaminhar o discurso à Mesa para que conste dos *Anais* da Casa.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Não é uma solução razoável, mas acato a sugestão, apesar de divergir dela, para que os trabalhos prossigam de maneira correta.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Muito obrigado, Deputado.

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA. Pela ordem.) – Peço aos Parlamentares do Partido Verde que acorram ao plenário, pois vamos ter votação nominal em breve.

O aviso também é extensivo a outros Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Encerrada a discussão.

Passa-se à votação.

Encaminhamento da votação da matéria, do substitutivo, dos adendos, da errata e dos requerimentos.

Para encaminhar a votação, estão inscritos o Deputado Gilmar Machado, de novo. (Pausa.)

V. Exª desiste.

O Deputado Giovanni Queiroz, de novo.

V. Exª vai falar?

O SR. GIOVANNI QUEIROZ (PDT – PA) – Sr. Presidente, apenas para declinar da fala, até em homenagem aos demais colegas, porque já está tarde, e contribuindo com o apelo de V. Exª e com a contribuição do Líder Miro Teixeira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) –Agradeço, Deputado Giovanni Queiroz.

Deputado Wilson Santiago. (Pausa.)

Desiste.

Deputada Jusmari Oliveira. (Pausa.)

Ausente.

Não há mais oradores para encaminhar a votação.

Sobre a mesa, requerimentos de destaque que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Deputado Osmar Serraglio.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (DEM – BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Deputado Antonio Carlos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (DEM – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, temos um acordo de fazer uma verificação de votação. Pelo que foi acertado com a Base do Governo, essa verificação ocorrerá na votação do texto principal.

Indago à Mesa: exatamente em que momento deveremos requerer a verificação?

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho PMDB – RN) – Deputado Gilmar Machado.

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós queríamos, exatamente fazer esse acerto. Na hora da votação, temos o acordo de fazer uma votação nominal, e nós a faremos, cumprindo todos os acordos feitos aqui. Então, nós gostaríamos que pudesse ser... Retiraríamos os outros requerimentos e faríamos só a votação do principal, encerrando o restante.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (DEM – BA) – Sr. Presidente, o que proponho é que essa verificação ocorra de ofício.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Como é, Deputado?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (DEM – BA) – Eu proponho que a verificação ocorra de ofício, ou seja, já quando da chamada para a votação, nós possamos ter o painel aberto e, a partir daí, Deputados e Senadores votarão.

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG) – Perfeitamente, Sr. Presidente. Para nós, não há problema.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho PMDB – RN) – Os Líderes estão de acordo.

Vamos ler, ainda...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho PMDB – RN) – Pela ordem, o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, para complementar a colocação feita pelo Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, dizer que o compromisso assumido era não se fazer obstrução, mas se ter a verificação de quórum nas duas Casas, Câmara primeiro, e em seguida o Senado da República, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Exª. Isso será feito, de acordo com o que foi encaminhado e com o que V. Exª agora ratifica.

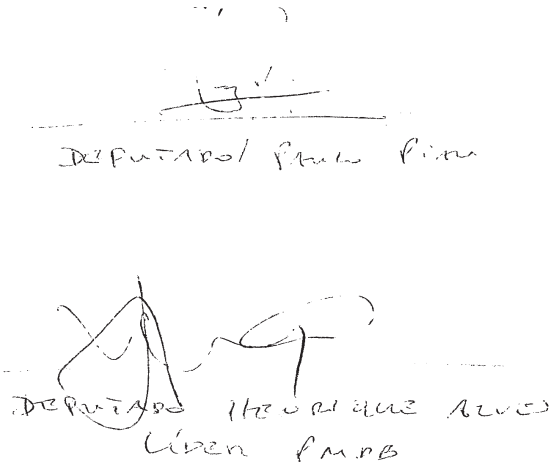
Os requerimentos de destaque serão lidos pelo nosso 1º Secretário, Deputado Osmar Serraglio.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 89, DE 2008–CN

Requeiro voto em separado de destaque de nº 6.

Sala das Sessões, 12 de março de 2008.

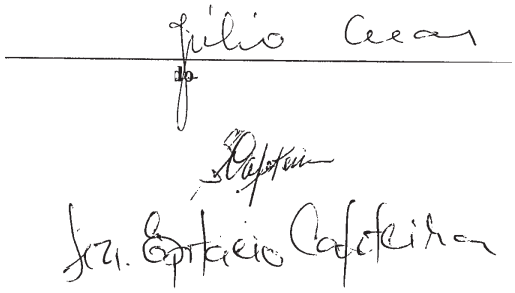


REQUERIMENTO Nº 90, DE 2008–CN

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do art. 161, e § 2º, do Regimento Interno, destaque para votação em separado do (a) Destaque nº 8.

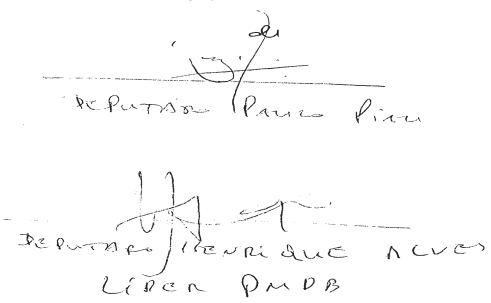
Sala das Sessões, 12 de março de 2008.



REQUERIMENTO Nº 91, DE 2008 – CN

Requeiro voto em separado do destaque de nº 20.

Sala das Sessões, 12 de março de 2008.

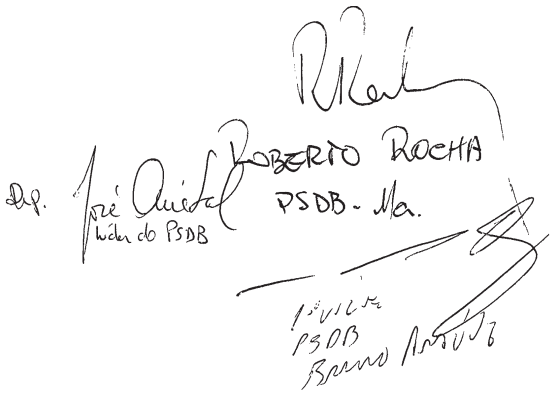


REQUERIMENTO Nº 92, DE 2008–CN

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, a votação em separado do destaque nº 54 (Do Sr. Roberto Rocha e outros).

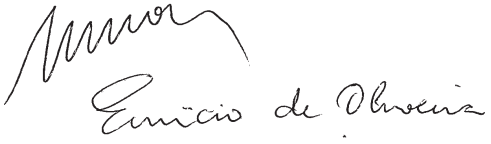
Sala das Sessões, 12 de março de 2008.



REQUERIMENTO Nº 93, DE 2008 – CN

Requeiro, na forma do art. 50 do Regimento Comum, destaque para votação em separado do Requerimento nº 66.

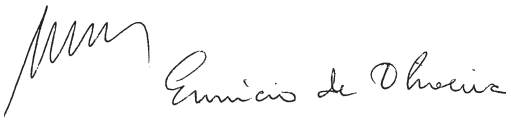
Sala das Sessões, 12 de março de 2008.



REQUERIMENTO Nº 94, DE 2008 – CN

Requeiro, na forma do art. 50, destaque para votação em separado do Requerimento nº 67.

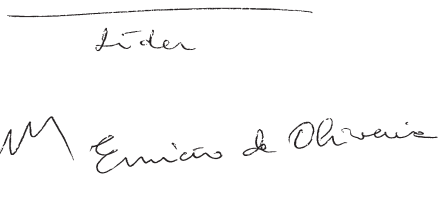
Sala das Sessões, 12 de março de 2008.



REQUERIMENTO Nº 95, DE 2008 – CN

Requeiro, na forma do art. 50 do Regimento Comum, destaque para votação em separado do Requerimento nº 68.

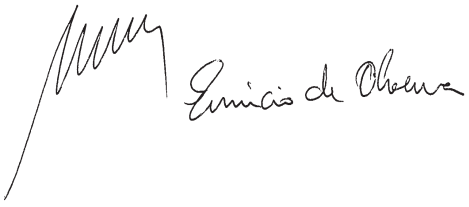
Sala das Sessões, 12 de março de 2008.



REQUERIMENTO Nº 96, DE 2008 – CN

Requeiro, na forma do art. 50 do Regimento Comum, destaque para votação em separado do Requerimento nº 69.

Sala das Sessões, 12 de março de 2008.

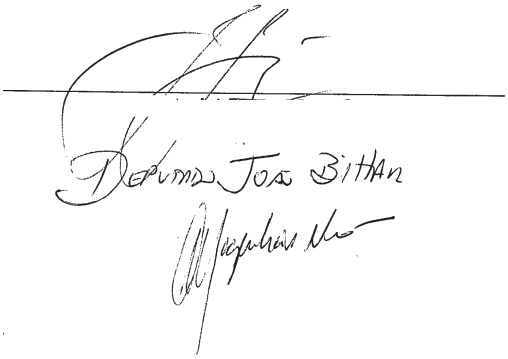


REQUERIMENTO Nº 97, DE 2008 – CN

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do art. 161, e § 2º, do Regimento Interno, destaque para votação em separado do Destaque nº 80, de autoria do Deputado João Bittar.

Sala das Sessões, 12 de março de 2008.



O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Encontra-se ainda sobre a mesa, um novo requerimento de destaque. Trata-se justamente daquele que vai possibilitar a votação em globo dos requerimentos de destaque.

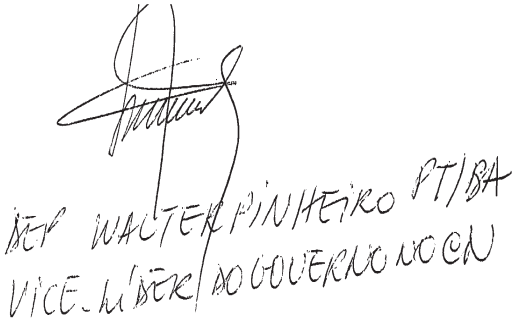
Peço ao nosso 1º Secretário, Deputado Osmar Serraglio, que, por gentileza, faça a leitura do requerimento.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 92, DE 2008 – CN

Requeremos, nos termos do artigo 162, inciso XIV, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, subsidiando o Regimento Comum a votação em globo dos Requerimentos de Destaques apresentados ao PL nº 80, de 2007.

Sala das Sessões, 12 de março de 2008.



O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em votação, na Câmara, o requerimento que solicita justamente a votação, em globo, dos requerimentos de destaque.

O SR. ROBERTO ROCHA (PSDB – MA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN. – Pois não, Deputado Roberto Rocha.

O SR. ROBERTO ROCHA (PSDB – MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Solicito de V. Exª a retirada do meu destaque para votação em separado, em virtude de um acordo feito entre a Líder do Governo, Senadora Roseana Sarney, e a Bancada do Maranhão, por mim representada neste momento. Esse acordo é sustentado no dispositivo do substitutivo que permite ao Executivo, por decreto, criar crédito suplementar até o limite daquilo que foi retirado, ou seja, fazer a recomposição, sobretudo por decreto. Portanto, com base no acordo feito por nós e pela Líder do Governo, pedimos a retirada do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Exª, Deputado Roberto Rocha, que será atendido de acordo com o Regimento.

Em votação, portanto, na Câmara dos Deputados, o requerimento que solicita a votação em globo dos requerimentos de destaque.

As Srªs e os Srs. Deputados que aprovam o requerimento queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Agora, vamos fazer a votação no Senado, justamente nos termos do requerimento que solicita que se votem os destaques em globo, a exemplo do que aconteceu na Câmara dos Deputados.

Em votação no Senado Federal.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

Passa-se à votação, em globo, dos próprios requerimentos de destaque.

Estamos aqui diante da seguinte situação: para que haja melhor entendimento, gostaria de dizer que aprovamos a faculdade de votar em globo e que, agora, vamos votar os requerimentos de destaque na Câmara. São os próprios requerimentos.

As Srªs e os Srs Deputados que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitados.

Já que foram rejeitados, não haverá o esforço no Senado.

Passa-se à votação em globo dos requerimentos de parecer favorável, art. 132 da Resolução.

Em votação, na Câmara dos Deputados.

As Srªs e os Srs. Deputados que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Em votação, no Senado.

As Srªs e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Votação, em globo, dos requerimentos de parecer contrário.

As Srªs e os Srs. Deputados que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitados.

Dessa forma, rejeitados, não vão ao Senado.

Agradeço-lhes, como Senador.

Em votação o substitutivo, que tem preferência regimental, e a errata, nos termos do parecer, ressalvados os adendos e as emendas, na Câmara dos Deputados.

Vai haver, então, votação nominal.

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Deputado Gilmar Machado.

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG) – Sr. Presidente, gostaria de conclamar todos os Parlamentares, Deputados e Senadores, para que compareçam ao plenário e votem "sim" ao relatório do Deputado José Pimentel, para que possamos concluir a votação favorável ao Orçamento que discutimos nesta tarde toda.

Então, o Governo orienta o voto "sim", Sr. Presidente, e convoca todos os seus Parlamentares, Deputados e Senadores, para que compareçam ao plenário e garantam o quórum, a fim de que votemos rapidamente e encerremos esta votação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Deputado Vieira da Cunha.

O SR. VIEIRA DA CUNHA (PDT – RS) – Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves, Srªs e Srs. Congressistas, na condição de Líder da Bancada do Partido Democrático Trabalhista, queremos encaminhar favoravelmente e solicitar que os membros da nossa Bancada venham para o plenário, já que há votação nominal, e votem "sim".

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Deputado Vieira da Cunha.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra. Sou o Deputado Bruno Araújo, do PSDB de Pernambuco.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Deputado Bruno Araújo, V. Exª tem a palavra.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Congressistas, o PSDB deixou claro, durante todo esse processo, que hoje estaria pronto para a obstrução do Orçamento e que, se fosse preciso, votaria contra a matéria. Mas ficou claro, dentro de um entendimento, que as demandas do Partido, principalmente no que se refere ao anexo de metas e a outras posições pontuais, foram devidamente atendidas. E, dentro do acordo, o Partido assumiu a posição de não obstruir a sessão de hoje e de participar desta votação nominal.

Então, devido todo esse trabalho de articulação dos Líderes da Oposição com o Governo, acima de tudo, registrando a participação de Deputados nossos, da Bancada do PSDB – como o Deputado Vanderlei Macris, o Deputado Roberto Rocha –, de todos os membros titulares do PSDB na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, bem como de seus suplentes, vamos encaminhar, em homenagem a esse acordo, a posição de votar "sim" ao Orçamento brasileiro.

A SRA. LUCIANA GENRO (P-SOL – RS) – Sr. Presidente...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Se há acordo, quem vai pedir verificação?

O SR. AFONSO HAMM (PP – RS) – Sr. Presidente, o Partido Progressista...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Estou entendendo...

O SR. AFONSO HAMM (PP – RS) – V. Exª me permite...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Estou entendendo, Deputado Miro Teixeira – desculpe-me, passarei já a palavra a V. Exª, Deputado Afonso Hamm – que está havendo essa convocação, para que haja quórum, porque a favor todos estão, já que há acordo.

A SRA. LUCIANA GENRO (P-SOL – RS) – Sr. Presidente, quero orientar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Deputado Afonso Hamm.

O SR. AFONSO HAMM (PP – RS) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Congressistas, em nome do Partido Progressista, quero dizer da importância da aprovação deste Orçamento e comentar a importância também do nosso Relator da Receita, Senador Francisco Dornelles, Presidente do Partido Progressista. Cumprimento S. Exª, o Relator Pimentel e todos os membros da Comissão.

Em nome do Partido Progressista, encaminho a votação no sentido positivo, do "sim", porque precisamos deste Orçamento, que foi construído com muita dificuldade, na medida em que houve o corte da CPMF, de aproximadamente R$40 bilhões. Os Relatores se esforçaram e buscaram uma condição de viabilidade para o País.

Parabéns, então, aos Relatores e a todos que se envolveram e que trabalharam no sentido positivo!

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Deputado Eduardo Valverde.

A SRA. LUCIANA GENRO (P-SOL – RS) – Sr. Presidente, eu já havia pedido a palavra para orientar a Bancada, pelo P-SOL.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Sr. Presidente, encaminhamos o voto "sim", considerando que o trabalho feito pelo nosso Relator do Partido dos Trabalhadores, Deputado José Pimentel, foi um trabalho brilhante. S. Exª teve de engolir vários sapos, para formar uma peça orçamentária que pudesse expressar o tamanho que o Brasil tem neste momento, o nosso desenvolvimento e as principais obras do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), principalmente no tocante ao cumprimento da Emenda nº 29, da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vou solicitar a todas as Srªs Deputadas e aos Srs. Deputados que tomem seus lugares, a fim de ter início a votação. Aí continuaremos a ouvir a manifestação dos Líderes.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (DEM – BA) – Não, não, Sr. Presidente. Quero apresentar uma questão de ordem, Sr. Presidente. É uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (DEM – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Solicito a V. Exª que, primeiro, permita a orientação das Bancadas, até porque, por exemplo, está registrado ali que o Democratas votará "sim", e a nossa posição de encaminhamento será a de liberar a Bancada. Quero justificar por que a Bancada será liberada. Peço a V. Exª que, por favor, primeiro dê a palavra a cada líder partidário para que faça a sua orientação e, depois, dê seguimento à votação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Acato a solicitação de V. Exª.

O SR. MILTON MONTI (PR – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra para orientar a Bancada do PR.

A SRA. LUCIANA GENRO (PSOL – RS) – Sr. Presidente, Bancada do PSOL, Luciana Genro.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vamos dar a vez às mulheres, porque estamos ainda comemorando o Dia Internacional da Mulher.

Deputada Luciana Genro com a palavra.

A SRA. LUCIANA GENRO (PSOL – RS) – Obrigada, Sr. Presidente, não por ser mulher, mas porque eu já estava no microfone há bastante tempo.

O PSOL orienta o voto "não". Nós não obstruímos, nós participamos do acordo para a votação do Orçamento, mas nós discordamos globalmente da proposta orçamentária.

Entendemos que um Orçamento que destina mais de 26% dos recursos do País ao pagamento dos juros e à amortização da dívida pública é um Orçamento contrário aos interesses do povo. Um Orçamento que propõe uma elevação do endividamento do País para o pagamento desses juros e a utilização dos recursos dos impostos do povo brasileiro, do esforço fiscal dos Estados e dos Municípios e das nossas estatais para pagar amortização da dívida pública não é um Orçamento a favor dos interesses do País. Por isso, orientamos o voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Exª.

Com a palavra o Líder do PRTB.

O SR. JUVENIL (PRTB – MG) – Para encaminhar o PRTB: recebendo orientação do Presidente Levi Fidelis, estando com o Governo nos atos que o PRTB tem apoiado, encaminhamos o voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço.

Com a palavra o Líder paraibano

O SR. ARMANDO ABÍLIO (PTB – PB. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – O PTB, primeiro, Sr. Presidente, convoca a sua Bancada a estar presente aqui no plenário e, segundo, encaminha o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço.

O SR. MIGUEL MARTINI (PHS – MG. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PHS está, de certo modo, contente com o dia de hoje. Em alguns parlamentos de outros países democráticos, o dia da votação do Orçamento é dia de grande festa. Hoje, não tanto quanto em outros parlamentos, vemos uma Casa cheia, apesar do cansaço, dos discursos de todos.

Nós queremos encaminhar o voto favorável, o voto "sim" do PHS e dizer que acreditamos que o Orçamento, ainda que tardiamente, está sendo votado e ainda será possível a sua execução a tempo, apesar de ser um ano atípico este das eleições.

Por isso, o PHS encaminha o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Exª.

Com a palavra o Deputado Milton Monti.

O SR. MILTON MONTI (PR – SP) – Sr. Presidente, nós queremos, inicialmente, solicitar que toda a Bancada do Partido da República compareça ao plenário para que nós possamos votar o Orçamento.

Louvo o trabalho do Presidente da Comissão, do Relator, dos membros da Comissão de Orçamento e também de todos os Líderes da Câmara e do Senado para que pudéssemos chegar a este momento, momento de consenso. Foram respeitadas as divergências políticas de cada partido, o que faz parte da democracia evidentemente, mas também o entendimento de todos de que a peça orçamentária não é instrumento que interessa a A ou a B: o Orçamento interessa ao País.

O País precisa continuar caminhando, o País precisa realizar e suprir as necessidades da população, e é por isso que é importante votar o Orçamento.

O Partido da República encaminha o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Deputado Zenaldo Coutinho para encaminhar a votação.

O SR. ZENALDO COUTINHO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, superadas as divergências e as tempestades surgidas durante a elaboração do projeto de lei orçamentária e em defesa do acordo, a Oposição está aqui para votar "sim" ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Exª.

Com a palavra o Deputado José Sarney Filho, Líder do PV.

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA) – Sr. Presidente, quero pedir aos membros do nosso partido, da nossa Bancada, que acorram ao plenário.

Aproveito esta oportunidade em que estou orientando a nossa Bancada para cumprimentar o Presidente da Comissão de Orçamento, o Senador Maranhão, e o Relator dessa Comissão, Deputado José Pimentel, que, com tanta competência e com tanto espírito público, dedicou-se a essa causa e fez um Orçamento que permitiu que nós hoje votássemos todos, conjuntamente, por um acordo, pelo "sim", por sua aprovação.

Quero registrar também, Sr. Presidente, a ação firme do Deputado Gilmar Machado e da Senadora Roseana Sarney, que souberam conduzir essas negociações com competência.

Por esses motivos, ressaltando o compromisso da Líder do Governo de repor a verba do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão para que nada falte nas próximas eleições, o Partido Verde encaminha o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Deputado Henrique Eduardo Alves. Em seguida, ao Deputado ACM Neto e a outros Líderes.

O SR. HENRIQUE EDUARDO ALVES (PMDB – RN) – Sr. Presidente, peço a compreensão dos nossos colegas, mas não posso deixar de externar a minha emoção, a minha alegria por vê-lo na Presidência do Congresso Nacional e por ter a oportunidade de me dirigir a V. Exª como Presidente da nossa sessão. V. Exª sabe a alegria que proporciona ao nosso Estado, o Rio Grande do Norte, por sua postura e pela maneira independente e competente com que está conduzindo esta sessão.

Quero ainda estender a homenagem ao Presidente da Comissão de Orçamento, Senador José Maranhão, ao Deputado José Pimentel e a todos aqueles que, na Comissão de Orçamento, levaram as votações por unanimidade. Em todas as fases em que houve votações na Comissão de Orçamento, elas aconteceram por unanimidade.

Quero acrescentar ainda uma homenagem, pela paciência que teve para que chegássemos a este resultado, à Senadora Roseana Sarney, Líder do Governo no Congresso Nacional, ao Deputado Gilmar Machado e a todos aqueles que fizeram um esforço enorme para que tivéssemos a alegria de ver no painel desta Casa hoje praticamente a unanimidade dos votos de todos os partidos.

Já estava na hora de cumprirmos nosso dever. O Orçamento não é do Governo nem da Oposição, mas de todo o País. Portanto, é com muita alegria e consciência que a Bancada do PMDB vai votar, por unanimidade, "sim" a essa proposta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Deputado Henrique Eduardo Alves. Não vou me prolongar, porque todos sabem que eu e o Deputado Henrique Eduardo Alves temos uma relação de verdadeira irmandade.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (DEM – BA) – Presidente, peço a palavra pelo Democratas.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, o Deputado ACM Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (DEM – BA) – Sr. Presidente, queremos inicialmente, mais uma vez, registrar a nossa discordância com a sistemática de elaboração do Orçamento Geral da União e também, em grande parte, com o seu conteúdo.

É preciso, em todas as oportunidades que temos para tratar dessa matéria, lembrar que a peça que nós vamos aprovar no dia de hoje será encaminhada ao Poder Executivo, que, depois, vai simplesmente alterá-la quase que em sua totalidade: vai contingenciar uma parte dos recursos e vai começar aquela velha prática de edição de medidas provisórias e créditos extraordinários, desmontando o coração do Orçamento aprovado pelo Congresso Nacional.

Daí por que, Sr. Presidente, nós entendemos que vai ser necessário, sim, encaminhar uma evolução positiva da Resolução nº 1. O Orçamento Geral da União não pode ser uma peça de ficção. O Orçamento é a peça mais importante que é elaborada dentro do Congresso Nacional, e não pode o Poder Executivo se achar proprietário do Orçamento. O Orçamento é elaborado pelo Congresso Nacional e é de propriedade do povo brasileiro.

Então, Sr. Presidente, na bancada existem parlamentares que entendem que o posicionamento correto é o de votar a favor do texto, no mérito; outros entendem que, por protesto e num ato de insatisfação com todos esses equívocos que vêm ocorrendo, o encaminhamento correto seria votar contra.

Sendo democráticos, vamos liberar a bancada, para dar a cada parlamentar o direito de se posicionar de acordo com a sua livre consciência, votando a favor ou contra o mérito do Orçamento.

O SR. VINICIUS CARVALHO (PTdoB – RJ) – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Líder do PTdoB, Deputado Vinícius Carvalho.

O SR. VINICIUS CARVALHO (PTdoB – RJ) – Sr. Presidente, vemos que a retórica é sempre a mesma. Fala-se muito em olhar pelo povo, mas vemos a atitude de muitos que não olham pelo povo.

Queremos...

(Interrupção de som.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Creio que é o microfone.

O SR. HUMBERTO SOUTO (PPS – MG) – Sr. Presidente, o PPS vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Deputado Humberto Souto, o PPS vota "sim".

O SR. VINICIUS CARVALHO (PTdoB – RJ) – Continuando, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Continua o Deputado Vinicius Carvalho.

O SR. VINICIUS CARVALHO (PTdoB – RJ) – A retórica é sempre a mesma, fala-se sempre em defender o povo, mas na verdade não é isso o que acontece.

Nós, do PTdoB, entendemos que este é o momento de mostrarmos que realmente estamos em defesa do povo. Por isso, votamos "sim".

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Exª.

Há algum outro Líder?

O SR. HUMBERTO SOUTO (PPS – MG) – O do PPS, Sr. Presidente.

O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB – PE) – Sr. Presidente, pela Liderança do Bloco formado pelo PSB, PDT, PCdoB, PMN e PRB, quero dizer, Sr. Presidente, que temos um reconhecimento a fazer ao Senador José Maranhão, ao Deputado José Pimentel, pelo esforço que realizaram à frente da Comissão de Orçamento. Vamos votar esta matéria, somos defensores daquela tese de "antes tarde do que nunca", já que este Orçamento será aprovado já com muito atraso. E votaremos favorável, Sr. Presidente, na esperança de que, ao final do ano de 2008, quando estivermos votando o Orçamento para o ano de 2009, a sistemática de elaboração da peça orçamentária seja modificada. Esse é um debate que precisa envolver todo o Congresso Nacional e a sociedade brasileira. A maneira como tem funcionado a Comissão de Orçamento está superada, é anacrônica e precisamos modificá-la.

Mas, considerando a série de investimentos que está prevista neste Orçamento, bem como a necessidade do País de ter o seu Orçamento aprovado, votamos "sim".

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Deputado Humberto Souto, pelo PPS.

O SR. HUMBERTO SOUTO (PPS – MG.) – O PPS vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Exª.

A Presidência solicita...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (DEM – BA) – Espere só um minuto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Todos os Líderes já encaminharam, vamos votar.

Deputado ACM Neto...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (DEM – BA) – Seria uma proposta para facilitar os trabalhos ainda mais, Sr. Presidente. Conversando com os partidos de oposição, nós, que demandamos a verificação de quórum tanto na Câmara como no Senado, e, como é evidente que temos um quórum qualificado, nós sugerimos, neste momento, que, se for da concordância de todos e para facilitar os trabalhos, podemos, inclusive, suspender a verificação.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sr. Presidente, vamos votar agora, porque não pode haver outra votação em seguida.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Então, vamos votar, vamos votar. A democracia se faz com o voto.

A Presidência solicita a todas as Srªs Deputadas e aos Srs. Deputados que tomem seus lugares a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação. É nominal.

(Procede-se à votação na Câmara dos Deputados.)

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – É nominal, Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, se entendi bem, houve uma concordância geral entre os Líderes das duas Casas, olhando para a orientação às bancadas no sentido de que se dispensasse a aprovação eletrônica, pela razão óbvia de que a votação simbólica corresponde ao entendimento feito, à palavra que vamos cumprir. Queremos, portanto...

O SR. MARCELO ITAGIBA (PMDB – RJ) – É nominal, Sr. Presidente. O PMDB encaminha nominal.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, se alguém quer nominal, então vamos fazer nominal.

Veja, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Arthur Virgílio…

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Se me permite, Sr. Presidente...

Veja, Sr. Presidente, a fragilidade em que estaria hoje o Governo se quiséssemos nós obstaculizar. Facilitando, já são quase oito horas da noite e não chegamos a um acordo. Então, veja bem como é bom respeitar as regras, como é bom respeitar a democracia e como é bom não pisotear as minorias.

Desta vez, entendíamos que era melhor simplesmente não haver verificação, mas, se querem, jogamos qualquer jogo.

Portanto, podemos até sugerir que coloquem, primeiro, o quórum para colocarmos, depois, o nosso. É outra hipótese. A primeira é para facilitar. A outra seria...

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG) – Nós concordamos...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – ... já que não quisemos dificultar o máximo.

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós concordamos. Se eles estão se retirando, para nós, está tranqüilo. Queremos é aprovar o Orçamento. Não há nenhum interesse de nossa parte... Se há já o entendimento, aceitamos o entendimento e vamos, então,

encerrar tanto na Câmara dos Deputados como no Senado Federal. Nós aceitamos a proposta dele.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sr. Presidente, a proposta do Senador Arthur Virgílio é para a votação posterior, a do Senado. Na votação na Câmara, a posição da bancada e da base aliada já foi iniciada. É registrar. Vamos dar o prazer a todas as Deputadas e a todos os Deputados de votar o Orçamento com o acordo que foi feito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vamos votar. Solicito a todos que votem.

Vamos fazer o acordo no Senado, então.

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, V. Exª pode até patrocinar o acordo no Senado, mas, aí, conclui a votação na Câmara e patrocina o acordo no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pergunto aos Senadores e aos líderes se concordam. (Pausa.)

No Senado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente...

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA) – Senador Arthur Virgílio, Senador Arthur Virgílio...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, não consultei o Líder José Agripino e vou falar pelo PSDB.

Entendo que poderíamos dispensar nas duas Casas. Se alguém acha que é fundamental se fazer numa, não tem por que o Senado assumir o risco e o desgaste de não fazer na outra. Então, queremos votação nominal no Senado também.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Também no Senado. Agradeço a V. Exª.

Tem que ser no voto.

Vamos votar.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO.) – Sr. Presidente, uma informação relevante aqui.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Deputado Eduardo Valverde.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Queria informar à Câmara Federal e ao Senado que, hoje, o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens) ocupou cinco usinas elétricas. Estão reivindicando ao sistema Eletrobrás, ao próprio Governo, o atendimento a uma demanda antiga. Trata-se de indenizações àquelas pessoas que, nas décadas de 70, 80, foram atingidas pelas barragens.

Só em Rondônia, seiscentas pessoas estão na usina termoelétrica que atende à cidade de Porto Velho. E há uma preocupação, porque lá há estancagem de óleo combustível.

Existe uma liminar de reintegração de posse. Portanto, pode haver conflito e causar transtornos e acidentes muito graves na cidade de Porto Velho.

Faço este aviso à Casa, tendo em vista a necessidade de bom senso e de cautela neste momento, a fim de que se encontre uma forma de saída espontânea das usinas geradoras por parte dos manifestantes. E que, na sexta-feira ou na segunda-feira, o sistema Eletrobrás e a Eletronorte possam sentar com as lideranças do MAB e dar encaminhamento a uma pauta de reivindicações que foram apresentadas este ano ao Governo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Deputado Pedro Fernandes.

O SR. PEDRO FERNANDES (PTB – MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro, gostaria de parabenizar o Presidente José Maranhão, da Comissão de Orçamento, e o Relator.

Quero também, Sr. Presidente, aproveitar esta reunião do Congresso, que é rara, para parabenizá-lo pelo seu discurso e dizer ao Presidente e ao Vice-Presidente do Senado que não devemos dar razão ao Lula. O Lula trabalha muito vetando, e nós não trabalhamos apreciando vetos, Sr. Presidente. Precisamos fazer reunião aqui para apreciar os vetos, senão vamos dar razão a ele. Ele trabalha muito vetando e nós não trabalhamos apreciando os vetos.

Faço aqui uma solicitação para que V. Exª cumpra aquilo que garantiu na sua posse. Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Deputado Pedro Fernandes, alguns vetos não foram votados ainda porque se deu prioridade ao Orçamento, mas depois da Semana Santa vamos começar a votar os vetos.

O SR. PEDRO FERNANDES (PTB – MA) – Muito obrigado Sr. Presidente.

Quero dizer para a população brasileira que temos oitocentos vetos para serem apreciados pelo Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Exª tem razão.

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT – RJ) – Sr. Presidente, gostaria de convocar os Deputados Federais do Rio de Janeiro a votar "sim", porque esse é um dos orçamentos mais generosos da União com o Estado do Rio de Janeiro.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Tem a palavra o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Quero registrar, com alguma preocupação, que aquela política previdenciária chilena, decantada como a grande política de fundos, a política que falava da previdência participativa, praticamente faliu. A Presidente Bachelet acabou estabelecendo a previdência universal no Chile. Aquele grande exemplo de avanço de sistema capitalista, de previdência nova foi para o buraco. Se não fosse essa medida, aqueles chilenos que estão aguardando uma previdência mínima não teriam uma solução.

Portanto, quero deixar registrado àqueles que alardearam, no sistema liberal, que o grande exemplo era o chileno, hoje, com a decisão da Presidente Bachelet, cai por terra o modelo considerado por eles como uma grande conquista.

Os trabalhadores brasileiros continuam cobrando que, no Brasil, acabemos de vez com a reforma da Previdência e, acima de tudo, tratemos da reposição das perdas de aposentados e de pensionistas.

Já que estamos aprovando o Orçamento sem o meu voto, certamente poderemos também cuidar dessa condição. O exemplo chileno ficou no chinelo, lamentavelmente.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (PSB – DF) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. JOÃO LEÃO (PP – BA) – Pode encerrar a votação, pois já tem número suficiente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, pela ordem, o Deputado Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (PSB – DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero cumprimentar V. Exª pela condução dos trabalhos e, de forma muito especial, em nome da Bancada do Distrito Federal, quero cumprimentar o Presidente da Comissão, Senador José Maranhão, e o Deputado-Relator José Pimentel, que viveu uma dificuldade, talvez inédita no Orçamento.

Normalmente, o Relator-Geral tem o trabalho de distribuir recursos entre as diversas demandas existentes neste Parlamento. E, desta vez, em função da queda da CPMF, o Relator José Pimentel teve o árduo trabalho de fazer os cortes necessários. Mas foi uma pessoa que trabalhou com muita atenção, com muito critério, com muita paciência. Tenho convicção de que o resultado final para o Congresso Nacional, para o País, é o melhor possível, dentro das possibilidades.

Portanto, ficam registrados os cumprimentos da Bancada do Distrito Federal ao Presidente José Maranhão e ao Relator José Pimentel, pelo brilhante trabalho desenvolvido e relatado, no que se refere ao Orçamento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. COLBERT MARTINS (PMDB – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Deputado Colbert Martins.

O SR. COLBERT MARTINS (PMDB – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho, Srªs e Srs. Congressistas, nós, do PMDB, estamos muito contentes e orgulhosos com a sua Presidência. V. Exª conduz esta sessão com muita tranqüilidade. V. Exª conduz, em nome do PMDB, essa finalização do Orçamento que deveria ter sido concluída no ano passado.

Mas nós, especialmente da Bahia, Sr. Presidente, estamos muito satisfeitos com o Deputado Walter Pinheiro, que coordenou nossa Bancada. Acho que os resultados para a Bahia são muito bons. E o Deputado Henrique Eduardo Alves, que aqui esteve, o nosso Líder, do Rio Grande do Sul, também considera que estamos cada vez melhores e muito bem representados por V. Exª.

Muito obrigado, Senador Garibaldi.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Deputado Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só quero lembrar aos nobres Pares que temos ainda a votação no Senado, temos ainda uma votação importante, que é uma errata do PPA. Portanto, precisamos fazer essa votação para termos complementaridade no relatório, para fazer valer o Orçamento que estamos votando.

Também quero fazer este registro, Sr. Presidente, para citar quatro pessoas que trabalharam este Orçamento. O caminho da LDO, relatado pelo Deputado João Leão, foi uma importante peça para que chegássemos ao Orçamento hoje, Deputado Narcio Rodrigues. Há o caminho percorrido pelo Deputado Vignatti, que foi Relator do PPA, peça importante e decisiva para que pudéssemos ter o Orçamento. A presença decisiva, marcante, diligente do nosso dirigente da Comissão, Senador José Maranhão, que soube, como ninguém, trilhar o caminho principalmente da transparência. Quero fazer justiça, Sr. Presidente, ao Senador José Maranhão.

Este foi o ano em que a Comissão de Orçamento, por mais vezes, tornou público os seus atos, publicou as suas ações, entregou à imprensa, ao público em geral todas as fases de elaboração, sem nenhum temor. Portanto, quando alguém assacar qualquer frase deve levar em consideração o que foi feito pelo companheiro de V. Exª no Senado, Senador José Maranhão, à frente da Comissão de Orçamento.

Por último, Sr. Presidente, quero destacar o papel importante desempenhado pelo nosso Relator, José Pimentel. Talvez tenha sido, na história do Orçamento, o Relator que teve a maior dificuldade, chegou à reta

final tendo de cortar o Orçamento em vez de ampliá-lo, tendo de trabalhar com a escassez. E ele deu uma demonstração clara, nítida, de compromisso, de transparência, de seriedade e de competência. O Deputado Pimentel conduziu esse processo a todo momento com informação, tratando a todos de forma igual.

Sr. Presidente, quero agradecer aos Líderes da Oposição, aos Líderes da base, a V. Exª, que patrocinou por diversas vezes o acordo, ao Deputado Narcio, que foi importante, e a nossa Líder do Governo no Congresso Nacional, Senadora Roseana Sarney, que, mesmo diante das adversidades físicas, não pestanejou, não esteve ausente, foi a grande condutora desse processo que nos levou a esse entendimento, conseguindo entregar o Orçamento da União.

Lamentavelmente, o fato de estarmos votando agora não foi responsabilidade da Comissão de Orçamento, foi muito mais em decorrência da não-aprovação da CPMF, Deputado Alex, porque a Comissão teve de fazer os ajustes.

Então, os nossos agradecimentos aos companheiros da Comissão, aos servidores da Comissão, aos trabalhadores da Consultoria – e não quero citar nomes para não ser injusto –, a todos os membros da Consultoria e aos servidores da Liderança do Governo, que foram diligentes e nos possibilitaram chegar até aqui, por meio do acordo, podendo entregar o Orçamento à União.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Exª.

Com a palavra o Deputado Pompeo de Mattos e, depois, o Senador Expedito Júnior.

Vamos abreviar as intervenções.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Sr. Presidente, os Senadores querem votar.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero tão-somente fazer um registro que considero importante para os Anais desta Casa e para V. Exª.

Primeiro, quero dizer que nesta noite realiza-se uma sessão histórica do Congresso Nacional, porque fazia meses – e arrisco dizer anos – que não via uma sessão tão concorrida, tão ativa, tão participativa, tão decisiva para o futuro do País e para as questões de interesse da Nação brasileira.

V. Exª está de parabéns por essa condução, pelo acordo feito, enfim, pelos avanços. É verdade que demoramos, mas não por culpa do Senado, nem da Câmara, muito menos por culpa do Congresso Nacional, em função da questão da CPMF.

Quero afirmar, Sr. Presidente, que o exemplo desta sessão nos inspira a reivindicar outras dessa natureza, dessa magnitude e dessa grandeza.

O que ocorre? A Câmara dos Deputados e, via de regra, o Senado só têm votado medidas provisórias e ficam com suas pautas trancadas para a apreciação de outros projetos. Agora, o Congresso, Sr. Presidente, não está impedido de se reunir e votar.

Então, faço um apelo a V. Exª: se a Câmara não pode votar outra matéria, se o Senado não pode votar outra matéria, que o Congresso Nacional se reúna para votar vetos, vetos, vetos e vetos!

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. EXª.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Centenas de vetos, Sr. Presidente. É o apelo que estamos fazendo, generosamente, a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Garilbaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Último orador inscrito.

Concedo a palavra ao Senador Expedito Júnior.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Sr. Presidente, eu gostaria de aproveitar a presença de V. Exª aqui, na Mesa do plenário da Câmara dos Deputados – e já fiz este apelo a V. Exª no Senado – para, primeiramente, reconhecer o trabalho tanto de V. Exª quanto o do Presidente da Câmara, Deputado Arlindo Chinaglia, pelo acordo que V. Exªs estão buscando para a votação dos projetos, tanto os que estão parados na Câmara dos Deputados quanto os que estão paralisados no Senado. E gostaria de fazer um apelo, Sr. Presidente, para que pudéssemos votar a PEC da transposição dos servidores do Estado de Rondônia. O projeto já foi votado no Senado e já foi votado aqui, pela Comissão. Inclusive, está aqui o ex-Senador e hoje Deputado Federal Moreira Mendes, que fez parte dessa Comissão.

Sr. Presidente, como o projeto está parado, esperando para ser votado na Câmara dos Deputados, faço um apelo ao espírito democrático de V. Exª e do Presidente da Câmara dos Deputados no sentido de que possamos votar a PEC da transposição dos servidores do Estado de Rondônia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vamos abrir o painel.

Solicito a colaboração do pessoal da Câmara.

Está encerrada a votação.

Vamos abrir o painel e proclamar o resultado.

(Procede-se à apuração)

Camara dos Deputados
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Votantes por UF

Data : 12/03/2008
Hora : 20:15
Número: 1

53ª LEGISLATURA
SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA

Presidente da Casa:
Garibaldi Alves Filho - PMDB/RN

Sessão:
SESSÃO CONJUNTA Nº 004 - 12/03/2008
Abertura Painel: 12/03/2008 15:37

Presidiram a Sessão:
Garibaldi Alves Filho - 15:41

Proposição:
PLN Nº 30/2007 - SUBSTITUTIVO

Início Votação: 12/03/2008 19:55
Fim Votação: 12/03/2008 20:12

Presidiram a Votação:
Garibaldi Alves Filho

Resultado da Votação

Sim	404
Não	12
Abstenção	1
Total da Votação	417

Total Quorum 417

Obstrução

Orientação
PmdbPscPtc - Sim
PT - Sim
PsbPdtPCdoBPmnPrb - Sim
DEM - Liberado
PSDB - Sim
PR - Sim
PP - Sim
PTB - Sim
PV - Sim
PPS - Sim
PSOL - Não
PHS - Sim
PTdoB - Sim
PRTB - Sim
MINORIA - Sim
GOV. - Sim

	Partido	Bloco	Voto
RORAIMA			
Edio Lopes	PMDB	PmdbPscPtc	Sim
Luciano Castro	PR		Sim
Neudo Campos	PP		Sim
Urzeni Rocha	PSDB		Sim
Total Roraima : 4			
AMAPÁ			
Dalva Figueiredo	PT		Sim
Davi Alcolumbre	DEM		Sim
Evandro Milhomen	PCdoB	PsbPdtPCdoBPmnPrb	Sim
Fátima Pelaes	PMDB	PmdbPscPtc	Sim
Janete Capiberibe	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb	Sim
Jurandil Juarez	PMDB	PmdbPscPtc	Sim

Camara dos Deputados
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Votantes por UF

Data : 12/03/2008
Hora : 20:15
Número: 1

	Partido	Bloco	Voto
AMAPÁ			
Lucenira Pimentel	PR		Sim
Sebastião Bala Rocha	PDT	PsbPdtPCdoBPmnPrb	Sim
Total Amapá : 8			
PARÁ			
Asdrubal Bentes	PMDB	PmdbPscPtc	Sim
Bel Mesquita	PMDB	PmdbPscPtc	Sim
Beto Faro	PT		Sim
Elcione Barbalho	PMDB	PmdbPscPtc	Sim
Gerson Peres	PP		Sim
Giovanni Queiroz	PDT	PsbPdtPCdoBPmnPrb	Não
Lira Maia	DEM		Sim
Lúcio Vale	PR		Sim
Nilson Pinto	PSDB		Sim
Paulo Rocha	PT		Sim
Vic Pires Franco	DEM		Sim
Wandenkolk Gonçalves	PSDB		Sim
Wladimir Costa	PMDB	PmdbPscPtc	Sim
Zé Geraldo	PT		Sim
Zenaldo Coutinho	PSDB		Sim
Zequinha Marinho	PMDB	PmdbPscPtc	Sim
Total Pará : 16			
AMAZONAS			
Francisco Praciano	PT		Sim
Marcelo Serafim	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb	Sim
Silas Câmara	PSC	PmdbPscPtc	Sim
Vanessa Grazziotin	PCdoB	PsbPdtPCdoBPmnPrb	Sim
Total Amazonas : 4			
RONDONIA			
Anselmo de Jesus	PT		Sim
Eduardo Valverde	PT		Sim
Ernandes Amorim	PTB		Sim
Marinha Raupp	PMDB	PmdbPscPtc	Sim
Mauro Nazif	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb	Sim
Moreira Mendes	PPS		Sim
Natan Donadon	PMDB	PmdbPscPtc	Sim
Total Rondonia : 7			
ACRE			
Fernando Melo	PT		Sim
Ilderlei Cordeiro	PPS		Sim
Perpétua Almeida	PCdoB	PsbPdtPCdoBPmnPrb	Sim
Total Acre : 3			
TOCANTINS			
João Oliveira	DEM		Sim
Laurez Moreira	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb	Sim
Lázaro Botelho	PP		Sim

Camara dos Deputados
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Votantes por UF

Data : 12/03/2008
Hora : 20:15
Número: 1

	Partido	Bloco	Voto
TOCANTINS			
Moises Avelino	PMDB	PmdbPscPtc	Sim
NIlmar Ruiz	DEM		Sim
Osvaldo Reis	PMDB	PmdbPscPtc	Sim
Vicentinho Alves	PR		Sim
Total Tocantins : 7			
MARANHÃO			
Carlos Brandão	PSDB		Sim
Cleber Verde	PRB	PsbPdtPCdoBPmnPrb	Sim
Davi Alves Silva Júnior	PDT	PsbPdtPCdoBPmnPrb	Sim
Flávio Dino	PCdoB	PsbPdtPCdoBPmnPrb	Sim
Gastão Vieira	PMDB	PmdbPscPtc	Sim
Julião Amin	PDT	PsbPdtPCdoBPmnPrb	Sim
Pedro Fernandes	PTB		Sim
Pinto Itamaraty	PSDB		Sim
Professor Setimo	PMDB	PmdbPscPtc	Sim
Ribamar Alves	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb	Sim
Roberto Rocha	PSDB		Sim
Sarney Filho	PV		Sim
Waldir Maranhão	PP		Sim
Total Maranhão : 13			
CEARÁ			
Aníbal Gomes	PMDB	PmdbPscPtc	Sim
Ariosto Holanda	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb	Sim
Arnon Bezerra	PTB		Sim
Chico Lopes	PCdoB	PsbPdtPCdoBPmnPrb	Sim
Eudes Xavier	PT		Sim
Eugênio Rabelo	PP		Sim
Flávio Bezerra	PMDB	PmdbPscPtc	Sim
Gorete Pereira	PR		Sim
José Airton Cirilo	PT		Sim
José Guimarães	PT		Sim
José Linhares	PP		Sim
José Pimentel	PT		Sim
Manoel Salviano	PSDB		Sim
Marcelo Teixeira	PR		Sim
Mauro Benevides	PMDB	PmdbPscPtc	Sim
Raimundo Gomes de Matos	PSDB		Sim
Vicente Arruda	PR		Sim
Zé Gerardo	PMDB	PmdbPscPtc	Sim
Total Ceará : 18			
PIAUÍ			
Ciro Nogueira	PP		Sim
Júlio Cesar	DEM		Sim
Marcelo Castro	PMDB	PmdbPscPtc	Sim
Mussa Demes	DEM		Sim

Camara dos Deputados
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Votantes por UF

Data : 12/03/2008
Hora : 20:15
Número: 1

	Partido	Bloco	Voto
PIAUÍ			
Nazareno Fonteles	PT		Sim
Osmar Júnior	PCdoB	PsbPdtPCdoBPmnPrb	Sim
Total Piauí : 6			
RIO GRANDE DO NORTE			
Fábio Faria	PMN	PsbPdtPCdoBPmnPrb	Sim
Fátima Bezerra	PT		Sim
Felipe Maia	DEM		Sim
Henrique Eduardo Alves	PMDB	PmdbPscPtc	Sim
João Maia	PR		Sim
Rogério Marinho	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb	Sim
Total Rio Grande do Norte : 6			
PARAÍBA			
Armando Abílio	PTB		Sim
Damião Feliciano	PDT	PsbPdtPCdoBPmnPrb	Sim
Luiz Couto	PT		Sim
Manoel Junior	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb	Sim
Vital do Rêgo Filho	PMDB	PmdbPscPtc	Sim
Walter Brito Neto	PRB	PsbPdtPCdoBPmnPrb	Sim
Wellington Roberto	PR		Sim
Wilson Santiago	PMDB	PmdbPscPtc	Sim
Total Paraíba : 8			
PERNAMBUCO			
Ana Arraes	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb	Sim
André de Paula	DEM		Sim
Bruno Araújo	PSDB		Sim
Bruno Rodrigues	PSDB		Sim
Carlos Eduardo Cadoca	PSC	PmdbPscPtc	Sim
Carlos Wilson	PT		Sim
Eduardo da Fonte	PP		Sim
Fernando Coelho Filho	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb	Sim
Fernando Ferro	PT		Sim
Gonzaga Patriota	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb	Sim
Inocêncio Oliveira	PR		Sim
José Chaves	PTB		Sim
José Mendonça Bezerra	DEM		Sim
Marcos Antonio	PRB	PsbPdtPCdoBPmnPrb	Sim
Maurício Rands	PT		Sim
Pedro Eugênio	PT		Sim
Raul Henry	PMDB	PmdbPscPtc	Sim
Renildo Calheiros	PCdoB	PsbPdtPCdoBPmnPrb	Sim
Roberto Magalhães	DEM		Sim
Silvio Costa	PMN	PsbPdtPCdoBPmnPrb	Sim
Wolney Queiroz	PDT	PsbPdtPCdoBPmnPrb	Sim
Total Pernambuco : 21			
ALAGOAS			

Camara dos Deputados Data : 12/03/2008
Secretaria Geral da Mesa Hora : 20:15
Lista de Votantes por UF Número: 1

	Partido	Bloco	Voto
ALAGOAS			
Augusto Farias	PTB		Sim
Benedito de Lira	PP		Sim
Carlos Alberto Canuto	PMDB	PmdbPscPtc	Sim
Cristiano Matheus	PMDB	PmdbPscPtc	Sim
Francisco Tenorio	PMN	PsbPdtPCdoBPmnPrb	Sim
Givaldo Carimbão	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb	Sim
Joaquim Beltrão	PMDB	PmdbPscPtc	Sim
Olavo Calheiros	PMDB	PmdbPscPtc	Sim
Total Alagoas : 8			
SERGIPE			
Albano Franco	PSDB		Sim
Eduardo Amorim	PSC	PmdbPscPtc	Sim
Jackson Barreto	PMDB	PmdbPscPtc	Sim
Jerônimo Reis	DEM		Sim
José Carlos Machado	DEM		Não
Mendonça Prado	DEM		Sim
Valadares Filho	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb	Sim
Total Sergipe : 7			
BAHIA			
Alice Portugal	PCdoB	PsbPdtPCdoBPmnPrb	Sim
Antonio Carlos Magalhães Neto	DEM		Sim
Claudio Cajado	DEM		Sim
Colbert Martins	PMDB	PmdbPscPtc	Sim
Daniel Almeida	PCdoB	PsbPdtPCdoBPmnPrb	Sim
Edigar Mão Branca	PV		Sim
Edson Duarte	PV		Sim
Fábio Souto	DEM		Sim
Félix Mendonça	DEM		Sim
Guilherme Menezes	PT		Sim
João Almeida	PSDB		Sim
João Carlos Bacelar	PR		Sim
João Leão	PP		Sim
Jorge Khoury	DEM		Sim
José Carlos Aleluia	DEM		Não
José Carlos Araújo	PR		Sim
José Rocha	PR		Sim
Joseph Bandeira	PT		Sim
Jusmari Oliveira	PR		Sim
Jutahy Junior	PSDB		Sim
Luiz Bassuma	PT		Sim
Luiz Carreira	DEM		Sim
Marcelo Guimarães Filho	PMDB	PmdbPscPtc	Sim
Marcos Medrado	PDT	PsbPdtPCdoBPmnPrb	Sim
Maurício Trindade	PR		Sim
Nelson Pellegrino	PT		Sim
Paulo Magalhães	DEM		Sim

	Partido	Bloco	Voto
BAHIA			
Roberto Britto	PP		Sim
Sérgio Barradas Carneiro	PT		Sim
Sérgio Brito	PDT	PsbPdtPCdoBPmnPrb	Sim
Severiano Alves	PDT	PsbPdtPCdoBPmnPrb	Sim
Tonha Magalhães	PR		Sim
Uldurico Pinto	PMN	PsbPdtPCdoBPmnPrb	Sim
Veloso	PMDB	PmdbPscPtc	Sim
Walter Pinheiro	PT		Sim
Total Bahia : 35			
MINAS GERAIS			
Ademir Camilo	PDT	PsbPdtPCdoBPmnPrb	Sim
Aelton Freitas	PR		Sim
Alexandre Silveira	PPS		Sim
Antônio Andrade	PMDB	PmdbPscPtc	Sim
Antônio Roberto	PV		Sim
Aracely de Paula	PR		Sim
Bilac Pinto	PR		Sim
Bonifácio de Andrada	PSDB		Sim
Carlos Melles	DEM		Sim
Elismar Prado	PT		Sim
Fábio Ramalho	PV		Sim
Fernando Diniz	PMDB	PmdbPscPtc	Sim
Gilmar Machado	PT		Sim
Humberto Souto	PPS		Sim
Jaime Martins	PR		Sim
Jairo Ataide	DEM		Sim
Jô Moraes	PCdoB	PsbPdtPCdoBPmnPrb	Sim
João Bittar	DEM		Sim
João Magalhães	PMDB	PmdbPscPtc	Sim
José Fernando Aparecido de Oliveira	PV		Sim
José Santana de Vasconcellos	PR		Sim
Júlio Delgado	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb	Sim
Juvenil	PRTB		Sim
Lael Varella	DEM		Sim
Leonardo Quintão	PMDB	PmdbPscPtc	Sim
Luiz Fernando Faria	PP		Sim
Márcio Reinaldo Moreira	PP		Sim
Marcos Montes	DEM		Sim
Maria do Carmo Lara	PT		Sim
Mauro Lopes	PMDB	PmdbPscPtc	Sim
Miguel Corrêa Jr.	PT		Sim
Miguel Martini	PHS		Sim
Narcio Rodrigues	PSDB		Sim
Odair Cunha	PT		Sim
Paulo Abi-Ackel	PSDB		Sim
Paulo Piau	PMDB	PmdbPscPtc	Sim

	Partido	Bloco	Voto
MINAS GERAIS			
Rafael Guerra	PSDB		Não
Rodrigo de Castro	PSDB		Sim
Saraiva Felipe	PMDB	PmdbPscPtc	Sim
Virgílio Guimarães	PT		Sim
Vitor Penido	DEM		Sim
Total Minas Gerais : 41			
ESPÍRITO SANTO			
Iriny Lopes	PT		Sim
Jurandy Loureiro	PSC	PmdbPscPtc	Sim
Luiz Paulo Vellozo Lucas	PSDB		Sim
Manato	PDT	PsbPdtPCdoBPmnPrb	Sim
Rita Camata	PMDB	PmdbPscPtc	Sim
Rose de Freitas	PMDB	PmdbPscPtc	Sim
Total Espírito Santo : 6			
RIO DE JANEIRO			
Alexandre Santos	PMDB	PmdbPscPtc	Sim
Andreia Zito	PSDB		Sim
Antonio Carlos Biscaia	PT		Sim
Arnaldo Vianna	PDT	PsbPdtPCdoBPmnPrb	Sim
Ayrton Xerez	DEM		Não
Brizola Neto	PDT	PsbPdtPCdoBPmnPrb	Sim
Carlos Santana	PT		Sim
Chico Alencar	PSOL		Não
Chico DAngelo	PT		Sim
Cida Diogo	PT		Sim
Dr. Adilson Soares	PR		Sim
Edmilson Valentim	PCdoB	PsbPdtPCdoBPmnPrb	Sim
Edson Ezequiel	PMDB	PmdbPscPtc	Sim
Eduardo Lopes	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb	Sim
Felipe Bornier	PHS		Sim
Fernando Gabeira	PV		Sim
Fernando Lopes	PMDB	PmdbPscPtc	Sim
Filipe Pereira	PSC	PmdbPscPtc	Sim
Hugo Leal	PSC	PmdbPscPtc	Sim
Indio da Costa	DEM		Sim
Jair Bolsonaro	PP		Sim
Jorge Bittar	PT		Sim
Leandro Sampaio	PPS		Sim
Léo Vivas	PRB	PsbPdtPCdoBPmnPrb	Sim
Leonardo Picciani	PMDB	PmdbPscPtc	Sim
Luiz Sérgio	PT		Sim
Marcelo Itagiba	PMDB	PmdbPscPtc	Sim
Miro Teixeira	PDT	PsbPdtPCdoBPmnPrb	Sim
Neilton Mulim	PR		Sim
Nelson Bornier	PMDB	PmdbPscPtc	Sim
Otavio Leite	PSDB		Sim

	Partido	Bloco	Voto
RIO DE JANEIRO			
Rodrigo Maia	DEM		Não
Rogerio Lisboa	DEM		Sim
Sandro Matos	PR		Sim
Silvio Lopes	PSDB		Sim
Solange Almeida	PMDB	PmdbPscPtc	Sim
Solange Amaral	DEM		Sim
Vinicius Carvalho	PTdoB		Sim
Total Rio de Janeiro : 38			
SÃO PAULO			
Aldo Rebelo	PCdoB	PsbPdtPCdoBPmnPrb	Sim
Aline Corrêa	PP		Sim
Antonio Bulhões	PMDB	PmdbPscPtc	Sim
Antonio Carlos Mendes Thame	PSDB		Sim
Antonio Palocci	PT		Sim
Arnaldo Faria de Sá	PTB		Não
Arnaldo Jardim	PPS		Sim
Arnaldo Madeira	PSDB		Sim
Beto Mansur	PP		Sim
Carlos Zarattini	PT		Sim
Celso Russomanno	PP		Sim
Clodovil Hernandes	PR		Sim
Devanir Ribeiro	PT		Sim
Dr. Nechar	PV		Sim
Dr. Talmir	PV		Sim
Dr. Ubiali	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb	Sim
Duarte Nogueira	PSDB		Sim
Edson Aparecido	PSDB		Sim
Emanuel Fernandes	PSDB		Sim
Fernando Chucre	PSDB		Sim
Francisco Rossi	PMDB	PmdbPscPtc	Sim
Ivan Valente	PSOL		Não
Janete Rocha Pietá	PT		Sim
Jilmar Tatto	PT		Sim
João Dado	PDT	PsbPdtPCdoBPmnPrb	Sim
Jorge Tadeu Mudalen	DEM		Sim
Jorginho Maluly	DEM		Sim
José Aníbal	PSDB		Sim
José Eduardo Cardozo	PT		Sim
José Genoíno	PT		Sim
José Mentor	PT		Sim
José Paulo Tóffano	PV		Sim
Julio Semeghini	PSDB		Sim
Lobbe Neto	PSDB		Sim
Luciana Costa	PR		Sim
Luiza Erundina	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb	Sim
Marcelo Ortiz	PV		Sim

	Partido	Bloco	Voto
SÃO PAULO			
Michel Temer	PMDB	PmdbPscPtc	Sim
Milton Monti	PR		Sim
Nelson Marquezelli	PTB		Sim
Paulo Maluf	PP		Sim
Paulo Pereira da Silva	PDT	PsbPdtPCdoBPmnPrb	Sim
Paulo Renato Souza	PSDB		Sim
Paulo Teixeira	PT		Sim
Regis de Oliveira	PSC	PmdbPscPtc	Sim
Reinaldo Nogueira	PDT	PsbPdtPCdoBPmnPrb	Sim
Renato Amary	PSDB		Sim
Ricardo Berzoini	PT		Sim
Ricardo Izar	PTB		Sim
Ricardo Tripoli	PSDB		Sim
Roberto Santiago	PV		Sim
Silvinho Peccioli	DEM		Sim
Silvio Torres	PSDB		Sim
Vadão Gomes	PP		Sim
Valdemar Costa Neto	PR		Sim
Vanderlei Macris	PSDB		Sim
Vicentinho	PT		Sim
Walter Ihoshi	DEM		Sim
Total São Paulo : 58			
MATO GROSSO			
Carlos Abicalil	PT		Sim
Carlos Bezerra	PMDB	PmdbPscPtc	Sim
Eliene Lima	PP		Sim
Homero Pereira	PR		Sim
Pedro Henry	PP		Sim
Wellington Fagundes	PR		Sim
Total Mato Grosso : 6			
DISTRITO FEDERAL			
Augusto Carvalho	PPS		Sim
Jofran Frejat	PR		Sim
Laerte Bessa	PMDB	PmdbPscPtc	Sim
Osório Adriano	DEM		Sim
Rodovalho	DEM		Sim
Rodrigo Rollemberg	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb	Sim
Total Distrito Federal : 6			
GOIÁS			
Carlos Alberto Leréia	PSDB		Sim
Chico Abreu	PR		Sim
Íris de Araújo	PMDB	PmdbPscPtc	Sim
João Campos	PSDB		Sim
Jovair Arantes	PTB		Sim
Leandro Vilela	PMDB	PmdbPscPtc	Sim

	Partido	Bloco	Voto
GOIÁS			
Leonardo Vilela	PSDB		Sim
Luiz Bittencourt	PMDB	PmdbPscPtc	Sim
Marcelo Melo	PMDB	PmdbPscPtc	Sim
Pedro Chaves	PMDB	PmdbPscPtc	Sim
Pedro Wilson	PT		Sim
Ronaldo Caiado	DEM		Não
Rubens Otoni	PT		Sim
Sandes Júnior	PP		Sim
Sandro Mabel	PR		Sim
Tatico	PTB		Sim
Total Goiás : 16			
MATO GROSSO DO SUL			
Antônio Carlos Biffi	PT		Sim
Antonio Cruz	PP		Sim
Dagoberto	PDT	PsbPdtPCdoBPmnPrb	Sim
Geraldo Resende	PMDB	PmdbPscPtc	Sim
Nelson Trad	PMDB	PmdbPscPtc	Sim
Waldir Neves	PSDB		Sim
Total Mato Grosso do Sul : 6			
PARANÁ			
Abelardo Lupion	DEM		Não
Affonso Camargo	PSDB		Sim
Airton Roveda	PR		Sim
Alex Canziani	PTB		Sim
Andre Vargas	PT		Sim
Angelo Vanhoni	PT		Sim
Assis do Couto	PT		Sim
Barbosa Neto	PDT	PsbPdtPCdoBPmnPrb	Sim
Cezar Silvestri	PPS		Sim
Dilceu Sperafico	PP		Sim
Dr. Rosinha	PT		Sim
Eduardo Sciarra	DEM		Sim
Giacobo	PR		Sim
Gustavo Fruet	PSDB		Sim
Hermes Parcianello	PMDB	PmdbPscPtc	Sim
Luciano Pizzatto	DEM		Abstenção
Luiz Carlos Hauly	PSDB		Sim
Luiz Carlos Setim	DEM		Sim
Marcelo Almeida	PMDB	PmdbPscPtc	Sim
Max Rosenmann	PMDB	PmdbPscPtc	Sim
Moacir Micheletto	PMDB	PmdbPscPtc	Sim
Nelson Meurer	PP		Sim
Odílio Balbinotti	PMDB	PmdbPscPtc	Sim
Osmar Serraglio	PMDB	PmdbPscPtc	Sim
Ratinho Junior	PSC	PmdbPscPtc	Sim
Ricardo Barros	PP		Sim

	Partido	Bloco	Voto
PARANÁ			
Rodrigo Rocha Loures	PMDB	PmdbPscPtc	Sim
Takayama	PSC	PmdbPscPtc	Sim
Total Paraná : 28			
SANTA CATARINA			
Angela Amin	PP		Sim
Carlito Merss	PT		Sim
Celso Maldaner	PMDB	PmdbPscPtc	Sim
Décio Lima	PT		Sim
Djalma Berger	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb	Sim
Edinho Bez	PMDB	PmdbPscPtc	Sim
Fernando Coruja	PPS		Sim
Gervásio Silva	PSDB		Sim
João Matos	PMDB	PmdbPscPtc	Sim
João Pizzolatti	PP		Sim
José Carlos Vieira	DEM		Sim
Nelson Goetten	PR		Sim
Valdir Colatto	PMDB	PmdbPscPtc	Sim
Vignatti	PT		Sim
Zonta	PP		Sim
Total Santa Catarina : 15			
RIO GRANDE DO SUL			
Adão Pretto	PT		Sim
Afonso Hamm	PP		Sim
Beto Albuquerque	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb	Sim
Claudio Diaz	PSDB		Sim
Darcísio Perondi	PMDB	PmdbPscPtc	Sim
Eliseu Padilha	PMDB	PmdbPscPtc	Sim
Germano Bonow	DEM		Sim
Henrique Fontana	PT		Sim
Ibsen Pinheiro	PMDB	PmdbPscPtc	Sim
Luciana Genro	PSOL		Não
Luis Carlos Heinze	PP		Sim
Luiz Carlos Busato	PTB		Sim
Manuela DÁvila	PCdoB	PsbPdtPCdoBPmnPrb	Sim
Marco Maia	PT		Sim
Mendes Ribeiro Filho	PMDB	PmdbPscPtc	Sim
Nelson Proença	PPS		Sim
Onyx Lorenzoni	DEM		Sim
Paulo Roberto	PTB		Sim
Pepe Vargas	PT		Sim
Pompeo de Mattos	PDT	PsbPdtPCdoBPmnPrb	Sim
Professor Ruy Pauletti	PSDB		Sim
Renato Molling	PP		Sim
Sérgio Moraes	PTB		Sim
Tarcísio Zimmermann	PT		Sim
Vieira da Cunha	PDT	PsbPdtPCdoBPmnPrb	Sim
Vilson Covatti	PP		Sim
Total Rio Grande do Sul : 26			

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Votaram SIM 404 Srªs e Srs. Deputados; e NÃO, 12.

Houve 01 abstenção.

Total: 417 votos.

Está aprovado o Orçamento na Câmara dos Deputados.

O SR. GLADSON CAMELI (PP – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, para justificar: eu, Deputado Gladson Cameli, votei com o Partido na última votação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Deputado...

O SR. GLADSON CAMELI (PP – AC) – Gladson Cameli, do PP, votou com o Partido.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vamos agora passar à votação no Senado.

Solicito a todas as Srªs e Srs. Senadores que tomem seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador José Agripino, Líder do DEM no Senado.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Exª tem a palavra para encaminhar a votação.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, participamos de todas as tentativas, cuidamos de remontar o Anexo de Metas. Acho que demos uma contribuição para o aperfeiçoamento dos trabalhos e participamos de um acordo. Se participamos de um acordo, o voto ao Orçamento que recomendo é "sim".

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Exª.

O SR. ALFREDO KAEFER (PSDB – PR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu, Deputado Alfredo Kaefer, votei pela orientação do Partido.

Apenas para que fique registrado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Arthur Virgílio, com a palavra V. Exª.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pelas conquistas obtidas, a retirada por inteiro do Anexo, a sensibilidade demonstrada pelo Relator em relação à recomposição das perdas dos Estados exportadores com a Lei Kandir, pelo acordo, enfim, envolvendo vários itens que passavam pela contemplação da Justiça do País, entendemos que houve um avanço. Entendemos que a forma de se fazer o Orçamento precisa ser mudada radicalmente, e o PSDB não abre mão de propor aquilo que já foi dito a V. Exª e que já foi dito a companheiras e companheiros que participam da Comissão: o fim da Comissão de Orçamento, com as matérias sendo endereçadas para as comissões temáticas das Casas, e a não-reeleição. E, por outro lado, Sr. Presidente, uma comissão de sistematização afunilaria, de maneira transparente, clara, o processo de confecção definitiva do Orçamento. Mas reconheci boa vontade no Deputado Pimentel, que conosco dialogou de maneira muito lhana; reconheci boa vontade no Deputado Gilmar Machado e na Líder Roseana Sarney, que negociaram conosco de maneira concreta, ouvindo propostas e concedendo aquilo que estava ao alcance deles.

Por essa razão, não seria coerente que o PSDB, que participou, portanto, da aprovação do Orçamento... Acabei de registrar que sem criar nenhuma dificuldade, inclusive abrindo mão da inscrição para falar, estamos a esta hora da noite. Se estivéssemos dispostos a criar dificuldades, este Orçamento simplesmente não passaria...

(Interrupção do som.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – (…) no dia de hoje. É bom que se registre isso, para que amanhã não venha o Presidente, no café da manhã dele, dizer que só ele trabalha, que o Congresso não tem preocupação, não tem sensibilidade. Estamos aqui cumprindo com o nosso dever, estritamente; mas só votamos depois de haver correções que, julgamos, reponham o Orçamento no bom caminho, ainda longe de ser a peça ideal. Haverá de ser um dia uma peça ideal, mas longe do que parecia ser um desvio claro, privilegiando alguns em detrimento da maioria, em detrimento do senso de justiça, com que procuramos trabalhar a vida pública.

Portanto, o voto do PSDB é, unanimemente, "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Exª, Senador Arthur Virgílio.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras já votaram? (Pausa.)

Com a palavra o Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero cumprimentar o Senador José Maranhão, o Deputado Pimentel, todos os membros da Comissão de Orçamento por esse trabalho profundo, transparente, correto, honesto; trabalho que todos fizeram com grande dignidade, com grande espírito público, sabendo enfrentar as críticas, muitas vezes extremamente injustas...

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Sr. Presidente, faltam os Democratas, por favor, no painel. Os Democratas, Sr. Presidente!

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, não existe um Parlamento no mundo sem uma comissão do orçamento. O Parlamento nasceu para votar o orçamento.

Quero cumprimentar V. Exª pelo dia de hoje; quero cumprimentar, mais uma vez, o Presidente da Comissão e todos os seus membros pela maneira digna, honrada e transparente com que votaram o Orçamento do ano de 2008.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quero esclarecer à Senadora Kátia Abreu que os Senadores e as Senadoras do DEM estão presentes no painel como integrantes da Minoria.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB – MG) – Sr. Presidente, Deputado Eduardo Barbosa.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Tem a palavra V. Exª.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB – MG. Pela ordem.) – Quero justificar meu voto, acompanhando a Liderança do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Exª será atendido.

Com a palavra o Senador Valdir Raupp, Líder do PMDB no Senado.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, inicialmente, quero parabenizar também o Relator do Orçamento Geral da União, José Pimentel; o Presidente da Comissão de Orçamento, Senador José Maranhão, e todos os membros dessa tão importante Comissão do Congresso Nacional. Parabenizo também o entendimento. Orçamento é uma coisa difícil; é uma peça difícil de se construir e é um projeto que não é da Situação nem da Oposição e, sim, da Nação, do País.

Impacta diretamente na Saúde, na Educação, na Agricultura, na geração de empregos, na infra-estrutura, no Poder Judiciário, nas Forças Armadas. É um projeto de país, de nação, não de partido.

Por isso, houve esse resultado na Câmara dos Deputados, com 404 votos favoráveis. Tenho a certeza de que, com o entendimento, no Senado, o resultado não vai ser diferente, com a aprovação desse projeto.

Por isso, recomendo o voto "sim" à Bancada do PMDB, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Renato Casagrande. Depois, falará o Deputado Armando Monteiro Neto.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves.

Srªs e Srs. Congressistas, na verdade, somente quero registrar a alegria por, depois de meses de atraso, chegarmos a esta votação de hoje. Acredito que é uma votação importante, porque o resultado final é equilibrado. Conseguimos, hoje, recompor os recursos de ressarcimento pela desoneração da Lei Kandir. Isso foi importante para os Estados exportadores, como o Estado do Espírito Santo.

Quero cumprimentar o Presidente José Maranhão e o Deputado Federal José Pimentel, Relator da matéria, e parabenizar também as Lideranças da Base e da Oposição, que trabalharam na votação da peça orçamentária.

O Orçamento sai com atraso, mas, neste ano, tem um volume maior de recursos para investimentos. Sem sombra de dúvida, houve um aprendizado ainda maior com o debate e a articulação entre as Lideranças da Câmara e do Senado.

Parabéns, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Deputado Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Agradeço-lhe, Sr. Presidente. Na impossibilidade de ter registrado no painel meu voto, por ocasião da votação na Câmara, eu gostaria de deixar consignado meu voto de aprovação à matéria. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O voto de V. Exª constará na Ata dos nossos trabalhos.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. ELISEU RESENDE (DEM – MG) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Antes que haja o esvaziamento do plenário, solicito a todos os presentes uma salva de palmas para o Presidente José Maranhão e para o Relator José Pimentel. (Palmas.)

O SR. ELISEU RESENDE (DEM – MG) – Sr. Presidente, não estou conseguindo votar. Eu gostaria de declarar meu voto "sim".

O SR. BETINHO ROSADO (DEM – RN) – Sr. Presidente, o Deputado Betinho Rosado acompanhou a Liderança segura dos Democratas.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Manifestou-se o Deputado Betinho Rosado.

O SR. ELISEU RESENDE (DEM – MG) – O voto de Eliseu Resende é "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Eliseu Resende.

O SR. ELISEU RESENDE (DEM – MG) – Quero dar os meus parabéns a V. Exª, Sr. Presidente, e declarar que meu voto é "sim".

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Exª. O voto de V. Exª constará da Ata dos trabalhos.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Para encaminhar, peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. TADEU FILIPPELLI (PMDB – DF) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Tem a palavra o Deputado Tadeu Filippelli.

O SR. TADEU FILIPPELLI (PMDB – DF) – Sr. Presidente, segui a orientação do Partido, o PMDB, na votação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço-lhe.

O SR. PAULO BORNHAUSEN (DEM – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pedi a palavra para encaminhar a votação pelo PRB.

O Rio de Janeiro, Sr. Presidente, tem o melhor Orçamento de muitos e muitos anos. Só os gastos das empresas estatais ultrapassam R$4 bilhões.

Sr. Presidente, quero também parabenizar meu colega Senador Maranhão e o Relator, porque nunca vi uma Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização tão transparente: todos os seus atos foram tornados públicos e fiscalizados até pela imprensa.

Portanto, Sr. Presidente, com muita alegria, o encaminhamento do PRB é o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Bornhausen.

O SR. PAULO BORNHAUSEN (DEM – SC) – Sr. Presidente, quero dizer que acompanhei, na votação anterior, a Bancada dos Democratas.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Deputado Tadeu.

Concedo a palavra à Deputada Raquel.

A SRA. PROFESSORA RAQUEL TEIXEIRA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, eu queria justificar: votei com a orientação do meu Partido. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Exª.

Concedo a palavra ao Deputado Vaccarezza.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Sr. Presidente, informo que acompanhei o Partido na votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Deputado Leonardo Monteiro.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT – MG) – Sr. Presidente, votei com o meu Partido, o Partido dos Trabalhadores.

O SR. REGINALDO LOPES (PT – MG) – Sr. Presidente, votei de acordo com a orientação da Bancada.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Exª.

O SR. SEBASTIÃO MADEIRA (PSDB – MA) – Sr. Presidente, informo que acompanhei o Partido.

O SR. MARCO MAIA (PT – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Exª tem a palavra.

O SR. MARCO MAIA (PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Na verdade, Sr. Presidente, quero apenas saudar e cumprimentar o trabalho realizado pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. O Presidente e o Relator, Deputado Pimentel, fizeram um trabalho belíssimo, democrático, representando os anseios do povo trabalhador, da população de todos os Estados deste País.

Hoje, recebemos a bela notícia do crescimento econômico do nosso País, do seu PIB do ano passado. Isso tudo é fruto do trabalho realizado pelo Congresso Nacional, do trabalho realizado pelo Governo Federal e, acima de tudo, da participação efetiva que Deputados e Senadores têm no desenvolvimento e no crescimento deste País.

Aproveito, Sr. Presidente, para saudar e homenagear esse trabalho realizado pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Exª.

Concedo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Hauly.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, não quero ser estraga prazer, mas estou com o relatório de empenho do ano passado: só 49,7% das emendas foram empenhadas e não pagas. Então, não quero ser estraga prazer, mas é lamentável o comportamento do Executivo, que não empenha e não paga as emendas de bancada e as emendas individuais. É lamentável. Vamos trabalhar para fazer emendas impositivas ao Orçamento.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (PMDB – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Deputado Darcísio Perondi.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (PMDB – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria cumprimentar o Sr. Relator, mas não dá. É o pior Orçamento para a Saúde. Na metade do ano, faltarão recursos. Não reavaliou a situação. Aos outros Relatores, Carlito Merss e Bittar, do PT, a Saúde deve. A Saúde tem saudades deles. Não houve abertura, não houve discussão. Parece que o Sistema Único de Saúde (SUS) não faz bem ao Brasil; faz bem às corporações públicas, às corporações internas, mas à vida, não.

Então, para o Brasil inteiro, que está nos vendo, quero dizer que o relatório aprovado para o Sistema Único de Saúde é muito ruim, e faltarão recursos no mês de agosto. Espero que a próxima Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e esta Casa possam dar suplementação ao Orçamento de 2008, senão muito mais pessoas vão morrer por deficiência de financiamento.

Reafirmo minha absoluta confiança em V. Exª e no Senado, que terá independência e autonomia para votar a regulamentação da Emenda nº 29, para haver um financiamento claro, definitivo e suficiente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ZÉ GERARDO (PMDB – CE) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Deputado Zé Gerardo. Em seguida, falarão o Deputado Ricardo Barros, o ex-Presidente Fernando Collor e o Deputado Maurício Rands.

O SR. ZÉ GERARDO (PMDB – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, antes de tudo, parabenizo o nosso Presidente José Maranhão pelo trabalho, pela dedicação, pela luta do dia-a-dia a que se dedicou, para que, na realidade, fosse votado esse Orçamento.

Quero parabenizar também nosso amigo José Pimentel, do Ceará, que trabalhou muito, noites adentro, sempre pensando no País, sempre pensando em todos aqueles que queriam levar uma condição melhor de vida para o povo carente brasileiro. Pimentel, parabéns!

Em nome de Pedro Novaes, que é nosso coordenador do PMDB, parabenizo o Relator, o nosso Presidente e todos os que fazem a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização pelo relatório que está sendo aprovado hoje, com muito prazer.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sai o Deputado Zé Gerardo, e entra o Deputado Zé Geraldo.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, isto tem dado muita confusão: Zé Gerardo e Zé Geraldo.

Sr. Presidente, quero parabenizar o Congresso por ter votado, hoje, o Orçamento. Os Prefeitos estão comemorando, porque muitas Prefeituras estão com convênios e emendas para receber dinheiro para as obras dos mais de cinco mil Municípios deste País.

Então, estamos de parabéns, e, a partir da próxima semana, com certeza, os recursos chegarão a todos os Municípios do Brasil, para que sejam feitas as obras de que o povo brasileiro precisa.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Parabéns ao Congresso Nacional!

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Deputado Maurício Rands. Depois, falarão o Deputado Ricardo Barros e o ex-Presidente Fernando Collor.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves, em primeiro lugar, quero parabenizar V. Exª, que presidiu corretamente esta sessão histórica, que vota o Orçamento até de modo nominal, o que não acontecia há muito tempo na aprovação do Orçamento no Congresso Nacional.

Parabéns a V. Exª e ao Congresso Nacional!

Parabenizo, especialmente, o Presidente da Comissão, Senador José Maranhão, e o Relator, Deputado José Pimentel, pelo excelente trabalho que fizeram. Puderam, mesmo depois do corte de R$40 bilhões, viabilizar o Orçamento, que vai, agora, dar continuidade ao Programa de Aceleração do Crescimento.

Como disse o Colega Zé Geraldo, os Municípios do Brasil terão acelerados os seus convênios.

Finalizo, Sr. Presidente, parabenizando as cidades do Recife e de Olinda, que hoje completam 471 e 473 anos, respectivamente, de história, de vanguarda, de participação nas lutas libertárias do nosso povo.

Meu abraço a todos os que fazem o povo do Recife e o povo de Olinda!

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Barros.

O SR. RICARDO BARROS (PP – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – É bom lembrar que perdemos R$40 bilhões com a extinção da CPMF no final do ano. O Deputado José Pimentel e o Senador José Maranhão fizeram um esforço enorme, assim como o Relator da Receita, o Senador Francisco Dornelles, os relatores setoriais, os membros da Comissão, para suprirem essa demanda. Seria até improvável que estivéssemos votando um Orçamento, que perdeu R$40 bilhões, por acordo, e cortamos efetivamente R$13 bilhões nas dotações orçamentárias previstas.

É natural, Sr. Presidente, que a agricultura tenha perdido alguma coisa, que a saúde e os Ministérios, de modo geral, tenham sofrido cortes, mas isso será resolvido durante o ano, porque a arrecadação está crescendo em função do crescimento econômico do País. O País

vem crescendo seguidamente, a índices de 5%. Isso permite maior arrecadação, mais desenvolvimento e melhor qualidade de vida para os brasileiros.

Apesar de esses cortes terem sido sentidos, especialmente pela saúde, que deveria perder a maior parte dos recursos, o setor não sofreu o que deveria, porque é prioridade, e como prioridade foi tratada pelo Relator José Pimentel.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, o Senador Fernando Collor.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria de registrar o meu voto "sim" na noite de hoje, porque não consigo digitar o meu código, que está dando inválido. Voto "sim", por favor.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O voto de V. Exª será registrado na ata dos nossos trabalhos e adicionado, logo que abrirmos o painel.

O SR. GILBERTO GOELLNER (DEM – MT) – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, o Senador Gilberto Goellner.

O SR. GILBERTO GOELLNER (DEM – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, da mesma forma, em virtude da mesma dificuldade sentida pelo Senador Fernando Collor, também eu não consegui fazê-lo eletronicamente.

O meu voto é "sim".

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Exª.

Teremos o voto de V. Exª registrado, Senador Gilberto.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, meus cumprimentos a V. Exª, ao Presidente José Maranhão, ao Relator José Pimentel, enfim, a todos, sobretudo diante dos episódios de tanta tensão que vivemos ontem à noite. Quero também cumprimentar todos os líderes, como a Senadora Roseana Sarney e o Senador Romero Jucá, e todos aqueles que colaboraram, inclusive os da oposição e os da situação, para que tivéssemos, finalmente, uma decisão racional, civilizada e de respeito.

É assim que o Congresso Nacional servirá melhor à Nação brasileira.

Parabéns!

O SR. PASTOR MANOEL FERREIRA (PTB – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, votei com a orientação do partido.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Exª.

Concedo a palavra ao Senador Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de, em nome de V. Exª, cumprimentar todo o Congresso Nacional pela aprovação do Orçamento. O País, de há muito, já esperava pelo resultado dessa votação. Mas, de modo particular, quero registrar os meus respeitos, os meus cumprimentos ao eminente Presidente da Comissão de Orçamento, Senador José Maranhão, e ao ilustre Relator, Deputado José Pimentel. Eu, que tive a honra de participar com eles desse esforço extraordinário para que essa peça fosse hoje votada, reconheço que S. Exªs, tanto o Presidente quanto o Relator, enfrentaram a peça orçamentária mais difícil, talvez, da história deste Congresso, porque teve que correr pelo caminho da escassez e do corte orçamentário.

Quero registrar, portanto, os meus cumprimentos pela bela peça orçamentária.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, o Deputado Paulo Piau.

O SR. PAULO PIAU (PMDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero também registrar o grande esforço feito, principalmente após o corte dos recursos da CPMF.

Quero também deixar consignada em ata a solução dada pelo nosso Relator, Deputado José Pimentel, para o custeio da Embrapa. Na verdade, existem caminhos para que possamos fazer esse acerto.

Reitero o meu pedido para que seja consignado em ata, porque, depois do corte sofrido, realmente, é impossível ajustar o Orçamento para o seu trabalho normal.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vamos declarar encerrada a votação.

O SR. VANDER LOUBET (PT – MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, votei com a orientação do meu partido.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vamos abrir o painel.

Está encerrada a votação.

Vou proclamar o resultado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Votaram SIM 53 Srªs e Srs. Senadores.

Antes, porém, quero registrar o voto "sim" de mais dois Senadores, que serão levados em consideração após a manifestação dos Senadores Fernando Collor e Gilberto Goellner.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO) – Sr. Presidente, o Senador Elizeu Rezende também declarou voto aqui.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com o Senador Elizeu Rezende, vamos para 56.

Vou voltar a proclamar o resultado.

(Procede-se à apuração.)

Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Votantes por UF
Senado Federal

Data : 12/03/2008
Hora : 20:51
Número: 2

53ª LEGISLATURA
SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA

Presidente da Casa:
Garibaldi Alves Filho - PMDB/RN

Sessão:
SESSÃO CONJUNTA Nº 004 - 12/03/2008
Abertura Painel: 12/03/2008 15:37

Presidiram a Sessão:
Garibaldi Alves Filho - 15:41
Narcio Rodrigues - 20:44

Proposição:
PLN Nº 30/2007 - SUBSTITUTIVO

Início Votação: 12/03/2008 20:17
Fim Votação: 12/03/2008 20:35

Presidiram a Votação:
Garibaldi Alves Filho

Resultado da Votação

Sim	56
Total da Votação	56

Orientação
Minoria - Sim

Art. 51	1
Total Quorum	57

Obstrução

	Partido	Bloco	Voto
RORAIMA			
Augusto Botelho	PT	Apoio ao Gov.	Sim
Romero Jucá	PMDB		Sim
Total Roraima : 2			
AMAPÁ			
Gilvam Borges	PMDB		Sim
José Sarney	PMDB		Sim
Papaléo Paes	PSDB	Minoria	Sim
Total Amapá : 3			
PARÁ			
Flexa Ribeiro	PSDB	Minoria	Sim
José Nery	PSOL		Sim
Mário Couto	PSDB	Minoria	Sim

Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Votantes por UF
Senado Federal

Data : 12/03/2008
Hora : 20:51
Número: 2

	Partido	Bloco	Voto
Total Pará : 3			
AMAZONAS			
Arthur Virgílio	PSDB	Minoria	Sim
João Pedro	PT	Apoio ao Gov.	Sim
Total Amazonas : 2			
RONDONIA			
Expedito Júnior	PR	Apoio ao Gov.	Sim
Fátima Cleide	PT	Apoio ao Gov.	Sim
Valdir Raupp	PMDB		Sim
Total Rondonia : 3			
ACRE			
Geraldo Mesquita Júnior	PMDB		Sim
Sibá Machado	PT	Apoio ao Gov.	Sim
Tião Viana	PT	Apoio ao Gov.	Sim
Total Acre : 3			
TOCANTINS			
João Ribeiro	PR	Apoio ao Gov.	Sim
Kátia Abreu	DEM	Minoria	Sim
Leomar Quintanilha	PMDB		Sim
Total Tocantins : 3			
MARANHÃO			
Epitácio Cafeteira	PTB		Sim
Lobão Filho	DEM	Minoria	Sim
Roseana Sarney	PMDB		Sim
Total Maranhão : 3			
CEARÁ			
Inácio Arruda	PCdoB	Apoio ao Gov.	Sim
Patrícia Saboya	PDT		Sim
Total Ceará : 2			
PIAUÍ			
João Vicente Claudino	PTB		Sim
Mão Santa	PMDB		Sim
Total Piauí : 2			
RIO GRANDE DO NORTE			
Garibaldi Alves Filho	PMDB		Art.51
José Agripino	DEM	Minoria	Sim
Total Rio Grande do Norte : 2			
PARAÍBA			
Cícero Lucena	PSDB	Minoria	Sim
José Maranhão	PMDB		Sim
Total Paraíba : 2			
ALAGOAS			
(*) Fernando Collor	PTB		Sim

(*) Votos Declarados ao Microfone Durante a Votação por Impossibilidade de Registro no Sistema Eletrônico de Votação

Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Votantes por UF
Senado Federal

Data : 12/03/2008
Hora : 20:51
Número: 2

	Partido	Bloco	Voto
ALAGOAS			
Renan Calheiros	PMDB		Sim
Total Alagoas : 2			
SERGIPE			
Almeida Lima	PMDB		Sim
Antonio Carlos Valadares	PSB	Apoio ao Gov.	Sim
Total Sergipe : 2			
BAHIA			
César Borges	PR	Apoio ao Gov.	Sim
Total Bahia : 1			
MINAS GERAIS			
(*) Eliseu Resende	PFL		Sim
Wellington Salgado de Oliveira	PMDB		Sim
Total Minas Gerais : 2			
ESPÍRITO SANTO			
Gerson Camata	PMDB		Sim
Renato Casagrande	PSB	Apoio ao Gov.	Sim
Total Espírito Santo : 2			
RIO DE JANEIRO			
Francisco Dornelles	PP	Apoio ao Gov.	Sim
Marcelo Crivella	PRB	Apoio ao Gov.	Sim
Paulo Duque	PMDB		Sim
Total Rio de Janeiro : 3			
SÃO PAULO			
Aloizio Mercadante	PT	Apoio ao Gov.	Sim
Eduardo Suplicy	PT	Apoio ao Gov.	Sim
Romeu Tuma	PTB		Sim
Total São Paulo : 3			
MATO GROSSO			
(*) Gilberto Goellner	DEM		Sim
Serys Slhessarenko	PT	Apoio ao Gov.	Sim
Total Mato Grosso : 2			
DISTRITO FEDERAL			
Adelmir Santana	DEM	Minoria	Sim
Cristovam Buarque	PDT		Sim
Gim Argello	PTB		Sim
Total Distrito Federal : 3			
MATO GROSSO DO SUL			
Valter Pereira	PMDB		Sim
Total Mato Grosso do Sul : 1			
PARANÁ			
Osmar Dias	PDT		Sim
Total Paraná : 1			

(*) Votos Declarados ao Microfone Durante a Votação por Impossibilidade de Registro no Sistema Eletrônico de Votação

Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Votantes por UF
Senado Federal

Data : 12/03/2008
Hora : 20:51
Número: 2

	Partido	Bloco	Voto
SANTA CATARINA			
Ideli Salvatti	PT	Apoio ao Gov.	Sim
Neuto de Conto	PMDB		Sim
Raimundo Colombo	DEM	Minoria	Sim
Total Santa Catarina : 3			
RIO GRANDE DO SUL			
Pedro Simon	PMDB		Sim
Sérgio Zambiasi	PTB		Sim
Total Rio Grande do Sul : 2			

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Votaram SIM 56 Srs. Senadores.

Não houve votos contrários.

Não houve abstenções.

Total: 56 votos.

Passa-se à votação do Adendo da Receita na Câmara dos Deputados.

As Srªs e os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passa-se à votação do Adendo da Receita no Senado Federal.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passa-se à votação do Adendo da Despesa na Câmara dos Deputados.

As Srªs e Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados.(Pausa.)

Aprovado.

Passa-se à votação do Adendo da Despesa no Senado.

As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Tendo sido aprovados os adendos pelo Senado, fica contemplado o conteúdo dos requerimentos, nos termos do parecer favorável do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, oferecendo a redação final ao Projeto de Lei nº 30, de 2007, que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Deputado Osmar Serraglio.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 4, DE 2008-CN
(Congresso Nacional)

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, incumbida de examinar e emitir parecer sobre o Projeto de Lei nº 30, de 2007-CN, que "Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 2008".

Relator: Deputado **José Pimentel**

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, incumbida de examinar e emitir parecer sobre o Projeto de Lei n° 30, de 2007-CN, que "Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 2008", apresenta, em anexo, o texto da Redação Final, da supramencionada proposição.

Sala das Sessões, 12 de marçode 2008.

, Relator

, Presidente

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação a redação final na Câmara dos Deputados.

As Srªs e os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Em votação a redação final no Senado Federal.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A Presidência, nos termos do art. 151 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, remete a matéria à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, para a elaboração da redação final, concedendo, para tanto, o prazo de três dias.

A matéria vai à sanção. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a todos, e destaco o papel da Senadora Roseana Sarney, do Presidente José Maranhão, dos Deputados José Pimentel, Gilmar Machado, Ricardo Barros,... Vou cometer uma injustiça se começar a agradecer aqui.

Passo, agora, a Presidência ao Deputado Nárcio Rodrigues, porque, tendo um compromisso, tenho que, neste instante, deixar esta Mesa, sem deixar de agradecer não apenas aos meus colegas Senadores, mas sobretudo aos Deputados que me receberam tão bem por ocasião da votação do Orçamento.

Muito obrigado. (Palmas.)

O Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Nárcio Rodrigues, 1º Vice-Presidente.

O SR. ÁTILA LINS (PMDB – AM) – Sr. Presidente, o Deputado Átila Lins votou pela aprovação do Orçamento, na votação da Câmara dos Deputados.

A SRA. SANDRA ROSADO (PSB – RN) – Sr. Presidente, a Deputada Sandra Rosado votou pela aprovação do Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Nárcio Rodrigues. PSDB – MG) – Alguém mais quer justificar? Nós não concluímos o processo de votação. Vamos fazer agora a votação da errata do PPA.

Alguém mais quer justificar? Por favor.

O SR. PAULO RUBEM SANTIAGO (PDT – PE) – Sr. Presidente, queria justificar a V. Exª, aos Deputados e Senadores que não pude permanecer na Câmara dos Deputados porque, das 14:30 às 20:20, permaneci no Tribunal Superior Eleitoral. E lá estive prestando meu testemunho na defesa do mandato que represento pelo povo de Pernambuco, em função da representação encaminhada pela Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores, que pede a destituição do mandato que represento. Portanto, se aqui estivesse, como membro da Comissão, votaria "sim", pela aprovação do Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Nárcio Rodrigues. PSDB – MG) – Cumprimentamos o Senador Garibaldi Alves Filho pela condução dos trabalhos, concluindo o processo de votação do Orçamento.

Passo a palavra ao relator do PPA, o ilustre Deputado Cláudio Vignatti, para suas considerações. Depois, darei a palavra aos Parlamentares que ainda querem se manifestar.

O SR.VIGNATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, de forma rápida, as duas erratas do PPA já estavam prontas, inclusive no final do ano, tendo em vista que não houve necessariamente o acordo para votar naquele momento no Congresso Nacional. Agora houve o acordo. Inclusive poderia ter sido votada antes do Orçamento, e, no acordo, foi para votar após o Orçamento. E para fazer todo tabelamento do Orçamento é necessário votar a errata e fazer algumas correções.

Em relação ao Projeto de Lei nº 31, de 2007, que dispõe sobre o Plano Plurianual do quadriênio 2008/2011, participo a V. Exª que, após a elaboração da votação e da outorga no Congresso Nacional, foi detectada a existência de erro material no processo de parecer final da Comissão Mista de Orçamento Público e Fiscalização, conforme documento anexo.

Dessa forma, requeiro que, em vez de autorizada a devida correção por esta Comissão, sejam tomas as devidas providências junto à Presidência do Congresso, na Comissão Mista, e que o fundamento legal do art. 325, item C, do Regimento Interno do Senado Federal e do Regimento Comum do Congresso Nacional, por força do art. 151 deste, bem como o art. 1º da Resolução nº 1, de 2006, observando que os casos de correção de erro material constante da errata em anexo são aqueles verificados exclusivamente no processo das proposições apresentadas, em atendimento do art. 152 da Resolução nº 1, de 2006.

Atenciosamente...

São as duas erratas, como é de conhecimento, já votadas na Comissão de Orçamento. Dispenso-me da leitura, porque são tabelamentos apresentados, vários números diferentes.

Peço que submeta à votação dessa forma, se possível, com a concordância dos Líderes.

São os seguintes os expedientes:

Ofício nº 1/08

Brasília, 14 de fevereiro de 2008

Assunto: Encaminha Errata ao PPA 2008-2011

Sr. Presidente,

Em relação ao Projeto de Lei nº 31, de 2007-CN, que "Dispõe sobre o Plano Plurianual para o Quadriênio 2008-2011", participo a Vossa Excelência que, após a elaboração e votação do Autógrafo no Congresso Nacional, foi detectada a existência de erro material no processamento do parecer final da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, conforme documento anexo.

Desta forma, requeiro que, uma vez autorizada a devida correção por esta Comissão, sejam tomadas as devidas providências junto à Presidência do Congresso Nacional, com fundamento legal no art. 325, item "c", do Regimento Interno do Senado Federal, supletivo do Regimento Comum do Congresso Nacional, por força do art. 151 deste, bem como do art. 1º da Resolução nº 1, de 2006.

Observamos que os casos de correção de erro material constantes da Errata em Anexo são aqueles verificados exclusivamente no processamento das proposições apresentadas, em atendimento ao art. 152 da Resolução nº 1, de 2006.

Atenciosamente, Deputado **Vignatti**, Relator do Projeto de Lei do Plano Plurianual 2008-2011.

PROJETO DE LEI DO PLANO PLURIANUAL 2008-2011

(PROJETO DE LEI Nº 31/2007-CN)

SUBSTITUTIVO (Autógrafo)

ERRATA

Presidente: Senador JOSÉ MARANHÃO
Relator: Deputado VIGNATTI

FEV 2008

PROJETO DE LEI Nº 31, DE 2007-CN – PPA 2008-2011
ERRATA AO AUTÓGRAFO

ERRATA ao Autógrafo do Projeto de Lei nº 31, de 2007-CN, *que "Dispõe sobre o Plano Plurianual para o Quadriênio 2008-2011*".

Parte 1 – Programação e valores financeiros - Correção de erro material no processamento das decisões havidas na CMO e que afetam a programação e os valores financeiros do Autógrafo, justificados caso a caso conforme planilha apresentada;

Parte 2 – Unidade de medida de Indicadores – Correção de erro material da unidade de medida de alguns indicadores. Por erro de impressão, algumas unidades de medida foram truncadas, e não apareceram no Autógrafo.

Parte 3 – Indicadores "*Em Apuração*" – Correção de erro material no processamento dos Indicadores dos programas. O Substitutivo aprovado no Congresso Nacional continha uma série de indicadores (e respectivas unidades de medida) com conteúdo vazio, identificado pela expressão "*Em apuração*". Esse erro foi causado pelo fato dos mesmos terem constado da base de dados em meio magnético enviada ao Legislativo, apesar de expurgados do documento que encaminhou o projeto de lei enviado pelo Executivo.

Parte 4 – Indicadores sem relação com os Programas – Correção de erro material no processamento dos Indicadores dos programas. O Substitutivo aprovado no Congresso Nacional continha uma série de indicadores (e respectivas unidades de medida) que não constaram do projeto de lei publicado, nem foram objeto de emendas. Esse erro foi causado pelo fato dos mesmos terem constado da base de dados em meio magnético enviada ao Legislativo, apesar de excluídos no projeto de lei publicado.

Parte 5 – Objetivos de Programas – Correção de erro material na impressão do substitutivo. Alguns objetivos de governo e setoriais não aparecem no documento impresso.

ERRATA AO AUTÓGRAFO PPA 2008-2011

Parte I - Programação e Valores Financeiros

Página		Cód. Prog.	Programa	Cód. Ação	Ação	Órgão Executor	Região	Valor Total Estimado	Financeiro R$ - 2008	Financeiro R$ - 2009	Financeiro R$ - 2010	Financeiro R$ - 2011	Justificação
Anexo I - pg 48	ONDE SE LÊ	0181	Brasil no Esporte de Alto Rendimento - Brasil Campeão	7I94	Implantação e Estruturação da Vila Olímpica de Linhares - No Estado do Espírito Santo.	ME	Sudeste	20.000.000	0	7.000.000	7.000.000	6.500.000	Valor acima do total máximo estimado.
	LEIA-SE	0181	Brasil no Esporte de Alto Rendimento - Brasil Campeão	7I94	Implantação e Estruturação da Vila Olímpica de Linhares - No Estado do Espírito Santo.	ME	Sudeste	20.000.000	0	7.000.000	7.000.000	6.000.000	
Anexo I - pg 96	ONDE SE LÊ	0379	Desenvolvimento da Agricultura Irrigada	1O78	Implantação do Perímetro de Irrigação Pedra Redonda com 180ha no Estado do Piauí	MI	Nordeste	20.050.000	10.000.000	10.000.000	10.000.000	22.700.000	Valor acima do total máximo estimado.
	LEIA-SE	0379	Desenvolvimento da Agricultura Irrigada	1O78	Implantação do Perímetro de Irrigação Pedra Redonda com 180ha no Estado do Piauí	MI	Nordeste	20.050.000	8.020.000	8.020.000	2.005.000	2.005.000	
Anexo I - pg 331	ONDE SE LÊ	1287	Saneamento Rural	7G67	Implantação de Melhorias Habitacionais para Controle de Doença de Chagas na Zona 089 do Estado da Paraíba	MS	Nordeste	28.000.000	0	11.500.000	9.500.000	7.500.000	Valor acima do total máximo estimado.
	LEIA-SE	1287	Saneamento Rural	7G67	Implantação de Melhorias Habitacionais para Controle de Doença de Chagas na Zona 089 do Estado da Paraíba	MS	Nordeste	28.000.000	0	11.500.000	9.500.000	7.000.000	
Anexo I - pg 401	ONDE SE LÊ	1459	Vetor Logístico Nordeste Setentrional	7J13	Dragagem de aprofundamento no porto de Pecém no Estado do Ceará	SEP	Nordeste	100.000.000	30.000.000	30.000.000	30.000.000	12.000.000	Valor acima do total máximo estimado.
	LEIA-SE	1459	Vetor Logístico Nordeste Setentrional	7J13	Dragagem de aprofundamento no porto de Pecém no Estado do Ceará	SEP	Nordeste	100.000.000	30.000.000	30.000.000	30.000.000	10.000.000	
Anexo I - pg 149	ONDE SE LÊ	1377	Educação para a Diversidade e Cidadania	7J42	Construção do Centro Educacional para valorização de Diversidade no espaço escolar em Gurupi no Estado do Tocantins	MEC	Norte	20.000.000	5.000.000	5.000.000	6.000.000	7.000.000	Valor acima do total máximo estimado.
	LEIA-SE	1377	Educação para a Diversidade e Cidadania	7J42	Construção do Centro Educacional para valorização de Diversidade no espaço escolar em Gurupi no Estado do Tocantins	MEC	Norte	20.000.000	5.000.000	5.000.000	5.000.000	5.000.000	
Anexo I - pg 279	ONDE SE LÊ	1107	Probacias - Conservação de Bacias Hidrográficas	10TQ	Implementação da Gestão Integrada de Águas Subterrâneas e Superficiais	MMA	Nacional	38.614.000	9.688.000	12.300.000	16.400.000	19.140.000	Valor acima do total máximo estimado.
	LEIA-SE	1107	Probacias - Conservação de Bacias Hidrográficas	10TQ	Implementação da Gestão Integrada de Águas Subterrâneas e Superficiais	MMA	Nacional	38.614.000	9.688.000	9.500.000	9.500.000	9.926.000	
Anexo I - pg 32	ONDE SE LÊ	0553	Atuação Legislativa da Câmara dos Deputados	7710	Construção do Anexo V	Câmara do Deputados	Centro-Oeste	109.250.000	72.091.625	22.091.625	22.091.625	22.091.625	Valor acima do total máximo estimado.
	LEIA-SE	0553	Atuação Legislativa da Câmara dos Deputados	7710	Construção do Anexo V	Câmara do Deputados	Centro-Oeste	109.250.000	72.091.625	13.000.000	12.158.375	12.000.000	
Anexo I - pg 200	ONDE SE LÊ	0515	Infra-Estrutura Hídrica	1P08	Construção da Barragem Faleiro no Rio Itapicuru no Estado da Bahia	MI	Nordeste	30.000.000	15.000.000	10.000.000	5.000.000	8.000.000	Valor acima do total máximo estimado.
	LEIA-SE	0515	Infra-Estrutura Hídrica	1P08	Construção da Barragem Faleiro no Rio Itapicuru no Estado da Bahia	MI	Nordeste	30.000.000	15.000.000	10.000.000	5.000.000	0	
Anexo I - pg 295	ONDE SE LÊ	0150	Proteção e Promoção dos Povos Indígenas	3869	Estruturação de Unidades de Saúde para Atendimento à População Indígena	MS	Nacional	128.000.000	32.950.000	33.658.364	35.500.000	36.733.417	Valor acima do total máximo estimado.
	LEIA-SE	0150	Proteção e Promoção dos Povos Indígenas	3869	Estruturação de Unidades de Saúde para Atendimento à População Indígena	MS	Nacional	128.000.000	32.950.000	30.000.000	35.050.000	30.000.000	
Anexo I - pg 10	ONDE SE LÊ	6003	Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário	7H17	Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário	MAPA	Centro-Oeste	200.000.000	50.000.000	80.000.000	80.000.000	80.000.000	Valor acima do total máximo estimado.
	LEIA-SE	6003	Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário	7H17	Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário	MAPA	Centro-Oeste	280.500.000	50.000.000	50.000.000	50.000.000	50.000.000	
Anexo I - pg 187/188	ONDE SE LÊ	9991	Habitação de Interesse Social	10SJ	Apoio à Provisão Habitacional de Interesse Social	MCidades	Centro-Oeste	100.000.000	28.134.162	55.953.946	47.298.393	14.971.950	Ajuste do Valor Total Estimado, conforme o Projeto de Lei.
							Nordeste	100.000.000	143.819.843	290.032.614	245.621.042	80.035.550	
							Norte	100.000.000	44.583.737	88.669.287	74.952.977	23.725.800	
							Sudeste	100.000.000	151.982.480	302.266.676	255.508.846	80.879.400	
							Sul	100.000.000	45.826.778	91.141.479	77.042.743	24.387.300	
	LEIA-SE	9991	Habitação de Interesse Social	10SJ	Apoio à Provisão Habitacional de Interesse Social	MCidades	Centro-Oeste	2.155.500.003	28.134.162	55.953.946	47.298.393	14.971.950	
							Nordeste	2.155.500.003	143.819.843	290.032.614	245.621.042	80.035.550	
							Norte	2.155.500.003	44.583.737	88.669.287	74.952.977	23.725.800	
							Sudeste	2.155.500.003	151.982.480	302.266.676	255.508.846	80.879.400	
							Sul	2.155.500.003	45.826.778	91.141.479	77.042.743	24.387.300	
Anexo II -	ONDE SE LÊ	1353	Modernização da Polícia Federal	5022	Construção do Edifício-Sede da Superintendência Regional da Polícia Federal em Rondônia	MJ	Norte	25.000.000	6.000.000	10.000.000	13.000.000	14.000.000	Valor acima do total máximo estimado.

ERRATA AO AUTÓGRAFO PPA 2008-2011

Parte I - Programação e Valores Financeiros

Página		Cód. Prog.	Programa	Cód. Ação	Ação	Órgão Executor	Região	Valor Total Estimado	Financeiro R$ - 2008	Financeiro R$ - 2009	Financeiro R$ - 2010	Financeiro R$ - 2011	Justificação
pg 96	LEIA-SE	1353	Modernização da Polícia Federal	5022	Construção do Edifício-Sede da Superintendência Regional da Polícia Federal em Rondônia	MJ	Norte	25.000.000	6.000.000	6.000.000	6.000.000	7.000.000	
Anexo I - pg 350	ONDE SE LÊ	0122	Serviços Urbanos de Água e Esgoto	7652	Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos	MS	Nacional	35.000.000	80.000.000	100.000.000	100.000.000	110.000.000	Ajuste do Valor Total Estimado, conforme o Projeto de Lei.
	LEIA-SE	0122	Serviços Urbanos de Água e Esgoto	7652	Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos	MS	Nacional	1.026.921.017	80.000.000	100.000.000	100.000.000	110.000.000	
Anexo I - pg 202	ONDE SE LÊ	0515	Infra-Estrutura Hídrica	10GM	Estudos e Projetos de Infra-estrutura Hídrica	MI	Nacional	30.000.000	30.070.000	0	0	0	Ajuste do Valor Total Estimado, conforme o Projeto de Lei.
							Nordeste	30.000.000	5.000.000	5.000.000	5.000.000	5.000.000	
	LEIA-SE	0515	Infra-Estrutura Hídrica	10GM	Estudos e Projetos de Infra-estrutura Hídrica	MI	Nacional	50.070.000	30.070.000	0	0	0	
							Nordeste	50.070.000	5.000.000	5.000.000	5.000.000	5.000.000	
Anexo I - pg 61	ONDE SE LÊ	0643	Calha Norte	1211	Implantação da Infra-estrutura básica nos municípios da Região do Calha Norte	MD	Norte	20.000.000	5.200.000	5.209.000	5.218.405	5.228.233	Ajuste do Valor Total Estimado, conforme o Projeto de Lei.
	LEIA-SE	0643	Calha Norte	1211	Implantação da Infra-estrutura básica nos municípios da Região do Calha Norte	MD	Norte	570.000.000	5.200.000	5.209.000	5.218.405	5.228.233	
Anexo I - pg 226	ONDE SE LÊ	9989	Mobilidade Urbana	10ST	Apoio a Projetos de Sistemas de Circulação Não-Motorizados	MCidades	Nacional	40.000.000	22.500.000	22.500.000	22.500.000	23.500.000	Ajuste do Valor Total Estimado, conforme emenda 50230002.
	LEIA-SE	9989	Mobilidade Urbana	10ST	Apoio a Projetos de Sistemas de Circulação Não-Motorizados	MCidades	Nacional	200.000.000	22.500.000	22.500.000	22.500.000	23.500.000	
Anexo I - pg 127	ONDE SE LÊ	1342	Desenvolvimento Sustentável da Pesca	10B5	Apoio e Implantação de Infra-Estrutura Aqüícola e Pesqueira	SEAP	Nacional	40.000.000	55.000.000	57.613.503	58.326.935	59.153.723	Ajuste do Valor Total Estimado, conforme emenda 24650010.
	LEIA-SE	1342	Desenvolvimento Sustentável da Pesca	10B5	Apoio e Implantação de Infra-Estrutura Aqüícola e Pesqueira	SEAP	Nacional	448.094.161	55.000.000	57.613.503	58.326.935	59.153.723	
Anexo I - pg 95	ONDE SE LÊ	0379	Desenvolvimento da Agricultura Irrigada	7G77	Implantação da Primeira Etapa do Projeto de Irrigação Mocambo com 16.250 ha - Santa Maria da Vitória - BA	MI	Nordeste	22.000.000	0	25.000.000	25.000.000	25.000.000	Adequação ao valor aprovado na Emenda 32390007.
	LEIA-SE	0379	Desenvolvimento da Agricultura Irrigada	7G77	Implantação da Primeira Etapa do Projeto de Irrigação Mocambo com 16.250 ha - Santa Maria da Vitória - BA	MI	Nordeste	105.000.000	0	25.000.000	25.000.000	25.000.000	
Anexo I - pg 93	ONDE SE LÊ	1295	Descentralização dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros	7G64	Implantação de Trecho Subterrâneo do Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre em Canoas - RS	MCidades	Sul	600.000.000	0	3.500.000	3.500.000	3.500.000	Inclusão do valor aprovado no destaque 27 na CMO
	LEIA-SE	1295	Descentralização dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros	7G64	Implantação de Trecho Subterrâneo do Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre em Canoas - RS	MCidades	Sul	600.000.000	0	13.500.000	13.500.000	13.500.000	
Anexo I - pg 56	ONDE SE LÊ	1073	Brasil Universitário	7J74	Implantação da Universidade Federal de Irecê - BA	MEC	Nordeste	120.000.000	5.000.000	5.000.000	6.000.000	7.000.000	Inclusão do valor aprovado no destaque 32 na CMO
	LEIA-SE	1073	Brasil Universitário	7J74	Implantação da Universidade Federal de Irecê - BA	MEC	Nordeste	120.000.000	5.000.000	10.000.000	16.000.000	22.000.000	
Anexo I - pg 54	ONDE SE LÊ	1073	Brasil Universitário	7M03	Expansão do Ensino Superior - Campus de Eirunepé	MEC	Norte	50.000.000	5.000.000	5.000.000	6.000.000	70.000.000	Erro de digitação. Valo deve ficar igual ao aprovado no destaque 56 na CMO.
	LEIA-SE	1073	Brasil Universitário	7M03	Expansão do Ensino Superior - Campus de Eirunepé	MEC	Norte	50.000.000	5.000.000	5.000.000	6.000.000	7.000.000	
Anexo I - pg 397	ONDE SE LÊ	1459	Vetor Logístico Nordeste Setentrional	7I03	Adequação de Trecho Rodoviário - na BR-122 - no Estado do Ceará	MT	Nordeste	60.000.000	0	5.000.000	5.000.000	10.000.000	Inclusão do valor aprovado no relatório da CMO.
	LEIA-SE	1459	Vetor Logístico Nordeste Setentrional	7I03	Adequação de Trecho Rodoviário - na BR-122 - no Estado do Ceará	MT	Nordeste	60.000.000	0	5.000.000	20.000.000	35.000.000	
Anexo I - pg 202	ONDE SE LÊ	0515	Infra-Estrutura Hídrica	3631	Implantação da Adutora Acauã com 130km no Estado da Paraíba	MI	Nordeste	98.484.847	25.000.000	23.500.000	23.500.000	31.000.000	Valor acima do máximo e diferente da soma do relatório e do destaque 104 na CMO.
	LEIA-SE	0515	Infra-Estrutura Hídrica	3631	Implantação da Adutora Acauã com 130km no Estado da Paraíba	MI	Nordeste	98.484.847	25.000.000	23.000.000	23.000.000	27.484.847	
Anexo I - pg 399	ONDE SE LÊ	1459	Vetor Logístico Nordeste Setentrional	11XL	Dragagem de Aprofundamento no Porto de Cabedelo	SEP	Nordeste	60.000.000	0	3.500.000	3.500.000	3.500.000	Valor acima do máximo e diferente da soma do relatório e dos destaque 103 e 484 na CMO.
						MT	Nordeste	100.000.000	0	33.000.000	33.500.000	33.500.000	
	LEIA-SE	1459	Vetor Logístico Nordeste Setentrional	11XL	Dragagem de Aprofundamento no Porto de Cabedelo	SEP	Nordeste	100.000.000	0	33.000.000	33.500.000	33.500.000	
						-	-	-	-	-	-	-	
Anexo I - pg 226	ONDE SE LÊ	9989	Mobilidade Urbana	7H75	Implantação de Veículo Leve Sobre Trilhos (VLT) na Região Metropolitana de Fortaleza	MCidades	Nacional	140.000.000	15.000.000	15.000.000	26.000.000	27.000.000	Adequação aos valores aprovados no relatório e no destaque 138 na CMO.
	LEIA-SE	9989	Mobilidade Urbana	7H75	Implantação de Veículo Leve Sobre Trilhos (VLT) na Região Metropolitana da Baixada Santista	MCidades	Nacional	140.000.000	15.000.000	15.000.000	21.000.000	22.000.000	
Anexo I - pg 370	ONDE SE LÊ	1457	Vetor Logístico Centro-Norte	7G08	Construção de Ponte sobre o Rio Araguaia - na Divisa TO/PA - na BR-153 - na Região Norte	MT	Norte	60.000.000	0	7.763.600	12.740.000	14.740.000	Inclusão do valor aprovado nos destaques 140 e 153 na CMO
	LEIA-SE	1457	Vetor Logístico Centro-Norte	7G08	Construção de Ponte sobre o Rio Araguaia - na Divisa TO/PA - na BR-153 - na Região Norte	MT	Norte	200.000.000	0	17.763.600	22.740.000	37.740.000	

ERRATA AO AUTÓGRAFO PPA 2008-2011

Parte I - Programação e Valores Financeiros

Página		Cód. Prog.	Programa	Cód. Ação	Ação	Órgão Executor	Região	Valor Total Estimado	Financeiro R$ - 2008	Financeiro R$ - 2009	Financeiro R$ - 2010	Financeiro R$ - 2011	Justificação
Anexo I - pg 374	ONDE SE LÊ	1457	Vetor Logístico Centro-Norte	11VD	Adequação de Travessias Urbanas na BR-153 no Estado de Tocantins	MT	Norte	240.000.000	0	4.000.000	3.700.000	3.500.000	Inclusão do valor aprovado no destaque 148 na CMO
	LEIA-SE	1457	Vetor Logístico Centro-Norte	11VD	Adequação de Travessias Urbanas na BR-153 no Estado de Tocantins	MT	Norte	240.000.000	0	8.000.000	8.700.000	11.500.000	
Anexo I - pg 96	ONDE SE LÊ	0379	Desenvolvimento da Agricultura Irrigada	100N	Implantação do Perímetro de Irrigação Barragem Santa Cruz do Apodí com 3.000ha no Estado do Rio Grande do Norte	MI	Nordeste	125.000.000	3.000.000	5.600.000	12.200.000	29.000.000	Os valores constantes do PL saíram duplicados. Ajuste ao valor do PL e do destaque 171 na CMO
	LEIA-SE	0379	Desenvolvimento da Agricultura Irrigada	100N	Implantação do Perímetro de Irrigação Barragem Santa Cruz do Apodí com 3.000ha no Estado do Rio Grande do Norte	MI	Nordeste	125.000.000	3.000.000	4.300.000	9.600.000	18.000.000	
Anexo I - pg 99	ONDE SE LÊ	1409	Desenvolvimento da Agroenergia	2D36	Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade e Sustentabiiidade da Agroenergia	MAPA	Nacional	-	30.528.213	31.006.575	34.063.756	35.535.702	Adequação aos valores aprovados no relatório e no destaque 168 na CMO.
	LEIA-SE	1409	Desenvolvimento da Agroenergia	2D36	Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade e Sustentabilidade da Agroenergia	MAPA	Nacional	-	31.980.000	38.443.050	44.133.903	46.059.033	
Anexo I - pg 397	ONDE SE LÊ	1459	Vetor Logístico Nordeste Setentrional	7I87	ADEQUAÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - ENTRE A CASA DE CUSTÓDIA E O POSTO DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL EM TERESINA - PI - BR-316 NO ESTADO DO PIAUÍ	MT	Nordeste	50.000.000	0	5.000.000	0	0	Inclusão do valor aprovado no relatório da CMO.
	LEIA-SE	1459	Vetor Logístico Nordeste Setentrional	7I87	ADEQUAÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - ENTRE A CASA DE CUSTÓDIA E O POSTO DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL EM TERESINA - PI - BR-316 NO ESTADO DO PIAUÍ	MT	Nordeste	50.000.000	0	5.000.000	6.000.000	15.000.000	
Anexo I - pg 93	ONDE SE LÊ	1295	Descentralização dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros	7G27	Implantação do Sistema Trem Regional Salvador-Alagoinhas e Ramal de Interligação ao Metrô de Salvador - 1ª Etapa	MT	Nordeste	140.000.000	0	4.111.112	3.500.000	3.500.000	Inclusão do valor aprovado no destaque 311 na CMO. Ajuste no órgão executor.
	LEIA-SE	1295	Descentralização dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros	7G27	Implantação do Sistema Trem Regional Salvador-Alagoinhas e Ramal de Interligação ao Metrô de Salvador - 1ª Etapa	MCidades	Nordeste	140.000.000	0	35.111.112	45.500.000	57.500.000	
Anexo I - pg 48	ONDE SE LÊ	0181	Brasil no Esporte de Alto Rendimento - Brasil Campeão	7G19	Complexo Esportivo de Pituaçu	ME	Nordeste	76.000.000	0	3.500.000	3.500.000	3.500.000	Inclusão do valor aprovado no destaque 313 na CMO, até o limite máximo solicitado.
	LEIA-SE	0181	Brasil no Esporte de Alto Rendimento - Brasil Campeão	7G19	Complexo Esportivo de Pituaçu	ME	Nordeste	76.000.000	0	24.500.000	24.500.000	27.000.000	
Anexo I - pg 97	ONDE SE LÊ	0379	Desenvolvimento da Agricultura Irrigada	7I42	Implantação do Projeto de Irrigação Campo Alegre com 5.000 há no Estado de Goiás	MI	Centro-Oeste	20.000.000	5.000.000	5.000.000	5.000.000	5.000.000	Inclusão do valor aprovado no destaque 339 na CMO.
	LEIA-SE	0379	Desenvolvimento da Agricultura Irrigada	7I42	Implantação do Projeto de Irrigação Campo Alegre com 5.000 há no Estado de Goiás	MI	Centro-Oeste	40.000.000	8.000.000	8.000.000	11.000.000	13.000.000	
Anexo I - pg 329	ONDE SE LÊ	1305	Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação	7J91	Recuperação e Preservação da Bacia do Rio Salgado - Receptora do Rio São Francisco	MI	Nordeste	200.000.000	17.500.000	17.500.000	17.500.000	17.500.000	Inclusão do valor aprovado no destaque 338 na CMO, até o limite máximo solicitado.
	LEIA-SE	1305	Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação	7J91	Recuperação e Preservação da Bacia do Rio Salgado - Receptora do Rio São Francisco	MI	Nordeste	200.000.000	50.000.000	50.000.000	50.000.000	50.000.000	
Anexo I - pg 199	ONDE SE LÊ	0515	Infra-Estrutura Hídrica	7G76	Construção da Barragem de Gasparino - Nordeste - BA	MI	Nordeste	67.500.000	0	3.500.000	3.500.000	3.500.000	Inclusão do valor aprovado no destaque 356 na CMO.
	LEIA-SE	0515	Infra-Estrutura Hídrica	7G76	Construção da Barragem de Gasparino - Nordeste - BA	MI	Nordeste	67.500.000	0	18.500.000	18.500.000	23.000.000	
Anexo I - pg 97	ONDE SE LÊ	0379	Desenvolvimento da Agricultura Irrigada	7G78	Implantação do Projeto de Irrigação Brejos da Barra com 5.690 ha - Barra - BA	MI	Nordeste	80.000.000	0	23.500.000	28.000.000	31.500.000	Adequação aos valores aprovados no relatório e no destaque 359 na CMO, e ao limite máximo solicitado.
	LEIA-SE	0379	Desenvolvimento da Agricultura Irrigada	7G78	Implantação do Projeto de Irrigação Brejos da Barra com 5.690 ha - Barra - BA	MI	Nordeste	80.000.000	0	23.500.000	28.000.000	28.500.000	
Anexo I - pg 55	ONDE SE LÊ	1073	Brasil Universitário	7J54	Implantação da Universidade Federal do Oeste do Pará UNIOESPA	MEC	Norte	130.000.000	5.000.000	5.000.000	6.000.000	7.000.000	Inclusão do valor aprovado no destaque 404 na CMO.
	LEIA-SE	1073	Brasil Universitário	7J54	Implantação da Universidade Federal do Oeste do Pará UNIOESPA	MEC	Norte	130.000.000	5.000.000	8.000.000	13.000.000	17.000.000	
Anexo I - pg 55	ONDE SE LÊ	1073	Brasil Universitário	7J78	Implantação da Universidade Federal do Carajás, do Sul e do Sudeste do Estado do Pará- Marabá - PA	MEC	Norte	140.000.000	10.000.000	10.000.000	15.000.000	15.000.000	Adequação aos valores aprovados no relatório e nos destaques 445 e 447 na CMO.
	LEIA-SE	1073	Brasil Universitário	7J78	Implantação da Universidade Federal do Carajás, do Sul e do Sudeste do Estado do Pará- Marabá - PA	MEC	Norte	140.000.000	15.000.000	15.000.000	21.000.000	22.000.000	
	ONDE SE LÊ	1220	Assistência Ambulatorial e Hospitalar	8535	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em	MS	Nordeste	-	23.765.000	40.898.000	43.662.000	51.208.000	Adequação aos valores aprovados no

ERRATA AO AUTÓGRAFO PPA 2008-2011

Parte I - Programação e Valores Financeiros

Página		Cód. Prog.	Programa	Cód. Ação	Ação	Órgão Executor	Região	Valor Total Estimado	Financeiro R$ - 2008	Financeiro R$ - 2009	Financeiro R$ - 2010	Financeiro R$ - 2011	Justificação
Anexo I - pg 22			Especializada		Saúde		Norte	-	8.893.000	14.687.000	15.552.000	17.349.000	relatório e nos destaques 39, 291 e 478 na CMO.
	LEIA-SE	1220	Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada	8535	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde	MS	Nordeste	-	82.366.000	122.945.000	133.351.000	149.855.000	
							Norte	-	37.738.000	43.862.000	47.891.000	53.678.000	
Anexo I - pg 361	ONDE SE LÊ	1166	Turismo Social no Brasil: Uma Viagem de Inclusão	10V0	Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística	MTur	Nordeste	536.310.565	0	3.500.000	3.500.000	3.500.000	Adequação aos valores aprovados no destaque 132 na CMO.
	LEIA-SE	1166	Turismo Social no Brasil: Uma Viagem de Inclusão	10V0	Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística	MTur	Nordeste	536.310.565	5.000.000	5.000.000	5.000.000	5.000.000	
Anexo I - pg 110	ONDE SE LÊ	0631	Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária	7J20	CONSTRUÇÃO DO AEROPORTO DE CATANDUVAS - SC	MD	Sul	30.000.000	3.000.000	3.000.000	7.000.000	7.000.000	Adequação aos valores aprovados no relatório e no destaque 185 na CMO, e ao limite máximo solicitado.
	LEIA-SE	0631	Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária	7J20	Construção do Aeroporto de Catanduvas - SC	MD	Sul	40.000.000	3.000.000	5.000.000	15.000.000	17.000.000	
Anexo II - pg 108	ONDE SE LÊ	0472	Proantar	2345	Missão Antártica	MD	Nacional	-	42.248.000	43.445.000	44.690.000	45.980.000	Adequação aos valores aprovados no destaque 242 e 271 na CMO.
	LEIA-SE	0472	Proantar	2345	Missão Antártica	MD	Nacional	-	50.248.000	53.445.000	54.690.000	57.980.000	
Anexo I - pg 127	ONDE SE LÊ	1342	Desenvolvimento Sustentável da Pesca	7618	Implantação de Terminal Pesqueiro	MT	Sudeste	45.000.000	5.000.000	5.000.000	15.000.000	20.000.000	Ajuste no órgão executor.
	LEIA-SE	1342	Desenvolvimento Sustentável da Pesca	7618	Implantação de Terminal Pesqueiro	SEAP	Sudeste	45.000.000	5.000.000	5.000.000	15.000.000	20.000.000	
Anexo I - pg 143	ONDE SE LÊ	1133	Economia Solidária em Desenvolvimento	4737	Fomento e Assistência Técnica a Empreendimentos Econômicos Solidários e Redes de Cooperação de Economia Solidária	MTE	Nacional	-	52.000.000	52.090.000	52.184.050	52.282.332	Adequação aos valores aprovados no relatório e no destaque 393 na CMO.
	LEIA-SE	1133	Economia Solidária em Desenvolvimento	4737	Fomento e Assistência Técnica a Empreendimentos Econômicos Solidários e Redes de Cooperação de Economia Solidária	MTE	Nacional	-	57.000.000	60.090.000	65.184.050	69.282.332	
Anexo I - pg 333	ONDE SE LÊ	0639	Segurança da Navegação Aquaviária	2511	Ensino Profissional Marítimo de Nível Superior	MD	Nacional	-	42.173.866	43.100.000	43.500.000	45.100.000	Inclusão do valor aprovado no destaque 462 na CMO.
	LEIA-SE	0639	Segurança da Navegação Aquaviária	2511	Ensino Profissional Marítimo de Nível Superior	MD	Nacional	-	46.173.866	48.100.000	48.500.000	51.100.000	
Anexo I - pg 237	ONDE SE LÊ	8034	Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem	2A95	Elevação da Escolaridade e Qualificação Profissional - ProJovem Urbano e Campo	Presidência da República	Nacional	-	334.610.280	375.639.867	396.156.125	411.267.630	Adequação aos valores aprovados no relatório e no destaque 393 na CMO.
	LEIA-SE	8034	Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem	2A95	Elevação da Escolaridade e Qualificação Profissional - ProJovem Urbano e Campo	Presidência da República	Nacional	-	337.610.280	378.639.867	403.156.125	418.267.630	
Anexo I - pg 105	ONDE SE LÊ	1062	Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica	1H10	Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica	MEC	Nordeste	924.528.434	23.000.000	59.104.477	63.018.242	24.582.967	Inclusão do valor aprovado no destaque 319 na CMO.
	LEIA-SE	1062	Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica	1H10	Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica	MEC	Nordeste	924.528.434	23.000.000	60.104.477	65.018.242	27.789.543	
Anexo I - pg 106	ONDE SE LÊ	1062	Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica	1H10	Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica	MEC	Sul	924.528.434	13.000.000	19.701.492	25.207.296	13.169.466	Inclusão dos valores aprovados no destaque 344 na CMO.
	LEIA-SE	1062	Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica	1H10	Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica	MEC	Sul	924.528.434	18.000.000	24.701.492	30.207.296	18.169.466	
Anexo I - pg 378	ONDE SE LÊ	1461	Vetor Logístico Centro-Sudeste	7J95	Adequação de Trecho Rodoviário - Anápolis -Divisa GO/TO - na BR-153 - no Estado de Goiás	MT	Norte	250.000.000	10.000.000	10.000.000	10.000.000	10.000.000	Agrupamento com ação exatamente igual (7M26).
	LEIA-SE	1461	Vetor Logístico Centro-Sudeste	7J95	Adequação de Trecho Rodoviário - Anápolis -Divisa GO/TO - na BR-153 - no Estado de Goiás	MT	Norte	250.000.000	16.000.000	16.000.000	20.000.000	20.000.000	
Anexo I - pg 380	ONDE SE LÊ	1461	Vetor Logístico Centro-Sudeste	7I40	Adequação de Trecho Rodoviário - Goiânia - Jataí - na BR-060 - no Estado de Goiás	MT	Centro-Oeste	900.000.000	17.000.000	0	0	0	Agrupamento com ação exatamente igual (7M25).
	LEIA-SE	1461	Vetor Logístico Centro-Sudeste	7I40	Adequação de Trecho Rodoviário - Goiânia - Jataí - na BR-060 - no Estado de Goiás	MT	Centro-Oeste	900.000.000	17.000.000	6.000.000	0	0	
Anexo I - pg 392	ONDE SE LÊ	1460	Vetor Logístico Nordeste Meridional	7459	Construção de Trecho Rodoviário - Juazeiro - Divisa BA/SE - na BR-235 - no Estado da Bahia	MT	Nordeste	228.260.000	2.900.000	3.500.000	3.500.000	3.000.000	Agrupamento com ação exatamente igual (7I90).
	LEIA-SE	1460	Vetor Logístico Nordeste Meridional	7459	Construção de Trecho Rodoviário - Juazeiro - Divisa BA/SE - na BR-235 - no Estado da Bahia	MT	Nordeste	228.260.000	7.900.000	8.500.000	9.500.000	10.000.000	
Anexo I - pg 363	ONDE SE LÊ	1166	Turismo Social no Brasil: Uma Viagem de Inclusão	7H77	Revitalização da Orla do Rio Guaíba - no Estado do Rio Grande do Sul.	MTur	Sul	350.000.000	5.000.000	5.000.000	6.000.000	7.000.000	Agrupamento com ação exatamente igual (7L35).
	LEIA-SE	1166	Turismo Social no Brasil: Uma Viagem de Inclusão	7H77	Revitalização da Orla do Rio Guaíba - no Estado do Rio Grande do Sul.	MTur	Sul	350.000.000	32.500.000	32.500.000	34.500.000	36.500.000	
Anexo I -	ONDE SE LÊ	1461	Vetor Logístico Centro-Sudeste	7L05	Adequação de Trechos Rodoviários - na BR-277 - Ponta Grossa - PR	MT	Sul	40.000.000	5.000.000	5.000.000	6.000.000	7.000.000	Título ajustado cf Errata nº 1 ao Relatório Apresentado na CMO

ERRATA AO AUTÓGRAFO PPA 2008-2011

Parte I - Programação e Valores Financeiros

Página		Cód. Prog.	Programa	Cód. Ação	Ação	Órgão Executor	Região	Valor Total Estimado	Financeiro R$ - 2008	Financeiro R$ - 2009	Financeiro R$ - 2010	Financeiro R$ - 2011	Justificação
pg 380	LEIA-SE	1461	Vetor Logístico Centro-Sudeste	7L05	Adequação de Contorno Rodoviário - no Município de Ponta Grossa - na BR-277 - no Estado do Paraná	MT	Sul	40.000.000	5.000.000	5.000.000	6.000.000	7.000.000	
Anexo I - pg 389	ONDE SE LÊ	1458	Vetor Logístico Leste	7L17	Construção de via de interligação entre os municípios de Nova Iguaçu/Queimados/Mesquita e Rio de Janeiro (Via Light-RJ/081) - no Estado	MT	Sudeste	260.000.000	20.000.000	20.000.000	20.000.000	20.000.000	Correção do Programa e do Órgão Executor, cf Errata nº 1 ao Relatório Apresentado na CMO
	LEIA-SE	9989	Mobilidade Urbana	7L17	Construção de via de interligação entre os municípios de Nova Iguaçu/Queimados/Mesquita e Rio de Janeiro (Via Light-RJ/081) - no Estado do Rio de Janeiro	MCidades	Sudeste	260.000.000	20.000.000	20.000.000	20.000.000	20.000.000	
Anexo I - pg 361	ONDE SE LÊ	1166	Turismo Social no Brasil: Uma viagem de Inclusão	10V0	Apoio a Projetos de Infra-estrutura turística	Mtur	Nacional	44.000.000					Correção do valor total estimado cf Errata nº 1 ao Relatório Apresentado na CMO
	LEIA-SE	1166	Turismo Social no Brasil: Uma viagem de Inclusão	10V0	Apoio a Projetos de Infra-estrutura turística	MTur	Nacional	536.310.565					
Anexo I - pg 192	ONDE SE LÊ	1008	Inclusão Digital	1E13	Fomento à Elaboração e Implantação de Projetos de Inclusão Digital	MCT	Nacional	45.126.937	11.293.300	31.437.074	32.667.517	36.460.549	Correção no nome da ação cf Errata nº1 ao Relatório Apresentado na CMO. Adequação aos valores máximos solicitados nas emendas 90220001 e
	LEIA-SE	1008	Inclusão Digital	1E13	Espaços Comunitários de Inclusão Digital - Casa Brasil	MCT	Nacional	82.272.261	9.918.300	19.857.987	24.387.987	28.107.987	
Anexo I - pg 333	ONDE SE LÊ	0639	Segurança da Navegação Aquaviária	114G	Dragagem para Adequação da Navegabilidade em Portos Marítimos	SEP	Nacional	983.267.103	191.739.999	303.269.490	488.257.614	0	Adequação do nome do Programa cf Errata nº 2 ao Relatório Apresentado na CMO
	LEIA-SE	1470	Gestão da Política Portuária	114G	Dragagem para Adequação da Navegabilidade em Portos Marítimos	SEP	Nacional	983.267.103	191.739.999	303.269.490	488.257.614	0	
Anexo I - pg 55	ONDE SE LÊ	1073	Brasil Universitário	7K28	Expansão do Ensino Superior - Campus de Santa Rita	MEC	Nordeste	50.000.000	13.000.000	24.000.000	13.000.000		Aprovação Parcial do Destaque 289 (cf Resultado da Reunião CMO 04/12/2007)
	LEIA-SE	1073	Brasil Universitário	7K28	Expansão do Ensino Superior - no Estado da Paraíba	MEC	Nordeste	50.000.000	13.000.000	24.000.000	13.000.000		
Anexo I - pg 225	ONDE SE LÊ	9989	Mobilidade Urbana	7H24	Apoio à Implantação do Corredor Estrutura de Transporte Coletivo Rodoviário do Rio de Janeiro (Sistema T5) - Terminal da Alvorada, da Barra da Tijuca, ao Terminal da Penha - RJ	MCidades	Sudeste	600.000.000	60.000.000	150.000.000	150.000.000	80.000.000	Correção de erro na implantação da Emenda 7120002 - aprovada no Relatório Apresentado CMO (22/11/2007 - pg 40) e Destaque 260
	LEIA-SE	9989	Mobilidade Urbana	7H24	Apoio à Implantação da Linha 3 do Sistema de Trens Urbanos do Rio de Janeiro - Trecho Rio de Janeiro - Niterói - São Gonçalo	MCidades	Sudeste	863.300.000	70.000.000	150.000.000	150.000.000	80.000.000	
Anexo I - pg 113	ONDE SE LÊ	0631	Desenvolvimento da Infra-estrutura Aeroportuária	7K01	Apoio à Implantação da Linha 3 do Sistema de Trens Urbanos do Rio de Janeiro - Trecho Rio de Janeiro - Niterói - São Gonçalo	MD	Nordeste	50.000.000	12.000.000	12.000.000	12.000.000	14.000.000	Correção de erro na implantação do Destaque nº 485
	LEIA-SE	0631	Desenvolvimento da Infra-estrutura Aeroportuária	7K01	Ampliação e Modernização do Terminal de Passageiros do Aeroporto Internacional Presidente Castro Pinto - no Estado da Paraíba	MD	Nordeste	50.000.000	10.000.000	10.000.000	15.000.000	15.000.000	
Anexo I - pg 110	ONDE SE LÊ	0631	Desenvolvimento da Infra-estrutura Aeroportuária	7J03	CONSTRUÇÃO DO TERMINAL DE CARGAS DO AEROPORTO INTERNACIONAL PRESIDENTE CASTRO PINTO (PB)	MD	Nordeste	50.000.000	10.000.000	10.000.000	15.000.000	15.000.000	Correção de erro na implantação da Emenda 20280001 - aprovada no Relatório Apresentado CMO (22/11/2007) e Destaque 476
	LEIA-SE	0631	Desenvolvimento da Infra-estrutura Aeroportuária	7J03	CONSTRUÇÃO DO TERMINAL DE CARGAS DO AEROPORTO INTERNACIONAL PRESIDENTE CASTRO PINTO (PB)	MD	Nordeste	50.000.000	12.000.000	12.000.000	12.000.000	14.000.000	
-	INCLUIR	9989	Mobilidade Urbana	7K08	Apoio à Implantação do Corredor Estrutura de Transporte Coletivo Rodoviário do Rio de Janeiro (Sistema T5) - Terminal da Alvorada, da Barra da Tijuca, ao Terminal da Penha - RJ	MCidades	Sudeste	600.000.000	60.000.000	150.000.000	150.000.000	80.000.000	Implantação da Emenda 71200001 - aprovada no Relatório Apresentado CMO (22/11/2007)
-	INCLUIR	1353	Modernização da Polícia Federal	5E71	Construção do Edifício-Sede da Superintendência Regional da Polícia Federal em Rondônia	MJ	Norte	20.000.000	2.000.000	7.000.000	7.000.000	4.000.000	Inclusão do valor aprovado no destaque 430 na CMO.
-	INCLUIR	0379	Desenvolvimento da Agricultura Irrigada	7I36	Promoção da Sustentabilidade Produtiva dos Perímetros Públicos de Irrigação	MI	Nordeste	120.000.000	27.500.000	27.500.000	27.500.000	37.500.000	Inclusão do valor aprovado no relatório e no destaque 482 na CMO.
-	INCLUIR	0154	Garantia e Acesso a Direitos	2A56	Apoio a Serviços de Prevenção e Combate à Homofobia	SEDH	Nacional	-	550.000	6.576.962	6.606.913	6.633.574	Inclusão no substitutivo do valor aprovado na emenda 20490003. Conforme item 2.2.5.1 do Parecer Preliminar.

ERRATA AO AUTÓGRAFO PPA 2008-2011

Parte I - Programação e Valores Financeiros

Página		Cód. Prog.	Programa	Cód. Ação	Ação	Órgão Executor	Região	Valor Total Estimado	Financeiro R$ - 2008	Financeiro R$ - 2009	Financeiro R$ - 2010	Financeiro R$ - 2011	Justificação
.	INCLUIR	0471	Ciência, Tecnologia e Inovação para Inclusão e Desenvolvimento Social	8960	Apoio à Implantação e Modernização de Centros Vocacionais Tecnológicos	MCT	Nacional	-	7.800.000	10.074.180	13.717.621	13.982.570	Inclusão no substitutivo do valor aprovado na emenda 33410008. Conforme item 2.2.5.1 do Parecer Preliminar.
.	INCLUIR	0569	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal	7G03	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal no Município de Francisco Beltrão - no Estado do Paraná	Justiça Federal	Sul	11.000.000	0	3.500.000	3.500.000	3.500.000	Inclusão no substitutivo do valor aprovado na emenda 33090001. Conforme item 2.2.5.1 do Parecer Preliminar.
.	INCLUIR	1062	Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica	7G47	Construção e Implantação da Escola Agrotécnica Federal de Santa Maria de Jetibá, no Estado do Espírito Santo	MEC	Sudeste	10.500.000	0	3.500.000	3.500.000	3.500.000	Inclusão no substitutivo do valor aprovado na emenda 13010009. Conforme item 2.2.5.1 do Parecer Preliminar.
.	INCLUIR	1062	Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica	7G58	Implantação de Centro de Educação Tecnológica para Mineração de Carvão	MEC	Sul	12.000.000	0	3.500.000	3.500.000	3.000.000	Inclusão no substitutivo do valor aprovado na emenda 20980009. Conforme item 2.2.5.1 do Parecer Preliminar.
.	INCLUIR	1073	Brasil Universitário	7F99	Apoio a Entidade Pública de Ensino Superior no Rio Grande do Sul - Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS	MEC	Sul	20.000.000	0	3.500.000	3.500.000	3.500.000	Inclusão no substitutivo do valor aprovado nas emendas 19830006 e 20230008. Conforme item 2.2.5.1 do Parecer Preliminar.
.	INCLUIR	1073	Brasil Universitário	7G18	Expansão do Ensino Superior - Campus Avançado Município de Francisco Beltrão da Universidade Tecnológica Federal do Paraná	MEC	Sul	15.000.000	0	3.500.000	3.500.000	3.500.000	Inclusão no substitutivo do valor aprovado na emenda 33090002. Conforme item 2.2.5.1 do Parecer Preliminar.
.	INCLUIR	1128	Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos Precários	7G52	Apoio à Urbanização de Assentamentos Precários em Curitiba	MCidades	Sul	10.000.000	0	1.500.000	1.500.000	1.250.000	Inclusão no substitutivo do valor aprovado na emenda 19670007. Conforme item 2.2.5.1 do Parecer Preliminar.
.	INCLUIR	1142	Engenho das Artes	2844	Capacitação de Artistas, Técnicos e Produtores de Arte e Cultura	MinC	Nordeste	-	0	2.000.000	2.000.000	2.000.000	Inclusão no substitutivo do valor aprovado na emenda 23570004. Conforme item 2.2.5.1 do Parecer Preliminar.
							Nacional	-	1.100.000	990.990	1.035.540	1.082.180	
.	INCLUIR	1156	Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade e Sustentabilidade do Agronegócio	4672	Pesquisa e Desenvolvimento em Sistemas Inovadores de Produção para o Agronegócio	MAPA	Nacional	-	12.968.703	13.198.952	15.555.458	15.985.480	Inclusão no substitutivo do valor aprovado nas emendas 15990001 e 21760008. Conforme item 2.2.5.1 do Parecer
						MAPA	Sudeste	-	0	200.000	199.448	150.000	
.	INCLUIR	1250	Esporte e Lazer da Cidade	8765	Implantação e Modernização de Infra-estrutura para Esporte Recreativo e de Lazer	ME	Nacional	-	5.100.000	7.040.512	7.644.108	7.894.949	Inclusão no substitutivo do valor aprovado nas emendas 20690002, 36550007, 13730004, 24510006 e 34110006. Conforme item 2.2.5.1 do Parecer Preliminar.
						ME	Nordeste	-	1.500.000	1.500.000	3.000.000	4.000.000	
						ME	Sudeste	-	0	10.000.000	5.000.000	10.000.000	
.	INCLUIR	1305	Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental	7F55	Obras de Recuperação e Urbanização Completa do Açude de Bodocongó e Anexo Adjacentes na Cidade de Campina Grande - PB	MI	Nordeste	10.000.000	0	3.500.000	3.500.000	3.000.000	Inclusão no substitutivo do valor aprovado na emenda 23540008. Conforme item 2.2.5.1 do Parecer Preliminar. Limitado o valor à solicitação máxima da emenda.
.	INCLUIR	1432	Promoção de Políticas Afirmativas para a Igualdade Racial	8362	Apoio a Iniciativas para a Promoção da Igualdade Racial	SEPPIR	Nacional	-	2.600.000	6.599.250	6.799.250	6.999.250	Inclusão no substitutivo do valor aprovado nas emendas 12970006, 17690004 e 11700007 e destaque 119-CMO. Conforme item 2.2.5.1 do Parecer Preliminar. Limitado o valor à solicitação máxima da emenda.
						SEPPIR	Norte	-	0	4.000.000	6.000.000	10.000.000	
						SEPPIR	Sudeste	-	5.000.000	5.000.000	5.000.000	5.000.000	

ERRATA AO AUTÓGRAFO PPA 2008-2011

Parte I - Programação e Valores Financeiros

Página		Cód. Prog.	Programa	Cód. Ação	Ação	Órgão Executor	Região	Valor Total Estimado	Financeiro R$ - 2008	Financeiro R$ - 2009	Financeiro R$ - 2010	Financeiro R$ - 2011	Justificação
.	INCLUIR	1446	Promoção da Capacidade Resolutiva e da Humanização na Atenção à Saúde	2B64	Atenção à Saúde da População Negra	MS	Nacional	.	0	3.500.000	3.500.000	3.500.000	Inclusão no substitutivo do valor aprovado nas emendas 11700008, 34850007, 12550005, 20490010, 11350001, 11350002, 23960007, 24780001, 23790002, 24680001, 36110001, 35100003, 12970005, 13310001, 19530009, 17690001 e 13390009. Conforme item 2.2.5.1 do Parecer Preliminar.
.	INCLUIR	1460	Vetor Logístico Nordeste Meridional	7G80	Construção do Anel Rodoviário - no Município de Ipiaú - na BR-330 - no Estado da Bahia	MT	Nordeste	10.500.000	0	3.500.000	3.500.000	3.500.000	Inclusão no substitutivo do valor aprovado na emenda 32910004. Conforme item 2.2.5.1 do Parecer Preliminar. Limitado o valor à solicitação máxima da emenda.
.	INCLUIR	1461	Vetor Logístico Centro-Sudeste	7G83	Implantação do Contorno Norte Rodoviário de Maringá - no Estado do Paraná	MT	Sul	10.000.000	0	2.500.000	5.000.000	2.500.000	Inclusão no substitutivo do valor aprovado na emenda 33320002. Conforme item 2.2.5.1 do Parecer Preliminar.
.	INCLUIR	6003	Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário	7G82	Fomento a Pequenos e Médios Produtores Rurais de Culturas Destinadas à Produção de Biodiesel	MAPA	Nacional	20.000.000	0	7.000.000	7.000.000	6.000.000	Inclusão no substitutivo do valor aprovado na emenda 13630001 e no destaque 349.
.	INCLUIR	1073	Brasil Universitário	7K25	Construção do Hospital Universitário Júlio Muller da Universidade Federal de Mato Grosso	MEC	Centro-Oeste	84.000.000	16.800.000	33.600.000	33.600.000	0	Incluir no Orçamento da Seguridade Social ação que de forma errada estava no Orçamento de Investimento das Estatais.
.	INCLUIR	1062	Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica	7J36	Construção de Escolas Técnicas Federais em Municípios do Estado da Bahia	MEC	Nordeste	60.000.000	5.000.000	5.000.000	6.000.000	7.000.000	Incluir no Orçamento Fiscal ação que de forma errada estava no Orçamento de Investimento das Estatais.
.	INCLUIR	0515	Infra-Estrutura Hídrica	7I53	Construção de Adutora Banabuiú/Pedra Branca no Estado do Ceará	MI	Nordeste	20.000.000	10.000.000	5.000.000	5.000.000	0	Incluir no Orçamento Fiscal ação que de forma errada estava no Orçamento de Investimento das Estatais. Ajustado o órgão executor.
.	INCLUIR	0515	Infra-Estrutura Hídrica	109H	Construção de Barragens	MI	Sudeste	20.000.000	5.000.000	5.000.000	5.000.000	5.000.000	Incluir no Orçamento Fiscal ação que de forma errada estava no Orçamento de Investimento das Estatais. Ajustado o órgão executor.
.	INCLUIR	1025	Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais - PROMESO	7H55	Fortalecimento e Implantação de Pactos Produtivos Sustentáveis	MI	Nordeste	20.000.000	0	120.850	120.850	120.800	
						MI	Sul	100.000.000	5.000.000	5.000.000	6.000.000	14.000.000	Incluir no Orçamento Fiscal ação que de forma errada estava no Orçamento de Investimento das Estatais.
.	INCLUIR	1287	Saneamento Rural	7656	Implantação, Ampliação ou Melhoria do Serviço de Saneamento em Áreas Rurais, em Áreas Especiais (Quilombos, Assentamentos e Reservas Extrativistas) e em Localidades com População Inferior a 2.500 Habitantes para Prevenção e Controle de Agravos	MS	Nacional	680.223.527	70.000.000	119.153.125	119.153.125	132.172.074	Incluir no Orçamento da Seguridade Social ação constante do PL e da aprovação da Emenda 24830001.
							Sudeste	680.223.527	2.500.000	8.600.000	0	0	
.	INCLUIR	9989	Mobilidade Urbana	7J68	Apoio à Implantação de Túnel entre as Zonas Leste e Oeste do Município de Santos - SP	MCidades	Sudeste	160.000.000	5.000.000	5.000.000	6.000.000	7.000.000	Programação incluída pela Emenda 17990002
.	INCLUIR	0156	Prevenção e Enfrentamento da Violência contra as Mulheres	10UJ	Implantação do Sistema Nacional de Informações sobre a Violência contra a Mulher	SEPM	Nacional	20.000.000	4.000.000	5.000.000	5.000.000	6.000.000	Incluir no Orçamento da Fiscal ação constante do PL e da aprovação da Emenda 20490001
.	INCLUIR	1305	Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação	101Q	Recuperação e Preservação da Bacia dos Rios Tocantins/Araguaia	MMA	Nacional	141.271.377	35.300.000	35.310.260	35.323.601	35.337.516	Incluir no Orçamento da Fiscal ação constante do PL e da aprovação da Emenda 60060005
.	INCLUIR	0567	Prestação Jurisdicional no Distrito Federal	3751	Implantação de Varas Comuns e de Juizados Especiais Cíveis e Criminais	Justiça do DFT	Centro-Oeste	90.409.747	11.000.000	9.000.000	6.383.372	2.000.000	Incluir no Orçamento da Fiscal ação constante do PL e da aprovação da Emenda 11350003

ERRATA AO AUTÓGRAFO PPA 2008-2011

Parte I - Programação e Valores Financeiros

Página		Cód. Prog.	Programa	Cód. Ação	Ação	Órgão Executor	Região	Valor Total Estimado	Financeiro R$ - 2008	Financeiro R$ - 2009	Financeiro R$ - 2010	Financeiro R$ - 2011	Justificação
-	INCLUIR	0101	Qualificação Social e Profissional	7L34	Qualificação Profissional para o Agronegócio	MTE	Nacional	600.000.000	17.500.000	17.500.000	17.500.000	17.500.000	Incluir de ação aprovada na Emenda 50220004.
-	INCLUIR	0122	Serviços Urbanos de Água e Esgoto	7I15	Apoio à Implantação e Ampliação de Sistemas de Esgotamento Sanitário em Municípios da RIDE da Capital Federal e Entorno	MCIdades	Centro Oeste	140.000.000	5.000.000	5.000.000	6.000.000	7.000.000	Incluir de ação aprovada na Emenda 90440001.
-	INCLUIR	0350	Desenvolvimento da Economia Cafeeira	7L07	Apoio ao Cooperativismo da lavoura cafeeira e entidades afins - Nacional	MAPA	Sudeste	200.000.000	5.000.000	5.000.000	6.000.000	7.000.000	Incluir de ação aprovada na Emenda 31550005.
-	INCLUIR	0460	Formação e Capacitação de Recursos Humanos para Ciência, Tecnologia e Inovação	7K12	Concessão de bolsas para a formação, atração e fixação de recursos humanos na região Amazônica	MCT	Norte	219.427.440	20.000.000	20.000.000	20.000.000	20.000.000	Incluir de ação aprovada na Emenda 71040001.
-	INCLUIR	0461	Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico	7K57	Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico na Região Amazônica	MCT	Norte	72.700.000	5.000.000	5.000.000	6.000.000	7.000.000	Incluir de ação aprovada na Emenda 17950001.
-	INCLUIR	0508	Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Genéticos	7K58	Apoio à Proteção e Conservação da Fauna Nacional	MMA	Nacional	80.000.000	17.500.000	17.500.000	17.500.000	17.500.000	Incluir de ação aprovada na Emenda 50030002.
-	INCLUIR	0631	Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária	7J61	ADEQUAÇÃO DO AEROPORTO PRESIDENTE JOÃO SUASSUNA, EM CAMPINA GRANDE - PB	MD	Nordeste	200.000.000	5.000.000	5.000.000	6.000.000	7.000.000	Incluir de ação aprovada na Emenda 35300008.
-	INCLUIR	1044	Energia Alternativa Renovável	7J84	Implantação de Projetos para a Disseminação do Uso de Aquecedores Termossolares pelos Consumidores Residenciais e Comerciais de Energia Elétrica	MME	Nacional	400.000.000	17.500.000	17.500.000	17.500.000	17.500.000	Incluir de ação aprovada na Emenda 50180003.
-	INCLUIR	1046	Eficiência Energética	7J81	Implantação de Projetos para Racionalização do Uso da Energia no Setor Industrial	MME	Nacional	120.000.000	17.500.000	17.500.000	17.500.000	17.500.000	Incluir de ação aprovada na Emenda 50180004.
-	INCLUIR	1122	Ciência, Tecnologia e Inovação Aplicadas aos Recursos Naturais	7K31	Implantação da Rede de Pesquisa sobre o Cerrado	MCT	Nacional	20.000.000	5.000.000	5.000.000	5.000.000	5.000.000	Incluir de ação aprovada na Emenda 71080005. Adequação ao valor máximo solicitado na emenda.
-	INCLUIR	1172	Fortalecimento da Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios - PNAFM	7J89	CAPACITAÇÃO DE GESTORES PÚBLICOS E AGENTES POLÍTICOS MUNICIPAIS NAS ÁREAS DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO FEDERAIS	MF	Nacional	300.000.000	17.500.000	17.500.000	17.500.000	17.500.000	Incluir de ação aprovada na Emenda 50170004.
-	INCLUIR	1220	Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada	7K70	Construção de Hospital em Campos dos Goytacazes - RJ	MS	Sudeste	23.000.000	5.000.000	5.000.000	6.000.000	7.000.000	Incluir de ação aprovada na Emenda 23820001.
-	INCLUIR	1305	Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental	7H69	Recuperação e Preservação da Bacia do Rio Itapecuru no Estado do Maranhão	MMA	Nacional	75.000.000	5.000.000	5.000.000	6.000.000	7.000.000	Incluir de ação aprovada na Emenda 11590003.
-	INCLUIR	1335	Transferência de Renda com Condicionalidades - Bolsa Família	7K75	Apoio a Projetos de Qualificação Profissional e de Produção Associativa às Famílias Beneficiárias do Programa Bolsa Família	MDS	Nacional	110.000.000	5.000.000	5.000.000	6.000.000	7.000.000	Incluir de ação aprovada na Emenda 23690001.
-	INCLUIR	1375	Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica	7L23	Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica na Amazônia	MEC	Norte	260.000.000	14.850.000	14.850.000	14.850.000	14.850.000	Incluir de ação aprovada na Emenda 20510007.
-	INCLUIR	1409	Desenvolvimento da Agroenergia	7L33	pesquisa científico-tecnológica de desenvolvimento e produção de agroenergia	MCT	Nacional	200.000.000	17.500.000	17.500.000	17.500.000	17.500.000	Incluir de ação aprovada na Emenda 50180005.
-	INCLUIR	1430	Desenvolvimento Macrorregional Sustentável	7J82	Apoio à Capacitação de Recursos Humanos, Inovação e Difusão Tecnológica	MI	Norte	150.000.000	17.500.000	17.500.000	17.500.000	17.500.000	Incluir de ação aprovada na Emenda 50330001.
-	INCLUIR	1430	Desenvolvimento Macrorregional Sustentável	7K45	Promoção de investimentos em infra-estrutura Econômica na Região Integrada do Distrito Federal e Entorno - RIDE	MI	Centro Oeste	120.000.000	30.000.000	30.000.000	30.000.000	30.000.000	Incluir de ação aprovada na Emenda 71080004.
-	INCLUIR	1430	Desenvolvimento Macrorregional Sustentável	7L22	Drenagem de águas pluviais na Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno - RIDE	MI	Centro Oeste	400.000.000	7.000.000	7.000.000	7.000.000	7.000.000	Incluir de ação aprovada na Emenda 71100005.
-	INCLUIR	1453	Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI	7J23	INSTALAÇÃO DE DELEGACIAS ESPECIAIS DE ATENDIMENTO ÀS MULHERES	MJ	Centro Oeste	24.000.000	6.000.000	6.000.000	6.000.000	6.000.000	Incluir de ação aprovada na Emenda 20220004.
-	INCLUIR	1453	Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI	7K02	APOIO A IMPLANTAÇÃO DE CENTROS ESPECIALIZADOS DE PERÍCIA MÉDICO-LEGAL EM ATENDIMENTO À MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA - LEI MARIA DA PENHA	SEPM	Nacional	20.000.000	1.550.000	2.050.000	2.550.000	3.050.000	Incluir de ação aprovada na Emenda 60090003.

ERRATA AO AUTÓGRAFO PPA 2008-2011

Parte I - Programação e Valores Financeiros

Página		Cód. Prog.	Programa	Cód. Ação	Ação	Órgão Executor	Região	Valor Total Estimado	Financeiro R$ - 2008	Financeiro R$ - 2009	Financeiro R$ - 2010	Financeiro R$ - 2011	Justificação
.	INCLUIR	1456	Vetor Logístico Amazônico	7I73	Construção da Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-174 - Sta. Maria do Boiaçu - na BR-431 - no Estado de Roraima	MT	Norte	35.000.000	5.000.000	5.000.000	6.000.000	7.000.000	Incluir de ação aprovada na Emenda 19160002.
.	INCLUIR	1456	Vetor Logístico Amazônico	7I88	Construção da Trecho Rodoviário - Cantá - Novo Paraíso - na BR-432 - no Estado de Roraima	MT	Norte	170.000.000	5.000.000	5.000.000	6.000.000	7.000.000	Incluir de ação aprovada na Emenda 23190003.
.	INCLUIR	1460	Vetor Logístico Nordeste Meridional	7I61	Construção de Trecho Rodoviário - Divisa SE/BA - Juazeiro - na BR-235 - no Estado da Bahia	MT	Nordeste	20.000.000	2.000.000	2.000.000	2.000.000	2.000.000	Incluir de ação aprovada na Emenda 17180006.
.	INCLUIR	6003	Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário	7J80	FOMENTO À ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PARA PEQUENOS E MÉDIOS PRODUTORES RURAIS	MAPA	Nacional	800.000.000	25.000.000	25.000.000	25.000.000	25.000.000	Incluir de ação aprovada na Emenda 50100005.
Anexo I - pg 60	EXCLUIR	1073	Brasil Universitário	7K25	Construção do Hospital Universitário Júlio Muller da Universidade Federal de Mato Grosso	MEC	Centro-Oeste	84.000.000	16.800.000	33.600.000	33.600.000	0	Ação do Orçamento da Seguridade Social.
anexo I - pg 108	EXCLUIR	1062	Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica	7J36	Construção de Escolas Técnicas Federais em Municípios do Estado da Bahia	MEC	Nordeste	60.000.000	5.000.000	5.000.000	6.000.000	7.000.000	Ação do Orçamento Fiscal.
Anexo I - pg 205	EXCLUIR	0515	Infra-Estrutura Hídrica	7I53	Construção da Adutora Banabuiú/Pedra Branca no Estado do Ceará	MMA	Nordeste	20.000.000	10.000.000	5.000.000	5.000.000	0	Ação do Orçamento Fiscal.
Anexo I - pg 205	EXCLUIR	0515	Infra-Estrutura Hídrica	109H	Construção de Barragens	MMA	Sudeste	20.000.000	5.000.000	5.000.000	5.000.000	5.000.000	Ação do Orçamento Fiscal.
Anexo I - pg 287	EXCLUIR	1025	Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais - PROMESO	7H55	Fortalecimento e Implantação de Pactos Produtivos Sustentáveis	MI	Sul	100.000.000	5.000.000	5.000.000	6.000.000	14.000.000	Ação do Orçamento Fiscal.
Anexo I - pg 329	EXCLUIR	1305	Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação	7J91	Recuperação e Preservação da Bacia do Rio Salgado - Receptora do Rio São Francisco	MI	Nordeste	200.000.000	50.000.000	50.000.000	50.000.000	50.000.000	Ação do Orçamento Fiscal.
Anexo I - pg 370	EXCLUIR	1456	Vetor Logístico Amazônico	7G08	Construção de Ponte sobre o Rio Araguaia - na Divisa TO/PA - na BR-153 - na Região Norte	MT	Norte	60.000.000	0	12.763.800	12.740.000	22.740.000	Ação que não comporta estar em dois programas distintos
Anexo I - pg 379	EXCLUIR	1461	Vetor Logístico Centro-Sudeste	7M26	Adequação de Trecho Rodoviário - Anápolis -Divisa GO/TO - na BR-153 - no Estado de Goiás	MT	Norte	250.000.000	6.000.000	6.000.000	10.000.000	10.000.000	Ação exatamente igual a outra já existente (7J95).
Anexo I - pg 379	EXCLUIR	1461	Vetor Logístico Centro-Sudeste	7M25	Adequação de Trecho Rodoviário - Goiânia - Jataí - na BR-060 - no Estado de Goiás	MT	Centro-Oeste	250.000.000	0	8.000.000	0	0	Ação exatamente igual a outra já existente (7I40).
Anexo I - pg 393	EXCLUIR	1460	Vetor Logístico Nordeste Meridional	7I80	Construção de Trecho Rodoviário - Juazeiro - Divisa BA/SE - na BR-235 - no Estado da Bahia	MT	Nordeste	541.500.000	5.000.000	5.000.000	6.000.000	7.000.000	Ação exatamente igual a outra já existente (7I59).
Anexo I - pg 363	EXCLUIR	1166	Turismo Social no Brasil: Uma Viagem da Inclusão	7L35	REVITALIZAÇÃO DA ORLA DO RIO GUAÍBA - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	MTur	Sul	90.000.000	22.500.000	22.500.000	22.500.000	22.500.000	Ação exatamente igual a outra já existente (7H77).
Anexo I - pg 362	EXCLUIR	1166	Turismo Social no Brasil: Uma Viagem de Inclusão	7H48	Construção de Passagem Subterrânea do Porto em Santos - SP	MTur	Sudeste	100.000.000	5.000.000	5.000.000	6.000.000	7.000.000	Programação excluída c/ Errata nº 1 ao Relatório Apresentado na CMO
Anexo I - pg 347	EXCLUIR	0122	Serviços Urbanos de Água e Esgoto	7I09	Apoio à Implantação de Sistema de Esgotamento Sanitário na Região Metropolitana de Natal - RN	MCidades	Nordeste	20.000.000	1.250.000	1.250.000	1.250.000	1.250.000	Eliminação de duplicidade (vide Orçamento da Seguridade Social)

Parte 2 – Unidade de medida dos Indicadores – Correção de erro material da unidade de medida de alguns indicadores.

Justificação - por erro de impressão, algumas unidades de medida foram truncadas, e não apareceram no Autógrafo.

Página Autógrafo		Cód. Prog.	Programa	Indicador (unidade de medida)
Anexo I – p. 5	ONDE SE LÊ	0351	Agricultura Familiar - PRONAF	Taxa de Atendimento aos Beneficiários do Pronaf Linha B Taxa de Atendimento aos Beneficiários do Pronaf Linha C Taxa de Atendimento aos Beneficiários do Pronaf Linha D Taxa de Atendimento aos Beneficiários do Pronaf Linha E
	LEIA-SE	0351	Agricultura Familiar - PRONAF	Taxa de Atendimento aos Beneficiários do Pronaf Linha B **(percentagem)** Taxa de Atendimento aos Beneficiários do Pronaf Linha C **(percentagem)** Taxa de Atendimento aos Beneficiários do Pronaf Linha D **(percentagem)** Taxa de Atendimento aos Beneficiários do Pronaf Linha E **(percentagem)**
Anexo I – p. 10	ONDE SE LÊ	1436	Aperfeiçoamento do Trabalho e da Educação na Saúde	Taxa de Aperfeiçoamento do Trabalho e da Educação em Saúde
	LEIA-SE	1436	Aperfeiçoamento do Trabalho e da Educação na Saúde	Taxa de Aperfeiçoamento do Trabalho e da Educação em Saúde (%)
Anexo I – p. 40	ONDE SE LÊ	1060	Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos	Taxa de Analfabetismo da População na Faixa Etária de 15 a 29
	LEIA-SE	1060	Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos	Taxa de Analfabetismo da População na Faixa Etária de 15 a 29 (%)
Anexo I – p. 52	ONDE SE LÊ	0167	Brasil Patrimônio Cultural	Índice de Preservação do Patrimônio Material - IPPM (percentagem Número de Registros de Bens Culturais de Natureza Imaterial
	LEIA-SE	0167	Brasil Patrimônio Cultural	Índice de Preservação do Patrimônio Material - IPPM (percentagem %) Número de Registros de Bens Culturais de Natureza Imaterial **(unidade)**
Anexo I – p. 53	ONDE SE LÊ	1336	Brasil Quilombola	Taxa de Atendimento às Comunidades Remanescentes de Quilombos por Ações de Fomento ao Desenvolvimento Local e
	LEIA-SE	1336	Brasil Quilombola	Taxa de Atendimento às Comunidades Remanescentes de Quilombos por Ações de Fomento ao Desenvolvimento Local e **sustentável (percentual)**
Anexo I – p. 55	ONDE SE LÊ	1073	Brasil Universitário	Taxa de Docentes (em Exercício) com Doutorado Atuando nas Instituições Federais de Educação Superior - Graduação Presencial Taxa de Docentes (em Exercício) com Doutorado Atuando nas Instituições Federais de Educação Superior - Graduação Presencial
	LEIA-SE	1073	Brasil Universitário	Taxa de Docentes (em Exercício) com Doutorado Atuando nas Instituições Federais de Educação Superior - Graduação Presencial (%) Taxa de Docentes (em Exercício) com Doutorado Atuando nas Instituições Federais de Educação Superior - Graduação Presencial (%)
Anexo I – p. 69	ONDE SE LÊ	1388	Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio	Pedido de Depósito de Patentes no INPI por Parte de Residentes
	LEIA-SE	1388	Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio	Pedido de Depósito de Patentes no INPI por Parte de Residentes **(unidade)**
Anexo I – p. 76	ONDE SE LÊ	1145	Comunidades Tradicionais	Taxa de Comunidades Tradicionais com Beneficiamento da
	LEIA-SE	1145	Comunidades Tradicionais	Taxa de Comunidades Tradicionais com Beneficiamento da **Produção (%)**
Anexo I – p. 77	ONDE SE LÊ	1332	Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros	Número de instrumentos de sistema de gestão desenvolvidos
	LEIA-SE	1332	Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros	Número de instrumentos de sistema de gestão desenvolvidos **(unidade)**
Anexo I – p. 89	ONDE SE LÊ	0695	Defesa Econômica e da Concorrência	Valor Total das Multas Anuais Inscritas na Dívida Ativa pelo CADE
	LEIA-SE	0695	Defesa Econômica e da Concorrência	Valor Total das Multas Anuais Inscritas na Dívida Ativa pelo CADE **(reais)**
Anexo I – p. 101	ONDE SE LÊ	1409	Desenvolvimento da Agroenergia	Taxa de Participação da Agroenergia na Matriz Energética Nacional
	LEIA-SE	1409	Desenvolvimento da Agroenergia	Taxa de Participação da Agroenergia na Matriz Energética Nacional (%)
Anexo I – p. 105	ONDE SE LÊ	1374	Desenvolvimento da Educação Especial	Taxa de Matrícula de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais em Classes Comuns de Escolas Regulares na Educação
	LEIA-SE	1374	Desenvolvimento da Educação Especial	Taxa de Matrícula de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais em Classes Comuns de Escolas Regulares na Educação **Básica (%)**
Anexo I – p. 111	ONDE SE LÊ	0631	Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária	Grau de Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária

Página Autógrafo		Cód. Prog.	Programa	Indicador (unidade de medida)
	LEIA-SE	0631	Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária	Grau de Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária (percentagem)
Anexo I – p. 139	ONDE SE LÊ	0283	Distribuição de Derivados de Petróleo, Gás Natural, Álcool e Biocombustíveis	Taxa de participação da Liquigás Distribuidora no mercado de GLP
	LEIA-SE	0283	Distribuição de Derivados de Petróleo, Gás Natural, Álcool e Biocombustíveis	Taxa de participação da Liquigás Distribuidora no mercado de GLP (%)
Anexo I – p. 142	ONDE SE LÊ	1138	Drenagem Urbana e Controle de Erosão Marítima e Fluvial	Taxa de Municípios com sistema de drenagem subterrânea no
	LEIA-SE	1138	Drenagem Urbana e Controle de Erosão Marítima e Fluvial	Taxa de Municípios com sistema de drenagem subterrânea no Brasil (%)
Anexo I – p. 151	ONDE SE LÊ	1377	Educação para a Diversidade e Cidadania	Índice de Igualdade da Educação Escolar Indígena (índice
	LEIA-SE	1377	Educação para a Diversidade e Cidadania	Índice de Igualdade da Educação Escolar Indígena (índice numérico)
Anexo I – p. 157	ONDE SE LÊ	0294	Energia na Região Nordeste	Acréscimo de Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica
	LEIA-SE	0294	Energia na Região Nordeste	Acréscimo de Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica (mw)
Anexo I – p. 159	ONDE SE LÊ	0297	Energia na Região Norte	Acréscimo de Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica
	LEIA-SE	0297	Energia na Região Norte	Acréscimo de Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica (mw)
Anexo I – p. 161	ONDE SE LÊ	0295	Energia na Região Sul	Acréscimo de Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica
	LEIA-SE	0295	Energia na Região Sul	Acréscimo de Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica (mw)
Anexo I – p. 166	ONDE SE LÊ	1042	Energia nos Sistemas Isolados	Acréscimo de Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica
	LEIA-SE	1042	Energia nos Sistemas Isolados	Acréscimo de Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica (mw)
Anexo I – p. 170	ONDE SE LÊ	0073	Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes	Taxa de Evolução de Atendimento às Vítimas (percentual %
	LEIA-SE	0073	Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes	Taxa de Evolução de Atendimento às Vítimas (percentual %)
Anexo I – p. 176	ONDE SE LÊ	1250	Esporte e Lazer da Cidade	Taxa de Atendimento da Demanda por Esporte Recreativo e de Lazer às Pessoas em Situação de Vulnerabilidade Social
	LEIA-SE	1250	Esporte e Lazer da Cidade	Taxa de Atendimento da Demanda por Esporte Recreativo e de Lazer às Pessoas em Situação de Vulnerabilidade Social (percentual)
Anexo I – p. 179	ONDE SE LÊ	0460	Formação e Capacitação de Recursos Humanos para Ciência, Tecnologia e Inovação	Taxa de Ex-Bolsistas do Programa Bolsas de Iniciação Científica (Pibic) que Ingressaram ou Titularam na Pós-Graduação
	LEIA-SE	0460	Formação e Capacitação de Recursos Humanos para Ciência, Tecnologia e Inovação	Taxa de Ex-Bolsistas do Programa Bolsas de Iniciação Científica (Pibic) que Ingressaram ou Titularam na Pós-Graduação (percentagem)
Anexo I – p. 180	ONDE SE LÊ	0154	Garantia e Acesso a Direitos	Taxa de Estados com Conselhos de Direitos Humanos
	LEIA-SE	0154	Garantia e Acesso a Direitos	Taxa de Estados com Conselhos de Direitos Humanos (percentagem)
Anexo I – p. 191	ONDE SE LÊ	1446	Implementação da Política de Promoção da Saúde	Taxa de Municípios com População Acima de 100.000 Habitantes que Realizam a Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Taxa de Municípios com Projetos de Promoção de Ações de Redução das Violências e Acidentes e Cultura de Paz Implantados
	LEIA-SE	1446	Implementação da Política de Promoção da Saúde	Taxa de Municípios com População Acima de 100.000 Habitantes que Realizam a Vigilância da Qualidade da Água para Consumo (%) Taxa de Municípios com Projetos de Promoção de Ações de Redução das Violências e Acidentes e Cultura de Paz Implantados (%)
Anexo I – p. 207	ONDE SE LÊ	0099	Integração das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda	Taxa de Cobertura do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda na (Re)Inserção no Mercado de Trabalho Formal
	LEIA-SE	0099	Integração das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda	Taxa de Cobertura do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda na (Re)Inserção no Mercado de Trabalho Formal (percentagem)
Anexo I – p. 209	ONDE SE LÊ	1036	Integração de Bacias Hidrográficas	Vazão Média de Água nas Bacias Beneficiadas pela Integração
	LEIA-SE	1036	Integração de Bacias Hidrográficas	Vazão Média de Água nas Bacias Beneficiadas pela Integração (m^3/s)
Anexo I – p. 215 e 216	ONDE SE LÊ	0273	Luz para Todos	Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado da Bahia Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado da Paraíba Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado de Goiás Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado de Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado de Roraima Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado de Sergipe Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado de Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado do Acre Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado do Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado do Ceará Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado do Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado do Pará Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado do Paraná Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado do Piauí Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado de Alagoas

Página Autógrafo		Cód. Prog.	Programa	Indicador (unidade de medida)
	LEIA-SE	0273	Luz para Todos	Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado da Bahia (%) Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado da Paraíba (%) Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado de Goiás (%) Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado de **Rondônia** (%) Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado de Roraima (%) Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado de Sergipe (%) Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado de **Tocantins** (%) Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado do Acre (%) Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado do **Amazonas** (%) Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado do Ceará (%) Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado do **Maranhão** (%) Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado do Pará (%) Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado do Paraná (%) Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado do Piauí (%) Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado de Alagoas (%)
Anexo I – p. 220	ONDE SE LÊ	0390	Metrologia, Qualidade e Avaliação da Conformidade	Taxa de Credibilidade do INMETRO Junto à População
	LEIA-SE	0390	Metrologia, Qualidade e Avaliação da Conformidade	Taxa de Credibilidade do INMETRO Junto à População **(percentagem)**
Anexo I – p. 231	ONDE SE LÊ	0464	Nacional de Atividades Espaciais - PNAE	Grau de Domínio Tecnológico Nacional na Área Espacial (GDTEC)
	LEIA-SE	0464	Nacional de Atividades Espaciais - PNAE	Grau de Domínio Tecnológico Nacional na Área Espacial (GDTEC) (%)
Anexo I – p. 241	ONDE SE LÊ	0286	Oferta de Petróleo e Gás Natural	Produção Média de Óleo e Líquido de Gás Natural (mil barris por
	LEIA-SE	0286	Oferta de Petróleo e Gás Natural	Produção Média de Óleo e Líquido de Gás Natural (mil barris por **dia**)
Anexo I – p. 253	ONDE SE LÊ	0569	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal	Taxa de Julgamento de Processos na Justiça Federal
	LEIA-SE	0569	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal	Taxa de Julgamento de Processos na Justiça Federal **(percentagem)**
Anexo I – p. 278	ONDE SE LÊ	1107	Probacias - Conservação de Bacias Hidrográficas	Área do Território Brasileiro com Implementação da Cobrança pelo Direito de Uso de Recurso Hídricos, excluída a Bacia Amazônica População Brasileira Beneficiada com a Implementação de Projetos decorrentes da Cobrança pelo Direito de Uso dos Recursos Hídricos
	LEIA-SE	1107	Probacias - Conservação de Bacias Hidrográficas	Área do Território Brasileiro com Implementação da Cobrança pelo Direito de Uso de Recurso Hídricos, excluída a Bacia Amazônica (%) População Brasileira Beneficiada com a Implementação de Projetos decorrentes da Cobrança pelo Direito de Uso dos Recursos Hídricos (%)
Anexo I – p. 280	ONDE SE LÊ	1312	Promoção da Capacidade Resolutiva e da Humanização na Atenção à Saúde	Taxa de Participação dos Serviços Extra-Hospitalares de Atenção Psicossocial no Gasto Total com Atenção Psiquiátrica
	LEIA-SE	1312	Promoção da Capacidade Resolutiva e da Humanização na Atenção à Saúde	Taxa de Participação dos Serviços Extra-Hospitalares de Atenção Psicossocial no Gasto Total com Atenção Psiquiátrica **(percentagem)**
Anexo I – p. 298	ONDE SE LÊ	1385	Proteção Social Especial	Taxa de Implantação dos Serviços de Proteção Social Especial a Indivíduos e Famílias em Municípios com Mais de 100 mil Taxa de Reordenamento dos Serviços da Proteção Social Especial
	LEIA-SE	1385	Proteção Social Especial	Taxa de Implantação dos Serviços de Proteção Social Especial a Indivíduos e Famílias em Municípios com Mais de 100 mil **Habitantes** (%) Taxa de Reordenamento dos Serviços da Proteção Social Especial (%)
Anexo I – p. 309	ONDE SE LÊ	1448	Qualidade na Escola	Taxa de docentes com nível superior atuando na Educação Infantil Taxa de docentes com nível superior atuando no Ensino
	LEIA-SE	1448	Qualidade na Escola	Taxa de docentes com nível superior atuando na Educação Infantil (%) Taxa de docentes com nível superior atuando no Ensino **Fundamental** (%)
Anexo I – p. 311	ONDE SE LÊ	0101	Qualificação Social e Profissional	Taxa de Integração das Políticas de Qualificação às Políticas Públicas de Trabalho, Desenvolvimento e Inclusão Social
	LEIA-SE	0101	Qualificação Social e Profissional	Taxa de Integração das Políticas de Qualificação às Políticas Públicas de Trabalho, Desenvolvimento e Inclusão Social **(percentual)**
Anexo I – p. 315	ONDE SE LÊ	0102	Rede de Proteção ao Trabalho	Taxa de Regularização dos Estabelecimentos Fiscalizados
	LEIA-SE	0102	Rede de Proteção ao Trabalho	Taxa de Regularização dos Estabelecimentos Fiscalizados **(percentagem)**
Anexo I – p. 316	ONDE SE LÊ	0288	Refino de Petróleo	Capacidade de Refino Instalada (milhão de barris de petróleo por
	LEIA-SE	0288	Refino de Petróleo	Capacidade de Refino Instalada (milhão de barris de petróleo por **dia**)
Anexo I – p. 321	ONDE SE LÊ	1264	Relações e Negociações do Brasil no Exterior e Atendimento Consular	Taxa de Representação do Brasil em Organismos Internacionais
	LEIA-SE	1264	Relações e Negociações do Brasil no Exterior e Atendimento Consular	Taxa de Representação do Brasil em Organismos Internacionais (%)
Anexo I – p. 324	ONDE SE LÊ	8007	Resíduos Sólidos Urbanos	Taxa de Cobertura de Coleta de Resíduos Sólidos Urbanos
	LEIA-SE	8007	Resíduos Sólidos Urbanos	Taxa de Cobertura de Coleta de Resíduos Sólidos Urbanos **(percentagem)**
Anexo I – p. 327	ONDE SE LÊ	1305	Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação	Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Rio São Francisco
	LEIA-SE	1305	Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação	Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Rio São Francisco **(mg/l)**

Página Autógrafo		Cód. Prog.	Programa	Indicador (unidade de medida)
Anexo I – p. 334	ONDE SE LÊ	0357	Segurança da Sanidade na Agropecuária	Número de Estabelecimentos Certificados como Livres ou Monitorados para Brucelose e Tuberculose Bovina e Bubalina Numero de Ocorrências de Casos da Doença da Vaca Louca
	LEIA-SE	0357	Segurança da Sanidade na Agropecuária	Número de Estabelecimentos Certificados como Livres ou Monitorados para Brucelose e Tuberculose Bovina e Bubalina **(unidade)** Numero de Ocorrências de Casos da Doença da Vaca Louca **(unidade)**
Anexo I – p. 365	ONDE SE LÊ	1128	Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos Precários	Taxa de domicílios em assentamentos subnormais nas áreas Taxa de domicílios urbanos em processos de regularização fundiária ocupados por famílias com renda de até 5 salários
	LEIA-SE	1128	Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos Precários	Taxa de domicílios em assentamentos subnormais nas áreas **urbanas (%)** Taxa de domicílios urbanos em processos de regularização fundiária ocupados por famílias com renda de até 5 salários **mínimos (%)**
Anexo II – p. 16	ONDE SE LÊ	1389	Controle da Atuação Administrativa e Financeira no Poder Judiciário	Taxa de Julgamento de Processos no Conselho Nacional de Justiça
	LEIA-SE	1389	Controle da Atuação Administrativa e Financeira no Poder Judiciário	Taxa de Julgamento de Processos no Conselho Nacional de Justiça (%)
Anexo II – p. 26	ONDE SE LÊ	0778	Desenvolvimento do Mercado de Valores Mobiliários	Taxa de Participação das Companhias Abertas Listadas em Bolsa e em Balcão Organizado no Produto Interno Bruto (PIB)
	LEIA-SE	0778	Desenvolvimento do Mercado de Valores Mobiliários	Taxa de Participação das Companhias Abertas Listadas em Bolsa e em Balcão Organizado no Produto Interno Bruto (PIB) **(percentagem)**
Anexo II – p. 58	ONDE SE LÊ	0276	Gestão da Política de Energia	Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica - Fonte Eólica
	LEIA-SE	0276	Gestão da Política de Energia	Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica - Fonte Eólica (mw)

Parte 3 – Indicadores "Em Apuração" – Correção de erro material no processamento dos Indicadores dos programas. O Substitutivo aprovado no Congresso Nacional continha uma série de indicadores (e respectivas unidades de medida) com conteúdo vazio, identificado pela expressão "Em apuração". Esse erro foi causado pelo fato dos mesmos terem constado da base de dados em meio magnético enviada ao Legislativo, apesar de expurgados do documento que encaminhou o projeto de lei enviado pelo Executivo

PRG	Indicador "Em Apuração"
0120	Número de Ocupações Geradas nos Arranjos Produtivos Locais na Faixa de Fronteira
0152	Razão entre Adolescentes Cumprindo Medida em Meio Aberto e em Meio Fechado
0257	Taxa de Acessos de Telefonia em Operação no Público-alvo Elegível
0257	Taxa de Acessos a Redes Digitais em Banda Larga em Operação no Público-alvo Elegível
0271	Taxa de incremento da capacidade autorizada para a atividade de produção de biodiesel
0272	Outorga de Geração
0273	Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado do Amapá
0290	Taxa de participação do transporte marítimo no transporte de petróleo e derivados
0379	Consumo Anual de Água em Perímetros Públicos de Irrigação
0379	Consumo Anual de Água na Agricultura Irrigada Privada
0391	Taxa de regularidade fiscal de empreendimentos do setor mineral
0391	Índice Comparativo de Crescimento da Produção Mineral e Arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais
0391	Desempenho da Gestão do Patrimônio Mineral - DGPM
0471	Número de Tecnologias Difundidas no Âmbito do Programa
0471	Número de Pessoas Capacitadas em Tecnologias de Impacto Social com Apoio do Programa
0551	Indicador em Processo de Definição
0553	Indicador em Processo de Definição
0623	Espaço Aéreo Monitorado
0623	Índice de Acidentes Aeronáuticos
0641	Taxa de Relatórios de Inteligência emitidos para subsídio do Processo Decisório Nacional
0670	Taxa de Beneficiários Encaminhados para Programas de Capacitação
0670	Tempo Médio de Permanência no Programa
0670	Taxa de Jovens Beneficiários Encaminhados para a Escola
0670	Taxa de Evolução do Atendimento dos Serviços de Assistência a Vítimas de Crimes
0753	Taxa de Divulgação do Diário Oficial por Meio Eletrônico
0753	Quantidade de Acessos ao Sítio da Imprensa Nacional para Consulta do Diário Oficial e da Justiça
0753	Quantidade Absoluta de Assinaturas do Diário Oficial da União e do Diário da Justiça
0753	Taxa de Reclamação de Assinantes do Diário Oficial
0781	Taxa de Variação das Transações das Instituições Financeiras Oficiais
0796	Taxa de Divulgação de Pesquisas
1025	Número de Ocupações na Sub-região do Vale do Jequitinhonha e Mucuri
1025	Número de Ocupações no Semi-árido
1025	Número de Ocupações Geradas na Sub-região da Grande Fronteira do Mercosul
1025	Número de Ocupações Geradas na Região Integrada do DF e Entorno
1025	Número de Ocupações na Sub-região do Vale do Rio Acre
1025	Número de Ocupações na Sub-região do Vale do Ribeira e Guaraqueçaba
1025	Número de Ocupações na Sub-região do Bico do Papagaio
1025	Número de Ocupações Geradas na Sub-região do Alto Solimões
1025	Número de Ocupações Geradas na Sub-região de Águas Emendadas
1025	Número de Ocupações Geradas na Sub-região da Metade Sul do Rio Grande do Sul
1025	Número de Ocupações Geradas na Sub-região da Chapada do Araripe
1025	Número de Ocupações Geradas na Sub-região da Chapada das Mangabeiras
1025	Número de Ocupações Geradas na Sub-região da Bacia do Itabapoana
1025	Número de Ocupações Geradas na Sub-região do Xingó
1044	Taxa de Participação de Energias Alternativas Renováveis na Matriz Energética
1045	Extensão da malha de gasodutos da Petrobras

1068	Evolução do número de profissionais do setor público capacitados na temática de gênero
1078	Taxa de Programas de Televisão com Sinalização em Libras/ Sublegendados
1086	Taxa de Inserção de Pessoas com Deficiência no Serviço Público
1086	Taxa de Efetividade da Reserva de Postos de Trabalho das Pessoas com Deficiência
1086	Taxa de Efetividade do Cumprimento da Lei de Quotas por Empresas com Mais de 100 Funcionários
1109	Taxa de Empresas Privadas Usuárias de Certificados Digitais ICP-Brasil
1109	Taxa de Usuários da Internet no Brasil (pessoas naturais) Usuários de Certificados Digitais ICP-Brasil
1109	Taxa de Servidores e Funcionários Públicos Federais Usuários de Certificados Digitais ICP-Brasil
1143	Taxa de Confiança na Conduta dos Agentes Públicos
1166	Novos Empregos e Ocupações Gerados no Setor Turismo
1166	Taxa de Participação dos Principais Destinos Turísticos no Total da Demanda Turística
1166	Fluxo de Turistas Domésticos
1305	Taxa de Variação da Melhoria da Qualidade da Água
1383	Grau de Atendimento à Demanda deTransporte Aéreo Governamental
1383	Taxa de Atendimento à Demanda de Cooperação
1401	Percentual de Encaminhamento de Denúnicas Recebidas
1430	Variação anual da renda percapita sub-regional e regional
1430	Quantidade de novos segmentos, ramos ou setores anualmente criados pelos projetos estruturantes localizados na Região
1430	Crescimento do número de técnicos (nível médio e superior) com qualificação profissional segundo demandas especializadas regionais
1430	Investimentos em Inovação tecnológica
1430	Crescimento do emprego (RAIS)
1430	Empreendimentos novos, beneficiados com Incentivos Fiscais, por setor produtivo
1430	Empreendimentos produtivos, por setor, aprovados com recursos dos Fundos Fiscais de Desenvolvimento
1453	Taxa de Vítimas de Crimes Violentos Contra o Patrimônio nos Territórios de Descoesão Social
1453	Índice de Sensação de Segurança nos Territórios de Descoesão Social
1456	Tempo Médio de Espera para Transbordo no Vetor Logístico Amazônico
1456	Frete Unitário no Vetor Logístico Amazônico
1456	Tarifa Unitária no Vetor Logístico Amazônico
1456	Índice de Cobertura no Vetor Logístico Amazônico
1456	Tempo Médio de Transbordo Unitário no Vetor Logístico Amazônico
1456	Fluxo Máximo de Veículos por Rodovia no Vetor Logístico Amazônico
1456	Capacidade de Carga dos Terminais no Vetor Logístico Amazônico
1456	Tempo Médio de Percurso no Vetor Logístico Amazônico
1457	Fluxo Máximo de Veículos por Rodovia no Vetor Logístico Centro-Norte
1457	Tempo Médio de Transbordo Unitário no Vetor Logístico Centro-Norte
1457	Tempo Médio de Percurso no Vetor Logístico Centro-Norte
1457	Índice de Cobertura no Vetor Logístico Centro-Norte
1457	Tarifa Unitária no Vetor Logístico Centro-Norte
1457	Frete Unitário no Vetor Logístico Centro-Norte
1457	Capacidade de Carga dos Terminais no Vetor Logístico Centro-Norte
1457	Tempo Médio de Espera para Transbordo no Vetor Logístico Centro-Norte
1458	Fluxo Máximo de Veículos por Rodovia no Vetor Logístico Leste
1458	Capacidade de Carga dos Terminais no Vetor Logístico Leste
1458	Tempo Médio de Transbordo Unitário no Vetor Logístico Leste
1458	Tempo Médio de Percurso no Vetor Logístico Leste
1458	Tempo Médio de Espera para Transbordo no Vetor Logístico Leste
1458	Frete Unitário no Vetor Logístico Leste
1458	Tarifa Unitária no Vetor Logístico Leste
1458	Índice de Cobertura no Vetor Logístico Leste
1459	Frete Unitário no Vetor Logístico Nordeste Setentrional

1459	Capacidade de Carga dos Terminais no Vetor Logístico Nordeste Setentrional
1459	Fluxo Máximo de Veículos por Rodovia no Vetor Logístico Nordeste Setentrional
1459	Tempo Médio de Espera para Transbordo no Vetor Logístico Nordeste Setentrional
1459	Tempo Médio de Transbordo Unitário no Vetor Logístico Nordeste Setentrional
1459	Tempo Médio de Percurso no Vetor Logístico Nordeste Setentrional
1459	Tarifa Unitária no Vetor Logístico Nordeste Setentrional
1459	Índice de Cobertura no Vetor Logístico Nordeste Setentrional
1460	Frete Unitário no Vetor Logístico Nordeste Meridional
1460	Tarifa Unitária no Vetor Logístico Nordeste Meridional
1460	Índice de Cobertura no Vetor Logístico Nordeste Meridional
1460	Tempo Médio de Percurso no Vetor Logístico Nordeste Meridional
1460	Tempo Médio de Transbordo Unitário no Vetor Logístico Nordeste Meridional
1460	Tempo Médio de Espera para Transbordo no Vetor Logístico Nordeste Meridional
1460	Fluxo Máximo de Veículos por Rodovia no Vetor Logístico Nordeste Meridional
1460	Capacidade de Carga dos Terminais no Vetor Logístico Nordeste Meridional
1461	Capacidade de Carga dos Terminais no Vetor Logístico Centro-Sudeste
1461	Fluxo Máximo de Veículos por Rodovia no Vetor Logístico Centro-Sudeste
1461	Tempo Médio de Espera para Transbordo no Vetor Logístico Centro-Sudeste
1461	Tempo Médio de Transbordo Unitário no Vetor Logístico Centro-Sudeste
1461	Tempo Médio de Percurso no Vetor Logístico Centro-Sudeste
1461	Índice de Cobertura no Vetor Logístico Centro-Sudeste
1461	Tarifa Unitária no Vetor Logístico Centro-Sudeste
1461	Frete Unitário no Vetor Logístico Centro-Sudeste
1462	Tempo Médio de Percurso no Vetor Logístico Sul
1462	Frete Unitário no Vetor Logístico Sul
1462	Tarifa Unitária no Vetor Logístico Sul
1462	Índice de Cobertura no Vetor Logístico Sul
1462	Tempo Médio de Transbordo Unitário no Vetor Logístico Sul
1462	Tempo Médio de Espera para Transbordo no Vetor Logístico Sul
1462	Fluxo Máximo de Veículos por Rodovia no Vetor Logístico Sul
1462	Capacidade de Carga dos Terminais no Vetor Logístico Sul
1463	Grau de Satisfação do Usuário do Transporte Aquaviário de Carga
1463	Grau de Satisfação do Usuário do Transporte Rodoviário de Carga
1463	Grau de Satisfação do Usuário do Transporte Rodoviário de Passageiros
1463	Taxa de Conformidade na Prestação de Serviços de Transporte
8768	Idade Média da Frota - Navegação de Cabotagem
8768	Idade Média da Frota - Navegação de Longo Curso
8768	Idade Média da Frota - Navegação Interior
8768	Taxa de Participação do Modal Aquaviário na Matriz de Transporte

Parte 4 – Indicadores sem relação com os Programas

Excluam-se, dos respectivos programas constantes do Autógrafo, os dados relativos aos seguintes indicadores:

Justificação – Parte 4 – Indicadores sem relação com os Programas – Correção de erro material no processamento dos Indicadores dos programas. O Substitutivo aprovado no Congresso Nacional continha uma série de indicadores (e respectivas unidades de medida) que não constaram do projeto de lei publicado, nem foram objeto de emendas. Esse erro foi causado pelo fato dos mesmos terem constado da base de dados em meio magnético enviada ao Legislativo, apesar de excluídos no projeto de lei publicado.

Página Autógrafo	Cód. Prog.	Programa	Indicador (unidade de medida)
Anexo I – p. 127	1430	Desenvolvimento Macrorregional Sustentável	Crescimento do emprego (RAIS) (percentual) Empreendimentos novos, beneficiados com Incentivos Fiscais, por setor produtivo (unidade) Empreendimentos produtivos, por setor, aprovados com recursos dos Fundos Fiscais de Desenvolvimento (unidade)
Anexo I – p. 229	1078	Nacional de Acessibilidade	Taxa de Programas de Televisão com Sinalização em Libras/Sublegendados (percentagem)
Anexo I – p. 291	1086	Promoção e Defesa dos Direitos de Pessoas com Deficiência	Taxa de Inserção de Pessoas com Deficiência no Serviço Público (percentagem) Taxa de Municípios Brasileiros com Conselhos de Direitos da Pessoa com Deficiência (percentagem)
Anexo I – p. 292	0670	Proteção a Pessoas Ameaçadas	Taxa de Evolução do Atendimento dos Serviços de Assistência a apuração Vítimas de Crimes (percentual)
Anexo I – p. 300	1157	Qualidade dos Serviços de Telecomunicações	Taxa de Matrícula de Alunos em Instituições Federais de Educação Superior - Graduação Presencial - no Turno Noturno (%)
Anexo I – p. 352	0152	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei	Taxa de Formação dos Operadores do Sistema de Atendimento Socioeducativo (%)
Anexo I – p. 368	1456	Vetor Logístico Amazônico	Número de Pesquisas Realizadas na Região Nordeste (unidade)
Anexo I – p. 373	1457	Vetor Logístico Centro-Norte	Número de Pesquisas Realizadas na Região Norte (unidade) Número de Pesquisas Realizadas na Região Sudeste (unidade)
Anexo I – p. 384	1458	Vetor Logístico Leste	Taxa de Cobertura de Abastecimento de Água em Áreas Indígenas (percentagem) Taxa de Esquemas Terapêuticos para Tratamento da Tuberculose Disponibilizado pelo SUS (percentagem)
Anexo I – p. 391	1460	Vetor Logístico Nordeste Meridional	Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Rio Paraíba do Sul (mg/l) Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Rio São Francisco (a juzante da Foz do Rio Pará) (mg/l) Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Rio São Francisco Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Rio São Francisco (foz do Rio das Velhas) (mg/l) Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Hidrológica "Ponte Raul Soares" na Bacia do Rio São Francisco (mg/l)
Anexo I – p. 395	1459	Vetor Logístico Nordeste Setentrional	Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Santa Branca na Bacia do Rio Paraíba do Sul (mg/l) Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Santa Branca na Bacia do Rio Paraíba do Sul (mg/l) Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Rio Paraíba do Sul

Parte 5 – Objetivos de Programas

Justificação – Parte 5 – Objetivos de Programas – Inclusão de objetivos de governo e setorial, que, por erro de processamento, não foram impressos no substitutivo.

Inclua-se no programa 6004 – Incentivo à Comercialização da Produção da Agricultura Familiar:
Objetivo de Governo: Promover o crescimento econômico ambientalmente sustentável, com geração de empregos e distribuição de renda.
Objetivo Setorial: Garantir e ampliar a renda agrícola e fortalecer a agricultura familiar.

Inclua-se no programa 6005 – Educação por Alternância para Agricultura Familiar:
Objetivo de Governo: Propiciar o acesso da população brasileira à educação e ao conhecimento com eqüidade, qualidade e valorização da diversidade.
Objetivo Setorial: Ampliar a oferta da educação profissional levando em conta sua articulação com os demais níveis e modalidades de ensino.

Ofício n° 2/08

Brasília, fevereiro de 2008

Assunto: Encaminha Errata ao PPA 2008-2011

Sr. Presidente,

Em relação ao Projeto de Lei nº 31, de 2007-CN, que "Dispõe sobre o Plano Plurianual para o Quadriênio 2008-2011", encaminho Errata, conforme de demonstrativo em anexo.

Desta forma, requeiro que, uma vez autorizada a devida correção por esta Comissão, sejam tomadas as devidas providências junto à Presidência do Congresso Nacional, com fundamento legal no art. 325, item "c", do Regimento Interno do Senado Federal, supletivo do Regimento Comum do Congresso Nacional, por força do art. 151 deste, bem como do art. 1º da Resolução nº 1, de 2006.

Observamos que os casos de correção de erro material constantes desta Errata são aqueles verificados exclusivamente no processamento das proposições apresentadas, em atendimento ao art. 152 da Resolução nº 1, de 2006.

Atenciosamente, Deputado **Vignatti,** Relator do Projeto de Lei do Plano Plurianual 2008-2011.

ERRATA AO AUTÓGRAFO PPA 2008-201

Parte I - Programação e Valores Financeiros

Página		Cód. Prog.	Programa	Cód. Ação	Ação	Orgão Executor	Região	Valor Total Estimado	Financeiro R$ - 2008	Financeiro R$ - 2009	Financeiro R$ - 2010	Financeiro R$ - 2011	Justificação
Anexo I - pg 125	ONDE SE LÊ	0627	Tecnologia de Uso Aeroespacial	1I04	DESENVOLVIMENTO DE CARGUEIRO TÁTICO MILITAR de 10 A 20 TONELADAS (PROJETO KC-X)	MD	Nacional	800.000.000	5.000.000	5.000.000	6.000.000	7.000.000	Agregação de ação com a mesma finalidade.
	ONDE SE LÊ	0627	Tecnologia de Uso Aeroespacial	7J87	Desenvolvimento do KC-X	MD	Nacional	800.000.000	17.500.000	17.500.000	17.500.000	17.500.000	
	LEIA-SE	0627	Tecnologia de Uso Aeroespacial	7J87	DESENVOLVIMENTO DE CARGUEIRO TÁTICO MILITAR de 10 A 20 TONELADAS (PROJETO KC-X)	MD	Nacional	800.000.000	22.500.000	22.500.000	23.500.000	24.500.000	

CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, na Terceira Reunião Extraordinária da Segunda Sessão Legislativa Ordinária do Congresso Nacional, em 26 de fevereiro de 2008, **APROVOU**, por unanimidade, as Erratas à Redação Final do **Projeto de Lei nº 31/2007-CN**, encaminhadas pelo Relator, Deputado VIGNATTI, ao Presidente da Comissão, Senador José Maranhão, através dos Ofícios de nºs 01 e 02/2008, para atendimento do disposto no art. 152 da Resolução 1/2006-CN, respectivamente, dos dias 14 e 21 de fevereiro do corrente.

Compareceram os Senhores Senadores José Maranhão, Presidente, Antônio Carlos Valadares, Augusto Botelho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos, João Ribeiro, Renato Casagrande e Sérgio Zambiasi e os Deputados Roberto Rocha, Primeiro Vice-Presidente, Carlos Alberto Leréia, Claudio Cajado, Daniel Almeida, Darcísio Perondi, Devanir Ribeiro, Duarte Nogueira, Edinho Bez, Eduardo Sciarra, Eduardo Valverde, Eunício Oliveira, Fábio Ramalho, Fernando Ferro, Geraldo Resende, Giovanni Queiroz, Humberto Souto, João Carlos Bacelar, João Magalhães, José Pimentel, Luiz Carreira, Manoel Junior, Marcelo Castro, Miguel Corrêa Jr., Mussa Demes, Nelson Meurer, Paulo Pimenta, Paulo Rubem Santiago, Pedro Chaves, Pedro Fernandes, Pedro Novais, Rafael Guerra, Regis de Oliveira, Vanderlei Macris, Vignatti, Walter Pinheiro, Wellington Roberto e Zé Gerardo.

Sala de Reuniões, em 26 de fevereiro de 2008.

Senador JOSÉ MARANHÃO
Presidente

Deputado VIGNATTI
Relator

O SR. PRESIDENTE (Nárcio Rodrigues. PSDB – MG) – A Presidência comunica aos Srs. Parlamentares que se encontram sobre as bancadas cópias dos documentos que acabam de ser lidos pelo Relator, o Deputado Vignatti.

Em votação as erratas à redação final do **Projeto de Lei nº 31, de 2007**, do Congresso Nacional, encaminhadas pelo Relator, o Deputado Vignatti, ao Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, através dos Ofícios nºs 1 e 2, de 2008, respectivamente, dos dias 14 e 21 de fevereiro do corrente, para atendimento do disposto no art. 152 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

Em votação na Câmara dos Deputados.

As Srªs e os Srs. Deputados que as aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovadas.

Em votação no Senado.

As Srªs e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovadas.

A Presidência tomará as providências necessárias neste caso.

Para justificativa de voto, Ministro Eunício...

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB – CE) – Sr. Presidente, eu estava em uma audiência acompanhando o Governador do meu Estado e cheguei atrasado para a votação. Se aqui estivesse, como membro da Comissão, votaria com o Relator José Pimentel, pela aprovação do relatório final.

O SR. PRESIDENTE (Nárcio Rodrigues. PSDB – MG) – Alguém mais quer justificar votos?

O SR. EDGAR MOURY (PMDB – PE) – Sr. Presidente, Deputado Edgar Moury, se aqui estivesse, teria votado "sim", de acordo com a Bancada do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Nárcio Rodrigues. PSDB – MG) – Concedo a palavra ao Deputado Afonso Hamm.

O SR. AFONSO HAMM (PP – RS) – Gostaria, Sr. Presidente Narcio Rodrigues, nesse momento, de cumprimentar a todos os membros do nosso Congresso Nacional, Deputados e Senadores, pela condição de conquista, pela dificuldade que foi aprovar este Orçamento. Tivemos uma redução da CPMF de R$40 bilhões, e tivemos, mesmo assim, a garantia de R$48 bilhões para a saúde. Isso era difícil de realizar.

Por isso, cumprimento o Relator, o Presidente, todos os membros, porque, sem dúvida, seria difícil concluir.

Também agradeço a sensibilidade do Relator e a sensibilidade de todos os membros da comissão em relação à agricultura. A agricultura teve um corte de um R$1,5 bilhão por parte dessa necessidade de ajustes, e conseguimos recuperar R$450 milhões, sendo R$400 milhões para os programas de garantia de preços à nossa agricultura, garantindo, portanto, um preço mínimo. E outros R$50 milhões para garantir a sanidade no que se refere ao nosso rebanho, principalmente no que se refere à carne a ao rebanho bovino.

Ao encerrar minha manifestação, cumprimento a todos dizendo da satisfação de, agora sim, podermos aplicar o Orçamento e viabilizar os investimentos em todo o País, por parte dos Ministérios, nas execuções nos Estados, nas obras, na infra-estrutura necessária para o país retomar o patamar de crescimento.

Eram esses os cumprimentos. Agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Nárcio Rodrigues. PSDB – MG) – Ilustre Deputado Ricardo Barros.

O SR. RICARDO BARROS (PP – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero fazer aqui uma justa homenagem à Líder Roseana Sarney e aos vice-líderes Gilmar Machado, Walter Pinheiro e João Leão, que costuraram esse acordo, ouviram parlamentares, auxiliaram o Relator da Receita, Senador Francisco Dornelles, o Relator do Orçamento, José Pimentel, o Presidente José Maranhão, e a todos os líderes de partidos na Comissão.

Não é fácil costurar essa peça orçamentária. São muitos interesses regionais, é uma luta legítima da frente parlamentar da saúde, da agricultura, da bancada ruralista, todo mundo querendo defender o seu setor. Não é fácil conciliar todos os interesses dos Estados, porque temos que dar satisfação aos nossos Estados da apresentação de recursos do Orçamento.

Parabenizo também o Presidente Garibaldi Alves e nosso vice-Presidente, que contribuíram para que os trabalhos se realizassem dessa forma, e a Assessoria da Comissão, através do Wagner Primo e do Fábio, Assessores do Senado e da Câmara. Nosso agradecimento, porque sabemos que viraram noites trabalhando para que pudéssemos votar as matérias na Comissão e aqui no Plenário. É o agradecimento que fazemos à dedicação de alguns Parlamentares e Assessores para que, no conjunto, a Casa possa dar ao País seu Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Nárcio Rodrigues. PSDB – MG) – Próximo orador, o ilustre Deputado Alex Canziani; para encerrar, Gilmar Machado. Antes, porém, gostaria de cumprimentar o ilustre Deputado Ricardo Barros que deu uma contribuição decisiva para o aprimoramento da montagem do Orçamento Geral da União, com a Resolução que tivemos a oportunidade de aplicar e que permitiu avanços na elaboração da peça orçamentária.

V. Exª deu uma contribuição decisiva para a melhoria do desempenho da Casa e para a transparência com que se elabora o Orçamento Geral da União. Sabemos quanto V. Exª se dedicou a essa causa.

Ilustre Deputado Alex Canziani, V. Exª tem a palavra.

O SR. ALEX CANZIANI (PTB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Gostaria também de deixar registrada a nossa satisfação em ver, finalmente, o Orçamento da União aprovado. Nós que trabalhamos na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização acompanhamos o sofrimento do Relator, Deputado José Pimentel, e do Presidente, Senador José Maranhão, para que pudéssemos finalmente chegar aqui hoje e aprovar essa peça orçamentária.

Foi muito discutido, foi muito duro. Vários segmentos pediram mais recursos, para poder atender às demandas do País, mas ao final conseguimos chegar a um denominador comum, com um apoio amplo. Estou há nove anos no Congresso e nunca vi aprovarmos o Orçamento com votação nominal.

Então, estamos todos nós de parabéns, porque o País ganha um Orçamento, para que possa continuar crescendo. O País vem crescendo, e é de fundamental importância que esse Orçamento possibilite, cada vez mais, seu crescimento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nárcio Rodrigues. PSDB – MG) – Com a palavra, o ilustre Deputado Gilmar Machado, construtor desta tarde.

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Narcio Rodrigues, quero agradecer a V. Exª; ao Deputado Inocêncio Oliveira, que é sempre um grande amigo e parceiro nessas horas de fechamento do Orçamento; ao Deputado Osmar Serraglio; à Mesa, que nos possibilitou exatamente esse grande entendimento.

Não poderia aqui deixar de agradecer à minha Líder, Senadora Roseana Sarney, de quem muita gente fala, mas que é a organizadora do nosso trabalho. S. Exª nos deu condições de trabalhar, para que buscássemos o entendimento com os Líderes da Oposição.

Quero agradecer muito às Assessorias do PSDB e do DEM, que nos ajudaram muito hoje na construção do entendimento com a Assessoria da Bancada, com a Assessoria da Comissão. Foram muito importantes. Faço questão de registrar que hoje, na hora em que a coisa apertou, vieram propostas, mas temos de ter a capacidade de ouvir. O pessoal realmente trouxe uma boa proposta e conseguimos costurar esse entendimento.

Ressalto também o trabalho que os Governadores tiveram. O Deputado Narcio Rodrigues nos colocou em contato com o Governador Aécio Neves e com o Governador José Serra. Destaco o papel da Governadora Yeda Crusius e da Governadora Ana Júlia, que nos acompanhou o tempo todo, para que pudéssemos chegar a um bom entendimento sobre a Lei Kandir. Isso nos possibilitou selar o entendimento.

O Congresso hoje deu uma demonstração de maturidade. Tivemos desentendimentos, houve alguns problemas na votação no Senado, mas hoje o Congresso, Câmara e Senado juntos, colocou essas questões para outro momento e garantiram ao País um novo Orçamento para este ano, o que é fundamental para Estados e Municípios.

Então, agradeço a todos e principalmente a Deus, que nos deu a possibilidade de fazer esse grande acordo, para que o País tivesse seu Orçamento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nárcio Rodrigues. PSDB – MG) – Deputado Gilmar Machado, quem assistiu, na data de hoje, ao seu trabalho sabe o tanto que o Brasil te ficou devendo. Se a tarde foi de convergências, a manhã foi marcada por muitas costuras feitas com a sua habilidade de mineiro, com a sua paciência, com a facilidade de construção que V. Exª tem em função exatamente da credibilidade de que desfruta junto à base do Governo e também da Oposição, pela forma honrada com que atua aqui.

Sem sombra de dúvida, devemos aos Líderes da Oposição e da Situação esta tarde de convergência, mas sobretudo ao trabalho que V. Exª realizou, desde o primeiro momento da manhã de hoje, no sentido de construir um amplo entendimento, que possibilitou que o Parlamento pudesse entregar hoje o Orçamento, essa peça tão fundamental para o restabelecimento da normalidade administrativa do País.

Portanto, fica aqui o reconhecimento desta Presidência e, com certeza, de toda a Casa, pelo brilhante trabalho que V. Exª prestou ao Brasil e à sua terra querida de Minas Gerais.

Ilustre Deputado Heinze, V. Exª tem a palavra.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (PP – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, colegas Parlamentares, apenas desejo fazer um relato e um agradecimento. Em nome da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, da Frente Parlamentar do Cooperativismo e da Frente Parlamentar da Agricultura, há quase um mês, vínhamos trabalhando em cima de um corte que havíamos tido com relação à política de garantia de preço.

O pessoal do algodão do Nordeste e do Centro-Oeste, bem como o do arroz da Região Sul do País

estavam necessitando de recursos, que não havia no Orçamento. Havíamos tido um corte de mais de 60%. Então, pelo entendimento, sob a liderança do Relator José Pimentel – o Deputado Gilmar Machado foi importante nessa costura, junto com a Bancada ruralista, e o Deputado Ricardo Barros também ajudou desde a votação do Orçamento na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização –, conseguimos reconstituir esses R$400 milhões, que agora passaram a R$1,29 bilhão.

Da mesma forma, na questão da sanidade animal, foram extremamente...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Nárcio Rodrigues. PSDB – MG) – Peço que conclua.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (PP – RS) – ...mais R$50 milhões, além do que o Relator Setorial e o Relator-Geral já haviam colocado no recurso que veio do Ministério da Agricultura.

Hoje, só para a questão de sanidade, há quase R$300 milhões. Não é o ideal, mas é muito bom, perto do que obtivemos no ano passado. Penso que a agricultura e a pecuária brasileira estão agradecidas. Nesta noite, elas saem fortalecidas, porque os produtores do interior do Brasil, seja do arroz, seja do algodão ou da pecuária, recebem esse presente com a votação do nosso Orçamento. E estamos ansiosos para que ele seja sancionado.

Parabéns a todos, principalmente ao Relator, Deputado José Pimentel.

O SR. PRESIDENTE (Nárcio Rodrigues. PSDB – MG) – Último orador, o ilustre Deputado José Fernando Aparecido de Oliveira.

V. Exª tem a palavra.

O SR. JOSÉ FERNANDO APARECIDO DE OLIVEIRA (PV – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, queria apenas agradecer ao Relator, José Pimentel, como Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cultura. Um agradecimento muito especial ao Deputado Gilmar Machado pela recomposição orçamentária do Ministério da Cultura, da ordem de R$43 milhões.

Ressalto o trabalho do Deputado Gilmar Machado no entendimento para a recomposição desse Ministério. Como dizia o saudoso ex-Ministro e ex-Governador José Aparecido de Oliveira, "educação sem cultura é a mesma coisa que um corpo sem alma". Então, o Ministério da Cultura, que representa a alma do povo brasileiro, recompôs-se, com a possibilidade de continuar fazendo um trabalho primoroso sob o comando do Ministro Gilberto Gil. S. Exª tem feito o que se considera um divisor de águas, no Governo Lula, com relação ao Ministério da Cultura.

Então, ficam aqui os nossos agradecimentos, como Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cultura, ao Relator José Pimentel, ao Deputado Gilmar Machado e à Senadora Roseana Sarney.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nárcio Rodrigues. PSDB – MG) – Receba o reconhecimento desta Presidência pelo trabalho realizado por V. Exª em favor da causa da cultura.

Sou testemunha de que, às 10 horas da noite, V. Exª estava indo à residência de Parlamentares e me brindou com uma visita, para recolher assinaturas e apresentar destaques ao Orçamento, numa demonstração do seu engajamento nessa luta – o que não é novidade, já que a questão da cultura está naturalmente na sua origem, no seu sangue. Tivemos no seu pai um grande Secretário de Estado de Cultura, um grande Ministro da Cultura, que trouxe uma referência para todos nós e principalmente para aqueles que são das Minas Gerais. Parabéns, Deputado José Fernando de Oliveira!

Cumprimento todos os Parlamentares que contribuíram para produzir este resultado extraordinário, no dia de hoje. Cumprimento o Presidente Garibaldi Alves; o Presidente da Comissão, José Maranhão; o Relator José Pimentel; e os Líderes da Oposição e da Situação, que produziram o entendimento.

Amanhã haverá sessão presidida pelo ilustre Inocêncio Oliveira.

Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada esta sessão.

Boa-noite a todos e até amanhã.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 59 minutos.)

• ATAS DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

(Publicadas no Suplemento "C" à presente edição)

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)[2]
Vice-Presidente: Deputado George Hilton (PP-MG)[2]
Vice-Presidente: Deputado Claudio Diaz (PSDB-RS)[2]

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (PTB/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
CEZAR SCHIRMER (PMDB/RS)	1. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
MAX ROSENMANN (PMDB/PR)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. FERNANDO CORUJA (PPS/SC)
GERALDO RESENDE (PMDB/MS)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO[3](PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. (Vago)[1]
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 8.2.2008)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil
Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880
e-mail: **cpcm@camara.gov.br**
www.camara.gov.br/mercosul

[2] Eleito em 14.8.07, para o biênio 2007-2008.
[3] Indicado conforme Of. PSDB nº 856/07, de 28.11.07, do Líder do PSDB, Dep Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.07
[1] Vago em virtude do falecimento do Deputado Júlio Redecker (PSDB-RS), ocorrido em 17.07.2007.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
LÍDER DA MAIORIA HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	**LÍDER DA MAIORIA** VALDIR RAUPP PMDB-RO
LÍDER DA MINORIA ZENALDO COUTINHO PSDB-PA	**LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA** DEMÓSTENES TORRES DEM-GO
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL MARCONDES GADELHA PSB-PB	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL** HERÁCLITO FORTES DEM-PI

(Atualizada em 6.3.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3311-5255 e 3311- 4561
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
Presidente:
Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONGRESSO NACIONAL

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA[1]

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

[1] Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	**PRESIDENTE** Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	**1º VICE-PRESIDENTE** Senador Tião Viana (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	**2º VICE-PRESIDENTE** Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
1º SECRETÁRIO Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	**1º SECRETÁRIO** Senador Efraim Morais (DEM-PB)
2º SECRETÁRIO Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	**2º SECRETÁRIO** Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
3º SECRETÁRIO Deputado Waldemir Moka	a (PMDB-MS)
4º SECRETÁRIO Deputado José Carlos Machado (DEM-SE)	**4º SECRETÁRIO** Senador Magno Malta (PR-ES)
LÍDER DA MAIORIA Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	**LÍDER DA MAIORIA** Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
LÍDER DA MINORIA Deputado Zenaldo Coutinho (PSDB-PA)	**LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA** Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ)	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA** Senador Marco Maciel (DEM-PE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Deputado Marcondes Gadelha (PSB-PB)	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL** Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

(Atualizada em 6.3.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3311-5258 e 3311-4561
scop@senado.gov.br

PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	**R$ 58,00**
Porte do Correio	**R$ 488,40**
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	**R$ 546,40**

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	**R$ 116,00**
Porte do Correio	**R$ 976,80**
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	**R$ 1.092,80**

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	**R$ 0,50**
Porte Avulso	**R$ 3,70**

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	**GESTÃO – 00001**

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho, a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no SITE: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru–simples.asp Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002 e o código da Unidade Favorecida – UG/GESTÃO: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.**

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX–61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.
Contato internet: 3311-4107

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA–DF
CNPJ: 00.530.279/0005–49 CEP 70 165–900



EDIÇÃO DE HOJE: 526 PÁGINAS